UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Três estrelas do Sul Global:
O Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém

Ana Maria Prestes Rabelo

Belo Horizonte
2011

Ana Maria Prestes Rabelo

Três estrelas do Sul Global:
O Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer (UFMG)

Belo Horizonte
2011

Ana Maria Prestes Rabelo

Três estrelas do Sul Global:
O Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Avritzer (UFMG) orientador

Prof. Dr. Juarez Guimarães (UFMG)

Prof. Dr. Marcus Abílio Gomes Pereira (UFMG)

Prof. Dr. José María Gómez (PUC-RIO)

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa (USP)

Belo Horizonte, 19 de abril de 2011.

O que aconteceu nestes cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o parâmetro humano. Se houve ações mais fortes, elas se justificam pelo princípio jurídico da autodefesa, pois estava-se defendendo a saúde do planeta, ou pelo princípio teatral da ação simbólica. O principal foi que falou-se muito, e o que se falou foi ouvido no mundo inteiro. Se não foi entendido no mundo inteiro, não faz mal. A intenção era apenas mostrar que seres humanos não abdicam da sua função, que o retorno de capital ainda não é a medida de todas as coisas no mundo. E, afinal, este foi apenas o primeiro Fórum Social Mundial. Nos próximos, falaremos mais claro.

Luiz Fernando Veríssimo

Trecho do texto "O Parâmetro Humano" lido no encerramento do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2001

Aos meus pais, José e Ermelinda, pela paciência
com as minhas travessuras e travessias

Às minhas avós Maria e Antônia, pela inspiração
para seguir em frente

Ao Kerison, sempre

Deixo, através deste trabalho, uma
homenagem aos colegas da UFMG
que faleceram em acidente a caminho do
Fórum Social Mundial de Caracas (2006).

***

Pedro Coelho D´Avila Correa
Roberto Tadeu de Melo Barbosa
Tais Palmerston
Thiers Lage Bicalho Bretas

***

Quatro jovens estudantes, sonhadores e lutadores
por um outro mundo possível.

Agradecimentos

Ao meu companheiro **Kerison** pelo apoio incondicional e carinhoso
e às nossas meninas **Helena** e **Gabriela**

Aos meus pais, **José Nicodemos** e **Ermelinda**, sem os quais esta tese
não teria se materializado

À minha família mineira **Kenia, Sebastião, Kolbe** e **Camila**

Ao Prof. **Leonardo Avritzer** pela orientação e paciência ao longo do caminho

Ao Prof. **Juarez Guimarães** pelas preciosas observações por tantos anos

Ao Prof. **Boaventura Santos** pelos diálogos acadêmicos e militantes dentro
e fora do Fórum Social Mundial

À amiga e companheira **Luciana Ballestrin** com quem dividi
as alegrias e as aflições do doutorado

À todos da minha família espalhados pelo Brasil, meu irmão **João Luiz
Lu,** tia **Rosa,** tia **Zoia,** tia **Mariana,** tia **Iracy,** primas **Iara, Natália e Andréia**

Às amigas mineiras **Clarice Barreto e Daniela Mateus** pelo carinho e amizade

À amiga **Natália Chagas** pelo apoio, a amizade e a fundamental ajuda com a
revisão do português e do inglês

Às colegas **Daniela Paiva, Luciana Santana** e **Renata Peixoto**
da primeira e mais feminina das turmas de doutorado do DCP

A todos os colegas do **CES** com quem compartilhei os meses em Coimbra e em especial à
Eleonora Schettini, Lilian Gomes, Elida Lauris,
e o casal **Maurício** e **Daniela Gonçalves**

Ao **Gilson Reis**, **Lavínia Rosa**, **Celina Arêas, Claudia Pessoa, Marilda
Silva, Tereza Avelar** e todos do Sinpro-Minas pelo incentivo e apoio incondicional

Ao **Rubens Diniz**, **Ricardo Abreu (Alemão)**, **Kathia Dudick (Kathita),
Ticiana Alvarez (Titi), Manuela Davila (Manu), Liege Rocha,** e tantos outros, com
quem compartilhei a vivência de inúmeras edições do FSM

Aos queridos amigos **Amit Sen Gupta, Vinod Raina**, **Gustave Messiah,
Francine Mestrum, Wilhelmina Trout, Joel Suárez,** e tantos outros, mundo afora,
com quem aprendi a ver o FSM sob diversos ângulos

À toda equipe do **Ibase** pela disponibilização da pesquisa "Perfil de Participantes"
de várias edições do FSM

À **Capes** pelo apoio financeiro e logístico no Brasil e em Portugal

Resumo

Abordagem teórica e empírica do fenômeno de constituição de uma contra-hegemonia global. A partir da constatação de uma crise hegemônica interna do sistema capitalista e dele próprio como uma ordem social, política e econômica sustentável, investigou-se o surgimento de um campo que propõe uma gramática civilizatória alternativa. Tratou-se de pesquisar a ocorrência de três encontros do Fórum Social Mundial, em três continentes do Sul Global: Mumbai, na Índia, Nairóbi, no Quênia e Belém, no Brasil. Observou-se o histórico colonial dos três países, a formação do Estado, a constituição da sociedade civil e o processo de democratização. A pesquisa voltou-se à compreensão de como três encontros distintos, em épocas, contextos e públicos diversos, manteve as características centrais do evento e aprofundou a constituição de valores apelativos a uma nova ordem hegemônica global. Foram investigados os processos organizativos de cada encontro a partir da consulta de dados de inscrição de participantes, inscrição de atividades auto-gestionadas, pesquisas sobre perfil do participante, realização de entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Foi constatado que dois elementos dão identidade e continuidade aos encontros: diversidade e agenda anti-sistêmica (pós-colonial e anti-neoliberal). A garantia de existência destes dois elementos em cada evento dependeu do estágio de desenvolvimento dos movimentos sociais locais, autonomia da sociedade civil e democratização do Estado. A combinação entre estes fatores com o grau de desenvolvimento da sociedade civil global, conjuntura mundial da época e articulação com Estados governados por setores comprometidos com a agenda do FSM, fez com que cada encontro impulsionasse mais ou menos a contra-hegemonia global. Concluiu-se que o Fórum Social Mundial é global pela capacidade de se realizar em distintos contextos e conjunturas. O FSM internacionaliza as lutas locais e internaliza as lutas mundiais. A combinação entre Estados democráticos e sociedades civis autonomas em contextos pós-coloniais e anti-neoliberais do Sul Global garante melhores condições de ocorrência do FSM e maior projeção dos valores contra-hegemônicos reunidos no seu interior.

Palavras-chave: hegemonia, contra-hegemonia global, globalização, sociedade civil global, fórum social mundial.

Abstract

Teoric and empiric approach of the global counter-hegemony phenomenon. Taking in account a hegemonic crisis inside the capitalist system and his crises as a social, political and economic order was invastigated the emergence of a field that proposes an alternative civilizatory grammar. The object of the investigation was the occurrence of three meetings of the World Social Forum, on three continentes in the Global South: Mumbai, in India, Nairobi in Kenya and Belem, in Brazil. It was observed the colonial history of the three countries, the state formation, the civil society composition and the democratization process. The research was directed to understand how three separate meetings, at times, contexts and different audiencies, kept the core features of the event and deepened the formation of appealing values to a new global hegemonic order. The data used to the study was the organizational processes informations of each meeting, registration of participants and of self-organized activities, participant´s profile, semi-structured interviews and participant observation. It was noted that two elements give identity and continuity to the meetings: diversity and anti-sistemic agenda (post-colonial and anti-neoliberal). The presence of the two elements in each WSF event was ensured by the developmet level of local social movements, civil society autonomi and state democratization. The combination between these factors with the degree of development of global civil society, world situation at the time and coordination with states ruled by sectors commited with the WSF agenda gave better or worse conditions to each event push the global counter-hegemony. It was concluded that the WSF is global because it´s capacity to be held in distincts contexts and situations around the world. Also, the WSF internationalize the local struggles and internalize the world struggles. The combination between democractic states and autonomous civil societys in Global South post-colonial and anti-neoliberal contexts ensures better conditions of occurrence to the WSF and major projection of the counter-hegemonic values gathered in it´s interior.

Key-words: hegemony, global counter-hegemony, globalization, global civil society, world social forum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de ONG´s

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas

AMI – Acordo Multilateral de Investimentos

AMS – Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais

ASC – Aliança Social Continental

ATTAC – Associação por uma Taxa Tobin de Apoio aos Cidadãos

BAD – Banco Asiático de Desenvolvimento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BJP - Bharatiya Janata Party – Partido da Índia

BM – Banco Mundial

BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China

CBJP – Central Brasileira de Justiça e Paz

CADTM – Comitê de Anulação da Dívida do Terceiro do Mundo

CI – Conselho Internacional do Fórum Social Mundial

CIOLS – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

COB – Comitê Organizador Brasileiro

COI – Comitê Organizador Indiano

COSATU – Congress of South African Trade Unions

CP – Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

CMT – Confederação Mundial do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CTB – Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil

CUT – Central Única de Trabalhadores do Brasil

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DHESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

EUA – Estados Unidos da América

FAL – Fórum de Autoridades Locais

FD – Feminist Dialogue

FOCUS – Focus on the Global South

FORD – Fórum pela Restauração da Democracia do Quênia

FMA – Fórum Mundial de Alternativas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

FSPA – Fórum Social Pan-Amazônico

GATT – General Agreement on Trade and Tarif (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio)

GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Social Mundial

G7 – Grupo dos 7 países mais ricos do mundo mais a Rússia

G8 - Grupo dos 7 países mais ricos do mundo mais a Rússia

G20 – Grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia

GSC – Global Civil Society

HIV – Human Immunodeficiency Virus

IBAS – Índia, Brasil, África do Sul

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos

IGLHRC - Comissão Internacional pelos direitos Gays e Lésbicos

IPF – Instituto Paulo Freire

JPC - Justice and Peace Convention

KANU – Kenya African National Union

KNBS – Kenya National Bureau of Statistics

LGBT – Lesbicas, gays, bissexuais e travestis

LSE – London School of Economics

MAP - Moral Alliance for Peace

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NARC – National Rainbow Coalition of Kenya

NAFTA – North América Free Trade Area (Área de Livre Comércio da América do Norte)

NCAER - National Council of Applied Economic Research of India

NCCK – National Council of Churches Kenya

NRC – National Rainbow Coalition – Partido do Quênia

NYT – New York Times

OCLAE – Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes

ODM - Orange Democratic Movment

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ONG – Organização Não Governamental

OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte

PA - Pará

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCEA - Presbyterian Church of East África

PCF – Partido Comunista Francês

PCI – Partido Comunista da Índia

PCI – Partido Comunista Italiano

PCI(M) – Partido Comunista da India – Marxista

PNU - Party of National Union

PNUD (UNDP) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SCG – Sociedade Civil Global

SCL – Sociedade Civil Local

SDDH – Sociedade Paraense de Direitos Humanos

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UE – União Européia

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

UNE – União Nacional de Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNGASS – United Nations General Assembly Special Session on HIV and AIDS

WSF – World Social Forum

WTO – World Trade Organization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

		Pág.
Quadro 1	Encontros anti-globalização anos 90 e 2000	109
Quadro 2	Panorama do Sul que abrigou o FSM: Brasil, Índia e Quênia	207
Quadro 3	Temas “guarda-chuva” das atividades	231
Quadro 4	Correspondência de temas entre os FSM:	233
Quadro 5	O FSM em Mumbai, Nairóbi e Belém	289

TABELAS

		Pág.
Tabela 1	Dados FSM Porto Alegre 2001, 2002, 2003	123
Tabela 2	Dados Pesquisa Perfil de Participantes do FSM (Ibase)	219
Tabela 3	Dados FSM Mumbai (2004), Nairóbi (2007), Belém (2009)	220
Tabela 4	Perfil de participantes em Mumbai, Nairóbi, Belém (Ibase)	221
Tabela 5	Atividades inscritas Mumbai, Nairóbi, Belém	227
Tabela 6	Atividades inscritas por eixo temático	235
Tabela 7	Concordância com os temas apresentados por local de origem (fonte: Ibase)	252

GRÁFICOS

		Pág.
Gráfico 1	Atividades inscritas por região do mundo	228
Gráfico 2	Atividades inscritas pelo país sede Mumbai 2004	230
Gráfico 3	Atividades inscritas pelo país sede Belém 2009	230
Gráfico 4	Atividades inscritas por tema Mumbai, Nairóbi, Belém	236

Sumário

Introdução 19

1 Hegemonia no século XXI..... 25
1.1 Hegemonia em Gramsci..... 25
1.2 Arrighi e a Hegemonia Mundial..... 35
1.3 O desenvolvimento das hegemonias mundiais em Arrighi..... 41
1.4 O Estado nacional na disputa hegemônica mundial..... 48
1.5 O papel do Estado na tradição marxista..... 51
1.6 O Estado nacional em Tilly..... 54
1.7 Hegemonia sociedade e cultura..... 57
1.8 A disputa pela hegemonia no plano inter-estatal..... 60
1.9 A tensão na disputa pela hegemonia global..... 65

2 Contra-hegemonia global..... 71
2.1 Crise da globalização hegemônica..... 71
2.2 A globalização contra-hegemônica..... 79
2.3 Governança global 84
2.4 Sociedade civil global..... 90

3 O Fórum Social Mundial: um produto da contra-hegemonia global..... 103
3.1 Porto Alegre x Davos..... 108
3.2 O Fórum Social Mundial..... 115
3.2.1 Estrutura organizativa..... 117
3.2.2 Formato do evento..... 120
3.2.3 Porto Alegre 2001, 2002 e 2003..... 123
3.2.4 O processo FSM de 2005 a 2008..... 126
3.2.4.1 Porto Alegre 2005..... 127
3.2.4.2 FSM Policêntrico (2006) e Dia de Ação Global (2008) refletem mudanças do processo..... 128
3.2.5 2004 a 2009: Mumbai, Nairóbi e Belém..... 130
3.2.6 A Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais..... 130
3.3 O Fórum Social Mundial nasce sob disputa..... 132

3.3.1 Espaço ou movimento?..... 136
3.3.2 Partidos políticos podem entrar?..... 141
3.3.3 O Fórum Social é mundial?..... 144
3.4 O FSM como invenção e inventor da contra-hegemonia global..... 151

4 Brasil, Índia e Quênia: o Sul Global faz o Fórum Social Mundial.....158
4.1 FSM: uma invenção brasileira?..... 158
4.1.1 O fator Porto Alegre.....165
4.2 A Índia fez o FSM ser mundial..... 171
4.2.1 De Porto Alegre a Mumbai..... 180
4.3 O Quênia e os desafios de um Fórum Social na África.....186
4.3.1 Nairóbi coloca a África no mapa do FSM..... 202
4.4 Orçamento Participativo, Panchayat e Harambee:
O Fórum Social é do Sul, mas é Global.....206

5 Mumbai, Nairóbi e Belém: Cada estrela tem seu brilho na constelação
contra-hegemônica global..... 214
5.1 O perfil do participante..... 219
5.1.1 Mumbai.....222
5.1.2 Nairóbi.....223
5.1.3 Belém.....224
5.2 Inscrição de atividades em Mumbai, Nairóbi e Belém..... 225
5.2.1 Inscrição por país ou região..... 225
5.2.2 Inscrição por temas..... 230
5.3 Sociedade Civil Local e Agenda Local..... 241
5.4 Sociedade Civil Global – “modus operandi”..... 267
5.5 Mumbai, Nairóbi e Belém: Três estrelas do sul global.....285

Conclusões..... 294
Referências..... 303
Anexos..... 323
Anexo I – Carta de Princípios do Fórum Social Mundial..... 324
Anexo II – Versão Indiana da Carta de Princípios do FSM..... 327
Anexo III – Composição do Conselho Internacional do FSM.....331

Anexo IV - Comitê Organizador Indiano do FSM de Mumbai 2004.....340
Anexo V – Comitê Organizador do FSM de Nairóbi 2007..... 341
Anexo VI – Grupo Facilitador do FSM de Belém 2009..... 342
Anexo VII – Manifesto de Porto Alegre (2005)..... 343
Anexo VIII – Resumo do Apelo de Bamako (2006)..... 346
Anexo IX - Frases da Marcha de Abertura do FSM de Belém 2009.....350
Anexo X - Atividades inscritas no FSM de Mumbai 2004..... 352
Anexo XI - Atividades inscritas no FSM de Nairóbi 2007.....354
Anexo XII. – Atividades inscritas no FSM de Belém 2009..... 356
Anexo XIII - Entrevistas..... 359
Anexo XIV - Fotos..... 365

INTRODUÇÃO

O capitalismo está em crise. Esta certamente é uma das frases mais proferidas ao longo dos últimos 500 anos. Resta saber se a atual crise é de acomodação ou superação do sistema capitalista. A história tem mostrado que no interior do sistema capitalista o Estado hegemônico é, paradoxalmente, produtor e vítima das próprias crises e, de ciclos em ciclos, é superado por outro que será igualmente produtor e vítima da próxima crise (ARRIGHI, 1996). A potência atualmente em crise são os Estados Unidos da América, hegemônicos desde o final da segunda-guerra mundial (1945), e que, desde meados da década de 70, tentam superar a própria crise de hegemonia lançando mão de mecanismos que acabaram por gerar outras crises. Um destes mecanismos é o neoliberalismo, que se difundiu no último quarto do século XX através da globalização neoliberal (AMIN, 1997; WALLERSTEIN,1991). O fenômeno da globalização traz um novo elemento para os debates em torno das crises sistêmicas de hegemonia mundial. Não é só um Estado que é hegemônico, mas toda a globalização. Existe, portanto, uma globalização hegemônica neoliberal (SANTOS, 2002). Igualmente não existe somente um Estado ou grupo de Estados contra-hegemônicos, mas toda uma globalização. Existe, portanto, uma globalização contra-hegemônica (Idem, 2002).

O comando da globalização hegemônica está nas mãos de uma governança global nebulosa (COX, 1997), composta pelos países centrais do sistema, multinacionais e organismos multilaterais, confrontada por uma sociedade civil global composta por movimentos sociais, sindicais, feministas, ambientalistas, indígenas, juventude e vários outros, organizados em torno de uma agenda contra-hegemônica, com incidência local e global. O conceito de sociedade civil global é controverso na Ciência Política e passa por um processo de estabilização e consolidação conceitual a que se soma esta tese. O Fórum Social Mundial é uma expressão da capacidade de organização, formulação e vocalização de agendas desta sociedade civil global. Seus eventos mundiais ocorreram nos últimos dez anos em três continentes do sul global, América Latina, Ásia e África. A articulação entre a agenda pós-colonial do sul e anti-globalização neoliberal do norte deu origem a um a um dos maiores inventos políticos do período fronteiriço entre o fim do século XX e o início do século XXI.

Este trabalho é fruto de dez anos de análise do Fórum Social Mundial. Complementam esta pesquisa a monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais (UFMG) intitulada *O Fórum Social Mundial e a participação política na Era Global* (2003) e a dissertação de Mestrado em Ciência Política (UFMG) *A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global* (2006). Três

trabalhos que acumulam informações e análises realizadas no decorrer dos acontecimentos das várias edições do FSM, desde o primeiro em Porto Alegre (2001) até o mais recente em Belém (2009).

O interesse que originou as pesquisas surgiu em 2001 de uma indagação sobre o FSM. Não seria o Fórum uma resposta a um acelerado processo de centralização de decisões globais? Desta indagação surgiu uma comparação inevitável: não estaria ocorrendo no plano mundial um processo semelhante às lutas por democratização ou redemocratização no plano nacional de vários países? Com o fim da bipolaridade, conseqüência da queda do leste europeu, é como se o mundo tivesse levado um golpe de Estado e uma pequena elite composta pelos países centrais do capitalismo e suas multinacionais passassem a ter ainda maior poder de decisão, desde questões centrais às mais elementares, como o uso das comunicações, o acesso a água ou a medicamentos, e o restante da humanidade tivesse ficado ainda mais excluído. A hipótese inicial era que o FSM constituía uma resposta democrática à ditadura global do capitalismo. Era a revelação do aprofundamento de um déficit democrático mundial, intensificado pelo processo de globalização neoliberal.

Na tentativa de corroborar esta hipótese surgiram mais dúvidas. Quem organizava estes encontros? Seria uma emergente sociedade civil global? Que impacto os encontros tinham sobre a política em nível mundial e no interior dos Estados nacionais? O FSM era realmente mundial? Como se dava sua organização interna e a definição do projeto sob o qual era conduzido? Por que apesar de mundial assumia características tão fortes da nação que o abrigava? Por que não aprovava uma declaração final e diretrizes claras de como mudar o mundo? De que outro mundo falava seu slogan: “Um outro mundo é possível?” E assim, uma infinidade de questões como estas foram surgindo e apontando um horizonte de investigações a serem realizadas.

Muitas destas e outras questões foram investigadas nos trabalhos anteriores citados, tanto na monografia de 2003, com uma análise dos três primeiros encontros em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003), como na dissertação de mestrado de 2006 com um estudo sobre o FSM de Mumbai (2004) e o de Porto Alegre (2005). As duas pesquisas permitiram conhecer as características e as nuances internas dos encontros, suas respostas à conjuntura mundial, o impacto das diferenças e similaridades entre Brasil e Índia na produção do Fórum, a força da agenda local na resposta e na formulação de uma agenda global, as mudanças de uma relação inicialmente hostil a uma relação de cooperação com atores do Estado nacional. Longe de serem conclusivas, as pesquisas suscitaram novas questões, tão ou mais instigantes que as

iniciais. Destas, a mais forte tratava de entender como esse processo, conhecido como Fórum Social Mundial, se inseria em um contexto de crise hegemônica mundial.

No início de suas articulações, meados dos anos 90, o movimento anti-globalização foi movido pelo ímpeto de "mudar o mundo sem tomar o poder", da marcha dos zapatistas no México aos protestos anti-cúpulas da Europa todo o norte foi tomado por uma escalada de protestos sociais anti-neoliberais. Com a complexificação dos movimentos e sua interconexão a agenda contra-hegemônica global avançou para a consolidação de uma sociedade civil global na tentativa de democratizar as instâncias de poder global e, ao exercer pressão sobre os governos hegemônicos centrais e o sistema de governança global, influênciasse diretamente nos rumos mundiais. Esta tática obteve êxito ao final dos anos 90 com o impedimento da aprovação de um Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) em Paris (1998) e com a inviabilização da conclusão da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle (1999). Da conjugação destas iniciativas anti-globalização do norte com as lutas pós-coloniais e anti-neoliberais do sul deu-se início ao processo de criação e crescimento do FSM. A primeira vitória da aliança norte-sul contra-hegemônica foi a mobilização global promovida em 15 de fevereiro de 2003 contra a instalação da Guerra do Iraque. Esta foi certamente uma das maiores mobilizações simultâneas da história da humanidade e os protestos foram massivos e mundializados, a ponto do *The New York Times*[1] classificar a opinião pública mundial anti-guerra como a segunda superpotência mundial.

Em 2003, a pressão da sociedade civil mundial sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), o Governo dos Estados Unidos e aliados não foi capaz de impedir a guerra, mas foi capaz de formar uma opinião pública mundial fortemente anti-guerra que revelou mais um dos elementos da crise hegemônica instalada: a perda de apelo consensual da superpotência. Apesar da grande vitória, os movimentos se deram conta de que o confronto direto entre sociedade civil global e governança global enfrentava sérias limitações e a aposta inicial de mudar o mundo sem tomar o poder começava a desmoronar. Neste trabalho, aponta-se para uma mudança discursiva no interior do FSM que começou como um movimento anti-globalização do norte e ao se aliar às lutas pós-coloniais e anti-neoliberais do sul sintetizou um discurso civilizatório contra-hegemônico que pode ou não avançar para o pós-capitalismo.

[1]Nas palavras do jornalista do N.Y.T. no dia 16 de fevereiro de 2003: A fratura da aliança occidental a respeito do Iraque e as enormes manifestações anti-guerra em todo o mundo esta semana são alertas de que ainda podem haver duas superpotências no planeta: os Estados Unidos e a opinião pública mundial. – Tradução livre de: "The fracturing of the Western alliance over Iraq and the huge antiwar demonstrations around the world this weekend are reminders that there may still be two superpowers on the planet: the United States and world public opinion". <http://www.nytimes.com/2003/02/17/international/middleeast/17ASSE.html?ex=1049778000&en=7da0293e7337890c&ei=5070>

Este trabalho faz uma análise dos eventos mundiais do FSM de 2004, um ano após os protestos contra a guerra do Iraque, até 2009, às vésperas de completar uma década de existência, com exceção do FSM de Porto Alegre (2005)[2]. Procura-se explicar porque as intenções globalizantes do FSM foram cada vez mais condicionadas à agenda local do país que o sediava, com a emergência da situação dos "Dalits" (castas de "intocáveis") na Índia, a força da Igreja no Quênia e a questão participativa (Porto Alegre) e ambiental (Belém) no Brasil. A tese geral defendida, ou o argumento analítico colocado à prova no decorrer do texto, é a de que o Fórum Social Mundial constitui a expressão de uma sociedade civil global que tem formulado na última década um conjunto de valores civilizatórios com potencialidade hegemônica e ao fazê-lo encontra no contexto dos países do sul global o campo mais propício para se consolidar. A ocorrência do FSM e o processo de internacionalização do protesto social mudou o padrão de disputa hegemônica em nível mundial.

A primeira identidade do Fórum Social Mundial esteve fortemente ancorada no fato de ser um encontro "anti" Fórum Econômico Mundial, que ocorre todos os anos na cidade de Davos na Suíça. O FSM nasceu a partir de uma conjunção de fatores, conforme mostra este estudo, e entre eles estão os encontros anti-Davos pré-existentes na Europa, as mobilizações anti-globalização dos anos 90, das quais Seattle 1999 foi a mais conhecida. Contrapondo-se à globalização hegemônica neoliberal e a seus instrumentos de articulação política e econômica, como o encontro de Davos, o FSM se colocou em uma situação anti-hegemônica ou contra-hegemônica. Foi seguindo esta pista que se dedicou o primeiro capítulo deste trabalho à reflexão sobre os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. A primeira e fundamental referência foi no conceito de hegemonia re-fundado por Gramsci no interior da teoria marxista e que desde então é amplamente utilizado no mundo acadêmico e político. O mesmo ocorre com o conceito de contra-hegemonia que apesar de não estar anunciado na teoria gramsciana emerge dela como um conceito explicativo. Para analisar o processo de disputas hegemônicas no plano mundial recorre-se a Giovanni Arrighi, que ao lado de Wallerstein e outros, parte de Braudell para explicar os ciclos hegemônicos mundiais do capitalismo dos quais o norte-americano é o quarto, atual e decadente. Os conceitos de Estado, Estado nacional e nação foram também revisitados neste capítulo que é concluído com alguns pressupostos que formam a linha condutora da tese.

Em seguida, no segundo capítulo, foi feita uma abordagem sobre um dos aspectos da crise hegemônica quando um dos seus instrumentos de recuperação hegemônica, o da

[2] A opção foi escolher um FSM por país.

globalização neoliberal, entra em crise. O processo de crise da globalização hegemônica e sua governança global, assim como a própria globalização, possuem várias interpretações concorrentes e complementares. As características do "bloco histórico", que forma o corpo daqueles que se identificam com a globalização contra-hegemônica, são também enunciadas e uma atenção especial é dada à discussão sobre um ator fundamental desse processo: a sociedade civil global. Conceito tão ou mais controverso que o de governança global, o termo sociedade civil global acompanhará todo o desenrolar do trabalho e aparecerá com várias roupagens de acordo com os interlocutores, fontes pesquisadas, entrevistas. Este capítulo, portanto, foi essencial para consolidar uma perspectiva do conceito de sociedade civil global.

O terceiro capítulo foi dedicado à apresentação do objeto de pesquisa, o Fórum Social Mundial, à luz das discussões sobre hegemonia e contra-hegemonia no plano global. Procurou-se mostrar como o encontro anti-Davos se consolidou para além do que o identifica como um processo contrário à ordem mundial estabelecida, mas como um experimento e uma inovação política do século XXI que mudará a forma de participação política e articulação entre atores locais e globais na busca por uma nova ordem mundial ou um "outro mundo possível". A disputa por hegemonia no interior do FSM também é revelada ao se apresentar as principais polêmicas entre "horizontalistas" e "movimentistas" no interior do processo de consolidação de um novo bloco hegemônico a partir de um instrumento intensamente disputado entre os que o vêem como um "espaço" e os que o entendem como um "projeto".

No quarto capítulo, investigou-se o que há de brasileiro no Fórum Social Mundial. Em que contexto Índia e Quênia - dois países do sul global e inseridos em lutas democratizantes e pós-coloniais como o Brasil - receberam e deram vida aos encontros do FSM. Em cada um destes países, uma estrela brilhou para o mundo durante os dias de encontro: Mumbai 2004, Nairóbi 2007 e Belém 2009, dando uma prova cabal da característica mundial do Fórum Social. Neste capítulo tratou-se de entender como o Brasil do Orçamento Participativo e da Amazônia organizou os encontros de Porto Alegre e Belém, como a Índia dos *dalits* e do *panchayat raj* organizou o encontro de Mumbai e como o Quênia do *harambee* e da força da igreja cristã organizou o encontro de Nairóbi. Três países do sul global, cuja história recente está referenciada nas lutas anti- e pós-coloniais, nas lutas por independência e democracia, nas lutas anti-neoliberais e por emancipação popular. Do encontro da agenda pós-colonial e da agenda anti-neoliberal, se formou o contexto da agenda contra-hegemônica expressa no FSM.

No último capítulo, enfrentou-se de forma empírica as questões colocadas como agenda de pesquisa. Através de dados oficiais, tabelas de inscrições de atividades fornecidas pelo Conselho Internacional do FSM ou Comitê Organizador de cada evento, Pesquisa Perfil

de Participantes do FSM realizada pelo Ibase em cada fórum, e outros disponíveis na imprensa sobre cada evento, buscou-se responder o problema da tese. Neste capítulo, mostrou-se o que há de comum e específico em cada evento. Buscou-se entender o que tornou possível realizar um encontro com tantas características comuns em países tão distintos como o Brasil, a Índia e o Quênia e, ao mesmo tempo, incorporar especificidades que só poderiam ser encontradas nestas localidades. Revelaram-se, através dos dados, as agendas de cada encontro, os temas reprimidos que encontraram vazão no FSM, os temas globais localmente desconhecidos que foram introjetados pelo FSM, as redes formadas, polêmicas que se enfrentaram, a sociedade civil global que se materializou, as novas formações políticas que despontaram, a relação com o Estado que se transformou. Uma série de evidências empíricas que tornaram possíveis as conclusões sobre o tema escolhido para este trabalho.

Na última seção, dedicada às conclusões, foram sistematizadas as respostas que emergiram ao longo da pesquisa às principais questões formuladas. Ficaram evidentes as marcas profundas deixadas pelo colonialismo em cada um dos três países abordados e como as lutas pós-coloniais materializadas em intensos processos de democratização fundaram um tipo de Estado e especialmente um padrão de sociedade civil com distintas gradações de autonomia, estrutura e influência de um país para outro. A relação entre este Estado, os movimentos sociais e a sociedade civil em geral, em contextos democráticos variados, determinou o modo da participação desses países na disputa hegemônica global. Brasil, Índia e Quênia – América Latina, Ásia e África - apontam para a emergência do sul em um contexto de crise hegemônica no despontar do século XXI. O Fórum Social Mundial projetou para o mundo uma inovação política que resgata e dá vazão à participação determinante do sul global na promoção da contra-hegemonia. Em dez anos de história, ficou demonstrado que a aliança entre a sociedade civil que produz o FSM e os Estados contra-hegemônicos foi capaz de imprimir derrotas mais concretas ao campo hegemônico do que a disputa direta no plano global entre sociedade civil global e governança global.

1 HEGEMONIA NO SÉCULO XXI

É a teoria que decide o que podemos observar
Albert Einstein

1.1 Hegemonia em Gramsci

A palavra hegemonia vem do grego *eghestai*, que significa "conduzir", ser "guia"; ou do verbo *eghemoneuo*, "comandar", "preceder" e dá origem à palavra *eghemonia* que significa o ato de caminhar à frente, liderando[3].

Foi dentro da tradição marxista, através dos escritos de Lênin (O Estado e a Revolução, 1917) e Gramsci (A Questão Meridional, 1916-1926; Cadernos do Cárcere, 1929-1935), que se deu um significado político à hegemonia, transformando-a em um conceito importante dentro da ciência social e política moderna. Karl Marx deixou como legado uma série de formulações que transformaram o pensamento político, econômico e social de seu tempo. Desde as formulações sobre o trabalho como condição básica e fundamental da vida humana (Manuscritos Econômico-Filosóficos, 1844; A Ideologia Alemã, 1846; Teorias da Mais Valia, 1862), a luta de classes como o motor da história (Manifesto Comunista, 1848), até os mais complexos apontamentos a respeito do modo de reprodução do sistema capitalista (O Capital, 1867). Ao investigar a fundo como se dava a dominação da classe dominante dentro do sistema capitalista o pensamento marxista revelou que *"as ideias dominantes são as ideias da classe dominante"* e os teóricos desta linha aprofundaram esta análise sobre a dinâmica de funcionamento de sociedades específicas, como Lênin com a Rússia e Gramsci com a Itália.

O conceito de hegemonia em Lênin surge do seu exercício de realizar uma *"análise concreta da situação concreta"*, da Rússia pré-revolucionária. Partindo de uma teoria marxista geral do capitalismo ele se esforçou pra entender a dinâmica específica da sociedade russa e a forma com a qual se dava a dominação e a constituição do poder naquela sociedade. A pergunta que guiou Lênin, em seu aprofundamento teórico foi: como se produz a luta de classes em uma formação econômico-social? Ele percebeu que não era somente com o uso da violência e da repressão do Estado que uma determinada classe buscava a condição de dominação, mas também através da formação de alianças em torno de interesses sociais e experiências políticas:

[3] Gruppi, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci* (1978).

> Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a "condição prévia" da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível. (LENIN, 2007, p. 58).

Embora Lênin não se referiu explicitamente a este fenômeno como a essência da hegemonia, deixou subentendido que somente quando o proletariado, através da direção política e cultural do seu partido, conseguisse criar um sistema de alianças de classes, que permitisse à população trabalhadora voltar-se ideologicamente contra o capitalismo e o Estado burguês, seria possível que o poder passasse a ser disputado de fato com a burguesia, através da instituição da ditadura do proletariado e do campesinato. Segundo Lênin, este seria o período de "transição política" *em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura do proletariado* (LENIN, 2007, p. 104). Esta concepção substituiria uma anterior em que se defendia que para emancipar-se o proletariado deveria derrubar a burguesia, apoderar-se do poder político e estabelecer de imediato uma ditadura revolucionária. Lênin apontou que esta passagem de uma sociedade capitalista para a comunista seria impossível sem uma "transição".

Deste modo, o conceito de hegemonia teve para Lênin o claro sentido de direção política e tal condução só poderia ser construída quando certa classe deixasse de ser corporativista e conseguisse ampliar seu leque de alianças. Segundo Lênin, se o proletariado, por exemplo, quisesse construir uma hegemonia política sobre o restante da sociedade, precisaria abandonar "o estreito limite da luta econômica contra o patrão e o governo" e se colocar na linha de frente das lutas "contra qualquer manifestação de arbitrariedade e de opressão onde quer que ela se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida" (LENIN, 1978).

Lênin teve, portanto, o mérito de utilizar os pressupostos marxistas para uma leitura do papel da participação organizada dos homens em determinada sociedade e não meros reprodutores de uma ordem econômica. E será nesta clareira aberta por Lênin que Gramsci trilhará ao buscar entender o fenômeno da formação da hegemonia dentro de processos de transformação social. Gramsci enriquecerá e dará vida ao conceito de hegemonia ao ampliar o entendimento sobre a aliança operário-camponesa para uma noção de busca da persuasão das massas, através do consenso.

O italiano Antonio Gramsci retoma as reflexões de Lênin, primeiramente em *A questão meridional* (1916-1926) e em seguida nos *Cadernos do Cárcere* (1929-1935). Apesar de primeiramente haver esboçado a sua concepção de hegemonia nas discussões sobre a política de "frente única" que dominou o Terceiro Congresso da Internacional Comunista de 1921. Antes de introduzir seu pensamento, é importante dizer que Gramsci é um dos teóricos marxistas mais controversos e polêmicos dentro da tradição marxista ortodoxa.

Gramsci fundou uma nova e mais ampla concepção de hegemonia[4] que ampliou os limites da teoria marxista e ganhou o mundo intelectual e político até os dias de hoje. Sua delimitação do conceito de hegemonia é fruto de uma interpretação característica do pensamento de Marx[5]. Gramsci alega que somente uma leitura esquemática poderia levar a pensar que aquilo que Marx define como superestrutura tenha uma relação de dependência mecânica com a estrutura. Ao falar das superestruturas como "aparências", Marx está denotando a necessidade da divulgação e da ilustração da ideologia com a intenção de atingir as massas. É neste sentido que para Gramsci, o grande mérito de Lênin foi o de ter compreendido, contra as simplificações economicistas e deterministas, o valor decisivo da luta cultural e ideológica no processo de construção de alianças entre as classes subalternas na busca pelo estabelecimento de um novo sistema econômico e social.

Para Gramsci, claramente, a luta pela emancipação social não está apenas no terreno econômico, mas também por um novo projeto cultural. Neste sentido, Gramsci se insere em um processo de conservação e renovação do marxismo e em certa parte do marxismo-leninismo. Incorpora ênfases e elementos novos, sem que este deixe de ser o fio condutor de sua proposta revolucionária.

Assim como Lukács, Benjamin, Horkheimer, Della Volpe, Marcuse, Lefebvre, Adorno, Sartre e Althusser, entre outros, Gramsci faz parte de uma terceira geração de marxistas. Quase todos de origem ocidental, que ao contrário das gerações anteriores, deram nova face ao desenvolvimento do materialismo histórico de sua época (ANDERSON, 1976). A característica marcante desta geração foi o abandono dos estudos sobre as questões

[4] Não pretende-se dizer aqui que a concepção gramsciana de hegemonia colocou uma pedra sobre o debate em torno das possíveis nuanças do conceito. O debate em torno do conceito continuou, inclusive dentro da tradição marxista, com textos como *Hegemonia e estratégia socialista* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que apontaram os limites e ambigüidades da noção de hegemonia em Gramsci. Contudo, a concepção gramsciana transcendeu a inúmeros debates e se fundou como um conceito relativamente estável dentro das Ciências Sociais.

[5] Existem muitas leituras sobre Gramsci. Neste trabalho parte-se principalmente da concepção de Luciano Gruppi de que a obra de Gramsci parte do legado marxista-leninista. Neste sentido Gramsci aparece com um político intelectual que aprofunda o pensamento leninista da constituição de uma ditadura do proletariado e do campesinato a partir de uma revolução social.

econômicas e políticas e a concentração nos estudos filosóficos, da cultura e da arte. Outro diferencial foi o isolamento da vida política, levando os teóricos marxistas desta geração a se recolherem na academia e em institutos de pesquisa. Gramsci foi um dos poucos, senão o único, desta geração a conjugar a capacidade de elaboração teórica e o exercício da prática política. Gramsci irá, na contramão de sua geração, valorizar a unidade entre a teoria e a prática como relação dinâmica entre o marxismo e a luta revolucionária de massas (ANDERSON, 1976, pg. 96).

Enquanto Lukacs, Adorno, Marcuse, Althuser, Lefebvre, foram buscar suas fontes filosóficas naqueles filosófos que inspiraram Marx - fundamentalmente Hegel, Rousseau, Kant, Spinoza, Schelling – Gramsci buscou teóricos políticos como Maquiavel e Croce. Também impelido a buscar uma linha de ascendência anterior a Marx, encontrou em Maquiavel - não em um filósofo clássico - um cientista político, cujo pensamento equiparou ao da filosofia da práxis marxista. Foi a partir de Maquiavel e da crítica a leitura de Croce sobre Maquiavel que Gramsci se firmou como um pensador político e da ciência política.

Para Croce, Maquiavel foi o filósofo do Renascimento Italiano (CROCE, 2001), sendo historiador quando tentou entender o curso dos acontecimentos e político ao apresentar seu ideal de um príncipe fundador de um Estado nacional forte. Apesar de se apropriar em grande parte da leitura croceana de Maquiavel (BIANCHI, 2007, p. 23) especialmente no que esta revela da capacidade maquiaveliana de apontar para a “autonomia da política”, Gramsci se diferencia ao apreender de Maquiavel uma “autonomia política” que não implica em separação radical entre política e moral ou da “ciência-ação revolucionária”. Diferentemente de Croce que via na relação entre a política, a moral, a arte e a filosofia, uma relação entre “distintos”, Gramsci percebeu que qualquer um destes elementos poderia reduzir-se a um momento do elemento estruturador que era a política-econômica, de acordo com a tradição marxista, mas nunca esta se reduziria a um momento da moral, da arte ou da filosofia. Os “distintos” em Gramsci, são, como para Marx, a estrutura e a super-estrutura, e deste modo, a atividade política, tal como introduzida por Maquiavel, é o primeiro momento da super-estrutura, em uma fase em que ainda reina o voluntarismo e a espontaneidade.

Ao buscar uma leitura realista e objetiva, fundada em Marx e Maquiavel, Gramsci vislumbrava a superação do capitalismo eminentemente através da conquista do poder político. Para Gramsci, tal poder não estava concentrado meramente no aparato estatal, mas principalmente em um sistema de relações, não só econômicas como também políticas e culturais. Dentro desse complexo de relações, estão as relações culturais de dominação para as

quais Gramsci dedicou especial atenção e que foram base fundamental para o desenvolvimento do seu conceito de hegemonia:

> A tarefa de toda concepção dominante (que, sendo dominante, torna-se, portanto também fé, também ideologia para as grandes massas, não conscientemente vivida em todos os pressupostos e em todos os seus aspectos) consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado precisamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, 1999).

Com Gramsci, o desenvolvimento cultural ganha status de condição necessária ao processo revolucionário e à instalação de uma nova ordem social. A cultura é a base, a massa, o amálgama capaz de realizar o elo entre aqueles que, mesmo provenientes de distintas referências sociais, encontram-se nas mesmas condições. A cultura é, portanto, vista como um instrumento de emancipação política da classe subordinada, pois através dela será possível tomar consciência dos problemas e situações comuns vivenciados pelos atores sociais (SIMIONATTO, 1995, pg. 28).

O conceito de hegemonia gramsciano ganha relevância no ensaio *Alguns temas da questão meridional* de 1926. No texto, fica clara a ampliação da concepção de aliança entre operários e camponeses de Lênin para uma coalizão que busque um consenso de massa ou a persuasão das massas na busca de um consenso. Essa concepção de hegemonia, que aparece melhor formatada no ensaio sobre a questão meridional, vinha sendo amadurecida desde o início dos anos 20 nas discussões sobre a política de “frente única” que polarizava os debates no interior da Internacional Comunista.

Nos textos e discursos de Gramsci da época do III Congresso da Internacional Comunista de 1921, surgem as primeiras elaborações sobre a diferenciação entre sociedades orientais e ocidentais. Análise fundamental para a constituição do seu conceito de hegemonia. Gramsci, a partir de uma análise histórica e das especificidades nacionais, apontava que as condições para a revolução na Europa Central e Ocidental eram absolutamente distintas da Rússia de 1917. As condições ocidentais exigiam uma nova estratégia revolucionária. Denominando de “guerra de posições” a luta pelo estabelecimento de alianças de classe e conquista da hegemonia, Gramsci irá se diferenciar da linha política dos líderes da 3ª. Internacional.

A grande diferença entre Ocidente e Oriente (Rússia czarista, por exemplo) poderia ser estabelecida principalmente pelo grau de autonomia que a sociedade civil[6] alcançara em relação ao Estado nas sociedades ocidentais. Enquanto no Ocidente vislumbrava-se uma sociedade civil mais complexa e um Estado mais amplo, no Oriente o Estado era "tudo" e a sociedade civil extremamente frágil. O capitalismo ocidental impunha novas e diferentes determinações e condições. A "guerra de movimento" - de enfrentamento e tentativa de conquista frontal do Estado - não poderia funcionar nos países ocidentais. Seria necessário travar uma "guerra de posição" pela conquista da direção política ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da sociedade como linha para conquista e preservação do poder.

A ocidentalidade apontada por Gramsci não diz respeito meramente à disposição geográfica dos países, mas principalmente ao seu desenvolvimento histórico. Nos países do "ocidente gramsciano", as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, tendo em perspectiva a conquista de posições estratégicas e da constituição de

[6] A complexificação das sociedades do "Ocidente" resultante de novas determinações sociais com o surgimento de sindicatos, partidos de massa, sufrágio universal, levou à criação de uma nova esfera que Gramsci delimitou como sociedade civil. Através da formação de opiniões dentro desta sociedade civil, o Estado passa a exercer outra forma de poder, que não somente o da opressão. A busca do consenso e da legitimação de uma direção intelectual e moral, através da incorporação de ideias de uma classe por outra, passa a ser um novo instrumento de poder. A concepção de sociedade civil em Gramsci transforma a noção de sociedade civil formulada por Marx. O conceito de sociedade civil em Marx é inspirado no conceito hegeliano de um campo que está no meio do caminho entre a forma mais primitiva, ou natural, de sociedade que é a família e o Estado, que seria a forma mais ampla e desenvolvida de organização social. O Estado, ou, a sociedade política, superaria e sublimaria as formas anteriores de sociabilidade. A sociedade civil de Hegel é a dissolução da unidade familiar em classes sociais que obedecem à dinâmica das necessidades econômicas e promovem uma primeira tentativa de regulamentação externa dos conflitos humanos, sem a organicidade, porém, característica da forma definitiva de sociabilidade que será o Estado. Assim como Rousseau, Hegel contraria os primeiros jusnaturalistas diferenciando a sociedade civil do Estado e dá ao último um status de excelência e superioridade, e relegando à sociedade civil a condição de reino das necessidades. Marx retoma as considerações de Hegel, mas dá ao conceito de sociedade civil uma identificação direta com a ideia de sociedade burguesa. A concepção marxista de sociedade civil, portanto, é histórica e só tem sentido se analisada à luz da passagem da sociedade medieval para a sociedade burguesa, em que o centro passa a ser o indivíduo, protagonista da luta de um contra todos, do egoísmo, da propriedade privada, do materialismo. Com a emergência da sociedade burguesa, cria-se a necessidade da existência do Estado. Por sua vez, este será incapaz de promover os interesses universais e a cidadania, por não suprir as necessidades econômicas de cada indivíduo. Surge, assim, a dicotomia inerente ao Estado moderno. É por isso que, segundo Marx, a essência do Estado será encontrada nas características da sociedade civil ou das relações econômicas burguesas, porque a sociedade civil é o espaço em que tem lugar a estrutura (relações econômicas) de cada sociedade sobre a qual se elevará a superestrutura jurídica e política. Ao contrário de Marx, Gramsci vai localizar a sociedade civil na superestrutura e não na estrutura como seu antecessor e inspirador teórico. Para Gramsci, a sociedade civil representa justamente o momento da hegemonia, representando não só as relações econômicas como as relações ideológico-culturais. Gramsci não abandona a tese marxista de prioridade da estrutura econômica, mas mostra a importância do momento de formação e transmissão de valores necessários para o exercício da dominação. A sociedade civil adquire a característica do espaço de disputa ideológica pela manutenção da dominação hegemônica de um determinado grupo que está dirigindo o Estado. Deste modo, a hegemonia organizada na sociedade civil irá proteger o Estado ao mesmo tempo em que este irá fortalecer a hegemonia da classe dominante através do aparelho coercitivo. Gramsci não deixa de lado, no entanto, a ideia marxista de necessidade da abolição do Estado, condenando inclusive a "estatolatria", porém redefinirá o desaparecimento do aparelho estatal como o resultado do desenvolvimento da auto-regulação da sociedade civil.

um consenso social. É neste sentido que a busca da hegemonia está também na forma como as classes sociais, divididas em forças dominantes e forças dominadas, se relacionam e exercem as suas funções no interior do bloco histórico[7] e travam a luta pela direção da "nova" ordem social.

A superação desta tensão, a passagem da estrutura para a super-estrutura, do momento corporativo de cada setor ao universalismo ético-político, a passagem da classe em si de classe para si[8], a constituição de um projeto para toda a sociedade por via de uma ação coletiva e a formação de um bloco histórico, Gramsci denominava de momento de "catarse". O momento catártico é o ponto de partida da filosofia da práxis gramsciana, a passagem das lutas corporativas para as lutas mais duradouras e universais que dariam a base de uma nova hegemonia. A catarse era o momento em que a perda de referência de setores da sociedade na liderança hegemônica cria a oportunidade de conquista de uma nova direção "intelectual e moral" no campo das ideias e da cultura e propicia a capacidade de construir um novo consenso e formar uma nova base social. O consenso "perdido" por uns e "conquistado" por outros era então o pressuposto da direção política. Esta é essencialmente a concepção gramsciana de hegemonia, a transformação do momento catártico de perda das referências "egoísticas" e a construção de referencias universalistas, capazes de arrancar o homem do processo de alienação imposto pela hegemonia vigente e forjar sua liberdade em novas bases ético-políticas.

Neste tema, Gramsci se diferencia uma vez mais de Croce, um dos maiores pensadores italianos de seu tempo[9], Gramsci critica-o justamente por não analisar este processo de tensão, relações, conflitos entre tendências hegemônicas. Croce centrava-se unicamente no momento hegemônico propriamente dito, diferenciando-o do momento da coerção, da intervenção, do uso da força ou da pressão. Gramsci renegou esta concepção mecânica e optou por estudar a constituição histórica e política da hegemonia.

Gramsci recorre a uma série de exemplos históricos, em particular, aos moderados na França do século XIX ou na Itália (Risorgimento), para definir a hegemonia como um complexo sistema de relações e de mediações. Uma completa capacidade de direção que

---

[7] O conceito de "bloco histórico" foi inicialmente formulado pelo teórico sindicalista Georges Eugene Sorel e é muito utilizado por Gramsci para signifcar o conjunto formado pela infra-estrutura e super-estrutura. Gramsci inclui na sua concepção de bloco histórico: os intelectuais, o partido e o Estado e a economia.

[8] Para Marx, através de um processo de tomada de consciência da sua condição de classe dominada, o proletariado deixaria de ser *classe em si* e passaria a ser *classe para si*.

[9] Entre 1882 e 1952, quando morreu, Benedetto Croce publicou cerca de 30 mil páginas e a acompanhou as reedições dos 72 volumes de sua obra. Produção intelectual que possibilitou ao pensador firmar-se no cenário italiano da primeira metade do século XX como o renovador do conceito de filosofia dialética em lugar da filosofia positivista que imperava anteriormente (BIANCHI, 2007, p. 16).

contrapõe a um entendimento simplório de dominação baseado principalmente no poder do uso da força. A implementação desta forma mais complexa de direção necessitava de um conjunto de atividades culturais e ideológicas, sendo os intelectuais protagonistas-chave para organizar o consenso.

O *Risorgimento* italiano, cujas origens Gramsci vai buscar no início do século XVIII e vai atravessá-lo até início do século XIX é analisado pelo autor como um claro processo de hegemonia das forças moderadas sobre as forças democratas italianas em torno do dilema da unificação da Itália. Gramsci aponta no poder de atração dos moderados sobre os democratas o importante elemento do movimento espontâneo que uma força social pode gerar no momento em que ainda não tem dimensão de seu potencial. No sentido gramsciano, isto é um claro exemplo de hegemonia e não de domínio. Capaz de superar até mesmo a força da igreja católica na Itália, um dos maiores obstáculos do movimento nacional.

Esta supremacia de um grupo social, no caso os moderados na Itália, segundo Gramsci se manifesta de dois modos: como "domínio" e como "direção intelectual e moral":

> Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes da conquista do poder (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente nas mãos torna-se dominante, mas deve continuar dirigente (GRAMSCI, 1977).

Para Gramsci, qualquer grupo que esteja no poder e que perca essa hegemonia cultural[10], ideológica ou moral, deixa de ser dirigente e passa a entrar em progressivo colapso. Esta hegemonia cultural deve estar impregnada de um conjunto de valores coletivos formadores de uma cultura alternativa que leva aqueles que estão subordinados a se candidatarem à direção da sociedade. Portanto, cabe aqui ressaltar o forte poder da instrução ou educação das massas que aparece em suas análises. As massas precisam ser preparadas ideologicamente.

Outro autor marxista que se dedicou a decifrar o papel da dominação ideológica na reprodução de sistemas dominantes foi Louis Althusser. Para ele, seria impossível compreender a reprodução social sem ter em conta a função determinante da ideologia como

[10] Aqui cabe sublinhar que para Gramsci não se trata de pensar um único padrão de cultura, mas perceber que uma tendência cultural hegemônica não subtrai ou extingue as diversas concepções de mundo que a ela se contrapõem. A expressão máxima de cada cultura, fundada em distintos grupos sociais, seria sua ideologia expressa através da religião, da educação, da comunicação, do folclore e mesmo internamente a cada um destes grupos esta ideologia sofre variações de acordo com as distintas capacidades de racionalização entre os intelectuais e os homens "simples", por exemplo, ou entre teólogos e classes populares (ORTIZ, 2006, p. 101)

uma de suas engrenagens fundamentais. Para a ordem hegemônica, é fundamental operar a ideologia dominante como forma de conservação da ordem e reprodução da mesma. São os aparatos ideológicos do Estado, para Althusser (escola, família, meios de comunicação, centros culturais...) e ainda os aparatos repressivos, que conseguem cumprir sua função de reprodução da ordem vigente. Está presente também no pensamento de Althusser que nunca pode ser apenas o fator econômico que determina as formas de ideologia. A respeito das de reprodução da ideologia dominante, que operam nos limites de um projeto hegemônico, devem-se levar em conta muitos fatores determinantes. Será a retroalimentação e a cooperação que se dá entre os aparatos ideológicos e repressivos do Estado que se configurará e se tornará efetiva, material e socialmente reproduzida a ideologia dominante (ALTHUSSER, 1985).

Esta preparação ideológica é necessária para que a hegemonia de certo grupo social seja também a representação dos interesses políticos e valores culturais deste mesmo grupo. Pois através destes interesses, o grupo dominante exerce uma dominação política e cultural sobre outros grupos sociais "aliados" influênciados por ele, restando para os inimigos: a violência e a coerção. A hegemonia não é, portanto, exercida somente através da produção do consenso, e nunca é aceita de forma passiva, por mais abrangente que tenha se tornado seu campo de influência e dominação. O grupo hegemônico é obrigado a estar sempre se renovando e se modificando de modo a neutralizar o adversário, até mesmo incorporando suas reivindicações, de forma maquiada e sem comprometimento dos valores essenciais do grupo hegemônico.

Justamente porque o exercício da hegemonia enfrenta resistência é que se pode dizer que ela não constitui um sistema formal hermeticamente fechado. A todo instante ela se vê ameaçada, seja em sua dimensão cultural, política ou social. Ela está prenhe de contradições e vulnerabilidades. A resistência ou a crítica ao sistema hegemônico configura a crise de hegemonia, à qual se segue um conflito de tendências hegemônicas. De outro modo, seria impossível pensar em mudanças nas sociedades.

Ao falar do momento catártico, Gramsci não fala exatamente em contra-hegemonia, ele fala de luta por hegemonia e de "crise de hegemonia" como sinal de enfraquecimento da direção política da classe no poder ou enfraquecimento do seu poder de direção política e perda da capacidade de formular o consenso social. Para Gramsci, *"a crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer"* (GRAMSCI, 1977, p. 311).

No pensamento gramsciano, a hegemonia está assentada em três pilares, a condução político-econômica, a coerção e a liderança ético-política (capacidade de gerar consenso) exercida por uma classe em relação à outra. Esta liderança ético-política prescinde do poder da coerção, que se dá pelo controle do uso da força. Os pensadores ou intelectuais do regime vigente são, portanto, atores importantes na sustentação da ordem ao criar e popularizar uma visão de mundo que convence os oprimidos de que a subordinação é apropriada, inevitável e justa, no caso da dominação burguesa. As massas são, portanto, levadas a acreditar que sua situação política, social e econômica não pode ser alterada e nem se deveria tentar alterá-la (RUPE, 2003).

Do outro lado, estariam os intelectuais orgânicos, no seio da classe dominada, capazes de elaborar as bases de uma nova ideologia hegemônica ou contra-hegemônica, através de ações revolucionárias. Sua ação estaria focada em desafiar a autoridade da classe dominante e aumentar a consciência das massas. Para Gramsci, a revolução só tem condições para ocorrer quando as pessoas comuns estão convencidas de uma ideologia contra-hegemônica que as inspira a demandar mudanças profundas na cultura popular e no papel do Estado. Uma nova visão de mundo irá guiar os revolucionários na subversão da ordem vigente.

A crise é a expressão das contradições entre as tendências hegemônicas, possível somente nas sociedades mais complexas, com alto grau de participação política organizada (COUTINHO, 1989, pg. 41). Naquelas sociedades em que as classes subalternas ainda não estão em condições de se unificarem e elaborarem um projeto totalizante, a superação da tensão para a conquista da hegemonia se apresentará em dificuldade. Neste sentido, Gramsci apontava para o alto grau de espontaneidade dos movimentos formados pelos setores oprimidos pela falta de dimensão do potencial que o movimento tinha sobre si mesmo, sendo imprescindível o papel do partido para educar, politizar e transformar em luta as batalhas espontâneas.

A formulação gramsciana de hegemonia, apesar de ter sido dedicada à analise da sociedade italiana, transcendeu para uma dimensão universal. A busca da direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia estava presente em todas as complexas sociedades do “Ocidente” e mais tarde seria transposta para as análises de nível mundial. Ao analisar o fenômeno de constituição da hegemonia no interior do Estado-nação, Gramsci alerta que toda hegemonia ultrapassa as fronteiras de uma nação determinada e envolve relações mais complexas que tem como base o plano internacional (GRAMSCI, 1999, p. 399). Segundo Cox,

> Hegemonia no nível internacional é [...] uma ordem dentro da economia mundial com um modo dominante de produção que penetra em todos os países e se vincula a outros modos subordinados de produção. É também um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. Hegemonia mundial é uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente apenas uma dessas, mas deve ser todas as três. Hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que colocam regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam através das fronteiras nacionais – regras que sustentam o modo dominante de produção (COX, 1994, p. 62).

Alguns autores fizeram o exercício de transpor esta noção de hegemonia gramsciana para a disputa hegemônica que se dá nas relações intra-estatais ou pelo "governo do mundo" (ARRIGHI, 1982; COX (1983, 1987); KEHOANE (1984); GILL (1986, 1993); GILL & WALL,1988). Para efeitos da presente pesquisa, é importante entender o que exatamente se entende por hegemonia em nível mundial ou poder hegemônico de alguns Estados e a forma como se dá a condução do destino econômico, político, social e cultural mundial de acordo com uma ou outra hegemonia. Giovanni Arrighi foi um dos autores que melhor explicou como se dá a transição de um ciclo hegemônico para outro em termos mundiais. Arrighi parte da concepção gramsciana de hegemonia fundada na centralidade da dimensão político-econômica, na capacidade de coerção e de geração de consenso. Na proxima seção é exposta a análise arrighiana que possibilita visualizar o atual estágio de luta hegemônica no cenário global.

1.2 Arrighi e a hegemonia mundial

Inspirado em Braudel[11] e apoiado por colaboradores como Perry Anderson e Immanuel Wallerstein[12], Arrighi decidiu escrever *O Longo Século XX*[13] quando refletia sobre a crise econômica mundial da década de 1970. A dinâmica desta crise e o seu desfecho

[11] Fernand Braudel, autor de *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV-XVIII* (1979). Seu esquema interpretativo será seguido por Arrighi.

[12] Ao lado de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein é um dos principais autores que se destaca na tradição da Economia Política do Sistema Mundo. Com a obra *The Modern World System* o autor cria novos conceitos e métodos de análise da história moderna, em especial ao definir o sistema-mundo como uma unidade de estudo da formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XV ao integrar novos territórios ao seu sistema.

[13] Depois de escrever *O Longo Século XX*, Arrighi se dedicou a duas obras que em conjunto com a primeira formam uma trilogia, são elas: *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial (2000)* e *Adam Smith em Pequim* (2008).

poderiam ser revelados ao se comparar o século XX[14] aos séculos anteriores de desenvolvimento do capitalismo, intuiu o autor. Para tanto, Arrighi elegeu os ciclos sistêmicos de acumulação como unidades de análise e encontrou no esquema interpretativo e nos dados históricos de Braudel o norte para produzir uma explicação econômica, coerente e plausível, da ascensão e plena expansão do sistema capitalista mundial (ARRIGHI, 1996, p. 11).

A ideia de um longo século XX, segundo Arrighi, é adotada como "a moldura temporal apropriada para a análise da ascensão, plena expansão e eventual superação dos agentes e estruturas do quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano)". O longo século XX é o último elo de uma cadeia de estágios parcialmente superpostos, cada um abrangendo um século longo "através dos quais a economia mundial capitalista européia passou a incorporar o mundo inteiro num denso sistema de trocas" (ARRIGHI, 1996, p. 218). A ideia de séculos com longa duração, Arrighi herda de Braudel e do sentido que este dava ao conceito de civilização. Para Braudel, cada civilização seria uma amostra dos processos de longa duração que determinam a materialidade da vida humana e a história econômica que se vai tecendo[15].

O último quarto do século XX é uma referência para economistas, sociólogos, cientistas políticos e demais analistas da dinâmica do capitalismo como um ponto de inflexão e uma guinada ao neoliberalismo (SANTOS, 2000; AMIN, 2001; WALLERSTEIN, 2002; SADER, 2001; BELLO, 2001). O capitalismo entraria em um período decisivo a partir de 1970. Não se tratando, no entanto, de uma crise sem precedentes, segundo Arrighi, uma vez que longos períodos de "mudança com descontinuidade" acabaram por gerar reorganizações da economia capitalista mundial sempre sobre bases novas e mais amplas, ao longo da história do capitalismo. O desafio assumido por Arrighi foi o de encontrar as condições sistêmicas nas quais as organizações deste tipo acontecem de modo sistemático no decorrer dos séculos.

A tendência a uma maior mobilidade geográfica do capital a partir dos anos 70 do século XX deu o alerta para uma mudança na dinâmica do capitalismo para um estágio mais "desorganizado" e de acumulação "flexível" do capital. De acordo com Harvey, estaria havendo uma "guinada para um aumento do poder do capital financeiro frente ao Estado Nacional" (HARVEY, 1989, apud em ARRIGHI, 1996, p. 3). Arrighi concorda, mas

[14] Veremos adiante que a unidade século utilizada por Arrighi não corresponde necessariamente a um período de 100 anos, mas aos períodos de alternancia de poder hegemônico, que podem durar mais de um 100 anos, por isso *longo* século.

[15] As ideias de Braudel sobre o conceito de civilização estão expressas principalmente na obra *Civilização material, economia e capitalismo*, um clássico da historiografia contemporânea que reúne as leituras feitas por Braudel durante toda sua vida (1902-1985). A tradução brasileira foi publicada em 1995.

problematiza a constatação de Harvey a partir de uma assertiva de Braudel, de que um dos aspectos essenciais da história geral do capitalismo é justamente o da flexibilidade ilimitada e sua capacidade de mudança e adaptação.

A financeirização, portanto, não seria uma etapa especial do capitalismo mundial, "muito menos seu estágio mais recente e avançado", mas antes, "um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna", o que chama atenção e dá à crise atual um caráter especial é que "ao longo de toda era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro" (ARRIGHI, 1996, p. 10), portanto, podemos estar vivenciando uma importante fase de transição da hegemonia mundial.

Assim como Braudel, Arrighi segue a fórmula geral do capital DMD` apresentada por Marx em *O Capital* em que a dinâmica capital-dinheiro (D) – Capital-mercadoria (M) e Dinheiro-flexível (D`), indica "um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial", alternando épocas de expansão material com fases de expansão financeira.

> Assim entendida, a fórmula de Marx nos diz que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um meio para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro. A fórmula também nos diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a "preferir" a liquidez, e uma parcela incomumente grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida (ARRIGHI, 1996, p. 5).

Essa interpretação marxista está na caracterização braudeliana de ciclos de expansão financeira: século XV, quando a oligarquia capitalista genovesa passa do comércio de mercadorias para a atividade bancária, quando os holandeses deixam o comércio em meados do século XVIII para se tornarem os "banqueiros da Europa" ou os ingleses que ao final do século XIX e início do XX precisam lidar com um excesso de capital monetário gerado pelo fim da revolução industrial.

Esta lógica de investimentos aponta para um padrão reiterado do capitalismo histórico como um sistema mundial, que alterna épocas de expansão material com fases de resurgimento da expansão financeiras. Segundo Arrighi, essas duas fases ou épocas, juntas, constituem um completo ciclo sistémico de acumulação. O autor, se propõe a fazer uma

comparação entre os ciclos e encontrar regularidades, desvios e novas perspectivas, a partir da análise. São quatro os ciclos, segundo o autor:

a) Ciclo Genovês – sec. XV – XVII – em que a expansão material foi promovida e organizada tanto por um componente aristocrático territorialista (ibérico), especializado no fornecimento de proteção e busca de poder, como por um componente burguês capitalista, especializado na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro. Essas duas faces sem complementaram e tiveram benefícios mútuos, por um lado a busca de poder territorial criou oportunidades comerciais e, por outro, a busca de lucro fortaleceu a eficácia da proteção territorial (Arrighi, 1996, p. 124).
b) Ciclo Holandês – sec. XVI (final) – sec. XVIII – os holandeses tornaram-se líderes de uma expansão comercial de toda a economia mundial européia, ao mesmo tempo em que se consolidaram regionalmente. Sua hegemonia baseou-se em um relacionamento de intercâmbio político com outros governos, auto-suficiência nas atividades bélicas e de Estado e consolidação regional com expansão do comércio e finanças holandesas (Arrighi, 1996, p. 140).
c) Ciclo Britânico – sec. XVIII – sec XX (início) – durante três séculos a Inglaterra redesenhou o mapa do mundo e se transformou no mais poderoso Estado territorialista e capitalista que já se vira. Transformou sua posição insular no principal cruzamento do comércio mundial. Revolucionou o poder naval na Europa com a introdução dos grandes navios de guerra, equipados com armas de fogo. Conquistou uma “moeda forte”e deu à libra esterlina uma estabilidade que atravessou diversas crises e possibilitou a facilidade de crédito e a superioridade financeira, que ao mesmo tempo suportou e foi suportada pelo industrialismo inglês, amplamente conhecido como “revolução industrial”. O toque final da hegemonia inglesa, sua supremacia comercial mundial, baseou-se em uma síntese harmoniosa da lógica territorialista do poder com a capitalista. (ARRIGHI, 1996, pp. 163-214):

> Depois que a Inglaterra – já o Estado mais industrializado da economia mundial européia – transformou-se no entreposto comercial mundial, e o fez numa escala nunca vista até então, as empresas inglesas tornaram-se imbatíveis, numa gama muito mais ampla de setores do que os holandeses jamais tinham tido.

d) Ciclo Norte-americano – sec XIX (final) – até atual[16] fase de expansão financeira – a crise sistêmica do regime de acumulação britânica, devido especialmente à intensidade da competição intercapitalista, fez ruir "todo o edifício da civilização do século XIX". Aos poucos, o dólar norte-americano transformou-se em uma moeda de reserva madura, assim como a libra esterlina. Surgiu uma variante de capitalismo de corporações que emergiu nos Estados Unidos e superou o modelo de mercado mundial centrado no Reino Unido. Através do Plano Marshall, realizaram a reconstrução da Europa Ocidental pós-guerra à imagem dos EUA. Aumentaram a ajuda militar a governos estrangeiros e os próprios gastos militares diretos dos EUA no exterior, fornecendo à economia mundial o impulso de que ela precisava para se expandir. O governo norte americano passou a agir como um banco central mundial e o comércio e a produção se expandiram em uma velocidade sem precedentes. (ARRIGHI, 1996, pp. 277-306).

Ao identificar como se deu a constituição da hegemonia mundial por parte de uma cidade-Estado ou um Estado nação em cada um destes ciclos, Arrighi se encontra com Gramsci e sua concepção de hegemonia. Segundo Giovanni Arrighi, a concepção de hegemonia elaborada por Gramsci é uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação entre consentimento e coerção.

Para Arrighi, a coerção é sinônimo de dominação. Os Estados dominam um conjunto de outros Estados ou todo o globo através da coerção física, da conquista territorial, da supremacia militar. A hegemonia é um poder adicional "conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar em um plano universal todas as questões que geram conflito". O grande diferencial, para Arrighi, é a capacidade do Estado hegemônico de controlar os "meios de pagamento" ou o "fluxo de capitais" nas relações interestatais.

Ao comentar sua utilização da concepção gramsciana de hegemonia, Arrighi discorre que:

> A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, segundo Gramsci, só falaremos de hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trouxer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a

[16] Quando Arrighi terminou o livro o mundo estava vivenciando o auge do neoliberalismo iniciado por Reagan e Tatcher em meados da década de 70. Hoje o mundo vive uma crise do sistema econômico e financeiro adotado, no centro do sistema – os Estados Unidos da América. Entrevista de Arrighi na New Left Review: http://www.newleftreview.org/?view=2771.

> alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia (ARRIGHI, 1996, p. 29).

Para Arrighi, esta transposição do conceito de hegemonia do plano estatal para o inter-estatal pode trazer dois tipos de problemas de interpretação. O primeiro problema diz respeito ao significado da "liderança" que o conceito de hegemonia traz embutido. A liderança poderá ser considerada hegemônica quando um Estado lidera o sistema de Estados na direção desejada e é reconhecido como o "líder" que busca o interesse geral, a consequência é o seu próprio fortalecimento e o da sua hegemonia. Mas quando um Estado dominante lidera e faz com que os outros sigam o seu modelo de desenvolvimento, ao invés de aumentar o seu poder hegemônico ele gera uma competição pelo poder podendo chegar à situação de não hegemonia ou crise hegemônica.

O segundo problema do uso do conceito de hegemonia nas análises mundiais é que a definição de um interesse geral no plano internacional é muito mais difícil do que no nacional. O Estado está diante de uma dupla tarefa, buscar o interesse geral dos outros Estados, mas também o dos seus cidadãos nacionais. Ao tentar dar uma resposta aos seus cidadãos pelos ataques de 11 de Setembro abrindo frentes de guerra no Afeganistão e no Iraque, os Estados Unidos assumiram uma postura unilateral que prejudicou seu projeto hegemônico de representante do interesse geral da comunidade internacional, por exemplo.

De todo modo, as hegemonias mundiais, entendidas por Arrighi, só emergem quando a busca do poder pelos Estados não é o único objetivo da ação estatal. Por um lado, esta busca define a estratégia e a estrutura dos Estados, por outro, maximiza o poder perante os cidadãos. Um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por demonstrar que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos ou, por ser capaz de demonstrar que a expansão do seu poder em relação a um ou todos os Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 1996, p. 30).

Os ciclos[17] hegemônicos elencados por Arrighi se superpõe e, apesar de se tornarem progressivamente mais curtos, duram mais de um século cada um, por isso a ideia de "século longo" como a unidade temporal básica de análise dos processo mundiais de acumulação de capital escolhida pelo autor (ARRIGHI, 1996, p. 6):

> O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes

[17] Arrighi optou pela utilização dos ciclos sugeridos pelos estudos de Braudel ao uso dos ciclos de Kondratieff – que configuram movimentos com a duração de 25 a 45 anos, estudados pelo economista russo Kondratieff (1892-1930) e comporta uma fase de alta e outra de baixa, correspondendo a fases de prosperidade e de regressão econômica.

> promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade (ARRIGHI, 1996, P. 10).

1.3 O desenvolvimento das hegemonias mundiais em Arrighi

A partir de 1970, momento que Arrighi define como o início do declínio do poderio americano, emergiu uma onda de estudos sobre a ascensão e a queda das hegemonias mundiais (HOPKINS & WALLERSTEIN, 1979; COX, 1984; BOUSQUET, 1979; CHASE-DUNN, 1989; THOMPSON, 1988, 1992).

Inspirado em Braudel e tendo estes autores como interlocutores, Arrighi adota a concepção de hegemonia mundial como a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Gramsci entendia a hegemonia como uma complementação entre dominação e liderança intelectual e moral. Para Arrighi, a dominação é a essência do papel do Estado protagonista de cada uma das quatro eras por ele elencadas, Genovesa, Holandesa, Britânica e Norte-Americana, sendo que esta dominação pode ser ampliada quando há o exercício da liderança intelectual e moral conformando a dominação com hegemonia:

> (...) um Estado pode tornar-se mundialmente hegemónico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos ou por ser capaz de apontar (convencer) que a expansão de seu poder em relação a um ou todos os Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 1996, p. 30)

Segundo Arrighi, esta dominação se aplica em casos de caos sistêmico, ou seja, total falta de organização no sistema mundial, gerado por uma escalada de conflitos ou mudança de normas e que, por isso mesmo, tem uma demanda sistêmica de ordem. Aquele Estado ou conjunto de Estados que for capaz de suprir esta demanda poderá tornar-se hegemônico. Este momento de “caos sistêmico” arrighiano pode ser comparado ao “momento catártico” gramsciano, em que o campo hegemônico perde a capacidade de gerar consenso ou não é mais reconhecido como líder e abre-se a oportunidade para a emergência de um novo campo hegemônico. Esta movimentação é mais difícil de ser apreendida em um cenário internacional teoricamente anárquico, no qual não cabe a liderança formal de um governo central e a ordem

está justamente na compartimentação do poder em segmentos territoriais com regras a serem cumpridas por todos e com livre trânsito das elites.

Uma sucessão de situações de caos sistêmico, seguidas por várias e recorrentes reestruturações, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos constituiu o sistema mundial moderno. As estratégias adotadas por esses Estados foram classificadas por Arrighi como capitalistas, territorialistas ou uma combinação de ambas.

Um exemplo da estratégia capitalista foi a expansão mercantil européia dos séculos XV a XVIII com o objetivo de controlar a circulação do capital por meio do controle de populações e territórios. Já a estratégia territorialista tem como finalidade o controle da população e do território, por meio do controle da circulação do capital, como na China da Dinastia Ming.

O primeiro modelo de organização estatal semelhante ao atual sistema moderno de Estados foi o das cidades-Estado do norte da Itália dos séculos XV e XVI, antecipando algumas características de uma configuração estatal que só surgiria dois séculos depois, em termos mundiais, como o equilíbrio do poder, a comercialização da guerra, a diplomacia e a concentração de riquezas nas mãos das oligarquias que dominavam as cidades-Estado. Estas serão as bases do Tratado de Vestfália de 1648[18] dando vazão a um novo sistema mundial de governo baseado no direito internacional e no equilíbrio de poder, com direitos a serem exercidos entre os Estados.

O Tratado de Vestfália foi o estabelecimento de uma ordem anárquica sobre o caos sistêmico que havia se formado com o declínio da era de hegemonia Genovesa. A crise de subsistência e as revoltas populares do século XVII provocaram a unidade entre os governantes europeus, materializada em uma coalizão dinástica em que as denominadas Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas, liquidando o sistema de governo medieval e estabelecendo um moderno sistema interestatal.

> Essa reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial (ARRIGHI, 1996, p. 44)

[18] Também conhecido como o período da Paz de Vestfália de 1648. Consiste em uma série de tratados de paz firmados entre 1648 e 1659 e inaugura o moderno Sistema Internacional e funda os princípios de soberania estatal e Estado-nação. O acordo foi costurado por cerca de três anos entre católicos e protestantes, reunidos em Munster (católicos) e Osnabruck (protestantes), e colocou fim a uma série de conflitos entre países europeus. O principal a destacar do tratado foi o modelo por ele estabelecido de acordo de paz, de respeito à soberania, à não agressão mútua, à tolerância religiosa, e à busca do equilíbrio nas relações internacionais. O texto completo do Tratado de Vestfália pode ser lido no: http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp.

A oligarquia capitalista holandesa beneficiou-se do caos sistêmico que veio somente dois séculos após o auge das cidades-Estado italianas com a rivalização entre Veneza e Gênova, mas de hegemonia Genovesa. Os holandeses firmaram sua liderança intelectual e moral entre os Estados dinásticos do noroeste europeu, ao mesmo passo em que estabeleceram redes comerciais ultramarinas e promoveram uma racionalização das técnicas militares. Deste modo, neutralizaram, isolaram e suplantaram o domínio Imperial Espanhol (economicamente mais forte) na hegemonia mundial.

Segundo Arrighi, a hegemonia holandesa foi efêmera e a sua capacidade de sustentar o poderio hegemônico foi prejudicada por exercer uma "liderança contra a vontade do líder", ou seja, lideraram estimulando os outros Estados a seguir o seu modelo, aumentando a competição interestatal e enfraquecendo seu próprio domínio. Logo após o estabelecimento do Tratado de Vestfália, França e Reino Unido passaram a lutar pela supremacia mundial, gerando uma disputa entre tendências hegemônicas.

Esta disputa se deu em três fases, sendo a primeira uma tentativa de subjugar os holandeses territorialmente e tentativa de conquistar as Províncias Unidas[19]. Uma segunda etapa de tentativa de controle do Atlântico, que a Grã-Bretanha por sua posição geográfica e insular privilegiada, além da pressão exercida sobre as outras nações, conquistou e eliminou seus concorrentes da expansão marítima, tornando-se a "senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa". E a terceira que veio com o fim da guerra dos sete anos[20] (1756-1763) quando termina a luta com a França pela supremacia e inicia-se uma nova fase da luta pela hegemonia mundial.

A característica do período era de caos sistêmico resultante da influência do conflito social nas lutas dos governantes pelo poder (1776 – 1843). Com a independência dos Estados Unidos da América irrompem uma série de lutas nas colônias, lutas pelo controle do Atlântico, lutas pelo fim da escravidão. E a onda de rebeliões populares mudou as relações governante-governados nas Américas e em parte da Europa gerando uma série de violações do Tratado de Vestfália. Na contra-partida, o Reino Unido lutou pela reestruturação do sistema de Vestfália, o que resultou no Tratado de Viena de 1815, controlou o atlântico e assumiu uma "liderança intelectual e moral" pela primeira vez mundial. Estabeleceu-se assim

[19] As Províncias Unidas são também conhecidas como a República Unida dos Países Baixos e existiu entre 1579 e 1795 reunindo sete províncias do norte dos países baixos (Frísia, Groningen, Gueldres, Holanda, Overijssel, Utretch e Zelândia).

[20] Série de conflitos que tinham por um lado a França, a Áustria e aliados como Rússia, Suécia e Espanha e por outro Portugal, Inglaterra, Prússia e Hanover. Foi o primeiro conflito mundial da era moderna e se estendeu até a América do Norte. Seu estopim foi a rivalidade econômica e colonial entre França e Inglaterra.

um tipo novo de hegemonia mundial: o imperialismo britânico do livre comércio. Começava o Imperialismo de livre comércio. (ARRIGHI, 1996, p. 51).

Ao criar uma nova ordem mundial a Grã-Bretanha tornou-se hegemônica, neste novo período:

> as relações inter-estatais começaram a ser geridas, não pelos interesses, ambições e emoções pessoais dos monarcas, mas pelos interesses, ambições e emoções coletivos dessas comunidades nacionais (CARR, 1945, p. 8, apud ARRIGHI, 1996, p. 53).

Essas mudanças foram acompanhadas por uma centralização sem precedentes do poder mundial em um único Estado – o Reino Unido. Combinando uma ação imperialista de conquista de territórios e uma acumulação capitalista em escala mundial com base no livre comércio e no controle da rede monetária internacional, a Era Britânica fez emergir um novo "ente" que, desde então, é imprescindível para a expansão capitalista em escala mundial: o mercado mundial.

O controle deste mercado mundial e especialmente da "moeda mundial", o domínio sobre o equilíbrio global de forças e um estreito relacionamento com a elite financeira mundial fez do Reino Unido um império inigualável. Apesar de não deixar de ser um império, tal como os impérios mundiais pré-modernos, conjugou elementos como nunca antes ocorrido na história. Seu grande diferencial estava na combinação do imperialismo com o controle da economia mundial instaurando um tipo novo de império. Sua posição geográfica e insular privilegiada, seus exércitos e seu poder de hegemonia (capacidade de convencer o resto do mundo de que sua expansão traria benefícios universais) fizeram com que o Império Britânico ampliasse seu poder muito além do que seria praticável dada sua extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo.

Segundo Arrighi, "o Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX" e a ascensão da Alemanha foi o primeiro elemento desestabilizador de sua supremacia. Paralelamente à ascensão germânica, o desenvolvimento dos Estados Unidos e sua capacidade de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa, começaram a minar o império Britânico. Alemanha e Estados Unidos serão, portanto, os protagonistas de uma luta entre tendências hegemônicas instalada no caos sistêmico que precede a ascensão de uma nova hegemonia.

Uma vez que a conquista do território inglês e suas colônias estava fora de cogitação tanto para Alemanha como EUA, a primeira fase da disputa hegemônica se deu na batalha

pelo controle do mercado mundial. Nesta luta, a Alemanha, apesar de sua supremacia militar-industrial não foi capaz de suplantar os EUA que:

> (...) devido a “suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação extremamente favorável de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão de obra e à iniciativa do exterior, haviam transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio (ARRIGHI, 1996, p. 61)

Os Estados Unidos tinham acesso direto aos dois oceanos e já haviam experimentado, com sucesso, a conjugação entre territorialismo e capitalismo na formação de seu Estado. Aos poucos, souberam como se tornar uma liderança intelectual e moral mundial convencendo o restante do mundo de que os interesses nacionais dos Estados Unidos incorporavam um interesse geral.

A situação de instabilidade mundial que antecedeu a hegemonia norte-americana se agravou e culminou em duas grandes guerras no começo do século XX. A tentativa alemã de conquista da supremacia mundial desencadeou o aumento do conflito inter-estatal prejudicando a Inglaterra e beneficiando os EUA. A escalada do conflito entre os Estados foi seguida pelo aumento progressivo do caos sistêmico mundial.

Uma série de rebeliões populares e nacionalistas de povos não ocidentais ou “ocidentais não proprietários” surgiu no cenário Europeu e Americano. Estas resistências, até então ineficazes pela ausência de competição inter-estatal, fizeram emergir resistências históricas ao imperialismo e ao livre comércio que afetava os direitos tradicionais e de auto-determinação de povos inteiros há séculos.

A revolução russa de 1917 foi o ápice dessa onda de rebeliões populares. Congregando as lutas pela auto-determinação de sentido antiimperialista, pela primazia dos direitos à subsistência sobre o livre comércio e pelo internacionalismo proletário estavam lançadas as bases do movimento revolucionário em todo o mundo. O avanço da União Soviética e o desenvolvimento da

> (...) segunda guerra mundial funcionou como uma poderosa correia de transmissão para a revolução social, que, durante e depois da guerra, espalhou-se por todo o mundo não ocidental, sob a forma de movimentos nacionalistas de libertação (ARRIGHI, 1996, p. 65).

Assim como o Reino Unido no início do séc. XIX, os Estados Unidos conquistaram sua hegemonia por conduzir o sistema inter-estatal a uma nova ordem mundial. Ao restaurarem os princípios, normas e regras do sistema de Vestfália, os norte-americanos cumpriam o papel anteriormente jogado por holandeses e britânicos. Em seguida, passaram a governar e ajustar o sistema por eles restabelecido. Os Estados "atores" desta batalha pela hegemonia mundial pré-domínio norte-americano foram classificados por Arrighi como "conservadores do sistema": Inglaterra e França; "reacionários": Espanha, Alemanha e Itália e "revolucionário": Rússia.

Neste contexto, por iniciativa de Roosevelt, presidente dos Estados Unidos no período da segunda guerra mundial, em conjunto com outros como Winston Churchil da Inglaterra, que surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), inspirada na anterior Liga das Nações, como uma organização que materializasse pela primeira vez a ideia de um governo mundial. No fundo, a intenção americana era exercer uma articulação mundial no sentido de conter a expansão do poderio soviético, o que se transformou no "grande princípio organizador da hegemonia norte-americana" (ARRIGHI, 1996, p. 68). Foi com o mesmo objetivo de reestabelecer a pujança do livre comércio e exercer o poderio econômico mundial que surgiram as organizações financeiras de Bretton Woods[21] – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Há aqui uma clara mudança no tipo de dominação americana se comparada à dominação britânica. Enquanto que os britânicos conseguiram comandar um sistema mundial sendo o centro incontestável para onde confluiam os interesses das demais nações, que viam no seu êxito o desenvolvimento do restante do mundo, os EUA precisaram criar uma série de mecanismos e instrumentais de garantia da dominação e da sua centralidade. A disputa com a União Soviética criou uma situação de permanente reforço da fidelidade dos aliados e punições aos vacilantes. Estava claro que desde o seu nascedouro a hegemonia americana não era inconteste mundialmente, visto que uma parte do mundo estava aliada à União Soviética.

Tal condição fez com que o idealismo de Roosvelt com um poder mundial articulado fosse suplantado pelo reformismo de seus sucessores na presidência dos EUA. As organizações de Bretton Woods e a ONU tornaram-se assim instrumentos suplementares administrados pelo governo dos EUA no exercício de suas funções hegemônicas. O controle

[21] O sistema de Bretton Woods, criado no ano pós-guerra de 1945, gerou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e posteriormente o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT - 1947), além de regras para um comércio mundial liberalizado em um mundo com políticas econômicas nacionais desiguais. As características centrais deste sistema eram a ampla hegemonia norte-americana, a estabilização monetária entre os EUA e outros países capitalistas dominantes e a relação imperialista entre EUA e países subordinados não socialistas.

do dinheiro mundial e o poderio militar global voltaram a ser os instrumentos primários da hegemonia mundial.

Não se pode dizer, no entanto, que apesar de terem restabelecido o sistema de Vestfalia, a hegemonia norte-americana fosse um substituto do modelo imperialista e de livre comércio promovido pelos britânicos. A luta ideológica contra a União Soviética instalou uma situação de conflito mundial em que a lógica estadunidense poderia ser qualificada de tudo menos linear. Se por um lado defendiam a autodeterminação dos povos como um antídoto aos ventos revolucionários, o que fez com que a descolonização ocorresse de modo mais rápido do que se poderia prever, por outro participavam ativamente de guerras como a da Coréia e do Vietnam, introduzindo restrições sem precedentes à liberdade das nações soberanas de se relacionar com outros Estados e com seus cidadãos.

Do mesmo modo que os EUA não promoveram o expansionismo territorial nos moldes do britânico, o livre-comércio por eles empreendido também era significativamente distinto. Para os EUA, o livre comércio era uma estratégia de relações intergovernamentais, bilaterais ou multilaterais, para abrir as portas de outros países aos produtos e empresas norte-americanas. Durante a guerra fria com a União Soviética, o livre comércio não teve nenhum papel na formação da ordem mundial, segundo Arrighi, sendo que as características preponderantes do período foram as regulamentações econômicas internacionais através do GATT (principal instrumento de formação do mercado mundial sob a hegemonia norte-americana), o aumento do comércio entre empresas transnacionais de grandes dimensões e a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas.

Somente em 1980 com Reagan e Bush é que o mercado auto-regulador se converte na ideologia do governo dos EUA. Foi também nesta época que as organizações de Bretton Woods são revitalizadas e alcançam uma posição de destaque na regulamentação monetária mundial. O mesmo ocorre com a ONU, antes instrumentalizada e agora revitalizada. Todas estas medidas compuseram um conjunto de políticas do governo dos EUA em resposta à crise dos anos 70.

O *longo* século XX, portanto, pode ser visualizado em três fases, conforme Arrighi, primeiro a expansão financeira do fim do século XIX e início do século XX com a derrocada do regime britânico e ascensão do norte americano; em seguida a expansão das décadas de 50 e 60 com a instalação do “novo” regime centrado nos EUA com expansão mundial do comércio e da produção. Por fim, a atual fase de expansão com a destruição das estruturas do já “antigo” regime norte-americano e a criação de um novo regime:

> Por volta de 1970, quando começou a crise de hegemonia norte-americana, tal como encarnada na ordem mundial da guerra-fria, as empresas multinacionais haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação, em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal e tinha o poder de submeter as suas próprias "leis" a todo e qualquer membro do sistema inter-estatal, inclusive os EUA. A emergência desse sistema de livre iniciativa – livre, bem entendido, das restrições impostas pelo exclusivismo territorial dos Estados aos processos de acumulação de capital em escala mundial – foi o resultado característico da hegemonia norte-americana. Ela marcou um novo momento decisivo no processo de expansão e superação do sistema de Vestfalia, e é bem possível que tenha dado início à decadência do moderno sistema inter-estatal como locus primário do poder mundial (ARRIGHI, 1996, p. 74).

1.4 O Estado nacional na disputa hegemônica mundial

A crise do sistema inter-estatal enunciada por Arrighi e a crise do próprio Estado como unidade de organização social e política são fatores imprescindíveis na discussão do processo de disputa e formação das hegemonias mundiais.

Para Charles Tilly (1984) "o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado." (TILLY, 1984, apud ARRIGHI, 1996, p. 32). Esta contradição entre capital e Estado nacional existe desde os primórdios do nascimento do capitalismo, segundo Arrighi, podendo-se comparar as feiras genovesas ambulantes, de 400 anos atrás com as atuais empresas multinacionais que travam uma batalha para encontrar territórios sem nação ou com o mínimo possível de nacionalidade, para operar com maior liberdade. Portanto, uma rede não territorial de acumulação de capital está na essência do capitalismo.

A busca do território sem nacionalidade demonstra que a questão não é de ocupação de um lugar físico, mas não se deixar enredar nas regras e definições da comunidade-destino que ocupa aquele território. Isso se dá, no entanto, sempre na fase de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação. Porque na fase de acumulação "o capitalismo só triunfa quando se identifica como Estado, *quando é o Estado*", (BRAUDEL, 1977, apud ARRIGHI, 1996, p.12). A emergência e a expansão do capitalismo foram absolutamente dependentes do poder estatal, segundo o autor no qual Arrighi se inspira.

Arrighi retoma Weber em seu argumento de que foi justamente o Estado nacional "bem delimitado" que propiciou ao capitalismo as melhores condições de florescimento. A força do capitalismo seria gerada na tensão interestatal em competição pelo capital circulante.

Para Weber, o fim da competição interestatal e a emergência de um império mundial castraria o capitalismo. Mas, o que se demonstrou no processo de expansão do capitalismo mundial foi uma outra dinâmica. Enquanto que a concorrência interestatal foi um componente crucial principalmente nas fases de expansão financeira dos ciclos, por outro lado, a concentração de poder nas mãos de alguns blocos ou órgãos governamentais e empresariais foi igualmente essencial para as fases de expansão material dos ciclos (ARRIGHI, 1996, p. 13). A ideia de uma concentração cada vez maior do poder capitalista em um moderno sistema mundial está implícita na tese desenvolvida por Marx, em O Capital, sendo o endividamento nacional – que deu origem ao sistema de crédito internacional – um fator importante na expansão do capital:

> ... a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial (ARRIGHI, 1996, p. 14).

Com base nestes apontamentos, Arrighi se pergunta se estará havendo "uma mudança fundamental nos mecanismos da competição interestatal pelo capital circulante que impulsionaram e sustentaram a expansão do poder capitalista nos últimos seiscentos anos". Para o autor, o atual ciclo de expansão do capitalismo difere dos anteriores pois nos outros ciclos quando o Estado central estava em descenso, este tentava se apropriar do excedente dos novos centros, ao passo que atualmente os novos centros (Japão) investem nos centros em descenso (EUA). Não seria esta uma diferença de paradigma, um sintoma de mudança fundamental nos mecanismos de competição interestatal de capital circulante, que foram a base da expansão do poder capitalista nos últimos 600 anos? Será o capitalismo norte-americano o limite do processo de expansão capitalista? Estaríamos caminhando para o imperialismo global baseado na força do ocidente (Weber) ou para uma economia mundial de mercado sem a superioridade da força do ocidente (Adam Smith)? São as perguntas apontadas por Arrighi.

Seja qual for o diagnóstico, o fato é que se desenvolveu uma percepção geral de que a utilidade e o poder dos Estados Nacionais estão diminuindo. A assim chamada "crise do Estado Nacional" possui diversas abordagens utilizadas nas análises que qualificam a atual etapa da história dos Estados como uma era pós-vestefaliana.

Segundo Arrighi, os constantes questionamentos sobre o papel do Estado podem sugerir que o mundo esteja entrando em uma fase de turbulências que só se experimentou no

período de mudanças profundas da política mundial que culminou no Tratado de Vestfalia de 1648. O autor associa o atual momento a uma indicação de que estaríamos nos aproximando de um caos sistêmico que precede a emergência de uma nova hegemonia.

Os questionamentos sobre a autoridade estatal, em uma escala e âmbito sem precedentes, tornam-se ainda mais complexos com o surgimento do que alguns autores chamam de "hiper-espaço" (Jameson, 1984). O "hiper-espaço"[22] é uma região econômica não territorial que funciona em tempo real e paralelamente às economias nacionais. Nesse espaço, as empresas multinacionais operam livres das restrições características dos domínios territoriais do Estado nacional. O hiper-espaço só seria possível por não existir uma entidade de governo ou *governança* mundial.

No entanto, tudo indica que o hiper-espaço não sobrevive sem pelo menos algum tipo de governança global. Com a ONU e as instituições de Bretton Woods, surgiu pela primeira vez na era moderna a institucionalização da ideia de um governo mundial e, pela primeira vez na história, a ideia de um governo mundial abrangendo todo o globo. Mais tarde, com a guerra fria, os EUA ocuparam o papel da ONU na gestão mundial, acumulando força política, econômica e militar. A liderança norte-americana passou a gerar na época uma expansão das empresas multinacionais - o que se tornou um fator preponderante no definhamento do moderno sistema de nações territoriais como lócus primário do poder mundial. Passou a haver um acúmulo de poder mundial como nunca antes em qualquer outra potência hegemônica. O hiper-espaço não sobreviveu, portanto, a uma ausência de governança, pelo contrário sua dinâmica aparentemente dispersa e difusa promoveu a concentração de poder em uma nação.

Do outro lado do estabelecimento de uma espécie de governo mundial está a crise das nações territoriais como instrumentos efetivos de governo, levando a uma situação de disputa entre tendências que puxam, por um lado, para o retorno às formas primitivas modernas ou pré-modernas de gestão do Estado e, por outro, para um sistema de governo totalmente novo. Segundo Arrighi, "o sistema parece mover-se "para frente" e "para trás" ao mesmo tempo (ARRIGHI, 1996, p.80)".

[22] O "hiperespaço moderno" surge com a "internalização" das relações interestatais nas estruturas organizacionais do capitalismo mundial - mas este espaço pode ter existido, como embrião, durante toda a história do moderno sistema mundial (RUGGIE, apud ARRIGHI, 1996, p. 81).

1.5 O papel do Estado na tradição marxista

O definhamento do Estado já foi problematizado por um outro viés mais endógeno de auto-destruição por dentro, uma vez conquistado por forças anti-capitalistas. Marxistas como Engels, Lenin, Radek, Luxemburgo, Pannekoek, partem do pressuposto de que as condições materiais de uma sociedade (modo e relações de produção) formam sua estrutura social, sua ideologia e consequentemente o formato de Estado que organiza a sociedade. Para estes autores, o Estado burguês formado nos primórdios do capitalismo não busca o bem-comum da sociedade, e sim a materialização dos interesses da classe dominante. O Estado é a força de repressão da classe dominante sobre as classes subalternas. Nesta concepção, não cabia a diferenciação do conceito de sociedade política e sociedade civil elaborada por Gramsci e que vai dar uma outra perspectiva para a noção de Estado entre os marxistas.

Para Engels (1884), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o Estado é um produto da sociedade em uma certa fase de seu desenvolvimento e de efusão de suas contradições internas. Ele está acima da sociedade, para atenuar os conflitos entre as classes antagônicas e impedir que estas destruam a sociedade. O Estado, portanto, segundo Lenin, em *O Estado e a revolução*, é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Para Marx, se fosse possível a concilição entre estas classes, não seria necessário o Estado. No *Manifesto Comunista*, Marx é bastante enfático ao dizer que "o executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa (MARX & ENGELS, 1987, p. 36)."

Marx funda sua teoria sobre o Estado na experiência histórica dos grandes anos revolucionários na França de 1848 a 1851. Mas, o que Marx não pôde apontar concretamente foi pelo que substituir essa máquina governamental que era preciso aniquilar. Ao problematizar pelo que seria substituída a máquina estatal, Marx diz no Manifesto Comunista: "o primeiro passo na revolução operária é a passagem do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia pela luta" (MARX & ENGELS, 1987, p. 53). Na verdade ele esperava um movimento de massas que lhe desse respostas mais concretas – o que ele vai encontrar posteriormente ao poder analisar a Comuna de Paris[23]. Segundo Coutinho, sobre as limitações do alcance da teoria do Estado de Marx, "o Estado moderno ainda não explicitara

[23] Fruto da resistência da população parisiense durante a guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, inspirada nos princípios da Primeira Internacional foi a primeira experiência de uma tomada popular do poder. Ocorreu em 1871 na cidade de Paris, na França, fazendo com que os membros do governo abandonassem a capital francesa e fossem substituídos pela Guarda Nacional que apoiou e deu respaldo à população que se organizou em forma de comuna. Esta comuna era constituída por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris e sua maioria compunha-se de operários ou representantes reconhecidos da classe operária.

plenamente suas múltiplas determinações e, desse modo, a teoria “restrita” do Estado correspondia à existência real de um Estado “restrito” e de uma esfera política restrita”. (COUTINHO, 1987, p. 64).

Lênin deriva suas análises da leitura que fizera de Marx e nas experiências revolucionárias de 1905 e 1917 na Rússia, “numa sociedade em que não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível” (LENIN, 2007, p. 47). Em *O Estado e a Revolução*, Lênin busca restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado e debater com aqueles a quem acusava de desvirtuar o pensamento de Engels e Marx, como Kautsky. Tais desvios estavam fundamentados principalmente na negação da concepção original de Marx de que, com a tomada violenta do poder pelo proletariado e a conseqüente superação da luta de classes, o Estado passaria a ser desnecessário, definharia e morreria. Esta formulação derivou em uma série de polêmicas sobre democracia direta e democracia representativa e ditadura do proletariado e democracia burguesa preconizadas por teóricos marxistas (ALTHUSSER, 1985; GRAMSCI, 1987; OFFE, 1984).

As opiniões que contrarivam esta concepção, como a de Kautsky, por exemplo, foram taxadas no interior do marxismo de oportunistas ou traidoras. Segundo Lenin, Kautsky faz uma concessão aos oportunistas, como Bernstein, ao admitir a conquista do poder pelo proletariado sem a destruição da máquina do Estado. As posições como a de Kautsky foram refutadas por outros como o próprio Lenin e Pannekoek com a opinião de que

> A luta do proletariado não é simplesmente uma luta contra a burguesia pelo poder governamental, é também um aluta contra esse poder... A revolução proletária consiste em anquilar os meios de força do Estado e dispersá-los pelos meios de força do proletariado ... A luta só terá fim uma vez atingido o resultado, uma vez a organização do Estado completamente destruída (LENIN, 2007, p. 130).

Será neste terreno de polêmicas sobre o papel do Estado no período pós-revolucionário que, ao construir sua elaboração sobre hegemonia, Gramsci vai contribuir para o desenvolvimento da teoria marxista em um dos pontos em que Marx a deixou mais aberta e incompleta, que foi justamente na elaboração sobre o papel do Estado na dominação capitalista e o seu destino pós-revolução do proletariado. Na verdade, o ponto de conclusão de Marx será o ponto de partida para Gramsci. Se, para Marx, o Estado é o aparelho coercitivo, estritamente de dominação de uma classe sobre outra, para Gramsci o Estado é permeável, atravessado pela luta de classes (SIMIONATTO, 1995, p. 64).

Para discutir sua concepção de Estado, Gramsci se baseou em uma leitura que também se tornou polêmica no seio do marxismo, a de que existem duas esferas distintas no interior da superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil seria o aparato da hegemonia, formada por organizações responsáveis de elaborar e difundir a ideologia, como as escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação; e a sociedade política, ou o Estado estritamente dito, seria o aparato da coerção, formado por um conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência.

A sociedade civil em Gramsci "compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam" (SIMIONATTO, 1995, p. 68). A sociedade política será o conjunto de aparelhos de exercício da violência pela classe dominante, sendo possível identificar em qualquer Estado moderno as funções de hegemonia e dominação ou coerção e consenso. A interdependência e a relação dialética entre as duas esferas é fundamental para apreender a concepção gramsciana, pois a dominação mediante a coerção do Estado não sobreviveria sem o exercício da direção política e da construção do consenso no seio da sociedade civil. As duas esferas relacionam-se ainda com uma terceira, que é a "esfera econômica". As três esferas seriam constitutivas da realidade social. O ideal gramsciano é que a sociedade política fosse aos poucos absorvida pela sociedade civil, substituindo as funções de coerção e violência pela hegemonia e construção do consenso. Uma sociedade assim regulada substituiria o Estado "restrito" pelo Estado integral, com o a socialização dos meios de produção e da vida política (SIMIONATTO, 1995, p. 72). Gramsci não deixa de lado, portanto, a ideia marxista de necessidade da abolição do Estado, condenando inclusive a "estatolatria", porém redefinirá o desaparecimento do aparelho estatal como o resultado do desenvolvimento da auto-regulação da sociedade civil.

Gramsci foi forjado a fazer a leitura política de seu tempo e perceber que o Estado se ampliou e a trama social tornou-se mais complexa. Segundo Coutinho, "a esfera política "restrita" (...) cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública "ampliada", caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa" (COUTINHO, 1987, p. 65). Obviamente as sociedades contemporâneas a Gramsci eram mais desenvolvidas que a francesa de 1848 ou a Russa de 1917, e Gramsci propõe um conceito mais amplo de Estado para analisar estas sociedades, sem eliminar os pressupostos teóricos de Marx, Engels e Lenin, mas enriquecendo-os.

Ao apresentar o Estado como a hegemonia encouraçada de coerção através de um Estado formado por uma sociedade civil e uma sociedade política, Gramsci deixa sua contribuição ao desenvolvimento do marxismo: o problema não estava no Estado em si, mas na divisão entre governantes e governados, opressores e oprimidos. A superação do Estado enquanto órgão de coerção e manutenção dos privilégios era fundamental, portanto era necessário democratizar suas funções e não simplesmente aniquilá-las sem ter nada para colocar no lugar.

1.6 O Estado nacional em Tilly

A discussão sobre a concepção de Estado na tradição marxista e a contribuição gramsciana leva ao questionamento da relação deste debate com a formação do Estado moderno, e um autor que faz uma análise abrangente das origens dos Estados Modernos é Charles Tilly, em *Coerção, Capital e Estados Europeus.* Nesta obra, o autor contrapõe grandes teorias a-históricas como a de Talcott Parsons (A Estrutura da Ação Social, 1937)[24] e aplica sua metodologia das "grandes comparações". Em seu livro, Tilly enfatiza as conseqüências transformadoras do desenvolvimento do capitalismo e do surgimento do Estado nacional – dois processos inter-relacionados que dominaram os últimos séculos (TILLY, 1996, p. 16).

Para Tilly, o sistema de Estados que predomina atualmente em quase todo o planeta tomou forma na Europa após 990 d.C. Séculos mais tarde, eles se espalharam, superando sistemas de Estado centralizados como China, Índia e Pérsia. A atual forma de Estado emergiu no século XVII, dominou a Europa (séc. XIX) e, por fim, todo o globo no século XX.

Durante os últimos quinhentos anos, portanto,

> (...) ocorreram três coisas surpreendentes. Primeiro, quase toda a Europa se consolidou em Estados nacionais com fronteiras bem definidas e relações mútuas. Segundo, o sistema europeu se disseminou por quase o mundo todo. Terceiro, os outros, agindo em concerto, exerceram uma crescente influência sobre a organização e o território dos novos Estados. As três mudanças estão estreitamente interligadas, já que os Estados líderes da Europa difundiram o sistema por intermédio da colonização, da conquista e da penetração dos Estados não-europeus. A criação primeiramente da Liga das Nações e depois

[24] Em *A teoria da ação social* de 1937, sua primeira obra, Talcott Parsons, analisa a produção de autores clássicos como Max Weber, Vilfredo Pareto e Emile Durkheim e elabora uma teoria da ação social baseada no pressuposto de que a ação humana é "voluntária, intencional e simbólica".

> das Nações Unidas apenas ratificou e racionalizou a organização de todos os povos da terra num único sistema de Estado (TILLY, 1996, p. 260).

Essa forma de Estado que predominou teve mais êxito nas guerras do que todos os outros tipos. Pois a guerra foi um elemento importante na formação dos Estados, ela obrigou os europeus a organizar exércitos, marinhas, levantar recursos e constituir organizações para gerir as máquinas militares. As outras formas de Estado, segundo o autor, sobretudo as cidades-Estado também poderiam ter prevalecido principalmente porque tiveram bastante sucesso durante um tempo, como também vimos em Arrighi, especialmente as regiões de comerciantes como Veneza, Génova ou Holanda, que concentravam capital e foram vencedoras de guerras. Mas a pressão militar dos Estados Nacionais fez com que outros Estados europeus fossem coagidos a se tornar Estados Nacionais (TILLY, 1996, p. 26).

O termo Estado nacional, neste sentido não significa necessariamente Estado-nação, ou seja, a reunião de um povo que compartilha de uma forte identidade linguística, religiosa ou simbólica. Mas governos cercados de súditos, necessários para vencer as guerras e arrecadar tributos. Para fortalecer o vínculo entre governantes e súditos aumentaram os órgãos civis dos Estados, os direitos de cidadania e os modelos representativos dos cidadãos nos governos (TILLY, 1996, p. 28).

A grande questão que Tilly se coloca, no entato, é entender porque mesmo seguindo trajetórias tão diversas todos os Estados europeus acabaram convergindo para variações do mesmo modelo de Estado nacional. Na sua trajetória para fechar esta equação e tentar apontar se estamos ou não nos aproximando de um momento de viragem e se já existem sinais de que os Estados da forma como os conhecemos não durarão para sempre, e podem em breve perder sua hegemonia, o pesquisador dialogou com tradições cuja contribuição teórica neste debate é interessante enunciar.

Os primeiros, estatistas, são aqueles que levam em conta a existência de um sistema internacional hegemônico, mas fazem a análise individual do comportamento dos Estados, como Samuel Huntingon, por exemplo, a quem Tilly valoriza pelo trabalho de levantamento de dados, mas critica por se exceder no particularismo e, consequentemente, não conseguir responder à pergunta de porque os Estados europeus seguiram trajetórias tão diversas, mas acabaram virando Estado nacional.

Os segundos, geopolíticos, como James Rosenau, segundo Tilly, vão ao outro extremo e qualificam o sistema internacional como o grande elemento formador do Estado em seu próprio território. Essa perspectiva corrige em grande parte o internalismo e particularismo

dos estatistas, mas continua não explicando o que vincula formas particulares de Estado a posições específicas dentro do sistema internacional.

Perry Anderson, um dos grandes interlocutores de Tilly, representa uma terceira linha que explica a luta pelo controle dos Estados através das análises dos distintos modos de produção (feudalismo, capitalismo, socialismo). Nesta perspectiva o Estado obedece à lógica dos imperativos econômicos e políticos do desenvolvimento do modo de produção dentro de um território, mas ainda não explica, segundo Tilly, os motivos pelos quais variam a forma e a atividade entre os Estados que tem modos semelhantes de produção.

Em quarto lugar, vem os teóricos do sistema mundial, como Wallerstein ou Gunder Frank, que extendem a clássica divisão marxista de capital e trabalho a uma escala mundial. O Estado representa um instrumento da classe dirigente nacional e serve aos interesses dessa classe na economia mundial. Mas, para Tilly, os autores não estabelecem vínculos entre os Estados com suas organizações e suas posições dentro do sistema mundial. Na verdade, Tilly, critica a explicação que Braudel, Arrighi e Wallerstein dão ao protagonismo da Holanda, por exemplo, que se tornou hegemônica no século XVII, mesmo sendo um Estado pequeno com vizinhos portentosos e com grandes quadros de pessoal civil e exércitos permanentes.

Tilly considera que nenhuma das quatro perspectivas e nem mesmo uma combinação entre elas dá uma resposta satisfatória sobre a formação dos Estados europeus. E assim ele vai desenvolver seu trabalho, repercutindo ideias de Barrington Moore Jr, Stein Rokkan e Lewis Mumford, ao apontar histórias alternativas de formação do Estado a partir de distintas combinações continuamente variáveis dos seguintes fatores: (1) concentração do capital, (2) concentração da coerção, (3) preparação da guerra e (4) posição dentro do sistema internacional.

Ao longo da história, diferentes combinações entre capital e coerção produziram tipos muito distintos de Estado, muito antes do capitalismo como sistema, já os capitalistas comerciantes, empreendedores, financistas haviam prosperado sem grandes intervenções na produção, da qual eles se apossam após 1500. Esse processo de acumulação e concentração do capital produziu cidades, centros urbanos. Já a coerção produziu dominação através da centralização da coerção nas forças armadas gerando Estados. Segundo Tilly,

> os esforços para submeter vizinhos e combater os antagonistas mais distantes criam estruturas de Estado sob a forma não só de exércitos mas também de quadros de pessoal civil que detem os meios de manutenção dos exércitos e organizam o controle quatidiano do governante sobre o restante da população (TILLY, 1996, p. 68)

As estruturas desses Estados foram criadas e recriadas ao longo do tempo não seguindo um projeto muito claro e definido, mas de acordo com as respostas às necessidades imediatas, da luta e enfrentamento entre as classes, improvisações administrativas, gerando distintos formatos de Estado nacional.

Segundo Arrighi, foi justamente neste contexto que o capitalismo nasceu como um sistema social histórico, pois

> a intensificação da concorrência intercapitalista e a crescente interpenetração dessa concorrência e da luta pelo poder, dentro das cidades-Estado e entre elas, não enfraqueceram, mas, ao contrário, fortaleceram o controle desses Estados por parte de interesses capitalistas (ARRIGHI, 1996, p. 94).

Somente após a segunda guerra mundial no século XX é que quase o mundo inteiro será fracionado por Estados independentes e com reconhecimento da existência mútua e do direito de existência dos demais. Para Tilly, a coerção concentrada somada ao capital concentrado continuarão a compelir o nascimento de Estados que ainda surgirão. Apesar de que após a 2ª guerra mundial quase o mundo inteiro estará fracionado em Estados independentes e com reconhecimento da existência mútua e o direito à existência dos demais. É neste cenário que se dará a disputa hegemônica pela condução de um novo elemento de relação inter-estatal que mais tarde será abordada ao se discorrer sobre a tensão entre a globalização hegemônica e a contra-hegemônica.

1.7 Hegemonia, sociedade e cultura

Para trazer a discussão do âmbito estatal para o da sociedade e da cultura e a forma como se constitui a disputa hegemônica nesta esfera, vamos introduzir um pouco do pensamento de Benedict Anderson no seu livro *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, cuja primeira edição é de 1983. Anderson, em um espírito antropológico, propôs a seguinte definição para nação: uma comunidade política imaginada. E, o autor acrescenta imaginada em ambos os aspectos como algo inerentemente limitado e soberano.

Na prática, segundo Anderson, todas as comunidades maiores que as pequenas vilas da antiguidade, em que existia a relação face a face (e talvez até mesmo estas) são imaginadas. As comunidades podem ser distinguidas, portanto, não pela sua verdadeira e genuína essência, mas pelo estilo com que foram imaginadas.

As nações são, para Anderson, imaginadas porque seus membros nunca conhecerão todos os outros que convivem nesta mesma nação. Limitadas porque possuem territórios e fronteiras que delimitam aquele determinado grupo. Soberanas porque surgem justamente em contraposição aos sistemas monárquicos ou a sistemas coloniais, simbolizam a liberdade de um povo frente a antigas estruturas de dominação. Gerando, no entanto, novas estruturas de dominação, como a burocracia estatal, a divisão intelectual do trabalho e práticas de controle estatal, seja através da educação ou do controle social. É uma comunidade porque reúne no mesmo contexto membros de diferentes classes e posições sociais compartilhando um projeto em comum.

É justamente o fato de a nação conseguir reunir "pacificamente" tantos diferentes que mais intrigou Anderson em seu trabalho. Ele se perguntou o que levaria tantos a se sacrificarem em nome de uma comunidade nacional. As respostas, ele foi buscar no que chamou: as raízes do nacionalismo. Estas raízes seriam, principalmente, o declínio da dominação da religião e da noção de existência de um texto sagrado que continha a "verdade". Conseqüente declínio do latim como única linguagem sagrada e emergência das línguas seculares. Fim da ideia de que as sociedades se reuniam em torno de um monarca central ungido pelo poder divino. Criação de um sentimento de coexistência baseado no compartilhamento temporal.

A imprensa comercial terá um papel fundamental na difusão destes novos valores, sua difusão vai gerar simultaneidade, conhecimento vivo, reprodutibilidade, disseminação dos saberes (ANDERSON, 1999, p. 37). Os capitalistas passaram a imprimir seus livros e jornais em diversas línguas, maximizando a circulação e o alcance. Como conseqüência, leitores de locais diversos passaram a se entender e dar vazão a um discurso comum. Neste sentido, Anderson está ao lado de autores como Eric Hobsbawn, que vêem as nações e o nacionalismo como produtos da modernidade, criadas com fins políticos e econômicos.

Neste sentido, em "Comunidade Imaginada por quem?", Partha Chatterjee afirma a necessidade de as regiões periféricas do mundo encontrarem sua própria forma de imaginação nacional, fugindo dos nacionalismos trazidos pela modernidade ocidental:

> Segundo minha interpretação, o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania, dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar sua luta política contra o poder imperial. Ele o faz dividindo o mundo das instituições e práticas sociais em dois domínios, o material e o espiritual. O material é o domínio do "externo", da economia e da política, da ciência e tecnologia, um campo em que o Ocidente provou sua superioridade em que o Oriente sucumbiu. Nesse campo, portanto, a superioridade ocidental teve

> que ser reconhecida, e suas realizações, criteriosamente estudadas e reproduzidas. O espiritual, por outro lado, é um domínio "interno", que traz as marcas essenciais da identidade cultural. Quanto mais sucesso se obtém na imitação das aptidões ocidentais no campo material, maior a necessidade de se preservar a singularidade da cultura espiritual" (CHATTERJEE, 2004, pág. 230).

Mas Anderson não é hostil à ideia do nacionalismo. Para ele, o fato da nação surgir como um rompimento com a igreja católica e através da democratização do texto escrito para as massas está intimamente ligado com abolição da monarquia e a efervescência da Revolução Industrial. Anderson vê no nacionalismo uma forma de captar e expressar anseios, esperanças e preconceitos que surgem no interior da vida social. Por isso, ele vê nos países formados nas Américas aqueles que, talvez primeiramente, desenvolveram uma noção de nacionalidade, pessoas que compartilhavam o idioma local e tinham em comum a luta pela independência. Darcy Ribeiro, um estudioso da formação do povo brasileiro, assim retrata a conformação brasileira como nação:

> Conquanto diferenciados em suas matrizes raciais e culturais e em suas funções ecológico-regionais, bem como nos perfis de descendentes de velhos povoadores ou de imigrantes recentes, os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia. Vale dizer, uma entidade nacional distinta de quantas haja, que fala uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais, menos remarcados que os dialetos de Portugal. Participando de um corpo de tradições comuns mais significativo para todos que cada uma das variantes subculturais que diferenciaram os habitantes de uma região, os membros de uma classe ou descendentes de uma das matrizes formativas (RIBEIRO, 1995).

Para Renato Ortiz, com a globalização esta dicotomia europa/colônias, centro/periferia é abolida (ORTIZ, 2009). A ideia de temporalidade da modernidade é desestabilizada. Simultaneamente, mesmo que em raias paralelas, os debates sobre a pós-modernidade e a globalização vão tentar entender os desafios que se colocam à modernidade, que tem no Estado-nacional seu elemento fundador. "Os perigos ambientais, a consolidação de um mercado global de bens de consumo, o advento de um setor financeiro desvinculado do controle do Estado-nação, os conflitos étnicos, as guerras, o surgimento de um imaginário coletivo mundializado, o "retorno" da religião, a revolução tecnológica" (ORTIZ, 2009, p. 239) são alguns dos desafios que começam a escapar ao binômio Estado Nação-modernidade. Na verdade, a ascensão dos debates sobre a globalização vai coincidir com o progressivo declínio dos debates pós-modernos, grandes narrativas passam a ser novamente necessárias com o progressivo desenrolar dos temas globalizados. De um lado, uma literatura empresarial

que buscava identificar as demandas globais, estimular o consumo e a livre circulação dos bens. Do outro, uma literatura crítica que se reforça com o surgimento de movimentos anti-globalização e as denúncias ao “pensamento único”. Segundo Ortiz, a unidade analítica “nação” passa a ser insuficiente para compreender o fenômeno mundial de transnacionalização. Os atributos nacionais da identidade territorial, linguística, do mercado, das comunicações, da memória coletiva, aos quais se identificam uma comunidade, como para Anderson, não são aplicáveis em termos de uma comunidade global (ORTIZ, 2009).

Para Ortiz, a interconexão não resulta em integração. O avanço do sistema mundial de comunicações, principalmente com a internet, garante a integração das pessoas em um coletivo global. Gerando inclusive o contrário ao potencializar os vínculos identitários. “Diferentemente do âmbito nacional, na esfera transnacional inexiste um espaço público ou uma sociedade global. Traduzir sua realidade nesses termos é ilusório” (ORTIZ, 2009, 247). A globalização inverte a dinâmica que propiciou o surgimento das nações. As religiões passam a ficar mais livres, sem necessariamente terem que se submeter às forças nacionais. A delimitação territorial passa a ser irrelevante para a circulação de bens e difusão da comunicação. Neste sentido, local, nacional e mundial passam a ser ao mesmo tempo cenário de propaganda e palco de circulação. Tempos e espaços aparentemente incongruentes passam a coexistir sem eliminar, no entanto, desigualdades e hierarquias (ORTIZ, 2009).

1.8 A disputa pela hegemonia no plano inter-estatal

Percebe-se que as mudanças provocadas pela globalização são desafiadoras das teorias que tentam desvendar os caminhos da construção da hegemonia no plano mundial. Segundo Gramsci, a classe dominante consegue impor sua ideologia porque detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos que é a religião, a escola, a imprensa, porque domina a Sociedade Política e a Sociedade Civil e cria um escudo de proteção da hegemonia. A classe dominante, não só deve controlar a produção e a distribuição dos bens, como organizar e distribuir as ideias que fundamentam seu modo de produção, para garantir um mínimo de hegemonia cultural, como se viu em Anderson e Ortiz. Mas como esta dinâmica se dá no plano internacional?

Ao ampliar a concepção marxista de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe economicamente dominante daquela época para a esfera da sociedade e da cultura Gramsci aponta que a ideologia da classe dominada pode entrar em disputa com a ideologia da classe dominante e criar as bases da sua superação. Aqui se separa dominação de

hegemonia, reconhecendo que as classes que ainda não conseguiram o controle do uso da força do Estado e dos meios de produção podem disputar as ideias dominantes no âmbito da sociedade civil. Esta concepção gramsciana de hegemonia e cultura é essencial para se desvendar a disputa que se trava pelos destinos da globalização.

Segundo Simionatto,

> Ao apreender a dinâmica das instituições, do sistema de crenças e valores que, vistos separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência, Gramsci propõe que estas questões constitutivas das relações de poder sejam trabalhadas e compreendidas como possibilidade para a formação de uma contra-hegemonia (SIMIONATTO, 1995, p. 81).

Na verdade, não se encontra na obra de Gramsci uma referência exata à contra-hegemonia. Ele fala de construção de hegemonia. A construção de uma nova hegemonia em termos culturais é a promoção de um novo senso comum que seja reconhecido pela sociedade, em especial os trabalhadores e camponeses, para Gramsci, como algo familiar e condizente com suas necessidades. É por isso que para Gramsci, a escolha por outra concepção de mundo é também uma ação política. A busca por uma nova ideologia está concatenada com ações práticas, é a filosofia da práxis.

> Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente) (GRAMSCI, 1999, p. 101).

A formação de uma nova cultura, portanto, começa ao se criticar o senso comum vigente. Ao criticar os valores que lhe são impostos pela classe dominante, as classes subalternas organizam seus desejos, suas necessidades, suas ações em novos termos, em uma nova gramática cultural. Tal crítica, no entanto, só se desenvolverá se estiver intimamente ligada a ações práticas, muitas vezes na reação aos resultados das políticas exercidas pela classe dominante.

Segundo Coutinho, este momento em que uma classe deixa de ser um puro fenômeno econômico e passa a elaborar uma vontade coletiva é o “momento catártico” de Gramsci. Para o teórico italiano, se uma classe social não é capaz de realizar esta “catarse”, não pode se tornar a representante dos interesses de toda uma nação, de um bloco histórico que pretende conquistar a hegemonia na sociedade (COUTINHO, 1989, p. 53). Segundo Simionatto, “as reflexões gramscianas encaminham para a necessidade de criar uma nova cultura, formar uma

concepção de mundo criticamente coerente", que faça com que "as massas saiam da passividade e criem uma nova forma de pensar" (SIMIONATTO, 1995, p. 83).

Em termos mundiais, este momento catártico se aproxima do caos sistêmico arrighiano. Para Arrighi, o caos se instala quando a potência hegemônica perde capacidade de governabilidade do sistema, e abre-se uma janela de oportunidades para a conquista da hegemonia mundial por outros atores estatais. As estruturas existentes se desequilibram e novas estruturas buscam se reposicionar no cenário mundial.

Conforme a análise arrighiana, nos últimos 500 anos, o mundo já viveu pelo menos três momentos de caos sistêmico que sucedem períodos de estabilidade da governabilidade hegemônica e ocorrem imediatamente após o surgimento de uma crise sinalizadora. Foi assim com o declínio do ciclo Genovês e a ascensão do Holandês, com o declínio do Holandês e a ascensão do Britânico e com o declínio do ciclo Britânico e ascensão do Estadunidense. Em todos os momentos de sobreposição de ciclos em que um declinava e outro ascendia, o principal sintoma foi o processo de financeirização da economia mundial levada a cabo pela hegemonia em declínio. Além da financeirização impulsionada pela potência em crise, outras características se repetiram no processo de transição hegemônica dos ciclos anteriores ao atual, entre elas estão ascensão de novos centros de poder e riqueza; crise das instituições internacionais; a perda de capacidade coercitiva da potência hegemônica e a instalação de um conflito armado que marca o clímax[25] do caos sistêmico e a crise terminal da hegemonia. Este estado de caos e falta de governabilidade gera uma situação em que

> À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de "ordem" – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1996, p. 30).

No presente momento em que se escreve esta tese, uma série de elementos típicos de um momento de caos sistêmico estão em evidência. As décadas de 70 e 80 do século XX se assemelham aos momentos de crise sinalizadora dos ciclos hegemônicos anteriores e a expansão financeira promovida em resposta a esta crise pela potência hegemônica também tem antecedentes no declínio hegemônico holandês e britânico. Ao lado do processo de financeirização, avançou uma agenda neoliberal baseada na reestruturação produtiva, na

[25] Segundo Arrighi, este clímax é caracterizado pela "centralização da capacidade militar e financeira nas mãos do Estado hegemônico em ascensão" (ARRIGHI, 2001, p. 75).

desregulamentação das leis trabalhistas, na precarização do emprego, na flexibilização e na automação que passaram a definir os contornos da globalização neoliberal hegemônica. Neste cenário, um novo pólo de acumulação sistêmica começa a se formar no sul[26] global, com destaque para a Ásia e em especial para a China.

Não obstante a migração do poder financeiro para o sul ou o "oriente", tudo indica que o poder militar permanece com os EUA. E isto afasta a possibilidade do clímax bélico observado nas transições hegemônicas anteriores. Por outro lado se confirma a crise das instituições internacionais e a crise de liderança e de poder consensual da hegemonia como ficou explícito na implosão das negociações no âmbito da OMC, na redução do papel das instituições de Bretton Woods, na instalação da Guerra no Iraque em 2003 e uma série de outras evidências às quais este trabalho se reportará ao tratar da globalização contra-hegemônica no âmbito da sociedade civil global.

Esta pesquisa não tem como objetivo decifrar todos os momentos da atual crise hegemônica do sistema, mas um em particular. Não é o momento econômico e nem o militar da disputa hegemônica que será pautado, mas o da capacidade de gerar um consenso, de guiar, de conduzir, nos termos de Gramsci, a partir de um sistema de valores universais e civilizatórios que fundem uma nova hegemonia. A atenção será dada à disputa no terreno das ideias e pela afirmação de uma cultura mundial cosmopolita e democrática.

Um teórico que ajuda a desvendar a diversidade destes elementos culturais dentro do processo de globalização e a consequente disputa pela hegemonia cultural em termos globais é Boaventura Santos. Auto-intitulado um teórico "pós-moderno de oposição", crítico da modernidade e especialmente da razão instrumental que a fundamenta, o autor não se posiciona ao lado daqueles que buscam, através da superação das "grandes narrativas", imporem o minimalismo e a fragmentação das ciências, da política e das artes para se tornarem, cada ramo ao seu modo, forças produtivas de desenvolvimento do capitalismo. Assim como Arrighi e Tilly, Santos também aponta para as dificuldades que enfrenta hoje o modelo político da modernidade ocidental fundado no Estado-nação e no modelo hegemônico de democracia liberal[27].

---

[26] Neste trabalho não se refere ao sul meramente como uma localização geográfica, mas como uma referência à periferia do sistema capitalista mundial, inclusive o sul localizado no norte geográfico, como as comunidades de imigrantes nos que vivem nos países europeus e nos EUA.

[27] Santos e Avritzer (2002), no texto introdutório de *Democratizar a democracia*, intitulado *Introdução: para ampliar o cânone democrático* mostram como a democracia assumiu um papel central no campo político do século XX e como sua proposta hegemônica "implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos", deste modo, "a forma hegemônica de democracia, a democracia representativa elitista propõe uma extensão para o

O autor sugere que ao ser reconfigurada a estrutura mundial baseada em unidades de Estado-nação, estaria havendo o deslocamento da luta pela emancipação social para o nível global. Tal visão implica no desenvolvimento de debates em torno de concepções de sociedade civil global, espaço público global e governança global, conforme a discussão do próximo capítulo. Santos defende que é preciso pensar políticas emancipacionistas ao mesmo tempo com âmbito global e legitimidade local. Neste sentido, sua concepção de disputa pela hegemonia global privilegia uma visão sobre as dimensões sociais, políticas e culturais, complementando a leitura de Arrighi que tende a estar mais centrada no momento econômico e militar.

A globalização neoliberal como resposta do campo hegemônico ao caos sistêmico eminente trouxe esta disputa pela hegemonia cultural para um novo cenário. Apesar de não existir algo como um Estado global, também já não existem Estados nacionais que não estejam interconectados, seja através da economia, das tecnologias ou da cultura. Para Ortiz, fala-se em economia global pensando em uma única estrutura de trocas comerciais no planeta, a mesma dimensão global vale para a tecnologia, quando se fala de redes globais de comunicação, internet, satélites. Mas, ainda não existe algo como uma "cultura global" ou uma "identidade global". Há uma mundialização de distintas concepções de mundo que se contrapõe entre si e que "marca a diversidade dos elementos culturais na situação de globalização" (ORTIZ, 2007, p. 11).

Santos faz uma discussão sobre as formas de produção desta globalização, ou dos processos da globalização, que podem ser hegemônicos, no caso a financeirização e a desregulação neoliberal, ou contra-hegemônicos, como o respeito ao meio-ambiente e a difusão de uma cultura de paz. Considera-se, dentro de sua análise, que não exista apenas uma globalização, mas globalizações. São na verdade processos sociais que envolvem conflitos e, "por isso, vencedores e vencidos" [28].

O efeito desta dicotomia geralmente é a invisibilização dos "vencidos" de acordo com a divulgação da história pelos "vencedores". Sob este prisma, é globalizado algo que surgiu como uma característica local e é localizada a característica ou condição rival, que não conseguiu prevalecer globalmente. Aquilo que se globalizou ganha status de universal, verdadeiro, necessário, imperativo. Fica como local o fraco, o duvidoso, o ilegítimo. Segundo

---

resto do mundo do modelo de democracia liberal-representativa vigente nas sociedades do hemisfério Norte, ignorando as experiências e as discussões oriundas dos países do Sul no debate democrático" (pp. 5-14)

[28] Santos se refere aqui a uma contribuição de Walter Benjamin ao pensamento contemporâneo que é a noção de "história dos vencidos". Seria a "história dos sem história", "dar voz aos sem voz", reescrever a história através de uma contra-história.

esta perspectiva “aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo” (SANTOS, 2002)[29].

1.9 A tensão na disputa pela hegemonia global

Neste capítulo foram apresentadas as concepções de hegemonia em Gramsci e de hegemonia mundial em Arrighi. A influência gramsciana no debate sobre hegemonia é incontestável e sobre seus pilares de centralidade do elemento político-econômico, coerção e consenso está assentada a concepção de hegemonia mundial de uma potência estatal sobre as demais. Gramsci é herdeiro da tradição marxista que coloca o poder econômico no centro da dominação de uma classe sobre a outra, e busca em Maquiavel a matriz de que é preciso algo mais do que poder econômico e uso da força para se ter hegemonia, além de ser temido é preciso ser amado. O poder econômico, força (coerção) e poder de convencimento (consenso) são a base hegemonia.

No plano internacional, estas características fazem de um Estado uma potência hegemônica, cuja governabilidade sobre o sistema mundo tem a duração de séculos longos que ultrapassam os cem anos convencionais. Cada século longo é um ciclo hegemônico que apresenta algumas fases fundamentais, mesmo que com pequenas variações. Uma primeira fase de ascensão hegemônica, ao ser capaz de concentrar poderio militar, econômico e de convencimento sobre a legitimidade de sua dominação e o benefício geral por ela promovido. Uma segunda fase de hegemonia plena coincide com a governabilidade e a expansão material. Uma terceira fase é gerada por uma crise sinalizadora de caos sistêmico que desencadeia um período de expansão financeira como tentativa de reter a crise gerada pelo próprio sistema. Uma última fase, de crise terminal, caracteriza-se pela sobreposição de ciclos, pela transição hegemônica pela ascensão e queda de potências hegemônicas.

Os períodos de crise, ou os momentos catárticos, são os mais ricos e instigantes de serem estudados, e caracterizam-se pela crise de sustentação da hegemonia e abrem janelas de oportunidades para novas hegemonias. No caso dos Estados, processos de financeirização da economia-mundo são desencadeados pelas potências em crise; assim como há ascensão de

[29] Um exemplo que Santos dá desses localismos globalizados é a propagação da língua inglesa, por exemplo, em detrimento de outras com igual potencial de se globalizarem como o francês ou o espanhol. Ou o império hollywoodiano no cinema impedindo o florescer do cinema hindu e a guetização do cinema europeu e latino-americano. O que não se globaliza fica típico, quase pitoresco. Nesta dinâmica, a classe dominante passa a ter uma vivência física e uma circulação internacional de suas ideias, enquanto os trabalhadores e desempregados estão cada vez mais confinados às fronteiras de seus países (SANTOS, 2002).

novos centros de poder e riqueza; perda da capacidade de geração de consenso e sustentação do arcabouço valorativo do campo hegemônico; perda de capacidade militar e de uso da força e desencadeamento de conflito bélico. De todos estes processos, interessa neste trabalho especialmente a perda da capacidade de geração de consenso e legitimação valorativa expressa na decadência de instituições internacionais democratizantes das relações inter-estatais e da capacidade diplomática de representar a defesa do bem comum mundial.

Atualmente, a potência hegemônica vigente vive uma crise dentro da própria crise sistêmica por ela gerada. O processo de financeirização instaurado na década de 70, como resposta a crise de expansão material que viveu seu ciclo de ouro no pós-segunda guerra mundial, trouxe como conseqüência a formação de bolhas especulativas que estouraram no coração do império entre 2007 e 2008[30] e ainda causam enormes prejuízos na Europa conforme presenciado em 2010. Para dar condições ao processo de financeirização econômica, a potência hegemônica lançou mão da globalização neoliberal, dirigida por uma governança global nebulosa e que se espraiou pelo mundo causando enormes prejuízos especialmente nos países do sul. A resposta ao processo de globalização neoliberal hegemônica veio através de Estados contra-hegemônicos que adotam políticas anti-neoliberais, Estados que disputam a condução econômica do sistema e a acumulação material e de riquezas, todos, portanto, no nível político e econômico, mas não no militar que ainda parece inabalável, e de uma sociedade civil global tão nebulosa quanto a governança global, como se vê no próximo capítulo. Esta sociedade civil global evidenciou a crise do sistema valorativo e das instituições internacionais fundantes do atual projeto hegemônico como Bretton Woods, OMC, OTAN e a própria ONU. Ela criou os eventos paralelos às reuniões temáticas da ONU, desestabilizou rodadas de negociação da OMC e criou o Fórum Social Mundial.

Antes de se passar ao próximo capítulo que busca evidenciar as características da globalização, tanto a hegemônica como a contra-hegemônica, da governança global que tenta manter o equilíbrio internacional do sistema hegemônico e da sociedade civil global que tenta

[30] Crise econômica mundial, também conhecida como a Crise dos Subprimes, que perdurou de 2001 a 2007 e cujo ápice ocorreu em 2008 com a falência do tradicional banco de investivementos estadunidense Lehman Brothers. Em seguida outras instituições financeiras também foram levadas à falência nos Estados Unidos, coração do capitalismo global. A crise atingiu todo o globo, pois "Os Estados Unidos constituem hoje o centro do mundo (do capitalismo global). O seu declínio não é apenas o da primeira potência, mas o do espaço essencial da interpenetração produtiva, comercial e financeira em escala planetária, que foi acelerando nas três últimas décadas até formar uma trama muito densa, da qual nenhuma economia capitalista desenvolvida ou subdesenvolvida pode escapar (sair dessa densa rede significa romper com a lógica, com o funcionamento concreto do capitalismo composto por classes dominantes locais altamente transnacionalizadas)". (BEINSTEIN, 2008) in: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14987

desestabilizá-lo, apresenta-se a seguir alguns pressupostos[31] que diferenciam o atual momento de crise sistêmica e disputa hegemônica:

a) A globalização muda o modo como se opera o conceito de hegemonia na atualidade. Nenhum outro ciclo hegemônico em crise ocorreu sob a determinação da interconexão global como a que ocorre hoje.

b) A emergência de atores potencialmente hegemônicos se dá principalmente em blocos e pela primeira vez na história do capitalismo ocidental estes blocos emergem com a integração de Estados do sul.

c) A crise da institucionalidade internacional e da capacidade de convencimento e construção de consenso hegemônico é mais grave que as anteriores. Beira a crise civilizatória.

d) Os Estados nacionais sofrem o impacto da globalização e tem afetadas sua soberania e capacidade de controle dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais internos. Seguem sendo, no entanto, o lócus privilegiado dos conflitos sociais e a partir de onde se dá a construção da hegemonia.

Estes três elementos diferenciam o atual estágio de caos sistêmico e crise hegemônica no interior do qual nascem os processos de contra-hegemonia aos quais são dedicados os próximos capítulos deste trabalho. A globalização traz um elemento de instabilidade para a teoria arrighiana de ascensão e queda de ciclos hegemônicos. Este processo de globalização, que é produto da dinâmica do capitalismo e foi instrumentalizada pela potência hegemônica para a promoção da financeirização e a regulamentação neoliberal mundial como resposta à sua crise interna, assume proporções inéditas no mundo. O nível de interpenetração mundial do sistema impacta nos cinco elementos da crise sistêmica (financeirização, ascensão de

[31] A elaboração destes pressupostos não prescinde da análise de outras opiniões sobre as particularidades históricas da atual crise capitalista. Mezaros por exemplo considera como "novidades" da atual crise: "(1) o seu *carácter* é *universal*, em vez de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira, comercial, ou afectando apenas este ou aquele ramo específico da produção, ou que se aplica a este em vez daquele outro tipo de trabalho, com o seu alcance específico de habilidades ou graus de produtividade, etc); (2) o seu *âmbito* é verdadeiramente *global* (no sentido literal mais ameaçador do termo), em vez de confinado a um conjunto particular de países (como foram todas as grandes crises ocorridas no passado); (3) a sua *escala temporal* é prolongada, contínua – se preferirem: *permanente* – ao invés de limitada e *cíclica*, como acabaram por ser todas as anteriores crises do capital. (4) o seu *modo* de evolução pode ser chamado de *rastejante* – em contraste com as mais espectaculares e dramáticas erupções e colapsos do passado – enquanto se soma à condição de que mesmo as convulsões mais veementes ou violentas não podem ser excluídas relativamente ao futuro; quer dizer, quando a complexa maquinaria agora activamente empenhada na "gestão da crise" e no mais ou menos temporário "deslocamento" das contradições em crescimento ficar sem vapor…" (MEZAROS, 2006)

novos centros econômicos, crise das instituições e poder de consenso, crise do poder de coerção e choque bélico).

Para a realização deste trabalho, se optou pela contribuição à elucidação de um destes cinco elementos. Não é o econômico (financeirização e ascensão de novos centros econômicos) e não é o coercitivo (crise do poder de coerção e choque bélico). Interessa aqui explorar o momento em que as instituições internacionais ficam obsoletas, que o campo hegemônico perde o poder de geração de consenso, de assegurar que seus valores civilizatórios mantenham a estabilidade do sistema.

A globalização faz com que a crise dos organismos internacionais e da produção do consenso mundial seja ainda mais profunda. Há uma confluência entre a crise de hegemonia do sistema, que perde seu apelo consensual exercido através de organismos internacionais, e uma crescente demanda sobre estes organismos a partir de uma crise da capacidade dos Estados nacionais de darem respostas às demandas de seus cidadãos. Segundo Fraser (2005, p. 76), com a globalização "os alvos das disputas por redistribuição e reconhecimento não são mais somente os Estados nacionais", pois as condições de vida das pessoas passam a ser co-determinadas pelas estruturas domésticas e internacionais. Passam a ser necessárias novas "arenas" democráticas que discutam as questões que afetam cada comunidade em sua localidade, mas que escapam do seu controle no nível meramente local.

Os conceitos de *hard power* e *soft power* de Joseph S. Nye Jr. ajudam a elucidar melhor o que significa esta perda de apelo consensual no processo de crise sistêmica do modelo hegemônico. Para Nye, o exercício do poder se dá em duas frentes, uma é a da coerção e intimidação (hard power) e outra através da persuasão (soft power). Estes dois conceitos se aproximam de dois dos três elementos que Gramsci e Arrighi apresentam como basilares da hegemonia e da hegemonia mundial, a coerção (hard power) e o apelo consensual (soft power). O *soft power* tende a predominar quando a hegemonia está em estado pleno de funcionamento e o poder bélico, apesar de ser muito superior aos demais atores, não é tão acessado (NYE, 2004). No entanto, no momento de crise sistêmica, um dos sintomas é a perda de apelo consensual, ao lado dos fracassos no terreno da economia e da política, e neste momento se recorre ao *hard power* como meio de impor a hegemonia de modo coercitivo sobre os demais atores. Para Arrighi, com este movimento é quase inevitável um choque bélico entre a hegemonia decadente e um poder em ascensão.

Ocorre que na atualidade, o nível de interdependência global e interconexão sistêmica são tão profundos que o momento de clímax proposto por Arrighi de decadência da atual potência hegemônica e ascensão de um novo centro econômico e político ao posto de

hegemonia mundial parece muito distante. Talvez pela primeira vez na história do capitalismo ocidental, não será uma potência estatal a assumir a hegemonia mundial, mas um novo modelo que emergirá da disputa hegemônica que desta vez não se dá essencialmente no nível dos Estados apenas, mas também no seio da sociedade mundial. O que diferencia o atual momento de crise sistêmica dos anteriores, segundo Beinstein é que existe

> (...) uma diferença de magnitude decisiva, o hiper-gigantismo do Império faz com que seu naufrágio tenha um poder de arrastamento sem precedentes na história humana. Mas também porque os Estados Unidos não constituem "um mundo à parte" (marginalizado), mas são o centro da cultura universal (o capitalismo), a etapa mais recente de uma longa história mundial ao redor do Ocidente (BEINSTEIN, 2008).

Talvez por isso, não se visualize no cenário novos centros econômicos e de poder candidatos à nova hegemonia, apesar de Arrighi sugerir que este novo centro possa ser a China (ARRIGHI, 2008), mas blocos emergentes localizados especialmente no sul. Segundo Hobsbawn, pouco antes do ápice da Crise Econômica Mundial de 2008,

> com exceção da sua superioridade militar em armamentos de alta tecnologia, os Estados Unidos contam com trunfos decrescentes, ou potencialmente decrescentes. Sua economia, embora grande, representa uma proporção decrescente da economia global e é vulnerável tanto no curto quanto no longo prazo (HOBSBAWN, 2007, p. 158).

Ainda assim, como Beinstein, outros autores (MEZAROS, 2006; SADER, 2005; FIORI, 2008) afirmam ser precipitado afirmar o declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica, apesar do surgimento de vários sintomas de crise no sistema global. Hoje, os EUA[32] têm uma economia frágil e caótica, socialmente é o país mais desigual entre os países centrais do capitalismo, politicamente está relativamente isolado no plano internacional. No entanto, para os autores que negam o declínio da hegemonia americana, a comparação não

[32] Arrighi (1996, 2001, 2008) reforça fundamentos para pensarmos "na crise e nas contradições do regime norte-americano em processo de desintegração". Pode se observar elementos desta crise no setor militar, financeiro e ideológico desde o final da década de 60 do século passado. Quando os americanos abandonaram o projeto de "governo mundial" e se dedicaram à administração interna enquanto ocorria a desenfreada expansão transnacional das empresas comerciais norte-americanas. Esse período foi marcado por um crescente aumento das finanças nos Estados Unidos, como resultado, conforme explica Arrighi, de uma dinâmica presente em todas as crises dos ciclos sistêmicos de acumulação. Em poucas palavras, como nos ciclos passados uma rápida expansão do comércio e da produção mundial intensificou a competição e a pressão sobre os países líderes mundiais provocando declínio do lucro e levando ao esfriamento de novos investimentos na produção e a inversão de recursos no setor rentista, financista. Associe-se a isto uma política de competição agressiva no mercado internacional, incentivo à desregulamentação, aumento do endividamento público e privado nos EUA. Os resultados recentes conhecidos foram o desenrolar de uma série de crises, econômica, ambiental, alimentar, de imigração, das quais o estouro da bolha de crédito imobiliário que deflagrou a atual crise econômica americana e mundial no segundo semestre de 2008 é o maior exemplo.

pode ser dada em relação aos EUA de hoje e de ontem, mas em relação às outras forças mundiais. Assim, segundo Sader, “a maior força da hegemonia norte-americana vem da debilidade das forças contra-hegemônicas” (SADER, 2005, p. 21).

Embora não seja possível afirmar se a atual crise sistêmica levará ao declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica e a ascensão da China, como sugere Arrighi (1996) ou que ocorra uma fusão financeira entre estas duas potências, como sugere Fiori (2008), é possível apontar que a atual crise sistêmica projeta ainda mais a discrepância entre o Norte e o Sul no cenário global. Deste cenário, emerge um novo sistema de relações e da promoção de uma inédita integração sul – sul. A perda do apelo consensual do norte coloca em evidência uma dinâmica que transcorria na marginalidade do sistema mundial. Um rico processo de integração entre experiências inovadoras do sul que buscam se posicionar de maneira alternativa na atual fase de reorganização da balança de poder mundial. Vai ser na América Latina, na Ásia e na África que a globalização contra-hegemônica encontrará terreno fértil para vicejar. No embate com a governança global nebulosa, nascerá um embrião de sociedade civil global capaz de sintetizar as experiências contra-hegemônicas do norte e do sul e projetar um novo apelo consensual baseado em novos valores civilizatórios. O momento catártico, a crise de hegemonia, o caos sistêmico chegou primeiro no nível societal e democrático, em seguida assaltou o nível econômico, ainda não se sabe se e quando chegará no nível coercitivo. Enunciar os meandros da construção contra-hegemônica no patamar da sociedade civil e da sua relação com os Estados nacionais do sul, fragilizados pelas demandas contraditórias de encolhimento (neoliberalismo, financeirização), e expansão (reparação dos danos da crise econômica) é o que se faz nas próximas seções deste trabalho.

2 CONTRA-HEGEMONIA GLOBAL

Concordo com D. Quixote: o meu repouso é a batalha
Pablo Picasso

2.1 Crise da Globalização hegemônica

A crise da globalização hegemônica se dá quando o instrumento utilizado pela potência e o modelo hegemônico de lançar mão de uma globalização financista e neoliberal para se sustentar no poder mundial entra em crise. Esta crise revela que a faceta neoliberal é a hegemônica, que ao perder legitimidade abre campo para outras expressões da globalização, por sua vez, contra-hegemônicas. Já tivemos a oportunidade de discutir de forma mais detalhada o fenômeno da globalização no trabalho final de graduação em Ciências Sociais (UFMG, 2003), *A participação política na Era Global: O Fórum Social Mundial* e na dissertação de mestrado em Ciência Política (UFMG, 2006), *A participação política em tempos de globalização: o Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global.* Durante o estudo, foram identificadas três principais tendências de interpretação do fenômeno da globalização, através da análise de pelo menos três dos campos em que seus aspectos se destacam: a política, a cultura e a economia. Cada tendência, seja a dos "globalistas"[33] - que enxergam a globalização como um fenômeno absolutamente novo; a dos "céticos" - que não percebem muita diferença dessa fase para as fases anteriores do imperialismo; ou a dos que interpretam a globalização como uma fase que sintetiza a continuidade da expansão do capitalismo com novidades significativas, será tratada a seguir.

Uma primeira tendência é a dos defensores da globalização como uma etapa completamente nova em que fosse necessário repensar todas as categorias econômicas, sociais e culturais que balizaram o esforço humano de entendimento da realidade até aqui (HARDT & NEGRI, 2001; GIDDENS, 1991). O livro *Império,* de Hardt & Negri (2001), é um forte expoente da tendência que considera o atual estágio de globalização não como um produto histórico, mas como algo espetacularmente novo que se instaurou no planeta:

> (...) o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a

[33] David Held e Antony McGrew em seu livro *Prós e contras da globalização* (2001) sugerem essa diferenciação entre os campos de intérpretes da globalização: "globalistas" e "céticos". A que nós acrescentamos uma terceira tendência que preferimos não rotular.

> história e dessa forma determina, pela eternidade, o Estado de coisas existente (HARDT & NEGRI, 2001).

Para os autores dessa tendência, a globalização não é sinônimo do imperialismo ocidental, mesmo não negando que a globalização possa servir aos interesses de poderosas forças sociais do Ocidente. A realidade social seria composta por diversos processos inter-relacionados seja na área econômica, tecnológica, política, cultural, natural, etc. Não haveria um padrão fixo ou pré-determinado de desenvolvimento histórico.

O centro governante do Império não estaria vinculado a nenhuma nação, apesar de nascer na Europa e se estender posteriormente para os EUA, sua base territorial seria o mundo como um todo. As forças contestatórias deste sistema também não teriam territorialidade, sua geografia ainda estaria sendo escrita com resistência, luta e desejos de uma "multidão"[34]. No aspecto político, a globalização teria transformado o Estado em uma arena fragmentada de formulação de decisões políticas, permeada por redes transnacionais e órgãos ou forças internas. De forma semelhante, a dinâmica transnacional estaria penetrando a sociedade civil e alterando sua forma.

Ao abordar o aspecto cultural, a tese do "império" identifica que as pessoas de toda parte estão expostas como nunca aos valores culturais de outras culturas. Em um mundo em que nada, nem mesmo a diferença lingüística, pode deter o fluxo de ideias e culturas. Nesse processo de globalização cultural as empresas teriam substituído os Estados na produção e distribuição cultural. As fronteiras geográficas são assim superadas, na medida em que os indivíduos e coletividades vivenciam acontecimentos e fenômenos fora de seu espaço territorial. Junto com esse descolamento territorial, estaria surgindo uma consciência global, em que valores universais de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente estariam se globalizando.

No aspecto econômico, é identificada uma interação econômica global sem precedentes e a tendência é de uma intensificação da integração nas e entre as regiões. As economias nacionais já não estariam funcionando como sistemas autônomos de criação de riqueza, uma vez que as fronteiras nacionais estariam perdendo terreno para multinacionais e organismos multilaterais na condução e organização da atividade econômica.

---

[34] Para Negri, a "multidão" é algo que vai além dos conceitos de classe e povo. Este conceito de multidão está ligado teóricamente à categoria de "império" que é a etapa que sucede o imperialismo no momento em que os Estados-nação estão dissolvidos. Para o filósofo francês, Jacques Bidet, "a fraqueza dessa "visão de mundo" está no fato de qu ela dispensa os conceitos mais indispensáveis à compreensão do mundo em que vivemos, o da estrutura-de-classe capitalista, que o marxismo classicamente situou nos marcos do Estado-nação, e, o de sistema mundo, centro-periferia, desenvolvido de Braudel a Wallerstein" (BIDET, 2004, p. 96-98).

Uma segunda tendência, radicalmente oposta à primeira, seria expressa por um ceticismo quanto a real novidade do fenômeno da globalização. Hirst e Thompson, autores de *Globalização em questão* (2001), atribuem o atual fenômeno da Globalização a uma continuidade do processo evolutivo do capitalismo, que sempre esteve em busca da constituição de uma economia mundial. Este não seria um momento sem precedentes, encontrando suas origens no início do capitalismo, e forte semelhança com o período que se inicia em 1860, com a internacionalização do capital e formação dos primeiros monopólios. Além de ter forte identidade com os anos pré-primeira grande guerra, nos quais já se firmavam eficientes sistemas de comunicação de longa distância, meios de transporte industrializados e maior liberdade de migração do trabalhador. A globalização seria, portanto, muito mais um mito e uma construção ideológica que ajudaria a justificar e legitimar um projeto neoliberal global, com a criação de um livre mercado e a consolidação do capitalismo anglo-americano.

O fim do século XX, para os autores dessa tendência, apontou para a consolidação da era do Estado-nação moderno. Os Estados reivindicaram cada vez mais o monopólio do uso legítimo da força e da regulamentação das leis, investiram em seu contingente militar como símbolo nacional, consolidaram seus regimes fiscais e procuraram organizar sua comunicação nacional. Do mesmo modo, foram reforçados os pactos e acordos entre governos e cidadãos, fundamentando sua legitimidade. Poucos são os Estados dispostos a abrir mão de tal legitimidade, e principalmente do princípio da soberania, mesmo que suas possibilidades de realizar escolhas políticas nacionais estejam cada vez mais restritas, em especial os Estados do sul, como os latino-americanos, asiáticos e africanos, que mesmo após a independência das ex-colônias sofrem com a determinação das políticas do norte.

As condições encontradas na criação do Estado moderno foram também condições que geraram o sentimento de nacionalidade. O que se observa no período recente, segundo Hirst e Thompson, é um fortalecimento dos símbolos nacionais, no interior do Estado, e do nacionalismo, invalidando a tese da globalização generalizada da cultura. A luta pela identidade nacional e pela consolidação das nações foi tão forte que os autores dessa tendência duvidam que possam ser desgastadas por forças transnacionais e pela cultura global de massas. O surgimento de novas redes eletrônicas de comunicação e de tecnologia de informação estaria contribuindo para intensificar e reavivar os laços de identidade étnica e nacional e não para esgarçá-los.

No campo econômico, Hirst e Thompson tentam demonstrar que apesar do aprofundamento da internacionalização do mercado econômico, empresas genuinamente

transnacionais não existem, todas tem uma base nacional muito forte. A mobilidade do capital, que passa a ser mais volátil, não significa a transferência de investimentos e empregos dos países avançados para os em desenvolvimento. Não se poderia dizer que a atual economia é realmente global, pois seu "polo concêntrico" segue sendo EUA, Europa e Japão[35]. E tal polo influência significativamente a economia global, demonstrando que não está desregulamentada e muito menos livre de doutrinas econômicas encabeçadas pelas elites políticas de cada país.

Seja no aspecto financeiro, tecnológico, laboral ou produtivo, os dados não confirmam a existência ou a emergência de uma economia global única, até as empresas multinacionais continuam majoritariamente dependentes dos mercados nacionais ou regionais, ao contrário do que se apregoa sobre o capital absolutamente volátil. O que há de fato é uma internacionalização significativa da economia global com precedentes, e uma intensificação dos vínculos entre as diferentes economias nacionais. A imensa maioria da população humana continua excluída do mercado global e cresce a defasagem entre o norte e o sul (HIRST & THOMPSON, 2001).

Existe ainda uma terceira tendência analítica do fenômeno da globalização, que se diferencia das duas apresentadas anteriormente por considerar a globalização como o prosseguimento de um longo processo de acumulação e expansão do capital, mas com novidades importantes e significativas quando comparada a momentos anteriores de desenvolvimento do capitalismo global. Não ficaria, portanto, entre os que consideram ser este um momento absolutamente novo e sem relação com estágios anteriores de desenvolvimento do capitalismo, e também não figuraria entre os absolutamente céticos quanto à singularidade dos aspectos inovadores da atual etapa de desenvolvimento da globalização neoliberal (SANTOS, 2000; AMIN, 1997; ARRIGHI, 2000; WALLERSTEIN 2002; ROBERTSON 1992; COX 1997; CHOMSKY 1994).

Segundo essa posição, a globalização constitui um fenômeno não completamente novo, mas um processo que, tendo como centro os países do norte, com seus blocos políticos, agências financeiras, empresas multinacionais, se impõe aos países do sul, promovendo uma globalização neoliberal, segundo os preceitos do Consenso de Washington, não só econômica, mas também política e cultural. Nesse sentido, as principais mudanças ocorridas no atual

[35] Quando Hirst e Thompson escreveram este livro ainda não havia ocorrido a crise japonesa e a emergência econômica da China a ponto de rivalizar com a potência mundial como se vê hoje. Nas últimas duas décadas outros países da Ásia, especialmente China e Índia tornaram a geopolítica da economia mundial mais complexa. No seu livro, *Adam Smith em Pequim* (2008), Arrighi defende a tese de que o novo centro hegemônico está despontando na Ásia.

período da globalização são resultado de uma combinação de alterações sofridas nestes fatores de forma desigual, mas sistêmica. É possível identificar nas mudanças ocorridas em cada um dos aspectos citados os traços de uma globalização hegemônica que enfrenta distintos níveis e formas de resistência expressas por uma globalização contra-hegemônica, e, por isso mesmo, se apresenta de forma aparentemente desconexa na economia, na política, no terreno militar e na cultura.

Apresentando a globalização com duas facetas, uma hegemônica e outra contra-hegemônica, aqueles que compartilham da terceira tendência aqui exposta evidenciam uma leitura que leva em conta as contradições presentes nos fenômenos sociais e históricos. Diferenciando-se assim dos teóricos do "império" que, mesmo apregoando uma nova sociedade e uma nova ordem internacional, acabam "naturalizando" o capitalismo e as premissas convencionais do neoliberalismo. A identificação de uma disputa interna (hegemonia x contra-hegemonia) presente no fenômeno da globalização revoga a tese do processo "irresistível e irreversível" que se apresenta de forma implacável perante os Estados democráticos na visão de Hardt & Negri (2001).

Deste modo, há uma aproximação com a análise mais cética quando se percebe a globalização como a continuidade de um processo que pode ser identificada através dos atores, instituições, normas, regras e procedimentos que emergem de uma fase anterior de desenvolvimento do capitalismo. Os atores estratégicos, como as empresas transnacionais, antes de base mais nacional; os países industrializados; instituições decisivas como o FMI e Banco Mundial, criados no pós-segunda guerra mundial e as regras ditadas pelos Estados Unidos e o neoliberalismo global, surgiram em uma fase pré-globalização neoliberal.

A base desta globalização contraditória está na expansão financeira das décadas de 1970 e 1980, que segundo Arrighi, aponta para uma tendência predominante dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Em *O longo século XX* Arrighi, mostra que expansões financeiras deste tipo repetiram-se desde o século XIV, como uma reação do capital ao aumento da competitividade entre Estados gerada pela expansão do comércio e da produção em nível mundial. O que diferencia esta expansão das outras é o seu âmbito e sua sofisticação técnica na consolidação de "blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais como principais agentes da acumulação de capital em escala mundial" (ARRIGHI, 1996, p. 309).

Na verdade, segundo Arrighi, a globalização hegemônica é a materialização da tentativa do regime norte-americano em superar sua crise de hegemonia. Esta crise começa entre 1968 e 1970, tanto no âmbito militar, com a guerra do Vietnã; financeiramente com as

dificuldades de manter o sistema de regulação de Bretton Woods e ideologicamente, quando a cruzada anticomunista começa a perder legitimidade. Frente a esta crise veio o "consenso de Washington", as sucessivas guerras no oriente médio e o ideário do pensamento único neoliberal, que marcam a globalização hegemônica de fase neoliberal.

Segundo Wallerstein, o tríplice acontecimento pré-neoliberal: declínio da economia-mundo, os protestos sociais de 1968[36] e a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, transformou a cena geopolítica mundial e marcou o começo do lento declínio da hegemonia norte-americana. Esta fase é contrastante com a anterior, que durou de 1945-1967, em que os EUA estavam em condições de impor seus desejos para o resto do mundo, todo o tempo e de todas as maneiras. (WALLERSTEIN, 2003, p. 16)

A ofensiva neoliberal tomou forma com a chegada ao poder dos regimes neoliberais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos; com o Consenso de Washington; crescimento do papel do FMI, Banco Mundial e OMC. Segundo Wallerstein, eram três os objetivos principais desta contra-ofensiva: rebaixar os níveis dos salários em todo o mundo; restaurar a exteriorização dos custos produção derrubando os impedimentos aos abusos ecológicos, reduzir os níveis tributários com a consequente retirada do Estado na oferta do bem-estar social.

Mas ao final dos anos 90, o neoliberalismo já demonstrava fortes limitações para seguir adiante. Foi neste período que emergiu uma forte movimentação anti-globalização neoliberal hegemônica. Segundo Wallerstein, o movimento ideológico-cultural congregado nas reuniões de Davos[37] passou a encontrar obstáculos, como em Seattle 1999[38], quando "sindicalistas tradicionais e centristas norte-americanos juntaram suas forças com os grupos da Nova Esquerda para forçar a Organização Mundial do Comércio a uma paralisação, a partir da qual ela já não seria capaz de desembaraçar-se" (WALLERSTEIN, 2003, p. 19).

Foi neste contexto que George W. Bush chegou ao poder e tentou reverter o declínio norte-americano através de ações militares preventivas e rápidas, além da manipulação da resistência e da inimizade dos regimes do Sul, seja pela intimidação ou pela conquista. Neste sentido, o 11 de setembro[39] representou uma mina de ouro para a administração Bush, pois

[36] O ano de 1968 foi movimentado por inúmeras manifestações, sobretudo estudantis, contra a Guerra do Vietnã e contra os regimes autoritários vigentes em diversos países do mundo, sobretudo na América Latina.
[37] Fórum Econômico Mundial realizado anualmente na cidade suíça de Davos.
[38] Protestos em Seattle (1999) durante reunião da Organização Mundial do Comércio que tentava fechar o acordo conhecido como "rodada do milênio".
[39] No dia 11 de setembro de 2001 dois aviões comerciais atingiram um símbolo da cidade norte-americana de Nova Iorque, as Torres Gêmeas do World Trade Center. Os EUA atribuíram os ataques à organização islâmica Al Quaeda. Após o 11 de setembro os EUA passaram a implementar uma nova doutrina militar de guerra preventiva e instalaram as guerras do Iraque e do Afeganistão.

legitimou o uso da força militar contra um opositor fraco como o Talibã, em uma situação em que o mundo foi coagido a se posicionar pró ou contra os EUA. Naquela época, "as forças de Porto Alegre[40] foram capazes de mobilizar um protesto mundial contra a guerra em 15 de fevereiro de 2003, incomparável na história mundial anterior" (WALLERSTEIN, 2003, p. 21).

Segundo Arrighi, a maioria dos analistas, na verdade, falhou ao analisar este período e os impactos de curto e longo prazo da expansão financeira subjacente à contra-ofensiva neoliberal. Para o autor, tudo indica que uma possível ruptura sistêmica parece ter começado no início dos anos 2000 e rupturas deste tipo, como exposto no primeiro capítulo, tem sido típicas das transições hegemônicas do passado. A questão, a saber, é que nas transições anteriores as forças pró-sistêmicas, mesmo que inconscientemente, desempenharam o papel de liderança na criação das condições de ruptura, o que torna a concepção de movimentos anti-sistêmicos problemática para Arrighi. Qual seria o papel destas forças na mudança de hegemonia?

Arrighi recorre a Gramsci e seus conceitos de "função piemontesa" e "revolução passiva" para responder a esta questão. Gramsci introduziu esta concepção de função piemontesa do Estado ao analisar o Risorgimento italiano, em que um Estado – o Piemonte – exerceu a função de liderança em substituição aos grupos sociais em uma luta de renovação. Este mesmo fenômeno foi encontrado por Gramsci na Sérvia, antes da primeira guerra mundial e na França pós-1789, como piemonte da Europa. Para Gramsci, havia uma intima ligação entre o exercício da função piemontesa e o desdobramento de uma "revolução passiva" [41].

O que Arrighi parece querer transmitir, ao trazer os conceitos de Gramsci, é que cada hegemonia sucessiva do capitalismo mundial tem sido caracterizada por uma particular revolução passiva, na qual o Estado contra-hegemônico exercia uma função piemontesa frente o sistema capitalista mundial. Em suma, o Estado lidera um movimento que, em tese, deveria ser promovido por grupos sociais. A questão, a saber, é se a renovação do sistema social mundial atualmente compreende o exercício de uma função piemontesa e, se for o caso, qual o Estado ou coalizão de Estados terá as condições para fazê-lo. Algumas teorias

[40] Em referência ao Fórum Social Mundial.

[41] O conceito de revolução passiva em Gramsci surge quando ele examina o período do *Risorgimento* italiano. Este seria um caso específico de "revolução sem revolução" ou de "revolução passiva". Depois o conceito se ampliou e foi aplicado por Gramsci à Revolução Francesa e à Era da Restauração: "forma política na qual as lutas sociais encontram cenários bastante elásticos, de forma a permitir que a burguesia ascenda ao poder sem rupturas clamorosas" (QC, p. 134). Fonte: Vocabulário Gramsciano, vários autores, 2006 http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127)

contemporâneas consideram que o Estado atualmente pode assumir causas animadas pela sociedade civil global e integrar uma perspectiva contra-hegemônica no seio da globalização, neste caso os Estados são projetados como "novíssimo movimento social" (SANTOS, 1999), "Estado militante" (PUREZA, 2001) Estado solidário pós-moderno (FALK, 1999). Segundo Pureza,

> Estamos no limiar do surgimento de novos rostos institucionais da globalização, formas compósitas de Estado e não-Estado, transformado este em novíssimo movimento social de combate, articulado com ONGs transnacionais (os processos conducentes à ciração do Tribunal Penal Internacional ou a adoção da Convenção de Interdição das Minas Anti-Pessoal são disso ilustrações expressivas) (PUREZA, 2002, p. 103).

Por outro viés, Wallerstein (2003) considera que o mundo está entrando em uma transição anárquica – a partir do sistema mundo existente para um sistema diferente, sem que ninguém consiga controlar a situação, muito menos os Estados Unidos. Theotonio dos Santos (2003) afirma que está havendo uma transição para um sistema de hegemonia compartilhada entre EUA, Europa (franco-alemã), Ásia-Pacífico (China) e Rússia. Já Arrighi analisa que haverá rapidamente uma transferência do epicentro da economia global da América do Norte para a Ásia Oriental, sob a liderança da China, no entanto, tal transferência será afetada econômica, política e culturalmente pelo caos sistêmico que está começando. O autor se pergunta:

> ... será o renascimento econômico da Ásia Oriental subjugado pelo caos sistêmico, ou será ele transformado em um renascimento político e cultural capaz de conduzir a permanente "revolta contra o Ocidente", no sentido da formação de uma ordem mundial mais igualitária e democrática? (ARRIGHI, 2003, p. 115).

Essa volta de Arrighi ao papel dos Estados como forças de sustentação de grupos sociais ou como seus substitutos ao exercer uma função piemontesa o coloca em contraste com toda uma literatura (HARDT & NEGRI, 2001; HOLLOWAY, 2002; COHEN, 2003)[42] que questiona o papel do Estado nacional na redefinição de uma nova ordem social mais democrática e justa frente a crise hegemônica sistêmica. Neste sentido, o autor aposta que os Estados da Ásia Oriental desempenharão um papel decisivo no curso das mudanças de

[42] Para Cohen: "Os Estados Nacionais parecem estar mais se amoldando aos imperativos da economia e do mercado do que os modelando. A globalização da economia, inclusive a vertiginosa expansão do comércio internacional, a rapidez dos fluxos de capitais, a crescente autonomização das redes financeiras e de circulação, o imenso poder das sociedades anônimas transnacionais, com base nas novas tecnologias eletrônicas de comunicação, tudo parece substituir *os governantes do território* pelos *mentores da velocidade*" - o grifo é do autor por estar parafraseando Habermas en *La Constelacion posnacional,* 2000 (COHEN, 2003).

conteúdo social de qualquer ordem mundial vindoura. Por sua vez, Wallerstein defende que com a multiplicação de novos centros de poder como a Europa ocidental, China, Brasil e Índia, é impossível saber qual será o novo poder hegemônico a se impor. Assim como não é possível prever se o sistema capitalista como um todo será superado e se vai se impor um sistema de exploração ainda mais violento ou um modelo mais igualitário e redistributivo (WALLERSTEIN, 2008).

2.2 A globalização contra-hegemônica

Percebe-se, portanto, que as forças da globalização contra-hegemônica são ainda mais difusas do que as da globalização hegemônica. Segundo Santos (2002), estão representadas principalmente pelos países do sul, como Brasil, Índia, África do Sul e com especial destaque para a China, como aponta Arrighi, mas também pelos processos de resistência ativa, mobilizações sociais, iniciativas locais não hegemônicas de experiências democráticas, redes de cooperação, afirmação de culturas e identidades, lutas por direitos. Um forte componente da globalização contra-hegemônica são as iniciativas contra-hegemônicas de participação política, seja no nível local, nacional ou transnacional.

Uma das formas de manifestação da globalização contra-hegemônica seria o cosmopolitismo, expressando toda forma de resistência ao sistema de trocas desiguais, por parte de grupos de indivíduos, instituições, classes, regiões e mesmo Estados nacionais. As formas cosmopolitas de globalização são contra-hegemônicas, pois propõe lógicas, valores e sistemas diversos de integração mundial das dominantes. Elas podem ser organizadas ou espontâneas. Articuladas através de redes, movimentos identitários, mobilizações mundiais (SANTOS, 2002).

Outro modo contra-hegemônico de produção da globalização é o que produz resistência e luta por uma “desmercadorização” de tudo que pode ser considerado patrimônio comum da humanidade, tudo aquilo cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala global, como as reservas de água potável, os oceanos, as fontes de combustível, a biodiversidade das florestas, entre tantos outros exemplos (SANTOS, 2002).

No enfrentamento da globalização hegemônica, ao longo da década de 90, ganham protagonismo os movimentos sociais, seja pela impossibilidade de muitos partidos enfrentarem este embate, seja porque os efeitos mais cruéis do neoliberalismo se dão exatamente no plano social. Com a efervescência das manifestações sociais e populares, ganha centralidade o papel da sociedade civil, em contraposição ao Estado, à política, aos

partidos e ao poder. A luta de resistência se deu primeiramente no plano social, através de mobilizações e em seguida com iniciativas de construção de alternativas e de disputa por uma nova direção política para o processo de globalização. Por isso, identifica-se este movimento como de globalização contra-hegemônica.

O conteúdo anti-governo e anti-partido deste movimento, no entanto, não durou mais do que uma década. Na América Latina, em especial, o discurso anti Estado, poder e política recentemente foi substituído por um processo de ascensão de dirigentes relacionados com as lutas sociais ao poder Estatal. Isto fica muito claro quando se compara os dados dos primeiros fóruns sociais mundiais em que o discurso da “autonomia dos movimentos sociais” aparecia muito forte e o último FSM de 2009 em Belém que reuniu movimentos, ONGs e 5 presidentes de repúblicas latino americanas em um debate.

Aos poucos, a globalização hegemônica, de orientação neoliberal, foi dando sinais de contradição entre economia neoliberal e atendimento às demandas sociais. A contradição foi se demonstrando insanável ao passo em que a liberalização do comércio sem regulamentação foi excluindo os países menos desenvolvidos do comércio mundial e aumentando exponencialmente suas dívidas. Segundo Santos,

> Se o Mali controlasse o preço internacional do algodão a sua dívida não seria, como é de novo, "insustentável". Se Moçambique pudesse ter resistido à imposição do Banco Mundial no sentido de eliminar as tarifas sobre a exportação do caju, não teria destruído a sua indústria de processamento de caju. Haveria menos fome no mundo se os países menos desenvolvidos pudessem proteger as suas atividades econômicas da voracidade das 200 maiores empresas multinacionais que detêm 28% do comércio global, mas apenas 1% do emprego global (SANTOS, 2001).

Na medida em que foram ficando claras as características do neoliberalismo, foi emergindo uma opinião pública mundial de que era preciso regular a circulação do capital financeiro, recuperar a capacidade reguladora do Estado, frear os processos de privatização e avançar nos processos de integração regional. A constatação de que os governos nacionais passaram a ser reféns dos grandes interesses econômicos internacionais, sem que um controle político democrático pudesse ser realizado no nível local, nacional e global, gerou a semente de uma movimentação global contra-hegemônica. A crescente disparidade entre pobres e ricos, os danos irreversíveis ao meio-ambiente, a falta de controle sobre a movimentação financeira internacional fez emergir, mesmo em um ambiente que estimulava a apatia e o conformismo, uma opinião pública mundial questionadora, repassada por uma correia de

transmissão composta por centenas de milhares de movimentos, redes e organizações não governamentais.

A globalização contra-hegemônica é o desencadeamento de ações rebeldes interconectadas na resistência a diferentes formas de poder social da hegemonia. Alguns autores a chamam de “globalização vinda de baixo” (FALK, 1999). Ela é feita de uma enorme diversidade de ações de resistência contra a injustiça social em suas múltiplas dimensões. O inconformismo e a rebeldia são a base desta mobilização social por uma nova hegemonia mundial. A partir desta base, foram surgindo encontros em torno de alternativas sob a égide da emancipação social.

Este processo ganha força com a crescente queda do poderio norte-americano. Segundo Theotonio dos Santos (2003), após um período incontestável de hegemonia estadunidense pós-segunda guerra mundial abre-se um cenário em que a situação já não é a mesma e o sistema hegemônico passa a buscar alianças para se sustentar. O declínio do poder econômico, militar e da diplomacia internacional são fatores fundamentais no entendimento desta queda. A hegemonia, segundo Santos, passa a ser compartilhada com outros poderes como a Europa, agora integrada e liderada por França e Alemanha, o sistema japonês-Ásia-Pacífico, com destaque para a China e a Rússia. Acompanhando este movimento, as instituições internacionais de regulação – principal alvo das mobilizações anti-globalização, construídas sob hegemonia norte-americana vão se tornando frágeis, incapazes de lidar com a complexidade do mundo atual. A incapacidade dos Estados Unidos de conduzir as decisões destas organizações levou ao endurecimento de algumas e esvaziamento de outras.

Segundo Evans, para analisar este quadro é preciso retornar a Polanyi (A Grande Transformação: as origens da nossa época, 1944), e sua insistência de que o problema não está apenas na avidez competitiva dos capitalistas em busca do lucro máximo, mas na básica falência do mercado como fundamento institucional para organizar a vida social. Os esforços, portanto, das organizações transnacionais e do sistema capitalista de sustentar a auto-regulação do mercado acabaram por despertar uma reação em busca de proteção social, base da maioria das mobilizações globais.

Nesta perspectiva, a globalização contra-hegemônica enfrenta a globalização através da vitalidade dos movimentos sociais nacionais, ao mesmo tempo em que reconhece que a globalização constrange os Estados nacionais e torna mais difíceis as respostas dos governos às demandas sociais. Propõe, portanto, uma simultânea expansão de possibilidades para superar os obstáculos nacionais através de uma organização a nível global (EVANS, 2008, pg. 275).

No seu trabalho, Evans toma como foco o processo da globalização contra-hegemônica e não sua provável arquitetura institucional. Como pressupostos para esta análise, ele estima que, primeiro, os movimentos constroem seu poder político através da contestação, e que a constituição de um poder político é pré-requisito para a construção de instituições alternativas. A segunda questão é que a contestação cria oportunidades para que os movimentos experimentem novas práticas, experimentando a gestão democrática das questões coletivas e isto é basilar para qualquer arquitetura institucional alternativa. (EVANS, 2008, pg 276).

A possibilidade de emergência da contra-hegemonia está na sua capacidade de encontrar fissuras no corpo hegemônico. Se pensarmos a hegemonia como uma combinação de consentimento e coerção, veremos que o quesito consentimento é cada vez mais vulnerável na globalização neoliberal. O neoliberalismo tenta conjugar necessidades contraditórias, por um lado proteger os monopólios e, por outro, passar a imagem de que, somente sob o seu regime, os interesses universais poderão ser atendidos. Um exemplo utilizado por Evans e que é bastante ilustrativo é o da batalha pelo controle da AIDS. O sistema hegemônico precisou se posicionar entre dois polos, por um lado uma indústria farmacêutica monopolista e forte que precisava das patentes para lucrar com os medicamentos, no outro polo o direito da população mundial, especialmente a mais pobre, de obter o medicamento. A quebra das patentes derrubou os lucros e a capacidade do neoliberalismo tanto de proteger os monopólios como de garantir o atendimento das demandas sociais. Estas fissuras foram criando condições para a emergência de um projeto contra-hegemônico ideologicamente viável.

O declínio dos Estados Unidos de sua posição de potência hegemônica, tal como enunciado por Arrighi, e o crescimento dos movimentos de contestação ao projeto hegemônico, ajudaram a criar o ambiente de busca por alternativas. Se pensarmos que o projeto hegemônico anterior foi erguido em termos de um mundo organizado em Estados-nação podemos pensar que o balançar deste sistema já traz uma instabilidade ao projeto hegemônico, mesmo que tenha sido ele a adotar políticas de transnacionalização das decisões políticas e econômicas centrais para sua vigência. A provável emergência de uma nova hegemonia nacional é bastante questionada no mundo de hoje, apesar de autores como Arrighi e Harvey defenderem que provavelmente a China ocupará o papel de Estado hegemônico no próximo período.

Para Evans, pelo menos quatro requisitos são necessários para que os movimentos contra-hegemônicos abram passagem para a constituição de uma nova hegemonia. Em primeiro lugar, os movimentos deveriam transcender não só as fronteiras nacionais como a

divisão norte-sul. Em segundo, devem ser capazes de extrapolar o corporativismo e os interesses eleitorais, representando a diversidade sem deixar de ter políticas focadas. Em terceiro, ser capaz de integrar diferentes níveis e escalas de contestação, fazendo a combinação local e global, por exemplo. Por último, ter a habilidade de propor um projeto que capture a imaginação coletiva.

A estes requisitos acrescentar-se-ia a capacidade de definição de agendas comuns por estes movimentos, equalização de diferenças de participação, especialmente as econômicas e linguísticas, e a capacidade de dar maior consistência e inteligibilidade recíproca ao projeto alternativo, que possibilite a articulação das ações nas localidades, nos Estados nacionais, nas regiões e na arena transnacional[43]. Segundo Evans, "a complexidade de organizar simultaneamente uma multiplicidade de grupos de interesse parece da forma mais evidente no Fórum Social Mundial" (EVANS, 2008). O que estaria em questão é

> se os requisitos organizacionais para manter a versão de diversidade democrática proposta pelo FSM são consistentes com os requisitos para enfrentar uma batalha política efetiva contra a combinação inextricável de países e corporações que sustenta a globalização neo-liberal (EVANS, 2008).

Samir Amin, de modo mais genérico, responde a esta questão dizendo que é urgente a reconstrução da solidariedade dos países do Sul, a quem o capitalismo existente não tem grande coisa a oferecer nem às classes populares nem mesmo às nações. À primeira impressão, pareceria um pouco maniqueista colocar que se a globalização hegemônica nasceu no norte a contra-hegemônica deveria nascer no sul, mas é exatamente como as coisas tem se desenvolvido e como o Fórum Social Mundial tem revelado ao longo dos anos. Os países do sul tomaram consciência de que a gestão mundial neoliberal é falida e deve recorrer frequentemente à violência militar para se impor, fazendo o jogo dos EUA. Portanto, a contra-hegemonia se funda no projeto de reversão da mundialização neoliberal e na hegemonia norte-americana (AMIN, 2003, p. 177).

---

[43] Santos elucida este debate sobre a capacidade dos movimentos de superar suas diferenças culturais e conceituais com um proposta teórica de tradução inter-cultural. A tradução no caso é "o procedimento que pemite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis com as possíveis, tal como são reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, sem por em perigo a sua identidade e autonomia, sem, por outras palavras, as reduzir a entidades homogêneas (SANTOS, 2005 p. 119). Por sociologia das ausências o autor entende a explicação de que aquilo que não existe é na verdade produzido como não existente, como uma alternativa não crível ao que existe. Por sociologia das emergências o autor entende a identificação e a ampliação dos sinais de possíveis experiências futuras, seguindo as pistas das tendências e potencialidades latentes, que são ativamente ignoradas pela racionalidade e conhecimento hegemônico (SANTOS, 2003 p. 238-241).

Em termos práticos, seguindo as pistas de Amin, as bases da contra-hegemonia seriam a condenação da violência militar e do modelo de "guerra preventiva" instaurada pelo governo Bush; controlar as transferências internacionais de capitais e estancar a "hemorragia de capitais" dos países do sul em direção aos do norte; estabelecer controle do câmbio e dos investimentos estrangeiros nos países do sul; democratizar a concorrência internacional ante o poder dos monopólios das empresas transnacionais; garantir a soberania e segurança alimentar das nações frente a liberalização dos mercados de produtos agrícolas que privilegiam os países do norte na arena de negociações da OMC; revisão e regulação das chamadas "dívidas do terceiro mundo".

Para Santos, a força política dos movimentos que impulsionam a globalização contra-hegemônica dependerá da sua capacidade de formular estas propostas de forma consistente e inseri-las na agenda política das nações e das organizações multilaterais (SANTOS, 2003, p. 336). O Fórum Social Mundial tem sido um motor propulsor de propostas que não teriam visibilidade no campo hegemônico. No FSM de 2002, por exemplo, como aponta Santos, encontramos algumas delas: a) criação de um sistema plural de governança econômica global, proposta pela Focus on the Global South; b) controle dos capitais financeiros nacionais e internacionais e seus fluxos através de medidas como a Taxa Tobin, proposto ela ATTAC; c) cancelamento das dívidas do Terceiro Mundo, proposto pela Jubileu Sul; d) proposta de um referendum continental sobre a ALCA, feita pela Via Campesina.

2.3 Governança Global

Na disputa entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica, são identificados dois polos de condução, um para cada processo. Por um lado, um sistema difuso, ou nebuloso nos termos de Cox, de Governança Global tenta manter a hegemonia da globalização neoliberal que no último período viveu uma de suas maiores crises (2001-2008), detonada pelo excarcebado processo de financeirização da economia global. A crise econômica apareceu como mais uma faceta de uma crise plural que incluiu as crises de produção, alimentar, ambiental, migratória, energética, militar. Por outro lado, existe uma emergente sociedade civil global que tenta dirigir uma força contra-hegemônica em aliança com Estados contra-hegemônicos no terreno valorativo, da construção cultural de novos pilares civilizatórios e de um novo apelo consensual hegemônico, mas também de integração sul-sul e do multilateralismo emancipacionista.

Governança global é um conceito amplamente utilizado para identificar as formas de regulação em escala global que tem se desenhado para além da engenharia institucional convencional do Estado nacional e das relações internacionais. De forma bastante ilustrativa, Robert Cox (2005, p. 14) chama de "nebulosa" a aparência dessa "governança global". Esta "nebulosa" seria constituída de uma elite agregada através de uma rede frouxa, com influentes agências e ideias comuns, cumprindo coletivamente a função de um governo. Em outras palavras, não existiria um processo formal de tomadas de decisões. Existiria, isto sim, o estabelecimento de um sistema complexo de redes inter-relacionadas com uma ideologia econômica comum, que injetaria seus resultados consensuais dentro de processos nacionais de tomada de decisões. Esta "nebulosa" seria, ao mesmo tempo, externa e interna aos Estados, capaz de moldar políticas estatais e estar largamente desobstruída de controle democrático e sistema de prestação de contas. O Fórum Econômico Mundial de Davos é um dos pontos de encontro desta "nebulosa", que precisa de espaços como este para consolidar sua agenda.

Para decifrar as características da governança global estabelecida, é preciso compreender que a lógica da segmentação estatal apontada pelo modelo vestifaliano está em crise (FRASER, 2005; PUREZA, 2001). Esta lógica está ameaçada por um processo de internacionalização dos mercados que colocou para o capitalismo a necessidade de dar respostas regulatórias para assegurar o seu funcionamento e continuidade, mesmo que esta regulação tenha vindo em forma de desregulamentação e flexibilização neoliberal. O século XX já dava algumas pistas desta mudança por ter sido marcado por uma forte alteração no sistema Estado-Estado e ter presenciado o surgimento de várias organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Banco Mundial - BM, o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Organização Mundial do Comércio e outras. Foi o século que iniciou a governança partilhada através de estruturas que não são apenas somatórios de Estados. Em última instância, no entanto, têm sido os Estados mais fortes os definidores do rumo das organizações internacionais.

Alguns autores (COX, 1997; SEGRERA, 2003) consideram que a estrutura de poder que dirige o mundo através da globalização está concentrada no G7, no Conselho de Segurança da ONU e no Fórum Econômico Mundial de Davos[44]. Esta estrutura configura uma governança global que surge em um contexto no qual o governo dos Estados nacionais é cada vez limitado, seja pela crise dos sistemas representativos, pressão das redes internacionais ou

[44] Se desintegrada esta estrutura apareceria assim: 1. megacorporações; 2. governos dos países centrais; 3. instituições surgidas em 1944 (FMI, Banco Mundial) e OMC; 4. empresas de comunicação de massa: imprensa, televisão e rádio; 5. economistas neoliberais (SEGRERA, 2003, p. 124).

crescente desvalorização do seu papel reforçada pelo ideário neoliberal. Além do que, novas tecnologias de informação invadem e retiram o sentido de um governo pleno e fechado dentro de um espaço territorial delimitado, com maior vulnerabilidade frente ao ambiente internacional. Percebe-se ainda a perda da capacidade de resposta de organizações internacionais de meados do século passado, tais como a ONU. Assim como, os efeitos da polarização social produzida pela globalização neoliberal gerando uma espécie de "apartheid global" (PUREZA, 2001).

A governança, em termos multilaterais, é algo almejado pela globalização contra-hegemônica, pois seria certamente um avanço frente ao unilateralismo que marcou a Era Bush do governo norte-americano. A expansão das possibilidades de deliberação democrática entre as nações certamente é algo essencial para resgatar o papel político dos países do sul global. Estes países também precisam do suporte de bens coletivos mundiais, como uma agenda de paz e o controle do meio ambiente, o que requer a democratização e não o enfraquecimento de uma governança global.

Para Cox, esta democratização requer o estabelecimento de um mundo multi-civilizacional, no qual uma organização mundial deveria buscar os princípios baseados no senso comum e na subjetividade de cada uma das civilizações existentes. Tal experiência só seria possível através do aprendizado na reconciliação de conflitos. Para tal duas condições seriam indispensáveis: a emergência de corpo de pessoas que poderiam atuar como embaixadores da paz e da conciliação entre as civilizações e o desenvolvimento de sociedades civis capazes de expressar os sentimentos e objetivos do povo que a compõe (COX, 2000, 231). Para o autor, a sociedade civil é a força que desenvolve o conteúdo subjetivo das civilizações, e o grupo de "embaixadores da paz", que assume a tarefa da reconciliação entre os diferentes, deve estar por dentro destas dinâmicas civilizacionais. Esta concepção de estrutura para a ordem mundial está longe de uma proposta institucionalizada de governança global, segundo Cox (Idem).

A estrutura proposta por Cox prevê um corpo central frágil baseado em princípios comuns em um mundo fragmentado entre povos guiados por diferentes práticas sociais e objetivos. Tal estrutura pluralista com um centro frágil em um mundo fragmentado tem precedentes na história mundial, segundo o autor, como na Europa medieval e em alguns períodos da China. Tal estrutura não substituiria o sistema de Estado-nação ou a economia internacional, mas forneceria os princípios sob os quais o sistema de Estado e as relações econômicas poderiam ser regulados. Estes princípios são produtos das lutas sociais que ocorrem no interior da sociedade civil. Está aí o motivo, segundo Cox, porque observamos

com atenção o desenvolvimento da sociedade civil como a chave para o entendimento das mudanças civilizacionais. Alguns princípios que são elencados pelo autor: reconhecimento mútuo das diferenças; assegurar a existência da biosfera da qual todas as formas de vida dependem; evitar a violência no tratamento dos conflitos e especialmente o uso das armas de destruição em massa; suporte mútuo na promoção da equidade social; supressão das atividades das organizações criminosas que se transformam em poderes políticos e econômicos ocultos; entendimento consensual dos direitos humanos básicos (COX, 2000).

O interessante é que estes temas são os basilares do florescimento de uma sociedade civil global no final do século passado e princípio do atual nas atividades paralelas às reuniões temáticas da ONU, nas manifestações durante os encontros da OMC ou do Fórum Econômico Mundial e no desenvolvimento do Fórum Social Mundial. Esta sociedade civil exerce a mesma função em nível mundial da sociedade civil gramsciana que reflete na superestrutura mundial os embates pelos valores hegemônicos entre distintos campos, e é o berço de um novo arcabouço valorativo e cultural no processo de contra-hegemonia. Um estudo realizado por Mario Pianta, por exemplo, que tomou 61 eventos paralelos às conferências oficiais, revelou alguns dados importantes neste sentido. Eles apontam para o aumento em 40% de eventos paralelos às conferências oficiais da ONU desde a década de 80 até o ano de 2001, sendo que destes, 30% surgem depois dos eventos de Seattle. Destes encontros, 76% acontecem na Europa (53%) e América do Norte (23%). A distribuição por tipos de encontros se dá com 27% de atividades em Conferências da ONU, 20% em Cúpulas do G7/G8, 16% em encontros do FMI/BM/OMC, 11% em encontros regionais como os da UE e os da OEA e 26% em outras atividades. As organizações promotoras dos eventos são, em sua maioria, nacionais (grande parte do país-sede do evento), seguidas de organizações internacionais e locais, sindicatos de trabalhadores e autoridades locais. Os principais campos de atividades e concentração destas organizações estão, de forma decrescente, relacionados com: desenvolvimento, economia, meio ambiente, direitos humanos, trabalho e emprego, democracia, paz e resolução de conflitos, gênero, assistência humanitária, estudantes e juventude, imigrantes e refugiados, religião, homossexualismo e outros (PIANTA, 2001).

Fazendo também um apanhado crítico do processo de governança que dirige a globalização hegemônica, Santos e Avritzer (2002) apontam que para construir uma reflexão teórica crítica, que faça emergir modelos alternativos, é preciso enfrentar pelo menos três contradições características do período histórico em que vivemos. A primeira é entre globalização e localização, entendendo localização como a busca por novas identidades regionais, nacionais e locais, representando uma volta às raízes ou à reinvenção de novas

formas de vida e sociabilidade assentes nas relações face-a-face, na proximidade e na interatividade. Uma segunda contradição é entre o Estado-nação e o não-Estado transnacional. Para alguns o Estado é uma entidade ultrapassada na globalização, para outros continua a ser a entidade política central.

A terceira contradição é aquela que opõe a concepção de globalização como a energia finalmente incontestável e imbatível do capitalismo à uma ideia de globalização como oportunidade para ampliar a escala e o âmbito da solidariedade internacional e das lutas anticapitalistas. Pensar a governança global a partir de parâmetros democráticos, colocando em evidência a falta de legitimidade e de transparência dos organismos internacionais, é um dos grandes objetivos dos movimentos que se reúnem no Fórum Social Mundial.

Tais contradições corroboram a ideia de que não existe uma globalização, e sim distintos processos e discursos globais que expressam diferentes, e muitas vezes antagônicas, globalizações. O global e o local são socialmente produzidos no interior destes processos de globalização. Esta produção consiste “no conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição ou identidade rival” (SANTOS, 2002). A análise da globalização sob essa ótica sugere um campo de pesquisa, que aborda a constituição de mecanismos de pressão próprios do espaço público no nível internacional que se opõem a uma institucionalidade reguladora do cenário internacional flagrantemente assimétrico e fundado em processos globalizantes antagônicos.

Outros autores, como David Held (1991) e Habermas (2001), trazem contribuições para este debate. Segundo Held, as interconexões regionais e globais contestam a maneira tradicional de resolver, no plano nacional, questões centrais da teoria e da prática da democracia:

> As implicações desse fenômeno são profundas, não só para as categorias do consenso e legitimidade, mas para todas as ideias chave do pensamento democrático: a natureza da base político territorial do processo político; o significado da responsabilidade das decisões políticas; a forma e alcance da participação política; e enfim, a relevância do Estado-nação como guardião dos direitos e deveres dos cidadãos no momento em que ele se vê às voltas com relações e processos nacionais desestabilizadores (HELD, 1991).

A questão é que se aprofunda cada vez mais o distanciamento entre os cidadãos nacionais e as decisões tomadas pelos representantes dos Estados nas instituições transnacionais. A ordem internacional está estruturada por agências e instituições sobre as

quais estes cidadãos têm controle mínimo, não tendo como sinalizar acordo ou desacordo, em um momento em que a revolução da informação está em expansão, em que é possível assistir ao vivo a tentativa de golpe de Estado no Equador pela TeleSur, ou o uso da força militar contra civis no Iraque pela Al Jazeera. Para o autor, não estamos nos defrontando com um conjunto inteiramente novo de circunstâncias. Porém, há mudanças que caracterizam a atual fase: a) emergência de um sistema econômico global que escapa ao controle de qualquer Estado individual, mesmo os dominantes; b) Expansão de redes de relações transnacionais e de comunicações sobre as quais Estados individuais tem influência limitada; c) Enorme crescimento de organizações e regimes internacionais; d) Intensificação da diplomacia multilateral e interação transgovernamental; e) Desenvolvimento de uma ordem militar global e edificação de meios de guerra "total".

Held (1991) atribui à União Européia a designação de "quase-supranacional", pois os Estados membros da Comunidade Européia já não são os únicos centros de poder no interior de suas fronteiras. Houve, segundo ele, uma "rendição voluntária" de aspectos da soberania, o que aparentemente ajudou na resistência face à dominação estadunidense. Um exemplo gritante do deslocamento dos cidadãos nacionais de seu posto de legitimador de políticas de interesse nacional foi a aprovação da Lei Européia Única que substituiu a unanimidade pelo "voto de maioria qualificada" dentro do Conselho de Ministros, ou seja, o lugar da soberania nacional já não está mais assegurado. Pois, mesmo que os cidadãos de um dado país europeu se expressem contrários ou favoráveis a determinado tema em debate, sua opinião poderá ser descartada ou "vencida" em uma votação entre representantes estatais.

Também Habermas (2001) se atém à realidade Européia para analisar as mudanças ocorridas. Para o autor, podemos pensar em uma Europa pós-nacional democrática somente se o fortalecimento da capacidade de governo das instituições européias se der em conjunto com a ampliação formal dos fundamentos de legitimação democrática. Isto quer dizer que, se a Europa pretende desenvolver uma ação através de uma política integrada em vários níveis, seus cidadãos devem aprender a se reconhecer, além das fronteiras nacionais, como membros de uma mesma comunidade política. Neste sentido, o avanço de acordos intergovernamentais até uma comunidade politicamente constituída não depende somente de procedimentos padrão de legitimação democrática, como o voto nacional ou expressão das opiniões públicas dos diferentes países, mas da formação de uma opinião e vontade comum que se alimenta das raízes de uma cidadania européia e se desenvolveria em um fórum de dimensão européia.

Seria possível construir uma cidadania não só européia, como aponta Habermas, mas mundial? Baseada em valores universais de respeito às diferenças, preservação do meio

ambiente, cultura de não violência e democratização das relações políticas, econômicas e sociais? Este é um dos propósitos do Fórum Social Mundial, e que recorrentemente são evidenciados nos seus eventos. A formação de uma cidadania cosmopolita nestes moldes preencheria o déficit democrático estabelecido entre instâncias decisórias e cidadãos de base territorial? Que novos desenhos democráticos são necessários para começar a se pensar na democratização da arena transnacional?

2.4 Sociedade Civil Global

Foi tentando dar respostas a estas perguntas e enfrentando a forte hegemonia do pensamento neoliberal, que surgiu recentemente o embrião de uma sociedade civil global, que tem potencializado um projeto contra-hegemônico de globalização.

Segundo Sérgio Costa (2003), a dimensão de sociedade civil global ganha validade empírica com a emergência de atores não estatais (FSM, reuniões paralelas à ONU, mobilizações OMC) que passam a tratar temas, como justiça social global ou biodiversidade, que não podem ser delimitados à um espaço territorial qualquer. A grande dificuldade apontada por Costa, a que este trabalho se soma, é a de que não se pode transportar automaticamente para a escala mundial as tradições e um modelo constituído no âmbito do Estado nacional. A questão é que a sociedade civil de cada país e a esfera pública[45] na qual se reúne, bem como o Estado a quem se dirige, são formações históricas sociais particulares, impossíveis de serem sintetizadas em um panorama global único.

O conceito de sociedade civil evoluiu bastante desde seu uso no contexto do Iluminismo Europeu nos século XVIII (COX, 1999, p. 3). Então ele significava o reino dos interesses privados, na prática o reino da burguesia, distinto do Estado. Enquanto uma corrente de pensamento retém este significado e suas implicações, irão surgir outras concepções de sociedade civil como terreno de atividades emancipatórias distintas tanto do Estado como do capital. Segundo Cox, o pensamento gramsciano abarca os dois significados:

[45] Neste trabalho não se aprofunda o debate sobre a esfera pública e a sua internacionalização com a globalização. O conceito utilizado é o da esfera pública deliberativa habermasiana como o espaço de formação discursiva da opinião pública no nível estatal, com igual acesso e participação paritária, com o intuito de influir nos debates travados nas esferas decisórias políticas e jurídicas (HABERMAS, 1984; COHEN, 2003). O próprio Fórum Social Mundial pode ser considerado como uma ampliação da formação discursiva da opinião pública em nível mundial, com o intuito de influênciar nas decisões de centros mundiais de tomada de decisão, mas neste trabalho optou-se por focar no modo de funcionamento inicial da Sociedade Civil Global através de encontros como o FSM e apreender como cada SCL que o organiza contribui na formação de um arcabouço valorativo da contra-hegemonia globa. Um próximo passo seria investigar como estes valores de uma nova hegemonia, ou de um outro mundo possível, são construídos, através da mídia especialmente como novos consensos da opinião pública mundial com o intuito de influênciar decisões políticas ou jurídicas formais.

a sociedade civil como o chão que sustenta a hegemonia da burguesia, mas também no qual uma contra-hegemonia emancipatória poderia ser construída (COX, 1999).

Gramsci não estava preocupado em exercitar o seu pensamento abstrato e produzir um sistema de análise política que atravessasse o tempo, ele estava preocupado em mudar o mundo a sua volta. Qualquer análise do seu pensamento deveria manter este objetivo e deveria tanto fazer uma reflexão sobre as condições do mundo tais como elas se dão hoje, assim como servir de guia para uma ação estratégica de mudança do mundo e promoção da justiça social (COX, 1999).

A força do pensamento de Gramsci está, portanto, no fato de que sua formulação de sociedade civil, embora voltada para as especificidades de seu tempo, encontra empregabilidade no debate atual sobre a emergência de uma sociedade civil global. O autor também vai distinguir a dimensão da sociedade civil para fora do Estado assim como Rousseau, Hegel e Marx, mas não necessariamente determinada por este em todos os seus aspectos, há um que de autonomia na sociedade civil gramsciana e na sua relação com a sociedade política:

> A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder (SEMERARO, 1999).

Gramsci situa a sociedade civil na superestrutura e não na estrutura como seus antecessores e inspiradores teóricos, Marx e Lênin. No primeiro capítulo foi exposta a concepção central da teoria gramsciana de hegemonia e aqui pode se evoluir na análise do seu pensamento ao afirmar que a sociedade civil em Gramsci representa justamente o momento de culminância hegemônica, representando não só as relações econômicas como as relações ideológico-culturais. Gramsci está inspirado na tese marxista de prioridade da estrutura econômica, mas mostra a importância e a autonomia do momento de formação e transmissão de valores, da formação dos consensos necessários para o exercício da dominação. A sociedade civil adquire a característica do espaço de disputa ideológica pela manutenção da dominação hegemônica de um determinado grupo que está dirigindo o Estado. Deste modo, a

hegemonia organizada na sociedade civil irá proteger o Estado, ao mesmo tempo em que este irá fortalecer a hegemonia da classe dominante através do aparelho coercitivo.

A sociedade civil no pensamento de Gramsci é o terreno no qual a ordem social existente é erguida, mas é também o terreno em que uma nova ordem social pode ser erguida. Sua preocupação estava em entender o modo de funcionamento e reprodução da ordem vigente e então enunciar a estratégia de transformação da mesma. O potencial emancipatório da sociedade civil foi o objeto do seu pensamento. O diálogo de Gramsci, mais uma vez, era com Benedetto Croce que via o Estado, tal como Hegel, em termos idealistas como a corporificação da ética. Já Gramsci, dentro de uma perspectiva histórica materialista, entendia a ética como a emanação das práticas sociais e culturais das comunidades humanas. A sociedade civil para Gramsci é, ao mesmo tempo, molde e moldadora, agente de estabilização e reprodução, além de potencialmente ser agente de transformação. O conceito de sociedade civil, neste senso emancipatório, enuncia a combinação de forças que darão a base para a construção de um novo Estado e uma nova ordem (COX, 1999, p. 5).

Em sua origem européia, sociedade civil e burguesia eram sinônimos. Sociedade civil significava o grupo social cuja influência, conscientemente, estava se expandindo. Deste modo, para Marx, o ideário individualista da sociedade civil estava provocando o aparecimento de uma força que por fim a destruiria ou pelo menos a mudaria: o proletariado (COX, 1999)

Tocquevile, no século XIX, no seu trabalho sobre a democracia “americana”, complexifica o conceito ao abordar o florescimento de associações, formadas de forma espontânea, segundo ele, por pessoas que tinham interesses em comum. Para Tocqueville, (1994) a proliferação de associações era uma garantia contra a “tirania da maioria” que resultavam das consultas eleitorais da época. O espírito da associação voluntária toma um aspecto importante no conceito de sociedade civil com Tocqueville.

Para Gramsci, não era possível haver espontaneidade pura na construção da organização social, mas sempre uma combinação de liderança e movimento vindo de baixo. É claro que o contexto em que Tocqueville e Gramsci escreveram era muito diferente, enquanto na América floresciam as associações voluntárias e autônomas ao Estado, na Europa do século XIX nascia o corporativismo Estatal que mais tarde resultaria no Estado de bem estar social (COX, 1999, p. 7).

A Revolução Francesa também deixou um legado importante para o conceito de sociedade civil. Foi dela que nasceu a concepção que rejeita que qualquer coisa possa intervir na relação entre o Estado e o cidadão. Na verdade, tal concepção foi uma ameaça ao

movimento sindical autônomo e também marcou o processo revolucionário russo que só permitia associações como extensão do próprio Estado. Gramsci reconheceu esta relação como inapropriada e concebia que o Estado deveria estar “destacado de uma sociedade civil consciente, ativa e variada”. O intelectual orgânico seria o elo fundamental desta relação (COX, 1999).

A crise do corporativismo estatal e do Estado de bem estar social na segunda metade do século XX trouxe um novo impacto para o conceito de sociedade civil. O surgimento do neoliberalismo e o ataque aos sindicatos, assim como a redução dos gastos com o bem-estar social, juntamente com a desregulamentação do capital, bens e mercados financeiros, foi acompanhado de um florescimento das organizações autônomas e descoladas do Estado. Ao mesmo tempo em que o colapso do socialismo do leste europeu foi igualmente acompanhado do surgimento de ongs e organizações autônomas do Estado nestes países (COX, 2003).

A questão, a saber, é que o Estado nacional tem pouco poder para mudar esta distribuição, uma vez em que se encontra altamente dependente do sistema financeiro global. Fazendo com que se amplie o fosso entre Estado e corporações de um lado, e forças populares de outro. Sociedade civil passa agora a ser entendida mais como o reino dos grupos autônomos do Estado e das empresas. Segundo Cox, o conceito foi apropriado por aqueles que previram o papel emancipatório da sociedade civil. Há, portanto, uma importante diferença entre o significado de sociedade civil nos séculos XVIII e XIX e o de hoje. O conceito de sociedade civil se transformou no termo que se refere aos vários modos com os quais as pessoas expressam seus desejos coletivos independentemente do poder estabelecido, tanto econômico como político (COX, 2003, p. 10).

Segundo Cox, esta concepção de sociedade civil aproxima-se mais da de Tocqueville do que da de Hegel, Adam Smith ou Marx. Mas também tem afinidade com a concepção de Gramsci, uma vez que este considerava a sociedade civil não apenas como reino de suporte à hegemonia do capitalismo, mas também o terreno no qual mudanças culturais acontecem e no qual as forças emancipatórias e contra-hegemônicas podem ser constituídas. A sociedade civil, portanto, não seria apenas uma reunião de atores autônomos, mas um espaço de contestação das ideias sobre as quais está erguida a noção de realidade das pessoas e novas concepções sobre a ordem vigente podem surgir.

Cohen e Arato, em um período mais recente, final do século passado, retomam o conceito de sociedade civil, ligando-o aos movimentos sociais e instituições que se antepõe ao mercado e ao Estado. Em seu livro *Civil Society and Political Theory*, os autores reacendem o debate em torno do conceito de sociedade civil. Segundo os autores:

> O objetivo de nosso livro é desenvolver e sistematicamente justificar a ideia da sociedade civil, reconcebida em parte em torno da noção de um movimento democratizante autolimitado que busca espandir e proteger espaços para a liberdade negativa e a liberdade positiva, e recriar formas igualitárias de solidariedade sem prejudicar a auto-regulação econômica. (COHEN & ARATO, 1992, pg. 11).

Os autores trabalham com a matriz habermasiana da teoria da ação comunicativa e identificam na sociedade civil um terreno de tradições e culturas que dá a ela uma dimensão sociológica própria e a situa no mundo da vida habermasiano. Segundo os autores, estariam aí incluídas todas as instituições e formas associativas que exigem interação comunicativa para sua reprodução e coordenam suas ações através de processos de integração social.

As reflexões de Cohen e Arato colocam novamente a questão da localização da sociedade civil em relação ao Estado e à economia (mercado). A contraposição entre sociedade civil e Estado tem início com Rousseau e será encontrada nas considerações de Hegel, para quem a sociedade civil é a esfera da das necessidades e em Marx, que ampliará o conceito e atribuirá ao seu domínio a realização das relações econômicas burguesas sobre as quais se erguem a super-estrutura jurídica e política. Gramsci não abandona a tese marxista de prioridade da estrutura econômica, mas mostra a importância do momento de formação e transmissão de valores necessários para o exercício da dominação. A sociedade civil adquire a característica do espaço de disputa ideológica pela manutenção da dominação hegemônica de um determinado grupo que está dirigindo o Estado.

Se as considerações a respeito da sociedade civil, como visto, estão desde o princípio referidas à elaboração de uma concepção do Estado e à existência do Estado, seja como resultado da evolução da sociedade civil ou como sua contra-parte, como refletir sobre o surgimento de uma sociedade civil global, se não existe tal coisa como um Estado mundial ou mesmo transnacional?

Gramsci refletiu sobre a sociedade civil no momento em que o mundo vivia o fim da segunda guerra mundial. Naquele período, a construção de uma opinião generalizada contra a guerra contaminou as sociedades civis nacionais e se transformou em um grande movimento pela paz mundial, mesmo entre os povos não diretamente envolvidos na guerra. A disputa pela hegemonia da sociedade civil ganhava contornos mundiais e um grande movimento de massas foi instaurado contra uma elite dominante desmoralizada. Podemos pensar nestes fatos como precursores de uma participação política global contra-hegemônica.

Hoje, quase 70 anos depois do final da segunda guerra mundial, movimentos organizados, principalmente da Europa, realizam diversas atividades reivindicando o fim da

guerra como uma vitória popular internacional. Os movimentos contra a guerra, na época, foram desenvolvidos no âmbito das sociedades civis nacionais, mas sua influência foi valorizada principalmente por se tornar um movimento global capaz de atingir sociedades civis, não diretamente envolvidas com a guerra. Em tempos de globalização, uma maior "democratização" dos meios de comunicação de longo alcance tem possibilitado maior interação entre indivíduos, organismos e grupos de várias partes do planeta, o que contribui para uma maior difusão de ideias e propostas, generalizando valores "cosmopolitas" e difundindo formas de ação e interlocução entre distintas sociedades civis, formando consensos mundiais a respeito de temas que afetam a maioria da humanidade.

Segundo a definição do PNUD[46],

> A sociedade civil é, juntamente com o Estado e o mercado, uma das três "esferas" de interface na construção de sociedades democráticas. A sociedade civil é a esfera na qual os movimentos sociais se organizam. As organizações da sociedade civil, que representam interesses sociais diversos e muitas vezes contraditórios são moldadas de acordo com sua base social, constituição, orientação temática (ex. meio ambiente, gênero, direitos humanos) e tipos de atuação. Elas incluem grupos ligados à igreja, sindicatos, cooperativas, organizações prestadoras de serviços, grupos comunitários e organizações de juventude, assim como instituições acadêmicas e outros. (PNUD, 1993:1)

É nesta esfera que o diálogo entre os movimentos sociais do centro e da periferia do capitalismo e sua identidade "contra-hegemônica" tem gerado espaços de diálogo, convergências e apontamento de alternativas como o Fórum Social Mundial. A perspectiva gramsciana de aposta na subjetividade, na inventividade cultural e na capacidade de disputa pela hegemonia da sociedade civil, através da luta de ideias, aliada as condições materiais objetivas dadas no interior do capitalismo, pelas "massas" ou "subalternos" parece estar se confirmando na dinâmica da globalização social.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a utilização do conceito de sociedade civil no entendimento da dinâmica da globalização contra-hegemônica não é algo simples. Segundo Santos, muito da retórica sobre o valor da sociedade civil na atualidade é um discurso para justificar o desmantelamento do Estado, e que não faria sentido falar de uma sociedade civil global, pois não há nenhum mecanismo global que garanta direitos de cidadania. Mesmo assim, se ainda se quiser falar de uma sociedade civil global, para Santos, seria necessário distinguir entre uma sociedade civil global liberal, fundada na globalização neoliberal, em uma sociedade civil emancipatória, que promove a globalização contra-hegemônica ou a

[46] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

globalização solidária, expressa pelo Fórum Social Mundial. Seria preciso criar uma nova institucionalidade democrática a nível mundial, eliminar ou transformar radicalmente as instituições que hoje são responsáveis pelo bloqueamento da democracial global ou mesmo nacional como o Banco Mundial ou a OMC. A base de uma sociedade civil global emancipatória seria a luta por uma redistribuição global social mínima e imediata, começando por exemplo com o perdão da dívida e a criação de uma taxação sobre riquezas mundiais, como a Taxa Tobin[47].

Santos esclarece sua visão da limitação do conceito de sociedade civil, uma vez que, assim como outros, este conceito também foi transformado pela razão instrumental que é marca da modernidade ocidental. Para o autor, a regulação social nas sociedades capitalistas modernas assenta em três pilares: Estado, mercado e comunidade. Sendo que, tanto mercado como comunidade constituem uma esfera autônoma de atuação dos cidadãos, por isso denominou-se sociedade civil. Desde o princípio, a comunidade revelou-se o pilar mais frágil dentro deste modelo de regulação e a verdadeira articulação teria se dado entre Estado e mercado, com períodos em que o Estado domina o mercado e períodos em que o mercado domina o Estado. Esta relação entra em crise quando o Estado se mantém nacional e o mercado se globaliza. Seguindo esta lógica, ao dominar a esfera da autonomia dos cidadãos, o mercado passou a estar na base da concepção dominante da sociedade civil.

> Em contraposição a esta concepção está uma ideia de sociedade civil assente na comunidade e na solidariedade. Trazendo para exemplos práticos, em Davos (Fórum Econômico Mundial) se reúne a sociedade civil global assente no mercado e em Porto Alegre (Fórum Social Mundial) se reúne a sociedade civil global assente na comunidade. Segundo Santos, a sociedade civil representada no FSM é subalterna, tem consigo a maioria da população mundial, mas tem contra si os poderes e os interesses que dominam esta população. O papel desta sociedade civil seria dar credibilidade e força social e política às propostas enunciadas ou em elaboração, que reunidas constituiriam a base de uma globalização alternativa. Esta globalização seria a base de uma sociedade baseada nos preceitos da solidariedade e da reciprocidade, da cidadania pós-nacional, do desenvolvimento econômico sustentável e democrático, do comércio justo como condição do comércio livre, do aprofundamento da democracia, dos parâmetros mínimos de trabalho, do respeito pela igualdade através da redistribuição e do respeito pela diferença através do reconhecimento (SANTOS, 2001).

[47] "A proposta taxa Tobin é uma percentagem da quantidade de moeda nacional convertida numa moeda estrangeira. Seria cobrada em todas as conversões de moeda nacional, e seria tratada pelos participantes no mercado de moeda estrangeira como um custo adicional para cada transação em moeda estrangeira. O custo da taxa seria equivalente aos custos de processamento do pagamento que, embora pequenos, são actualmente pagos em cada transação de moeda estrangeira." Fonte: Schmidt Rodney, Vêem. *A taxa Tobin é viável?* 2001. (http://www.france.attac.org/spip.php?article3430)

Segundo Walden Bello, esta sociedade civil global encontra no Fórum Social Mundial um espaço físico e temporal para se reunir, se vincular ou apenas se afirmar. Uma espécie de retiro dos movimentos, em que estes carregam suas energias e traçam as diretrizes dos seus movimentos no sentido de fazer retroceder os processos, instituições e estruturas do capitalismo global hegemônico. E por fim um espaço para que o movimento elabore, discuta e debata a visão, os valores e as instituições de uma ordem mundial alternativa construida sobre uma comunidade real de interesses.

Esta visão corrobora uma linha de pensamento de pensadores do campo do pós-colonialismo como Partha Chattarjee para quem a concepção européia de sociedade civil não dá conta da dinâmica das sociedades do sul global. As práticas de protesto e associativismo das comunidades tradicionais do sul da Ásia, por exemplo, e sua relação com o Estado escapa completamente do modelo formal Estado, mercado, sociedade civil. Segundo Chattarjee, ao se expandir a ideia de sociedade civil para incluir qualquer instituição que esteja fora do domínio do Estado – retórica das instituições internacionais de financiamento, agências de ajuda e ONGs – busca-se transformar práticas sociais tradicionais nas formas modulares da sociedade civil burguesa, no sentido usado por Hegel e Marx. O autor prefere utilizar o termo sociedade política para entender as formas recentes de entrelaçamento entre a política da elite e a subalterna. Sendo que, no interior desta sociedade política, estão aqueles grupos subalternos que não se adequam à civilidade burguesa nos termos da legalidade e atuação civil:

> Muitos desses grupos, organizados em associações, transgridem as linhas estritas da legalidade na luta por vida e trabalho. Podem viver em ocupações ilegais, fazer uso ilegal do fornecimento de água e eletricidade, viajar sem passagem no transporte público. Ao lidar com eles, as autoridades não podem tratá-los em pé de igualdade com outras associações cívicas que perseguem porpósitos sociais mais legitimados. No entanto, as agências governamentais e as organizações não governamentais também não podem ignorá-los, já que eles são uma dentre milhares de associações silmilares que representam grupos populacionais cuja própria sobrevivência e moradia envolvem a violação da lei. Essas agências, por conseguinte, lidam com essas associações não como corpos de cidadãos, mas como instrumentos convenientes para a administração de bem estar a grupos populacionais marginalizados e desprivilegiados (CHATTERJEE, 2004, pp.113-114).

Como vimos, desde o século XVIII até seu renascimento nos anos 80, várias definições do conceito de sociedade civil estiveram sempre associadas com a moderna noção de Estado moderno. Os recentes termos empregados para qualificar a sociedade civil como mundial, global, internacional ou transnacional , apontam para a emergência de um novo espaço político em nível global, que não existia no anárquico mundo das relações inter-

nacionais até bem pouco atrás. Variadas e conflitantes definições de uma sociedade civil global estão por aí:

> (...) refletindo diferentes interesses, identidades políticas e estratégias. Instituições cmo o Banco Mundial, organizações de ajuda humanitária, ONGs e fundações privadas usam "sociedade civil" como parte de uma reformulação das relçãos entre Norte/Sul no contexto do apoio ao desenvolvimento. Em um contexto diferente, na reunião da OMC em Seattle, 1999, 1600 ONGs assinaram um panfleto em nome da "sociedade civil internacional". "Sociedade civil" também é usada no documento definidor do Fórum Social Mundial (FSM), a Carta de Princípios (LOFGREN & THORN, 2007, p. 5).

Esta ambiguidade revela uma das maiores contradições na emergência desta sociedade civil global e no seu modo de funcionamento nos diferentes países. A questão, a saber, é se tal sociedade civil contribui para uma democratização da arena internacional em tempos de globalização e ao fazê-lo como se comporta em terrenos nacionais, especialmente quando grandes fundações ou ONGs desembarcam em países de longa tradição associativa local, como a Índia, ou sociedades baseadas nas relações tribais como o Quênia, trazendo outros padrões culturais de relação entre comunidade, sociedade e Estado.

As noções de Estado e sociedade civil estão em disputa tanto pela globalização hegemônica como pela contra-hegemônica. É preciso fugir daquilo que Dagnino chama de visão homogeneizadora do Estado e da sociedade civil, que coloca o primeiro no campo da "encarnação do mal" e a segunda no "polo das virtudes democratizantes" sem reconhecer sua diversidade interna e as diversas disposições que assumem no cenario global. O envio de missões de "ajuda humanitária" representadas por ONGs do norte, financiadas pelos Estados do norte, aos países em desenvolvimento da África por exemplo acaba por interferir no processo de formação e muitas vezes consolidação de sociedades civis nos países do sul. De que projeto político estas missões são portadoras, o hegemônico ou o contra-hegemônico. Esta é a questão a saber. Se uma pretensa sociedade civil global também não está servindo ao papel de colonizar potenciais sociedades civis locais.

Tal situação foi muito perceptível no FSM de Nairóbi em que agendas locais foram reprimidas pela força da presença de organizações do norte, na sua maioria com uma profunda ligação com a igreja e uma agenda anti-aborto, anti-direitos dos homossexuais. Este é um exemplo de que uma virtuosa sociedade civil também pode ser perversa. Por outro lado, no FSM do Brasil, o apoio do Estado, tanto nos anos iniciais em Porto Alegre, como em 2009 para realização do FSM de Belém, que contou aliás com a presença de 5 chefes de Estado da

América Latina em diálogo direto com os movimentos sociais, foi fundamental para a realização dos encontros e para um comprometimento de governos com a agenda formulada pela sociedade civil durantes os eventos. Este é um exemplo de que os "perversos" Estados, também podem ser virtuosos no interior da contra-hegemonia.

Tendo em mente esta noção de que a sociedade civil global tanto pode ser portadora do projeto hegemônico como do projeto contra-hegemônico, é preciso saber até que ponto pode-se atribuir a ela o papel de democratização da arena internacional ou da promoção de uma democracia cosmopolita. Como a governança global, a quem a sociedade civil global se dirige ou deveria se dirigir, não está constituída nos termos de um governo, tal como se dá no interior do Estado territorial, ou seja, com base na representatividade eleitoral, como se dará então a representatividade dos atores no interior da sociedade civil global frente à governança global? O que vem ocorrendo, segundo o que se observa, é que os atores da governança global escolhem a quem se dirigir. Inclusive dirigindo-se ao FSM quando lhe interessa. Segundo Dagnino, se por um lado a capacidade de pressão de movimentos, como MST, continua representando sua força a partir do contingente mobilizado, por outro lado há um deslocamento no entendimento de representatividade da sociedade civil com a ação das ONGs e seu poder sobre o Estado. Seja o Estado que a financia, geralmente países do norte, seja o Estado a quem ela serve. O Estado acaba por eleger seus interlocutores no seio da sociedade civil de acordo com vínvulo que as organizações tem com determinados setores sociais, como jovens, mulhers, portadores de HIV e outros. E elas mesmas, as ONGs passam a se ver como representantes destes setores, apesar de muitas vezes estarem muito mais comprometidas com seus corpos diretivos do que com o setor social para o qual voltam seu trabalho.

A multiplicidade de possibilidades contida nestas relações e nas várias formas que podem assumir o Estado, a governança global e a sociedade civil global, persegue desde o princípios o funcionamento da conjunção social que se dá no interior do FSM. O próprio slogan *Um outro mundo é possível* parece ter sido elaborado para dar espaço à diversidade de mundos possíveis, trazendo para o seu interior a crise, que veremos a seguir entre os grupos que tentam hegemonizar a condução dos encontros. O que nos interessa, no entanto, com esta discussão é traçar o que entendemos por sociedade civil global e sua relação com a governança global a quem se dirige e com a qual, eventualmente, coopera.

O conceito de sociedade civil global se impôs às ciências sociais antes que pudesse ser propriamente estabilizado entre os pares. Por isso, sempre encontramos muitas explicações prévias ao uso do termo antes que os analistas partam propriamente para seu uso ao refletir sobre processos, tais como do impacto das missões de ajuda humanitária na África,

manifestações como Seattle - 1999, proliferação e expansão dos trabalhos promovidos pelas ONGS e tantos outros temas que exigem o uso recorrente do conceito. Segundo Munck (2006), nosso desafio é encontrar uma definição menos ocidental e verdadeiramente global, caso contrário poderemos cair no risco de dar um sentido cosmopolitano ao termo, assim como o princípio da civilização foi atado às missões levadas a cabo pela colonização ocidental nos países do sul global.

Segundo o *Global Civil Society Yearbook*, da London School of Economics (LSE) de Londres, um dos núcleos que mais tem produzido sobre o tema nos últimos 20 anos, poderíamos definir Sociedade Civil Global como

> (...) a esfera de ideias, valores, instituições, organizações, redes e indivíduos que estão baseados na civilidade, localizados entre a família, o Estado e o mercado, e operando além dos limites das sociedades nacionais, políticas e econômicas (GCS Yearbook, 2001).[48]

Para chegar a esta definição, foram observados alguns fatores tais como: a) crescimento de uma mobilização social global ligada a valores culturais e sociais trazidos com as discussões sobre democracia, participação, tolerância e direitos humanos; b) aumento de iniciativas de movimentos sociais globais ligados a temas como mulheres, paz, democracia e meio ambiente; c) mudanças no padrão de funcionamento do Estado nacional e crescente desilusão com o multilateralismo liderado pelas elites dos Estados hegemônicos; d) drástica redução dos custos da comunicação e maior facilidade organizativa possibilitou institucionalização da SCG; e) aumento da infra-estrutura das organizações da SCG e difusão do conceito de cosmpolitanismo entre as elites e a classe média em muitos países do mundo; f) como resultado destes processos surgem novas formas organizativas e de comunicação no interior da SCG, com os fóruns sociais, mobilizações pela internet e redes transnacionais.

A sociedade civil global seria, portanto, um espaço político utilizado por associações de cidadãos, ficando de fora os partidos políticos e os "incivis" (principalmente grupos que utilizam os recursos da violência), para re reunir e deliberar sobre a vida coletiva, com procedimentos baseados na tolerância, na confiança e na não violência. É interessante notar que no processo Fórum Social Mundial, que nunca aceitou inscrição formal institucional ou individual de membros de partidos políticos ou grupos "incivis", estes passaram a consolidar e inscrever suas revistas, fundações de pesquisa e outros braços que cabiam na definição que

[48] A série Global Civil Society é uma publicação anual editada por H.K. Anheier, M. Glasius e M. Kaldor. A série do *yearbook* é publicada pela Sage Publication, London, todos os anos desde 2000.

os excluia de participar formalmente dos encontros. Criando-se assim uma fronteira muito transitada entre sociedade civil e sociedade política no escopo da SCG. Isso, sem dizer da participação do Estado como mais um *militante* e de membros de governo, quando não os próprios chefes de Estado, nos encontros do FSM ocorridos no Brasil.

O conceito de sociedade civil proposto pelo GSC Yearbook é insuficiente, portanto, para designar o conjunto de atores que de ano em ano interagem física ou virtualmente no processo FSM. Além da participação de governos e partidos, grupos tribais do Quênia, comunidades tradicionais da Índia e indígenas da região Amazônica que recorrem a práticas não condizentes com a "civilidade" requerida por quem normatiza o termo sociedade civil global, participaram de forma ativa dos encontros, colaborando na produção dos consensos possíveis extraídos de cada encontro e decantandos nos anos subsequentes.

Para efeitos deste trabalho, optou-se por não evitar o uso do conceito de sociedade civil, como propõe Sader, Santos, Sen e Chatterjee por todas as ambiguidades e perigos do conceito.

A confusão sobre o significado da sociedade civil atualmente levou inclusive a que intelectuais importantes como Emir Sader e Boaventura Santos se recusem a utilizar o termo quando tratam do lócus de formulação e mobilização das demandas sociais. Segundo Dagnino*, a redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal*. O crescimento acelerado das ONGs, a emergência do Terceiro Setor e a marginalização dos movimentos sociais denotam esta redefinição. A expressão sociedade civil passa a ser cada vez mais identificada com o terceiro setor, representando uma onguização dos movimentos sociais.

Ao estar impregnado de ausências e excluir as emergências, como diria Santos, ao excluir os ilegais como diria Chatterjee ou ao exluir os "incivis" - sob o olhos dos civilizados - como diria Sen. Também não se adota estritamente o conceito tal como está apresentado pelo SCG Yearbook, do qual compartilham autores como Held, Kaldor, Inglehart, justamente porque neste caso os limites impostos à sociedade civil deixam de fora todos os setores que sob os olhos do ocidente são violentos, intolerantes, selvagens e todos os outros tipos de incivilidade ocidental possível. Frente a esta situação, adota-se o conceito de sociedade civil global como referência aos movimentos sociais, grupos, redes, ONGs, revistas e institutos ligados a partidos políticos, centrais sindicais e movimentos dos trabalhadores, que reclamam fazer parte de uma sociedade civil que atua no cenário internacional. Parte desta SCG é construtora de importantes elementos da contra-hegemonia através de encontros como o

Fórum Social Mundial, e implementa uma série de agendas comuns de luta, seja de resistência ou de iniciativas pró-ativas de transformação da sociedade. A outra parte frequenta encontros como o Fórum Econômico Mundial e é parceira do Estado na implementação da agenda hegemônica neoliberal.

3 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: UM PRODUTO DA CONTRA-HEGEMONIA GLOBAL

La diversidad del mundo aparece en el Foro de Porto Alegre. Porque el Foro es una reunión de la realidad del planeta
Eduardo Galeano

A globalização contra-hegemônica em seu momento societal e de difusão de novos consensos será a resposta do sul ao norte como se percebe ao estudar o Fórum Social Mundial. Existem, portanto, desníveis importantes na luta por uma nova hegemonia mundial, seja no campo econômico, militar e ideológico-cultural. Por isso, pode-se dizer que o império americano está sim em declínio sob alguns aspectos e não está sob outros. No que diz respeito à "batalha de ideias", estão em fase de formação alguns consensos mundiais que abalam os pilares culturais do predomínio americano. Frente ao unilateralismo, a defesa de políticas multilaterais e de um mundo multipolar, frente às mega-empresas, o trabalho de cooperativismo e economia solidária, frente ao desenvolvimentismo desenfreado, o desenvolvimento sustentável, frente à subestimação dos problemas ambientais, cresce a conscientização sobre os problemas ambientais mundiais. Uma série de outras temáticas como a da formação de uma cultura de paz, de respeito à diversidade, de defesa dos direitos das mulheres, poderiam ser listadas no rol de valores civilizatórios contra-hegemônicos que se forjam no vácuo criado pela perda do *soft power* da potência hegemônica.

Esta movimentação, que aos poucos foi se conformando como um movimento mundial por justiça global reúne desde seu princípio uma série de entidades, organizações e redes em busca de outra hegemonia fundada, entre outros pilares, na desmercantilização e na derrubada dos dogmas econômicos neoliberais. Assim como a luta contra a militarização e a guerra, especialmente pós-11 de setembro, foi uma das propulsoras desta movimentação para o nível internacional. Alguns sinais como maior preocupação ambiental, crise do sistema econômico mundial e até mesmo a eleição do novo presidente norte-americano Barack Obama[49], parecem indicar a generalização de uma nova visão de mundo contrária a que imperou até o início do século XXI. Esta nova visão de mundo não é algo coeso e preciso, como se percebe ao estudar o FSM, mas já conseguiu criar um ambiente, no mínimo, constrangedor aos executores das

[49] Em 4 de novembro de 2008 os Estados Unidos elegeram o primeiro presidente negro de sua história, Barack Obama, do Partido Democrata. Filho de um pai negro e muçulmano nascido no Quênia com uma mãe americana branca, Obama nasceu no Havaí. Portador de um discurso "mudancista" durante a campanha ganhou a opinião pública mundial com acenos anti-guerra, maior tolerância à migração e reformas no sistema de saúde.

políticas neoliberais aos moldes de G. W. Bush: violentas, racistas, machistas, sem respeito ao meio ambiente, ao diálogo e à participação política.

A mobilização internacional contra-hegemônica está expressa em encontros como o Fórum Social Mundial que é o objeto de estudo deste trabalho. Um dos ativistas políticos que participa da construção dos FSM desde o princípio, José Corrêa Leite, afirma que o "Fórum Social Mundial é uma das grandes inovações políticas" da contemporaneidade, "o lugar em que, desde janeiro de 2001, boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas com um método inovador". A emergência dos fóruns sociais mundiais se deu como espaço de intercâmbio e luta entre os que se posicionavam contra o neoliberalismo. O lema adotado: "um outro mundo é possível" projetava uma visão de mundo. Uma decisão de disputar uma visão de mundo e o senso comum da humanidade, transportando para a dimensão global o paradigma gramsciano de disputa da hegemonia. O Fórum Social Mundial fez sentido na medida em que se inseriu em um contexto de crise da hegemonia global.

Um cenário de crise e instabilidade do setor hegemônico foi a base sobre a qual surgiu a movimentação por "um outro mundo possível" através do Fórum Social Mundial. A contra-hegemonia ajudou a evidenciar uma rota de crise hegemônica e vicejou no campo de possibilidades abertas por esta própria crise. As origens do FSM estão, portanto, na luta e na resistência ativa contra a globalização hegemônica neoliberal. A seguir, veio a busca pela sistematização de novos valores e alternativas contra-hegemônicas e principalmente sua projeção mundial.

A análise da correlação de forças entre o campo hegemônico e o contra-hegemônico ganhou novas referências ao final do século XX em um ambiente de intensa globalização. Os indicadores de análise do mapa real da força de cada campo usados até recentemente, como representação nos parlamentos, número de sindicatos dirigidos, força dos partidos, número de greves realizadas, ficaram frágeis principalmente por seu caráter estritamente local. A capacidade de articulação no cenário internacional, o uso dos novos meios de comunicação, a projeção de campanhas mundiais e todo o processo de construção de resistências e alternativas em âmbito global passam a contar pontos para ambos os campos.

A capacidade de se produzir determinados consensos em nível mundial ganha destaque no equilíbrio de forças internacional e conta pontos na capacidade de influência tanto do campo hegemônico como do contra-hegemônico no cenário global. Se o consenso é o pressuposto da direção política, não se constrói a hegemonia sem a construção de consensos. Em Gramsci, a elaboração deste entendimento comum de uma visão de mundo partilhada é o elemento essencial do movimento espontâneo que uma força social pode gerar no momento

em que ainda não tem dimensão do seu potencial. Esta força, que por vezes é mais perceptível para quem está de fora, leva o grupo hegemônico a se renovar e modificar permanentemente de modo a neutralizar o adversário, até mesmo incorporando reivindicações conflitantes com seu projeto, sem comprometer valores essenciais do grupo hegemônico. Esta leitura gramsciana nos ajuda a entender os primeiros anos do movimento anti-globalização e do fórum social mundial. Pois vários valores foram consolidados como consensos mundiais no interior desta força social nova, que ainda não tinha dimensão do seu potencial e muitos destes valores foram sendo absorvidos e apropriados pela força hegemônica[50].

A mistura e o trânsito de valores entre ambos os campos cria uma situação nebulosa e complica o campo da disputa de valores no seio da sociedade. De repente, concepções construídas no campo contra-hegemônico, a partir de leituras críticas do processo de desenvolvimento do capitalismo ao longo de séculos, emergem como valores universais, apropriados pelo campo hegemônico na defesa de suas posições. Valores como respeito ao meio ambiente, comércio justo, inclusão das minorias, exercício da cidadania e tantos outros ganham contornos palatáveis ao gosto do sistema dominante, e são lançadas na opinião pública como inerentes à vida cotidiana e sem conexão com as reais práticas de matriz colonial, escravagista e capitalista que ainda impera em grande parte dos países.

---

[50] Valores como respeito ao meio ambiente, igualdade de gênero, comércio justo e solidário, participação política, a não discriminação racial, cultura de paz e tantos outros foram sendo fortemente moldados como consensos mundiais ao longo dos fóruns. O maior exemplo da apropriação destes valores para benefício próprio da força hegemônica foi a base discursiva que o então candidato Obama incorporou em sua campanha. Vejamos algumas passagens do discurso de posse de Obama em janeiro de 2009: *Usaremos o sol, os ventos e o solo para abastecer nossos carros e fazer funcionar nossas fábricas* – em referência às campanhas pelo uso de fontes de energia limpas e renováveis; *mas esta crise nos fez lembrar que, sem um olhar atento, o mercado pode sair do controle – e que uma nação não pode prosperar por muito tempo se favorece apenas os prósperos* – em referência às críticas ao predomínio do neoliberalismo e o conseqüente alargamento do mercado e redução do Estado nas últimas décadas; *a América é amiga de toda nação e todo homem, mulher e criança que busca um futuro de paz e dignidade* – em referência ao isolamento dos EUA após aplicar a doutrina Bush do "ou estão conosco ou estão contra nós" que promoveu as guerras do Afeganistão, do Iraque e a criminalização dos movimentos sociais; *Começaremos de forma responsável a deixar o Iraque para seu povo, e forjaremos uma paz duramente conquistada no Afeganistão* – em referência a uma das maiores campanhas levadas a cabo pelos participantes do Fórum Social Mundial – a da não realização da guerra no Iraque; *Com velhos amigos e ex-inimigos, trabalharemos incansavelmente para reduzir a ameaça nuclear e fazer recuar o espectro de um planeta em aquecimento* – com referência as lutas pela paz e as campanhas pela redução da emissão de poluentes e medidas que impeçam o aquecimento global; *não podemos mais aceitar a indiferença ao sofrimento fora de nossas fronteiras; nem podemos consumir os recursos do mundo sem pensar nos efeitos disso. Pois o mundo mudou, e precisamos mudar junto com ele* – referência à postura imperial norte-americana em relação ao resto do mundo e seu consumismo irresponsável. A passagem sobre o *mundo mudou* é muito próxima do slogan do FSM: outro mundo é possível. A maioria dessas promessas de campanha que deram conteúdo ao discurso de posse ficaram para trás após o início do governo Obama. A retirada do Iraque é lenta, últimamente a guerra no Afeganistão foi reforçada, os EUA não fizeram esforço para um desfecho apropriado da Conferência de Mudanças Climáticas da ONU (Copenhagen 2009) que poderia ter dado passos importantes no combate ao aquecimento global, não se posicionou perante um flagrante golpe de Estado em Honduras (2009), reforçou as bases militares na Colômbia (2009/2010), se recusa a buscar com o Irã (2010) uma solução diplomática negociada sobre seu programa nuclear criando um clima de tensão mundial.

Tal realidade remete à consideração de Arrighi de que a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Quando ela é parcialmente fraudulenta, ou traz alguma vantagem para o poder do grupo dominante, ainda pode-se falar em hegemonia, mas quando ela é totalmente fraudulenta estará criada uma situação de fracasso da hegemonia. A pretensa alegação norte-americana de representar o interesse geral dos povos do mundo, como um dos pilares de seu projeto hegemônico, caminha baseada em fraudes irreversíveis como a defesa da democracia através da guerra, a preservação do meio-ambiente com infração dos acordos internacionais, a bandeira do desarmamento que tem por trás a proliferação das armas nucleares desrespeitando os acordos da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica)[51], a solidariedade entre os povos com perseguição dos migrantes e várias outras situações semelhantes.

Isto demonstra que um Estado pode exercer a dominação mundial com ou sem hegemonia. A Inglaterra, por exemplo, se tornou hegemônica quando teve a capacidade de convencer o resto do mundo de que seu desenvolvimento e sua expansão mundial trariam benefícios universais. Embora se esforcem os EUA tentam repetir esta mesma condição global, mas são constantemente surpreendidos por crises no sistema que os têm lançado ao isolamento internacional. A atual crise econômica que resulta do esgotamento de um longo período de acumulação financeira e inchaço da sua capacidade de reproduzir o sistema dá à sua crise geral um caráter especial de ameaça à hegemonia mundial. Segundo Wallerstein, a atual crise tem um caráter distinto e o que a diferencia das demais é que

> (...) o capitalismo não consegue mais tornar-se sistema, no sentido que lhe dá o físico e químico Ilya Prigogine (1917-2003): quando um sistema, biológico, químico ou social, desvia-se demais e muito frequentemente de sua situação de estabilidade, não consegue mais reencontrar o equilíbrio, e, então, se observa uma bifurcação. A situação torna-se caótica, incontrolável pelas forças que a dominaram até então, e vê-se emergir uma luta, não mais entre os "donos" e os adversários do sistema, mas entre todos os atores para determinar o que o vai substituir (WALLERSTEIN, 2008).[52]

O capitalismo, ao longo de seu desenvolvimento, viveu outros momentos semelhantes de crise possíveis de serem identificados, de acordo com o esquema de Arrighi, através da

[51] A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é uma organização do âmbito das Nações Unidas, criada em 1957 e com a finalidade de promoção do uso pacífico da energia atômica e evitar o uso para fins militares. Um de seus dirigente Hans Blix (1981-1997) ficou mundialmente famoso ao se opor à alegação norte-americana de que o Iraque desenvolvia programas nucleares com fins militares. Esta alegação foi utilizada como um dos argumentos principais para a instalação da guerra do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos da América.

[52] Wallerstein em entrevista concedida ao Le Monde em Paris (2008). Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN07%20WALLERSTEIN.pdf>

financeirização, ascensão de novos centros de poder e riqueza, crise de apelo consensual, crise de enforcement e choque bélico - como de fato vem ocorrendo ao final do século XX – com a posterior decadência da potência hegemônica e ascensão de uma nova. A novidade do atual momento é a crise ser sistêmica e globalizada como nunca antes visto.

Nos ciclos de financeirização do sistema, já ocorridos em outros momentos da história, foi possível, ao menos parcialmente, prescindir do Estado, especialmente após as fases de acumulação quando o capitalismo é o próprio Estado. Estes momentos deram emergência a um sistema de comércio livre das restrições territoriais do Estado à acumulação do capital. Uma rede não territorial de acumulação do capital é essencial ao capitalismo e foi o resultado característico do período de hegemonia norte-americana.

Conforme vimos no capítulo inicial deste trabalho, esta rede não territorial é chamada por alguns de “hiper-espaço” - uma região econômica não territorial que funciona em tempo real e paralelamente às economias nacionais. Nesse espaço, as empresas multinacionais operam livres das restrições características dos domínios territoriais do Estado nacional. A formação deste hiper-espaço foi possível por não existir uma entidade reconhecida e com poder de enforcement semelhante a um governo ou um sistema de *governança* mundial.

Com a ONU e as instituições de Bretton Woods, surgiram, pela primeira vez na era moderna, a institucionalização da ideia de um governo mundial e, pela primeira vez na história, a ideia de um governo mundial abrangendo todo o globo. Com a guerra fria, os EUA ocupam o papel da ONU na gestão mundial, acumulando força política, econômica e militar. A liderança norte-americana gerou uma expansão das empresas multinacionais o que se tornou um fator preponderante no definhamento do moderno sistema de nações territoriais como lócus primário do poder mundial. Paralelamente a este processo, as nações territoriais vivem uma crise de identidade entre o retorno às formas pré-modernas de gestão do Estado e a passagem para um sistema novo e indefinido. As estratégias desta elite tem sido de se reorganizar em termos de uma governança global através de organismos multilaterais como a OMC e reuniões períodicas como as do Fórum Econômico Mundial em Davos.

Enquanto a elite da governança global se reúne anualmente em Davos, uma emergente sociedade civil global realiza há 10 anos um encontro denominado Fórum Social Mundial, oportunamente nas mesmas datas de Davos, últimas semana de janeiro. A pesquisa investigativa e analítica do Fórum Social Mundial possibilita uma abordagem do modo de construção de valores, a princípio contra-hegemônicos e posteriormente basilares de uma nova hegemonia em âmbito mundial. A antítese contida no embate nominal dos dois encontros, Fórum Econômico Mundial e Fórum Social Mundial, já expressa por si só o

contraditório na busca da hegemonia mundial por distintos campos e agentes no tardar do século XX.

3.1. Porto Alegre x Davos

Conforme debatido previamente, não é simples discutir a formação destes processos de hegemonia e contra-hegemonia quando estas categorias foram pensadas para um modelo de poder constituído nos limites do Estado territorial. Para Gramsci, os diversos grupos sociais que formam uma aliança na busca da hegemonia devem valorizar a pluralidade e incorporar distintas características em um único projeto de emancipação e democratização da vontade coletiva. Tal fenômeno tem sido fortemente percebido em escala global através do encontro de diversos movimentos sociais, com distintos interesses e níveis de representação, (local, nacional, mundial) em eventos como o Fórum Social Mundial, e da busca de uma plataforma geral contra-hegemônica.

O FSM nasceu em um contexto de mobilizações anti-globalização que foram a marca registrada da segunda metade da década de 90 e tiveram um epicentro em Seattle (1999) durante uma reunião da OMC. Segundo Maria da Glória Gohn, uma das estudiosas brasileiras sobre movimentos sociais, os movimentos antiglobalização da década de 90 deram vazão a

> um tipo de movimento que representa a modernidade das ações coletivas de protesto à medida que atua globalmente, contesta as políticas neoliberais globalizantes, atua em rede utilizando largamente de recursos tecnológicos, e propõe um modelo alternativo à atual sociedade baseada exclusivamente no lucro e no mercado (Gohn, 2003, P. 9).

Wallerstein classificou os movimentos antiglobalização dos anos 90 como a quarta geração dos movimentos anti-sistêmicos pós-1968. As características desta quarta geração são diferentes das três anteriores. A primeira geração (1850-1970) abarcava uma série de movimentos distintos, e em muitos aspectos rivais, como os sindicais, socialistas e os nacionais, muitos dos quais chegaram ao poder em seus países e, ao não conseguirem implementar o que defendiam, foram criticados pela segunda geração. A grande crise da primeira geração foi em 1968 quando surgiram os movimentos da segunda geração, ecológicos, feministas, minorias raciais/étnicas. Uma terceira geração surgiu nos anos 80 com as denominadas organizações de direitos humanos que afirmavam falar em nome da "sociedade civil". O diferencial da quarta geração é tentar reunir todas as anteriores e aqueles que não cabem em nenhuma delas. Além disso, reúne movimentos locais, regionais, nacionais

e transnacionais, todos convocados a lutar contra o neoliberalismo e respeitando suas diferenças (WALLERSTEIN, 2005, pp. 263-273).

Segundo Teivo Teivainen (2007), "o FSM funcionou como uma espécie de canalização da maioria dos movimentos sociais e grupos que se mobilizaram contra a globalização nos anos da década de 1990, que passaram a se organizar como movimentos em busca de uma democratização global no século 21". Neste sentido, muitas análises (GILLS, 2002; TEIVAINEN, 2007) apontam que os protestos anti-globalização podem ser entendidos como sintomáticos de algo maior que estava por vir, e não uma mera reação à globalização. Estes movimentos apontaram os princípios democráticos que deveriam ser aplicados em um mundo que se globalizava de forma perversa.

Segue no Quadro 1 uma lista dos principais encontros destes movimentos no final do século passado e início do século XXI:

Quadro 1 – Encontros anti-globalização anos 90 e 2000

Onda de greves	Europa (1995)	Grandes manifestações contra o desemprego em todo o mundo, especialmente na França
I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	La Realidad Chiapas México (1996)	Iniciativa da EZLN (Exercito Zapatista de Libertação Nacional). Presença de mais de 40 países
Marcha Européia contra o desemprego	Europa (1997)	Partindo de várias cidades européias culmina em Amsterdã com cerca de 50 mil manifestantes
Surgimento da Aliança Social Continental – conjunto de organizações sindicais e sociais de toda a América	Belo Horizonte Minas Gerais Brasil (1997)	Por ocasião da III Cúpula Sindical paralela à Cúpula Ministerial da Área de Livre Comércio da América.
Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	Barcelona Espanha (1997)	Dá início à campanha: Ação Global dos Povos
Criação da Coalizão Jubileu 2000.	Várias partes do mundo católico (1997)	Dá início à campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países dependentes
I Conferência Mundial de Ação Global dos Povos	Genebra – Suíça (1998)	Propõe estabelecer uma coordenação e comunicação entre as resistências contra o mercado global
Cúpula dos Povos das Américas	Santiago - Chile (1998)	Paralela à II Cúpula Presidencial das Américas que teve como principal debate a criação da ALCA
I Dia de Ação Global dos Povos	Birminghan – Inglaterra (1998)	Por ocasião do II Encontro Anual do G8 e do II Encontro ministerial da OMC. São realizadas atividades em várias partes do mundo
Surgimento da ATTAC	Paris – França (1998)	Por iniciativa, entre outros, do *Le Monde Diplomatique*
"Outro Davos"	Zurich – Suíça (1998)	Em oposição à reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos
II Dia de Ação Global dos Povos	Várias partes do mundo (1999)	Protestos e manifestações em vários países majoritariamente europeus.

Encontro internacional "Um mundo possível"	Paris – França (1999)	Por iniciativa da ATTAC, Comitê pela Anulação da Dívida e Fórum Mundial de Alternativas
II Conferência Mundial de Ação Global	Banglore – Índia (1999)	Dá prosseguimento a coordenação de campanhas de resistência
Grito Latino-americano dos Excluídos	Vários países da América Latina (1999)	Tem como lema: "Por Trabalho, Justiça e Vida"
Cúpula Sul-Sul sobre Dívida Externa	Johanesburgo – África do Sul (1999)	Tem como lema: "Para um novo milênio livre da dívida"
III Dia de Ação Global	Seattle – EUA (1999)	Por ocasião da reunião da Rodada do Milênio da OMC. Ficou conhecida como a "Batalha de Seattle"
III Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	Belém – Pará – Brasil (1999)	Reúne, majoritariamente, ativistas e organizações de toda a América
Protestos Anti-Davos	Várias partes do mundo (2000)	Por ocasião da reunião do Fórum Econômico Mundial
Anti-Cúpula UNCTAD	Bangkok – Tailândia (2000)	Por ocasião da 10ª. Cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
Marcha Mundial das Mulheres 2000	Várias partes do mundo culminando em Nova Iorque – EUA (2000)	Várias atividades e marchas que tem seu ponto máximo diante da sede das Nações Unidas. Dá origem à organização e ao Movimento Marcha Mundial das Mulheres
Mobilizações por Justiça Global	Washington – EUA (2000)	Por ocasião da reunião do FMI, participação de cerca de 30 mil manifestantes
IV Dia de Ação Global	Várias partes do mundo (2000)	Por ocasião do dia internacional dos trabalhadores
Protestos em oposição à reunião do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)	Chiang Mai – Tailândia (2000)	Durante a reunião anual do BAD
Protestos diante da reunião da OEA	Windsor-Canadá (2000)	Por ocasião da reunião da Organização dos Estados Americanos
Manifestações durante reunião da OCDE	Bolonha – Itália (2000)	Por ocasião da reunião da Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico
Cúpula Social Alternativa	Genebra – Suíça (2000)	Por ocasião da II Cúpula Social das Nações Unidas
Encontro Internacional contra a Mundialização Financeira	Paris – França (2000)	Mobilização de massas com cerca de 30 mil pessoas
Reunião Paralela à reunião do G7	Okinawa – Japão (2000)	Várias mobilizações reivindicando, entre outras coisas, a anulação da dívida e retirada de bases militares do Japão
Protestos em Nova Iorque	Nova Iorque – EUA (2000)	Por ocasião do Encontro do Milênio das Nações Unidas
Protestos contra o Fórum Econômico Mundial	Melbourne – Austrália (2000)	Vários dias de protesto com a participação de 10 a 30 mil manifestantes
V Dia de Ação Global	Praga – República Checa (2000)	Por ocasião da reunião anual do FMI e Banco Mundial. Realizam-se manifestações em cerca de 40 países.
Mobilizações em Nice	Nice – França (2000)	Por ocasião da Cúpula da União Européia

Encontro Internacional Dakar 2000: das Resistências às Alternativas	Dakar – Senegal (2000)	Com o objetivo de conquistar a anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo
Posse do Presidente Bush	Washington (2001)	Protestos.
Anti-Davos	Davos (2001)	Por ocasião do Fórum Econômico Mundial
Cúpula das Américas	Quebec (2001)	Protestos.
Cúpula da União Européia	Gothenburg (2001)	Protestos.
Reunião do G8	Genebra (2001)	Protestos.

Estes encontros foram organizados por movimentos que nasceram, em sua maioria, ancorados em novos conceitos e movidos pela disputa valorativa em torno destes, como os de "cidadania planetária, sustentabilidade democrática, participação cidadã..." que anunciavam as bases de uma movimentação completamente diferente de outras promovidas por movimentos sociais conhecidos até o século XX. Além de significativas mudanças no conteúdo, a forma de expressão destes movimentos também foi alterada. Segundo Gohn, "o movimento antiglobalização apresenta-se na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil, dado sua forma de articulação/atuação em redes com extensão global" (GOHN, 2003, p. 34).

Marcados por uma grande heterogeneidade estes movimentos pautaram uma agenda contra-hegemônica, ou por outra globalização, baseada na solidariedade e em novo marco civilizatório, com desenvolvimento econômico e justiça social. Anunciaram um cenário de respeito às diferenças culturais dos variados grupos pertencentes à sociedade globalizada pela economia e interconectada pelas novas formas de comunicação emergentes com a revolução tecnológica.

O formato de rede estrutura esta sociedade globalizada e informatizada e ao utilizar este modelo para contestar a forma como a globalização se processa, com imposição de um mercado global e valores alicerçados no lucro e no consumo, os movimentos antiglobalização elaboraram "uma nova gramática no repertório das demandas e conflitos sociais" e criaram um "novo ator sociopolítico de caráter mundial" (GOHN, 2003). Este novo ator vai atuar em um cenário confuso em que se trava uma disputa pelo conteúdo da globalização.

Manuel Castells, na trilogia[53] O poder da Identidade, aponta que nossa sociedade está cada vez mais estruturada em forma de rede. Para o autor, "a revolução da tecnologia da

[53] Desde os anos 80 Castells tem se dedicado ao estudo do papel das novas tecnologias de informação e comunicação na reestruturação econômica. Entre 1996 e 1998 publicou uma trilogia chamada A Era da Informação, os volumes que a compõe foram assim denominados: "(1) A Sociedade em Rede – A Era da

informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede" (CASTELLS, 2008, p. 94).

Essa sociedade seria caracterizada pela globalização das atividades econômicas, pela flexibilidade do emprego e individualização da mão de obra. A sensação de perda de controle sobre suas vidas, empregos, economias, governos e o próprio destino do planeta, aliada à aceleração do tempo histórico e à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os atuais mecanismos de controle social e de representação política (Ibid, p. 94).

Neste cenário, a disputa por uma nova hegemonia mundial se dá também através da pressão por uma democratização global. A concentração de poder nas instituições transnacionais e globais foi um dos processos mais significativos do século XX, no entanto os debates em torno dos procedimentos democráticos seguem concentrados na esfera do Estado nação. Neste sentido, o Fórum Social Mundial parece ser a fundação das primeiras sementes de um processo de pressão pela democratização da globalização, através do seu formato e por prover um espaço que dá visibilidade a diferentes projetos democráticos tanto locais, regionais ou globais.

Segundo Richard Falk, os espaços democráticos disponíveis para resistir à globalização "vinda de cima" passaram a estar situados não somente no nível local, mas também no transnacional. Isto ficou bastante evidente a partir da década de 90. Os primeiros indícios desta redefinição surgiram com as movimentações da sociedade civil em eventos organizados por entidades internacionais. Assim foi durante as Conferências Temáticas organizadas pela ONU durante toda a década que findou o século XX, como a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), a Conferência sobre Direitos Humanos de Viena (1993), a Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994), a Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhagen (1995), a Conferência sobre Mulheres e Desenvolvimento em Beijing (1995), a Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento em Istambul (1996) e a Conferência Mundial contra o Racismo em Durban (2001).

De forma simultânea aos encontros e eventos paralelos às reuniões da ONU, e ao mesmo tempo impulsionados pelo seu sucesso, surgiram, através da coordenação de uma série de movimentos de várias partes do mundo, atividades de propósitos mais concretos na tarefa

---

informação: Economia, sociedade e cultura"; (2) O poder da identidade e (3) Fim de Milênio . Em 2008, em entrevista ao EL PAÍS, Castells disse: "os poderes têm medo da internet". Entrevista disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2008/01/10/ult581u2405.jhtm>

de imprimir derrotas significativas ao campo hegemônico da globalização. Dois eventos específicos são considerados marcos da emergência dos movimentos antiglobalização no final do século XX. A não aprovação do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1998, e o fracasso da "Rodada do Milênio" da OMC em Seattle (1999). Conhecê-los é essencial para se compreender os antecedentes do FSM.

Segundo Emilio Taddei, os anos de 1997 e 1998 dariam a primeira vitória ao nascente movimento antiglobalização neoliberal. Foi uma organização transnacional, a "Global Trade Watch", que deu o alerta para o aparecimento dos primeiros esboços do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que, em segredo, vinha sendo negociado no interior da OCDE, desde 1995. Com a divulgação desta negociação secreta sobre o que seria a "nova bíblia" do capitalismo mundial, e caracterizado como um "Tratado Internacional dos Direitos dos Investidores", ou como o "Documento Constitucional da Nova Ordem de hegemonia plena do capital transnacional" (TADDEI, 2001), começava a surgir uma primeira campanha transatlântica e internacional com rápida divulgação pela internet e envolvendo associações e ativistas, norte-americanos e europeus.

Uma coalizão de mais de 600 ONGs e organizações sociais lançou uma campanha de denúncia e pressão contra o acordo, que culminou em abril de 1998, data marcada para aprovação do acordo, na cidade de Paris. A Internet foi uma ferramenta fundamental para a constituição deste movimento. Segundo Naughton, as instituições da sociedade civil foram umas das primeiras a adotar a rede de comunicação digital e a usam de forma exitosa e intensa para atingir seus objetivos, o que, segundo o autor, não surpreende dada a estrutura libertária e descentralizada da rede. Mantê-la aberta, livre, permissiva e sem controle externo passou a fazer parte do elenco de bandeiras destes movimentos que tanto dependem da rede (NAUGHTON, 2001).

Ativistas de mais de 30 países pressionaram pela não assinatura do acordo e esta foi adiada, e posteriormente suspensa pela OCDE. Todas as atenções passaram a estar concentradas na Rodada do Milênio de Negociações da OMC, que ocorreria em seguida. Tal suspensão não aconteceu sem nenhum tipo de reação por parte dos principais interessados. A resposta do presidente da Câmara de Comércio Internacional, também presidente da Nestlé, é ilustrativa:

> O surgimento de grupos de ativistas ameaça enfraquecer a ordem pública, as instituições legais e o processo democrático. (...) É necessário estabelecer regras para esclarecer a legitimidade destas organizações não-

> governamentais ativistas, que se proclamam representantes dos interesses de amplos setores da sociedade civil (OMC, 1999).

Após a derrota sobre o AMI, deu-se o início da ação mundialmente conhecida como "A Batalha de Seattle". Desde o princípio do ano de 1999, começaram os preparativos para o encontro que se daria em novembro, na cidade norte-americana de Seattle. A OMC denominou as negociações como a "Rodada do Milênio", melhor entendida como um encontro para articulações e negociações entre representantes governamentais com a finalidade de estabelecer a regulamentação do livre comércio para um novo milênio. Essencial para o êxito do projeto hegemônico de globalização neoliberal. Uma declaração de membros da sociedade civil, que se posicionavam contra um "mercado global" circulou, basicamente pela internet, através da lista de discussões: *Stop WTO Round* (Pare a Rodada da OMC) e foi impulsionada por um grande número de organizações sociais, mais de 1500 entidades de cerca de 89 países aderiram à carta (TADDEI, 2001). Os preparativos incluíram, inclusive, treinamentos em técnicas de "protesto não violento" organizados pelo coletivo Direct Action Network (Rede de Ação Direta). Encenações e apresentações festivas também deram um tom irreverente ao protesto, que foi antecedido, a partir de 26 de novembro, por uma série de seminários, reuniões, colóquios e encontros entre ativistas, associações e redes em sua maioria da Europa, Austrália, Índia, EUA, Canadá e com baixíssima representatividade da África, Ásia e América Latina.

A batalha propriamente dita iniciou-se com um gigante protesto que tomou as ruas da cidade, bloqueando a entrada de hotéis e, sobretudo, do Centro de Convenções de Seattle, onde seria realizada a abertura oficial do evento. A polícia reagiu de forma violenta e ficaram famosas as imagens dos manifestantes disfarçados de tartarugas verdes correndo pela cidade. A batalha se prolongou por toda noite e a tentativa de abertura fracassada já anunciava o que ainda estava por vir.

As diferenças se exaltaram também no interior da Cúpula, quando representantes de países do sul global levantaram a voz perante os critérios de negociação impostos pelos países industrializados. Encontramos no relato de Walden Bello (2001) a seguinte citação da representante comercial dos EUA, Charlene Barshefsky: "o processo (...) era um tanto excludente. Todas as reuniões foram realizadas entre 20 e 30 países chaves (...). E isto significou que 100 países nunca entraram na sala (...). Isto levou a um sentimento extraordinariamente ruim de que eles estavam isolados do processo e que os resultados (...) foram ditados pelos 25 ou 30 países privilegiados que, de fato, estavam dentro da sala".

Além disso, Washington se indispôs com a União Européia que queria debater temas como meio ambiente, investimentos, políticas de concorrência, etc. No dia 04 de novembro de 1999, foi anunciado, por amplos meios da imprensa mundial, o fracasso das negociações.

Seattle foi um marco na história dos movimentos sociais, primeiro por ter se dado no centro do Império Norte-Americano, colocando lado a lado antigos adversários da luta social norte-americana, como sindicalistas e ambientalistas. Mas, principalmente por colocar em xeque algumas certezas das elites dominantes, dentre elas a de que os únicos inimigos a serem enfrentados, pós-queda do muro de Berlin, seriam os terroristas e os fundamentalistas nacionalistas e religiosos, o que mais tarde se materializou nas guerras do Iraque e do Afeganistão. Segundo Emir Sader, "os rebeldes da mundialização recuperam em Seattle a dimensão internacional da luta atual e abrem caminho para a consolidação de um novo projeto hegemônico". As movimentações mundiais em torno da aprovação do AMI ou da rodada de negociações da OMC demonstram, de um lado, a tentativa de consolidação de uma espécie de governança global formada por Estados dominantes e agências multilaterais, e do outro uma sociedade civil global que descobre seu potencial e dá materialidade para ações mundiais de expressão de seu pensamento e pressão sobre a elite dominante vigente (SADER, 2001).

Esta tensão revela como a dinâmica globalização hegemônica x globalização contra-hegemônica, governança global x sociedade civil global, se expressa nos encontros globais que tem se tornado palco do conflito de interesses das duas tendências. Nos anos posteriores a Seattle, esta contradição colocou Porto Alegre em contradição com Davos a partir do surgimento do Fórum Social Mundial.

3.2 O Fórum Social Mundial

Como decorrência do processo de sofisticação dos movimentos antiglobalização em um cenário de extrema instabilidade internacional surgiu o Fórum Social Mundial. Sua realização é fruto de uma articulação entre entidades globais e locais contra-hegemônicas. Os encontros paralelos às reuniões oficiais da ONU ou os protestos e manifestações contrárias às reuniões da OMC e G8 já não eram suficientes para abarcar todas as iniciativas contra-hegemônicas. Havia uma necessidade de sistematizar análises, propagar iniciativas, possibilitar a troca de experiências e facilitar o surgimento e a consolidação de redes globais de interação entre movimentos. O FSM surge como o lócus principal de encontro dos intelectuais e ativistas que defendem a globalização contra-hegemônica.

Quando o Fórum Social Mundial surgiu, há dez anos, poderia ser definido como um encontro da sociedade civil global que se opunha à agenda da globalização neoliberal discutida no Fórum Econômico Mundial, e discutia uma agenda contra-hegemônica por outra globalização. Uma década depois de seu surgimento, defini-lo é tarefa muito mais complexa. Seu caráter processual impõe uma visão multilateral e uma definição que seja capaz de sintetizar a sua essência, resguardando a das rápidas transformações a que o encontro e o processo FSM estão sujeitos pela própria dinâmica da disputa hegemônica em nível mundial.

Antes de tudo, o FSM é uma novidade política. Para Santos "o FSM é um fenômeno social e político novo. O fato de ter antecedentes não diminui a sua novidade, antes pelo contrário. O FSM não é um evento. Nem é uma mera sucessão de eventos, embora procure dramatizar as reuniões formais que promove" (SANTOS, 2005). Ele é fruto de uma combinação de fatores e características nunca ocorrida na história política. O FSM é, ao mesmo tempo, evento e processo, global e local, antítese da globalização neoliberal e síntese do anseio por "um outro mundo". O FSM não se resume aos cinco dias de encontro em alguma parte do mundo, ele se multiplica em uma infinidade de encontros locais, regionais, temáticos que ocorrem em várias partes do mundo no intervalo dos encontros mundiais. Ele parte de uma agenda internacional, mas são as agendas locais que dão o tom dos encontros. Ele contrapõe a globalização neoliberal, mas não apresenta formalmente os termos de outra globalização.

As principais características do FSM podem ser assim definidas:

a) todos os encontros estão abertos à participação de qualquer indivíduo, movimento ou organização, crítico ao processo de globalização hegemônica neoliberal, desde que não seja partido, governo ou grupo armado;

b) em todos os encontros é estimulada e valorizada a realização de atividades auto-organizadas por redes, movimentos ou organizações, sem interferência do comitê organizador, que as realizam no espaço disponibilizado para o evento do FSM, de acordo com critérios próprios de tema, público, formato e etc;

c) nenhum encontro que ocorra dentro do processo FSM, sejam seus eventos mundiais, regionais, locais ou temáticos, aprovam cartas finais ou resoluções que possam ser proclamadas como resultado do encontro;

d) nenhum indivíduo, grupo ou organização pode falar em nome do encontro ou proclamar seus hipotéticos resultados;

Resguardadas as devidas proporções e particularidades todos os encontros já ocorridos sob a marca FSM nos últimos dez anos apresentaram estas características fundamentais que estão sistematizadas na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. Ao serem confrontadas com a realidade, no entanto, levaram a impasses, como a da inevitável participação dos partidos através de suas fundações, revistas e organizações de massas; a intensa participação de governos e mesmo chefes de Estado, especialmente na América Latina; a divulgação pela imprensa de resoluções finais de encontros ocorridos no interior do FSM, como das Assembléias Mundiais dos Movimentos Sociais, como se fossem resoluções de todo o encontro; a desproporção entre atividades que contaram com nomes de apelo ao público, como Eduardo Galeano[54] ou Boaventura Santos, em detrimento das pequenas oficinas auto-gestionadas. As mesmas características que garantiram a possibilidade de existência do encontro foram originárias de uma série de divergências no seu interior. A disputa pela hegemonia no interior do campo contra-hegemônico, muitas vezes, girou em torno destes temas.

3.2.1 Estrutura organizativa

No decorrer das três primeiras edições do FSM, sua estrutura organizativa se consolidou. Após a convocação do Fórum lançada em Genebra (2000), a partir das reuniões entre ATTAC, Le Monde Diplomatique, integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, e outras entidades brasileiras, se constituiu a secretaria internacional do FSM, composta pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES); Associação Brasileira de ONG´s (ABONG); ATTAC-Brasil; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Central Única dos Trabalhadores – CUT; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CNBB – Igreja Católica); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Com a evolução do FSM, este comitê se transformou em uma secretaria internacional do FSM ao realizar o papel de articulador dos encontros mundiais, ponte com o processo em

[54] Nas primeiras edições do FSM as atividades que o ocorriam no ginásio Gigantinho com Eduardo Galeano, Noam Chomsky, Leonardo Boff e outros chegavam a reunir entre 15 e 20 mil pessoas.

outras regiões e países, assim como facilitador do Conselho Internacional que surgiu em junho de 2001, entre os dias 09 e 11 de junho, do qual fazem parte, entre outros, a ATTAC; a Focus on the Global South; a CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais); o Fórum Mundial de Alternativas; a OCLAE (Organização Continental Latino-americana de Estudantes); a Via Campesina; a Marcha Mundial de Mulheres; a rede 50 years is enough; o Jubileu Sul (Igreja Católica); o Fórum Social de Gênova; o CADTM (Comitê de Anulação da Dívida do Terceiro Mundo); as plataformas internacionais de centrais sindicais CIOLS e CMT, e outras, completando hoje 163 organizações, sendo a grande maioria das Américas e da Europa Ocidental. Segundo os princípios estabelecidos ao se constituir o Conselho Internacional, esta é uma instância permanente que tem como finalidade assegurar a continuidade do FSM e com papel protagonista na orientação das diretrizes políticas e na definição dos rumos estratégicos do FSM. Não constitui, no entanto, segundo seus fundadores, uma instância de poder, e nele não há mecanismos de disputa de representação e nem de votos.

A formação e modo de funcionamento do CO, SI e CI sempre foi bastante questionada entre os movimentos. Ocorre que nenhuma das três instâncias foi formada de modo minimamente democrático, e muito menos seu funcionamento obedece a algum preceito da democracia participativa ou representativa. O CO se auto-organizou e através de convites direcionados criou o CI. Nenhuma das duas instâncias presta contas de suas atividades e decisões ao conjunto de atores que formam o FSM. A democratização do CO no âmbito brasileiro só se deu em 2005 para a organização do encontro de Porto Alegre, que ocorreu após o encontro de Mumbai, mundialmente conhecido por ter organizado o FSM através de um Comitê Organizador amplo, representativo e democrático. Não fosse esta “pressão” indiana implícita no processo preparatório de Porto Alegre, 2005 dificilmente o COB teria sido ampliado das 8 entidades tradicionais para 23. Logo após o FSM de Porto Alegre, o COB ainda chegou a se reunir para preparar o Fórum Social Brasileiro, mas logo se desfez, nunca mais voltando a se reunir e a ser reconhecido como o Comitê Brasileiro. As oito entidades iniciais, primeiramente como CO, depois SI, depois COB (8 + 15), depois como Coletivo Brasileiro e, últimamente, como GRAP mantiveram o núcleo de sua estrutura original, com alguma variação na intensidade do envolvimento de algumas, com o afastamento da Rede Social e a incorporação do IPF. Certo “poder” sempre esteve na mão deste coletivo, cabendo a ele, muitas vezes, fazer valer a Carta de Princípios, o caráter de “espaço aberto” dos encontros, as decisões por consenso nas plenárias do CI, as viagens de expansão e articulação

do processo, a concessão de entrevistas sobre o FSM, as reuniões com os representantes de governos envolvidos.

A divisão de papéis entre o CI e o CO sempre foi muito ambígua, sendo possível perceber, no entanto, que o CI foi ganhando mais legitimidade ao longo do tempo e o CO foi perdendo legitimidade, principalmente pelo fato de ser formado por um conjunto de entidades brasileiras. Durante os anos de 2002 e 2003, o Comitê Organizador Brasileiro passou a ser chamado de Secretariado Internacional. Este secretariado foi ampliado quando se decidiu realizar o FSM na Índia em 2004. Um conjunto de organizações, pertencentes ao Comitê Organizador Indiano, foram escolhidas para formar um novo secretariado, agora composto por brasileiros e indianos.

O Comitê Organizador Brasileiro, que depois se transformou em Secretariado Internacional, sobreviveu como tal por mais alguns anos. Foi ampliado para um corpo de 23 entidades na preparação do FSM 2005, quando o encontro retornou ao Brasil. Posteriormente, se desdobrou para acompanhar os três fóruns do FSM Policêntrico de 2006 (Caracas, Mali e Karachi). Em 2007, com o FSM de Nairóbi, começou a perder forças significativamente até que em maio de 2007, a reunião do Conselho Internacional de Berlin resolveu pela criação de um Grupo de Enlace do Conselho Internacional em substituição do Secretariado. O Grupo de Enlace seria uma espécie de grupo facilitador das próprias reuniões do CI e do funcionamento de suas comissões. Seria o fim oficial do CO ou Secretariado brasileiro. Em outubro de 2007, na reunião do CI de Belém, o Grupo de Enlace foi escolhido entre os membros do CI. Foram observados critérios de gênero, região do mundo, tipo de movimento, área de atuação, tipo de organização, para a composição de um corpo de 16 entidades que contasse com o crédito do conjunto do CI. Esta primeira gestão do Grupo de Enlace funcionou até maio de 2010 quando uma nova composição de entidades foi escolhida em plenária do Conselho Internacional no México.

Durante o período em que perderam legitimidade, recursos e viabilidade algumas entidades formadoras do CO formaram um novo corpo, o GRAP: Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Social Mundial. No site do GRAP[55], a seção “Sobre nós” encontra-se em branco, mas sabe-se que sua composição é basicamente a mesma do Secretariado com exceção de CUT, MST e Rede Social e com a adição do Instituto Paulo Freire (IPF). Sua

[55] (www.grap.org.br)

principal atuação até o momento se deu na preparação do encontro denominado: “Seminário 10 anos depois”[56], ocorrido no mês de janeiro de 2010 em Porto Alegre.

3.2.2 Formato do evento

O formato do primeiro FSM de 2001, em Porto Alegre, delineou um padrão para o encontro, que se repetiu quase sem alterações nas duas edições seguintes, de 2002 e 2003, também em Porto Alegre. A partir de 2004 (Mumbai), a estrutura e o formato do evento passam por mudanças significativas. Em 2001, o primeiro e último dia foram reservados, respectivamente, para a abertura e o encerramento do encontro, com gigantescas marchas pelo centro da cidade, o seu intervalo foi preenchido por quatro dias de intensas atividades. A cada manhã ocorriam as conferências promovidas pelo comitê organizador. As tardes eram reservadas às atividades “auto-gestionadas”, ou seja, organizadas de forma autônoma por entidades e associações inscritas no Fórum. Cada dia do FSM terminava com os “testemunhos” de personalidades, entre eles dirigentes políticos, militantes sociais, escritores e jornalistas. Paralelamente a toda essa programação ocorria o Acampamento Intercontinental da Juventude com espaço e programação próprios; o Acampamento Indígena e Campesino; o Fórum de Parlamentares e Autoridades Locais; Fórum de Juízes; Planeta Fêmea (dedicado às temáticas feministas e de mulheres em geral); Tribunal da Dívida; Plenárias sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e mais uma infinidade de encontros e atividades espalhadas pela cidade.

Após o primeiro evento, em 2001, foi formulada uma Carta de Princípios (CP) do FSM que ajudou a organizar tanto a adesão ao processo FSM, uma vez que o encontro é completamente aberto à participação de interessados, como a forma de realização dos encontros. Nas três primeiras edições, foi possível manter a coerência entre a Carta de Princípios e os eventos, principalmente porque os organizadores foram praticamente os mesmos representantes de organizações brasileiras. Assim que o encontro mudou de sede, tanto para Mumbai em 2004 ou Nairóbi em 2007, como as várias edições regionais, policêntricas, temáticas, naturalmente ocorreram variações na organização dos eventos refletindo as diferentes realidades e contextos políticos dos locais que abrigaram o encontro, assim como as concepções gerais dos organizadores locais. Esta situação se tornou

[56] Assinaram a realização do seminário, como GRAP, Antonio Martins (ATTAC), Candido Grzibowski (IBASE), Francisco Whitaker (CBJP), Jorge Abrahão (CIVES), José Correia Leite (ATTAC), Moema Miranda (IBASE), Oded Grajew (CIVES), Salete Camba (IPF), Sérgio Haddad (ABONG).

preocupante, a ponto de gerar um documento guia da organização dos eventos do FSM no âmbito do CI, principalmente porque ao redor do mundo começaram a surgir uma enormidade de encontros organizados sob o rótulo do FSM sem, necessariamente, seguir a CP ou mesmo ter conhecimento de sua existência.

Uma das principais preocupações do CI tem sido a de garantir a ampliação e o aprofundamento do processo FSM em consonância com a CP e seus princípios fundamentais, levando em conta que o FSM não é uma organização ou uma instituição sujeita a controles e sanções. O desafio de cada evento é produzir condições de reunião da sociedade civil global e ambiente para os debates dos temas emergentes da agenda contra-hegemônica global e local. Uma primeira condição a ser cumprida é a exposta na CP de reunir em todos os FSM "grupos e movimentos da sociedade civil que são opostos ao neoliberalismo e à dominação do mundo pelo capital ou qualquer forma de imperialismo...". Neste bojo, não cabem "nem representações partidárias, nem organizações militares", líderes governamentais ou parlamentares que aceitarem os termos da CP podem ser convidados para participar em "termos pessoais". Esta exceção criada para membros de governo veio bem a calhar para os representantes do governo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul que receberam os primeiros FSM.

As regras da CP do FSM garantem o caráter de encontro das forças contra-hegemônicas que se identificam na oposição ao projeto hegemônico neoliberal. Isto quer dizer que não está aberto para organizações e eventos que formalmente defendam o neoliberalismo, o imperialismo, o capitalismo, assim como não está acessível aos que priorizam a luta política eleitoral partidária ou formas violentas de resistência e libertação nacional. Entretanto, não cria as condições necessárias para evitar a participação de organizações baseadas no fundamentalismo religioso, nas relações de castas, no racismo, no patriarcado e tantas outras formas opressoras de relações sociais que não necessariamente possam ser rotuladas como neoliberais.

Outra preocupação que influência na montagem do encontro é a da igualdade de acesso a todos os movimentos, dadas as diferenças de condições entre as organizações, sejam financeiras, de condições - como capacidade de comunicação em diferentes línguas - e outras. Os organizadores geralmente precisam se esforçar para garantir a participação de movimentos de base, inclusive as que não têm nenhuma condição de pagar, com o estabelecimento de distintas cotas de pagamento mais altas para as organizações mais ricas e isenção para os que não podem pagar. Devem ser criadas facilidades básicas de acomodação para os que não podem se hospedar em hotéis, tradutores voluntários e condições de participação e exposição

de ideias através de intervenções variadas, não ficando restritas ao formato ocidental padrão de oficinas e conferências. Neste aspecto, os FSM de Mumbai, 2004, e Belém, 2009 foram os quem mais se aproximaram de um ideal de facilitação da igualdade de acesso. O FSM de Nairóbi, 2007 teve muita dificuldade para levar a cabo este princípio na organização do evento.

Diretamente relacionada à possibilidade do acesso está a definição da política de "levantamento de fundos" elaborada e implementada por cada Comitê Organizador do evento mundial. Nos primeiros anos, os custos do evento eram bem altos, especialmente pelo número de atividades dentro do evento pelas quais o Comitê Organizador se responsabilizava, tendo que arcar com todos os custos da montagem, local, transporte de convidados, divulgação, tradução. Com o passar dos anos, o papel do Comitê Organizador passou a ser principalmente de provedor do espaço, cabendo às organizações realizarem suas atividades. A primeira vez em que um CO se responsabilizou por uma dezena e meia de atividades, perante a mais de 1000 atividades auto-gestionadas, foi no FSM de Mumbai. Este também foi um encontro que se diferenciou em termos de financiamento do evento e a busca de auto-sustentabilidade do encontro. O CO de Mumbai não aceitou doações de organizações e agências internacionais tais como as fundações Ford, Rockefeller, McCarthy, alegando que o movimento anti-globalização se opõe à globalização neoliberal que tem muitos projetos igualmente financiados por estas fundações.

A questão do financiamento é muito delicada e permeia toda a história do processo FSM. Ela envolve definições políticas e a sensibilidade dos movimentos de cada região ou país, pois há opiniões distintas sobre a política de financiamento. De acordo com a Carta de Princípios, que deveria unificar as distintas sensibilidades, algumas fontes deveriam ser evitadas, tais como instituições financeiras como o Banco Mundial, agências e corporações comerciais multinacionais, e qualquer fonte que tenha alguma ligação com o tráfico de drogas, máfia e crime. A fonte que mais tem gerado polêmica tem sido a governamental e as de empresas públicas. No documento *Guiding Principles for Holding WSF Events,* a argumentação é de que alguns podem entender que uma vez que os recursos do governo são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos, estes têm o direito de acessá-los independente da afiliação política do governo que está no poder em dado momento em um país. A questão é que ao acessar os recursos do governo, o FSM não deveria ser visto como um evento promovido pelo partido que se encontra no poder, pois iria contra a CP. O mesmo debate se dá ao tratar-se de empresas públicas cujo financiamento poderia ser visto pelo lado positivo como "alternativo" ao de empresas privadas e pelo lado negativo de "alinhado" ao

partido no poder ou às multinacionais com grande participação nestas empresas e com péssimos registros quanto ao tratamento ambiental e social. Muitos destes problemas poderiam ser evitados se o evento conseguisse ser totalmente auto-sustentado através do recolhimento das taxas de inscrição, uso do espaço e facilidades em geral, como tradução, mas a questão é que este mecanismo também pode gerar sérios problemas de diferenciação entre os participantes, fazendo com que somente as organizações e pessoas com melhores possibilidades econômicas participem do encontro, sendo que muitas vezes há grande demanda por participação totalmente livre de contribuição financeira.

3.2.3 Porto Alegre 2001, 2002 e 2003

Por três anos seguidos, 2001, 2002 e 2003, o Fórum Social Mundial foi realizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil. Também por isso, muitos passaram a denominá-lo de Fórum de Porto Alegre.

A tabela a seguir aponta alguns números dos três primeiros eventos:

Tabela 1 - Dados FSM Porto Alegre 2001, 2002, 2003

	I FSM (2001)	**II FSM (2002)**	*III FSM (2003)*
PARTICIPANTES	18.000	51.000	100.000
DELEGADOS	4.702	12.274	20.763
ORGANIZAÇÕES	-	4.909	5.717
PAÍSES	117	131	156
JOVENS (NO ACAMPAMENTO)	2000	15.000	25.000
ATIVIDADES AUTO-GESTIONADAS	420	622	1300

Fonte: Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.

Cada uma destas edições do FSM foi marcada pelas especificidades do momento mundial e pelo crescimento numérico e organizativo do encontro.

O primeiro evento do Fórum Social Mundial ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, embora o seu processo tenha iniciado na década anterior, como revelam as atividades anteriormente citadas. Após sua primeira convocatória oficial, lançada em junho de 2000, durante a “Cúpula Social Alternativa” paralela à “Cúpula Social”

das Nações Unidas, em Genebra, surge o encontro Anti-Davos, ou seja, o "anti-Fórum Econômico Mundial". O Fórum Econômico Mundial ocorre todos os anos em Davos na Suíça, já tendo se reunido também em Nova Iorque nos EUA, reunindo grandes chefes das finanças e da indústria mundial há mais de trinta anos. Outros encontros paralelos a Davos já vinham ocorrendo ao longo dos últimos anos da década de 90, como vimos anteriormente, mas este, que foi chamado de Fórum Social Mundial, ganhou uma dimensão superior por reunir as características que veremos a seguir.

O I FSM, Porto Alegre 2001, contou com 18 mil participantes e teve a cara da novidade e da esperança de vitórias concretas sobre a globalização neoliberal. Em 2001, foram mais de 420 oficinas e grupos de trabalho, que promoveram o encontro e o intercâmbio de diversas experiências locais, regionais e nacionais de resistência às políticas neoliberais e de coordenação de esforços e de atividades para o futuro, nos anos subseqüentes este número cresceu substancialmente, chegando a mais de 2000 atividades inscritas em alguns encontros.

Em 2001, pela primeira vez, se realizou uma reunião mundial com amplo espectro de participação de organizações, movimentos e indivíduos que desenvolviam de alguma forma a luta contra o neoliberalismo. Estiveram presentes tanto os envolvidos com as lutas pelo direito da mulher, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos sem terra, dos sem teto e de variados segmentos sociais, como os representantes de múltiplas visões sobre direitos humanos, meio ambiente, diversidade cultural e diversidade de orientação sexual. Todos puderam interagir e dialogar como talvez nunca tivessem tido a oportunidade de fazê-lo. As campanhas que ganharam maior proeminência no encontro foram as que sintetizavam as iniciativas contra militarização e o livre comércio, como a ALCA.

O II FSM, Porto Alegre 2002, contou com 51 mil participantes e teve como marcas centrais a consolidação do encontro como um importante espaço mundial de resistência e elaboração de alternativas à globalização hegemônica neoliberal e a resposta dos movimentos sociais à ofensiva conservadora estadunidense pós-11 de setembro. O FSM foi extremamente impactado pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que derrubaram as torres do World Trade Center em Nova York e parte do Pentágono em Washington, nos Estados Unidos. Emir Sader[57] diz, em um artigo, logo após os atentados:

> Recuperando a iniciativa, passando de algoz a vítima, os EUA buscam reimpor a polarização que mais lhes interessa: entre o capitalismo neoliberal e os Estados fundamentalistas da sua periferia, caracterizada como choque

[57] SADER, E. *Washington ou Cabul? Porto Alegre.* In: Revista Caros Amigos, N° 55. São Paulo: Casa amarela, 2001.

> de civilizações – versão internacional e geopolítica das teorias do multiculturalismo, com a primeira substituindo a oposição capitalismo/socialismo e a segunda no lugar da luta de classes (SADER, 2001)

Com isso:

> a luta por um outro mundo possível – o movimento que explodiu à superfície de Seattle, que se desenvolveu até Gênova e Durban, sempre crescendo – enfrenta seu primeiro dilema estratégico (SADER, 2001).

Os eventos de 11 de setembro de 2001 aconteceram quatro meses antes do II FSM e às vésperas da Assembléia Anual do FMI e BM, que seria palco de intensas mobilizações. Aconteceu também a dois meses da reunião da OMC, que, após a "ressaca de Seattle", retornava às negociações da Rodada do Milênio, e teve que ser programada para acontecer em Doha, capital do Qatar - de acesso praticamente impossível para os ativistas e militantes antiglobalização - para evitar um "novo Seattle". Como disse uma das expoentes do movimento antiglobalização, Naomi Klein[58]: "nossas liberdades civis, nossas modestas vitórias e nossas estratégias habituais foram, agora, todas elas lançadas em dúvida. Mas a crise também abre novas possibilidades". Saber identificar essas novas possibilidades era justamente o "dilema estratégico" do qual falava Sader.

Além do "11 de setembro", outro acontecimento, efeito do recrudescimento da crise do neoliberalismo no mundo, que influenciou o II FSM, foi o colapso político-econômico sofrido pela Argentina. O país sul-americano se transformou no que muitos chamaram de "laboratório de Ciências Sociais e Políticas", por apresentar, em contraposição à crise inaugurada, uma erupção de movimentos e práticas de ação direta que vinham sendo pregadas pelos ativistas antiglobalização neoliberal. Foi no curso destes acontecimentos, que se iniciou, em janeiro de 2002, o II Fórum Social Mundial. Seguindo a mesma estrutura da primeira edição, superou as expectativas negativas de fracasso de participação recebendo mais de 50 mil pessoas. Destas, cerca de 12.200 delegados de 4.909 organizações, vindos de 131 países. A segunda edição do Fórum, além das conferências por eixos, as oficinas e os testemunhos, foi palco, simultaneamente, do Fórum de Autoridades Locais, do Fórum Mundial de Parlamentares, do Fórum Mundial de Juízes, do Encontro Preparatório Rio + 10, do Acampamento Intercontinental da Juventude (15 mil participantes) e do Forumzinho Social

[58] A jornalista Naomi Klein é considerada uma das estrelas do movimento anti-globalização neoliberal. Um de seus livros, "No Logo" sobre a cultura consumista e a tirania das grandes multinacionais sobre os trabalhadores da periferia do sistema ganhou grande repercussão no movimento, assim como suas reportagens e artigos sobre os protestos globais da década de 90.

Mundial (para crianças). Entre as atividades que se destacaram, também estiveram a Marcha de Abertura com o lema: Contra a guerra e pela paz! Outro mundo é possível! e a Assembléia Pública Mundial do Orçamento Participativo dos gastos de guerra em que se discutiu uma proposta de destinação alternativa aos cerca de US 800 bilhões de dólares anuais do orçamento militar de todos os países do mundo.

O III FSM, Porto Alegre 2003, contou com 100 mil participantes e teve como principal expressão a organização da luta mundial contra a instalação da Guerra no Iraque, culminando com o êxito das manifestações simultâneas de 15 de fevereiro[59] em várias partes do mundo. A terceira edição do Fórum Social Mundial (janeiro de 2003) aconteceu em um momento de grandes transformações na América Latina e na iminência de uma guerra estadunidense contra o Iraque. Fato novo foi que vários organizadores do Fórum se transformaram em membros do governo, recém eleito de Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, colocando em xeque uma das tensões do FSM, a de que os partidos e as instituições do Estado só podem "observar" os encontros, sem participação oficial, a não ser membros de governo convidados em caráter pessoal. Uma marcha gigantesca, com mais de 100 mil pessoas, abriu esta edição do FSM, em que as lutas contra a ALCA/OMC e pela Paz, contra a guerra no Iraque, deram o tom da unidade. Mais uma vez, o encontro superou os números do encontro anterior, reunindo cerca de 100 mil pessoas entre delegados (20.763), profissionais da imprensa (4.094), observadores, voluntários (650) e ativistas de todo o mundo. Mais de 5.700 organizações de 156 países estiveram presentes e contribuíram na organização de cerca de 1.280 oficinas. O acampamento da juventude recebeu 25 mil jovens de cerca de 700 movimentos, coletivos e organizações. Um dos maiores resultados do encontro, que se transformou em mais um dos marcos históricos do movimento social contemporâneo, foi a organização de marchas simultâneas para o dia 15 de fevereiro de 2003 que colocou nas ruas de mais de 700 cidades em quase 100 países, no mesmo dia, milhões de pessoas protestando contra a guerra que se aproximava.

3.2.4 O processo FSM de 2005 a 2008

De 2005 a 2008, o processo FSM perde a linearidade e previsibilidade dos anos iniciais, uma série de reformulações quanto à sua periodicidade e o formato do evento foi

[59] As manifestações contra a instalação da Guerra do Iraque pelos EUA e aliados como Inglaterra, Espanha e Itália levaram as ruas um número estimado de 12 milhões de pessoas em cerca de 700 cidades em quase 100 países.

realizada na busca de adequar o encontro às necessidades de cada momento da segunda metade da primeira década do século XXI.

3.2.4.1 Porto Alegre 2005

O V FSM (2005) ocorreu uma vez mais em Porto Alegre, entre os dias 26 e 31 janeiro de 2005. A marcha de abertura contou com cerca de 200 mil participantes e se cadastraram oficialmente para o evento, 155 mil pessoas, 6872 organizações, de 151 países. Ocorreram cerca de 2500 atividades, divididas em 11 eixos temáticos definidos a partir de consulta pública e que também serviram como ambiente para articulação[60]. A estimativas da Brigada Militar apontam que cerca de 500 mil pessoas circularam pelo Território Social Mundial, como ficou conhecido o local do evento. Pela primeira vez, o acampamento da juventude foi incorporado ao território do Fórum e recebeu cerca de 35 mil jovens de todo o mundo.

O espaço montado para receber 150 mil pessoas (50 mil a mais do que o Fórum de 2003 em Porto Alegre) resultou em um território extremamente extenso na orla do Rio Guaíba, completamente distinto do Centro de Convenções da PUC-RS que abrigou as edições anteriores. As construções foram feitas com biotecnologia e seguindo os conceitos da sustentabilidade ambiental, constituindo um laboratório de práticas ecológicas de redes de ONGs participantes do Fórum que se encarregaram de montá-lo. A mudança de local se demonstrou fundamental para possibilitar a participação dos 35 mil jovens do acampamento da juventude e da população de Porto Alegre.

A utilização do novo espaço também obedeceu a uma nova metodologia. Aliás, todo o processo preparatório do Fórum se deu com a discussão da "nova metodologia" como o carro-chefe. O Fórum foi totalmente "autogestionado", seguindo uma tendência que começou em Mumbai, com a retirada de responsabilidade do comitê organizador sobre o conteúdo e a composição das atividades. Primeiramente, foi realizada uma consulta prévia ao conjunto do movimento para conhecer as questões que os participantes consideravam mais importante

[60] Uma das metas do FSM de 2005 era tornar sua organização mais participativa. A partir dessa orientação foi feita uma Consulta Temática – realizada pela página oficia do FSM – da qual participaram voluntariamente 1863 entidades. A partir dessas respostas, foram definidos onze Espaços Temáticos – como foram batizados os temas do V FSM. Cada um dos onze Espaços Temáticos teve um Grupo Facilitador (GF), que teve um papel fundamental para garantir que novas articulações políticas. Era tarefa de todos os GF garantirem a máxima diversidade e amplitude possível dentro de cada Espaço Temático. Era também papel do GF facilitar que novas articulações surgissem e incentivar a formação de novas aglutinações. O papel do GF era apenas de facilitar, pois cada inscrição e aglutinação eram voluntárias, realizadas a partir de decisão de cada organização inscrita. O GF identificava as semelhanças e/ou complementaridade de temas das atividades e sugeria às organizações proponentes que aglutinassem suas atividades (Fonte: Comitê Organizador do V Fórum Social Mundial).

discutir. Tais questões foram posteriormente organizadas sob 11 eixos temáticos. As únicas atividades que ocorreram fora do Território Social Mundial foram os seminários que contaram com a presença dos presidentes: Lula (primeiro dia) e Hugo Chavez (último dia), realizados no Ginásio Gigantinho de Porto Alegre.

Com a nova metodologia, o Fórum foi mais do que nunca espaço de construção de alianças, convergências e parcerias:

> (...) pode-se também, por mais estranho que possa parecer, dizer que esta foi a menos fragmentada de todas as suas cinco edições. É preciso atentar sobre a maneira como se dá esta partição entre as várias atividades. Horizontalmente, há de fato divisões e subdivisões de temas, organizações e propostas localizadas, que se traduzem num cipoal de mais de quatro mil atividades paralelas. Mas verticalmente, este foi o grande momento das articulações entre entidades, redes, associações, ONGs e agremiações políticas de todo o mundo. Cada um veio procurar sua turma. Foi aqui que os partidos de esquerda reuniram centenas de militantes, em que facções do PT lançaram manifestos, em que redes de mulheres, jovens, camponeses, gays, lésbicas etc. etc. buscaram agendas comuns para o curto e o médio prazo. Foi o encontro dos encontros. A decisão de se acabar com os grandes eixos de conferências e testemunhos, espinha dorsal das edições anteriores do FSM, em favor de atividades auto-geridas, acabou se mostrando positiva. A presença dos partidos políticos, também limitada pelos princípios originais do Fórum, foi inevitável e acabou incrementando os debates por alternativas. Se cada um se responsabilizava por suas atividades, não há como impedir a participação de quem quer que seja (MARINGONI, 2005)[61].

3.2.4.2 FSM Policêntrico (2006) e Dia de Ação Global (2008) refletem mudanças do processo

O FSM de 2005 foi o último encontro com periodicidade anual do FSM, o próximo voltaria a ser em 2007 em Nairóbi e o mais recente em 2009, em Belém. O estabelecimento de um intervalo de dois anos entre um encontro e outro é produto de uma grande discussão no interior do CI. Durante o encontro do CI de Passignano na Itália em abril de 2004, o COB apresentou uma proposta de que os encontros mundiais centralizados não deveriam mais ocorrer anualmente e sim de dois em dois anos. Esta posição foi apoiada por movimentos sociais proeminentes e pela Via Campesina, uma das mais influentes redes internacionais de movimentos sociais do processo FSM, que chegaram a propor o encontro de três em três anos. O argumento principal de quem defendia o espaçamento temporal entre os encontros era que a preparação para cada encontro anual demandava muita energia de cada organização, além de

[61] No artigo: *O melhor e o mais político dos Fóruns* - http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=maringa

recursos humanos e materiais que poderiam ser empregados em lutas e iniciativas locais em curso.

O debate sobre a periodicidade foi resultado de um intenso debate interno que está na essência do FSM que é o do seu significado e sentido para o movimento contra-hegemônico global. Durante os debates sobre a periodicidade, vários movimentos apontaram para que nos intervalos entre um encontro mundial e outro, ou seja, nos anos em que não houvesse evento centralizado do FSM fossem realizados outros tipos de eventos e protestos contra o FME. No encontro do CI de Parma (2004), ficou decidida a nova periodicidade e o destino do FSM 2007: algum lugar da África. Nada foi decidido sobre o que ocorreria em 2006, criando grande expectativa quanto à reunião do CI que sucedeu o FSM de 2005 em Porto Alegre. Esta foi a primeira grande crise de perspectiva do processo FSM. Na reunião do CI de 24 e 25 de janeiro de 2005 em Porto Alegre, decidiu por um FSM "descentralizado" em 2006. A definição de que este formato descentralizado seria ao mesmo tempo "policêntrico" veio na reunião do CI de Utretch em abril de 2005. Deste modo, algum país das Américas, da África e da Ásia deveria sediar um dos encontros do FSM Policêntrico de 2006. No encontro de Utretch, foram apresentadas as possibilidades da Venezuela realizar o encontro nas Américas, a Índia na Ásia, o Marrocos na África e a Grécia na Europa. Na reunião posterior do CI em junho de 2005 em Barcelona, de acordo com o desenvolvimento do processo em cada região ficou decidido que os encontros policêntricos se dariam nas mesmas datas de Davos na Venezuela (Caracas), no Mali (Bamako) e no Paquistão (Karachi).

Depois do FSM Policêntrico de 2006, ocorreu o FSM de Nairóbi em 2007 que discutiremos com mais atenção nos próximos capítulos. Após Nairóbi, o debate se concentrou sobre o que ocorreria em 2008, no intervalo entre um encontro mundial e outro. Na reunião do CI de março de 2006 em Nairóbi, a preocupação era fazer com que 2008 ajudasse na consolidação de fóruns mundiais e regionais, com a realização de uma grande mobilização mundial e incremento da criatividade no enfrentamento da globalização hegemônica. Na reunião seguinte, de Parma (Itália) em outubro de 2006, ficou decidido que Nairóbi 2007 seria o ponto de partida de um intenso processo de mobilização que culminaria em janeiro de 2008 na mesma data do FME em Davos. Em janeiro de 2007, após o FSM de Nairóbi, a reunião do CI aprovou sobre 2008:

> O processo do FSM se caracterizará em 2008 por um conjunto de atividades simultâneas levadas a cabo regionalmente e/ou localmente em todo o mundo e em um dia comum de impacto global e de visibilidade reforçada por meio

> de uma estratégia e ferramentas comuns de comunicação (Relatório da Reunião do CI – Nairóbi, 26 e 27 de janeiro de 2007).

De acordo com a determinação do CI de Parma os encontros passariam a ser de dois em dois anos, já havendo sido decidido, portanto que em 2008, o principal momento do FSM seria um Dia Global de Mobilizações, caracterizado por atividades simultâneas organizadas regional ou localmente em todo o mundo. O formato específico e o slogan de cada atividade seriam decididos por seus organizadores, desde que compartilhassem de um mesmo dia para realizá-las, novamente nos mesmos dias do encontro do FME em Davos, gerando um impacto global e visibilidade reforçada por estratégias e ferramentas de comunicação comuns. As atividades deveriam ampliar e aprofundar o processo FSM. Na verdade, as mobilizações de 2008 não conseguiram ter o impacto desejado[62], apesar de leituras contrárias, fazendo com que todas as atenções se voltassem para a construção do FSM de 2009 que deveria proporcionar o retorno do FSM às manchetes internacionais e locais e apagar a impressão de que o processo havia caído em decadência.

3.2.5 2004 a 2009: Mumbai, Nairóbi e Belém

Os encontros mundiais do FSM de Mumbai (2004), Nairóbi (2007) e Belém (2009) não serão apresentados nesta seção, pois são objetos de análise do presente estudo e tem dois capítulos dedicados à sua análise em conformidade com os objetivos desta pesquisa. A intenção, como exposta, é a de compreender, através da análise de Mumbai, Nairóbi e Belém, os mecanismos com que se tece a agenda contra-hegemônica global, a forma de organização e articulação da SCG através do FSM e a dinâmica de interação entre iniciativas locais e globais contra-hegemônicas no cenário de disputa hegemônica mundial.

3.2.6 A Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais

A Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais (AMS) foi organizada pela primeira vez durante o Fórum Social Mundial de 2001, e teve uma presença destacada em todos os encontros mundiais. A AMS foi uma forma elaborada de preparar declarações políticas no

[62] Dentro do Conselho Internacional do FSM não houve acordo quanto à avaliação da Semana de Ação Global de 2008 que substituiu o evento anual do Fórum Social Mundial. Por um lado ficaram os que avaliaram um sucesso o fato de terem ocorrido vários micro-foruns no nível local e comunitário e por outro aqueles que lamentaram o fato do FSM não ter conseguido dar visibilidade global à articulação mundial de fóruns ocorrida na semana de Davos.

FSM sem ferir a Carta de Princípios. Ela ocorreu em todas as edições mundiais do FSM e vários encontros temáticos e regionais do processo. Seus primeiros articuladores foram a CUT, UNE e MST no Brasil e ATTAC, FOCUS, MMM, Jubileu Sul, ASC no plano internacional. As cinco entidades que passaram a ser conhecidas como o primeiro "Grupo Facilitador da Assembléia" foram CUT, Via Campesina, OCLAE, ATTAC e FOCUS. De 2001 a 2005, a AMS viveu seu período áureo, sua secretaria era feita a partir de São Paulo com a liderança da CUT, UNE e o MST. O ano de 2003 pode ser considerado o ápice de seu poder de articulação, mobilização e estabelecimento de agenda. A AMS, de janeiro de 2003 durante o FSM de Porto Alegre, foi uma das principais convocadoras da jornada de mobilizações de 15 de fevereiro de 2003 contra a instalação da Guerra no Iraque, que mobilizou multidões em todo o mundo. Em contrapartida, as reuniões de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2009 não conseguem produzir agendas tão unificadoras e mobilizadoras como a de 2003 e a AMS, assim como FSM, entra em um período de intensos debates sobre sua finalidade, forma de organização, efetividade e continuidade.

Desde o princípio, a AMS foi definida como uma coalizão de distintos movimentos com especificidades nacionais e regionais e que "juntos pretendem lutar contra o capitalismo global na sua fase neoliberal, imperialista e militar, contra o racismo e contra o patriarcado"[63]. A assembléia, como o FSM, se identifica como um processo e não se limita aos grandes encontros ocorridos no interior do FSM. Neste processo, o carro chefe é a construção de ações e mobilizações em comum, algo que o FSM não pode fazer segundo a CP, situadas no campo das alternativas à globalização baseadas nas necessidades humanas e o respeito à natureza, posições que o FSM não pode tomar. De acordo com o texto da primeira AMS em janeiro de 2001:

> nós estamos lutando contra a hegemonia das finanças, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento, da mídia de massas e da comunicação, a degradação da natureza, e a destruição da qualidade de vida pelas corporações transnacionais e as políticas anti-democráticas.

Mesmo que as declarações produzidas no âmbito da AMS tenham sido direcionadas para a mobilização e a ação dos movimentos sociais que aderem a ela, e nunca ter tido a pretensão de "falar" em nome do FSM ou representar as aspirações dos que nele se encontram, tem causado alguma controvérsia e mesmo duras críticas por parte de proeminentes atuantes do FSM como Chico Whitaker, um de seus fundadores. O maior medo

[63] Definição acordada no Seminário da Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais ocorrida em Bruxelas, Setembro de 2006.

de Whitaker, documentado por suas falas nas reuniões do CI, é de que a imprensa tome as declarações da AMS como conclusões semi-oficiais do encontro, levando a disputas políticas entre aqueles que desejam ver suas preocupações retratadas na carta final de uma AMS. O auge da "crise" interna no FSM, causado pelas críticas à AMS, se deu no FSM de Mumbai (2004), quando o COI deu um espaço para leitura da declaração final da AMS na Cerimônia de Encerramento do encontro. O tema virou grande debate no interior do CI porque a imprensa (Agencia France Press) divulgou a declaração da AMS como carta final do FSM, o que para alguns representou um golpe contra o espírito e o método do FSM. Este debate evidencia uma tensão interna na condução do FSM discutida na próxima seção.

3.3 O Fórum Social Mundial nasce sob disputa

Ao se projetar como um mecanismo de organização da agenda e dos valores constituintes de uma nova hegemonia, o FSM passa a ser disputado no seu interior, tanto na sua condução como na definição de seu formato. Deste modo, o FSM já nasce sob disputa e com dois campos internos bem definidos. Chamados aqui de "horizontalistas" e "movimentistas" por motivos de organização do debate, com o óbvio risco inerente a simplificações deste tipo. A tensão existente entre ONGs e movimentos sociais no interior do FSM ilustra o caminho da construção daquilo que se cunhou como uma "nova cultura política" produzida pelos defensores de um novo mundo, com novas ideias e novas práticas. Ocorre que o "novo" em questão refere-se tanto às velhas práticas da esquerda comunista, socialista ou social-democrata, como da direita liberal. A busca da estabilização do "novo" e sua inserção no contexto da formação de outra hegemonia mundial passam a ser motivo de disputa entre as duas correntes aqui iluminadas.

Ambos os campos, desde o princípio, buscam hegemonizar a condução do fórum. A primeira tensão será a existente entre os que pensam que o FSM tem paternidade[64], local de

[64]Existe um debate sobre a origem ou "paternidade" do Fórum Social Mundial. No livro *O desafio do Fórum Social Mundial*, de Francisco Whitaker (2005), é feito um relato pessoal de como se deu a criação do Fórum Social Mundial, idealizada por ele próprio, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, e Oded Grajew, ex-presidente da Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), membro do Instituto Ethos e do CIVES (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania). Segundo Grajew, no prefácio do livro de Whitaker, seu mérito não foi o de "ter tido a ideia", em fevereiro de 2000, de criar o Fórum Social Mundial, mas de dar oportunidade para que "as ideias apareçam". Foi assim, então, que surgiu a ideia de que, se existe o Fórum Econômico Mundial, deveria existir também o Fórum Social Mundial para que cada pessoa pudesse e devesse optar entre as duas visões de mundo expressas por esses encontros. Isto é, por um lado uma sociedade em que as pessoas são instrumentos dos interesses econômicos, são apenas produtoras e consumidoras, e por outro uma sociedade em que a economia é um instrumento para promover o bem estar de todos e em que as pessoas são, acima de tudo, cidadãs. O surgimento do FSM demonstraria, portanto, que as escolhas entre o

nascimento e consangüinidade, e aqueles que defendem uma paternidade coletiva e social construída ao longo dos acontecimentos que emergiram na segunda metade da década de 90[65], que criou as condições objetivas para que o encontro nascesse como um dos grandes inventos políticos do início do século. Esta tensão se multiplicará ao longo destes dez anos de história do Fórum Social Mundial, revelando duas tendências claramente distintas que disputam a hegemonia no interior do Fórum, e que representa também uma fissura existente dentro do bloco auto proclamado contra-hegemônico.

Segundo Whitaker, o FSM rapidamente se tornou a principal iniciativa política dos últimos tempos. Seu sucesso estaria na oportunidade gerada por sua proposta: iniciar uma fase "propositiva" de luta. Aliado a esta nova proposta, estaria também o fato do encontro permitir a experimentação de uma prática política coerente com o tipo de sociedade, igualitária e democrática, que se pretende construir como alternativa ao modelo de socialização humana, baseada nas relações de mercado, difundida pela globalização neoliberal. Ainda segundo o autor, o FSM se baseia na "horizontalização" das estruturas, agora em forma de rede, no "desbloqueio" da ação política e no resgate da utopia como fonte do entusiasmo. Para o seu êxito, no entanto, é necessário, em face de uma dominação planetária,

> (...) que sua proposta se espalhe pela superfície do planeta e se enraíze localmente em todos os lugares com a urgência exigida pelos riscos que a humanidade corre. É preciso que em todos os países a ação política seja desbloqueada e ganhe, o mais rapidamente possível, uma eficácia realmente transformadora. Só assim poderemos estancar a violência das tendências militarizantes e do terrorismo que pretende combater a dominação e assegurar a continuidade da vida na terra (WHITAKER, 2005).

Seguindo o raciocínio do autor, o FSM estaria cumprindo uma série de funções que somente ele, dado seu modo de organização, poderia cumprir. Em primeiro lugar, estaria abrindo espaço para o surgimento ou a consolidação de um novo ator político: a sociedade

---

"velho" e o "novo" mundo não são apenas entre o neoliberalismo e o socialismo, entre democracia e ditadura, entre guerra e paz, mas também, no nosso universo pessoal e político mais próximo, entre solidariedade e competição, lealdade e traição, respeito e descaso. Foi com essa ideia na cabeça que, Francisco Whitaker e Oded Grajew, em Paris (2000), procuraram Bernard Cassen - diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC - para saber se poderiam contar com a adesão das redes implicadas na organização dos eventos antiglobalização, como o de Seattle e outros realizados na Europa na época, para materializar um Fórum Anti-Davos. A ideia era realizar o encontro na França, ao que Cassen reagiu insistindo para que fosse realizado em alguma parte do sul global, por exemplo, na cidade de Porto Alegre no Brasil, dirigida por um partido de esquerda com forte vínculo nos movimentos social e sindical. No seu livro *Tudo começou em Porto Alegre*, Bernard Cassen (2003) faz também um relato sobre essa primeira reunião que teria dado origem ao FSM. Cassen faz um relato de que, na verdade, foi ele que teve a ideia de que o Fórum fosse "Social", organizado na periferia do capitalismo, em uma cidade como Porto Alegre, administrada por um partido de esquerda como o PT, aliando a força da sociedade civil com a de governos comprometidos com o ideário antineoliberal.

[65] Ver Tabela 1 neste Capítulo.

civil, em cada país e em nível planetário; e estaria indicando, pelo próprio modo de organizar e realizar os fóruns, o caminho para o fortalecimento da sociedade civil: o estabelecimento de relações horizontais entre as organizações que dela participam, numa prática de reconhecimento e aprendizado mútuo, cooperação e articulação, em vez de competição e disputa por hegemonia. Em segundo lugar, estaria revelando que, para mudar o mundo, são necessárias ações políticas diversificadas, mais além da simples contestação e resistência e da própria tomada do poder. Essas ações devem se desenvolver também e especialmente de dentro para fora e de baixo para cima das sociedades com a participação e a criatividade de todos os seus membros, a partir de suas necessidades concretas.

O autor considera que essas mudanças já estariam em curso, sem a necessidade de esperar por modelos completos e ideais de sociedade propostos ou impostos de cima para baixo. Em terceiro lugar, ele estaria abrindo espaço para o aprendizado de uma ação política que respeita a diversidade e o pluralismo, que não luta pelo poder como poder, mas por seu exercício como serviço, na certeza de que os meios usados moldam os fins alcançados. O FSM ensina, segundo Whitaker, que um mundo novo não pode ser construído com as práticas do mundo velho que se quer superar e que, portanto, passa a ser necessário construir uma nova cultura política (WHITAKER, 2005).

Deste modo, o FSM cumpriria, na luta pela mudança, um papel unicamente intermediário e a aceitação desse caráter intermediário e instrumental do Fórum seria a condição essencial para que sua continuidade possa ser assegurada. O autor apresenta no livro as condições que crê sejam necessárias para que, por intermédio do FSM, surjam, livre e democraticamente, o maior número possível de propostas e iniciativas que possam ajudar a construir o outro mundo possível. Pois, segundo ele, ainda estariam vivas nas cabeças e nos corações das pessoas as práticas políticas até agora utilizadas nas lutas desenvolvidas ao longo do século passado para a superação da dominação do capital. Essas seriam “práticas velhas”, superadas, que não cabem no projeto dos construtores do “outro mundo” da atualidade (WHITAKER, 2005).

A concepção de Fórum Social Mundial defendida por Whitaker, Grajew, Gribowski e outros representa uma tendência que se denomina[66], para efeitos deste trabalho, de “horizontalista” na disputa interna pela condução do Fórum. Há outra concepção, que se denomina de “movimentista”, que apresenta o FSM como o resultado coletivo de um acúmulo

[66] A diferenciação entre “horizontalistas” e “movimentistas” foi utilizada pela primeira vez na dissertação de mestrado em Ciência Política defendida na UFMG em 2006 intitulada *A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global* (Ana Maria Prestes Rabelo).

de forças do campo contra-hegemônico através da iniciativa política de enfrentar a globalização hegemônica no discurso ideológico, na prática política alternativa e na realização dos diversos encontros antiglobalização.

Este outro campo tem uma composição nada homogênea e abriga todos aqueles, inclusive "horizontalistas", que apostam em uma real capacidade propositiva e de resistência ao neoliberalismo engendrada pelo Fórum. Como expressão maior desse campo está a Rede Mundial dos Movimentos Sociais - que surgiu no I FSM de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina), e de diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização, como a CLACSO, alguns comitês da ATTAC, a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas européias de desempregados, o Jubileu sul, a Aliança Social Continental, a OCLAE, a campanha "50 Years is Enough!", a Focus On The Global South – que, desde o primeiro Fórum, em 2001, potencializa os encontros do FSM discutindo e aprovando documentos em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades.

Recentemente, durante um Seminário Internacional de Balanço dos 10 anos do FSM, as duas tendências se manifestaram a respeito da história do encontro. Para Chico Whitaker, ao longo dos últimos dez anos, através de uma inovação metodológica, o FSM se distinguiu de todos os demais fóruns e encontros já realizados no mundo. Chico se referiu à concepção do Fórum como uma praça pública onde os movimentos e ONGs se encontram e compartilham suas análises, experiências e proposições, sem que isto implique na adoção de declarações, posições fechadas ou promoção de dirigentes. Para Chico, estas "praças" deveriam ser promovidas a bem comum da humanidade. Já para João Pedro Stédile, dirigente do MST e também presente desde a gênese do FSM, o encontro já nasceu de forma coletiva, fruto de um processo que estava em curso na humanidade, em que lutas locais contra o neoliberalismo passavam a se articular em encontros internacionais. O FSM veio, portanto, de forma dialética combinar essas necessidades, um encontro massivo entre todos os que lutam por outro mundo. No entanto, segundo Stédile, em alguns momentos o Fórum deixou escapar algumas oportunidades, pois mesmo contribuindo para derrotar o neoliberalismo como ideologia, o FSM falhou ao não conseguir acumular um programa propositivo, ter ideias mais unitárias, construir espaços que promovessem ações de massa internacional e principalmente por não conseguir dar um conteúdo antiimperialista às lutas antineoliberais. O confronto de ideias entre os dois campos demonstra que dez anos depois do início do FSM seguem latentes as contradições internas entre as duas correntes. Os principais temas que polarizam as opiniões entre os dois campos são os que seguem.

3.3.1 Espaço ou movimento?

A disputa pela concepção do FSM como um espaço ou um movimento está diretamente relacionada com a capacidade do mesmo de ser um instrumento mais ou menos favorável à construção da contra-hegemonia. O livro que melhor expressa as linhas mestras do pensamento horizontalista sobre o tema, é o já citado: *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*, de Francisco Whitaker (2005). Em uma passagem, o autor demarca com o campo marxista ao nomear como "práticas do mundo velho" aquelas que - o autor reconhece - levaram muitas pessoas a dedicarem suas vidas, com sacrifício pessoal inclusive, para refletir e agir na tentativa de combater o capitalismo. Fazendo clara alusão ao comunismo e às práticas dos partidos revolucionários, o autor compara as "velhas práticas" a um polvo que estaria embaixo da mesa na qual se dispõe as novas propostas e é uma ameaça constante do velho sobre o novo.

Daí, já é possível extrair o pensamento desse campo a respeito da primeira polêmica enunciada. Um dos braços desse polvo, que ameaça virar a mesa das novas práticas políticas, é a tentativa de transformar o Fórum em movimento, segundo Whitaker. Para o autor, ao transformar o Fórum em movimento se estará jogando fora um poderoso instrumento de luta que "fomos capazes de criar a partir da mais preciosa descoberta política dos últimos tempos: a força da articulação horizontal livre que explica tanto o sucesso de Porto Alegre, como o de Seattle e o das manifestações de 15 de fevereiro contra a guerra" (WHITAKER, 2005).

Deste modo, segundo o Whitaker, o FSM é um espaço e os espaços não tem líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal, como uma praça sem dono. A própria Carta de Princípios[67] do Fórum expressa bem essa contraposição ao estabelecimento de qualquer tipo de direção ou liderança dentro dele: ninguém pode falar em nome do Fórum, não caberia falar em nome de um espaço, nem de seus participantes. Todos conservam seu direito de se exprimir e de atuar durante e posteriormente ao Fórum, segundo suas convicções, assumindo ou não posições e propostas que tenham apresentado ou sido apresentadas por outros participantes, mas nunca em nome do Fórum e do conjunto de seus participantes (WHITAKER, 2005).

A ênfase dos "horizontalistas" em demarcar que o Fórum é um espaço e não um movimento se dá principalmente como reação à força das assembléias e das declarações aprovadas pela Rede Mundial dos Movimentos Sociais no interior do FSM. As resoluções

[67] Ver *Carta de Princípios* do FSM em anexo.

aprovadas em suas assembléias têm sido tão expressivas e contundentes que, não raras vezes, suas decisões são divulgadas pela imprensa e assumidas pelos próprios participantes do Fórum como as "decisões" de cada Fórum, causando um verdadeiro frisson entre os "horizontalistas". Quanto à primeira polêmica, portanto, os "movimentistas" não temem que o Fórum deixe de ser eminentemente um espaço de articulação, caso algumas das decisões gestadas no seu interior sobressaiam como unificadoras e mobilizadoras de ação do conjunto dos participantes e dos que tem no Fórum uma referência. Pelo contrário, segundo eles, o Fórum se fortalece quando transcende os cinco dias de encontro anual, definindo agendas e lutas prioritárias que o mantenham vivo no decorrer do ano no âmbito local, nacional e mundial. Tal concepção foi aos poucos sendo absorvida pelos "horizontalistas" na condução do FSM, o que explica o estabelecimento do "quarto dia" de assembléias temáticas no FSM de Nairóbi em 2007 e a Assembléia das Assembléias no último dia do FSM de Belém em 2009.

Santos também defende que o processo FSM será cada vez menos um evento ou conjunto de eventos, para passar a ser cada vez mais um processo baseado no trabalho de articulação, de reflexão e de planificação combinada de ações coletivas levadas a cabo pelas diferentes organizações e movimentos que integram o FSM, tal como faz a Rede Global dos Movimentos Sociais. E é justamente por este aspecto que podemos considerar o FSM como um componente importante da globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2005).

Reforçando este caráter contra-hegemônico do FSM, encontramos no discurso dos "movimentistas" a crítica de que

> os Fóruns Sociais Mundiais giram sobre si mesmos, como extraordinários espaços de reunião de todos os que se opõem à globalização neoliberal, e de intercâmbio de experiências, mas sem capacidade de formular alternativas globais e partir para a construção do "outro mundo possível" (SADER, 2004)[68]

Portanto, ainda segundo Sader, não basta que o FSM seja reconhecido pelo *New York Times* como "a outra superpotência" no período das manifestações contra a guerra no Iraque em fevereiro de 2003[69], para que expresse de fato um campo contra-hegemônico. Mas seria necessário ter algum triunfo, demonstrando que as "razões" defendidas no âmbito do Fórum podem ser transformadas em "capacidade material de mudar as coisas no mundo" (SADER,

[68] SADER, E. *Transformar a indignação em atos globais.* Jornal do Brasil, 08 de fevereiro de 2004.

[69] As manifestações contra a instalação da Guerra no Iraque em fevereiro de 2003 ficaram conhecidas mundialmente, especialmente as ocorridas no dia 15 de fevereiro, como uma das maiores mobilizações simultâneas da história da humanidade.

2004). Para tanto, bastaria definir uma “agenda mínima” que unisse a todos que se reúnem nos FSM (mundial, regionais, nacionais, temáticos) na luta contra o neoliberalismo e contra a globalização hegemônica.

Mas, a não existência de uma “agenda mínima” é uma questão crucial para os “horizontalistas”. Para Whitaker, o fato do FSM não ter um documento final ou uma “agenda mínima” não se trata de uma opção pelo não comprometimento com a luta e com a mobilização necessária no enfrentamento do neoliberalismo, como podem querer interpretar os mais preocupados “em transformar o Fórum em movimento”, segundo ele. O que ocorre é que uma “praça” não faz declarações. É evidente que aqueles que nela se encontram possam fazê-lo, mas nunca serão declarações do Fórum como tal. A leitura de uma declaração, segundo o autor, faria com que muitos se afastassem do espaço Fórum, por não aceitarem ou não estarem de acordo com líderes que “estivessem ridicularmente pretendendo conduzi-los do alto de suas árvores e colinas”. Para o autor, esta opção foi bem compreendida pelos participantes do Fórum até agora, que nos encontros tem buscado aderir ao mural de propostas de ação a serem adotadas após o encontro (WHITAKER, 2005).

Ainda na defesa do Fórum como a “praça” ou unicamente o espaço do encontro, Whitaker defende que, ao constituir um espaço aberto, o Fórum tem a possibilidade de assegurar o respeito à diversidade, muito mais do que ocorreria se fosse um “movimento”. Deste modo, a disputa interna por maior visibilidade entre as propostas apresentadas poderia colocar tudo a perder. Segundo o autor, é preciso refletir com cuidado sobre o que vem ocorrendo com as marchas e manifestações de rua que encerram o Fórum, por exemplo. Pois, as bandeiras expostas nestes momentos deveriam ser as bandeiras de todos, como expressão visível final da diversidade e da variedade de propostas que no Fórum se abrigam e dele nascem. Seria mais importante destacar e visibilizar a diversidade do que as propostas que ela encerra.

O poder de atração do FSM, portanto, estaria justamente no fato de que seus participantes sentem-se respeitados em suas opções, no seu ritmo e na profundidade do seu engajamento. Segundo o autor, a maioria dos participantes vem ao Fórum por convicção própria de que é importante vir para trocar experiências, aprender, articular-se, mantendo a liberdade que tinham antes e que continuarão a ter, durante e depois de sua participação. “Estes participantes não receberão ordens, nem terão que seguir palavras de ordem, não serão cobrados, nem terão que prestar contas do que fizeram ou não, não terão que provar fidelidade e disciplina, não serão expulsos se não o fizerem – todo o contrário do que lhe ocorreria se tivessem ido participar de algum encontro de um coletivo organizado!” (WHITAKER, 2005).

O autor se preocupa, portanto, com algumas iniciativas, segundo ele, tomadas por um certo número de movimentos que "são auto denominados movimentos sociais" e parecem apontar na direção contrária.

Segundo Whitaker, preocupados, com razão, com a necessidade de mobilização popular para lutar contra o neoliberalismo, tais movimentos buscam absorver o Fórum para dentro da sua dinâmica mobilizatória, colocando-o a serviço dos objetivos que perseguem. A questão é que muitos destes movimentos vêem o FSM como promotor da contra-hegemonia e se esforçam para fazê-lo. Tais movimentos não reúnem todos os participantes, mas consideram que seu próprio documento final poderia ser assimilado e apresentado como documento final do FSM, critica o autor. O comitê organizador de tal movimento tem conseguido incluir na programação do último dia do FSM sua plenária final ganhando, ano após ano, uma imagem de assembléia conclusiva do Fórum[70].

Outro ponto falho, segundo o autor, é o de que em um Fórum-espaço, as atividades auto-organizadas[71] deveriam ter prioridade na preocupação dos organizadores do evento, uma vez que é através delas que o Fórum funcionaria mais claramente como espaço. Mas, não é isso que vem acontecendo, na avaliação do autor, e os organizadores acabam mais envolvidos na definição de temas e palestrantes das conferências centrais[72], Whitaker propõe uma nova metodologia que, na prática, acabou sendo adotada para o FSM 2005 em Porto Alegre de absoluta auto-gestão de todas as atividades do FSM. A prioridade para as atividades auto-organizadas traduz, na prática, a opção pelo Fórum-espaço e não pelo Fórum-movimento e, segundo o autor, seria favorável para que se atingissem mais efetivamente os objetivos do FSM. Esta opção acabou se efetivando nos encontros posteriores ao de Porto Alegre, 2005, em Nairóbi, 2007 e Belém, 2009.

Deste modo, os organizadores de cada evento do FSM deveriam ser "pessoas e entidades dispostas a prestar o serviço de organizar o uso da praça sem interferir nos conteúdos que nela se discutam e, muito menos, na liberdade que deve ser garantida às atividades dos participantes, um trabalho de facilitadores e não dirigentes" (WHITAKER, 2005. pp. 172) A implementação destas sugestões FSM de Porto Alegre, 2005 demonstraram, na prática, a hegemonia dos "horizontalistas" na condução do Fórum ao longo de seus dez anos de existência formal. Percebe-se que sua influência faz com que as preocupações

[70] O autor se refere às assembléias da Rede Mundial dos Movimentos Sociais.
[71] Durante os cinco dias de encontro anual do Fórum Social Mundial são realizadas atividades promovidas pelo Comitê Organizador e outras pelas organizações inscritas que desejarem, são as atividades auto-organizadas ou auto-gestionadas, que podem ser oficinas, seminários, painéis, apresentações culturais, manifestos e etc.
[72] Conferências centrais são aquelas cujo tema e palestrantes são decididos pelo comitê organizador e toda a realização da atividade é de responsabilidade deste comitê.

centrais da disputa pela hegemonia no âmbito da sociedade civil global estejam muito mais relacionadas com a “forma” de atuação e a negação das “velhas práticas revolucionárias” do que com o efeito real destas ações sobre a hegemonia neoliberal.

Na contramão dos “horizontalistas”, estão os que insistem na materialização dos consensos construídos no interior do FSM. Segundo Leite, o I Fórum, por exemplo, trouxe o movimento mundial contra a globalização neoliberal de forma concreta para o Brasil. Até então, o envolvimento da esquerda brasileira com as iniciativas internacionais tinha sido relativamente pequeno, mas o Fórum permitiu sensibilizar parte significativa do movimento democrático e popular principalmente - por exemplo - para a necessidade de lutar contra a ALCA. Provando que, apesar de ser um “espaço”, portanto sem encaminhamentos práticos, o Fórum teve um papel importante na articulação de lutas concretas contra a globalização na América do Sul e principalmente no Cone Sul do continente. Participaram do I FSM, frisa o autor, mais de 700 argentinos de variados movimentos e correntes políticas, pessoas que não atuavam juntas em seu país e, para as quais o Fórum representou um momento de encontro, de enlace e um ponto de apoio para futuras lutas comuns, como se veria ao longo da crise econômica e social argentina de 2001 (LEITE, 2003).

Segundo o autor, pareceu claro, desde o princípio, que o Fórum, concebido como espaço amplo de convergência dos que buscavam uma alternativa à globalização neoliberal, podia prosperar se respeitasse a diversidade de seus componentes, mantivesse sua contundência política, tecesse laços mais estreitos com a juventude e ampliasse sua projeção internacional. Mas ele ainda tinha que ser testado nas alianças, mobilizações e iniciativas que gerara em seu interior, na sua capacidade, portanto, de disputar a hegemonia no seio da sociedade civil global. Suas perspectivas se confundiam fortemente com as do movimento global que nascera em meados da década de 90. Um dos maiores testes, segundo o autor, foi o gigante movimento contra a guerra (fevereiro de 2003), que adquiriu, cada vez mais, a feição de um movimento contra o império norte-americano, apontando as potencialidades do movimento global e também do processo FSM no período recente. Embora a soldagem entre a agenda de luta contra o neoliberalismo e a de luta contra a guerra tenha que continuar sendo refeita em cada contexto, por isso a importância dos encontros, sim, em um “espaço”, mas que não deixa de apontar lutas e mobilizações (LEITE, 2003).

Segundo Walden Bello, muitos fundadores (“horizontalistas”) do FSM têm interpretado o conceito de “espaço livre” de modo liberal, ou seja, que o FSM não endosse explicitamente nenhuma posição política ou luta específica, deixando que os movimentos o façam. Já outros (“movimentistas”) dizem que a ideia de um “espaço aberto” pode ser

interpretada de um modo partidário, como a promoção explícita de alguns pontos de vista sobre outros e como uma tomada de posição aberta em lutas globais cruciais. A ilusão dos "horizontalistas" seria, portanto, a de que o FSM pode ficar de fora do tumulto e se transformar em um fórum neutro, em que a discussão está cada vez mais descasada da ação. O que ocorre é que a energia das redes da sociedade civil e dos movimentos sociais em geral deriva do fato de estarem envolvidos em lutas políticas. O motivo pelo qual o FSM foi tão excitante nos primeiros anos foi exatamente pelo seu impacto mobilizador, ao recriar e reafirmar a solidariedade contra a injustiça, contra a guerra e por um mundo que não esteja submetido ao controle do capital. A questão a saber, segundo Bello, é de que se não fossem as posições adotadas sobre a Guerra do Iraque, a Palestina ou a OMC, o FSM seria bem menos relevante e menos inspirador para muitas redes que dele nasceram e a ele se juntaram.

Sobre a polêmica que coloca em confronto os "horizontalistas" do Fórum-espaço versus os "movimentistas" do Fórum-movimento, Santos considera que tal "clivagem" além de se reportar às diferenças políticas dos movimentos ou Ongs dentro do FSM, diz respeito às suas diferenças quanto à natureza política do próprio evento, "de fato esta clivagem percorre todas as outras, já que as diferenças sobre objetivos estratégicos e formas de ação nada mais são muitas vezes do que as diferenças sobre o papel do FSM nesses objetivos e ações", diz o autor. Santos considera que a concepção Fórum-espaço é de longe dominante nas estruturas organizativas do FSM, tanto na SI (secretaria internacional), como no CI (conselho internacional), embora raramente seja defendida na versão extrema de Whitaker. A novidade política do FSM está, de fato, na sua configuração como um campo de tensões e de dilemas onde o novo e o velho se confrontam mutuamente. A novidade política do FSM reside no modo como estas tensões têm sido geridas, evitadas e negociadas (SANTOS, 2005).

A polêmica entre as concepções de Fórum espaço e Fórum movimento demonstra, a princípio, fortes indícios de que de fato está ocorrendo uma globalização da participação política e a busca pela constituição de um campo contra-hegemônico global. Ambas as tendências convergem sobre este ponto. No entanto, a definição por uma das duas posturas no futuro poderá distanciar ou aproximar o Fórum e a sociedade civil que se reúne no seu interior de uma perspectiva contra-hegemônica. Pois, a construção da contra-hegemonia, tal como defendida pelos teóricos da hegemonia, como Gramsci, apontam para a necessidade de construções de alianças com objetivos claros a serem perseguidos, embora não haja uma entidade tal como um Estado mundial cujo poder deva ser conquistado.

3.3.2 Partidos políticos podem entrar?

Já na polêmica anterior foi possível identificar a restrição dos “horizontalistas” quanto à participação dos partidos políticos - com especial atenção aos partidos que se identificam com a tradição leninista - de forma oficial nos encontros e instâncias do FSM. Segundo Whitaker, são os partidos que não compreendem o Fórum, pois a ação horizontal em rede nem sempre é compreendida por aqueles que se sentem temerosos de perder o monopólio da representação e da atuação política. É sugerida, então, uma atitude completamente passiva aos partidos, alegando que fariam melhor se ouvissem, atentos, o que a sociedade civil diz e faz, e procurassem incorporar, em seus programas e ações, os anseios e experiências da multiplicidade de iniciativas que vão se tornando visíveis com o Fórum. Para Whitaker, eles só podem observar, porque uma vez admitidos como participantes tentariam “partidarizar” o movimento e conquistar o poder da condução política do processo. Somente com o afastamento das ambições partidárias, portanto, o Fórum poderá exercer sua vocação de construção de um novo mundo (WHITAKER, 2005).

Entre os “movimentistas”, quanto à participação dos partidos políticos no FSM, é interessante notar que não há uma posição radicalmente defensora da importância de sua inclusão e participação efetiva. Encontra-se uma posição muito mais flexível e menos contundente na hora de fazer esse debate. É possível identificar, no seio desse campo, duas linhas de pensamento que apostam na importância dos partidos no processo FSM, sem, porém, comprar o debate frontal para a garantia de sua participação. Uma delas aponta que, sem o apoio decisivo do PT, por exemplo, como partido do governo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre não teria sido possível realizar o FSM, com a ambição que o caracterizou desde o início. Seguindo essa linha de pensamento, Santos, no livro *FSM – manual de uso* (2005), considera que o problema da relação entre partidos e movimentos não pode ser resolvido em abstrato, pois as condições históricas e políticas variam de país para país e podem ditar respostas distintas em contextos diferentes. Isso fica muito claro quando se estuda os casos particulares de Mumbai, Nairóbi e Belém. A relação entre partidos políticos (especialmente de esquerda) e o FSM deverá continuar, por sugestão do autor, a ser debatida nos diferentes países onde os fóruns tiverem lugar, não cabendo uma decisão generalizável (SANTOS, 2005).

Uma outra linha de pensamento, presente dentro do campo dos “movimentistas”, não defende a incorporação direta dos partidos como participantes ou organizadores do Fórum, mas indireta, através da sua influência nas lutas em curso no movimento global, e por

intermédio da ação de seus militantes em diversas associações e organizações civis. Segundo os defensores dessa participação "indireta" dos partidos, existe hoje uma crise de representação política da esquerda que se manifesta, tanto no fracasso de iniciativas internacionais como o Fórum de São Paulo[73], como na distância entre os partidos e o novo movimento antiglobalização. Ao contrário do que pensam os "horizontalistas", os "movimentistas" crêem que o próprio Fórum pode contribuir para acelerar a recomposição política da esquerda em diferentes terrenos e superar a crise de representação. Essa tese é defendida no livro *Fórum Social Mundial – a história de uma invenção política* de José Corrêa Leite (2003).

Uma terceira tendência, que não pode ser chamada de linha ou campo propriamente atuante no debate, por ter pouca produção concreta e pouco acesso aos fóruns decisórios do FSM, estaria principalmente sob a condução de organizações, movimentos e intelectuais influênciados por partidos comunistas como da Índia, Cuba e Brasil. Mas que, além de terem pouca influência organizada nas estruturas do Fórum, com exceção de Índia e Brasil por terem sido sede de edições do Fórum, não contam com a afinidade analítica, no que diz respeito ao FSM, de outros partidos comunistas como os da Grécia e de Portugal, por exemplo, para levar a frente esse debate.

A polêmica sobre a participação dos partidos no Fórum remete à duas questões. Uma é sobre a própria ação da globalização hegemônica, que, através de seu discurso neoliberal, mais preponderante desde o início dos anos 90, com a derrota da URSS, introduziu no imaginário popular e nas discussões políticas uma forte rejeição ao papel de Estados, governos e partidos. Sob este ponto de vista, a época dos partidos teria findado, uma vez que estes surgiram para responder a situações históricas já ultrapassadas e já tendo cumprido sua função não poderiam responder às exigências de uma realidade social profundamente transformada. Este discurso foi amparado não só na queda do leste europeu como na guinada de partidos revolucionários europeus, como o PCI[74] e o PCF[75], para uma agenda social democrata liberalizante.

A segunda questão que emerge deste debate é que a lógica que levaria a crer que uma vez em que a governança da globalização hegemônica esteja empenhada em demonstrar o fim da era dos partidos como atores fundamentais na promoção da transformação social, o papel

[73] O Fórum de São Paulo é um encontro de partidos políticos de esquerda da América Latina criado em 1990 por iniciativa do Partido Comunista Cubano e do Partido dos Trabalhadores do Brasil. O primeiro encontro ocorreu em São Paulo com a presença de 48 partidos e organizações. Desde então, o encontro acontece em média de dois em dois anos em algum país latino-americano.
[74] Partido Comunista Italiano.
[75] Partido Comunista Francês.

da globalização contra-hegemônica seria trabalhar na revalorização dos partidos como meios de representação política e instrumento de ação social. No entanto, a emergência de um movimento social global de repúdio à globalização neoliberal e a insignificância da contribuição dos partidos para o êxito das gigantescas marchas como a de Seattle (1999), por exemplo, levou à generalização de uma conclusão, mesmo dentro do campo contra-hegemônico, de que estamos na era da decadência dos partidos políticos, fazendo coincidir os dois discursos.

Esta contradição tem sido expressa em cada edição do FSM, com diferentes matizes. José Saramago expressou, em carta lida no encerramento do FSM 2002 (Porto Alegre), o forte sentimento de descontentamento com os partidos, manifestado no seio da globalização contra-hegemônica:

> E também tenho dito que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual se encontra redigida, e sem necessidade de lhe alterar sequer uma vírgula, poderia substituir com vantagem, no que respeita a retidão de princípios e clareza de objetivos, os programas de todos os partidos políticos do orbe, nomeadamente os da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios ou impotentes para enfrentar as realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos às já evidentes e temíveis ameaças que o futuro está a preparar contra aquela dignidade racional e sensível que imaginávamos ser a suprema aspiração dos seres humanos (SARAMAGO, 2002).

A polêmica existente sobre a participação dos partidos revela um dos principais limites do campo da globalização contra-hegemônica como um todo. Pois, o decreto da incapacidade dos partidos de atuarem como atores centrais nas atividades do movimento antiglobalização e dos Fóruns Sociais Mundiais cria sérios obstáculos à construção dos pilares da contra-hegemonia. A conquista de outra hegemonia prevê conquista do poder político, e se a busca desta conquista está descartada em escala mundial, por não existir tal coisa como um Estado-mundial, ela não está descartada no cenário nacional e local. Aliás, o que tem se demonstrado nos últimos anos é que a mudança de perspectiva, com a ascendência de partidos progressistas e de esquerda em governos nacionais, principalmente na América Latina, tem produzido impactos na globalização hegemônica. Basta observar as reuniões da OMC, em Cancun (2003) e Hong Kong (2005), formação do G20, e a recente aliança entre os países dos BRICs e IBAS. Portanto, vencer o impasse sobre a participação dos partidos pode representar um passo importante para que o Fórum Social Mundial assuma de fato sua vocação contra-hegemônica.

3.3.3 O Fórum Social é mundial?

Em muitas partes do mundo, o processo FSM ainda é superficial quando não inexistente, incluindo regiões relativamente bem representadas nos eventos do FSM. Esta situação não indica que não haja movimentos populares e sociais de resistência e oposição à globalização neoliberal nestes locais, mas que o FSM ainda não foi capaz de envolvê-los em sua dinâmica. O risco anunciado por tal situação, a um processo como o FSM, é que seus encontros podem não captar a diversidade de movimentos de uma determinada região ou país. Outro fenômeno também é recorrente neste sentido quando pessoas ou organizações que tenham tido acesso ao evento FSM voltam para suas localidades e organizam um FSM de "cima para baixo", comprometendo a natureza inclusiva e a diversidade dos eventos. Segundo um dos organizadores do FSM da Índia, *uma coisa é dizer que o FSM representa um grande número de países, mas é diferente dizer que ele representa a diversidade de movimentos e processos contra a globalização neoliberal desses países.* Deste modo os eventos do FSM correm sérios riscos de perderem legitimidade.

Os "horizontalistas" são bastante otimistas quanto esta polêmica sobre a real mundialização do FSM. Segundo essa tendência, uma consolidada sociedade civil planetária seria a principal promotora do processo FSM. Além do que, ao se consolidar como "espaço" e afastar as ambições partidárias, o Fórum já teria dado o passo que já vinha sendo experimentado pelos movimentos populares e cívicos ao se insurgir contra a dominação da cultura política da ação comandada de cima para baixo. Tais fatores fizeram surgir um novo ator político: a sociedade civil planetária, com aproximada dimensão e articulação mundial que possui o sistema liberal atualmente hegemônico. Tal sociedade civil planetária está fundada, segundo Whitaker, sob novas formas de atuação política, livre da tendência autoritária das "velhas práticas" e absolutamente diversificada e plural. Não cabendo a ela unificar uma proposta ou um projeto de "outro mundo", mas estimular a proliferação de micro e macro projetos que por si só já caracterizam a invenção do novo mundo (WHITAKER, 2005).

É neste contexto que surge o debate sobre o que se considera uma tentativa de "colonização" dos movimentos sociais ao redor do mundo. Whitaker e Grajew defendem que o FSM, no seu processo de expansão pelo mundo, precisa criar espaços, articulações e novas ações. O Fórum deve ser experimentado e realizado em nível regional e local e promover a criação de "espaços" tipo Fórum. A ideia é reforçada pela proposta de Oded Grajew, que

pensa na realização de fóruns locais que se relacionem em rede. O raciocínio dos "horizontalistas" neste quesito pode ser bem resumido na seguinte passagem:

> O que precisamos é assegurar a entrada do método Fórum na cabeça e na prática das pessoas lá onde elas estão atuando, ou seja, convidá-las a refletir sobre o novo modo de fazer política que o Fórum está propondo, e a "vivê-lo" concretamente (WHITAKER, 2004)[76].

Deste modo, a ida ao encontro mundial se resumiria a uma espécie de estágio para "aprendizagem" de como criar novos espaços e articulações, como debater, como fazer política. Os idealizadores chegam a sugerir a formulação de uma cartilha ou jornal, de fato distribuída no FSM 2005 (Porto Alegre), que explique como promover o "enraizamento" do Fórum, demonstrando um roteiro de trabalho com a carta de princípios do Fórum em destaque.

Em reunião do Comitê Organizador do FSM 2005, realizada em outubro de 2004 em São Paulo a representante da ABONG opinou que é preciso ter cuidado com a ideia de construir "mini-fóruns", uma vez que já existem articulações locais através das quais se poderia potencializar o Fórum. Não seria, portanto, interessante adotar um padrão, ao que a representante da Marcha Mundial de Mulheres chamou de "dar aula de Fórum". O objetivo, segundo a dirigente feminista, deveria ser articular as diversas campanhas em forma de "rede" e não apenas trazê-las para estarem expostas na vitrine do Fórum Social Mundial. Esta articulação de campanhas deveria dar perspectiva a uma imensa gama de pessoas que são atraídas para o Fórum, mas que não estão inseridas em nenhum movimento.

Nesta mesma reunião, o representante da ATTAC considerou que as duas concepções são complementares, ou seja, é preciso potencializar as articulações já existentes e incentivar a organização de "mini-fóruns", onde não existe movimento. Ideia complementada pelo representante da CUT, que considera as novas práticas desenvolvidas nos movimentos como indícios do novo mundo, que, embora ainda não exista, é palpável dentro das redes. Durante o debate, Whitaker concordou com a ideia, ressaltando que estas redes são um "tecido de gentes" que estão se reunindo de uma forma diferente. Pessoas e movimentos, até então divididos, passam a atuar em conjunto. Deste modo, a "nova" prática está expressa na criação de rádios comunitárias, na organização da economia de forma solidária, na adoção do software livre, que também tem suas organizações impulsionadoras e defensoras, formando

[76] WHITAKER, F. *Mensagem de Chico Whitaker sobre mobilização*. Circulação interna em reunião do Comitê Organizador Brasileiro do V FSM (2004).

uma rede de redes, uma rede de campanhas. Para reforçar seu argumento, Whitaker destaca que nunca todos poderão estar em Porto Alegre, e essas pessoas precisam ter a oportunidade de vivenciar esta experiência nova.

Chama a atenção, portanto, que as linhas mestras, de um encontro que pauta pela diversidade, surgem das ideias de alguns organizadores do Fórum Social Mundial defensores de uma concepção de padrão, homogeneidade e modelagem dos movimentos sociais de todo o mundo. Como se, para ser promovido à rede dos "novíssimos" movimentos sociais fosse preciso ter, não somente identidade de ideias, mas correspondência de formas e concepções. É preciso seguir uma cartilha, seguir fielmente a carta de princípios, trilhar os passos detalhados que explicam como se faz o novo, o diferente, o "contra-hegemônico".

O objetivo horizontalista de formar uma rede composta de um "tecido de gentes", que faz de forma absolutamente igual o "diferente", afasta o FSM da possibilidade de sintetizar a diversidade do campo contra-hegemônico. Tal concepção foi, por várias vezes, traída pela realidade como ficou claro no FSM de Mumbai que fugiu absolutamente ao formato idealizado para os encontros do fórum, ao promover a explosão da falta de padrão, das características peculiares de cada grupo humano, que se iguala somente na luta por um mundo menos opressor e mais igualitário. O interessante é que tais ideias "hegemonistas" surgem justamente daqueles que mais criticam o "verticalismo" das "velhas práticas" políticas.

Este tipo de mundialização da participação política, através do Fórum e da construção da contra-hegemonia, se aproxima de uma tentativa de determinação dos movimentos sociais. Afasta-se do ideal da busca de estabelecimento de alianças e construção de propostas que caracteriza a formação de blocos contra hegemônicos no interior de uma sociedade civil, como apontada por Gramsci.

Por sua vez, os "movimentistas" são bem mais pessimistas ao avaliar a real mundialização do Fórum Social Mundial. Em especial pela escassa participação da África e da Ásia. Mesmo no Fórum em Mumbai a participação africana foi bastante baixa, assim como foi pequena a participação asiática no Fórum de Nairóbi. Em Belém, 2009, também foi bastante baixa a presença de africanos e asiáticos. O que se agrava ainda mais, se levada em conta que a ausência de movimentos e de organizações desses continentes reflete-se, em parte, na lacuna de temas e de debates especificamente adequados a suas realidades, e relevantes para elas (SANTOS, 2005). Neste sentido, o FSM de Mumbai (Índia 2004) foi um passo decisivo para a globalização do processo do FSM, tendo em mente a internacionalização como construção de alianças, e não como adesão condicionada a padrões pré-estabelecidos pelos "idealizadores" do Fórum.

Samir Amin alerta para o desequilíbrio de representação no seio dos Fóruns, uma vez que custa muito dinheiro correr o mundo para se encontrar com companheiros de luta. Muitas organizações economicamente mais fortes não são necessariamente as mais representativas desde o ponto de vista das lutas que levam a cabo, algumas ONGs, por exemplo, que se associam a alguns movimentos sem lhes acrescentar grande conteúdo e representação. Por outro lado, as organizações sindicais, proletárias, camponesas nem sempre tem os meios financeiros para ter grande participação, além de não darem tanta prioridade à sua presença neste tipo de evento.

Segundo Leite, um grave problema que se apontou desde o princípio para o Fórum foi o da sua precária mundialização. Apesar de boa parte da luta contra a globalização neoliberal estar se dando no mundo anglo-saxão e na Ásia, o Fórum esteve representado pelas delegações e os movimentos da América Latina e Europa (com participação quase insignificante do leste europeu). Em segundo lugar, considera o autor, o FSM não podia ter seu formato definido apenas por um comitê organizador brasileiro[77], pois nenhuma composição unicamente nacional daria ao comitê condições de lidar com os complexos problemas postos por um evento que ambicionava ser planetário, ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tinha sido, até então, agente central do processo mundializado de lutas. Para o autor, esta questão começaria a ser equacionada em junho de 2001 com a constituição de um conselho internacional[78] do FSM, que teria certo envolvimento na preparação da edição de 2002, e uma participação real na organização do evento de 2003 e nos seguintes. Deste modo, o FSM ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, abertamente, desde Seattle, vem se espraiando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal e contribuindo para alterar o clima ideológico do mundo atual, ajudando a romper com a hegemonia do pensamento e dos valores mercantis, neoliberais e crescentemente militaristas (LEITE, 2003).

Outro mecanismo de mundialização do FSM tem sido a realização de Fóruns regionais e temáticos em várias partes do mundo. No início do processo FSM, se destacaram os fóruns sobre o neoliberalismo na Argentina, em 2002, o Fórum Social Europeu[79], na Itália, 2002, o

[77] Após o primeiro Fórum Social Mundial foi criado um comitê organizador de oito entidades brasileiras, incluindo a representação brasileira da ATTAC. Este comitê já mudou de nome, passando a ser chamado secretaria internacional ou grupo de facilitação, mas continuou tendo muito poder na condução do FSM. Ver composição do comitê em anexo.

[78] Ver Anexo.

[79] O primeiro Fórum Social Europeu (FSE) ocorreu em Florença no ano de 2002. Em seguida veio Paris 2003, Londres 2004, Atenas 2006, Malmo 2008 e Istambul 2010. Os primeiros FSE de Paris e Londres reuniram centenas de milhares de pessoas em marchas contra a guerra e tiveram ampla repercussão mundial. Os últimos FSE, especialmente os de Malmo e Istambul contaram com baixa participação e repercussão.

Fórum Social Asiático, na Índia, 2003 e o Fórum Temático sobre Drogas, Direitos Humanos e Democracia na Colômbia, em 2003. Estes fóruns passaram a fazer parte de um calendário oficial do FSM mantido pelo Conselho Internacional. Nos últimos dez anos, os fóruns regionais e temáticos têm se multiplicado e em 2010 ocorreram 55 fóruns deste tipo em todo o mundo.

Dentro da estrutura organizativa do FSM, o Comitê Indiano, que organizou o Fórum de Mumbai, também tem contribuído na tentativa de equacionar o dilema da mundialização do FSM. Segundo Amit Sen Gupta, representante do comitê:

> Em muitas partes do globo, o processo FSM ainda é superficial e iniciante, isso inclui regiões relativamente bem representadas nos eventos. Isso não significa que não haja movimentos nessas regiões contra a globalização neoliberal – mas sim, que em muitas regiões o processo FSM não envolve, de forma central, esses movimentos. Como resultado, os eventos do FSM podem não captar a diversidade de movimentos de uma região específica ou de um país. (...) Uma coisa é dizer que o FSM representa um grande número de países, mas é diferente dizer que ele representa a diversidade de movimentos e processo contra a globalização neoliberal desses países (GUPTA, 2005).[80]

O comitê indiano aponta, portanto, que o problema não está em "ensinar" a fazer mini-fóruns ao redor do mundo, como estratégia de mundialização, mas sim envolver as movimentações anti-neoliberais já existentes e convergentes com os propósitos contra-hegemônicos do FSM. A equação deste dilema se demonstra fundamental para a verificação da real mundialização do processo Fórum e conseqüentemente de uma embrionária sociedade civil global.

Durante a reunião do Conselho Internacional de 21 e 22 de janeiro de 2003, por ocorrência do III FSM em Porto Alegre, travou-se uma grande discussão sobre a saída ou não do FSM de Porto Alegre. Segundo os organizadores, em especial a secretaria brasileira, ao longo de 2002 havia ficado demonstrado a necessidade da existência do FSM e a viabilidade de sua proposta de acordo com o método estabelecido pela Carta de Princípios. Grande parte do sucesso das três primeiras edições, portanto, foi atribuído ao método do espaço aberto, sua horizontalidade e capacidade de transformar a diversidade em uma força. Outro ponto muito reforçado foi a defesa das condições que aparentemente reduziam as disputas de poder neste espaço, como a inexistência de declarações que impusessem compromissos, o estímulo à multiplicação de contatos entre as organizações, interação das agendas, fortalecimento das

[80] "Expansão do Fórum Social Mundial – Algumas questões e sugestões", documento apresentado pelo comitê organizador indiano na reunião do Conselho Internacional do FSM, Porto Alegre, janeiro de 2005.

organizações e movimentos da sociedade civil e independência do processo Fórum frente a partidos políticos, governos e instituições.

A questão que os organizadores se faziam então era sobre como experimentar esta fórmula em outras partes do mundo. Um passo arriscado demais para alguns e um passo necessário para outros. Afinal, um Fórum Social que quisesse realmente ser considerado mundial e influênciar na dinâmica política global precisaria demonstrar sua capilaridade e capacidade mobilizadora no planeta. O debate sobre a mudança de sede começou em 2002 e a crítica principal era de que o FSM estava "brasileiro" demais, quando muito latino-americano. Poucos delegados vinham de outras regiões, especialmente da África e da Ásia, dados os custos da participação. Por outro lado, havia uma preocupação com o risco de romper o processo, ainda jovem e frágil, entregando a organização do evento a outro comitê organizador, com distinta tradição política e com um enorme desafio logístico de montar um evento social gigante em um ambiente bastante adverso. O que poucos imaginavam é que o FSM de Mumbai se revelasse um fórum ainda mais popular, mais politizado e mais conseqüente com sua auto-sustentabilidade do que o de Porto Alegre. O FSM de Mumbai transformou a cultura política do FSM, e foi um importante passo na mundialização do processo, na consolidação da sociedade civil global e na projeção da gramática contra-hegemônica.

O FSM de Mumbai revelou a então "ocidentalização" do Fórum, e abriu as portas para sua ocorrência posterior em outras partes do mundo, em especial Ásia e África. Em um dos painéis do encontro de Mumbai, uma ativista koreana observou que o FSM precisa mudar para acomodar as características políticas e culturais do país sede. A realização do encontro na Índia propiciou a incorporação de movimentos do Paquistão, Tibet, Nepal, Afeganistão, Burma, Tailândia, Vietnam, Camboja, Coréia e outros à geografia política do FSM. Segundo Janet Conway (professora de movimentos sociais e feminismo na Ryerson University), depois de Mumbai ficou demonstrado que o local importa no esforço global de construir um outro mundo". Esta afirmação ficou comprovada nas demais edições do FSM na Venezuela, no Paquistão e no Mali, em 2006, e no Quênia, 2007 e Belém, 2009, sendo as duas últimas objetos de estudo deste trabalho.

Em entrevistas[81] realizadas no decorrer desta pesquisa com seis organizações participantes do FSM e membros do CI, foi feita a seguinte pergunta: O FSM está atingindo seu objetivo de expansão global?

Sim. Lentamente e nem sempre tão bem. Funciona bem quando a inicativa é local e não quando é dirigida de cima. Ex: África tem que ser incluída. Péssimas conseqüências quando não há inclusão do local. (ENTREVISTA 1 - FOCUS)

Sim, depois da realização do FSM Índia e também África, mas ainda necessita ir a outras regiões. (ENTREVISTA 2 - FAL)

Não. Não mesmo. E se está é a partir de um ponto muito estranho. Ao invés de ser inspirador para as outras regiões, tenho a impressão que temos um time que viaja espalhando a ideia do FSM com seus próprios critérios. (ENTREVISTA 3 - MMM)

Ainda é um longo caminho a seguir para promover a expansão global. Nós ainda precisamos ir a muitas e muitas regiões ainda não tocadas pelo FSM, como China, leste da Ásia, mundo Árabe. (ENTREVISTA 4 - FD)

Não ainda. Processo lento. Ainda a maioria dos participantes é de países desenvolvidos.
(ENTREVISTA 5 - COSATU)

Melhorou com o FSM de Nairóbi. Estamos avançando.
(ENTREVISTA 6 - ICAE)

3.4 O FSM como invenção e inventor da contra-hegemonia global

Será sob o signo das tensões expostas na seção anterior: espaço ou movimento; como participam governos e partidos; como se dá sua mundialização; que o FSM atravessará com vigor a primeira década do século XXI. O FSM, ao longo de sua história, representou o esforço de um conjunto de forças contra-hegemônicas de dar resposta às questões de seu tempo. A pergunta que fica é se ele não existisse, o que existiria no seu lugar? Seria possível imaginar o princípio do século XXI sem a presença inquietante do slogan: “Um outro mundo é possível”? A sociedade civil global hoje não possui outro instrumento de abrangência e reconhecimento internacional como o FSM para projetar os valores e as concepções de outro mundo. O propósito de disputar o imaginário popular tem sido um dos maiores desafios do processo FSM, pois a hegemonia cultural é hoje um dos grandes trunfos da globalização hegemônica neoliberal.

[81] FOCUS: Focus on the Global South; FAL: Fórum de Autoridades Locais; MMM: Marcha Mundial de Mulheres; FD: Feminist Dialogue; COSATU: Congress of South African Trade Union; ICAE: Conselho Internacional de Educação de Adultos. Conteúdo completo das entrevistas em anexo.

O contexto mundial em que o FSM está inserido é de crise sistêmica do modelo hegemônico e da potência mundial hegemônica, no caso os Estados Unidos da América. A crise global, iniciada em 2008 no interior do Estado hegemônico, revelou para o mundo que várias das análises desenvolvidas por agentes do FSM tinham razão de ser. As precárias condições de existência a que os povos do mundo foram submetidos no auge do neoliberalismo pareciam ter adentrado as portas da "América" ao desenvolver uma crise que gerou uma perda de empregos sem precedentes e aumento desenfreado dos preços dos alimentos. A reação imediata da governança global foi de preparação de planos de resgate das economias européias e norte-americana e a ampliação do G8, com o ingresso de países emergentes do sul global resultando na organização do G20.

Por sua vez, o campo contra-hegemônico também se articulou com Estados do Sul Global. O próprio FSM propiciou novas condições de diálogo e uma reorganização das relações entre movimentos sociais e governos. O FSM de Belém, em 2009, ocorrido no despontar da crise mundial reuniu movimentos e chefes de Estado latino-americanos: Lula, Rafael Correa, Evo Morales, Lugo e Tabaré, pautados por uma agenda contraditória com a agenda do Fórum Econômico Mundial. A agenda contra-hegemônica, sintetizada no FSM quase uma década após seu início, traz a tona a formulação de uma nova visão sistêmica da organização da vida humana na terra, com críticas ao desenvolvimentismo e valorização da auto-sustentabilidade, e o respeito à diversidade e aos condicionantes ambientais, que surgem com o crescimento econômico ilimitado.

Em entrevista concedida em Porto Alegre (2010), o geógrafo David Harvey[82] ressaltou sete aspectos disputados no embate que se dá atualmente pela hegemonia mundial. São eles as formas tecnológicas e organizacionais de produção, troca e consumo; as relações com a natureza; as relações sociais entre as pessoas; as concepções mentais de mundo, abrangendo conhecimentos, entendimentos culturais e crenças; os processos de trabalho e produção de bens específicos; os arranjos institucionais, legais e governamentais e a condução da vida diária que está subjacente à reprodução social. A crise instalada em cada um destes elementos ressalta a impossibilidade de se manter a reprodução do capitalismo baseado em taxas de crescimento composto nos níveis estipulados pela potência hegemônica até então.

O FSM possibilita a confluência de opiniões e experimentações sobre vários aspectos da reprodução da vida humana na terra disputados pelos campos que pretendem hegemonizar

[82] David Harvey é um geógrafo marxista britânico formado em Cambridge e atualmente trabalha na City University of New York com temas ligados especialmente à geografia urbana. Em 2010 durante o "Seminário Porto Alegre 10 anos depois" concedeu a mim e ao colega Fábio Palácio uma entrevista, posteriormente publicada na Revista Princípios (www.anitagaribaldi.com.br).

os valores e as diretrizes de um novo mundo. O mais curioso, segundo Harvey, em entrevista, é que o enorme leque de experimentações, alternativas sociais, alternativas econômicas, ambientais e etc, ainda não conseguem conformar uma resposta de conjunto. Vários movimentos propõem novas matrizes energéticas, por exemplo, ou novos sistemas de abastecimento, de segurança alimentar, de economia popular e solidária. Agora, somente quando demonstrar ser possível implementar a economia solidária e torná-la universal e implementar um rearranjo das instituições capaz de permitir que 6,8 bilhões de pessoas deixem de viver no patamar que estão vivendo, a nova hegemonia poderá responder à questão de como o mundo anticapitalista se parece.

O FSM constitui uma permanente busca pela capacidade de sistematizar as temáticas relacionadas à democratização da globalização. Desdobrando-se em questões como o desenvolvimento sustentável, a criação de mecanismos democráticos de gestão global e a constituição de bases para um comércio internacional mais justo. O Fórum também pretende, desde o princípio, contrapor e influênciar o encontro de referência do processo de globalização hegemônica: o Fórum Econômico Mundial. Demonstra ainda, ao longo dos anos, uma capacidade mobilizadora e de definição de agenda impressionante, na medida em que tem conseguido reunir em um mesmo local[83] um conjunto diverso e plural de atores com o objetivo de protestar contra uma agenda neoliberal mundial organizada pelas forças hegemônicas da globalização e de elaborar uma agenda paralela de globalização contra-hegemônica.

O FSM possui ainda a capacidade de fazer aflorar agendas locais reprimidas. De forma concomitante, muitas variáveis afetam a formação da agenda de cada evento. A situação política do país sede (seria impossível discutir o Socialismo do Século XXI no Fórum do Quênia, como se discutiu na Venezuela, ou a questão dos Dalits no Fórum de Belém, como se discutiu na Índia); o balanço interno de forças do Conselho Internacional e a relação deste com o Comitê Organizador local; a agenda política internacional (o FSM de 2003 não teria como escapar da agenda “guerra no Iraque”, ou o FSM de 2009 da pauta “crise econômica”).

Deste modo, o FSM se transformou talvez na mais importante arena global dos movimentos sociais, ONGs e suas redes que busca uma transformação democrática do sistema mundial capitalista (TEIVAINEN, 2007, p. 70). O FSM constitui ele mesmo um profícuo objeto de estudo para todos que querem entender como se dará o processo de democratização global no século XXI. Pois, se por um lado ele busca facilitar as transformações democráticas

[83] O Fórum de Porto Alegre em 2005 reuniu 155 mil pessoas de 151 países. Fonte: www.forumsocialmundial.org.br

locais, nacionais e globais e promover uma arena para colocar estas experiências em diálogo, por outro lado o FSM vive em seu interior, como vimos neste capítulo, discussões em torno da democratização de sua própria estrutura interna, que vem se expandindo de uma base essencialmente brasileira no início para um arranjo de forças políticas e sociais mundiais (TEIVAINEN, 2007).

Talvez no calor dos grandes acontecimentos que acompanharam o nascedouro do FSM, seus promotores se entusiasmaram com a novidade política do que estavam criando e muitos deram como certo que o FSM inventava uma nova forma de fazer política. Nesta novidade, não cabiam as teorias centradas no papel do Estado e as questões envolvidas nos debates sobre representação. No entanto, a questão da representatividade insistiu em surgir por várias vezes ao longo dos últimos 10 anos de FSM nas discussões sobre a formação dos organismos, como o Conselho Internacional ou o Secretariado Internacional, de condução do FSM. E também na evidente ausência de representantes da África e da Ásia nos primeiros encontros, o que motivou o processo de internacionalização do FSM, indo para Mumbai, 2004 e Nairóbi, 2007, conforme se discute na seção a seguir.

Portador de fenômenos políticos novos e antigos, o FSM vive um grande dilema entre se constituir como um agente da contra-hegemonia de fato e a profunda dificuldade na formulação de um projeto contra-hegemônico. A contradição enfrentada pelo conjunto dos promotores do FSM é que à medida que este ganha estatura global cresce a demanda de participantes e expectadores de que ele tome algumas decisões que representem as aspirações do diverso campo contra-hegemônico global. No princípio, com o simples slogan “um outro mundo é possível”, o FSM foi capaz de mobilizar milhares de pessoas e inspirar os movimentos envolvidos na batalha por uma outra globalização. No entanto, com o passar do tempo, começaram a surgir questionamentos de como seria este outro mundo e qual o caminho para se chegar nele. Talvez isto explique porque a participação de chefes de Estado, como o venezuelano Chavez, tenha enfrentado tanta resistência por parte das principais ONGs organizadoras do FSM nos primeiros anos do encontro, e posteriomente estas mesmas organizações tenham promovido o encontro entre presidentes latino-americanos e movimentos sociais no último FSM de Belém, 2009. Santos, que desde o princípio do FSM se posicionou no campo dos “horizontalistas” apontou nos dias em que ainda transcorriam os eventos de Belém (2009), que:

> Os acontecimentos que marcam o início de 2009 são de tal modo importantes que se o mundo não puder conhecer a posição do Fórum Social

> Mundial sobre eles é possível prever que o FSM corre o risco de se tornar irrelevante (SANTOS, 2009).

Os acontecimentos a que Santos se referia na época eram os desdobramentos de uma grande crise econômica global deflagrada em outubro de 2008 e o massacre em Gaza, empreendido pelos israelenses em janeiro de 2009. Defensor da concepção do FSM como um espaço aberto, por entender que certas decisões políticas nunca podem ser obtidas por consenso, Santos defendeu na época que o FSM deveria ao menos identificar, em cada movimento histórico, um conjunto de temas sobre os quais fosse possível gerar um grande consenso. Sobre os quais, portanto, o FSM tomaria uma posição a ser assumida por todos os movimentos e organizações participantes do FSM, dando origem a agendas parciais, mas consistentes, de políticas locais e globais. Obviamente esta posição nunca foi acatada pelos organizadores do FSM, e este dilema segue sendo uma de suas características centrais e que impacta na realização de cada encontro ao longo da última década.

A disputa por hegemonia está intimamente ligada à disputa pelos valores e concepções que balizam a reprodução da vida humana na terra. Esta visão da hegemonia pode ser apreendida tanto de Gramsci, como de Arrighi ou Santos. Talvez quando Arrighi apontou que para a potência hegemônica a definição de um interesse geral no plano internacional é muito mais difícil do que no nacional, pela dificuldade de combinar o interesse geral dos outros Estados e os de seus cidadãos nacionais, ele nem imaginava as proporções da crise interna nos Estados Unidos causada pela crise do “subprime” de 2008. Paradoxalmente, uma resposta interna mais ortodoxa levou os EUA à radicalização de suas posturas no exterior fazendo recuar, e não avançar como almejava, a sua retomada do controle hegemônico mundial. Aliás, pode se pensar que a crise de hegemonia norte-americana tem intensa relação com o descompasso entre as respostas exigidas internamente e a necessidade de composição internacional. Atualmente, os EUA recorrem cada vez mais ao uso da força e de mecanismos unilaterais de interferência na economia, dando mais sinais de sua decadência hegemônica. Hoje, a potência hegemônica não é capaz de liderar e ser seguida como um exemplo pelas outras nações como o foi anteriormente e muito menos convencer que a expansão de seu poder é do interesse geral de seus cidadãos e do restante do mundo.

O avanço da atual crise de caráter civilizatório que se aproxima do momento de catarse, apontado por Gramsci, ou de caos sistêmico, apontado por Arrighi, pode ser acompanhada sob a lente do processo FSM de modo muito interessante. Desde a formação da agenda contra-hegemônica nos anos iniciais de resistência à agenda neoliberal em Porto Alegre 2001, 2002 e 2003, à afirmação da capacidade de mobilização, diversidade e

delineamento de alternativas em 2004 (Mumbai), 2005 (Porto Alegre), 2006 (Bamako, Karachi, Caracas), à formulação de alternativas civilizatórias de conteúdo universalista em 2007 (Nairóbi) e 2009 (Belém).

O grande dilema é que a crise sistêmica do campo hegemônico também colocou em crise o campo contra-hegemônico. Ao adotar um caráter de espaço aberto, e abrir mão de definir agendas e planos de ação tanto em nível local como global, o campo hegemônico expresso no FSM construiu sua própria armadilha. Sua capacidade de dar respostas globais ficou anestesiada, ao mesmo tempo em que estimulou as iniciativas locais e as dinâmicas nacionais de movimentos e organizações em relação com os respectivos Estados. Esta é parte da resposta de porque a despeito de o FSM ser um projeto global é na sua materialização local que a contra-hegemonia se arquiteta. Curiosamente, o aprofundamento da crise hegemônica mundial instalou uma crise no campo contra-hegemônico mundial, que a princípio festejou sua capacidade de dar as pistas da crise mundial que estava por irromper e, posteriormente, percebeu sua incapacidade de dar respostas mais concretas à mesma.

A crise de perspectiva frente às dificuldades sistêmicas do campo hegemônico por parte das organizações e movimentos sociais da sociedade civil global se refletem no FSM. A fragmentação temática à que a SCG se submeteu ao longo dos anos colocou para o campo contra-hegemônico a necessidade de articular de forma transversal o trabalho dedicado à temática das mulheres, meio ambiente, trabalho e etc. Percebe-se que a desarticulação das iniciativas apresenta dificuldades para reconectar as diferentes lutas em ações unitárias. As questões ambientais são hoje as que parecem ter maior capacidade de reunificar a SCG em torno de agendas comuns.

Em uma das reuniões do CI do FSM, um membro colocou a questão às claras:

> ...houve um tempo em que o fórum era relevante quando as pessoas podiam se reunir e conversar sobre suas estratégias comuns, isso não ocorre mais. Nós não temos uma visão comum, de fato nós não temos nenuma visão de todo. Se nós não temos uma visão estamos destinados a irrelevância[84].

Apesar do pessimismo de alguns participantes do CI, o FSM projetou nos últimos anos uma espécie de consenso em torno às críticas à modernidade ocidental e sua expressão dominante atual, o neoliberalismo. A construção do que alguns chamam de "novo universalismo" ou "novo projeto civilizatório" é parte da disputa hegemônica hoje em termos mundiais. A construção de uma agenda emancipatória universalista está assentada em um

[84] Notas pessoais da reunião do Conselho Internacional de Belém, 2009.

cosmopolitismo de oposição que busca rejeitar os preceitos de uma modernidade ocidental fundada no colonialismo, na escravidão, no capitalismo, no imperialismo e na sua última versão neoliberal.

A ocorrência de uma diversidade de encontros no âmbito do FSM aponta para a reorganização de uma série de valores contra-hegemônicos traduzidos em uma nova cultura civilizatória. Conscientes da própria incapacidade de realizar uma revolução global, os agentes da SCG reunidos nos espaços do FSM se esforçam nos últimos anos para conformar uma nova cultura global, um novo formato de ativismo e novos valores capazes de influênciar a política nos diferentes contextos locais em que se trava a batalha contra-hegemônica global. De processos inovadores de uma nova integração sul-sul e do refinamento da intervenção em torno de temas como migrações, mulheres, meio-ambiente, democracia participativa, economia solidária, espaço urbano humanizado, e tantos outros que dão novo significado ao modo de sociabilidade dos seres humanos e a forma como organizam a vida na Terra, está surgindo um referencial transformador que aponta para uma revolução civilizatória. O FSM expressa de diferentes maneiras este potencial como se vê nos capítulos que seguem.

4 BRASIL, ÍNDIA E QUÊNIA: O SUL GLOBAL FAZ O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Para ser universal, basta cantar o seu quintal
Leon Tolstoi

O novo formato de articulação e laboratório de alternativas à globalização neoliberal, erigido como Fórum Social Mundial, já foi testado em três continentes do Sul Global. Países chave da América Latina, Ásia e África, como são o Brasil, a Índia e o Quênia deram um caráter internacional ao encontro, e acrescentaram elementos característicos de cada uma destas nações e respectivas sociedades na formação dos valores da contra-hegemonia global do século XXI. As diferenças na formação social e política de cada um destes países ficaram evidentes com a ocorrência do FSM em suas terras. Pode-se dizer que o mundo pôde conhecer o Brasil, a Índia e o Quênia por outro prisma, distinto da abordagem hegemônica, embora os eventos tenham sido divulgados de forma marginal pela grande mídia. A capacidade do FSM de se renovar e ocorrer em ambientes tão distintos, como os expostos no texto que segue, colocaram à prova a universalidade de sua fórmula: promover o diálogo na diversidade e construir valores contra-hegemônicos.

4.1 FSM: uma invenção brasileira?

O primeiro país a hospedar um FSM foi o Brasil, por uma série de condições que reunia na época em que se decidiu pela realização do anti-Davos. Brasil, India e Quênia são as três nações analisadas neste trabalho com a finalidade de observar como o FSM foi construído em cada uma delas, e encontrar a explicação das possibilidades oferecidas por cada contexto na promoção da contra-hegemonia global a partir do Sul. O panorama aqui traçado de cada um destes países que destacam em seus continentes, o Brasil na América do Sul e Latina em geral, a Índia, na Ásia e o Quênia, na África. Cada momento histórico aqui exposto, com a finalidade de compreender os antecedentes dos processos de democratização de cada país, tem variadas interpretações e polêmicas interpretativas às quais não será possível se referir e menos ainda aprofundar. Neste sentido, as próximas páginas dedicam-se apenas à exposição dos principais elementos históricos que identificam os três países nos respectivos períodos de colonização, luta por independência e libertação nacional, instalação de repúblicas, lutas por democratização, formação do Estado e da sociedade civil.

O Brasil é um país de grandes proporções, o maior país da América do Sul. Seu território amplo com abundância de recursos naturais, como a maior floresta tropical do

mundo: a Amazônia, com 5,5 milhões de km² ou sua vasta extensão de costa do Atlântico Sul, seu potencial agrícola, a capacidade de trabalho e criatividade de seu povo, o fizeram despontar como um dos grandes países do Sul Global. Hoje, quando se fala em novos parâmetros de integração e do aprofundamento das políticas sul-sul, o Brasil se destaca ao lado de outras nações como a China, a Índia e a África do Sul.

Sua história é relativamente nova, de pouco mais de 500 anos, especialmente se comparada à história da Índia que contabiliza alguns milênios no decorrer de sua trajetória. Conhecido mundialmente como um país extremamente miscigenado resultante da confluência de três matrizes civilizatórias: os ameríndios (nativos), os negros africanos (escravos) e os portugueses (colonizadores). A esta mistura somam-se os fluxos migratórios vindos da Europa, Ásia e países Árabes. A formação de seu povo e a delimitação de seu território é marcada por vários episódios de tensão, violência e luta. Desde a resistência indígena, passando pela resistência dos negros africanos à escravidão, e posterior luta por sua libertação e fim do sistema escravagista, lutas anti-coloniais, independentistas, levantes tenentistas, até as mais recentes lutas contra a ditadura militar na segunda metade do século XX (RIBEIRO, 1995).

A nação brasileira foi forjada na luta contra o domínio colonial português com vários episódios de conflitos contra a colônia como as lutas contra os holandeses no nordeste no século XVII e as Conjurações Mineira[85] e Bahiana[86] do século XVIII (FAUSTO, 1995) que, ao lado de outras, culminaram no processo independentista que provocou a ruptura de 1822 e as subsequentes lutas pela proclamação da república[87]. De 1822 a 1889, da independência à primeira república, "articulou-se o complexo sistema oligárquico-imperial-escravista" contra o qual se deu uma sucessão de lutas e conflitos (MOTA & LOPEZ, 2008, p. 306). Foi neste período que efervesceram revoltas como a da Cabanagem, no Pará (1832-1840); a Balaiada, no Maranhão e no Piauí (1833-1845); a Sabinada, na Bahia (1837-1838); a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1835-1845), que em um misto de movimentos separatistas e anti-império colocaram em xeque os fundamentos do Império, principalmente o escravismo e a grande propriedade rural. Foi o combate a estes movimentos que acabaram por

[85] A Conjuração Mineira foi um movimento insurrecional e independentista ocorrido entre 1740-1780 em uma região de intensa exploração das minas brasileiras, conhecida como Minas, no período colonial português.
[86] A Conjuração Bahiana (1760 – 1800) foi uma série de insurreições anti-coloniais ocorridas na região da Bahia, especialmente na capital Salvador que até 1761 foi a capital da colônia.
[87] Apesar de apontar para relativa autonomia política o processo de independência abriu um período de intensas batalhas e rebeliões republicanas que se voltavam contra um sistema monárquico assentado no regime das grandes propriedades, da escravidão, do tráfico negreiro e da corrupção.

reafirmar a ordem imperial e a consolidação de um Estado nacional (LOPEZ & MOTA, 2008, p. 412) em um processo contraditório de descolonização do Brasil.

As lutas pela abolição da escravatura e pela instituição da República resultaram da aliança entre amplos movimentos de massa, intelectuais e setores da classe média. Ainda assim, a República proclamada em 1889 foi instaurada sob o signo de forças conservadoras, contraditórias com o projeto de setores avançados que viam, no fortalecimento do Estado, a possibilidade de promoção da democracia e do desenvolvimento nacional. Foi neste período que se elaborou a Constituição de 1891 que estabeleceu a República Federativa do Brasil. A última fase da República "velha", como ficou posteriormente conhecida, foi marcada pela dominação política de setores oligarquicos que deixou o coronelismo e o patrimonialismo impregnados nas relações sociais, economicas e políticas brasileiras.

Somente mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, é que a emergência de uma nova República, também forjada em lutas populares e de setores médios, como as lutas operárias e greves gerais de 1917 e 1919, a Semana de Arte Moderna de 1922, o movimento tenentista e a Coluna Miguel Costa-Prestes de 1924[88], abre uma nova agenda republicana para o país. As primeiras duas décadas do século XX no Brasil foram de resistência e luta contra a oligarquia organizada no país. Este processo de luta desembocou na Revolução de 30, que ao mesmo tempo, aproximou e distanciou duas figuras singulares da história brasileira do século XX como Prestes e Vargas. A maioria dos envolvidos no movimento tenentista e na Coluna Prestes fizeram parte da revolução de 30, apesar do posicionamento de Prestes de não apoio a 30 por considerar que "a verdadeira luta pela independência nacional deve, portanto, realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo, o que só poderá ser levado a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores" (PRESTES, 1930) [89]. O posicionamento de Prestes, então filiado ao PCB, dava proeminência para o papel dos comunistas na primeira metade do século XX no Brasil. Cinco anos depois, em 1935[90], Prestes lideraria uma revolução nacional libertadora que não obteve o êxito planejado e foi

[88] A Coluna Prestes compõe o quadro de movimentos político-militares que iniciaram em 1922 no Brasil e ficaram conhecidos como movimentos tenentistas. Liderada por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes uma grande marcha cruzou o Brasil entre 1924 e 1927 percorrendo aproximadamente 25 mil kilometros. Suas principais bandeiras representavam a luta contra o governo do então presidente do Brasil, Artur Bernardes e o regime oligárquico-latifundiário que marcou o período republicano pré-1930.

[89] Em maio de 1930, de Buenos Aires, Prestes lança um manifesto ao povo brasileiro e explica sua posição frente os levantes armados de 30 que resultaram na ascensão de Getúlio Vargas à presidência. O manifesto está disponível em:
http://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm

[90] Em 1935 uma série de levantes militares comunistas ocorridos nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, liderados pelo PCB e em especial por Luiz Carlos Prestes.

sublimada pelas forças militares fiéis a Vargas, na sequência passaria a vigorar aquela que se tornaria uma das fases mais obscuras e reacionárias da política brasileira[91].

De modo concomitante com o reacionarismo político e o crescimento da capacidade organizativa e revindicatória do povo brasileiro que marcaram vários períodos dos anos 30 aos anos 60, a partir de 1930[92], sob o Governo de Getúlio Vargas[93], o Brasil entra em uma nova fase de estruturação do país (BASTOS, 1986) e desenvolvimento como país capitalista. O país entra em um período de desenvolvimento nacional sustentada na industrialização e na expansão econômica que perdura por quase meio século (FAUSTO, 1995). A passagem de uma economia agrário-exportadora para a industrial urbana e a consolidação de estruturas estatais de controle do petróleo, como a Petrobrás, e o controle do investimentos internos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vão ao encontro da consolidação das bases da soberania da nação. Importantes conquistas dos brasileiros como a do voto feminino e a instituição de uma legislação trabalhista ficaram como marca desta época. Neste período, há um significativo avanço da população do campo para as cidades em busca de oportunidades de trabalho nas indústrias, confluindo com um exponencial aumento populacional. Ao lado da industrialização e urbanização, houve a permanência e a consolidação dos grandes latifúndios e do patrimonialismo que impuseram uma agenda de atrasos para a sociedade civil brasileira. À luta contra o sistema baseado em latiúfndios somaram-se as revoltas provocadas pela ação do imperialismo estadunidense e os regimes ditatoriais promovidos através de golpes militares no Brasil durante o século XX.

Com o golpe militar de 1964[94], há uma confluência da agenda anti-democrática nacional e as diretrizes do imperialismo norte-americano para a América Latina. Esta confluência perversa entre as diretrizes do campo hegemônico mundial e as batalhas democratizantes no interior do Brasil voltará com nova roupagem na década de 90, com o encontro de uma agenda pró-democratização e as diretrizes neoliberais impostas pelo Consenso de Washington. O momento histórico compreendido entre estes dois marcos, anos

[91] Como resposta aos levantes de 1935 o governo Vargas prendeu Prestes e deportou sua companheira, grávida na época, Olga Benário, para a Alemanha nazista. Logo após o nascimento de sua filha com Prestes, Olga foi executada em uma câmara de gás em Bernburg. Após o ocorrido Vargas decretou estado de guerra, ampliou os poderes do executivo e passou a perseguir qualquer suspeito de se envolver com pensamentos comunistas ou pró-soviéticos.

[92] Movimento armado que colocou fim à República Velha. O movimento resultou em um golpe de Estado que colocou no poder o presidente Getúlio Vargas.

[93] A era getuliana no Brasil vai de 1930-1964 e abrange três fases: de 1930-1937- República Nova; de 1937 a 1945 – ditadura do Estado Novo; de 1946 a 1964 – República Populista e a República Patriarcal* (*cunhado por Darcy Ribeiro) (LOPEZ & MOTA, 2008, p. 639).

[94] A ditadura do Estado Novo foi decretada por Vargas em 1937 com fechamento de parlamentos e ampliação do poder político do executivo.

60 e anos 90, talvez tenha sido o mais rico e intenso na formação da sociedade civil brasileira e na construção da sua relação com o Estado.

Os anos 80 e 90 foram fundamentais para a formação de uma sociedade civil relativamente autônoma e capaz de formular análises e alternativas para o Brasil. As duas décadas "perdidas", do ponto de vista econômico, foram também marcadas pela redemocratização conquistada em 1985, e construída nos anos 90, especialmente após a promulgação da Constituição Federal. Este é o período em que o campo hegemônico mundial lança mão do neoliberalismo e entra em franco processo de financeirização. A agenda neoliberal impõe aos governos a redução do escopo do Estado nacional, através de privatizações, total abertura ao mercado externo e a dependência ao mercado financeiro internacional.

Neste período, o Brasil passa também por algumas mudanças no seu sistema partidário, saindo de um sistema bipartidário e culminando com a criação de vários partidos com representação no Congresso Nacional. Surge um sistema de pelo menos 7 partidos que dividiram entre si o grosso da representação política no Brasil nos anos 90 (MELO, 2002, p. 62). Destes partidos, destaca-se o Partido dos Trabalhadores (PT) fundando em 1980, proveniente do movimento sindical e organismos religiosos de base. Desde o início, o PT exerce ampla influência nos movimentos sociais brasileiros e na formação da sociedade civil brasileira contemporânea. Na sua fundação, atuaram especialmente dirigentes sindicais, intelectuais e lideranças católicas. A capacidade do PT de atuar ao mesmo tempo como partido, governo, movimento sindical, social, católico e intelectual foi fundamental na formação do projeto ético-político que deu origem ao Fórum Social Mundial.

O encontro do período de redemocratização do Brasil, do final dos anos 80 com a ascensão do neoliberalismo nos anos 90 no país e em toda a América Latina, gerou uma confluência perversa (DAGNINO, 2004) que marcou o processo de construção democrática brasileira no final do século XX. A perversidade estaria no fato de que *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva* (DAGNINO, 2004, pp. 96 e 97). Ocorre que a projeção de uma sociedade civil ativa recebia influência destes dois vetores, por um lado o neoliberalismo repassando responsabilidades do Estado para a sociedade e por outro uma sociedade civil mais participativa e com mais controle das ações do Estado. Os efeitos desta dinâmica serão muito perceptíveis nas diversas edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e será inclusive um dos diferenciais essenciais entre os três encontros do FSM estudados: Mumbai (2004), Nairóbi (2007) e Belém (2009). Pois cada uma destas localidades que abrigaram o FSM vivia na época sob um contexto particular de relação entre sociedade

civil e Estado. No Brasil, a tradição associativista criou condições particulares para a ocorrência de encontros como o FSM. Ocorre, neste período, uma transformação da relação entre sociedade civil e Estado no país, sendo a Assembléia Constituinte e a Constituição Federal aprovada em 1998, marcos essenciais para as mudanças nesta relação. A nova constituição possibilitou a criação de espaços públicos inexistentes anteriormente, e uma crescente participação da sociedade civil nos processos decisórios e formuladores de políticas públicas.

A confluência perversa entre neoliberalismo e democratização formou uma verdadeira nuvem de fumaça no processo de consolidação da democracia brasileira e de um projeto de país, pois ofuscou a existência de projetos conflitantes de maximização da mesma sociedade civil. Este tensionamento entre dois projetos ético-políticos que tentam dar sentido à sociedade civil e sua relação com o Estado colocou em disputa os conceitos de participação, sociedade civil, cidadania e democracia (DAGNINO, 2004, p. 97) na jovem democracia brasileira pós regime ditatorial. A distância entre atuar junto ao Estado e atuar “para” o Estado foi se demonstrando como uma linha muito tênue e arriscada. Aos poucos foi ficando evidente e fundamentado o temor de que o fortalecimento de espaços públicos novos, como os conselhos participativos e de gestão, que são a base de um projeto participativo democratizante, pudesse estar servindo aos objetivos do projeto antagônico, neoliberal, de redução do escopo do Estado.

A despeito do neoliberalismo, que se fortaleceu ainda mais com a queda do leste europeu ao final da década de 80, este foi também um período de reorganização da sociedade civil brasileira com a emergência de novas agendas e principalmente de uma nova relação com o Estado. As principais forças sociais envolvidas na luta por uma constituinte democrática e democratizante partilhavam um projeto democrático e participativo erguido durante os anos 80, principalmente, de expansão da cidadania e aprofundamento da democracia. Esse projeto foi herdeiro da luta contra o regime militar em que os movimentos sociais tiveram um papel singular. Pode-se dizer, em grosso modo, que os anos 70 foram marcados pela luta contra a ditadura, os anos 80 pela redemocratização e a emergência da nova democracia, e os anos 90 foram o cenário de formulação e experimentação de uma nova relação entre sociedade civil e Estado mais democratizada e com novas características internacionais. A primeira década do século XXI foi o laboratório destas novas relações especialmente após a mudança de orientação política no governo central com a ascensão do PT à Presidência da República em 2003.

O associativismo da sociedade brasileira ficou evidente durante este período de democratização, com o surgimento e a consolidação de três grandes tipos de associação: a) associações religiosas ligadas à Igreja Católica no Brasil; b) associações de classe média organizadas como ONGs, criadas especialmente a partir da reestruturação da ação da esquerda em áreas específicas como direitos humanos e meio ambiente; c) associações populares concentradas em áreas como o associativismo comunitário e o associativismo ligado a temáticas como saúde, habitação, saneamento e etc. (AVRITZER, 2004). É importante ressaltar que a democratização foi fundamental para estimular o associativismo no Brasil, em uma sociedade fortemente marcada por estruturas verticais impostas, inicialmente pelos colonizadores, império, república velha e ditaduras militares. Somente no processo de reorganização social, possível com a vitória das forças populares sobre os regimes militares das décadas de 60 e 70, é que foi possível a emergência de uma série de organizações e uma atividade mais intensa da sociedade civil brasileira.

Segundo Avritzer, este surgimento de uma sociedade civil autônoma e democrática no Brasil está relacionado especialmente com: a) o crescimento de associações comunitárias especialmente em cidades grandes como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte; b) uma reavaliação da ideia de direitos no discurso político brasileiro, especialmente com as denúncias do total desrespeito aos direitos humanos por parte do Estado brasileiro em 1964 e no período que perdurou a ditadura - no período que sucedeu ao regime militar as ideias de direitos humanos e cidadania ganham centralidade no seio da emergente sociedade civil brasileira; c) outro fator essencial foi a concepção de autonomia das organizações em relação ao Estado, com a democratização e a diferenciação entre sociedade civil e Estado que ficaram mais evidentes no Brasil; d) por último com o surgimento de variadas formas públicas de apresentação das demandas e negociação com o Estado, como os abaixo-assinados e as emendas de iniciativa popular criadas pela nova Constituição Federal de 1988 (AVRITZER, 2004).

O maior diferencial do período, que inicia nos anos 90, foi a reversão da confluência perversa entre democratização e neoliberalismo, e a aposta nas possibilidades de ação conjunta entre Estado e sociedade civil para o aprofundamento da democracia. Os maiores exemplos das novas iniciativas são os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos. O Fórum Social Mundial bebeu nesta fonte e sinalizou uma etapa importante de desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre sociedade civil e Estado, e que efetivamente vingou como modelo. Se o Orçamento Participativo de Porto Alegre já havia

sido modelo para mais de outras 100 cidades brasileiras, com o FSM passa a ser modelo para centenas de cidades ao redor do mundo[95].

Com a vitória de Lula em 2002 para Presidência da República, abre-se um novo momento histórico do país. A efetivação de maiores avanços, em termos democráticos e desenvolvimentistas, só foi limitada pela dualidade de compromissos feitos com setores financeiros e pela instabilidade econômica herdada do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso[96]. Em termos de posicionamento do país frente ao campo mundialmente hegemônico, destacam-se o arquivamento do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o fim da dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI), integração dos países da América do Sul e mudança do eixo das relações exteriores para o Sul Global.

Quando o FSM surgiu em 2001, o Brasil ainda vivia a consolidação do seu processo de redemocratização tendo realizado três eleições presidenciais em amplo processo democrático, o país também iniciava um processo de franca ascensão no cenário internacional do século XXI. Vivenciava em conjunto com o restante da América Latina, e de muitos países do mundo, a aplicação do modelo neoliberal que imperava internacionalmente desde o final da década de 70. O Brasil teve um papel fundamental no surgimento do FSM e na sua existência ao longo de uma década. Independente da polêmica sobre a paternidade ou brilhantismo da mente privilegiada que concebeu o encontro, o fato é que uma conjunção de fatores fez com que o Brasil fosse o epicentro do deslocamento das mobilizações anti-globalização para o sul global.

4.1.1 O fator Porto Alegre

O casamento do local e do global, no contexto da disputa hegemônica mundial através do FSM, se deu em Porto Alegre, uma cidade símbolo da gestão do Partido dos

[95] O investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Giovanni Allegretti, desenvolveu recentemente uma pesquisa sobre democracia participativa e experiências de orçamento participativo na Europa. O trabalho é denominado *Participatory Budgets in Europe – between efficiency and growing local democracy*, escrito em parceria com Carsten Herzberg e publicado na TNI Briefing Series, n. 5, 2004. Disponível em: http://www.nuovomunicipio.org/documenti/allegrettiherzberg.pdf. No texto os autores dizem: "O ponto de referência é Porto Alegre que, em tempos de neoliberalismo, se transformou no símbolo de um caminho alternativo possível para governar um local (ALLEGRETTY & HERZBERG, 2004, p. 6).

[96] O presidente Fernando Henrique Cardoso foi o segundo a ser eleito na era de democratização do Brasil. Governou entre 1995-1998 e 1999-2002. Seu governo ficou conhecido pela implantação do Plano Real e pela aplicação da política neoliberal com grandes privatizações.

Trabalhadores[97], que mais tarde levaria ao mundo o protagonismo do presidente Lula (2003-2006; 2007 a 2010). Porto Alegre deu o tom aos primeiros encontros e, até hoje, muitos conhecem o FSM como o Fórum de Porto Alegre. A capital do Rio Grande do Sul recentemente havia se consolidado como modelo mundial de gestão democrática e popular. Através da difusão das características do Orçamento Participativo[98], a cidade se transformou em símbolo da possibilidade de buscar e realizar inovações democráticas participativas, dentro dos marcos da hegemonia da democracia representativa liberal, através do exercício de políticas públicas com a participação da sociedade civil e de partidos políticos:

> A "primavera" de Porto Alegre se alimentou e deu conta tanto do movimento internacional antineoliberal, (...) como também do crescimento do protesto social na América Latina; e também, o espírito da esquerda social e política brasileira e, neste último caso, em especial da gestão municipal e estadual do PT gaúcho. Estes três fios se juntaram para tornar possível o Fórum (TADDEI, 2001).

A singularidade da relação entre Estado e sociedade civil na cidade de Porto Alegre, no final da década de 90 e princípio do século XXI, foi um dos fatores fundamentais para o surgimento do FSM. A vontade política de partidos como PDT e PT, desde 1989, a densidade associativa de Porto Alegre e a capacidade administrativa e financeira, aliada a um desenho institucional favorável, deram as condições para o surgimento do Orçamento Participativo na cidade. Além de democratizar a relação da sociedade com o Estado e dar maior acesso à população a temas sensíveis como o financiamento e a gestão de obras públicas, o OP constituiu uma escola de democracia e implicou o surgimento de um novo princípio ético-político na sociedade brasileira.

Apesar do montante de recursos destinados para o OP ser bem reduzido, comparando com a movimentação financeira de uma prefeitura como a de Porto Alegre, e a limitação das possibilidades de escolhas das pessoas sobre a destinação do recurso, ainda assim o O.P. é um dos mais concretos experimentos de exercício da democracia participativa. O que o O.P. trouxe de mais significativo, para o movimento contra-hegemônico, foi a visível polarização que uma iniciativa local contra-hegemônica pode produzir no campo hegemônico, se por um lado o Banco Mundial tomou o O.P. como modelo de "prática eficiente de administração

[97] Porto Alegre foi uma as primeiras cidades brasileiras a ser governada pelo Partido dos Trabalhadores com a eleição de Olívio Dutra em 1988 e as três eleições subseqüentes foram também vencidas pelo PT. Com o orçamento participativo se tornou referência de democracia participativa para todo o mundo.

[98] Orçamento Participativo é o nome que se dá à política pública implementada por algumas prefeituras no Brasil, que tem como finalidade destinar um montante dos recursos públicos para que a própria população, através de assembléias, decida sobre a sua utilização.

democrática dos recursos públicos", por outro, milhares de militantes demandavam da governança global, da qual o Banco Mundial é parte, um planejamento participativo dos gastos dos recursos globais e a democratização das instituições econômicas globais.

As oito organizações brasileiras[99] que formaram o primeiro Comitê Organizador do FSM buscaram, em março de 2000, o apoio da prefeitura de Porto Alegre e do governador do Estado do Rio Grande do Sul, ambos membros do PT, para a realização de um encontro anti-Davos. O primeiro a apoiar foi o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, que ficou muito entusiasmado com a ideia e logo o Governador Olívio Dutra também decidiu dedicar boa parte do seu tempo e esforços ao FSM. Deste modo, o FSM, de modo extremamente diferente da maioria dos eventos transnacionais críticos à globalização hegemônica, nasceu com fortes raízes locais. O fato do PT de Porto Alegre ter sido construído principalmente com base no associativismo, sindicalismo, nas organizações eclesiais de base, movimento urbano, de mulheres e outros foi o fundamento deste diferencial.

> Porto Alegre foi uma escolha esperta para sediar o FSM, uma vez que ambos os governos, do município e do Estado, desejavam alocar significativos recursos materiais e humanos no evento. Em termos comerciais a maioria das localidades considera o FSM um bom negócio, mas em termos ideológicos nem todos o veem assim[100] (TEIVAINEN, 2002, p. 123).

Porto Alegre reunia as condições ideais para um evento como o FSM. O êxito da realização dos primeiros encontros foi tamanho que pairava certo temor entre os organizadores de que, com a saída do encontro para outros países, a iniciativa pudesse definhar. O fato do encontro ter "dado certo" em outras paragens como Mumbai, Nairóbi e mesmo Belém (que apesar de ser no Brasil tem características bem distintas das de Porto Alegre) é uma prova de seu potencial contra-hegemônico e da sua capacidade de gerar envolvimento, mobilização e identidade em três pontos estratégicos do sul global em que foi realizado.

O fato do FSM ter principiado em Porto Alegre, a capital do Orçamento Participativo, implicou, segundo alguns autores, em um novo princípio ético-político de organização social. A reação do campo hegemônico, como vimos anteriormente, a este tipo de iniciativa, vem no sentido de se apropriar e ressignificar os valores e conceitos formulados no seio do movimento contra-hegemônico. Até mesmo o Banco Mundial apontou o modelo de Porto

[99] Ver capítulo 3.

[100] No original: Porto Alegre was a smart choice for hosting the WSF, as both municipal and state governments were willing to allocate significant material and human resources to the event. In commercial terms most locals consider the WSF a good deal, but in ideological terms not everyone agrees.

alegre como uma demonstração eficiente de uma democratização da gestão dos recursos públicos. O O.P. de Porto Alegre ajudou a impulsionar o debate sobre a democratização das instituições econômicas globais. E, segundo Teivainen, ajudou a quebrar uma estrutura de pensamento eurocêntrica e neo-colonial que não apostava na possibilidade do desenvolvimento de um pensamento crítico e práticas inovadoras nos países do sul que mais tarde serão refletidas nas sociedades do norte. Para Teivainen: "we need to take seriously the idea that countries like Brazil can teach important lessons about the future of countries like Finland (devemos levar a sério a ideia de que países como o Brasil podem ensinar lições importantes sobre o futuro de países como a Finlândia). O papel do Brasil na consolidação de um espaço para o encontro da globalização contra-hegemônica teve implicações notáveis na legitimação de uma disputa por outros valores globais de democracia.

Segundo Wallerstein, Porto Alegre possibilitou a experiência de uma nova fórmula, diferente dos movimentos anti-sistêmicos históricos: reunir em um "espaço aberto" grupos e movimentos da sociedade civil que se opõe ao neoliberalismo e à dominação do mundo pelo capital, e qualquer forma de imperialismo com o lema "outro mundo é possível", constituindo um "processo" e não uma organização. Uma iniciativa "plural, diversificada, não-confessional, não governamental e não partidária" atuando de modo descentralizado.

Porto Alegre deu condições para que fosse criada uma síntese de um movimento amplo e heterogêneo, ao mesmo tempo local, internacional e internacionalista. Apesar de sua diversidade alguns slogans comuns foram lançados: "o mundo não está a venda", "um outro mundo é possível", "não à guerra". Certa unidade foi constituída em torno de temas como abolição das dívidas dos países do sul; imposição de uma taxação sobre as grandes movimentações financeiras internacionais como a taxa Tobbin; fim às guerras imperialistas; liberdade de divulgação e uso das informações produzidas; e vários outros pontos unitários. Todos eles construídos entre sindicalistas, feministas, marxistas, anarquistas, ecologistas, adeptos da teologia da libertação, socialistas de várias matizes, camponeses, indígenas, ONGs, intelectuais, em um encontro com duração de cinco dias com uma infinidade de reuniões, debates, seminários, plenárias, assembléias e apresentações culturais.

A iniciativa de lideranças européias e brasileiras, a junção entre a cultura social e política de Porto Alegre com o anseio dos ativistas da anti-globalização, criou as condições para o anti-Davos no Brasil. Enquanto o Fórum Econômico Mundial se reunia no norte, o Fórum Social Mundial passou a se reunir no sul. O primeiro tem aspirações de fixar uma agenda econômica da globalização, o segundo pretendia fixar a agenda social global. Os encontros deveriam ocorrer na mesma data, foi o que decidiram movimentos como a CUT e o

MST do Brasil em conjunto com uma série de outras organizações brasileiras e européias nas reuniões que ocorreram no Brasil e antecederam Porto Alegre 2001.

O jeito brasileiro de fazer Fórum Social Mundial demonstrou uma relação relativamente harmônica entre Estado, movimentos sociais e ONGs, e partidos, inclusive, pois a força do Partido dos Trabalhadores era inconteste nos bastidores destas relações. Talvez nenhum outro lugar do mundo reunisse tais condições naquele momento histórico e terreno tão propício para se erguer um encontro gigantesco da globalização contra-hegemônica. Por isso mesmo, a decisão de experimentar realizá-lo em outro lugar foi ao mesmo tempo necessária e temerária. Necessária porque se continuasse no Brasil, seu caráter transnacional estava seriamente ameaçado, e temerária por conta dos riscos de "não dar certo" em outra localidade. Foi na Índia, outro gigante do sul ainda maior e deveras mais populoso e de uma cultura milenar, diferente do Brasil, que se encontrou a sede para o primeiro FSM fora de terras brasileiras.

4.1.2 A mudança para Belém

Na reunião do CI de 30 e 31 de maio de 2007, em Berlin, o debate sobre o destino do fórum em 2009 roubou a cena. O interessante é que uma tendência que perdurou por todo o ano de 2007 e 2008 se revelou bastante forte e se misturou com o processo de decisão sobre a sede. A tendência era a do aprofundamento dos debates estratégicos em torno do destino do FSM. Durante a reunião, voltou à tona o debate sobre a periodicidade do FSM e a rede Via Campesina, com apoio de outras organizações, propôs que 2008 e 2009 fossem dedicados a realização de encontros com foco em temáticas e regiões ainda não alcançadas pelo FSM, e que somente em 2010 o fórum voltasse a se reunir de forma centralizada.

Esta polêmica já foi discutida neste trabalho e revela uma fissura que está no coração do FSM, entre movimentos sociais e ONGs, entre "movimentistas" e "horizontalistas". Para os movimentos sociais, o fórum é uma extensão de suas lutas, uma possibilidade de ampliar suas atividades, se expandirem, atingir mais países, levantar temas, formar redes. Para algumas ONGs centrais na condução do FSM, o evento e todo o processo é quase um meio de sobrevivência, ficar três anos sem o evento centralizado seria quase um suicídio para estas organizações que através do FSM captam recursos e agendam suas atividades. Portanto, como era de se esperar o CI de Berlin confirmou a realização de um novo evento centralizado em

2009 e decidiu pela sua realização na "região amazônica"[101]. Curioso ressaltar que esta opção não havia sido sequer aventada na reunião anterior do CI em Nairóbi.

Esta foi uma das decisões mais difíceis já tomadas em uma reunião do CI. O grupo de trabalho designado pela plenária para trazer uma proposta consensual no dia posterior esteve reunido por toda a noite para conseguir superar as principais polêmicas em curso. Várias tensões estavam presentes, a primeira com relação à proposta da Via Campesina de não se realizar um evento centralizado em 2009, a segunda quanto ao local do FSM, visto que a opção de se fazer na Amazônia praticamente atropelou outras alternativas anteriormente traçadas como Ásia Oriental e retorno à África. A proposta de realizar na Amazônia e sua aprovação revelaram, uma vez mais, o poder do coletivo brasileiro de ONGs (Ibase, Cives, Abong, CBJP e Attac Brasil), mais tarde e atualmente o GRAP, na condução do FSM.

Um documento com o título *O processo Fórum Social Mundial em 2008 e 2009* assinado por Cândido Grzibowski do IBASE, José Corrêa Leite da ATTAC Brasil e Oded Grajew da CIVES, e distribuído na reunião de Berlin, fundamentou os interesses do grupo que seriam transformados em decisões do CI nos dias em que esteve reunido na Alemanha. No documento, os autores fazem uma leitura do processo FSM desde o seu princípio e respondem às polêmicas em voga na época, sendo a mais forte a que apontava pelo fracasso do FSM como um instrumento de contra-hegemonia, dizendo que é "muito difícil desenvolver uma estratégia de contra-poder e contra-hegemonia, ainda mais em um marco global, em um momento de dispersão de forças, em que diferentes projetos particulares priorizam seus próprios protagonismos". Eles se referiam a certo declínio na mobilização dos movimentos antiglobalização e que se refletiu no processo de mobilizações globais realizados em 2008, como contraponto à reunião de Davos.

Para concretizar sua proposta para o FSM 2009, os autores argumentaram que novas e agudas contradições estavam sendo desencadeadas pela globalização neoliberal nos últimos anos. Promovendo uma mudança no quadro ideológico e político e facilitando uma ação política "centrípeta" por parte dos movimentos, desde que estes soubessem novamente localizar a "veia capaz de galvanizar as expectativas dos diferentes setores em movimento". A conjuntura da época apontava para o crescimento da resistência às invasões do Iraque e do Afeganistão e a política imperialista de Bush, a ascensão de governos progressistas na América Latina, perda de legitimidade por parte de instituições como o Banco Mundial e o FMI. No entanto, a questão mais candente do momento, segundo os ativistas Oded, Corrêa e

[101] A região amazônica inclui 9 países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Cândido, era a percepção, mesmo que ainda difusa, dos efeitos destrutivos da globalização neoliberal, que não apenas aprofunda as desigualdades, mas gera uma crise ecológica que em perspectiva coloca em xeque o atual modelo civilizatório, baseado nos critérios da rentabilidade mercantil. O rápido aquecimento global seria apenas o problema mais visível da emergência da escalada do desequilíbrio ambiental.

Este foi o argumento que embasou a defesa do grupo ao apresentar uma proposta de retorno do FSM ao Brasil. Para tanto articularam com um grupo de organizações e movimentos que há anos vinha organizando o Fórum Social Pan-amazônico, o Grupo de Trabalho Amazônico, para que este apresentasse ao Conselho Internacional uma proposta de candidatura para a sede do FSM 2009. A proposta é de que o fórum fosse realizado em uma grande cidade da Amazônia. A imagem que se tentou passar é de que poderia ser em qualquer um dos nove países da região, mas na verdade já estava em curso uma articulação com o Governo do Pará no Brasil, para que o encontro ocorresse na cidade de Belém.

Um FSM realizado neste marco, segundo seus defensores, poderia estabelecer novamente uma "tendência centrípeta" no altermundialismo. O enfrentamento de questões polêmicas como a relação com os governos, as grandes corporações e as agências internacionais, a sustentabilidade do evento e o protagonismo dos setores populares estava na argumentação pela realização de um Fórum Social Mundial "qualitativamente diferente em sua prática". Tudo isto à luz das novas experiências de governos, e suas respectivas relações com os movimentos sociais na América Latina, e através do modelo organizativo do "espaço aberto" como método de ação política democrática na intenção de construir um entendimento comum sobre a situação desastrosa do planeta e as ações necessárias para sua superação.

4.2 A Índia fez o FSM ser mundial

Se o Brasil instalou e consolidou o FSM, a Índia o internacionalizou. Brasil e Índia são dois países de grande porte e cada vez mais proeminentes no cenário político internacional. São dois gigantes, ambos situados em continentes de países em desenvolvimento, duas grandes democracias, com herança colonial, de formação histórica plural, seja do ponto de vista das diversas etnias que comportaram e ainda comportam, como das diversas culturas que interagem no seu interior. A diversidade é uma marca dos dois países.

A Índia tem uma história milenar que data de 2.500 anos a.C. que não cabe resgatar para efeito das análises que realizamos neste trabalho. No período recente, séculos XIX e XX, sofreu com a colonização e dominação britânica que desembocou em uma longa luta por

independência. Subjacente a esta luta esteve presente outro processo que perdura até hoje de contenda entre hindus e muçulmanos, que compromete a paz na região e a unidade nacional indiana há séculos.

Os britânicos estabeleceram seu primeiro posto avançado no sul asiático no início do século XVII. No final do século, já tinha estações comerciais permanentes em Madras, Bombay (hoje Mumbai) e Calcutta. Expandiram sua influência e em 1850 já tinham o controle de toda a região em que hoje estão a Índia, o Paquistão e Bangladesh. Por volta de 1857, os ingleses já administravam a Índia diretamente e controlavam o resto da região através de acordos com governantes locais. No final do século XIX, tem início as primeiras movimentações pró-independência da Índia, com a emergência de uma liderança que se transformou em personalidade mundial, Mohandas Karamchand Gandhi, chamado Mahatma ou "grande alma" (KULKE & ROTHERMUND, 2004; PCIM, 2000).

O movimento pela independência nacional da Índia foi fortemente marcado pela personalidade de Mahatma Gandhi, e além da conquista da independência, deixou marcas em todos os aspectos da vida da nação indiana, que contava na época com 300 milhões de habitantes (VINOD, 2004, p. 21). Além de suas características centrais de não-violência e luta fundada na verdade – na *satyagraha* – o pensamento de Gandhi marcou também com força os temas do modo de governo, descentralização, da ética e da moral na política, da educação, do desenvolvimento rural e nacional, da autonomia, do voluntariado, das castas e dos intocáveis e etc. (Idem). Após a conquista da independência e o assassinato de Gandhi por um fanático hindu, seu pensamento se difundiu em uma ampla variedade de movimentos e organizações da sociedade civil muito ativos até os dias de hoje. Entre os movimentos mais influênciados estão os relacionados à proteção do meio ambiente, os movimentos indígenas (*adivasi)* e os que lutam pelo governo local (*panchayati raj).*

Fazendo um paralelo histórico, enquanto os brasileiros viveram, nas primeiras décadas do século XX, o surgimento do movimento tenentista, anos 20, e a revolução burguesa de 30, com a emergência de ícones como Prestes e Getúlio, os indianos promoveram uma das mais belas batalhas independentistas do mundo, com o protagonismo de figuras como Gandhi e Nehru. As experiências políticas destes anos iniciais do século XX, em ambos países, exerceram importante influência na conformação de suas sociedades, seu sistema partidário, sua sociedade civil e seu Estado. As características da sociedade brasileira e da sociedade indiana que um século mais tarde vão abrigar eventos do Fórum Social Mundial trarão elementos definidores do caráter da contra-hegemonia global embalada pelo FSM.

Gandhi liderou a luta *swaraj* (pelo auto-governo), promovendo boicote contra os produtos britânicos e estimulando a produção artesanal. Uma das marcas de sua liderança foi a defesa da não-violência manifestada em seguidas campanhas de desobediência civil que pouco a pouco foram minando o domínio britânico. Podemos dizer que a juventude dos anos 90, que protagonizou os protestos anti-globalização de Seattle, Nice, Gênova e outros, pregando a não violência, a desobediência civil, o boicote a produtos norte-americanos, foi beber nesta fonte. Assim como as experiências de cooperativismo, de economia popular e solidária e resgate de culturas tradicionais massacradas pela globalização hegemônica, e que encontraram um desaguadouro no FSM, também tiveram precedentes na Índia de Gandhi. Um dos grandes diferenciais do FSM de Mumbai, frente aos que o precederam, foi a recusa em receber financiamento externo de grandes corporações como a Fundação Ford ou a Fundação Rockfeller.

A luta independendista indiana foi profundamente marcada pela divisão entre muçulmanos e hindus, simbolizada pela disputa entre a Liga Muçulmana e o Partido do Congresso, liderado por Gandhi e Nehru. Neste sentido 1947, é um ano chave da história indiana por ser o ano da libertação da Índia do domínio inglês, e também da divisão que promove Índia e Paquistão[102] a dois Estados independentes, que ao contrário de aplacar as animosidades fez com que uma onda de hostilidades fosse desencadeada até os dias de hoje entre hindus e muçulmanos (Ibid, 2004).

A luta dos indianos por liberdade contou com a participação entusiasmada de grande parte da população. A independência tinha o significado da posse da terra, acesso a comida, habitação, serviços de saúde. A liberdade significava a eliminação do sistema de castas e a herança comunal. Tais aspirações parecem não ter sido supridas pela nova elite que dominou o Estado republicano que surgiu na Índia pós-independência. O não enfrentamento das graves questões agrárias e as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de sua indústria foram as marcas do período de governo do Partido do Congresso em aliança com grandes latifundiários indianos e dubiedade na relação com EUA e URSS (PCIM, 2000).

O problema, segundo o cientista político indiano Partha Chatterjee, é que o processo de independência da Índia não pode ser visto apenas sob o escopo da ciência social ocidental. Alguns conceitos empregados para fazer a análise acabaram por ofuscar a diversidade de formas e métodos da revolta popular que ainda hoje existe em seu país, mesmo após a

[102] A Frente Nacional Unida pela Independência da Índia teve fim quando "os dirigentes dos maiores partidos da burguesia – o Partido do Congresso (indiano) e a Liga Islâmica (paquistanesa) – fizeram um acordo que resultou na divisão do país, e a Índia e o Paquistão tornaram-se Estados independentes sob a direção das classes burguesas" sob patrocínio da Grã-Bretanha (CARMONA, 2009, p. 59).

independência. O autor alega que o conceito europeu de sociedade civil, por exemplo, é inadequado para abordar a dinâmica política dos setores marginalizados na Índia. O que Chatterjee mostra é que o processo de libertação nacional indiana fez com que, uma vez independente da grã-bretanha, a Índia caísse nos domínios da globalização capitalista ficando ainda mais fragilizada frente ao poderio hegemônico global do que era ao poderio inglês. O imperativo sobre a sociedade indiana continuou sendo de padrões ocidentais como aponta Chatarjee (CHATARJEE, 2004).

A incapacidade do arcabouço teórico ocidental de dar explicações para a realidade indiana, denunciado por Chatarjee, coloca em questão a falência do paradigma sócio-cultural da modernidade apontada por Santos. Nenhum dos dois pilares basilares da modernidade, nem o da regulação social, nem o da emancipação social, servem para explicar sociedades pós-coloniais como o Brasil ou a Índia. Segundo Santos, o princípio da regulação não dá conta de explicar uma sociedade onde "o Estado é estrangeiro, o mercado inclui pessoas entre as mercadorias (os escravos) e as comunidades são arrasadas em nome do capitalismo... e substituídas por uma minúscula sociedade civil..." Por outro lado, a concepção de emancipação social nos parâmetros ocidentais orientada para o "progresso", e é disso que fala Chatarjee ao se referir à Índia, também não consegue explicar as ricas experiências emancipacionistas dos povos colonizados de forma violenta pelos europeus e doutrinados por missionários religiosos (Idem).

Assim como o Brasil, a Índia possui uma enormidade de recursos naturais, abundância de terras cultiváveis, riquezas minerais imensas e grande potencial para geração de energia. Além disso, a Índia concentra uma das maiores populações do mundo, com grande perícia científica, técnica, gerencial e intelectual. O desenvolvimento do Estado e da sociedade indiana também sofreu os impactos do período de hegemonia norte-americana pós-segunda guerra, o período de guerra fria e a emergência do neoliberalismo ao final dos anos 70, com intensificação nos anos 90. Os governantes indianos souberam jogar com a existência de dois blocos em disputa, e negociaram tanto com EUA como com a URSS, conseguindo, ao menos parcialmente, industrializar sua economia e expandir o setor estatal com a nacionalização de bancos e indústrias de petróleo. Embora a ausência da reforma agrária e o altíssimo endividamento interno e externo tenham reproduzido a trajetória capitalista clássica dos países em sub-desenvolvidos da segunda metade do século XX, e paralisado o Estado, que foi buscar no capital financeiro e na abertura de sua economia a redenção prometida pela globalização hegemônica neoliberal, que também condicionou o desenvolvimento do Brasil e de tantos outros países.

As políticas liberais na Índia foram impulsionadas nos anos 90, assim como no resto do mundo, principalmente após a chegada ao poder do BJP (Bharatiya Janata Party), Partido do Povo Indiano, partido conservador de maioria hinduísta. Neste período, ocorre a abertura da economia ao capital estrangeiro, desmantelamento do setor público, abertura de áreas estratégicas à iniciativa privada, resultando em substituição de produtos nacionais por importados, desemprego, financeirização da economia e aumento considerável das dívidas interna e externa. Assim como no Brasil, a adoção de tais políticas neoliberais levou ao aumento das desigualdades sociais, econômicas e regionais, elevou o número de pobres, precarizou o trabalho e provocou cortes em setores como educação e saúde (SEN, 2006).

Outro grave problema que piorou com a liberalização da economia foi a questão agrária. Embora guarde semelhanças com o problema agrário no Brasil, a dimensão da pobreza rural na Índia não tem comparação com outras nações. De acordo com dados do NCAER[103], mais de 285 milhões de pessoas na área rural estão abaixo da linha de pobreza, mesmo mais de cinqüenta anos após a independência. Este continua sendo um dos problemas nacionais dos mais importantes para o povo indiano, implicando inclusive na resolução de outros temas como a da opressão de castas e de gênero no interior do país. A situação mais flagrante do profundo problema agrário na Índia é o fato de que embora produza muitos grãos, e tenha capacidade desenvolvida para alcançar a auto-suficiência alimentar, milhões de pessoas continuam a não ter alimentos e padecem de fome e desnutrição (Idem, 2006).

Ao lado da questão agrária está o problema da opressão e discriminação de castas que tem raízes no sistema social pré-capitalista. A questão é que o preconceito de castas foi sendo reproduzido pela burguesia indiana que assumiu o controle do Estado. Grande parte da classe trabalhadora informal é formada pelos *dalits*. Considerados fora da lei, os *dalits* são sujeitos à intocabilidade e outras formas de discriminação, e formam um imenso movimento por emancipação através de uma luta que tem um conteúdo essencialmente democrático de busca por seus direitos em uma sociedade rigidamente hierarquizada[104] (Idem, 2006).

A origem do sistema de castas na Índia está na necessidade dos Rajputs (classe de guerreiros) e Reis, como o Rei Maratha, de formalizar e institucionalizar algumas posições no interior da sociedade, baseadas nos critérios de perícia militar, assim como nas noções de

[103] National Council of Applied Economic Research (NCAER) da Índia (http://www.ncaer.org/).

[104] Segundo Vinod, um dos problemas da esquerda indiana tem sido sua incapacidade de integrar as castas e as classes em um programa político único. Para os Dalits, no melhor dos casos os setores de esquerda demonstram compaixão ou simpatia por sua causa e não buscam reformas políticas que lhes possam dar mais direitos políticos. Os dois intelectuais e dirigentes dos Dalits nos últimos anos tem sido Jyotirao Phule e B.R. Ambedkar, através dos quais os movimentos sociais e culturais Dalits tem se implantado ativamente na sociedade civil indiana. Há ainda os partidos RP (Partido Republicano) que perdeu influência para o BSP (Bahujan Samaj Party) e o partido Samajwadi (VINOD, 2004, pp. 26-27)

Varnas (grupos), diferentes tipos de Jati e valores centrados na cultura Brahman. Nos séculos XVIII e XIX, a exaltação da rotina e dos serviços promovida tanto pelos reinados que sucederam Mughal, como pela Companhia das Índias Orientais, ajudaram a espalhar as convenções de castas inspiradas na cultura Brâmane. Em seu texto, *O domínio britânico na Índia*, de 1853, Karl Marx tinha a esperança de que a dominação inglesa, apesar de se realizar "sob o impulso dos interesses mais mesquinhos" poderiam revolucionar as relações sociais na Índia e em toda a Ásia. Para Marx, ao se referir às pequenas comunidades no interior do "hindustão", não se podia "esquecer que essas pequenas comunidades estavam contaminadas por diferenças de casta e pela escravidão, que elas submeteram o homem às circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo soberano das mesmas circunstâncias, que converteram um estado social que se desenvolvia por si só num destino natural imutável..." (MARX & ENGELS, 1982, p. 291).

Segundo Susan Bayly, em todo o processo histórico de formação da Índia, as teorias de castas tem ganhado variadas formas, para alguns teóricos indianos a casta indiana estava intimamente ligada às noções de modernidade e nacionalismo. Na primeira metade do século XX, diferentes abordagens sobre a questão colocaram em conflito Gandhi e Nehru, especialmente sobre as políticas constitucionais e o status de intocabilidade. Posteriormente, após a independência, a questão das castas influenciou nos debates sobre "cotas" para castas nos governos, critérios de "atraso" para estabelecer novas classes de atrasados e o desenvolvimento de políticas eleitorais específicas para determinadas castas. Segundo Susan Bayly, autora de um dos mais reconhecidos livros sobre castas na Índia *Caste, Society and Politics in Índia: From the Eighteen Century to the Modern Age*,

> A Índia não é, e nunca foi, uma "caste society" monolítica. Pode até ser que um dia, os princípios e os costumes dos *jati*[105] e dos *varna*[106] venham a perder muito ou todo o seu significado para os indianos, que vivem tanto dentro como fora do subcontinente. Não obstante, se alguém quer fazer justiça à complexa história da Índia, e à sua cultura e política contemporâneas, a questão das castas não pode ser nem ignorada, nem minimizada – seu poder tem sido simplesmente muito convincente e duradouro (BAYLY, 1999).

[105] Jati: grupos estabelecidos por local de nascimento. São inúmeros os grupos de Jatis em toda a Índia e se encaixam nas estruturas hierárquicas locais ou regionais.

[106] Varna para os hindus quer dizer "de cor". Tornou-se o padrão da classificação da população da Índia por volta de 600 a.C. Divide a sociedade em quatro categorias: *Brahmanes (a elite, os instruídos e os proprietários de terras – são os sacerdotes, religiosos e nobres)*, os *Kshatriya* (os guerreiros e os bem dotados), os *Vaishya* (camponeses e comerciantes) e os *Shudra* (trabalhadores manuais e classes baixas). Uma quinta categoria, mas que nem conta como tal na classificação *varna* seriam os que estão de fora desse esquema, os "párias", os sem casta, os "intocáveis", conhecidos como "dalits", "haridchans" ou "haryans" (VINOD, 2004, p. 26).

Não é só a divisão de castas que impede a unificação da sociedade indiana. Os conflitos étnicos e religiosos são também muito intensos. Há discriminação das minorias, como de cristãos e muçulmanos, por exemplo, tanto na esfera econômica como na social. Esta situação retroalimenta o fundamentalismo e enfraquece as possibilidades do exercício do secularismo. A força do comunalismo embarga a possibilidade de uma completa separação entre religião e política e ameaça tanto a unidade nacional como o exercício da democracia na Índia.

Aliás, outro diferencial indiano é a magnitude do esforço que deve ser feito para dar cabo de mecanismos democráticos, como as eleições, contando com uma população tão volumosa, rural e, em grande parte, analfabeta. Nas últimas eleições, de 2009, 714 milhões de pessoas estavam aptas a votar, isso dá quase quatro vezes a população brasileira. Impossível, por exemplo, realizar a eleição em um dia como no Brasil. O período eleitoral indiano dura pelo menos um mês, para que a capacidade administrativa, logística e de segurança garanta o pleito.[107] Outro efeito desta magnitude populacional, aliado aos problemas étnicos, religiosos e agrários que citamos, é a dificuldade de criação de partidos nacionais na Índia, afinal cada Estado tem as dimensões de uma nação e as dinâmicas regionais são preponderantes.

Um exemplo desta segmentação política regional, resultado também da existência de uma soberania fragmentada, é a trajetória do Partido Comunista da Índia Marxista, PCI(M) no Estado de Kerala, desde 1957. Este exemplo é ilustrativo porque a experiência de Kerala também nos remete à confluência entre Brasil e Índia na produção do Fórum Social Mundial. Assim como Porto Alegre, Kerala é uma região indiana com forte tradição de movimentos populares, com sucessivas melhoras nos indicadores sociais ao longo das últimas décadas, com instituições democráticas constituídas, um Estado comprometido embora ainda centralizador e burocrático.

No ano de 1996[108], no Kerala se deu início a um movimento de massas que ficou conhecido como Campanha Popular pelo Planejamento Descentralizado. A campanha tinha como intenção fazer com que os governos locais preparassem seus planos de forma transparente e participativa (Thomas Isaac, 2002, p. 13), além de gerar uma pressão vinda de baixo para a realização de reformas institucionais que possibilitassem maior participação popular na elaboração e execução das políticas públicas. Segundo Thomas Isaac,

---

[107] Santwana Bhattacharya in: http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/KC10Df02.html

[108] Outro ponto que conta a favor da semelhança na trejetoria do Brasil e da Índia é o fato de que ao reformular sua constituição, em 1994, a Índia abriu o caminho institucional para a reforma dos poderes locais, no sentido do *Panchayati Raj*, tão desejado por Gandhi.

> foi vital para o sucesso do programa a geração de uma cultura cívica democrática. Deste modo, a descentralização deixou de ser um mero processo de reforma administrativa, mas se transformou em objeto de mobilização de massas e políticas populares (ISAAC, 2002, p. 13).

O planejamento descentralizado de Kerala, assim como Orçamento Participativo de Porto Alegre, é mais um exemplo de como uma política local contra-hegemônica cria impacto no discurso da globalização hegemônica, antes de se tornar uma referência do campo contra-hegemônico global. O Banco Mundial virou um defensor da descentralização da governança como exemplo a ser seguido pelas administrações públicas em geral. Ocorre que, como apontou Thomas Isaac, a descentralização democrática, como a que ocorre em Kerala, é parte de uma luta maior e anterior da população por auto-confiança, e uma tentativa de atingir algumas das necessidades mais concretas da população através da participação em massa.

O trabalho do PT no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre tem pontos convergentes com o trabalho realizado pelo PCI(M) em Kerala na Índia. A influência do PCI(M) na condução do FSM na Índia não se compara à força do PT no surgimento e realização dos encontros do FSM no Brasil, mas foi fundamental na sua consecução. Tanto uma experiência como a outra estão assentadas no ideal da participação e na Índia a diversidade das forças políticas e sociais que ergueram o Fórum foi impressionante. Esta participação implica na influência da população nas decisões que afetam seu cotidiano, no plano local, através do Orçamento Participativo de Porto Alegre ou da Campanha Popular pelo Planejamento Descentralizado em Kerala, e no plano global através da expressão de consensos mundiais que possam influênciar decisões de organismos como a ONU ou a OMC.

Assim como a força do PT, enquanto partido, governo, parlamento e movimentos sociais e sindical, teve forte influência na concepção e possibilidade de realização do FSM no Brasil, também o PCI(M) jogou grande papel na realização do FSM na Índia. O movimento comunista indiano emergiu em 1920, como um dos setores da luta indiana pela libertação contra o domínio britânico. Apesar de estarem em número reduzido, tinham influência no interior de sindicatos, lutas de massa e por reformas sociais. Da década de 20 até os anos 50, os comunistas indianos viveram uma trajetória de expansão, crises, prisões, desligamento de Moscou e constituição de dirigentes destacados. Em 1957, sob a liderança de E.M.S. Namboodripad, ganham as eleições em Kerala. Internamente, se dividiam quanto ao apoio e participação junto ao Partido do Congresso, liderado por Nehru, no governo da Índia. Um setor defendia que o Partido do Congresso era um aliado da revolução indiana, e outro defendia o afastamento e crítica ao governo por seus vínculos com a burguesia e latifundiários. O PCI(M) foi formado pelos críticos ao governo e uma grande divisão resultou

em três partidos em 1964: PCI[109], PCI(M)[110] e PCI(ML)[111]. Hoje os dois partidos trabalham estreitamente juntos.

Nenhum outro partido encarou o *panchayat* (auto governo local) como PCI(M) (PRASHAD, 2006). Além de construir suas organizações como sindicatos, associações estudantis, organizações de mulheres, de alfabetização e outras, o PCI(M) trabalhou pela intensificação de instituições paralelas para socializar a democracia e dar materialidade ao que a constituição indiana determina como democracia direta, os *panchayats*, herdados do movimento de libertação liderado por Gandhi. Desde 1957 os comunistas tem vencido eleições consecutivas ou alternadas em Kerala e desde 1977 em Bengala, sofrendo sua primeira derrota importante recentemente nas eleições de 2009.

A força dos comunistas em Bengala, por pelo menos três décadas, está associada ao fato de que o partido conseguiu manter a coesão de uma Frente de Esquerda que inclui um certo número de partidos e executou notável transformação no cenário rural e com a ativação do sistema panchayat. Segundo o cientista político indiano Partha Chatterjee,

> Foi ali (em Bengala) que os partidos de esquerda converteram suas funções do governamental em fontes poderosas e incrivelmente estáveis de apoio local de uma clara maioria de grupos populacionais. Muito tem sido escrito de como isso foi feito – de reformas agrárias à instituição de governos locais democráticos nas aldeias (...) (CHATTERJEE, 2004, p. 144).

Em Kerala (Heller e Isaac, 2002) com a vitória da Frente Democrática de Esquerda, liderada pelo Partido Comunista em 1996, implanta-se a Campanha dos Cidadãos pela Descentralização do Planejamento. A população então de Kerala era de 31 milhões de habitantes e foram organizados 1214 órgãos locais e também "programas massificados de formação, de mobilização efetiva das competências da sociedade civil e de esforços coordenados de transferência de poder para grupos tradicionalmente marginalizados – mulheres, adivasis (tribais) e dalits (intocáveis)" (HELLER e ISAAC, 2002, p. 603).

---

[109] O PCI elegeu 10 deputados em 2004, obtendo 1,4% dos votos; em 2009, elegeu 4 deputados, a despeito de um pequeno crescimento da votação total (1,44%). Ambos partidos – PCIM e PCI – atuam em coordenação, e segundo um dirigente do PCIM "não há mais razões para a existência de dois partidos, exceto por dificuldades em unir as duas estruturas", que deverão ser superadas com o tempo (CARMONA, 2009, p. 55).

[110] Segundo informe do 19º Congresso do PCIM (abril, 2008) o partido contava com 982.155 membros em 2007. Governa três estados indianos: o populoso Bengala Ocidental, com 81 milhões de habitantes, desde 1977; Kerala de 32 milhões de habitantes, cujo governo o partido dirigiu pela primeira vez ainda em 1957; e o "pequeno" Tripura, de 3,2 milhões de habitantes (CARMONA, 2009, p. 54).

[111] Formado em 1967, PCI(ML) é uma variante indiana dos partidos maoístas, que posteriormente se dividiu em varias tendências. Enquanto o PCI e o PCIM participaram sempre dos processos eleitorais, o PCI(ML) tinha um programa político de conquista do poder através da violência e teve grande eco entre professores e universitários ao final dos anos 60 que se comprometeram a trabalhar em conjunto com os camponeses nas regiões mais ermas do país (VINOD, 2004, p. 22-23).

É importante ressaltar que assim como o PT, ao chegar no governo em Porto Alegre e implantar o Orçamento Participativo, encontrou uma sociedade com uma densa rede associativa e uma sociedade civil bem constituída, com tradição dos movimentos sociais e populares, também em Kerala, os comunistas trabalharam no enraizamento da democracia participativa sobre uma base participativa que eles mesmo ajudaram a promover:

> a longa história de mobilização social iniciada com movimentos de reforma do sistema de castas e algumas revoltas pontuais nos anos de 1920 e 1940 cristalizaram-se em um movimento das classes populares sob a proteção do partido comunista, que ascendeu ao poder em 1957. Sucessivos mandatos comunistas, juntamente com um processo quase contínuo de mobilização militante massificada, exerceram uma pressão inflexível no poder central para a ampliação de programas sociais, o controle do mercado de trabalho e a implantação de reformas agrárias (Ibid, 2002, p. 610).

Uma questão importante para reflexão é que, tanto Porto Alegre como Kerala, ao realizarem suas inovações democráticas para ampliação da participação popular, encontravam-se em uma situação de desenvolvimento superior à média de seus respectivos países. Em Kerala, segundo Heller e Isaac, em 1996, 90% da população estava alfabetizada e a esperança de vida atingia 72 anos, a percentagem de famílias abaixo da linha de pobreza havia diminuído de 54,2% (1973) para 24,4% (1988). Ao mesmo tempo em que estão inseridos em países em desenvolvimento com questões sociais graves por resolver, confrontando a luta contra a desigualdade social com a luta pela igualdade política e democrática de decidir. Porto Alegre e Kerala conseguiram motivar suas populações e produzir inovações democráticas no difícil equilíbrio entre expectativas frustradas e possibilidades alcançadas. Ao mesmo tempo em que estão inseridas em países extremamente desiguais, conseguiram produzir um mínimo de igualdade social que possibilitou almejar a igualdade política e participativa. Brasil e Índia se projetam assim no cenário mundial e tornaram-se países de referência na organização de Estados fortes e sociedades civis consistentes, com tradição no movimento sindical, no associativismo, nos movimentos populares, de gênero e diversidade.

No jogo de forças internacional, a Índia, assim como o Brasil, tem ganhado proeminência e protagonismo nas últimas décadas. Com a chegada do governo BJP (1998-2004), os EUA ganharam um importante aliado em uma região estratégica de disputas com China e Rússia. Esta situação muda com o retorno do CNI ao poder em 2004 e o início de um período de reconfiguração do balanço de forças internacionais, com a formação de blocos de países desenvolvidos do sul que passam a desequilibrar o equilíbrio da hegemonia mundial.

Um exemplo desta reconfiguração é a formação do bloco IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) de três grandes democracias do sul global. O IBAS é resultado do aumento do nível de cooperação entre os países do sul na arena transnacional, e caminha na direção apontada pelos seguidos FSM de aprofundamento da relação dos países do Sul, frente aos contingenciamentos provocados pelas políticas hegemônicas do norte, e por uma nova integração do sul global na promoção de um novo balanço de forças mundial.

4.2.1 De Porto Alegre a Mumbai

Em 2003, ao sentir que o FSM precisava ser experimentado fora de terras brasileiras e mesmo latino-americanas, para incluir mais as pessoas da África e da Ásia, o Conselho Internacional[112] do FSM e o Secretariado brasileiro escolheram a Índia para ser o país sede do FSM, 2004. A ideia era trazer os temas asiáticos e africanos à luz dos debates e preocupações do FSM. Além de todas as semelhanças de condições que percebemos ao comparar o recente histórico político-social de Brasil e Índia, cooperou para esta decisão a realização do Fórum Social Asiático em Hyderabad, na Índia, em janeiro de 2003, contando com a participação de cerca de 20 mil delegados representando 840 organizações entusiasmadas com o processo FSM. Seus organizadores defendiam que o FSM 2004 mobilizasse todos aqueles que se opunham ao imperialismo e à globalização neoliberal, à guerra e à violência sectária e estivessem comprometidos com os valores da democracia, da pluralidade, da dignidade e da paz[113].

Ao apresentar sua proposta de organização do FSM, o Comitê Organizador Indiano deixou claro que o FSM na Índia não iria focar apenas nos temas da globalização hegemônica neoliberal, mas também nas questões da religiosidade, da violência sectária, na discriminação por castas e no patriarcado. A proposta foi colocar lado a lado as lutas contra as ameaças da globalização capitalista neoliberal e uma agenda secular, plural e pela igualdade de gênero. Para atender as especificidades da realização do FSM em seu país, os indianos fizeram alguns ajustes à Carta de Princípios do FSM, o que foi tratado com certa irritação pelos organizadores brasileiros, pois até hoje a carta permanece intocada, como uma clausula pétrea do Fórum, embora sua realização na Ásia e na África já tenha demonstrado que ajustes são necessários de acordo com a realidade do local que sedia o encontro.

---

[112] Ata da reunião disponível em: www.forumsocialmundial.org.br
[113] Documento do CO do FSM Mumbai: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=fsm2004_indianos_ing

Um grande diferencial do Fórum de Mumbai, para o de Porto Alegre, foi a relação com os partidos. Na avaliação de Wallerstein (2004), seria impossível os indianos terem a mesma posição quanto à restrição de participação de partidos como os brasileiros. Na verdade, no Brasil quase todas as organizações e movimentos participantes do FSM tem alguma relação com o PT e partidos aliados, fazendo com que sua participação formal não fosse necessária, mas estivesse implícita. Já na Índia os movimentos estão divididos sob a influência de muitos partidos e os partidos são eles mesmos organizações de massa incontestes. Segundo Vinod,

> na Índia, os movimentos mais fáceis de identificar são aqueles vinculados a partidos políticos. Os três partidos comunistas têm cada um seu sindicato, sua organização de juventude, seu movimento de estudantes e de mulheres. O mesmo se dá com o Partido do Congresso e o BJP de extrema direita, assim como para os partidos cuja presença se limita ao nível dos Estados. Mesmo que trabalhem ocasionalmente com sujeitos similares – os estudantes, os trabalhadores e as mulheres – estes movimentos se caracterizam por sua forte lealdade que tem com seus braços políticos (...) (VINOD, 2004, p. 24)

Também a restrição a organizações que, segundo a Carta de Princípios, recorrem a métodos violentos causou problemas na Índia. Um pequeno grupo maoísta organizou um contra-Fórum, o Mumbai Resistance 2004, justamente do outro lado da rua do Fórum "oficial". Eles atacaram a concepção do FSM como espaço aberto (um talk show segundo eles) e substituíram o slogan "outro mundo é possível" por "o socialismo é o objetivo" e condenaram o fato das edições anteriores do FSM ter recebido financiamento de organizações como a Fundação Ford, por exemplo. O público do Mumbai Resistance representou menos de 2% do contingente que participou do FSM de Mumbai.

A ideia dos organizadores indianos era promover um espaço para todos os setores da sociedade, mas especialmente para os setores menos visíveis, marginalizados, não reconhecidos e oprimidos. O Fórum para os indianos deveria comportar um diálogo aberto entre um amplo espectro de partidos políticos e grupos, movimentos sociais e outras organizações. Um espaço inclusivo dos trabalhadores, camponeses, povos indígenas, dalits, mulheres, ambulantes, todas as minorias, imigrantes, estudantes, acadêmicos, artistas, mídia, parlamentares, trabalhadores do Estado e outros membros estatais. Segundo os organizadores:

> O evento trará várias organizações de massas, novos movimentos sociais e ONGs em uma plataforma, pela primeira vez na história recente da Índia.[114]

Antes de tomar a decisão de realizar o encontro mundial do FSM, os indianos realizaram cinco consultas nacionais entre fevereiro e maio de 2003. Duas em Delhi, duas em Mumbai e uma em Nagpur. Através de cada consulta, foi realizado um esforço para trazer mais organizações representativas de setores críticos da sociedade. Desde o princípio os organizadores se preocuparam em realizar os processos decisórios na montagem do FSM de forma democrática, transparente e "accountable". Neste sentido, criaram várias instâncias organizativas do FSM na Índia, o IGC (Índia General Council) que é um conselho geral que constitui o espaço final de tomadas de decisão, com ingresso aberto a todos os movimentos sociais e organizações comprometidas com a Carta de Princípios do FSM. Meses antes do FSM, o conselho contava com 135 membros, na época do FSM já contava com mais de 200. Foi criado também um Comitê de Trabalho, o Índia Working Committee, responsável pela formulação das políticas e métodos de funcionamento do processo FSM Índia. O Conselho Geral indicou os membros do grupo de trabalho que contou com 67 organizações, sendo 14 centrais sindicais e organizações de trabalhadores, 8 organizações nacionais de mulheres, 6 organizações nacionais de redes de trabalhadores do campo, 4 plataformas nacionais de dalits, 4 plataformas de adivasis, 4 organizações de jovens e estudantes, 27 movimentos sociais e outras organizações e ONGs. Por fim, foi montado um Comitê Organizador Indiano que funcionou como corpo executivo e responsável pela organização do evento, composto por 45 pessoas, a maioria de organizações com base em Mumbai, cidade escolhida para sediar o FSM da Índia.

Mumbai, uma cidade com quase 20 milhões de habitantes, foi escolhida como a cidade-sede para o FSM 2004 após um longo processo de diálogo entre todos os grupos envolvidos no processo FSM Índia. A forma de decisão da sede foi bastante diferente do modo como Porto Alegre foi escolhida como sede do Fórum no Brasil. Para os indianos, Mumbai apresentava o local ideal para desafiar a agenda da globalização hegemônica neoliberal, por ser o maior centro financeiro do mundo que não está na OCDE, ao mesmo tempo em que presenciou alguns dos mais agressivos e violentos atos de sectarismo religioso já presenciados no sul asiático. Mumbai também é um grande centro industrial e foi berço de grandes movimentos de trabalhadores, dalits, mulheres e permitiu o crescimento de alternativas artísticas no teatro e no cinema. A cidade é também o principal destino migratório

[114] Idem.

no interior do país e seu porto representou por vários séculos um ponto estratégico nas rotas do Oceano Índico. Segundo os organizadores, tudo isso contribuiu para fazer Mumbai plural, cosmopolita e inclusiva, onde todas as línguas do sul asiático são faladas e todas as religiões do mundo são praticadas. Por ser tão plural, diversa e cosmopolita, Mumbai é uma cidade segura para mulheres e visitantes internacionais, frisaram os organizadores na apresentação da proposta. Outro ponto importante é que oferece uma oportunidade para organizações de vários setores e de diferentes perspectivas políticas de encontrarem seus pares e travar relações de trabalho conjunto. Por fim, em termos logísticos a cidade está integrada ao resto do mundo pelo ar e pelo mar e possui uma grande infra-estrutura de alimentação e hospedagem para os participantes do encontro.

Segundo Wallerstein, o desejo de expandir o FSM geograficamente esteve por trás de sua mudança de Porto Alegre para Mumbai em 2004, e pode se considerar que o intento teve sucesso. Pois, de acordo com organizadores indianos em 2002, menos de 200 pessoas na Índia tinham ouvido falar do FSM e, em 2004, centenas de organizações e mais de 100 mil indianos passaram pelo encontro, vindo de vários grupos sociais, pelo menos 30 mil eram dalits, adivasi e mulheres.

A decisão de tirar o FSM do Brasil foi bastante controversa e gerou muitas discussões no interior do conselho internacional nos anos anteriores. Sendo o FSM, conforme discussão deste capítulo, fruto de uma conjunção de fatores, entre eles a cultura política brasileira, seus movimentos sociais, a relação sociedade civil e Estado no Brasil, tirá-lo deste ambiente parecia temerário. Além do mais, o FSM se sentia bastante confortável em Porto Alegre, a cidade do Orçamento Participativo e de exitosas administrações do PT. Ao ser realizado neste ambiente, o FSM possibilitava mostrar ao mundo uma experiência concreta de como gerir o Estado de forma alternativa e promovendo a participação popular, e dispor de toda a infra-estrutura e apoio financeiro necessário para a realização de um encontro da magnitude do FSM. A princípio parecia temerário o risco de descontinuidade de uma experiência ainda jovem e, portanto frágil, como o FSM, muitas dúvidas surgiram quanto à submissão da carta de princípios a um novo comitê organizador, além da dúvida sobre as possibilidades de fracasso frente as enormes demandas logísticas ao se organizar um evento da grandeza do FSM em condições distintas das de Porto Alegre.

No entanto, a necessidade de buscar um novo porto para o FSM falou mais alto, e ela estava assente, principalmente, no fato de que sendo no Brasil, apesar de ser organizado por redes internacionais, o FSM havia se tornado um encontro muito brasileiro e latino-

americano. Poucos delegados vinham de outras regiões pelo desconhecimento do evento, e por conta dos altos custos da participação, especialmente para africanos e asiáticos.

Assim que teve início o FSM de Mumbai, todas as dúvidas foram desfeitas, pelo contrário agora as dúvidas passaram a ser sobre o seu formato brasileiro. Diferentemente dos fóruns anteriores no Brasil, Mumbai teve uma participação majoritária das massas populares, movimentos de pessoas pobres, notadamente os adivasi e dalits. A presença marcante e significativa destes movimentos no FSM transformou a cultura política do Fórum (CONWAY, 2004, p. 358). As demandas destes grupos pela discussão de questões elementares, tais como o direito a terra, a água e as florestas, em oposição aos mega projetos desenvolvimentistas, com extração de recursos naturais e privatizações colocou uma nova agenda no centro do FSM. A influência destes grupos e sua luta por sobrevivência, colocando as questões ambientais e ecológicas no centro do FSM foi facilmente percebida nos encontros posteriores, em especial no argumento que embasou e possibilitou a realização do FSM 2009 em Belém do Pará no Brasil. Para Janet Conway, o FSM de Mumbai desafiou os discursos da modernização, urbanização e desenvolvimento que alimentam boa parte das lutas dos movimentos anti-globalização.

O maior diferencial do FSM de Mumbai foi a presença dos Dalits. E aqui, uma vez mais, invocamos a máxima de Tolstoi de que para ser universal, basta cantar o seu quintal. Os Dalits mostraram ao mundo que não é possível construir a contra-hegemonia global focando apenas da justiça econômica ou no comércio justo, se estas questões não estiverem colocadas lado a lado com os temas raciais, étnicos e religiosos. Mumbai vociferou que outro mundo não é possível sem a eliminação do sistema de castas em todas as suas formas. Mumbai também promoveu a participação de outros grupos até então minoritários e marginalizados nas suas sociedades, e mesmo dentro do FSM, como deficientes, aidéticos, trabalhadores do sexo e minorias sexuais (CONWAY, 2004, p. 358).

Outra grande diferença do Fórum de Mumbai para o de Porto Alegre e que abordamos brevemente foi a democratização de sua estrutura organizativa. Enquanto no Brasil, historicamente, oito organizações, junto ao Governo petista do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, organizaram as três primeiras edições do FSM, na Índia, cerca de 250 organizações estiveram diretamente envolvidas na concepção e organização do evento. Cada característica do FSM foi exaustivamente discutida dentro do Conselho Geral (CGI). No Brasil, em entrevistas que realizamos, tivemos a informação de que varias organizações nacionais, como a UNE (União Nacional de Estudantes) ou a CMP (Central de Movimentos Populares) solicitaram ingresso no comitê organizador brasileiro e sempre tiveram acesso negado.

Curiosamente, esta situação mudou pós-FSM Mumbai ao ser criado um Comitê Brasileiro composto por 23 organizações para organizar o FSM 2005 em Porto Alegre, mesmo assim o núcleo das oito organizações continuou intacto e se encontrando privadamente para pensar o futuro do FSM.

Se contrastarmos uma foto do primeiro FSM em Porto Alegre com o quarto FSM em Mumbai, vamos perceber de um lado, um encontro de homens, brancos, classe média, lotando os auditórios da PUC-RS e discutindo modelos de desenvolvimento em inglês. Na outra foto, estará uma enormidade de pessoas, de todas as cores e sexos, a grande maioria pobres, gritando e cantando em centenas de línguas diferentes nas empoeiradas alamedas de uma fábrica abandonada. Ficou evidente com o FSM de Mumbai que o encontro, para manter sua essência contra-hegemônica, precisa mudar para a acomodar as características culturais e políticas do país sede. Na Índia, ficou demonstrado que o FSM no Brasil e também no Quênia, como veremos a seguir, teve uma forte ascendência do modo ocidental hegemônico, norte-americano-europeu, de fazer política. Isto está relacionado com o tipo de colonização que tivemos na América Latina e na África e com o modelo de resistência e luta anti-colonial e pos-colonial desenvolvido de modo distinto ao da Ásia especialmente.

Após a mudança para Mumbai, ficou quase unânime no interior das instâncias do FSM que este deveria se mover geograficamente nos próximos anos. Movimentos do Paquistão, Tibet, Nepal, Afeganistão, Burma, China, Tailândia, Vietnam, Camboja e Coréia e outros que não haviam tido a oportundidade de estarem em um FSM foram incoporados ao participar do FSM Mumbai 2004. Sua participação incorporou novos temas, concepções e tradições emancipatórias no interior do processo FSM. Como disse a professora Janet Conway, da Ryerson University, que esteve presente em Mumbai, “o lugar importa neste esforço global de construir outro mundo com espaço para vários mundos no seu interior”.

4.3 O Quênia e os desafios de um Fórum Social na África

Com a ocorrência do FSM no Brasil e na Índia, ficou notório que se o FSM não fosse à África não poderia ser considerado realmente mundial. A participação de organizações africanas em todos os eventos do FSM realizados fora da África até 2007 havia sido baixíssima. Em Mumbai, a Ásia passou efetivamente a fazer parte do FSM com a inclusão de temáticas e análises da realidade asiática. O CI do FSM pretendia que o mesmo ocorresse com a África através de uma realização do encontro mundial do FSM no Quênia.

A realização do FSM de Nairóbi foi um desafio para os ativistas da SCG e os organizadores locais. O campo contra-hegemônico teve que enfrentar seus próprios preconceitos e os preconceitos em geral que rondam o continente africano, por razões históricas e pelo fato desta região seguir sendo uma das mais frágeis e vulneráveis do sistema capitalista hegemônico mundial. Ao se referir à África, Samir Amin considera que "quanto mais somos vulneráveis, fracos, mais desprezados somos." (AMIN, 2000, p.62).

O processo de descolonização da África é bem mais recente do que o ocorrido nas Américas e na Índia. Após a Segunda Guerra Mundial, por volta dos anos 50 se inicia um longo processo de desfecho de longas lutas nacionais por emancipação das metrópoles européias. Após o Egito, em 1954, uma seqüência de processos de libertação nacional ocorreu em vários países africanos, Marrocos e Tunísia em 1956, grande parte dos países da África sub-sahariana nos anos 60, Argélia em 1962, Moçambique e outras colônias portuguesas em 1974, Zimbábue em 1980, e o último combate em 1994 na África do Sul com o fim do regime de apartheid.

Do rico processo de libertação nacional, assim também como se deu nas Américas, surgiram regimes políticos que apesar das diferenças apresentam alguns traços em comum, com fragilidade do Estado, inexistência de sociedade civil organizada, sistemas de partido único. Resguardadas as diferenças, a ocorrência de "sistemas de partido único" foi uma constante em vários países, apesar das distintas orientações políticas, capitalistas ou socialistas locais, por exemplo, na Costa do Marfim, no Egito, na Argélia, no Mali e também no Quênia que é alvo destes estudos. De modo geral, os processos pós-coloniais não deram ênfase às lutas democratizantes e à questão da democratização em geral. Esta situação coloca o Quênia em contraste com países como Brasil e Índia quando se compara o processo de consolidação do processo democrático em cada país e, como isto, criou as condições para novas relações entre sociedade civil e Estado, com maior participação dos cidadãos.

Assim como Brasil e Índia, o Quênia está localizado no sul global e foi brutalmente colonizado por um país ocidental. No caso, o mesmo que colonizou a Índia, a Grã-Bretanha. O Quênia faz parte do continente que, historicamente, mais sofreu com os subsequentes ciclos hegemônicos mundiais descritos por Arrighi desde o início da era moderna. A África é o maior cenário dos horrores do capitalismo mundial, seu povo foi massacrado, escravizado, colonizado, arbitrariamente dividido em algumas regiões e forçosamente unificado em outras, neocolonizado e de várias formas impedido de se desenvolver e de exercer suas potencialidades sociais, econômicas e culturais (AMIN, 2000; HILL, 1990; WATERS, 1995).

Enquanto país, a história do Quênia é recente, seu Estado é mais um dos vários que surgiram como produto do processo de colonização européia na África, iniciada nos séculos XVIII e XIX e findada com a maioria das independências dos países africanos nos anos 50 e 60 do século XX. O legado deixado pelo colonialismo na África foi um continente esquadrinhado em Estados arbitrariamente constituídos com o intuito de dividir etnias aliadas e unir etnias rivais. Todos os recentes conflitos étnicos como os do Sudão, Somália, Uganda, Etiópia e tantos outros são decorrentes deste processo que se transformou na maior tensão pós-colonial no continente. Enquanto civilização, no entanto, a história do Quênia é antiquíssima, pesquisas antropológicas encontraram na região fósseis de *Homo habilis* e *Homo erectus* datados de dois milhões e seiscentos mil anos e estudos apontam que os primeiros *Homo sapiens* surgiram na região[115]. Cada etnia da região tem uma história milenar e culturalmente riquíssima, a maioria foi brutalmente massacrada pelos colonizadores. Tal como estes fizeram, com as particularidades de cada caso, no Brasil e na Índia.

O Quênia está localizado no lado oriental da África[116], tem uma população de aproximadamente 40 milhões de pessoas, bem menor do que a brasileira que passa dos 190 milhões e incomparável com a população da Índia, que passa de 1 bilhão de habitantes. As populações tribais são numerosas e divididas em cinquenta tribos de sete etnias, sendo as mais destacadas a Kikuyu[117], a Maasai[118], Turkana[119] e Samburu[120], com forte tradicionalismo mantido com a maioria das suas características originais mesmo em tempos globalizados (MWAKIKAGILE, 2007).

Oficialmente, a colonização britânica perdurou no Quênia de 1920 a 1963, mas na prática iniciou em 1885 após a Conferência de Berlin que estabeleceu áreas de influência dos países europeus na África oriental. Em termos históricos, pode-se considerar um período curto, mas que resultou no saque da maioria dos recursos minerais do país, principalmente o ouro, além de outros recursos naturais. Sua população foi escravizada e massacrada até

---

[115] GITHIRU, Samwel Kamau. Quênia: Entre Tradições e a Globalização. *Revista eletrônica de ciências*, n. 27, jun-ago, 2004. Disponível em: <http://cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_27/africa.html>

[116] O Quênia está na costa leste da África, às margens do Oceano Índico, seus países vizinhos são Somália, Etiópia, Sudão, Uganda e Tanzânia.

[117] O povo Kikuyu é o maior grupo étnico do Quênia. Os kikuyu foram os mais ativos durante a luta por independência do Quênia. A maioria dos componentes do movimento Mau Mau era do povo Kikuyu.

[118] O povo Maasai, também conhecido como povo pastor é um dos mais antigos da África. Surgiram no Egito, às margens do Nilo onde se juntaram a outros povos e vieram "descendo" pelo leste da África até a região africana onde hoje se encontra hoje o Quênia. São conhecidos por ser um povo guerreiro, pela vestimenta vermelha, pela pastoragem e a vida centrada no rebanho de gado, pela indiferença perante a fronteiras públicas ou privadas e pelo nomadismo.

[119] O povo Turkana vive no noroeste do Quênia em uma região desértica e muito pobre, e são conhecidos como um povo corajoso e guerreiro que resistiu à dominação inglesa no período da colonização.

[120] O povo Samburu habita a região centro-norte do Quênia, sua língua é a mesma dos maasai, são também criadores de gado.

explodir em uma série de movimentos datados da década de 50 com destaque para o Mau Mau[121], que ficou mundialmente conhecido como um movimento de resistência e luta por libertação dos quenianos, puxado principalmente pela tribo Gikuyu, da etnia Kikuyu (GITHIRU, 2004). No primeiro período pós-colonização, o Quênia vive a princípio uma espécie de "milagre" (Amin, 2000) com organização dos setores da educação, saúde infra-estrutura, mas já na década de 70, assim como na América Latina e na Ásia, a maioria dos países africanos começa a sofrer os impactos da crise econômica que começava a despontar no ocidente. Os chamados planos de "ajuste estrutural" elaborados a partir do Banco Mundial e FMI e implementados junto ao governo queniano passam a desmanchar o mínimo que havia sido feito de positivo no período pós-colonial.

Um dos maiores líderes do movimento Mau Mau, Mzee Jomo Kenyatta, símbolo da luta pela libertação nacional, assim como Mandela na África do Sul e Gandhi na Índia, tornou-se o primeiro presidente do Quênia pelo partido KANU (Kenya African National Union) em 1964, ficando no poder até 1978. Kenyata foi substituído por seu filho e vice-presidente, Daniel arap Moi que permaneceu no poder até 2002, período marcado por um governo ditatorial, com corrupção e usurpação das riquezas do país, conflitos étnicos e massacres sangrentos de descontentes com o governo. Durante este período, foram realizadas duas eleições diretas, uma em 1992 e outra em 1997, em que Moi foi reeleito, sob acusação de manipulação eleitoral e com grande divisão entre os partidos oposicionistas. O fim de seu governo coincide com uma crise geral das ideologias de libertação nacional "nacionalistas-populistas" em toda a África. Estes governos representavam, segundo Samir Amin, regimes não-democráticos, mas populistas e de legitimidade nacional trans-étnica.

O lado perverso do desmoronamento da política nacionalista-populista herdeira das batalhas por independência e libertação nacional que se fundiu no regime de partido único é que uma vez que nenhum projeto mais à esquerda ou de viés socialista conseguiu se impor, sua decadência coincidiu com a ascensão do projeto hegemônico de globalização neoliberal (AMIN, 2000). Segundo Arrighi, a atual potência hegemônica e seu "bloco histórico" começam a perder hegemonia nos anos 70, quando lança mão do neoliberalismo para tentar retomar as rédeas da nave desgovernada. O projeto hegemônico encontrou na defesa da "democracia" em vários países e muitos africanos a estratégia imperialista para introduzir a agenda neoliberal. Deste modo, colocou-se no mesmo bolo a defesa do pluralismo partidário e

[121] O movimento Mau Mau foi um dos mais conhecidos movimentos anti-coloniais da história da África. Entre os anos de 1952 e 1958 promoveu uma guerra por libertação nacional. A maioria de seus integrantes era do povo kikuyu e tinham como objetivo tirar o "homem branco" do Quênia.

realização de eleições com a agenda de ajustes estruturais e submissão das políticas de Estado à lógica de mercado. Esta defesa da democracia, acoplada ao projeto de ajuste estrutural neoliberal, nada tem haver com um verdadeiro projeto de construção de uma cultura democratizante na sociedade, tem muito mais haver com a confluência perversa dos dois projetos (DAGNINO, 2004). A "democracia", no caso, não passa de sua simplificação na defesa do pluralismo partidário e de um padrão mínimo de eleições dentro de um regime aberto, mas ao mesmo tempo restritivo a diversas expressões contra-hegemônicas.

O resultado desta confluência de democracia liberal e políticas neoliberais como base da globalização hegemônica foi um processo de estagnação relativa com desmantelamento acelerado do sistema educacional, sanitário e estrutural em geral (AMIN, 2000). O funcionamento da democracia nos moldes impostos e implantados levou a uma democracia elitista e de baixa intensidade participativa. Em alguns países vizinhos ao Quênia, houve dissolução de sociedades inteiras como na Somália, Libéria, Serra Leoa, em outros, houve manipulação extrema dos conflitos étnicos como no Congo e na Ruanda[122] levando à guerra civil. Em outros países, o reacionarismo religioso emergiu para o primeiro plano como nos países do norte da África e na Nigéria. Extremismos religiosos ou étnicos, instrumentalizados pelas ex-colonias e pelo bloco hegemônico tornaram ainda mais perversa a combinação mercado, ajuste estrutural e reordenação dos regimes políticos na maioria dos países africanos.

Os efeitos da junção entre governos de partido único e globalização hegemônica neoliberal no Quênia se deram especialmente na redefinição do papel do Estado, ainda em fase de consolidação, para um Estado marginalizado, sem soberania e reduzido à regulação do mercado e coordenador das ações sociais elaboradas pelo Banco Mundial e grandes ONGs. Um Estado comprometido com a proteção aos investimentos externos e menos envolvido no desenvolvimento nacional, na proteção da cidadania e do país em geral (GIMODE, 2004: 293; SHIVA, 1997: 135). Ao mesmo tempo em que a globalização também resultou em uma tensão entre o global e o local, especialmente em termos culturais à medida que tenta se impor como um novo universalismo ocidental. O falso universalismo centrado especialmente em experiências européias, como alertam vários africanos (AMIN, 2000; GIMODE, 2004), se apresentou na África de forma arbitrária e negou os pressupostos do diálogo, do respeito às

[122] Os recentes conflitos na Ruanda, Uganda e Sudão são um exemplo de instrumentalização, por parte das ex-metrópoles e potências do norte, dos conflitos étnicos milenares da África para criar instabilidade, dividir populações, causar guerra civil. A vantagem que o campo hegemônico tira das guerras nas "borderlands", segundo Duffield, é promover uma neocolonização desterritorializada através de grandes ONGs e agências de cooperação com o discurso desenvolvimentista, promoção da democracia e da paz.

diferenças e a busca um domínio abrangente que envolvesse as questões raciais, culturais, religiosas e econômicas. Este processo multifacetado de dominação, que reclama uma validade universal, foi imposto às comunidades locais e levou à revelação da contradição global versus local no interior do projeto de globalização hegemônica (GIMODE, 1997, p. 294; GILLARDO, 1997, p. 68).

A reação à imposição dos valores hegemônicos tem sido, por um lado, o renascimento do ufanismo religioso, a reafirmação de identidades étnicas, das diferenças linguísticas e outras formas de expressão cultural. Por outro, tem se desenvolvido um "senso de cidadania global ou mundial". Surgem, também na África, elementos de imaginação de uma globalização que não coincide com o programa neoliberal (GALLARDO, 1997, p. 64). Nesta agenda contra-hegemônica estão a democratização do poder do Estado; políticas que diminuam as tensões e a polarização interna na sociedade; políticas que fortaleçam as raízes, a autonomia e o intercâmbio entre diferentes culturas; políticas que garantam a segurança do "habitat natural" das comunidades originárias e políticas que reconheçam e respeitem as diferenças entre as sociedades de todo o mundo. Uma globalização com estes fundamentos deve necessariamente reconhecer e aceitar a contribuição das diferentes culturas de todo o mundo (GIMODE, 2004, p. 295).

Ao contrário do Brasil e da Índia, em que a maioria destes valores foi introjetada nas demandas sociais elaboradas no seio dos movimentos, partidos e sociedade civil em geral e negociadas com o Estado, no Quênia, há uma forte cultura voluntarista descolada do associativismo. Muito distinta da concepção associativista brasileira, por exemplo. Em estudo sobre o *harambee*[123], o historiador da Kenyatta University de Nairóbi aponta que vários países africanos conservam um espírito dos povos originários de ajuda mútua, cooperação e responsabilidade social coletiva. Em algumas sociedades, esta característica é chamada de *ujamaa* e em outras, como no Quênia, de *harambee*. Mesmo após a independência, esta tem sido uma das características da sociedade queniana em tratar as demandas comunitárias no interior das comunidades e a partir daí buscar recursos e apoio nas comunidades vizinhas, ONGs e Estado. Enquanto o *harambee* tinha uma conotação extremamente comunitária no período pré-colonial, durante a colonização o elemento global foi introduzido através da imposição de características da metrópole (WANYONYI, 2004, p. 312).

[123] Harambee significa "pulling together", ou seja, fazer junto, reunir esforços. É o lema oficial do Quênia e aparece no seu brasão. Pode ser tanto um evento informal divulgado de boca em boca como um mais formal anunciado nos jornais.

Segundo Hill (1990, p. 45-49), a colonização britânica trouxe para o Quênia a ideia de *Community Development,* que seria a cooperação ativa da população de cada comunidade em programas desenhados para elevar o padrão de vida e promover o desenvolvimento em todas as suas formas. Esta concepção hegemônica de desenvolvimento trazida da metrópole estava embutida da ideia de que para sair da sua condição de desenvolvimento os países do "terceiro mundo" deveriam adotar valores ocidentais para resolver seus problemas (BERGER, 1994, p. 260). Amin alertou que a percepção capitalista de desenvolvimento, neste caso, polariza as sociedades entre ricos e pobres, enquanto o desenvolvimento no caso poderia, por outra via, apontar para a superação da polarização social ao mobilizar o esforço coletivo para atingir os objetivos desejados pela comunidade (AMIN, 1993). A questão é que, no período colonial, a concepção da sociedade queniana de que as comunidades devem se organizar e mobilizar recursos para enfrentar seus próprios desafios foi instrumentalizada pela Grã-bretanha para que as pessoas se envolvessem "voluntariamente" em grandes projetos como construção de estradas, escolas, poços de água e obras de infra-estrutura em geral.

Esta concepção prevaleceu no período pós-independência e reflete até hoje nas políticas sociais quenianas. Em um dos seus discursos logo após a independência, o presidente Kenyatta reflete este espírito: "vocês e eu devemos trabalhar juntos para desenvolver nosso país, para dar educação às nossas crianças, para termos médicos, para construir estradas, para melhorar e prover todos os bens essenciais do dia a dia no espírito do Harambee" (KENYATTA, 1968, p. 217). Em essência, o presidente estava apelando para o senso de organização comunitária queniana, assim como seu envolvimento e iniciativa para contribuir tanto no financiamento, como no trabalho empregado em projetos de construção de escolas, instalações de saúde, centros comunitários, estradas, pontes, rede de água. O espírito *harambbe* é tão forte que as pessoas começavam projetos de escolas, clínicas, estradas rurais e outros, mesmo sem contarem com recursos suficientes para concluir as iniciativas (WILLIS, 1994, 133).

Os dois presidentes da primeira era pós-independência, Kenyatta e Moi investiram no emprego do espírito *harambee* para sustentar suas metas desenvolvimentistas. Ocorre que a referência dos dois era baseada nos valores do liberalismo ocidental que levaram à concentração de recursos materiais e econômicos e no elitismo. Deste modo, os altos funcionários do Estado e aqueles que possuíam alguma aspiração política eram estimulados a se tornarem lideranças a partir do levantamento de grandes quantias de dinheiro (WANYONYI, 2004, p. 318). Kenyatta, em especial, incentivou as comunidades a trabalharem em conjunto para levantar fundos para todos os tipos de projetos locais,

prometendo que o governo iria oferecer seus custos iniciais. Sob esse sistema, várias pessoas mais ricas e que desejavam entrar na política começaram a doar grandes quantias de dinheiro para comunidades locais e estimular o *harambee* ganhando legitimidade política. O mesmo ocorre com ONGs, agências internacionais e entidades religiosas. A cultura de "conseguir financiamento" por parte das comunidades e "dar financiamento" por parte dos doadores, para execução de projetos desde comunitários à nacionais balizou todas as relações políticas da era pós-colonial no Quênia. Esta concepção formou a base das relações sociais no Quênia, e criou as condições para a emergência de uma sociedade civil com perfil bastante diferenciado da sociedade civil brasileira, de tradição associativista das décadas de 70 e 80, e da sociedade civil indiana herdeira da tradição independentista e de libertação nacional fundada por Gandhi, e profundamente marcada pela diferenciação de castas e pelo sistema dos *panchayat*. Esta variável, a instrumentalização liberal da cultura *harambee*, explica em parte a fragilidade do Estado e a forte presença de ONGs e entidades religiosas na sociedade queniana. O vínculo das comunidades, muitas vezes, não está com o Estado e sim com aquelas entidades que podem provê-las dos meios materiais para a realização de melhorias na sua comunidade. A instrumentalização do *harambee* pelos colonizadores, primeiramente, e pelos regimes políticos da era pós-colonial levou à estagnação do desenvolvimento do Estado que passou a ser loteado no seu interior por uma pequena elite do partido do presidente e pessoas ligadas a ele, além de políticos legitimados como grandes doadores. Fora da administração central, encontra-se todo um aparato paralelo ao Estado de organização de demandas, captação de recursos e implementação de obras e melhorias sociais.

Em 2002, após 24 anos da presidência de Moi e quase 40 anos em que um único partido, o KANU, esteve no poder, ocorreram novas eleições e uma aliança entre cerca de 10 partidos oposicionistas, muitos formados por dissidentes do KANU, formaram a NARC - *National Rainbow Coalition*[124] que conseguiu eleger seu candidato Mwai Kibaki. É importante ressaltar, uma vez mais, que até os anos 80 somente o KANU era um partido legal. Após uma série de mobilizações da população e de pressão internacional, é que cerca de 15 partidos entram na legalidade e passam a participar das eleições de 1992, 1997, 2002 e 2007. A queda do grupo que esteve 40 anos no poder deve-se especialmente à decadência de legitimidade que se abateu sobre a classe dirigente e o regime de partido único, assim como o descrédito do discurso sobre o fortalecimento da nação com modernização e industrialização

[124] National Rainbow Coalition – coalizão de partidos políticos quenianos de oposição e dissidentes do KANU que em 2002 assumiu o primeiro governo após a era KANU que dirigiu o país desde a independência. A eleição de Kibaki pelo Narc foi considerada uma importante vitória da democracia no Quênia.

que não se verificaram. Aliado a isso, as práticas recorrentes de corrupção e clientelismo aos poucos foram minando a estrutura governante por dentro, tornando ainda mais frágil o embrionário aparato de Estado existente (AMIN, 2000).

A luta do povo queniano pela democracia foi por, muito tempo, a luta contra o sistema de partido único que suprimia as liberdades civis e políticas de grande parte dos cidadãos. Assim como a luta dos brasileiros por democracia pós-ditadura e dos indianos pós-libertação nacional, muitos quenianos foram presos, torturados, exilados, expulsos de universidades, retirados do emprego e perseguidos de várias maneiras. Muitos morreram nas manifestações e ações contra a ditadura do partido do KANU que promoveu violação de liberdades civis e direitos humanos. A instrumentalização do *harambee,* assim como uma política de promoção do tribalismo ou do *negative ethnicity*[125], foi uma das bases da política promovida pelo KANU e que impediu um processo real de coesão nacional recentemente resgatado no texto da primeira constituição democrática aprovada no país em 2010.

A abertura do sistema político trouxe liberdade de expressão, possibilidade de associativismo, abertura dos direitos civis e políticos, fortalecimento dos partidos e da sociedade civil em geral. Ainda ficaram para ser resolvidos, no entanto, uma infinidade de conflitos, como as diferenças étnicas, de preconceito com as mulheres e homossexuais, as dificuldades de conscientização sobre o poder de morte da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, da liberdade de credo e religião.

A luta pela democracia no Quênia se deu, a partir dos anos 80, em um contexto de ofensiva neoliberal na tentativa norte-americana de segurar seu ciclo de hegemonia mundial, tal como elucidado por Arrighi e discutido no primeiro capítulo deste texto, semelhante às lutas por democratização no Brasil e na Índia. Entre os anos 60 e 70, as economias dos países africanos, e do Quênia em particular, viveram um bom momento, sendo rapidamente desestabilizada pela ascensão da política econômica hegemônica neoliberal. A informalidade do mercado de trabalho cresceu de forma acentuada como conseqüência do desemprego, falta de acesso a terra e ausência de alternativas no setor produtivo. A escalada nos índices de pobreza e do setor informal veio acompanhada com a redução das atribuições de Estado já débil, privatização de setores estratégicos, fechamento de fábricas e empresas incapazes de competir com as indústrias estrangeiras (MGWANGA, 2009; OLUKOSHI, 1996). Os efeitos da globalização neoliberal no Kenya foram denominados internamente de *mtumbaism*, a

[125] O conceito *Negative ethnicity* é muito usado para explicar os conflitos étnicos na África, por um lado há os que o usam para explicar como as potencias européias instrumentalizaram os conflitos étnicos na África e há também os que o usam para explicar os conflitos de uma perspectiva interna de relação entre as etnias como no livro “Negative ethnicity: from bias to genocide” do queniano (kikuyu) Koigi wa Wamwere (2003).

palavra swahili *mtumba* significa roupas de segunda mão. A proliferação de *mtumbas* de todas as formas, seja roupas, eletrônicos, brinquedos, mesmo livros e alimentos de consumo rápido, associado ao aumento do mercado informal é chamado de *mtumbaism*:

> O Mtumbaism é a manifestação dos efeitos brutais do neoliberalismo no Quênia. É o testemunho de como o processo de globalização capitalista que é racionalizado, institucionalizado, propagado e forçado aos países como o Quênia através das instituições multilaterais, dos acordos e regras criados pela OMC, BM, FMI e AMI – fizeram de outros seres humanos cidadãos de segunda mão do mundo. Trata se da desigualdade entre Norte e Sul, ricos e pobres, na era da globalização baseada na ideologia capitalista e de como estas relações impactam no modo de vida, economia, cultura e psicologia das pessoas (....) Mtumbaism é a manifestação da brutalidade da globalização capitalista e como está destruindo o potencial criativo e a humanidade de bilhões de pessoas marginalizadas, particularmente nos países em desenvolvimento (OKWEMBAH e LUKALO, 1999, p. 41).

O que motivou a sociedade civil queniana, suas organizações, movimentos e partidos progressistas a se oferecerem para sediar um Fórum Social Mundial, foi justamente o sentimento de que esta situação pode, deve e tem sido desafiada (MGHANGA, 2003). Outra forma de globalização que aspire por justiça, igualdade, paz, desenvolvimento sustentável e solidariedade humana foi a busca do povo queniano que quis se unir a outros povos do mundo na luta por uma globalização alternativa que possa libertá-los e a todo mundo do *mtumbaism* (MGHANGA, 2009). O *mtumbaism* prevaleceu em uma sociedade fortemente marcada pelas relações informais como ficou claro com a discussão sobre o *harambee*.

A constituição de várias organizações da sociedade civil queniana remonta do período colonial com o desenvolvimento de atividades voluntárias por organizações seculares e várias outras ligadas à igreja. Estas organizações estavam voltadas principalmente para trabalhos de assistência social e ao final dos anos 70 somavam cerca de 120 ONGs, tanto nacionais como estrangeiras, abrangendo também os trabalhos ligados às temáticas dos direitos humanos, educação e democratização (OUMA, 2007). Outra parte significativa da sociedade civil queniana foi constituída nos anos 90 nas lutas anti-Moi, especialmente porque todos os demais partidos políticos estavam na ilegalidade, assim como se deu no Brasil durante as lutas contra a ditadura e pela democratização, e na Índia nas lutas pro-independência e posteriormente pela unidade nacional. O período que vai de 1980 a 1997 foi particularmente duro por conta da repressão política, detenções arbitrárias, corrupção, assassinatos políticos e uma série de organizações ligadas aos direitos humanos surgiu neste período:

> Estes grupos jogaram um papel chave não somente como organizações empenhadas em assegurar a expansão de espaços com direitos políticos e civis no Quênia, mas mais ainda como vanguarda das lutas por direitos humanos. Elas também trabalharam para assegurar o desenvolvimento de instituições locais e processos promotores de *accountability* (OUMA, 2007, p. 111).

Há uma percepção entre os quenianos, em especial da classe média, de que as ONGs ligadas aos direitos humanos produziram uma mudança de orientação do *harambee* para a busca de *accountability* do governo em relação à sociedade. No entanto, seu poder de alcance é limitado pelo fato de estarem atadas ao Estado por questões legais de permissão de funcionamento e, em muitos casos, por opção também. Segundo Odinkalu (2000), é inegável que estas organizações "guardam um perfil elitista, se assemelhando a cães de guarda dos países do norte na África", sua maioria está localizada em áreas urbanas, financiadas por fundos externos, geralmente do ocidente, e contam com equipes profissionais. À margem desta sociedade civil urbana e "estrangeira" emergiu no país uma série de organizações comunitárias locais, ligadas a movimentos sociais específicos como da luta pela terra e igualdade de gênero.

A emergência de vários movimentos e o fortalecimento de outros durante o governo de Moi se deve especialmente pelo excessivo autoritarismo e a personalização do poder na figura do presidente. A este contexto, soma-se o aumento do papel das relações internacionais entre as organizações locais e agências do exterior, especialmente com financiamento externo, para confrontar o Estado queniano (MATANGA, 2000, p. 6). Neste período, o número de ONGs passou das 120 dos anos 70 para 287 em 1988 (KANYINGA, 1990, p. 109 apud MATANGA, 2000), para aproximadamente 400-600 em 1994 (NDEGWA, 1994, p. 23). Em 1998, já eram aproximadamente 1000 organizações (MATANGA, 2000, p.9). Com a escalada do autoritarismo e personalização do governo de Moi, estas organizações ganharam projeção, especialmente pela ausência de possibilidade de outros partidos, todos ilegais, de fazer o contra-ponto e apresentar alternativas à condução do Estado. As organizações que se destacaram foram especialmente as que reuniam advogados como a Law Society of Kenya, as de estudantes como a Students Organization of Nairoby University (SONU) e especialmente as igrejas.

É importante ressaltar a forte influência da igreja na movimentação e na agenda da sociedade civil queniana. Assim como no Brasil, o cristianismo, via igreja católica, exerceu forte influência na formação do associativismo brasileiro e na consolidação da sociedade civil, no Quênia a igreja, tanto a católica como a protestante, tem deixado marcas inconfundíveis do

discurso cristão na formação da agenda da sociedade civil queniana. No Brasil, a Teologia da Libertação e a igreja progressista brasileira, de modo geral, foram agentes importantes na formação da sociedade civil brasileira, especialmente ao final da ditadura militar e nas décadas posteriores, com a defesa de uma agenda pautada na igualdade social, na eliminação da pobreza e na liberdade democrática (LEVY, 2009, p. 181). No Quênia, a Igreja também jogou um importante papel na defesa da democratização do Estado, especialmente através de uma ampla rede de igrejas protestantes, o National Council of Churches of Kenya (NCCK)[126], a Presbyterian Church of East África (PCEA)[127] e as Igrejas Católicas:

> Através dos sermões nos púlpitos, das rádios, dos jornais nacionais diários, dos boletins e publicações, assim como conferências nacionais, estas igrejas confrontaram em vários aspectos incluindo corrupção, autoritarismo, a violência instigada pelo Estado e assassinatos políticos de lideranças críticas ao governo (MATANGA, 2009, p. 12).

Outra faceta da igreja, expressa no Quênia assim como em grande parte da África, especialmente a protestante, também tem sido percebida na consolidação de uma agenda conservadora com relação a temas polêmicos como o direito de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Este é um problema geral na África, sendo que países como Mauritânia, Nigéria, Sudão e Somália, por exemplo, aplicam a pena de morte para quem infringir a lei que proíbe o relacionamento de pessoas do mesmo sexo. Recentemente, a Uganda aprovou um texto igualmente rígido com relação ao tema, o que gerou reações em cadeia ,segundo Monica Mbaru, chefe do programa africano da Comissão Internacional pelos direitos Gays e Lésbicos (IGLHRC)[128], quando "no Quênia processos constitucionais já retiraram conquistas positivas alcançadas antes da proposta de Uganda. A Tanzânia lançou uma campanha contra o ativismo gay, e, na Etiópia, líderes religiosos já se pronunciaram contra o apoio aos direitos homossexuais". Segundo IGLHRC, igrejas e seitas protestantes estariam por trás do projeto em Uganda e nos demais países como o Quênia.

A influência da igreja na sociedade queniana em geral, através de sua atuação religiosa e política criou um condicionamento da sociedade civil do Quênia com importantes

[126] Conselho Nacional de Igrejas do Quênia, foi precedido Uniões Misssionárias do inicio do século XX (1913-1923), fundado em 1943 como Conselho Cristão do Quênia, mais tarde refundado como Conselho Cristão Nacional do Quênia (1966) e finalmente com o nome atual (1984).

[127] A Igreja Presbiteriana do Leste da África surgiu de uma série de missões realizadas ao final do século XIX com a chegada de missionários escoceses no leste africano que vieram junto com a Companhia Britânica do Leste da África com o objetivo de atuar junto aos povos Kamba, Maasai e Kikuyu.

[128] A Comissão Internacional pelos Direitos Gays e Lésbicos é uma organização internacional dedicada à luta por direitos humanos em especial daquelas pessoas que sofrem abuso ou discriminação com base em sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão. A organização foi fundada nos Estados Unidos e existe desde 1990.

conseqüências para o processo de democratização e formação da agenda social. A relevância desta influência se destaca ainda mais quando se pensa que nenhuma instituição no Quênia está livre da "etnicidade" (VAN ROOY, p. 152). É significante que a igreja católica tenha conseguido lidar com as diferenças étnicas da sociedade queniana de forma a criar uma unidade em torno de seus preceitos e sem deixar que a questão da etnicidade diminuísse a capacidade da igreja de ser uma força atuante pela democratização. Ocorre que ao mesmo tempo em que atuou pela democratização do Quênia e obteve uma confiança elevada da população setores da igreja criaram condicionantes para a emergência de uma sociedade pluralista e de múltipla agenda, livre de uma imponente cristianização.

A formação do Fórum pela Restauração da Democracia (FORD)[129], em 1991, foi outra movimentação importante da sociedade civil queniana contra o autoritarismo da era Moi. Suas bandeiras principais eram a revisão da constituição, fim das detenções sem julgamento, restabelecimento do sistema multipartidário e limitação do mandato presidencial a dois mandatos de cinco anos cada. De todo modo, o papel da igreja continuou se intensificando na consolidação da sociedade civil queniana pró-democratização, com a formação de várias organizações das quais pelo menos mais duas se destacam, como a Justice and Peace Convention (JPC)[130] e a Moral Alliance for Peace (MAP)[131] (MATANGA, 2000, p. 15-18). Ao analisar o papel da igreja na vida associativa do Kenya, Van Rooy aponta para uma situação que talvez seja um dos maiores diferenciais dos períodos de democratização do Brasil e mesmo da Índia em comparação com o Quênia, o papel dos sindicatos. Ao contrário das igrejas e suas organizações sociais que proliferaram no período pós-independência no Quênia, os sindicatos eram tratados com muito mais suspeição pelo governo, eram vistos como uma ameça de radicalismo e comunismo. Como resultado deste processo, os sindicatos não conseguiram criar raízes na sociedade queniana e aqueles que sobreviveram foram

[129] O Fórum pela Restauração da Democracia no Quênia se insere no contexto das lutas pela democratização do Quênia e o fim do regime de partido único. Foi fundado em 1991 e reuniu uma série de lideres oposicionistas. Um de seus fundadores mais importantes é Jaramogi Oginga Odinga que foi o primeiro vice-presidente do Quênia após a independência em 1964, cargo que deixou em dois anos por divergências com o presidente Kenyatta. Odinga foi uma dos políticos mais presentes na política queniana da segunda metade do século XX, estando várias vezes no governo central, fundando partidos como o KAU (Kenyan African Union), NDP (National Democratic Power) e por fim o FORD e lutando para estabelecer a democracia no Quênia.

[130] A comissão de Justiça e Paz do Quênia é o braço nacional de um departamento internacional do escritório de Justiça e Paz da United States Conference of Catolic Bishops (Conferência Norte-americana de bispos católicos). Tem atuado no Quênia especialmente no que chama de promoção da paz entre os irmãos. Teve relevante atuação nos recentes episódios de violência ocorridos no Quênia após as eleições de dezembro de 2007 quando grande parte da população não aceitou a vitória de Mwai Kibaki.

[131] A MAP ou a Aliança Moral pela Paz foi lançada em 1991 no Quênia pelo reverendo Njoya do CPK (Church of the Province of Kenya – Anglicana) como um grupo de pressão com 5 membros (para fugir das restrições ao associativismo da Constituição). A MAP se identificaa com o projeto oposicionista e apresentava seu objetivo como o de reunir vários grupos envolvidos em um projeto de mudanças em uma aliança que pudesse forjar as mudanças democráticas (MATANGA, 2000 p. 16).

apadrinhados pelo Estado, ficando altamente dependentes da estrutura estatal para sobreviver. Esta dinâmica também se deu com as organizações do movimento camponês. Percebe-se, portanto, que com a impossibilidade de organização de outros partidos políticos que não o do presidente, da livre organização e atuação dos sindicatos dos trabalhadores, a sociedade civil queniana liderada por grupos religiosos jogou um papel de pressão sobre o governo Moi que, em 1991, foi forçado a abrir o sistema político para a inclusão de novos partidos e a realização de eleições presidenciais em 1992.

Pelas particularidades já expostas, a formação da sociedade civil queniana é bastante distinta da brasileira e da indiana. No Brasil, a sociedade civil que emerge nos anos 70 é produto de uma particular conjunção entre movimentos sociais que travaram uma intensa luta contra a ditadura, partidos de esquerda que em parte formaram a resistência à ditadura e outra parte emergem no período pós-ditadura/redemocratização, sindicatos, movimentos pela terra, associações comunitárias, organizações ligadas à igreja e ONGs e trava uma intensa relação com o Estado. Na Índia, a sociedade civil é algo bem complexo de delimitar nos termos ocidentais, como diria Chattarjjee. Diferentemente da brasileira e da queniana, a sociedade indiana está profundamente marcada pela diferenciação de castas. Talvez o Quênia se aproxime um pouco mais da realidade indiana pelo pertencimento étnico de cada comunidade estar bem delimitado, criando clivagens sociais profundas. Por ser uma civilização milenar, com origens em um período muito anterior ao advento do atual Estado moderno, a Índia possui uma série de instituições baseadas na concepção de *panchayats* que existiam no período pré-moderno e continua existindo de forma autônoma a qualquer enquadramento da sociedade moderna centralizada pelo Estado. Por sua vez, o Quênia tem em suas tradições a forte influência de uma característica igualmente milenar e anterior à modernidade do *harambee.* Além destas instituições milenares, na Índia há uma série de organizações que surgiram no período pós-independência, em parte de uma tradição gandhiana de voluntariado, e em outra, a partir de organizações criadas como braços dos partidos seja entre trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, mulheres, cientistas, dalits e adivasis.

Quando ocorreu o Fórum Social Mundial em Nairóbi, capital do Quênia, o governo de Kibaki que sucedeu Moi, e foi o primeiro de uma era pluripartidária, estava entrando no último ano de seu mandato (2007), conquistado pela maioria dos votos em 2002. Seu governo foi marcado pela reestruturação econômica do país, pela tentativa de aprovação de uma nova constituição, expansão da indústria do turismo, mas também por grandes escândalos de corrupção com dinheiro público, altíssimo desemprego, situação de pobreza extrema da maioria da população, graves problemas com secas e um altíssimo número de infecções por

AIDS no país, demonstrando que a democratização não está apenas na definição do regime como pluripartidário e de base eleitoral.

A eleição de 2007 foi marcada pela instabilidade e grandes mobilizações em torno da candidatura de Kibaki, do Party of National Union (PNU) e seu opositor, Raila Odinga, do Orange Democratic Movement (ODM)[132]. O resultado eleitoral que deu vitória a Kibaki gerou uma grande revolta popular no país. Cerca de 1500 pessoas morreram nos protestos e mobilizações e cerca de 300 mil foram deslocadas de suas localidades em uma escalada da violência no país[133], quando os dois candidatos reclamavam ter ganhado as eleições. A crise fez com que um acordo de paz fosse travado entre os dois candidatos de divisão do poder. Desde então, o país vive um momento delicado de muita instabilidade política, conflitos e violência. Recentemente, no entanto, deu um passo importante na consolidação de sua democracia com a aprovação de uma nova Constituição que, pela primeira vez, contou com a participação popular em sua elaboração.

Os conflitos vividos hoje no Quênia, e que impactaram na realização do FSM em Nairóbi, têm estreita relação com a formação histórica do país e principalmente com o impacto da colonização de exploração empreendida pelos ingleses. Os conflitos étnicos e tribais estão subjacentes a todos os conflitos e ondas de violência recentes. Um caso clássico no continente africano é tentar emoldurar nos termos ocidentais conflitos ancestrais entre tribos nômades, como os Maasai, e tribos que vivem da agricultura, como os Kikuyu, no caso queniano. O mesmo se passa com Tutsis e Hutus[134] na Ruanda, e os Fur[135] e os Janjawid no Sudão. No intuito de manter sua hegemonia sobre a região, os países colonizadores e, posteriormente os países centrais da globalização hegemônica, instrumentalizam os conflitos

[132] No referendum constitucional de 2005 no Quênia os cartões de votação eram divididos com figuras de frutas, o "Sim" trazia uma banana estampada e o "Não" trazia uma laranja. Neste processo surgiu uma organização que pretendia representar os que votaram Não e se denominaram como Orange Democratic Movement cujo objetivo era "construir uma sociedade democrática e prover uma vida melhor e mais digna" (www.odm07.com).

[133] Notícias sobre a escalada de violência em 2007 estão disponíveis em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/1024563.stm

[134] O conflito entre tutsis e hutus na Ruanda ficou amplamente conhecido em todo o mundo como um dos maiores genocídios (1994) do final do século XX. A Ruanda é um pequeno país do Planalto Central Africano habitado pelos povos tutsis (pastores) e hutus (agricultores) que sofreram grande impacto na sua organização e modo de convivência com o processo de colonização europeu (alemão e belga). O conflito é mais um exemplo da instrumentalização de características dos povos do sul pelos colonizadores do norte para insuflar rivalidades e conflitos.

[135] A região de Darfur no Sudão é conhecida como uma região disputada há um tempo imemorável, especialmente por ocorrência de mudanças sazonais na disponibilidade de água e terra agricultável no restante do país. Em 1987 este conflito se transformou em uma guerra Fur-Árabe, especialmente quando a seca e a fome em Darfur do Norte expulsou muitos árabes para as terras no sul de Darfur. Os conflitos anteriores eram resolvidos por mecanismos tradicionais de reconciliação, mas estes mecanismos foram perdendo força com a imposição de mudanças a partir da administração central do país. Os conflitos também foram exarcebados com a facilidade do acesso a armas de fogo (trazidas por máfias internacionais) que levou os conflitos à extremas disputas pela força.

que acabam se manifestando em extremas dificuldades para consolidação de sistemas minimamente democráticos de governo no país. O modelo ocidental de organização social e disposição das funções do Estado, da sociedade civil e da economia, que se vê implantando hoje em grande parte dos países da América Latina, por exemplo, encontra profundas dificuldades para vingar nos países africanos. A grande democracia erigida na Índia, capaz de realizar uma eleição nacional com mais de 700 milhões de votantes parece algo impossível em vários países africanos com bem menos votantes e em países de dimensões bem menores do que a Índia.

Alguns quenianos como, Koigi wa Wamwere, relacionam o conflito a um incitado processo de tribalismo ou *negative ethnicity*, cultivado por anos que explodiu em profunda violência:

> A etnicidade negativa não implica somente em perdas visíveis, como a vida, casas e terra. Antes de chegarmos às vias de fato, a etnicidade negativa terá tirado de nós nossa humanidade, nosso bem mais precioso. Quando um ser humano perde humanidade, nos tornamos máquinas de matar demoníacas. A etnicidade negativa até nos faz sentir orgulhosos de não sermos mais humanos. Isto é chamado de "ser resistente" (WAMWERE, 2008, p. 34).[136]

Esta situação revelou que a paz e a democracia queniana ainda eram muito frágeis. Violência política deste tipo já havia ocorrido e ainda ocorre em países como Somália[137], Congo, Chad, Sudão sem ter tanta atenção do ocidente como teve o processo no Quênia. Rapidamente, o ex-presidente da ONU Kofi Annan foi designado para ir a Nairóbi tentar mediar a crise e estabelecer uma proposta de solução, pois se o Quênia se convertesse em um país anárquico, traria grandes conseqüências para a esperança de paz, democracia e estabilidade na África. Discurso este que, segundo, Mghanga (2009, p.3), escondia os reais interesses econômicos dos países ocidentais no Quênia.

Apesar destes conflitos envolvendo as eleições de dezembro de 2007 terem ocorrido após o Fórum Social Mundial de Nairóbi, em janeiro de 2007, eles são elucidativos da situação do país que sediou o encontro mundial do FSM pela primeira vez na África, pois outros fóruns regionais já haviam ocorrido em outras regiões africanas. Considerando o número de pessoas que morreram e foram expulsas de suas casas, o risco era de que o país

[136] No original: Negative ethnicity does not only inflict visible losses, like life, homes and land. Before we come to blows, negative ethnicity will have taken from us our humanity, our most precious possession. When a human being loses humanity, we become demonic killer machines. Negative ethnicity even makes us feel proud that we are no longer human. It calls it "being tough".

[137] Os atuais conflitos na região da Somália e Etiopia tiveram início em meados da década de 80 e duram até os dias de hoje. A disputa territorial e de controle da região se dá entre o governo da Etiópia, movimentos de libertação nacional da Somália e milícias islâmicas.

vivesse um genocídio. As organizações da sociedade civil queniana, governos de outros países e organizações multilaterais como a ONU, EAC (East African Community) e a AU (African Union), exigiram que os maiores protagonistas do conflito, Kibaki (PNU) e Odinga (ODM) cooperassem com a equipe de Annan para resolver o conflito e dar um fim à guerra civil que se instalava no país (MGHANGA, 2009). O sentimento da população foi de completa falta de confiança em suas instituições, primeiro para realizar o pleito e em seguida para garantir a segurança das pessoas e evitar os conflitos étnicos:

> A questão não é trivial. Ela puxa o nosso país para baixo e do dia para a noite apagou uma imagem que cultivamos por anos de um país exemplo de paz e estabilidade. O mais trágico para nós é o custo humano, material e emocional disso tudo. Não penso estar errado ao temer que o ódio e a amargura que resultaram dessa loucura levará nada menos do que uma geração (provavelmente mais) para se curar (WARIGI, 2008).

4.3.1 Nairóbi colocou a África no mapa do FSM

O FSM de Nairóbi foi realizado em um país rico em perspectivas e contradições. Fortemente impactado pela globalização hegemônica neoliberal pelo que ela trouxe de "ajuste estrutural" e implantação de valores ocidentais ressaltando a contradição global versus local. Um país fundado na cultura do *harambee*, de forte tradição comunitária, formado por povos e etnias milenares, de forte relação com a natureza e o meio ambiente, de uma cultura em que convivem os valores tradicionais de seu povo e os valores trazidos pelo colonizador e pela globalização hegemônica. O FSM surgiu no Quênia como fruto de dois processos, primeiro de uma política de mundialização e expansão do FSM para outras regiões além da América Latina, Europa e Ásia e um segundo, sem o qual seria impossível realizá-lo, de enraizamento do processo FSM na África.

O processo FSM teve início na África em 2002, quando o primeiro Fórum Social Africano foi realizado em Bamako, Mali, sob o slogan "Outra África é possível". Desde então, uma série de iniciativas regionais, nacionais e temáticas ocorreram, inclusive algumas iniciativas locais no Quênia. Até 2005 cerca de 25 fóruns nacionais ocorreram na África. Está documentado[138] que já na primeira reunião do Conselho Internacional do FSM, em 2001, alguns representantes africanos se referiram a possibilidade de se realizar um FSM na África. O segundo ASF (African Social Forum) ocorreu em Addis Abeba, na Etiópia em 2003, o terceiro em Lusaka, Zâmbia em 2004 (Wekken, 2005). O quarto ASF ocorreu em Conakry, na

[138] Documentos do Conselho Internacional do FSM.

Guiné. Em 2006, ocorreu em Bamako a edição africana do FSM Policêntrico. No ano seguinte, 2007, Nairóbi foi sede do encontro mundial do FSM, pela primeira vez na África.

A realização do FSM policêntrico em Bamako foi fundamental para que os africanos criassem convicção de que seria possível realizar o encontro mundial em Nairóbi. Cerca de 20 mil pessoas participaram do Fórum em Bamako. Os temas que tiveram centralidade durante o encontro foram a questão da segurança e da paz, dívida externa, modelos de desenvolvimento, acesso à terra e à água, luta específicas das mulheres e expansão da contaminação por HIV/Aids no continente. Com uma participação acentuada de movimentos sociais africanos, dada a proximidade e maior facilidade de acesso do que nos Fóruns anteriores, em Porto Alegre e Mumbai, temas específicos como os que afligem as mulheres africanas – mutilação genital, casamento precoce, analfabetismo juvenil feminino, ou questões como a do Sahara Ocidental e de áreas de conflito – Congo, Sudão e outros... ganharam centralidade em Bamako (GELOO, 2007).

A experiência do FSM em Bamako também ficou mundialmente conhecida por um documento formulado em um evento que o precedeu. Um seminário ocorrido dias antes do FSM, também em Bamako e que contou com o envolvimento direto de dois intelectuais-militantes, o egípcio Samir Amin e o belga François Houtart, produziu um documento que passou a ser conhecido mundialmente: o *Bamako Appeal*. O apelo de Bamako se insere no enfrentamento que se dá no interior do processo FSM entre "horizontalistas" e "movimentistas", conforme discutido no capítulo anterior. Entre aqueles que pensam que o FSM precisa ser mantido como um espaço de troca de ideias sobre o outro mundo possível, e aqueles que acreditam que o FSM precisa ter conseqüências políticas mais práticas. No apelo de Bamako, estão sintetizadas algumas ideias dos que consideram que o FSM deva ter conseqüências mais práticas no enfrentamento da globalização hegemônica. Outras iniciativas já foram realizadas neste mesmo sentido, como as seguidas declarações da Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais que ocorre no interior do FSM em todas suas edições e o Manifesto de Porto Alegre[139] (2005), assinado por uma série de intelectuais como Saramago, Galeano, Peres Esquivel e outros.

Foi neste contexto de expansão do FSM na África, mundialização do processo com o impulso de Nairóbi e as especificidades da sociedade queniana que ocorreu o FSM 2007 em Nairóbi. Talvez tenha sido o encontro mundial do fórum mais controverso até os dias de hoje.

[139] No FSM de 2005, 19 intelectuais assinaram o Manifesto de Porto Alegre – 12 Propostas para Outro Mundo Possível. Segundo os signatários tratava-se de um documento com a síntese das principais propostas que dão sentido à construção de outro mundo possível (em anexo).

Os aspectos mais críticos de sua realização ficaram por conta da notória discrepância entre a forma de participação de ONGs, mais bem estruturadas, e as organizações e associações comunitárias com menos recursos; a forte presença e poder de agenda da igreja, inclusive restringindo os debates sobre temas polêmicos como aborto e direitos dos homossexuais; os altos custos das taxas cobradas e dos preços cobrados por alimentação ou uma garrafa de água no interior do evento levando a protestos violentos no ambiente do encontro. Um dos trechos do documento da Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais, ocorrida no interior do FSM e que contou com cerca de 2000 mil pessoas diz:

> Denunciamos as tendências de comercialização, privatização e militarização do espaço FSM. Centenas de nossas irmãs e irmãos que nos deram as boas vindas em Nairóbi foram excluídos por causa dos altos custos da participação. Também estamos profundamente preocupados com a presença de organizações que trabalham contra os direitos das mulheres, dos povos marginalizados e contra os direitos sexuais e a diversidade, em contradição com a Carta de Princípios do FSM (Nairóbi, 24 de janeiro de 2007).

O FSM de Nairóbi refletiu, obviamente, toda a situação política e o estágio de formação da sociedade civil queniana e sua relação com o Estado e com os Estados do norte global. Assim como o FSM de Mumbai (2004) e o de Porto Alegre (2007), o fórum de Nairóbi foi avaliado ao mesmo tempo como avanço e retrocesso no processo FSM, neste caso, no entanto uma avaliação mais crítica ganhou destaque. Os mais otimistas o enalteceram:

> Nairóbi foi, assim, uma etapa histórica do processo FSM, que demonstrou que a fórmula FSM é possível em todo o mundo (o que certamente não foi verdadeiro para o Fórum Econômico Mundial quando se encontrou em Nova Iorque ao invés de Davos em 2002, com graves problemas organizativos). Cada um dos fóruns realizados em Porto Alegre estimulou um milagroso processo de integração da sociedade civil da região e conseguiu unificar a muito fragmentada sociedade civil na Índia e em Nairóbi, onde centenas de organizações africanas se encontraram pela primeira vez. Por esta razão, Nairóbi é o primeiro ato de unificação da sociedade civil africana; sem o FSM isso provavelmente não teria acontecido por um bom tempo (SAVIO, 2007).

Já os mais pessimistas atribuíram a ele o fim do FSM como processo histórico:

> ... decepcionante, uma vez que sua política estava tão diluída e os grandes negócios ligados a elite Queniana estavam tão evidentes em sua comercialização... Houve uma forte sensação de estar caminhando para trás ao invés de para frente em Nairóbi. O FSM está em uma encruzilhada... Após a desilusão em Nairóbi, muitos participantes de longa data do Fórum estão se perguntando: Será o FSM ainda o veículo mais apropriado para o

> novo estágio de lutas da justiça global e do movimento pela paz? Ou, tendo cumprido sua função histórica de agregar e conectar os diversos contra-movimentos gerados pelo capitalismo global, é hora do FSM desfazer sua tenda e dar caminho para novos modelos de organização global da resistência e transformação? (BELLO, 2007)[140].

O problema pode não estar no FSM de Nairóbi em si, mas na confluência de dois processos. Por um lado, a dificuldade de se realizar um encontro desta magnitude sem o apoio de um governo e um partido forte, como no Brasil, ou o despreendimento financeiro e a capilaridade de massas de organizações que o sustentem, como na Índia, e, por outro, o desgaste do próprio processo FSM ao longo dos anos. Nairóbi foi o estopim de um debate que já estava latente no interior do processo FSM. Este debate está presente desde a sua origem, conforme a discussão apresentada neste trabalho sobre os distintos pontos de vista entre "horizontalistas" e "movimentistas". Ele tem haver com uma ambigüidade inerente ao formato escolhido ou à "nova fórmula" como alguns pretendem chamar. A fórmula sobreviveu bem nos primeiros anos do encontro, de 2001 a 2003, quando os slogans "pela paz", "não a guerra", "contra o imperialismo", "justiça social global" atenderam bem à demanda de aglutinação e articulação dos movimentos em um cenário global de afirmação das resistências à globalização hegemônica. Quando o panorama político internacional começou a mudar e as disputas políticas ficaram mais "duras" e as forças progressistas precisaram se posicionar a elaboração de "consensos" mais gerais continuava possível, mas ficou obsoleta. A instalação da guerra no Iraque, a radicalização da postura de Israel sobre a Palestina, a emergência de frentes de esquerda aos governos latino-americanos, a vitória dos democratas sobre os republicanos nos Estados Unidos, o desencadeamento de uma crise econômica de grandes proporções, foram alguns dos fatos que marcaram a mudança no cenário internacional que passou a exigir posturas mais contundentes por parte dos movimentos e a dificultar o processo de produção dos consensos.

O Fórum de Nairóbi já teria dificuldades se tivesse ocorrido nos anos áureos do FSM, em um ambiente de crise existencial do próprio sistema Fórum, sua realização foi ainda mais complexa. Aqueles que já estão há anos envolvidos no processo, e nutriam uma expectativa de que Nairóbi representasse uma reprodução da "agenda FSM" na África, se surpreenderam

[140] Livre tradução do trecho: "(…) disappointing, since its politics was so diluted and big business interests linked to the Kenyan ruling elite were so brazen in commercializing it… There was a strong sense of going backward rather than forward in Nairóbi. The WSF is at a crossroads… After the disappointment that was Nairóbi, many long-standing participants in the Forum are asking themselves: Is the WSF still the most appropriate vehicle for the new stage in the struggle of the global justice and peace movement? Or, having fulfilled its historic function of aggregating and linking the diverse counter-movements spawned by global capitalism, is it time for the WSF to fold up its tent and give way to new modes of global organization of resistance and transformation?" (BELLO, 2007).

com alguns passos “atrás” que foram dados em Nairóbi, em termos de sustentabilidade do encontro, inclusão da população local, estímulo ao comércio justo e à economia popular e solidária, garantia da expressão da diversidade, afirmação das temáticas de gênero, LGBT e aborto. Os avanços e retrocessos ao processo FSM ocorridos em Nairóbi dialogam diretamente com o perfil da sociedade queniana. Há um dado interessante de uma pesquisa do Ibase sobre o perfil do participante do encontro, discutido no próximo capítulo, que aponta para o fato de que 33,1% dos quenianos que participaram do fórum apóiam a globalização.

O problema da participação da população local não está relacionado somente com a dificuldade de acesso, devido à localização do evento e os altos preços das inscrições. A própria mobilização do encontro pode ter sido comprometida pelo pouco que dialoga com a população local. A participação se dá especialmente quando há sentido nela. Que sentido podem encontrar em participar de um encontro anti-globalização aqueles que não são contra a globalização e por outro lado até a apóiam? Estes e outros aspectos específicos do FSM de Nairóbi serão discutidos no próximo capítulo.

4.4 Orçamento Participativo, Panchayat e Harambee – O Fórum Social é do Sul, mas é Global

No primeiro capítulo discutiu-se o conceito de hegemonia e o funcionamento das hegemonias mundiais na trajetória do capitalismo global. Em seguida, apontou-se como se dá a gestão deste projeto hegemônico através de um processo de governança global que enfrenta a resistência de uma emergente sociedade civil global. Tal sociedade civil se organizou primeiramente em uma série de manifestações e protestos anti-globalização até ser sistematizada em encontros como o Fórum Social Mundial. O FSM nasce como produto deste movimento contra-hegemônico, ao mesmo tempo em que é produtor da contra-hegemonia a partir de contextos tão distintos como o do Brasil, da Índia e do Quênia, como se vê no quadro a seguir.

Quadro 2 – Panorama do Sul que abrigou o FSM: Brasil, Índia e Quênia

	Brasil	**Índia**	**Quênia**
Colônia de	Portugal	Inglaterra	Inglaterra
Independência	1822	1947	1962

População estimada na época do encontro	191,5 milhões[141]	1.065.070,607 milhões[142]	36,1 milhões[143]
Particularidades no modo de enfrentar questões sociais	Orçamento participativo, conselhos gestores	*Panchayat* (auto-governo)	*Harambee* (voluntariado comunitário)
Religiões	Cristianismo (principal – maioria católica), religiões afro-brasileiras (umbanda, candomblé), islamismo, judaísmo, espiritismo	Hinduísmo (principal), jainismo, budismo, sikhismo, islamismo, cristianismo	Cristianismo (principal – dividido entre católicos e protestantes), islamismo, fé bahai, hinduísmo, religiões tribais (animistas)
Sistema Político	Estado democrático consolidado, pluripartidarismo, sociedade civil diversificada, movimentos sociais enraizados	Estado democrático consolidado, pluripartidarismo, sociedade civil diversificada, movimentos sociais enraizados	Instabilidade política, Estado em processo de consolidação, partidos em constituição, sociedade civil pouco diversificada com ampla presença da igreja e ONGs européias, movimentos sociais incipientes
Principais pautas sociedade civil local	Reforma agrária; melhoria sistema de saúde, moradia, saneamento e educação; fim da violência urbana; direitos humanos	Fim do sistema de castas; fim dos conflitos e da violência; melhoria da qualidade de vida em geral, direitos humanos	Interromper proliferação da AIDS; justiça social com educação, saúde, emprego, moradia, transporte; direitos humanos.
Governo vigente na época do encontro	Governo do Presidente Lula (PT) reeleito em 2006	Primeiro Ministro Atal Bihari Vajpayee (BJP,	Governo do Presidente Emilio Mwai Kibaki (NRC)
Iniciativas inovadoras em democracia participativa	Orçamento Participativo; Conselhos gestores de políticas sociais;	Planejamento descentralizado local;	(não foram encontradas experiências similares no Quênia, atualmente os quenianos comemoram uma

[141] Dados do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1435&id_pagina=1>
[142] NCAER – www.ncaer.org
[143] KNBS – www.cbs.go.ke

			maior participação na elaboração de uma nova constituição)
Experiências anteriores com o FSM	Sediou os três primeiros encontros do FSM em Porto Alegre e o FSM de 2005 (Porto Alegre); Três edições do Fórum Social Brasileiro	Sediou o Fórum Social Asiático de 2003	Primeiro evento do processo FSM
Contexto Global durante FSM	Crise Mundial Multifacetada (Econômica, ambiental, segurança alimentar...) Consolidação de governos anti-neoliberais na América Latina	A principal questão internacional na época era a instalação da guerra no Iraque em março de 2003;	Decadência do Governo Bush e fracasso da guerra no Iraque e Afeganistão, ascensão de governos anti-neoliberais na América Latina
Contexto Local durante FSM	Capital destacada de uma das regiões mais pobres do país, forte agenda ambientalista em choque com agenda desenvolvimentista, grande influência do PT nos movimentos sociais, véspera de ano eleitoral após 2 mandatos governo Lula (PT)	Grande centro financeiro e comercial da Índia, intensa desigualdade social e divisão por castas, ano eleitoral com fortalecimento do INC frente ao BJP que ainda governava quando da ocorrência do FSM	Capital "ocidentalizada" de um país com forte tradição tribal, forte presença e influência das igrejas e de ONGs européias no interior da sociedade civil, ano eleitoral após mandato de Mwai Kibaki (National Rainbow Coalition) iniciado em 2002 após 40 anos de governo ditatorial de um único partido KANU

Estes três países tão diferentes têm muito em comum. Três países fundados na diversidade e na possibilidade da coexistência nacional dos diferentes. Três nações que enfrentam os condicionantes de uma situação pós-colonial, que receberam do colonizador um legado de destruição, morte, usurpação, submissão, corrupção, atraso educacional e cultural, preconceitos. Os três passaram boa parte do século XX lutando pela democracia - tentando consolidá-la a partir de seus próprios termos - e pela unidade nacional. Sempre sob a vigilância do colonizador, ex-colonizador e da potência mundial hegemônica vigente na

época. Os três tiveram sua sociedade civil erguida nas lutas por democracia e por novas constituições, complementadas por organizações fundadas sob influência da igreja, cultura do voluntariado e das organizações do terceiro setor. Sofreram com o impacto do neoliberalismo na última quadra do século XX, atuaram na transformação do Estado e deram novo sentido à relação sociedade civil e Estado.

No capítulo inicial, chegou-se à conclusão de que a globalização muda o modo como se apreende o conceito de hegemonia e contra-hegemonia em termos mundiais. Isso se dá principalmente porque a cada dia aumentam as situações em que decisões tomadas fora de um Estado territorial, especialmente os não hegemônicos, impactam na vida de pessoas que estão dentro dele. Novos espaços democráticos são demandados para que um novo tipo de formulações, tanto de conteúdo como de prática, passem a fazer pressão sobre um novo elemento, ainda nebuloso, de governança global. Um conglomerado de países, corporações multinacionais, organizações multilaterais, portadoras de uma direção política formulada no interior do país hegemônico.

Tais políticas, aplicadas mundialmente, como o neoliberalismo e o modelo de democracia representativa liberal tiveram diferentes recepções, adaptações e vivências nos distintos continentes e países. Brasil, Índia e Quênia são exemplos disso. Há muito em comum, mas há muitas diferenças na forma de aplicação destas políticas nestes países. Também há muito em comum e diferente na forma de reação da sociedade civil e do Estado frente à globalização hegemônica neoliberal nestes países. A síntese entre o que há de comum e diferente nestes modos de produção de resistências e iniciativas dá consistência para a contra-hegemonia formulada no seu interior e articulada na rede global tecida por vários pontos de interseção gerados por eventos como o FSM, produzindo a contra-hegemonia global.

Pode-se dizer que este é um fenômeno político novo, uma vez que pensar nestes termos de formulação de uma contra-hegemonia seria impossível nos grandes períodos hegemônicos de genoveses, holandeses e até mesmo ingleses. Somente com o período hegemônico norte-americano, e principalmente com o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, foi possível conceber a formulação de encontros desta magnitude com características que nos levam a pensar em termos de uma sociedade civil global. Estas iniciativas que alteram padrões de disputa da hegemonia global coincidem com os debates sobre o declínio da hegemonia estadunidense. Em texto do início da década, Wallerstein aponta que os EUA já perderam sua hegemonia, restando apenas seu domínio militar. A coincidência, no caso, guarda mais em correspondência do que em acaso. A incapacidade

norte-americana de se manter hegemônicamente, de permanecer como “aquele que prospera” e faz com todos o queiram ver prosperar para obter vantagens no jogo de poder econômico e militar, tem levado o governo do país pretensamente hegemônico a aproximações improváveis há pouco tempo atrás com conceitos, valores e discursos formulados no seio do movimento contra-hegemônico.

Aprendendo com as diversas experiências do Fórum Social Mundial, pode-se dizer que o declínio da hegemonia estadunidense coincide com a ascensão de uma nova visão de mundo, mais cosmopolita e ancorada em projetos locais contra-hegemônicos, sejam lutas por libertação nacional, consolidação de democracias, experiências de resistência e repactuação nacional. A capacidade norte-americana de difusão de valores ideológicos, especialmente acompanhando a queda do leste europeu teve uma força estrondosa e poucos poderiam prever que tão rapidamente estes valores seriam questionados. Quem observou a ascensão do pensamento neoliberal na última década do século XX, dificilmente apostaria na emergência de uma movimentação global contra-hegemônica da magnitude do FSM no princípio da primeira década do século XXI.

Revelou-se neste capítulo que embora sendo projetado como um fenômeno político internacional e encontrando aí sua força propulsora na luta por outra globalização, a pujança do FSM está ancorada nas suas ocorrências locais mais ou menos frutíferas. Ao ser o Fórum do Orçamento Participativo de Porto Alegre, o Fórum dos Dalits de Mumbai, o Fórum do Meio Ambiente em Belém, o Fórum das Igrejas (com extremada tensão com representantes dos movimentos de Mulheres e Homossexuais) de Nairóbi, o Fórum Social Mundial constituiu uma oportunidade, até então inédita no mundo, de dar visibilidade internacional a temas sensíveis nestas localidades e comunidades. Tornando-se uma espécie de desaguadouro de agendas locais reprimidas. Esta dinâmica tem sido reforçada pela reciprocidade que ocorre quando temas, eminentemente globais, passam a fazer parte das agendas locais das comunidades que organizam o Fórum dando abertura a indefinidos canais de comunicação com o mundo.

O que faz o FSM possível, portanto, não é o fato de ser mundial, mas o de ser viável nacionalmente. O FSM transforma em universal o que é aparentemente local e dá sentido local a temas universais. Quando ele é real no local em que ocorre, há correspondência e identidade entre os pares de outras partes do mundo, sejam trabalhadores urbanos e do campo, mulheres, ambientalistas, anti-capitalistas, socialistas, religiosos engajados, artistas, tradutores, sem teto, estudantes e etc. Isto ocorreu de maneira diferenciada nos três eventos analisados neste trabalho como veremos a seguir. Sua capacidade de projeção mundial e

demonstração do potencial contra-hegemônico estão ligados ao contexto histórico em que ocorrem, nos momentos onde o caos sistêmico se manifesta de forma mais contundente, como com instalação da guerra do Iraque, a crise geral do capitalismo de 2008. A fragilidade hegemônica, portanto, oferece melhores condições para que o encontro se coloque na cena mundial. E é preciso estar atento, porque a dinâmica da luta hegemônica não pode ser circunscrita somente ao âmbito global ou local, há uma interação entre as dinâmicas globais e locais cuja interpretação é essencial para se decifrar as redes que tecem a contra-hegemonia. Enquanto se projetam temas como a intocabilidade dos dalits, a questão agrária no Brasil, a proliferação da AIDS no Quênia, ao mesmo tempo estão sendo projetadas as questões da crise ambiental e climática, a crise alimentar, a crise econômica sistêmica. A interação entre o global e o local na contra-hegemonia dizem muito sobre a estruturação da sociedade civil global e sua capacidade de tornar conhecidas as agendas pulsantes em cada nação e sua conexão com as aspirações do "outro mundo possível" para todos. Os detalhes das características do FSM de Nairóbi, bem como de Belém e Mumbai serão tema do próximo capitulo. Nesta seção, procurou-se evidenciar o contexto histórico e político em que se deu a realização de cada um destes encontros.

O fato do FSM ter se viabilizado no Sul, mesmo em contextos tão distintos como são os do Brasil, Índia e Quênia, coloca em evidência a identidade pós-colonial que marca as sociedades erguidas sob o jugo do colonialismo. Esta identidade está no cerne do projeto contra-hegemônico e está diretamente relacionada com uma nova proposta civilizatória que faça frente à missão civilizadora européia-ocidental que durante séculos apontou os caminhos do desenvolvimento para o resto do mundo. A contra-hegemonia através do novo universalismo proposto no conjunto de encontros do FSM se dá em relação a todo o conteúdo ético-político da modernidade e do projeto colonial.

A contra-hegemonia elaborada a partir de um Brasil que tenta tornar seu Estado Republicano e aprofundar seus elementos democráticos, de uma Índia que busca superar a desigualdade social imposta pelo sistema de castas, dar dignidade ao seu povo e garantir a participação popular no planejamento e execução de suas políticas, de um Quênia que tenta estabilizar um Estado democrático, superar preconceitos sociais e dar ao *harambee* seu sentido original de participação coletiva na vida política, está além de uma possível simplificação que coloca frente a frente SCG e governança global.

A interação entre o local e o global é imprescindível, portanto para a contextualização do discurso contra-hegemônico, pois somente na experiência local dos povos colonizados pode-se apreender como o colonialismo deixou marcas profundas nas relações sociais,

políticas, econômicas de cada país submetido. Os sistemas opressivos baseados no autoritarismo e na discriminação ainda vigentes, em muitos destes países, deixaram marcas profundas na formação da sociedade civil e do Estado em nações como o Brasil, a Índia e o Quênia. O clientelismo, o autoritarismo, as práticas de corrupção, a dizimação de povos, a destruição ambiental, a discriminação às mulheres e homossexuais, o desrespeito aos direitos humanos foram algumas das marcas deixadas pelo sistema colonial e que hoje, décadas após a descolonização formal de vários países continuam tão ou mais presentes no dia a dia dos povos colonizados. A contra-hegemonia neste sentido não se dá somente em relação ao quarto e decadente ciclo hegemônico da modernidade ocidental descrito por Arrighi, ela está relacionada com os fundamentos da modernidade, com o patriarcado, com capitalismo, com o colonialismo e inclusive com o modo como estes são descritos e apresentados ao se contar a história recente da humanidade.

Ao ocorrer no Brasil, na Índia e no Quênia, o FSM revelou ao mundo a existência de uma multiplicidade de projetos contra-hegemônicos que enredados produzem uma teia de projetos articulados e que precisam ser traduzidos entre si. O FSM pela sua pluralidade, diversidade, capacidade de incluir, de deixar as portas abertas, é como uma vitrine da pluralidade destes projetos e uma ferramenta de tradução conceitual e epistemológica entre eles. Por outro lado, no embate entre ser um espaço ou um movimento, obviamente prevaleceu ao longo dos anos a concepção de praça aberta, e o FSM não conseguiu dar as condições necessárias para a formulação de um projeto emancipatório de transformação social que desse unidade a esta multiplicidade de projetos.

A constatação desta incapacidade ficou ainda mais forte no fórum do Quênia pela explicitação das contradições internas do movimento contra-hegemônico. Para muitos, foi incômodo realizar um FSM em um ambiente em que proliferavam concepções hegemônicas seja de discriminação das minorias, comércio injusto, apoio à globalização neoliberal. O choque discursivo foi de certa forma uma das contribuições do FSM do Quênia ao apresentar aos promotores da contra-hegemonia, os enormes desafios envolvidos na construção de um novo arcabouço de valores e práticas emancipacionistas. Este choque foi necessário também para expor como o contra-hegemônico tem sido construído com valores universalistas, muitas vezes ocidentais, e que têm dificuldades para incluir o diferente.

O FSM no Quênia revelou que há variadas relações norte/sul no interior do campo contra-hegemônico. É possível encontrar tanto uma relação de cooperação, como de

subordinação ou de um multiculturalismo[144] que quase esvazia o sentido da relação. Neste sentido, o FSM tem sido um instrumento que, ao mesmo tempo em que explicita estas tensões, cria situações para que sejam superadas em um processo mútuo de auto-aprendizagem entre o "fazer contra-hegemônico" do norte e do sul. Tanto o Orçamento Participativo no Brasil, como os *panchayat* na Índia, como a cultura *harambee* no Quênia são exemplos da produção contra-hegemônica local do sul que encontrou vazão no surgimento de novas arenas globais de democratização, como o FSM. A tensão entre este local contra-hegemônico e o global hegemônico se dá no embate civilizatório por novos paradigmas, que balizem a sociabilidade humana e coincide com a emergência de novas relações sul-sul, com a decadência da atual potência hegemônica e o declínio do projeto ocidental moderno capitalista.

[144] Para Slavoj Zizek, "o multiculturalismo é uma forma de racismo denegada, invertida, auto-referencial, um "racismo com distancia": respeita a identidade do Outro, concebendo-o como uma comunidade "autêntica" fechada sobre si mesma, em relação à qual o adepto do multiculturalismo mantém, pelo seu lado, uma distância que torna possível a sua posição universal privilegiada. O multiculturalismo é um racismo que esvazia a posição que é a sua de qualquer nota positiva (o defensor do multiculturalismo não é um racista aberto e declarado, não opõe ao Outro os valores *particulares* da sua própria cultura), mas conserva, todavia, essa posição como o *ponto vazio de universalidade* privilegiado a partir do qual é possível apreciar (e depreciar) de maneira apropriada outras culturas particulares: o respeito do multiculturalismo pela especificidade do Outro é precisamente a forma adotada pela afirmação da sua própria superioridade" (ZIZEK, 2006, pp. 72-73).

5 MUMBAI, NAIRÓBI e BELÉM – TRÊS ESTRELAS DO SUL GLOBAL

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas!
Mario Quintana

Nos capítulos anteriores, foram enunciados o contexto e as condições que deram origem ao Fórum Social Mundial. O contexto foi a própria crise de hegemonia do sistema capitalista mundial que chega ao esgotamento de mais um ciclo duradouro. Como resposta à sua crise interna, o bloco hegemônico recorre a uma globalização neoliberal dirigida por uma governança global nebulosa que tem por no comando os principais Estados capitalistas, em especial a potência hegemônica dos EUA. Os três pilares da hegemonia gramsciana/arrighiana, sistema econômico, poder de coerção e apelo consensual são abalados. Os cinco elementos que caracterizam o momento catártico ou de caos sistêmico se manifestam, mas aparentemente de modo distinto das crises anteriores, como a holandesa do século XVIII e a britânica do século XIX.

Dos cinco elementos, pelo menos três já se apresentaram até os dias de hoje, o primeiro, e talvez o mais sintomático da crise, foi o da financeirização da economia iniciado nos anos 70 e que, por sua vez, desembocou na crise econômica mundial de 2008. O segundo foi o surgimento de novos centros de poder e riqueza especialmente com a China, retomada da Rússia e emergência de países como Brasil, Índia e África do Sul. O terceiro elemento, e que é de particular interesse para esta pesquisa, é o da perda de apelo consensual e a desestabilização da estrutura institucional internacional com a obsolescência do sistema de Bretton Woods, da OMC, da própria ONU, e a emergência de novos blocos como o G 20, os BRICS e o IBAS. Um quarto elemento é o da perda de poder coercitivo que se manifesta na durabilidade e inconclusão de intervenções militares como as do Iraque e do Afeganistão e a sustentação de Israel no massacre ao povo palestino.

O quinto, e último elemento bélico, de choque entre a potência hegemônica e as aspirantes ao poder mundial, é o que parece mais remoto com a permanência do poder militar em mãos hegemônicas, apesar das últimas controvérsias na corrida armamentista mundial envolvendo especialmente Rússia, Irã e Coréia do Norte. Apesar da força explicativa dos elementos de crise arrighianos, há algumas particularidades da presente crise que interferem no seu desenrolar e podem retardar o estágio terminal da crise hegemônica. No primeiro

capítulo, foram adotados alguns pressupostos que podem iluminar estas particularidades. O primeiro e principal é o que estabelece que a globalização muda o modo de operação da hegemonia e de sua própria crise. Nenhum outro ciclo hegemônico em crise ocorreu sob a determinação da interconexão global como a que ocorre hoje. Outra particularidade do momento é que os atores potencialmente hegemônicos surgem pela primeira vez na história do capitalismo ocidental no sul ou na periferia do sistema, tanto como potências econômicas emergentes (Brasil, China, Rússia, Índia), como potências bélicas (Irã, Rússia), como reordenadoras do sistema internacional (IBAS, BRICS, G20). Aí estão os três pilares da hegemonia: o econômico, o coercitivo e o consensual. Cabe, no entanto, um destaque ao consensual e a presente tese trata justamente deste destaque. Para além da crise hegemônica da institucionalidade internacional e a perda de legitimidade internacional de seus valores civilizatórios que se manifesta em um reordenamento das ações dos Estados e das organizações multilaterais, há uma força contra-hegemônica que se manifesta através da emergência de uma sociedade civil global capaz de vocalizar novos valores e um novo padrão civilizatório.

O Fórum Social Mundial é a materialização dos anseios desta eminente sociedade civil global, que propõe uma globalização contra-hegemônica e tem revelado isto em encontros mundiais que ocorreram em pelo menos três continentes, até o momento em que escrevemos este trabalho. As características do encontro, que o colocam no patamar de uma das principais novidades políticas do século XXI, suas contradições internas e o contexto dos países em que já foi realizado foram apresentados nos capítulos anteriores. Na verdade, a materialização desta movimentação de uma globalização contra-hegemônica está muito marcada pelo contexto de cada país que sedia um encontro mundial do FSM. A máxima de Tolstoi, "para ser universal basta cantar o seu quintal", tem validade empírica neste processo como veremos a seguir. Afinal, cada encontro projeta para o mundo os efeitos das determinações pós-coloniais e da globalização hegemônica no país anfitrião e ao fazê-lo tem mostrado que ser contra-hegemônico é enfrentar os temas sensíveis em cada localidade, como a luta dos sem terra no Brasil, dos dalits na Índia, da discriminação sexual e expansão da AIDS[145] no Quênia.

[145] Cerca de um milhão e meio de pessoas tem AIDS no Quênia e a situação é tratada como uma epidemia generalizada por afetar todos os setores da sociedade. Uma das grandes dificuldades na condução da prevenção e do tratamento é o fato de que no Quênia a homossexualidade é punida com 14 anos de prisão tornando difícil o acesso a estes grupos. A infecção de mulheres ocorre na proporção de um dobro em relação à dos homens, algumas pesquisas relacionam esta disparidade ao grande número de mulheres que relatam terem sido violentadas ou perdido a virgindade pela força (UNGASS – Country progress report – Kenya – 2010), disponível em:
<http://www.unaids.org/en/dataanalysis/monitoringcountryprogress/2008progressreportssubmittedbycountries/kenya_2008_country_progress_report_en.pdf>

O FSM é uma novidade política, na medida em que não está estruturado em conformidade com nenhuma outra iniciativa ou modelo existente até a sua ocorrência. Seu formato não segue qualquer dos modelos pré-existente de organização política moderna, seja ele o do centralismo democrático, o da democracia representativa ou o da democracia participativa (SANTOS, 2005)[146]. Ninguém o representa ou está autorizado a falar e, muito menos, a tomar decisões em seu nome, ainda que ele seja concebido como um Fórum que facilita as decisões dos movimentos e das organizações que nele participam. Sua principal novidade está na capacidade de inclusão do diferente, do diverso, muitas vezes do contraditório. Deste modo, fica latente a tensão entre distintos grupos e projetos representados no seu interior, nem todos contra-hegemônicos, é preciso dizer, conflitantes na definição tanto de métodos como de conteúdos a serem pautados pela SCG na construção da contra-hegemonia.

Apesar de ser uma novidade política, o Fórum tem antecedentes fortes. Como exposto nos capítulos anteriores, estão na sua origem o movimento zapatista e as manifestações antiglobalização, como a de Seattle 1999, que impediram a conclusão de importantes projetos como o AMI ou a Rodada do Milênio da OMC. Considera-se que o Fórum representou uma segunda etapa destes movimentos, uma passagem da resistência à elaboração mais sofisticada de análises e à construção de alternativas. A cada novo evento do FSM se colocam as questões: fragmentação versus coesão; sociedade civil versus Estado; local versus global, norte versus sul; ONGs x movimentos sociais. A pesquisa indica que a síntese destas dicotomias, e não a sua cristalização, tem se demonstrado como resultado do processo de efervescência na construção da contra-hegemonia global.

Esta pesquisa aponta que para ser universal e se projetar globalmente, a contra-hegemonia antes de tudo precisa fazer sentido localmente. O que tem feito o FSM florescer, como se vê a seguir, portanto, não é exatamente o fato de ser mundial ou ter no seu Conselho Internacional uma representação plural de países e movimentos, mas antes de tudo fazer sentido e vicejar em todos os portos em que atraca. Quanto mais forte e estruturada cada sociedade civil que o recebe, mais frutos ele tem como projeto contra-hegemônico de justiça

[146] Para alguns teóricos das Ciências Sociais, como Boaventura Santos, o problema de estudar estes novos movimentos sociais é que a fim de fazer uma interpretação justa, falta uma nova teoria social e novos conceitos analíticos. Abre-se no horizonte, portanto, o enorme risco de "subteorização". Qualquer investigação neste campo ganha em conotação normativa. Para Santos, o FSM desafia não só as teorias políticas dominantes, mas as várias disciplinas das Ciências Sociais convencionais ou ainda a ideia de que o conhecimento científico é o único produtor de racionalidade política e social. Em seu livro *Fórum Social Mundial: Manual de uso*, Santos busca abordar o FSM como uma utopia crítica, epistemologia do sul e política cosmopolita emergente, tentando romper as barreiras teóricas ao estudo desta nova realidade (SANTOS, 2005).

social global. E como sociedade civil forte e estruturada não se entende necessariamente uma sociedade civil organizada no molde europeu-ocidental, não se trata de tentar aplicar uma moldura do norte em um contexto do sul. Fala-se em possibilidade de expressão, organização, luta de ideias e construção valorativa dentro da dinâmica de cada sociedade que abriga o FSM. Percebe-se que, mesmo não tomando decisões formais, o FSM se posiciona na luta pela hegemonia mundial a partir de seus encontros mundiais ocorridos em determinadas localidades do sul global.

No início deste estudo foi colocada a seguinte questão: por que mesmo sendo projetado como um fenômeno político internacional de luta por outra globalização e encontrando aí sua força propulsora, a pujança do FSM está ancorada nas suas ocorrências locais mais ou menos exitosas? Por que o que garante a efetividade do FSM não é simplesmente o fato de ser mundial, reunir representantes de vários países e confrontar de frente a governança global? O mais lógico não seria fazer um encontro menor e representativo, em um local fixo, como o de Davos e elaborar um projeto fechado de contra-hegemonia e confrontá-lo com a realidade do projeto hegemônico em crise? Não seria mais prático, fácil e mais barato fazer algo assim? Por que se deslocar mundo afora, para realizar o FSM cada vez em um local mais distante para muitos e instalar cada encontro com novos participantes que mal conhecem sua estrutura e sua forma de funcionamento? Isto não faz atrasar toda a elaboração do projeto, visto que a cada encontro são novas pessoas, novas perspectivas, novos contextos que impactam em seus resultados? A previsibilidade dos encontros da governança global como os Fóruns de Davos não cabem na dinâmica contra-hegemônica. A sociedade civil global não sabe onde será seu próximo encontro, quem serão seus atores, quais serão as temáticas mais pujantes. O que se pôde extrair até aqui é que no presente momento a contra-hegemonia tem se reunido no sul global, em sociedades fortemente pautadas pela agenda pós-colonial.

No decorrer do trabalho, ficou evidente que a amplitude democrática do FSM está justamente na sua imprevisibilidade, abertura à participação, possibilidade de experimentação de metodologias, modelos de encontro, formas de tomada de decisões, na sua capacidade de absorver agendas e gerar outras. Não existe tal coisa como um projeto mundial alternativo pronto e acabado, capaz de impor uma nova dinâmica mundial sobre um modelo hegemônico em crise. Até porque, o poder de agenda e a legitimação de novos valores conformam a base de apenas mais um dos pilares de sustentação hegemônica, que precisaria estar conectado a um projeto de uma superação econômica e na capacidade coercitiva para se viabilizar. Os critérios estipulados para identificar os eventos mundiais do FSM como mais ou menos

exitosos, em termos de contribuição ao processo de contra-hegemonia global, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram escolhidos de modo arbitrário e obedecendo a uma determinada linha de raciocínio. Dentro desta linha, parte-se da constatação de que a simples ocorrência de cada evento já constitui um êxito em termos de mundialização do processo, e envolvimento da sociedade civil e política do país e da região sede do encontro. Por outro lado, considera-se como mais exitoso, aquele encontro que obteve efetiva capacidade mobilizadora mundial e da população local, possibilitou participação dos interessados, deu vazão a temas latentes no interior da sociedade civil local, refletiu a agenda da sociedade civil global e por sua vez conseguiu impactar nesta agenda. Uma série de condicionantes locais e globais fez possível a aproximação de cada encontro do "êxito" ideal estabelecido.

A tese aqui defendida é a de que o Fórum Social Mundial constitui uma oportunidade, até então de forma inédita no mundo, de dar visibilidade internacional a temas sensíveis em certas localidades e comunidades e ao fazê-lo contribui na formação do arcabouço valorativo do projeto contra-hegemônico. O FSM expressa a interconexão da agenda pós-colonial e da anti-capitalista, é a materialização no plano societal da disputa hegemônica. As sociedades que o organizam estão tão atadas às suas determinações locais por libertação e superação dos dilemas impostos pelo colonialismo e, posteriormente pelo neoliberalismo, que é impensável, neste momento, fixar uma agenda cosmopolita que prescinda destas determinações. Deste modo, o FSM é uma espécie de desaguadouro das agendas locais, muitas vezes internamente reprimidas, em contextos mundiais marcados por crises do sistema hegemônico mundial.

As lutas do sul expressas, em cada FSM, fazem mais sentido dentro de uma luta geral anti-capitalista. É por isso que o FSM evidencia que a agenda pós-colonial do sul fez possível a projeção da agenda anti-capitalista e contra-hegemônica mundial. Esta dinâmica é reforçada pela reciprocidade que ocorre quando temas, eminentemente globais, passam a fazer parte das agendas locais das comunidades que organizam o Fórum. Esta capacidade de síntese entre o global e o local dentro dos limites de uma agenda global contra-hegemônica deu ao FSM um status de autoridade em termos de promoção de temas, concepções, valores e pressupostos de um "outro mundo" baseado na diversidade, respeito à natureza, justiça econômica e social. Ao organizar um evento mundial do FSM, a sociedade civil local passa a constituir durante alguns dias o corpo visível da SCG.

5.1 O perfil do participante do FSM

Para conhecer quem são as pessoas que fizeram possível cada um dos encontros recorreu-se a uma pesquisa, que leva o nome "Perfil de Participantes do FSM", e que tem sido realizada pelo Ibase em todos os eventos mundiais do FSM desde 2003. O objetivo da pesquisa, desde o princípio, foi o de apresentar alguns traços do perfil das pessoas que estiveram em cada FSM, com máximo respeito à diversidade na sua retratação. Como foi realizada praticamente de dentro para fora do FSM, ou seja, por uma organização que desde o princípio esteve à frente de sua organização, a pesquisa serviu para reorientar a ação do Fórum nos anos subseqüentes a 2003, especialmente por uma constatação fulcral: do "déficit de globalidade em nossa luta contra a globalização dominante", expresso no déficit geográfico por um lado e no déficit sociocultural por outro, segundo os organizadores da pesquisa[147]. A pesquisa de 2003 deixou clara a ausência da Ásia, da África, do Leste Europeu e do Caribe no processo FSM, por um lado, e por outro o de setores subalternos sem meios para participar como as pessoas que vivem em favelas, setores populares das grandes cidades, indígenas, camponeses e jovens de um modo geral[148]. Pode se dizer que a ocorrência do FSM em Mumbai, Nairóbi e Belém destinou-se a atender boa parte destas deficiências, ao que corresponderam em grande parte como se vê a seguir. Em suma, a pesquisa torna possível entender melhor quem são os seres humanos reais que fazem o encontro ocorrer, e são seguintes as amostras selecionadas em cada um dos eventos:

Tabela 2 – Dados Pesquisa Perfil de Participantes FSM

	Universo de participantes	Responderam ao questionário do IBASE
Mumbai (2004)	115 mil	3500
Nairóbi (2007)	74 mil	2480
Belém (2009)	120 mil	2262

Fonte: Ibase.

Os dados de participação do Ibase contrastam um pouco com os apresentados pelo Conselho Internacional após encerramento de todos os FSM, como se vê na tabela a seguir. É importante ressaltar que devido a mudanças no formato do encontro, mais aberto à participação popular a partir de Mumbai, houve um complicador para o registro formal do

[147] Extraído do texto de apresentação da Pesquisa Perfil do Participante do FSM, Porto Alegre, 2003.
[148] Pesquisa sobre perfil de participantes / Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

número de participantes em cada encontro. Os três encontros foram realizados em locais fechados e tentou-se fazer um mínimo de controle de entrada e saída para fins de contabilidade dos participantes. Este controle foi mais frouxo em Mumbai, por uma política adotada de portões abertos do encontro. Em Belém e Nairóbi, tentou-se fazer um controle mais rígido, mas houve revolta de setores populares contra o controle, forçando a abertura dos portões, posteriormente ao primeiro dia do encontro o que gerou um fluxo grande de pessoas não inscritas.

Tabela 3 – Dados FSM Mumbai (2004), Nairóbi (2007), Belém (2009)

	IV FSM (2004) - Mumbai -	VII FSM (2007)[149] - Nairóbi -	IX FSM (2009) - Belém -
PARTICIPANTES	74.126	Impreciso, entre 44.000 e 74.000	133.00
PAÍSES	117	100 + (estimativa)	142
ORGANIZAÇÕES	1.653	-	5.808
ATIVIDADES AUTO-GESTIONADAS	1238	1296	2.310
JOVENS NO ACAMPAMENTO	2.723	-	15.000

Fonte: Conselho Internacional FSM

[149] Segundo o Secretariado do FSM: É difícil determiner o número exato de participantes que estiveram no FSM 2007 em Nairóbi; principalmente porque nem todos se registraram. O primeiro relatório de inscrições no Centro de Conferências Interacional Kenyatta e o primeiro dia do evento no Kasarani mostram que mais de 46 mil pessoas foram registradas e cerca de 10 mil crachás foram distribuídos para pessoas locais que não podiam pagar a taxa de inscrição. A partir do segundo dia quando os portões do encontro ficaram totalmente abertos, a equipe do credenciamento fazia uma contagem física diária das pessoas que estavam sem crachá (excluindo as crianças) durante as duas primeiras horas do segundo, terceiro e quarto dias. A contagem foi feita nos portões principais. Este foi um processo muito difícil e é provável que seja grande o nível de imprecisão. Considerando as possibilidades de contagem dupla foi estabelecida uma margem de erro de ± 30%, estima-se que cerca de 14 mil estavam aptos a participar sem pagar nenhuma taxa. Há também a estimativa da equipe de credenciamento que cerca de 4000 pessoas participaram das atividades que ocorreram fora do Kasarani (nas periferias, no escritório da ONU em Nairóbi, Gigiri etc). Deste modo, o Secretariado estima que o mínimo de 74.309 pessoas estiveram no FSM 2007 em Nairóbi.

Destes, segundo o Ibase:

Tabela 4 – Perfil de participantes em Mumbai, Nairóbi, Belém

	Provenientes do país sede e região[150]	Mulheres	Jovens (entre 14 e 34 anos)	Cursando ou já cursado superior
Mumbai	91%	45%	63%	63%
Nairóbi	69,2%	-	62,1%	62%
Belém	93,3%	49%	61%	73%

Fonte: Ibase.

De acordo com os dados do Ibase, o perfil médio do participante do FSM é de jovens, metade homens e metade mulheres, cursando ou já tendo cursado o ensino superior, na sua grande maioria proveniente do país que sedia o encontro ou de países próximos da região. Em Nairóbi, a participação foi mais equilibrada com 47,6% de participantes quenianos, 21,7% de africanos não quenianos e 30,8% vindo do restante do planeta, sendo que mais da metade desses, 17,6% eram europeus. Somente 1,8% eram da América do Sul, região onde começou o FSM e que abrigou quatro edições do encontro. Este dado revela uma substancial renovação nos participantes do encontro quando transferido da América do Sul para a África.

Tanto em Belém, como em Mumbai, mais de 80% era proveniente do país sede. Em Mumbai 83,7% das pessoas eram da Índia e o restante se dividiu entre 7,4% vindos da Ásia e 8,9% do restante do mundo. É interessante notar que, em Mumbai, a presença de pessoas da região asiática que, teoricamente poderiam estar mais presentes pela proximidade foi relativamente baixo, especialmente se comparado à presença do "restante do mundo", mas isto pode ser explicado tanto pelos custos de participação como por um desconhecimento do evento em vários países asiáticos. O mesmo ocorreu em Nairóbi, em que o número de participantes africanos foi menor do que os vindos do "resto do mundo".

Já em Belém, depois dos brasileiros, a maioria dos participantes era da América Latina e Caribe, 13,3% e 6,6% eram do resto do mundo. Isso demonstra que a ocorrência de vários FSM na América do Sul ajudou a difundir o encontro para a América Latina e o Caribe e promover a mobilização de pessoas da região, superando a mobilização do exterior. É interessante notar que nos primeiros FSM em Porto Alegre, com exceção da Argentina e do

[150] Foi considerado como países da região: América Latina e Caribe para o caso de Belém; Africanos não quenianos para o caso do Quênia e asiáticos não indianos para o caso da Índia.

Uruguai (pela proximidade), as maiores delegações eram da França, da Itália e dos Estados Unidos. No FSM de 2002, por exemplo, a maior delegação depois do Brasil foi a Itália, com 979 delegados e no de 2003 foi a delegação dos EUA com 1100 delegados.

O custo de participação para latino-americanos para chegar ao coração da Amazônia em Belém é tão alto quanto para africanos chegarem a Nairóbi e asiáticos chegarem a Mumbai[151], mas o fato do FSM já ter ocorrido por quatro vezes na região, além de uma série de Fóruns Sociais América e outros fóruns locais e temáticos ajudou na mobilização de latino-americanos. Além de um maior enraizamento do processo FSM nas Américas como explicação para a superação destes números em Belém, também está o fato de que houve certo arrefecimento no poder de convocatória do FSM especialmente na Europa, além dos impactos de uma nova conjuntura de crise econômica global que levou a retomada de agendas internas dos setores sociais no norte.

5.1.1 Mumbai

O FSM de Mumbai teve apelo de público e foi capaz de realizar uma expressiva mobilização mundial, embora não na magnitude dos encontros anteriores de Porto Alegre, apenas 8,9% eram não asiáticos. A capacidade de mobilização local e regional foi surpreendente, sendo 91,1% dos participantes indianos e asiáticos em geral, com grande presença do Paquistão, Nepal e Bangladesh. Com a participação de mais de 100 mil pessoas, sendo 74.126 oficialmente inscritas, 60.224 indianos e 13.902 estrangeiros, representando 1653 organizações (838 indianas e 797 estrangeiras) de 117 países, ocorreu, entre 16 e 21 de janeiro de 2004, o IV Fórum Social Mundial, na cidade de Mumbai, antiga Bombain, na Índia. Foram ainda emitidos 40 mil crachás para observadores ou *daily pass*[152] que participavam das atividades por um só dia ou não podiam pagar a inscrição (41.054). Quase 3 mil participaram do Acampamento da Juventude (2723). Somando-se aos voluntários e moradores que compareceram às atividades abertas, estima-se que entre 135 mil e 150 mil tenham participado das 1200 atividades do evento (LEITE, 2004).

[151] Por exemplo, uma passagem aérea de Montevidéo para Belém fica em torno de US$ 400,00 e de Lima a Belém, em US$ 500,00. De Dacar a Nairóbi paga-se US$ 800,00 e de Johanesburgo a Nairóbi US$ 400,00. De Kathmandu a Mumbai paga-se US$ 200,00 e de Hanói a Mumbai em US$ 500,00.

[152] No FSM de Mumbai as pessoas que quiseram participar só de um dia do evento ganhavam um *daily pass*.

Segundo dados da pesquisa Perfil de Participantes do Ibase, realizada durante o FSM de Mumbai com uma amostra de 3885[153] participantes (entrevistas coletadas), 83,7% dos participantes eram indianos, 7,4% asiáticos e 8,9% eram de outras partes do mundo, destes 53,6% eram homens, 42,3% mulheres e 4,1% não opinou. O dado revela o grande impacto da participação e consequentemente da agenda local na construção do fórum global da sociedade civil. A grande maioria das pessoas que participaram em Mumbai, 66%, nunca havia Estado em um encontro do FSM. Apesar disso, não tiveram um estranhamento e sim uma grande apropriação do encontro, possivelmente porque muitos (60,4%) já eram participantes de movimentos sociais e mais da metade participava de alguma rede, coalizão ou campanha internacional (57,3%). Destaca-se o perfil jovem destes participantes, sendo 63% localizados na faixa etária de 14 a 34 anos e o alto grau de escolaridade, sendo que 63% responderam já ter concluído o ensino superior completo. O perfil do participante jovem com alta escolaridade vai se repetir nos encontros de Nairóbi e Belém, como se vê a seguir, demonstrando uma persistente limitação do encontro de envolver camadas mais populares.

5.1.2 Nairóbi

Averiguar a mobilização mundial do FSM de Nairóbi foi um desafio para esta pesquisa. Em todos os documentos pesquisados sobre Nairóbi não consta sequer o número oficial de países presentes no encontro, sabe-se que há uma estimativa de participação de 74 mil pessoas, metade dos 155 mil presentes em Porto Alegre, 2005 e dos 157 mil distribuídos no "policêntrico" de 2006 (72 mil em Caracas, 25 mil em Bamako e 30 mil em Karachi)[154]. Destes 74 mil, reunidos em Nairóbi entre os dias 20 e 25 de janeiro de 2007, estima-se que 35 mil eram quenianos, 16 mil africanos não quenianos e 23 mil de outros países. Destes 62,1%, estavam na faixa etária de 14 a 34 anos e 62% estavam cursando ou já tinham completado o ensino superior, repetindo praticamente os mesmos índices de Mumbai. O que parece arriscado responder é se o número entre quenianos, africanos e não africanos em geral foi equilibrado por uma boa mobilização mundial ou por uma deficiência na mobilização local e regional. O fato é que tanto no FSM de Mumbai, como no de Belém a participação da

[153] Para tirar esta amostra a equipe do Ibase segmentou o público presente entre Delegados, Observadores + Daily Pass e Acampados, em seguida os dividiu pelo país de moradia entre Indianos, Asiáticos e Outros países. A partir daí foram feitos nove grupos de entrevistados: delegados indianos, asiáticos e de outros países, observadores indianos, asiáticos e de outros países e acampados indianos, asiáticos e de outros países.
[154] Ver capítulo 3.

população local é extremamente maior do que a “de fora”, chegando próximo aos 90% de participantes vindo de países da região do encontro.

Segundo dados do Ibase, apenas 1% dos participantes do FSM de Mumbai eram africanos, em Porto Alegre e Belém, a participação de africanos foi igualmente limitada. Promover a participação de africanos e colocar suas principais questões no centro da agenda da globalização contra-hegemônica, assim como fortalecer a ramificação de redes e contatos de movimentos e organizações de outras partes do mundo, como América Latina e Ásia, era um dos objetivos centrais do FSM de Nairóbi. Um pouco mais da metade dos participantes em Nairóbi, 57,3% já haviam participado de algum FSM nos últimos 6 anos, mas apenas 24,1% dos quenianos conheciam a Carta de Princípios do FSM, enquanto que quase metade, 47,7% dos não africanos estavam familiarizados com o FSM e sua CP, e 32,5% dos africanos não quenianos disseram conhecer a CP. Em Nairóbi em pergunta com possibilidade de resposta múltipla, 52% disseram estar em alguma ONG ou organização da sociedade civil, e 48,3% se identificaram com os movimentos sociais populares. A título de comparação, em Mumbai, 64% dos participantes estavam em alguma organização social ou movimento social.

Fica evidente que após Mumbai e Nairóbi, indianos e asiáticos, quenianos e africanos, passaram a conhecer o FSM, de um modo que possivelmente não ocorreria, caso este deslocamento geográfico não fosse realizado.

5.1.3 Belém

Belém abrigou um encontro em que se estima um trânsito de cerca de 150 mil pessoas, entre os dias 27 de janeiro e 1º. de fevereiro de 2009. Segundo os organizadores, um total de 133 mil pessoas se inscreveram, provenientes de 142 países. Destes, 15 mil se credenciaram para o acampamento da juventude, 1300 eram índios (de 50 países) e três mil eram crianças credenciadas na tenda Curumim-Erê. No geral, contando-se trabalhadores voluntários, tradutores, expositores, artistas, equipe técnica e organizadores chega-se ao número de 150 mil, com grande maioria de brasileiros. Um dado que aproxima o perfil dos participantes de Belém com os de Mumbai é a forte presença de moradores da região, com destaque para Belém e arredores, representando mais de um terço dos participantes brasileiros e 30% de todos os participantes do encontro. Os números apontam para um forte apelo de público do FSM. Dos participantes em geral, metade eram homens e metade mulheres, com o percentual de 51% e 49% respectivamente, reforçando uma tendência dos encontros anteriores de Mumbai e Nairóbi de equilíbrio de participação entre homens e mulheres. A diferença de

participação entre homens e mulheres só é importante se olharmos para os provenientes da América Latina e do Caribe, dos quais 61% eram homens e 39% eram mulheres. Mesmo o FSM sendo realizado tradicionalmente no Brasil, na cidade de Porto Alegre, para 76% dos participantes em Belém foi a primeira participação em um FSM. Somente 9% tinham participado do FSM de Porto Alegre em 2005, e este percentual é ainda menor para os demais fóruns mundiais no Brasil e chega a 3% para participação em Mumbai. Apesar de que 52% já havia participado de algum fórum nacional, regional ou temático, o que explica, por sua vez, que pelo menos um terço, 62% dos participantes, tivessem pouco (27%) ou total (34%) conhecimento da Carta de Princípios do FSM.

Assim como em Mumbai e Nairóbi, o público de Belém foi bastante jovem, sendo 34% dos participantes localizados na faixa etária de 18 a 24 anos. Um terço dos participantes tinha até 24 anos, entre os brasileiros esta porcentagem sobe para 38%. A faixa etária seguinte, de 25 a 34 foi a segunda maior, com 27% dos participantes representados nela. Em Belém, chamou a atenção os expressivos 30% que disseram não participar de nenhuma organização, enquanto 27% pertenciam ao movimento social, e 28% a ONGs e associações da sociedade civil organizada. Outro dado que chama a atenção quanto ao FSM de Belém é que somente 8% disseram fazer parte de algum partido político, enquanto em Nairóbi 27,5% eram de algum partido político e em Mumbai esta porcentagem era de 17%.

É interessante pensar que 9 anos antes do FSM de Belém, quando foi iniciado o processo FSM, estes jovens eram ainda crianças ou no máximo adolescentes com 14 ou 15 anos, ou seja, eles não fizeram parte da “nova geração política dos anos 90”, que promoveu os encontros de Seattle e outros anti-globalização e que propunha uma forma de contestação da globalização hegemônica. A “novíssima” geração política apresentada em Belém traz novos elementos e uma nova tônica para a globalização contra-hegemônica com centralidade para temas como a justiça climática, por exemplo, e propostas de mudanças civilizatórias e não apenas pontuais. O nível de escolaridade obviamente sofre o impacto da faixa etária presente, jovens entre 18 e 24 anos são majoritariamente estudantes universitários. Portanto, 39% dos participantes tinham superior incompleto e 34% o superior completo.

5.2 Inscrição de atividades em Mumbai, Nairóbi e Belém

A inscrição de atividades em um encontro do FSM é a concretização da participação das organizações da SCG no evento. Visto que este não é um evento padrão, em que as pessoas se inscrevem de acordo com uma programação já elaborada e dentro da qual

procuram contemplar seus interesses. No caso do FSM, ao se inscrever, cada organização faz sua programação e busca realizar uma atividade que contemple sua área de atuação,e posteriormente tenta atrair público para sua oficina, palestra, seminário, conferência, show e etc. É possível medir, a partir do número de atividades inscritas, qual é área temática que mais tem mobilizado, suscitado debates, discussões e tensionamentos no interior da SCG.

5.2.1 Inscrição por país ou região

Durante os cinco dias de encontro, a maioria destas pessoas participa das atividades auto-gestionadas, inscritas de forma autônoma por diversas organizações nos meses que antecedem o encontro. Neste estudo, foram utilizadas as tabelas de atividades inscritas dos três encontros analisados, Mumbai, Nairóbi e Belém, expostas a seguir em tabela indicativa da quantidade de atividades inscritas por FSM. É importante ressaltar que este número refere-se às atividades inscritas, não necessariamente todas elas ocorreram, muitas posteriormente se fundiram, foram canceladas ou simplesmente tiveram sua ocorrência inviabilizada por questões técnicas como tradução ou dificuldade de mobilização do público. Ocorre durante todos os FSMs uma interessante disputa por públicos, visto que o número de atividades simultâneas é consideravelmente grande. Quando uma organização inscreve sua atividade não há como controlar se ela vai concorrer com outra atividade de mais apelo, especialmente as que contam com expositores renomados internacionalmente como José Saramago ou Samir Amin. Nem mesmo cada comitê organizador tem o controle de quais atividades realmente ocorreram. No entanto, o mais importante para efeito da presente análise é conhecer o grau de mobilização global alcançada em todos os FSMs e quais os temas que sobressaíram em cada encontro.

Tabela 5 – Atividades inscritas[155] Mumbai, Nairóbi, Belém[156]

	Mumbai (2004)	Nairóbi (2007)	Belém (2009)
Número de atividades inscritas	1206	1296	1972
Atividades inscritas sem escolher ou se adequar[157] a um tema	(-)15	(-) 164	(-) 96
Atividades inscritas no eixo 11 (Belém)	-	-	(-) 147
Atividades inscritas pelo Comitê Organizador do FSM[158]	(-) 15	-	-
Total de atividades analisadas	1176	1132	1729

Fonte: dados produzidos pela autora a partir das tabelas de inscrição fornecidas pelo Conselho Internacional do FSM.

Estas atividades, como se vê nos gráficos a seguir, foram inscritas principalmente por organizações do país-sede e da região. Infelizmente, não existem dados de Nairóbi, mas os dados de Mumbai e Belém ilustram como é intensa a participação da sociedade civil local:

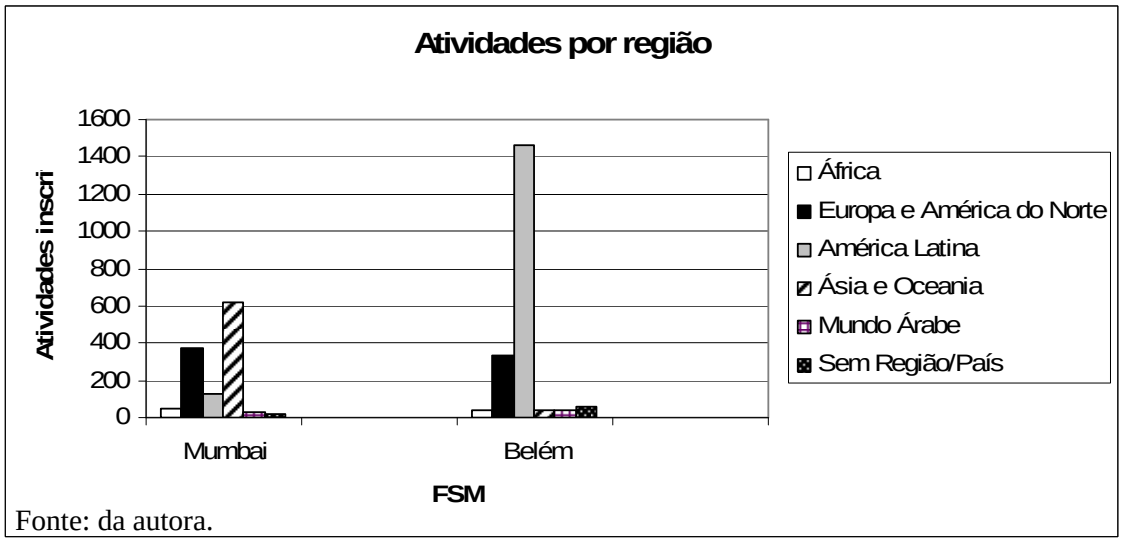
[155] Este é o número de atividades que temos disponíveis em tabelas fornecidas pelo Conselho Internacional ou Comitês Organizadores de cada FSM, o número total pode estar distinto dos números anunciados por meio da imprensa e até mesmo nos relatórios finais de cada comitê organizador e do conselho internacional do FSM.

[156] De acordo com o Grupo de Facilitação do FSM 2009 em Belém foram inscritas ao total 2310 atividades por 5808 organizações, sendo 4193 da América do Sul, 491 da Europa, 489 da África, 334 da Ásia, 155 da América do Norte, 119 da América Central e 27 da Oceania.

[157] A tabela que temos do fórum de Mumbai não associa o nome da atividade ao eixo escolhido ao inscrevê-la, mas sim a palavras-chaves dadas por quem inscreveu, a adequação ao tema foi feito por mim como segue abaixo.

[158] Mumbai 2004 foi o último evento mundial do FSM que teve atividades organizadas pelo Comitê Organizador do Encontro. Os encontros do FSM de Nairóbi e Belém foram totalmente auto-gestionados, seguindo a nova metodologia adotada pelo Conselho Internacional.

Gráfico 1 – Atividades inscritas por região do mundo



Fonte: da autora.

Percebe-se que em Mumbai houve mais equilíbrio entre as três regiões que mais inscrevem atividades: a região sede do encontro, no caso a Ásia, Europa/América do Norte e América Latina. Em Belém, a inscrição de atividades foi muito maior por parte das organizações do país e da região sede. Chama atenção a constância da presença européia. Embora na tabela de atividades inscritas em Nairóbi não conste o país sede de cada organização que inscreveu atividades, pode-se concluir a partir da presença de participantes da Europa que foi igualmente significativa a inscrição de atividades por parte de suas organizações. É importante a observação deste dado naquilo que ele pode contribuir para a análise de como se forma a agenda no interior da SCG e as tensões que se apresentam. Nos primeiros encontros do FSM em Porto Alegre, era muito forte a agenda proposta por organizações européias e norte americanas, que recentemente haviam protagonizado os protestos antiglobalização, que apontava para o fim do Estado nação como arena de disputa por projetos políticos e a emergência de uma dinâmica global que suplantaria a antiga dicotomia Estado - sociedade civil pela nova Governança Global – SCG. Esta agenda não se efetivou com o correr dos anos e pelo contrário na América Latina se intensificou a disputa pelo poder no interior de cada Estado nacional e emergiu deste processo uma série de governos considerados "progressistas" e que advogam por uma nova relação entre Estado e sociedade civil, com maior participação de movimentos sociais, associações em geral e ONGs na formulação e controle público das atividades do Estado[159]. Em Belém 2009, percebe-se que

[159] Para Perry Anderson, "na América Latina encontramos uma combinação de fatores muito mais forte e promissora que na Europa ou no Oriente Médio. Aqui e somente aqui, a resistência ao neoliberalismo e ao neo-imperialismo conjuga o cultural com o social e o nacional. Quer dizer que comporta uma visão emergente de

uma maior participação de organizações do país sede e da região associada com a mudança conjuntural da região, e uma menor participação da Europa/América do Norte, associada com uma mudança conjuntural de crise econômica em vários países desta região, fez com que fosse diminuído seu poder de agenda, e observou-se uma mudança no perfil das atividades mais voltado às novas parcerias e Estado.

Nos gráficos 2 e 3 apresentados a seguir, percebe-se um maior equilíbrio de inscrição de atividades pelo país sede e o resto do mundo no caso de Mumbai, e uma desproporcional inscrição por organizações do país sede no caso de Belém. Isso se deve principalmente ao perfil e as tarefas atribuídas a cada Comitê Organizador. Nos primeiros anos de organização do FSM, o Comitê Organizador tinha muito mais papel na organização e condução do evento, isto começa a ser quebrado justamente no FSM de Mumbai, mas que ainda mantém algumas prerrogativas dos organizadores de promover atividades, tentarem preencher lacunas temáticas, promover a participação dos identificados como "ausentes". Já o encontro de Belém ocorre ao final de um processo de total auto-gestão do encontro, em que o papel dos organizadores ficou simplesmente em disponibilizar um espaço e receber as inscrições sem nenhum tipo de interferência. Tentou-se, em Belém, estabelecer coordenação por eixos temáticos, uma espécie de grupo facilitador por eixo com a função de aglutinar atividades semelhantes principalmente, mas nada que fosse além desta tentativa. Este processo revela através dos dados a vitória de certo campo, os "horizontalistas" no caso, na condução do processo FSM.

A vitória da concepção do FSM como um "espaço aberto" apenas determinou um tipo de construção da agenda contra-hegemônica, muito mais volátil e atomizada. Se o FSM é global, mas ocorre em uma localidade, é de se concluir que alguém deveria contribuir na promoção do equilíbrio entre as temáticas locais e globais, mas segundo a concepção horizontalista, qualquer tipo de direção estabelecida como essa, e outras funções, levaria o FSM a se aproximar de uma espécie de "internacional dos movimentos sociais" e romperia, assim, com a novidade de um processo inclusivo, diverso e inevitavelmente disperso.

Outro fator que contribuiu para uma maior participação do Brasil e América Latina no encontro de Belém foi o fato do FSM já ter ocorrido por quatro vezes no Brasil e o evento estar muito mais difundido na América Latina e Caribe do que na Ásia. Em Mumbai, além do processo estar bem menos enraizado, a participação da Europa suplantou a participação da

---

outro tipo de organização da sociedade e outro modelo de relações entre os estados com base nestas três dimensões distintas" (ANDERSON, 2004, p. 44).

Ásia como exposto acima, fazendo com que a inscrição de atividades fosse mais equilibrada no FSM de Mumbai do no de Belém como se vê:

Gráfico 2 – Atividades inscritas pelo país sede Mumbai 2004

Fonte: da autora.

Gráfico 3 – Atividades inscritas pelo país sede Belém 2009

Fonte: da autora.

5.2.2 Inscrição por temas

Cada um dos encontros teve um conjunto de temas "guia" ou "guarda-chuva" para abrigar as atividades inscritas. Todo encontro do FSM é produto de uma construção temática que se materializa em diferentes eixos que organizam a inscrição de atividades. A construção dos temas é uma das atividades às quais se dedicam os envolvidos na mobilização e execução

do FSM. É interessante notar que este foi um instrumento encontrado para promover a participação da SCG nos intervalos entre os encontros, pois ao propor diferentes nomes e conteúdos para os eixos está se fazendo o debate sobre a agenda da SCG. Cada etapa da primeira década do presente século teve uma particularidade no embate hegemônico e que refletiu no temário e na forma de construção do temário dos encontros. A seguir, expõe-se uma tabela com os eixos temáticos dos encontros do FSM de Mumbai, Nairóbi e Belém. Percebe-se ao olhar a tabela quão diferentes são tanto o número como a denominação dos eixos. Ambos aspectos refletem o tipo de evento montado e o tipo de condução do Comitê Organizador. O FSM de Mumbai reflete uma fase do FSM, a primeira fase, de maior centralização da condução do evento pelo CO. O FSM de Belém reflete uma outra etapa do processo fórum, com várias experimentações metodológicas na bagagem e com um CO mais facilitador e menos condutor político do encontro. Os temas de Mumbai são objetivos, claros e abrangentes. Os temas de Belém são prolixos, confusos e de tão específicos acabam sendo limitadores.

Quadro 3 – Temas "guarda-chuva" das atividades

	EIXOS TEMÁTICOS
Mumbai[160]	Democracia, segurança ecológica e economia Discriminação, dignidade e direitos Mídia, informação e conhecimento Militarismo, guerra e paz
Nairóbi	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza Pela democratização do conhecimento e da informação Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e trabalho digno Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos

[160] Além dos eixos temáticos, o FSM de Mumbai teve eixos transversais: Globalização imperialista; Patriarcado; Regimes de castas e racismo e exclusões sociais; Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo); Militarismo e paz.

	direitos dos povos Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos
Belém[161]	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares; Pela libertação do mundo do domínio do capital, das multinacionais, da dominação imperialista patriarcal, colonial e neo-colonial e de sistemas desiguais de comércio, com cancelamento da dívida dos países empobrecidos; Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e fontes renováveis de energia; Pela democratização e descolonização do conhecimento, da cultura e da comunicação, pela criação de um sistema compartilhado de conhecimento e saberes, com o desmantelamento dos Direitos de Propriedade Intelectual; Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e eliminação de todas as formas de discriminação e castas (discriminação baseada na descendência); Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar); Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos, inclusive das minorias e dos migrantes; Pela construção de uma economia centrada em todos os povos, democratizada, emancipatória, sustentável e solidária com comércio ético e justo; Pela ampliação e construção de estruturas e instituições, políticas e econômicas - locais, nacionais e globais, - realmente democráticas, com a participação da população nas decisões e controle dos assuntos e recursos públicos; Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossitemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.

Fonte: Conselho Internacional do FSM; CO de Mumbai, Nairóbi e Belém.

[161] Os temas foram construídos através de uma consulta realizada entre maio e junho de 2008, proposta pelo Conselho Internacional do FSM para ampliar ou adequar os objetivos de ação para o evento de 2009. Os temas foram denominados de objetivos em torno dos quais foram organizadas as diversas atividades (conferências, painéis, seminários, oficinas entre outras) no evento de Belém. Um 11º. Objetivo foi estabelecido para inscrever atividades auto-gestionadas de balanço dos movimentos altermundialistas e do processo Fórum Social Mundial e sobre as perspectivas futuras de ambos que não se vinculavam necessariamente a um dos 10 objetivos específicos. Para efeitos desta pesquisa foram desconsideradas as atividades inscritas para o eixo 11, pela impossibilidade de comparação com os fóruns anteriores que não estabeleceram este eixo temático. Somando um total de 147 atividades inscritas no eixo 11. Também foram desconsideradas aquelas atividades cujos

Seria praticamente impossível fazer uma análise dos dados das atividades inscritas em cada fórum, tendo como base distintos eixos temáticos que abrigam ou são o tema "guarda-chuva" de cada atividade. Não haveria possibilidade de comparação entre o número de atividades inscritas em cada tema pelos distintos agrupamentos temáticos feitos, especialmente no FSM de Mumbai que produziu eixos de denominação mais enxuta e abrangente do que os temas dos encontros de Nairóbi e Belém que foram muito mais detalhados. Um exemplo é o eixo temático de Mumbai: *"Democracia, segurança ecológica e economia"* comparado ao de Belém: *"Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossitemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver"*. Por uma questão de metodologia de análise, portanto, foram criados os seguintes eixos "padrão" para alocar as atividades com a finalidade de estudo:

Quadro 4 - Correspondência[162] de temas entre os FSM:

TEMAS ESTABELECIDOS PARA EFEITOS DA PESQUISA	**TEMAS CORRESPONDENTES FSM MUMBAI**	**TEMAS CORRESPONDENTES FSM NAIRÓBI**	**TEMAS CORRESPONDENTES FSM BELÉM**
Democracia local e global	Democracia, segurança ecológica e economia (temático)	Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos; Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos	Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos, inclusive das minorias e dos migrantes; Pela ampliação e construção de estruturas e instituições, políticas e econômicas - locais, nacionais e globais, - realmente democráticas, com a participação da população nas decisões e controle dos assuntos e recursos públicos;
Segurança ecológica	Democracia, segurança ecológica e economia (temático)	Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza	Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação

organizadores não estabeleceram em qual eixo se enquadrariam, somando um total de 96 atividades. Portanto das 1972 disponíveis, foram analisadas 1729.

[162] Cada tema dos distintos FSM, Mumbai, Nairóbi, Belém pode corresponder a mais de um tema dos estabelecidos para efeitos da pesquisa.

			de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e fontes renováveis de energia; Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossitemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.
Economia	Democracia, segurança ecológica e economia (temático); Globalização imperialista (transversal);	Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro; Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade;	Pela libertação do mundo do domínio do capital, das multinacionais, da dominação imperialista patriarcal, colonial e neo-colonial e de sistemas desiguais de comércio, com cancelamento da dívida dos países empobrecidos; Pela construção de uma economia centrada em todos os povos, democratizada, emancipatória, sustentável e solidária com comércio ético e justo;
Discriminação,	Discriminação, dignidade e direitos (temático); Patriarcado (transversal); Regimes de castas e racismo e exclusões sociais (transversal);	Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação;	Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e eliminação de todas as formas de discriminação e castas (discriminação baseada na descendência);
Dignidade e direitos sociais	Discriminação, dignidade e direitos (temático);	Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e trabalho digno;	Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar);
Mídia, informação e conhecimento	Mídia, informação e conhecimento (temático)	Pela democratização do conhecimento e da informação	Pela democratização e descolonização do conhecimento, da cultura e da comunicação, pela criação de um sistema compartilhado de conhecimento e saberes, com o desmantelamento dos

			Direitos de Propriedade Intelectual;
Militarismo, guerra e paz	Militarismo, guerra e paz (temático); Militarismo e paz (transversal)	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares;
Religião e espiritualidade	Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo) – (transversal)	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas	Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares; Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossitemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.

Depois de realizada a padronização dos temas, foi feita uma distribuição das atividades inscritas por tema, gerando os números que seguem:

Tabela 6 – Atividades inscritas por eixo temático[163]

	Mumbai	Nairóbi	Belém
Democracia local e global	197 (16,75%)	248 (21,9%)	302 (17,47%)
Segurança ecológica	141 (11,99%)	65 (5,75%)	313 (18,1%)
Economia	186 (15,82%)	158 (13,96%)	251 (14,52%)
Discriminação	73 (6,2%)	145 (12,8%)	170 (9,83%)
Dignidade, direitos humanos e sociais	303 (25,77%)	334 (29,5%)	404 (23,37%)
Mídia, informação e conhecimento	120 (10,2%)	70 (6,18%)	164 (9,48%)
Militarismo, guerra e paz	129 (10,97%)	110 (9,73%)	97 (5,61%)
Religião e espiritualidade	27 (2,3%)	2 (0,18%)	28 (1,61%)
TOTAL	1176	1132	1729

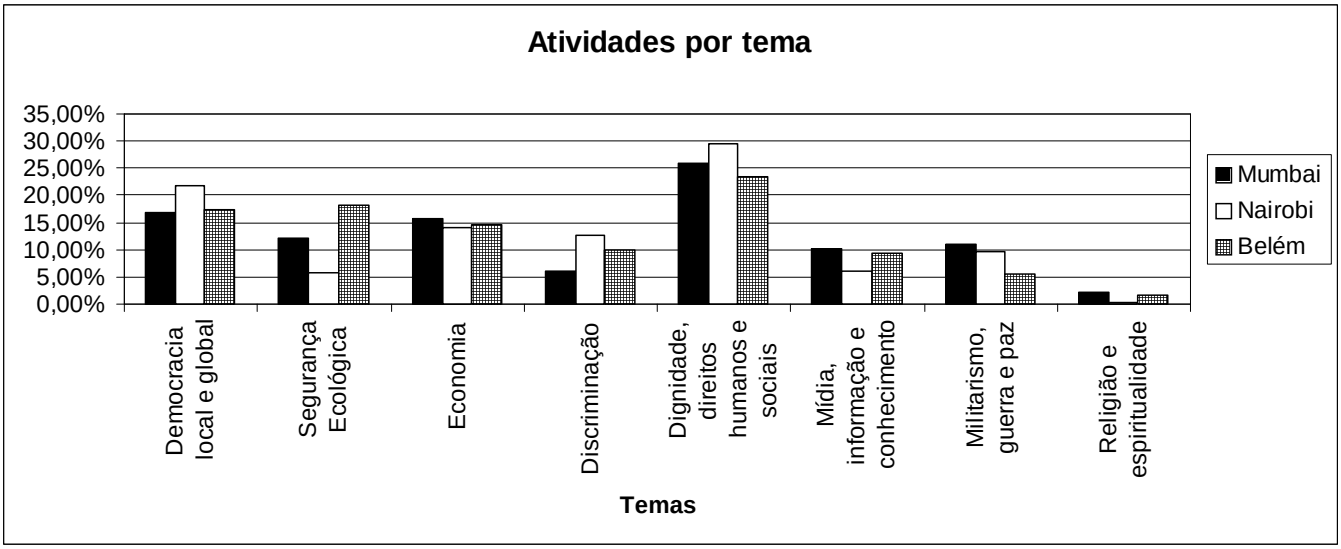
Fonte: da autora.

O que se pode notar ao olhar para a distribuição de atividades por eixo temático é que algumas tendências foram mantidas ao longo dos três fóruns (Gráfico 4). Desde 2003, quando foram inscritas as atividades para Mumbai, até 2008, quando foram inscritas as atividades para Belém houve certa constância no volume de atividades inscritas por tema. Isso é realmente relevante tendo em vista que o encontro ocorre em locais tão distintos e com participantes que em sua grande maioria estão pela primeira vez em um FSM. Este dado sugere alguns elementos para análise, o primeiro de que há uma agenda contra-hegemônica que emerge de uma identidade anti-sistêmica global, em seguida que a presença e o financiamento de grandes agências e ONGs globais se materializam na participação e nas atividades inscritas pelas organizações por elas apoiadas em cada país e região e, por fim, que

[163] Nos FSM de Nairóbi e Belém, a escolha do eixo/tema foi feita no ato da inscrição pela organização que inscreveu a atividade. Para efeito de alocação de atividades por tema respeitou-se esta escolha, mesmo quando percebido que o título da atividade remete a outro tema; No caso do FSM de Mumbai fez-se a adequação ao tema de acordo com o nome da atividade e as palavras-chave dadas pelo organizador ao inscrevê-la.

há uma continuidade do processo que vai além da participação física das mesmas pessoas em todos os encontros e está relacionada com a capacidade das organizações de reproduzirem os resultados de cada encontro e materializarem as agendas definidas fazendo que o processo seja contínuo e de retro-alimentação das agendas.

Gráfico 4 – Atividades inscritas por tema Mumbai, Nairóbi, Belém



Fonte: da autora.

De todos os eixos o que desponta, chegando a quase 30% das inscrições no FSM de Nairóbi, é o que abriga os debates sobre *Dignidade, direitos humanos e sociais*. Este dado revela que a agenda contra-hegemônica está voltada especialmente para o que é mais sintomático dos efeitos da globalização hegemônica neoliberal. É uma agenda bastante reativa e demonstra que a crítica feita por alguns setores de que o FSM não tem sido capaz de formular propostas de alternativas ao atual modelo tem alguma razão de ser. A energia da SCG não está necessariamente empregada na formulação de um novo modelo econômico-político sistêmico do qual possa se embandeirar para lutar pelo poder mundial. Antes disso, o foco da SCG está profundamente direcionado a evidenciar e buscar soluções práticas para as causas mais urgentes da população mundial e que estão diretamente ligadas aos direitos humanos e sociais. Este dado que indica a preferência temática das atividades inscritas no FSM em Mumbai, por exemplo, cujas temáticas com maior adesão foram as inseridas no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais*, com 25,77% das atividades inscritas; *Democracia local e global*, com 16,7% de atividades e *Economia* com 15,82% de atividades. Este dado é corroborado por um dado produzido pela pesquisa Perfil de Participantes do FSM (Ibase) que indica os temas mais como prioritários na "construção de um outro mundo" pelos

participantes do FSM de Mumbai: *Água, Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) e Educação.* Além disso, em Mumbai houve um grande apelo em todo o encontro à temática dos *dalits,* que está diretamente relacionada tanto às questões da dignidade humana, como dos direitos humanos e sociais. Quanto ao caminho para a construção deste outro mundo que dê um novo significado à estas prioridades, é interessante notar que os participantes de Mumbai apontam para *fortalecimento da sociedade civil,* com 4,17 pontos em uma escala de 1 a 5, seguido de *democratização dos governos* (3,88) e *democratização dos organismos multilaterais* (3,62) e *ação direta* (3,7). Reforça a percepção de que há uma aposta no papel da SCG no embate com a governança global, mas não pela tomada do poder global e sim pela democratização das relações e dos mecanismos decisórios. A mudança de modelo também é difusa e dispersa, há mais contundência no tratamento das questões sociais candentes em detrimento de uma revolução de perspectiva econômico-política.

Em Nairóbi, a pesquisa sugere que o tema que trata dos Direitos Humanos e Sociais tenha sido o mais concorrido pela grande influência da igreja na sociedade civil local e que, historicamente, lida diretamente com campanhas relacionadas à defesa destes direitos no país. Por outro lado, temas centrais da agenda queniana como a proliferação da AIDS (26 atividades), a questão da etnicidade que permeia todas as relações sociais, estruturação e democratização do Estado queniano não tiveram tanto destaque no encontro. Já outros temas também candentes na África foram bastante discutidos, como o direito à água e a soberania alimentar, a maioria inscritos no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais* que ficou com 29,5% das inscrições. Os dados de Belém dificultam esta análise, pois houve exarcebada amplitude do eixo temático que abriga estas discussões, o eixo temático correspondente em Berém era: *Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar)*, portanto, um grande número de atividades se inscreveu nesta área temática tornando difícil a diferenciação entre eles.

O segundo eixo mais concorrido é o que abriga os debates cujas temáticas se inserem no campo da *Democracia local e global*. Somente em Belém, este tema não foi o segundo em preferência da maioria das organizações e ficou como terceira opção, sendo que a segunda opção concentrou os temas da *segurança ecológica*, o que faz bastante sentido pelo fato do FSM de Belém ter sido convocado sob o apelo de se discutir as mudanças climáticas, e toda a variedade de temas ambientais.

Os debates vinculados à discussão da democratização estão no centro da agenda contra-hegemônica impulsionada por uma onda de movimentos anti-globalização desde quando ela surgiu com força em meados dos anos 90. A pauta então era a da democratização das decisões da governança global tomadas em encontros internacionais, multilaterais, no sistema ONU, na OMC e outras instâncias transnacionais. Desde então, a SCG contra-hegemônica tem manifestado através de encontros como o FSM que o "outro mundo possível" defendido pelos críticos da globalização deve ser democrático e participativo. Por isso o destaque à experiências como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, os *panchayats* da Índia e o *harambee* autêntico do Quênia nas edições do FSM que passaram por América Latina, Ásia e África. Por isso, também as inúmeras atividades e debates sobre a democratização do sistema ONU e das relações multilaterais e internacionais que formam a base da governança global.

O próprio FSM é um ato de aposta na democracia global embasado em experiências democratizantes locais. As maiores atividades de rua, com manifestações e marchas em várias partes do mundo conclamadas no espaço FSM, foram contra uma guerra instalada em nome da democracia liberal, a guerra do Iraque de 2003. O cartão de visitas do FSM em Porto Alegre tem sido o Orçamento Participativo que é uma iniciativa local de democratização da gestão pública e de promoção da participação popular. A disputa com o campo hegemônico neste caso está inscrita em uma disputa pelo sentido da democracia, pelo conteúdo e o formato do que se pode chamar de processo democrático com participação popular, e este tem sido um dos principais debates realizados no interior do FSM.

Por outro lado, quando se observa o número de inscrições chama atenção o baixo volume de inscrição de atividades no eixo *Religião e espiritualidade*. Mumbai foi o FSM que mais recebeu inscrições relacionadas a este tema que é particularmente sensível na região como vimos ao discutir a formação nacional indiana no contexto dos conflitos históricos entre hindus e muçulmanos. No Brasil e no Quênia, a presença da igreja é extremamente forte e influente na sociedade civil, como se percebe ao discutir seus respectivos processos de democratização, constituição da sociedade civil e relação desta com o Estado e a sociedade em geral. No caso do Brasil, esta influência ficou mais no campo da democratização e da agenda social, já no Quênia, apesar da forte influência no processo de democratização, a influência da igreja na agenda da sociedade civil resvala para reprodução de discursos discriminatórios e conservadores quando tratam da discussão das temáticas de gênero, aborto, orientação sexual e etc.

Em Mumbai, por haver certa tensão entre as orientações, o debate sobre as religiões em si é mais candente e resultou em mais atividades. No caso do Brasil e do Quênia, apesar de um forte sincretismo do primeiro e do cristianismo no segundo não apareceu com força o debate sobre religiosidade e seu papel na transformação social. O que se percebe claramente é a influência desta religiosidade em outras agendas da vida pública, o que se refletiu na inscrição de atividades em outras temáticas. A inclusão deste eixo de debates no FSM foi feita em 2005 na edição mundial de Porto Alegre com intenção de dar oportunidade às organizações de apresentarem seus pontos de vista e debaterem o pluralismo religioso, a responsabilidade universal das religiões na construção de uma cultura de paz, o diálogo inter-religioso, a cooperação inter-religiosa, a luta contra a intolerância religiosa, o papel das religiões contra o desarmamento, o crescimento dos fundamentalismos (TEIXEIRA, 2005). Apesar das amplas possibilidades de debates no tema, no FSM do Quênia apenas duas organizações inscreveram atividades diretamente ligadas ao tema, uma italiana, Italian Organizing Comitee of Medlink (Mediterranean Links) que inscreveu a atividade *Religião, cultura e política na crise de civilização* e uma indiana, Vasudhaiva Kutumbakam, que inscreveu a atividade *Fé e política: combatendo a desinformação sobre religião*. No FSM de Belém, houve um pouco mais de inscrições de atividades nesta temática como *Fé Cristã e compromisso revolucionário a 50 anos da revolução cubana* inscrita pelo Centro Memorial Dr. Martin Luther King Jr. de Cuba ou a oficina *Fé(s) religiosa(s) e defesa da Vida* da Companhia de Jesus do Brasil. A religiosidade e a espiritualidade naquilo que ela transcende a prática religiosa, ao envolver concepção de vida e civilização esteve muito presente no FSM de Belém em todas as discussões feitas em torno do conceito de bem viver que não necessariamente se inscreveram neste eixo temático. Fica a intrigante questão de porque, em Nairóbi, esta temática foi tão pouco abordada com apenas duas atividades em um universo de mais de 1000 inscrições. O que se pode inferir é que não está na pauta da igreja cristã, católica ou protestante, queniana fazer estas discussões e muito menos há espaço para outras tradições se colocarem.

Percebe-se que há uma forte influência do local que sedia o FSM nas inscrições das atividades e consequentemente na formação da agenda da sociedade civil global, à medida em que uma influência a outra. Isso se dá, obviamente, pela desproporcional inscrição de organizações e pessoas do próprio local onde ocorre o encontro, aliado ao contexto da agenda da sociedade civil local. Por outro lado, o tema que mais teve apelo no FSM de Mumbai foi o relacionado ao regime de castas, especialmente aos direitos dos Dalits. Mais de 300 atividades, das 1132, foram inscritas para tratar de temas como pobreza, castas, educação,

acesso à água, trabalho escravo infantil, populações tribais, sem teto, sem terra e mais uma infinidade de problemas sociais e de direitos humanos. O mesmo ocorreu com o tema *Discriminação* que teve alto índice de inscrições no FSM de Nairóbi. Os debates relacionados à discriminação racial, étnica, de gênero e de orientação sexual foram particularmente candentes neste FSM. Os participantes perceberam, pela primeira vez em um FSM, o surgimento de sérias restrições à realização destes debates e à divulgação de seus resultados. Segundo a blogueira Sokari Ekine ("Black Looks"), no encerramento do FSM:

> Kasha, uma ativista do Movimento LGBTT, da organização *Sexual Minorities Uganda*, foi até o palco e pediu para fazer uma colocação. Lhe pediram uma cópia do que ela iria falar ao que ela atendeu. Os organizadores jogaram o papel no chão e se recusaram a deixá-la falar. Kasha se manteve no palco dizendo que ela, como qualquer outro, tinha o direito a falar no FSM. Ao tentarem retirá-la do palco ela pegou o microfone e falou sobre ser uma lésbica, uma homosexual. Disse que é preciso acabar com o mito de que a homossexualidade é *un-African* (anti-africano). Falou sobre as punições e a criminalização de homossexuais no Kenya, na Uganda e na Nigéria. Disse que os homossexuais da África estavam ali para ficar. Que os homossexuais tem os mesmos direitos que todos os demais e deveriam ser aceitos e finalmente que até mesmo na África Um Outro Mundo é Possível para Homossexuais. Kasha foi vaiada e os participantes do evento gritaram obscenidades para ela enquanto balançavam as mãos dizendo: "Não! Não! Não! Mas ela insistiu e disse o que precisava ser dito.

Este pequeno relato da blogueira serve não tanto para saber o que realmente aconteceu, mas para apreendermos o clima de tensão em relação ao tema e o quanto isto marcou o FSM de Nairóbi. Veremos a seguir nos relatos de participantes do FSM que os debates em torno de temas sensíveis como aborto, homossexualidade, direitos das mulheres, assim como os temas relacionados às campanhas pela não proliferação da AIDS foram muito fortes em Nairóbi.

O FSM de Belém foi igualmente exitoso em promover muitos debates relacionados à questão ambiental, amazônica, desenvolvimento sustentável, bem viver[164], educação ambiental e tantos outros dentro deste tema. Sobressaindo inclusive a uma agenda econômica

[164] De acordo com Miguel Palacín Quispe: Coordenador Geral da CAOI (Coordenadora Andina de Organizações Indígenas) há décadas os povos indígenas tem advertido que os "cambios climaticos" confirmam a quebra da relação harmônica entre os homens e a "Mãe Natureza" colocando em pleno perigo o futuro da humanidade. Esta situação é fruto de um modelo de civilização que está em crise, de um pensamento ocidental que iniciou há 500 anos com o saque de bens naturais para o enriquecimento e a acumulação de capital, arrasando com 20 mil anos de vida harmônica entre os povos e a mãe natureza. Frente a isto os povos indígenas oferecem seus conhecimentos ancestrais, os mesmos que lhes permitiram se adaptar aos climas das altas montanhas e cultivar a biodiversidade. A alternativa é apostar em um novo paradigma civilizatório, pelo Buen Vivir, a harmonia entre os povos e a Mãe Natureza; o equibrio entre os poderes, práticas, culturas e direitos, em defesa da vida. Então se reafirma o protagonismo dos povos indígenas e os movimentos sociais (Tradução livre de um trecho do artigo: Cambio climático pone em peligro la vida, 2010, disponível em: http://alainet.org/active/37796).

global muito forte, pois naquele momento uma forte crise econômica instalada nos EUA vivia o seu ápice e era o tema predominante no interior da sociedade civil global. O que comprova a nossa hipótese geral de que não é o fato do FSM ser internacional ou global na sua essência que garante a ele cumprir sua vocação de propulsor da globalização contra-hegemônica, mas antes o fato de estar fortemente ancorado em países com um Estado definido e uma sociedade civil organizada. Mas, além disso, com uma relação saudável entre sociedade civil e Estado, sem confluência perversa nem para um lado, nem para o outro. Vejamos como se deu a realização do FSM em cada uma destas cidades que denominamos de estrelas do sul global pela capacidade de iluminar os contornos de uma eminente sociedade civil global e fazer visível sua agenda.

5.3 Sociedade Civil Local e Agenda Local

Mumbai

Um primeiro diferencial do FSM produzido pelos indianos se deu pela abismal diferença entre a cidade de Mumbai e Porto Alegre, nas palavras da pesquisadora indiana, Shivani Chaudhry,:

> Porto Alegre era limpa, desenvolvida, refrigerada com ar condicionado. Mumbai era caótica, poeirenta, quente. Porto Alegre era rica. Mumbai era pobre. Porto Alegre era gentil. Mumbai era brutal. Porto Alegre era mais polida. Mumbai era mais rude. Ambas propiciaram intensos e excelentes eventos. Ambos são memoráveis, de maneiras diferentes.[165]

A cidade de Mumbai, com quase 20 milhões de habitantes, é o símbolo vivo das contradições do capitalismo do nosso tempo. A cidade concentra, ao mesmo tempo, um importante centro financeiro - o maior de toda a Índia - e uma pobreza chocante. Mais da metade da população vive em bairros de lata e cerca de dois milhões vivem literalmente na rua. Por isso mesmo, conforme relata a pesquisadora Shivani Chaudhry, os participantes do FSM eram confrontados com o cenário de pobreza a cada dia do evento, fazendo com que um sentimento de horror pairasse no ar e impossibilitasse que as oficinas e seminários tratassem o

[165] Tradução livre do original: Porto Alegre was clean, developed, air-conditioned. Mumbai was chaotic, dusty, hot. Porto Alegre was rich. Mumbai was poor. Porto Alegre was gentler on the senses. Mumbai was more brutal. Porto Alegre was more polished. Mumbai was more raw. Both were outstanding, overwhelming events. Both were memorable, in diferent ways.

tema da pobreza de forma abstrata. A dura realidade de Mumbai fez com que o Fórum parecesse mais real, mais urgente e mais crítico (CHAUDHRY, 2007; ALBERT, 2007).

A mudança da sede do FSM de Porto Alegre para Mumbai foi, por isso mesmo, um verdadeiro teste de sobrevivência. O representante do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, Achin Vanaik, considera que houve uma verdadeira ironia no processo de mudança da Porto Alegre do Orçamento Participativo, plenamente envolvida na preparação do Fórum, para uma Mumbai indiferente, a cidade que mais simboliza o impacto do neoliberalismo na Índia (PRASHAD, 2007). Vanaik relata que havia certa preocupação de que fosse arriscado para o movimento contra-hegemônico global deixar de realizar o FSM na América Latina, o continente que mais efervescia em novas experiências de governos anti-sistêmicos. O movimento contra-hegemônico ainda não tinha dimensão do papel do sul como um todo na articulação da sociedade civil global e a Ásia em especial tem jogado um papel central no desequilíbrio de poder hegemônico em nível mundial. Ocorre que a Ásia também estava, ao lado da América Latina, entre as regiões do mundo que mais resistem e apostam em alternativas ao modelo neoliberal hegemônico, apesar de na Índia os governos recentes terem mantido uma trajetória neoliberal.

Não foi somente a desigualdade entre ricos e pobres que permeou a realização do quarto FSM. Como exposto no capítulo anterior, na Índia, a desigualdade adquire características diferentes, pois às desigualdades econômicas, sexuais e religiosas somam-se as desigualdades das castas que, mesmo já abolidas constitucionalmente, continuam sendo fator decisivo de discriminação (SANTOS, 2007; CALLINICOS, 2007). Uma das castas inferiorizadas, os dalits ou “intocáveis”, tiveram importante participação no Fórum, somando quase 20 mil entre os 100 mil participantes. Até então, a luta contra a discriminação por castas, que marginaliza cerca de 200 milhões de indianos, era um tema ignorado ou muito marginal na agenda global do Fórum (LEITE, 2007 MARIN, 2007). Isto demonstra como a realidade local do país sede de um encontro global tem poder de influênciar sua agenda.

Segundo Kamal Mitra Chenoy, professor de estudos internacionais da Jawaharlal Nehru Universidade de Nova Delhi e membro do comitê organizador indiano do FSM, a pluralidade do Fórum de Mumbai foi a sua maior força:

> Pobres tribais, dalits (intocáveis), vendedores ambulantes, trabalhadores informais, camponeses e desabrigados de grandes desastres também estiveram presentes com força. Eles integraram mais de 1200 seminários e oficinas, enquanto marchas, demonstrações, encenações de rua, musicas e outros eventos adentravam a noite. A pluralidade deste Fórum é a sua força. Representa uma coalizão que vem ganhando força dentro de um amplo

> espectro global que abarca um estrato de afetados negativamente pela globalização. A visão de tal miríade reflete tanto sua natureza inclusiva como a abrangência de seu apelo para setores da população anteriormente não atraídos por ideologias radicais e anti-sistêmicas (CHENOY, 2007).[166]

Tal pluralidade, refletida no Fórum, foi fruto de um longo processo preparatório, que passou pela realização de um Fórum Social Asiático e foi impulsionado por uma esquerda significativamente mais plural e heterogênea do que a latino-americana e européia, principais envolvidas na organização dos encontros anteriores. O processo preparatório colocou lado a lado organizações de tradições políticas muito distantes, como as originárias do ghandismo, os partidos comunistas, organizações maoístas e ONGs. Embora em Porto Alegre, a participação do PT tenha sido explícita nos primeiros FSM, principalmente através da atuação da CUT e dos Governos do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, na Índia, houve mais tolerância quanto à participação ativa de partidos políticos no processo preparatório e na realização do FSM. Uma diversidade de partidos, com destaque para os Comunistas, muitos organizados através de uma infinidade de associações, entidades de massas e sindicatos jogaram um papel fundamental no FSM Mumbai. A participação dos partidos, no entanto, não resultou em fechamento do encontro ou na mobilização específica da militância partidária que produzisse mudança no perfil do participante do FSM comparado aos encontros anteriores. Apesar da intensa participação dos partidos na organização do encontro, 84,5% dos participantes disseram não ser filiados a nenhum partido, enquanto 12,7% eram filiados e 2,8% se eximiram de responder (dados do Ibase).

A Índia, além de ser um país marcado pelo regionalismo, comunalismo e profundas diferenças linguísticas, religiosas e culturais, que impuseram forte componente de diversidade ao Fórum, tem uma esquerda bastante enraizada. Segundo Vijay Prashad, jornalista e membro do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, tanto os comunistas como os novos grupos sociais[167] têm jogado um papel muito ativo na oposição às políticas neoliberais e fundamentalistas dos partidos no poder. Portanto, o fato de partidos comunistas[168] e os novos

---

[166] Tradução livre de: poor tribals, dalits [former untouchables], street vendors, daily wage workers, rural labourers and people displaced by large projects such as mega dams were also present in force. They came together in more than 1,200 seminars and workshops, while marches, rallies, street theatre, songs and other events continued well into the nights.The plurality of this Forum is its strength. It represents an ever-growing coalition of a very wide global spectrum of social strata negatively affected by globalization. Its myriad views reflect both its inclusive nature and the spread of its appeal to sectors of the population not attracted to earlier radical or anti-establishment ideologies.

[167] O autor se refere aos “novos movimentos sociais”, que se diferenciam das organizações sociais clássicas, como os sindicatos dos trabalhadores.

[168] A história do movimento comunista na Índia está diretamente relacionada ao desenvolvimento do pensamento e da prática anti-capitalista e anti-neoliberal no país. A Frente de Esquerda liderada pelo PCI(M) em Bengala Ocidental esteve no governo por 27 anos ininterruptos e deixou sua marca com a reforma agrária e o sistema de

grupos sociais terem trabalhado em conjunto na preparação e realização do Fórum é, ao mesmo tempo, um caminho natural, dada a presença real destas entidades na vida política indiana, e algo a ser celebrado pela diversidade que engendra. Tal situação possibilitou, por exemplo, que os partidos comunistas indianos pudessem expressar suas críticas a alguns pontos da carta de princípios do Fórum, como o que exclui os grupos armados e os partidos políticos de participar do FSM. Membros do PCI(M), por exemplo, foram incisivos ao propor a tolerância da participação daqueles que, um dia, foram obrigados a pegar em armas para defender a existência de sua comunidade da aniquilação de Estados violentos, ou no questionamento sobre se a exclusão dos partidos era dirigida especificamente aos comunistas europeus, indesejados pela social democracia européia e pelos "novos grupos sociais". Esta situação revelou a incapacidade do pensamento ocidental de dar conta da realidade pós-colonial do sul (SANTOS, 2005; CHATARJEE, 2004). Esta é uma tensão constante no interior da SCG e do bloco contra-hegemônico e retrata as contradições entre o norte e o sul, o global e o local na construção da contra-hegemonia.

Para Wallerstein, quando o Fórum foi transferido do Brasil para a Índia, de um país no qual a maioria dos movimentos de uma forma ou de outra tem uma referência no Partido dos Trabalhadores (PT) e que, por isso mesmo, não precisava participar oficialmente do encontro, para um país em que os movimentos de massa estão divididos sob a influência de uma variedade maior de partidos, o comitê organizador indiano abandonou as condicionantes que dificultam a participação dos partidos. Curiosamente, segundo Callinicos, no Fórum da Índia, o foco de estranhamento e preocupação se deslocou dos partidos para as ONGs. Digamos que o ambiente de Porto Alegre foi tão hostil aos partidos como o ambiente de Mumbai foi hostil a uma série de ONGs, especialmente as do norte. Pois, diferentemente do que ocorre hoje no Brasil, parte significativa da esquerda indiana dirige fortes críticas às ONGs por considerar que estas absorvem os ativistas em "well-paid bureaucratic jobs"[169] e confinam os movimentos a temas limitados e sem capacidade de universalizar novos valores (CALLINICOS, 2004). Esta mesma comparação pode ser feita entre Mumbai e Belém com um diferencial importante, apesar de Belém também ter sido hostil com relação a partidos políticos, foi bastante hospitaleiro quanto a governos, especialmente os governos de países latino-americanos presentes no encontro. Esta dinâmica revela que a alteração no jogo de

descentralização política do *Panchayati Raj*. Em Kerala os comunistas também têm ocupado sucessivos governos de modo alternado e mesmo quando não estiveram no poder atuaram com expressiva força no meio político.

[169] Empregos burocráticos bem-pagos.

forças global entre os Estados impacta na dinâmica da sociedade civil local e no caráter do FSM que sintetiza um ambiente forjado nas contradições entre a SCG e sociedade civil local.

Para Leite, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos teve um importante salto com o IV Fórum. A esquerda indiana, bastante heterogênea do ponto de vista partidário, encontrou, na fórmula do Fórum, uma forma de lidar positivamente com as diferenças e a concepção de "espaço aberto". Por outro lado, tradições partidárias de todo o mundo vêm buscando uma forma de participar e se relacionar com o Fórum. Segundo Leite:

> Pela primeira vez, correntes de origem tão distintas – do trotskismo ao maoísmo, do comunista oficial ao marxismo crítico –, reuniram-se, debateram a nova situação da esquerda mundial e constituíram uma rede para dar continuidade a este diálogo (LEITE, 2007).

O FSM em Mumbai deu vazão a temas candentes locais com destaque para a questão das castas e da situação dos "dalits", um quarto de todas as atividades de Mumbai se dedicaram ao eixo temático *Dignidade, direitos humanos e sociais.* Para a SCL, foi um desafio sem antecedentes de convivência e trabalho conjunto entre organizações que jamais haviam sentado à mesma mesa. O FSM deixou para a SCL da Índia o exercício do reconhecimento, da tradução inter-cultural, da tradução epistemológica e gramatical de cada tradição e da visibilização dos invisíveis em um contexto de contra-hegemonia global.

O FSM em Mumbai revelou que, apesar da inovação política em termos de contra-hegemonia global e organização da SCG ter funcionado bem em Porto Alegre, com decisiva participação da "nova esquerda" européia, o que faz o FSM viável, é essencialmente fazer sentido no sul global. A Índia assim como o Brasil é um grande país do sul, com uma democracia estável e uma gigante herança colonial para administrar. Sua formação histórica milenar e o fato de comportar diversas etnias em seu território deram o diferencial da diversidade, jamais visto em Porto Alegre anteriormente. Tamanha diversidade só se viu novamente quando o FSM foi para o norte do Brasil, em Belém do Pará, e possibilitou a participação de incontáveis comunidadades indígenas da região amazônica. Em Mumbai, o local e o global dialogaram constantemente na tecitura da agenda contra-hegemônica global. Ao projetar os temas da religiosidade, da violência sectária, da discriminação por castas, do patriarcado, das dívidas sociais indianas legadas pelo colonialismo, ficou evidente que a agenda pós-colonial dos povos do sul é global e parte da essência da agenda anti-neoliberal e anti-capitalista global.

Nairóbi

Após a realização do Fórum Social Mundial de Mumbai, em janeiro de 2004, o Fórum regressou a Porto Alegre em 2005[170] e ocorreu pela primeira vez no formato policêntrico em 2006 (Caracas, Bamako, Karachi)[171]. Em reunião do Conselho Internacional ocorrida após o Fórum de Mumbai, decidiu-se pelo regresso do evento ao Brasil em 2005, e a realização do primeiro Fórum Social Mundial no Continente Africano em 2006[172]. Alguns meses depois, no entanto, na reunião do CI de Passignano, na Itália, as organizações africanas representadas consideraram prematuro realizá-lo na África em 2006, sendo preferível a realização em 2007[173]. Foi decidido, portanto, realizar o FSM de 2006 em formato policêntrico[174], e um dos encontros ocorreu na cidade de Bamako, no Mali, na África. O Fórum de Bamako[175], assim como os anteriores Fóruns Sociais Africanos serviram de experiência fundamental para a realização do FSM Nairóbi.

A decisão de realizar o encontro na África significou assumir o desafio de se realizar um evento de grande porte em um local com precárias estruturas materiais, organizativas e com uma sociedade civil ainda frágil em face de uma recente democratização e um longo período ditatorial que suprimiu as organizações partidárias, sindicais, comunitárias e associativas em geral, restando praticamente organizações ligadas a igreja cristã, tanto protestante como católica, conforme exposto no capítulo anterior. Além de ser um desafio em termos práticos e políticos, o FSM Nairóbi também simbolizou para o mundo a importância política de se realizar o encontro no continente que representa "o que de pior o atual modelo de globalização produziu em termos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos".[176]

Nairóbi é a quarta maior cidade da África. Inicialmente considerada pelo povo Maasai um importante ponto de fornecimento de água[177], aos poucos foi se transformando em um dos

---

[170] Sobre FSM 2005 de Porto Alegre ver: PRESTES RABELO, Ana Maria. *A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

[171] Sobre FSM Policêntrico de 2006 ver Capítulo 3 desta tese.

[172] Resultados da reunião do CI de Mumbai (jan/2004) podem ser acessados em: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=ci_reuniao_india_por

[173] Resultados da reunião do CI de Passiganano (abr/2004) podem ser acessados em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=1019&cd_language=1

[174] ver Chico Whitaker - http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_chicow_vifsm_por e Resoluções da reunião do CI em Porto Alegre, dias 24 e 25 de janeiro de 2005: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=1542&cd_language=1

[175] As principais organizações internacionais envolvidas no FSM policêntrico em Bamako, o Fórum do Terceiro Mundo, Fórum Mundial das Alternativas e o Fórum para Outro Mali, elaboraram um documento assinado por vários participantes em Bamako e foi publicado como o Apelo de Bamako (em anexo).

[176] Ver texto Oded Grajew - http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=352

[177] Nairóbi foi nomeado a partir do nome maasai "enkare nyirobi" que significa "um lugar de águas frias".

principais entrepostos britânicos na África. Os ingleses, interessados na exploração dos altos planaltos (ricos e férteis) do Quênia e de Uganda, estrategicamente na costa do Oceano Índico, construiram uma estrada de ferro ligando Mombasa (Quênia) à Kampala (Uganda)[178]. No ínicio do século passado, 1905, Nairóbi se transformou na capital do protetorado inglês no leste africano, também conhecido como "Kenya Colony", e como um dos principais pontos da estação ferroviária, passou a receber um enorme fluxo de colonos europeus que se fixaram na parte oeste da cidade, conhecida até hoje como a parte mais rica, e os trabalhadores indianos que iam ficando por lá se fixaram no norte, enquanto as comunidades nativas permaneceram na periferia, especialmente no lado oriental, conhecido até hoje como uma das partes mais pobres da cidade[179]. Durante todo o século XX, ao lado da cidade portuária de Mombasa, Nairóbi foi forjada como a principal cidade comercial e política do Quênia e uma das mais importantes da África. Sua população passou de 10.512, em 1906, para 350.000 no ano da independência de 1963, e aproximadamente 3 milhões em 2006[180], com uma população formada por três extratos principais: europeus, ingleses na maioria, asiáticos, indianos na maioria e povos nativos como os Kikuyu e Kamba. Diferentemente do Brasil, a população não se miscigenou com tanta intensidade (MWAKIKAGILE, 2007). A cidade de Nairóbi que abrigou o FSM de 2007 era grande, populosa, cosmopolita, pluricultural, contraditória, com grandes clivagens sociais e econômicas. Destacam-se na cidade, a imponência de uma das maiores favelas da África, a favela de Kibera[181], a onipresença da igreja cristã, e a convivência de costumes e culturas. É possível encontrar, na mesma calçada, um típico Maasai, trajado ao modo tradicional, e pequenas crianças kenianas vestidas com uniformes escolares típicos da Inglaterra, impróprios para o imenso calor da região.

A presença da igreja também pode ser inferida através de um dado interessante da pesquisa Ibase, que reflete a formação da sociedade queniana com a colonização e a constituição de sua sociedade civil especialmente no período de democratização pós-independência. Do total de participantes quenianos do encontro, 90% disseram ter algum tipo de religião. Esta característica do perfil é replicada para os demais africanos presentes no encontro, dos quais 85% disseram praticar alguma religião. Esta porcentagem cai drasticamente quando são perguntados os participantes de outros países e quase a metade,

[178] O trabalho de construção da linha férrea foi realizado por indianos, um dos motivos para o tamanho expressivo da comunidade indiana no Quênia.
[179] Dados disponíveis em: <http://www.kenya-information-guide.com/history-of-Nairóbi.html>
[180] Fonte: Kenyan Central Bureau of Statistics. Disponível em: <http://www.kenya-advisor.com/population-distribution-in-kenya.html>
[181] Uma das maiores favelas da África, Kibera está localizada a 5km do centro de Nairóbi com uma população de 170 mil habitantes segundo o Kenya Population and Housing Census de 2009. Disponível em: <www.kenyacensus.or.ke>

47,9% diz ter alguma religião. Em Mumbai, de todos os participantes do FSM, sem distinção de local de origem, 69% disseram ter algum tipo de religião e 28,9% disseram não ter religião, 2% não opinaram. Quando perguntados se participam de algum partido político, 29,8% dos quenianos disseram que sim. Em Mumbai, o número de filiados em partidos também não era alto, 12,7% dos participantes disseram fazer parte de algum partido (dados do Ibase). Este é um dado importante a ser avaliado quando se tenta compreender a agenda de cada edição FSM e as influências que ela recebe na sua formação. O FSM de Nairóbi foi amplamente conhecido quanto às suas dificuldades para reforçar uma agenda contra-hegemônica construída desde meados da década de 90 e pautada na contraposição à globalização e na promoção de valores ligados aos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O pano de fundo da formação da agenda contra-hegemônica global em interação com a dinâmica local africana é composto por um mosaico de realidades e culturas que configuram o continente africano. Esta multiplicidade se refletiu em uma presença heterogênea de organizações e uma variedade de causas que vão desde a histórica luta do povo Saharaui[182], que alguns dizem ser a última colônia africana, pelo reconhecimento de seu território e libertação nacional até as gigantes demandas ligadas ao tema da AIDS e do direito à água na região. Aliado a isto, ajudaram a compor o ambiente uma série de conquistas recentes ligadas aos processos de independência colonial, o fim do apartheid na África do Sul (1990), a conquista por parte de alguns países da livre importação e acesso aos medicamentos da AIDS, derrotando as patentes de importantes corporações transnacionais[183] (LEON, 2007).

Por outro lado, ficou evidente no Quênia, talvez mais do que na Índia, que ainda falta muito para o campo contra-hegemônico se firmar e que apesar da "fórmula" FSM ser possível de aplicar em qualquer parte do planeta há um risco de que, por vezes, a identidade esteja mais no formato do evento do que no conteúdo da agenda contra-hegemônica. Quando perguntados, por exemplo, sobre sua atitude perante a globalização[184] 33,1% dos quenianos

[182] O povo do Sahara Ocidental é reconhecido como o último povo colonizado da África. Inicialmente o território do Sahara Ocidental foi colonizado por espanhóis, hoje é dominado pelo Rei do Marrocos. Uma frente de resistência e libertação nacional do povo saharaui chamada Frente Polissário organiza os acampamentos da resistência e faz as relações internacionais em busca do direito à auto-deteminação.

[183] Desde 2001 existe uma campanha, chamada Treatment Action Campaign pelo direito dos portadores de HIV de terem acesso ao tratamento (www.tac.org.za)

[184] Esta pergunta fica, a nosso ver, prejudicada ao não qualificar globalização, pois as pessoas podem estar sendo favoráveis à globalização hegemônica, à uma globalização contra-hegemônica, ou simplesmente à globalização aparentemente sem um conteúdo, entendendo como a difusão da internet e meios de comunicação (é impossível pensar a globalização sem desenvolver o tema da globalização da comunicação ou através da comunicação, como pensar a construção de um consenso como pressuposto da direção política (concepção gramsciana de

disseram ter uma atitude de "apoio" frente à globalização. Já os africanos não quenianos se dividiram entre "mudança radical" (25,5%), "políticas reformistas" (24,1%) e "apoio" (23,9%). Entre os participantes de países não africanos, 34,4% disseram ter uma atitude de "mudança radical", seguido de "políticas reformistas" com 28,4%. Para construir uma agenda da globalização contra-hegemônica pressupõe-se que a haja algum nível de consenso mundial sobre o significado da globalização hegemônica e os pressupostos da contra-hegemônica. Pode ser que a pergunta do Ibase tenha ficado mal formulada e as pessoas tenham se referido a globalização de um modo geral, sem entrar no mérito do conteúdo da globalização, despojado de um conteúdo mais ideológico. Por outro lado, há um dado de que 37% dos participantes quenianos se localizam do centro à direita no espectro político, contra 23,9% que são adeptos à esquerda. É óbvio que é preciso observar com cuidado o que realmente representa a esquerda e a direita no Quênia, e qual a relação que pode ter este dado com o posicionamento dos quenianos frente à globalização. Em muitos países da África, a globalização é vista como uma espécie de redenção perante um Estado nacional opressor, como possibilidade de emancipação das determinações internas, através de uma ajuda externa. Uma enorme diversidade de ONGs e agências de cooperação que chegaram à África trazendo ajuda humanitária são vinculadas à globalização[185]. Ao ser perguntado sobre a sociedade civil no Quênia e o modo de organização do FSM em Nairóbi, o sociólogo e diretor do Ibase, Candido Grzybowski alertou para as diferenças na cultura de esquerda no Brasil e no Quênia:

> Há a questão da pouca experiência na organização de um evento como este. E precisamos levar em consideração que o movimento daqui tem uma cultura de esquerda diferente, de democracia diferente, que não é bem a nossa tradição. Tem o problema da cooperação, é uma cultura muito impositiva. As igrejas também são muito presentes aqui. Muitas das entidades têm vínculos internacionais e se dá uma globalização de sociedade civil da pior maneira possível. Essas entidades formaram uma elite que circula nas Nações Unidas, Banco Mundial, agências de cooperação etc. E

---

hegemonia) sem desenvolver devidadmente o papel das mídias nesse processo? (Bennett, Coleman, Van de Donk), de uma maior mobilidade internacional de pessoas e produtos e etc.

[185] Mark Duffield tem um extenso trabalho sobre a ajuda humanitária na África aparentemente descolada de um projeto político tem contribuído para a manutenção da marginalidade do continente. Segundo o autor, o crescimento da influência de governos do norte, agências da ONU, organismos regionais, ONGs, companhias comerciais e outros nos últimos 30 anos do século passado, não se trata exatamente das formas de controle direto ou territorial tal como os conhecidos no colonialismo. A influência é agora em rede e não-territorial e está diretamente relacionada com a expansão das redes público-privadas de promoção de ajuda humanitária. A corrida destas organizações para a África, segundo Duffield, tem relação com a instabilidade eminente ao se deixar espaço para que as sociedades do Sul elaborassem de forma autônoma seus próprios caminhos de desenvolvimento. O discurso da "garantia da segurança" em regiões com conflitos étnicos e instabilidade do Estado, as ONGs e agências de cooperação trazem o discurso da redução da pobreza, satisfação das necessidades básicas, auto-suficiencia econômica, criação de organizações civis, direitos humanos, igualdade de gênero, todas medidas de contenção da insegurança e que levam o nome de desenvolvimento, como uma segunda chance de fazer a modernidade funcionar (DUFFIELD, 2002, p. 1064).

> eles têm um salário, os salários são muito corrompidos, no sentido de que são elevados, muito altos, e por isso as ONGs aqui sofrem uma crítica muito dura. Isso, para nós, é difícil de entender. Talvez tenha uma certa separação no Brasil entre as ONGs e os movimentos, talvez tenha, mas no Brasil as ONGs são criações de militância, de gente que se engaja. Isso tem de ser considerado (GRZYBOWSKI, 2007)[186].

Outro aspecto que influenciou na tecitura da agenda contra-hegemônica em Nairóbi foi uma forte presença da igreja cristã, tanto católica como protestante, com grandes delegações e infra-estrutura invejável[187] com grandes tendas, cadeiras, aparelhagem de som potente e material gráfico em abundância impuseram sua própria temática, e suas atividades proporcionaram pouca troca e intercâmbio com as outras atividades, além de constranger e confrontar com manifestações de homofobia e protestos anti-aborto, todos os eventos que tratavam dos direitos sexuais e reprodutivos do ponto de vista das feministas. Para Phumi Mtetwa, do Diálogo Sur-Sur LGBT, esta situação não foi necessariamente negativa, pois obrigou o debate e a reflexão sobre o tema, tirando o do obscurantismo habitual. Ficou como uma marca do encontro, no entanto, o constrangimento às manifestações e atividades realizadas em torno da temática da diversidade sexual.

A pesquisa do Ibase também ajuda a iluminar porque esta temática do aborto e da diversidade sexual foi tão sensível e mobilizaram tantos em Nairóbi. Uma das questões do formulário do Ibase versava sobre o posicionamento dos participantes quanto a algumas questões polêmicas. Entre os quenianos, por exemplo, 75% disseram discordar da União Civil de pessoas do mesmo sexo, destes, 60,7% disseram discordar totalmente, enquanto 23,6% disseram apenas que discordam. Mais de 70% também se posicionam em discordância quanto à legalização do aborto (ver tabela 7). Entre os africanos não quenianos, os índices são próximos, 71% discordam da união civil de pessoas do mesmo sexo e 67% discordam da legalização do aborto. Já entre os participantes não africanos, 28,3% discordam da união civil de pessoas do mesmo sexo e 27,7% da legalização do aborto. Daí entende-se porque estes temas foram tão polêmicos no FSM de Nairóbi, a ponto de o deixarem marcado como um

[186] Candido Grzybowski em entrevista concedida a Renato Rovai. Disponível em: <http://revistaforum.uol.com.br/blogdorovai>.

[187] Na maioria dos encontros do FSM especialmente os que foram em terrenos com amplo espaço físico como o de Porto Alegre em 2005, nas margens do Guaíba, como em Nairóbi em 2007, no Estádio Kasarani. Aquelas entidades com maior acesso a recursos montaram grandes tendas, com estrutura de som, cadeiras e outras facilidades. A possibilidade comprar um espaço maior dentro do FSM acabou por refletir uma disputa por atenção e poder de influência no interior do encontro. Em Nairóbi organizações de várias denominações da igreja cristã montaram grandes tendas com microfones potentes que atraiam a atenção de todos que passavam. Em Belém foi montado um grande espaço físico conhecido como Portal do Trabalhador reunindo uma série de organizações ligadas ao tema do trabalho e ao movimento sindical local, nacional, regional e internacional.

fórum restritivo a estes debates e que em muitos aspectos refluiu no respeito à diversidade que foi marca dos FSM de Porto Alegre e Mumbai.

Para a representante da ABONG, Ticiana Gouveia, a cada vez que o FSM se desloca no gesto político de espalhar o fórum para outros cantos do planeta vão se conhecendo e reconhecendo as complexidades, contradições e desigualdades que marcam a sociedade em que ele ocorre. Por isso, mais do que medir ou comparar quantos/as estiveram em cada edição ou quantas atividades foram realizadas, seria preciso aprofundar as análises no sentido de apontar as contradições a serem entendidas e resolvidas para que o FSM *"continue sendo um dos processos por meio do qual damos sentido e futuro à nossa utopia de uma sociedade mundial radicalmente justa e democrática, que realizemos cotidianamente as possibilidades de um outro mundo*". Esta questão foi apresentada pela representante da ABONG no contexto da discussão sobre a diversidade dos sujeitos participantes de um FSM. A questão que emerge ao analisar esta diversidade é a da pertinência do FSM acolher também os que defendem os valores hegemônicos que se busca transformar, observando-se a Carta de Princípios. Esta questão emergiu em Nairóbi, especialmente pela presença de forças políticas conservadoras que se opõe às lutas dos movimentos feministas, lésbico e gay e que negam os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Esta foi uma das polêmicas centrais do FSM de Nairóbi.

É claro que outras edições do Fórum, tanto em Porto Alegre, como Mumbai ou outros como o policêntrico, regionais ou temáticos, promoveram a convivência e até o diálogo entre organizações que lutam em campos opostos no que diz respeito ao aborto, por exemplo. Mas a questão é que o que estava presente em Nairóbi não eram antagonismos, mas sim antinomias. O que estava em questão não era uma discordância das forças conservadoras com relação às lutas e aos direitos, mas, sim, uma recusa em reconhecer as mulheres, sejam hetero ou homossexuais, e os homens homossexuais como sujeitos, tanto em sua dimensão individual como coletiva.

Por outro lado, os temas que mais mobilizam a "discordância" dos participantes não africanos e dos africanos não quenianos são a questão da privatização do abastecimento de água e a liberação de sementes e alimentos transgênicos, com 73% de discordância por parte dos não africanos para a questão da privatização da água, e 68,4% para os africanos não quenianos. Seguido de 69,2% de discordância entre os africanos não quenianos quanto à liberação de transgênicos, e 66,8% para os não africanos. Esta diferença entre os temas que mais mobilizam a discordância dos participantes demonstra a tensão local versus global; norte versus sul; ocidental e pós-colonial; na construção da agenda contra-hegemônica global.

Tabela 7 – Concordância com os temas apresentados por local de origem (fonte: Ibase)

Extratos	Temas	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem Opinião
Quênia	**União civil de pessoas do mesmo sexo**	**60,7**	**23,6**	7,6	3,3	4,9
	Legalização do aborto	**52,0**	**26,2**	13,7	3,4	4,7
	Privatização do abastecimento de água	**35,0**	**26,7**	26,0	7,4	4,9
	Liberação de sementes e alimentos transgênicos	**28,9**	**32,9**	21,1	4,8	12,4
	Voto obrigatório	24,5	27,9	25,5	12,0	10,0
	Controle das importações para proteger empregos	17,0	15,3	34,4	27,0	6,4
	Proibição do trabalho infantil	15,7	9,2	25,3	48,0	1,8
Africanos Não quenianos						
	União civil de pessoas do mesmo sexo	**53,0**	**21,0**	14,5	5,3	6,3
	Legalização do aborto	**45,5**	**21,5**	21,4	5,8	5,9
	Privatização do abastecimento de água	**40,5**	**27,9**	21,0	5,8	4,8
	Liberação de sementes e alimentos transgênicos	**37,4**	**31,8**	17,5	4,0	9,3
	Voto obrigatório	26,3	30,3	28,5	7,6	7,3
	Controle das importações para proteger empregos	14,2	18,9	36,1	22,4	8,5
	Proibição do trabalho infantil	13,5	12,3	28,1	42,9	3,2
Outros Países						
	Privatização do abastecimento de água	**46,5**	**26,5**	14,9	5,5	6,7
	Liberação de sementes e alimentos transgênicos	**38,4**	**28,4**	16,1	6,5	10,6
	União civil de pessoas do mesmo sexo	**16,9**	**11,4**	34,5	30,9	6,2
	Legalização do aborto	**16,1**	**11,6**	38,0	28,9	5,4
	Voto obrigatório	15,4	32,5	29,8	10,9	11,4
	Controle das importações para proteger empregos	10,0	21,6	39,9	16,9	11,6
	Proibição do trabalho infantil	8,2	8,6	27,4	52,8	3,1
Total						
	União civil de pessoas do mesmo sexo	45,6	19,3	17,3	12,2	5,6
	Privatização do abastecimento de água	39,7	26,9	21,5	6,5	5,4
	Legalização do aborto	39,6	20,7	22,8	11,7	5,2
	Liberação de sementes e alimentos transgênicos	33,7	31,3	18,8	5,1	11,2
	Voto obrigatório	22,1	29,9	27,5	10,7	9,8
	Controle das importações para proteger empregos	14,3	18,0	36,4	22,9	8,4
	Proibição do trabalho infantil	12,9	9,7	26,6	48,4	2,5

Ao conhecerem melhor o instrumento FSM, através de sua participação, os participantes foram questionados pela pesquisa Ibase quanto aos pontos “fortes” e “fracos” do

FSM. Para 46,8% dos africanos não quenianos e 44,3% dos quenianos o ponto forte do FSM é o fato de ser uma "praça aberta" e, em seguida, por "defender os direitos humanos, a democracia e a diversidade", com 36,7% para africanos não quenianos e 36,6% para quenianos. O ítem "apresentar alternativas para a globalização neoliberal" aparece com 28% da indicação pelos africanos e 27,7% pelos quenianos. Quanto ao ponto fraco do FSM, os quenianos (44,5%) e africanos (41,3%) levantaram a "falta de entendimento por parte da opinião pública", seguido da "falta de atenção por parte dos líderes políticos" (36,5%) e "falta de atenção ou manipulação da imprensa" (25,9%). Somente 13,2% dos quenianos disseram que "a dificuldade de apresentar propostas alternativas" seja uma das deficiências do FSM.

A inclusão das organizações africanas neste debate, que se dá sobre o formato e os objetivos do FSM, são um bom indicador do envolvimento e da inclusão da África no processo FSM. Durante esta pesquisa, foi perguntado a algumas organizações membros do Conselho Internacional como elas consideravam que o FSM de Nairóbi havia contribuído para atingir este objetivo. A pergunta concreta foi: *O FSM Nairóbi trouxe a África para o processo FSM*? Ao que responderam positivamente, com alguma variação na qualificação, as seis organizações entrevistadas. Exceto a resposta da Cosatu, que foi apenas em positivo, sem qualificar sua resposta, as demais organizações colocaram seus pontos favoráveis ou críticos ao envolvimento da África via Nairóbi. Para a representante do Feminist Dialogue[188], de alguma forma Nairóbi trouxe a África para o FSM, principalmente porque trouxe a ideia de que a sociedade civil pode jogar um papel importante no processo de articulação de um mundo diferente, a partir da África. E isto aumentou a movimentação de organizações na África, gerando um processo positivo de apropriação do instrumento FSM (FAL). Até mesmo quando as pessoas protestaram contra o formato do FSM, isso trouxe a população e as organizações populares ao encontro do Fórum, dando início a um maior envolvimento da África (FOCUS). As respostas mais críticas vieram do Icae e da MMM, a primeira por avaliar que houve pouco envolvimento de cidadãos africanos em geral, e a segunda por avaliar que a presença exarcebada de algumas ONGs e igrejas dificultou o trabalho com a temática da diversidade, gerando um "choque de coerência"[189] do processo FSM.

[188] O Feminist Dialogue (FD) surgiu de uma reunião estratégica entre movimentos de mulheres no FSM de 2002 em Porto Alegre. Uma das discussões do encontro foi de que o FSM era uma realização predominantemente dominada por homens e inicialmente os movimentos de mulheres eram marginais. O objetivo central da plataforma tem sido o de promover a participação de mulheres nos movimentos, especialmente nos internacionais, para colocar as temáticas feministas, participar da construção do FSM e fazer articulação com outros movimentos em torno de campanhas.

[189] Palavras da entrevistada Dianne Matt (MMM).

Todo este cenário reforça a ideia de que realizar um FSM na África era urgente, do ponto de vista da mundialização do processo e a inclusão de um continente arrasado pelo capitalismo e o colonialismo, e com inúmeros problemas acumulados, tanto do ponto de vista humano, como do social e econômico – com a pobreza e as terríveis desigualdades, como os conflitos armados, as dívidas acumuladas, a fome recorrente, o saque de recursos naturais, a dizimação pela Aids e outras enfermidades, a instabilidade dos governos em diversos países.

No geral, o fórum permitiu a ampliação do espectro de redes e organizações em contato com seus pares africanos que se expressou em algumas iniciativas como a "Campanha Global pela Reforma Agrária na África", impulsionada pela Via Campesina. Ajudou no estreitamento de laços intra-continentes, como explica uma das integrantes do Conselho Hemisférico do Fórum Social Américas e organizadora do Fórum Social Américas no Equador, Irene Leon:

> a prioridade acordada pelo Fórum Social Américas como orientadora de suas atividades era buscar a visualização da presença africana no hemisfério, sua história comum, seu presente e futuro compartilhados, e isso se refletiu na organização de distintas atividades com o Fórum africano (Leon, 2007)[190]

Por outro lado, o que se notou é que salvo por iniciativas preparadas com certa antecedência como as do Fórum Social Américas, da Via Campesina, da Marcha Mundial de Mulheres, do CADTM (Comitê para a Anulação das Dívidas do Terceiro Mundo), a interação de não africanos com ativistas e organizações africanas ainda foi muito limitada (Sally Burch)[191]. Muitas organizações lamentaram que a presença de organizações quenianas ainda foi menos numerosa do que o que se esperava, e segundo Geraldo Fontes do MST, não foi somente o custo de inscrição que atrapalhou, faltou também um trabalho maior de mobilização e preparação com as organizações do país. Outro aspecto que atrapalhou uma maior interação foi o fato das igrejas, tanto católicas como protestantes, mobilizaram grandes delegações com sua própria agenda e temática, se reuniram em espaços próprios e interagiram pouco com as outras temáticas e os outros "públicos" presentes. Por outra parte, talvez o formato do evento não tenha propiciado a interação. Vale lembrar que no FSM de Mumbai grande parte da interação e contato entre os participantes se deu exatamente quando houve quebra de protocolo e do formato do evento, projetando o encontro para fora das salas de oficinas e seminários. Na opinião de Gonzalo Berrón da Aliança Social Continental:

---

[190] Livre tradução de: la prioridad acordada por el Foro Social Américas a orientar sus actividades hacia la visualización de la presencia africana em el hemisfério, su historia común, su presente y futuro compartidos, ello se reflejó em la organización de distintas actividades com el Foro africano. Link artigo Irene leon: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=350

[191] http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=330

> Talvez possa ser que o formato fórum é uma ideia muito ocidentalizada no sentido europeu-latinoamericano, que não encaixa com a cultura política e social da África (BERRÓN apud BURCH, 2007).

A esta insatisfação quanto à interação entre organizações africanas, somam-se várias críticas levantadas sobre Nairóbi em diversos aspectos, como o da comercialização do Fórum, a terceirização de serviços, a extrema "onguização", o distanciamento da participação popular, a forte presença de segurança policial e privada, a ostensiva presença das igrejas cristãs, e um grande conjunto de obstáculos e dificuldades que na avaliação de vários participantes e envolvidos na construção de Nairóbi dificultou o pleno êxito do encontro (LEON, 2007; BONFOND, 2007; BURCH, 2007; BELLO, 2007).

O Comitê Organizador de Nairóbi[192] adotou dinâmica distinta à do Comitê Organizador Indiano em alguns aspectos. Por exemplo, os organizadores quenianos optaram por firmar contratos com empresas privadas em vários setores relacionados ao evento, como a tradução, transporte, alimentação e segurança. Esta postura foi na contramão de uma tendência do processo anterior de adotar sistemas voluntários de tradução, aquisição de produtos alimentícios de produtores locais e estímulo às feiras da economia solidária, adoção dos sistemas públicos de transporte e segurança, evitando ao máximo a exploração comercial do evento. Esta concepção de FSM, que tenta praticar na realização do evento os valores e ideias do "outro mundo" que defende, é considerada parte da construção contra-hegemônica global pelos vários atores da SCG que atuam no espaço do FSM. Tudo no Fórum de Nairóbi deveria ser alugado ou comprado, rompendo com a tentativa dos fóruns anteriores de tentar promover a tradução voluntária, o fornecimento da alimentação através de cooperativas e feiras da economia solidária, a hospedagem solidária, a comunicação alternativa e etc. É claro que as edições anteriores, especialmente as de Porto Alegre, já haviam revelado que o evento fórum é sempre uma oportunidade de negócios e lucros para comerciantes locais, especialmente para hotéis, restaurantes e táxis. No caso de Porto Alegre, no entanto, havia certo esforço para que as atividades no interior do evento subvertessem esta lógica. Em Mumbai, isso foi levado ainda mais a sério.

---

[192] No documento *Critical Reflections on WSF Nairóbi 2007* Onyango Oloo, coordenador nacional do evento, tece várias críticas ao Comitê e o processo preparatório. No seu relatório, Oloo apresenta uma série de críticas ao processo interno de funcionamento da organização do encontro, mas chama a atenção seu tom de descontentamento com a condução por parte de três ONGs baseadas no Kenya, SODNET, SEATINI e KENDREN, por terem centralizado o processo e tomado decisões de modo pouco democrático, além da mal versação de recursos levantados para o evento.

Os custos do FSM de Nairóbi, aproximadamente 5 milhões de dólares[193], mais que o dobro do FSM de Mumbai, retratam o anacronismo da realização do encontro em uma das regiões mais pobres do planeta. Isto ficou claro com o preço das inscrições, demasiado caras para os quenianos, que impediu uma maior participação da população local. Algumas organizações quenianas protestaram com o slogan: "O FSM é bem vindo ao Quênia, os quenianos não são bem vindos no FSM" (BONFOND, 2007). Esta situação traz à tona o debate sobre as relações econômicas e de poder no interior do FSM, que acabam por incidir no caráter, na metodologia, no formato, na arquitetura e no poder de convocatória do encontro. Para Irene Leon, do Fórum Social Américas, a total comercialização das atividades intra-fórum acaba por reforçar a imagem de uma "Feira Social Mundial", atendendo a interesses de algumas organizações, na contramão do Fórum como um processo de articulação comprometido com transformações, também invocado por uma ampla gama de movimentos e organizações[194].

O local escolhido para sediar o encontro também foi fator complicador para a participação da população local. Tudo indica que o provável número de participantes foi superestimado em 100 mil pessoas, mesmo havendo indícios de que este número certamente não seria nem de perto alcançado. Ao realizar o encontro em um ponto afastado da cidade, cerca de 15km do centro, no Estádio Moi, Nairóbi repetiu um certo "encastelamento" do FSM que já havia ocorrido em Porto Alegre de 2001 a 2003 com a realização do encontro na PUC-RS. Espaços que constrangeram a participação popular, não somente pela distância física, mas também pela falta de identidade da população com o local e um certo receio de entrar em um ambiente que não é visto como um espaço público da cidade por onde todos transitam livremente sem discriminação de nenhum tipo. Esta situação foi diferente, por sua vez, quando o FSM se realizou à margem do Guaíba em Porto Alegre ou nas ruínas de Nesco Ground em Mumbai.

Em Nairóbi, a população local mal conseguiu participar como ouvinte e participou muito menos como promotora de atividades auto-gestionadas que custavam cerca de 100 a 500 euros para serem inscritas, fora gastos com tradução e qualquer outra demanda prática para realização do encontro, fazendo com que grandes ONGs, como a Action Aid e principalmente ONGs religiosas como a Cáritas Internacional dessem a tônica na grande maioria da grade de programação do FSM. Esta situação, segundo o pensador Samir Amin, acaba por gerar

[193] Fonte: Comissão de Finanças do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.
[194] Irene Leon em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=350

> um altermundialismo cujas adesões se recrutam nas classes médias dos países ricos, que são críticos do modo de existência proposto pelo capitalismo, mas pouco interessados com as preocupações reais das classes populares de seus próprios países, e menos ainda por aquelas dos países do sul, onde o altermundialismo "moderado" é muitas vezes incompreendido. Não obstante, paradoxalmente, ainda que pelo acesso facilitado a recursos financeiros, parecem estar sobre representados nos Fóruns Sociais Mundiais ou regionais e às vezes percebidos como um freio ao fortalecimento das lutas populares (AMIN)[195].

O alto custo para participação e alimentação dentro do Fórum gerou grandes protestos entre a população local que desejava participar do FSM. O preço da entrada, de 500 shillings para os Kenianos – mais de US$ 7,00 equivalia na época a um quarto do salário mínimo[196]. O preço médio de cada refeição era de aproximadamente 300 shillings, totalmente fora do alcance da maioria das pessoas. Além da insatisfação com os custos, o descontentamento se deu com relação à terceirização da maioria dos serviços a empresas que, sem levar em conta os conceitos de comércio justo, acabaram por impor preços fora do alcance de pequenos vendedores. Tudo isto gerou muitos protestos, e inclusive invasões massivas sem pagamento das taxas por centenas de pessoas dos bairros mais pobres, apoiadas por grande parte dos participantes do FSM. Os protestos multicoloridos do FSM de Mumbai, que faziam os participantes deixarem as salas das conferências e dos seminários para observar as manifestações culturais e as demandas de diversos grupos indianos, deram a vez a tumultuados protestos com invasão dos restaurantes e cenas de repressão das empresas de segurança privada, que faziam os participantes das oficinas deixarem as salas das oficinas em apoio à população local rebelada ou simplesmente para observar. Equilibrar a sustentabilidade do evento FSM com os critérios da participação popular, respeito ao meio ambiente e economia solidária, se demonstrou como um dos grandes dilemas desta edição do FSM.

O trato com relação aos recursos financeiros e o seu emprego, necessários à consecução do fórum de Nairóbi permeou a maioria dos debates durante o encontro e consequentemente as avaliações que se realizaram do mesmo. Muitos, como a representante da ABONG, Taciana Gouveia, consideram que o fundamental seria analisar o sentido político

---

[195] Samir Amin em: http://www.forumtiersmonde.net/fren/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=87

[196] Não existe um salário mínimo nacional no Quênia. O governo estabelece salários mínimos por local, idade e nível de formação. Em muitas indústrias o salário mínimo legal é igual ao salário máximo. O salário mínimo urbano é de 7.578 (U$ 105) shillings por mês e o salário mínimo na área rural é de 2.536 (U$ 35) shillings excluindo o alojamento. Como o salário é insuficiente muitos trabalhadores legais buscam o trabalho infomal. A grande maioria da população está no setor informal (2008 Human Rights Report: Kenya - http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2008/af/119007.htm).

das relações com os sujeitos que financiam as diversas ações do fórum. Ao apoiar ou patrocinar o fórum e contratar serviços para garanti-lo, aquele que está aportando recursos também está reconhecendo a importância estratégica do FSM na dinâmica política mundial. Contudo, segundo Taciana, tal reconhecimento nem sempre se traduz numa concordância total com o projeto político que o FSM encarna e expressa, pois interesses distintos e, em alguns casos, provavelmente antagônicos também se fazem presentes. Esta foi a preocupação central do Comitê Organizador Indiano, por exemplo, ao recusar o financiamento por parte de agências como a Fundação Rockefeller ou a Fundação Ford. A questão levantada é até que ponto os "doadores" interferem na formação da agenda contra-hegemônica gestada em cada FSM.

Os dados sobre Nairóbi trazem uma instigante questão. Onde estão os quenianos, o que pensam, o que projetam no FSM? A forte presença da igreja, das ONGs e das agências de cooperação traz a sensação de que é difícil captar as demandas dos cidadãos quenianos que estão por trás dos grandes aparatos promovidos por estas organizações. Observando os demais FSM, foi possível extrair em Porto Alegre a força do associativismo nas principais capitais sul e sudeste do Brasil (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre) e a inovação do Orçamento Participativo, que trouxe à baila o debate sobre a democratização do espaço publico no âmbito nacional e das relações com a governança global. Em Mumbai, a sociedade indiana revelou através do FSM uma sociedade clivada no embate entre o capitalismo e as formas pré-capitalistas de organização da formação social indiana. Mumbai revelou a Índia formada por uma "combinação peculiar de dominação capitalista monopolista com castas, instituições comunais e tribais"[197]. Por isso, para surpressa de muitos organizadores do FSM, a agenda relevante do FSM Mumbai não era essencialmente a anti-sistêmica cujo alvo é o capitalismo global, mas antes uma agenda local que pretende destruir a sociedade pré-capitalista e consolidar um Estado democrático. Em Nairóbi, foi difícil apreender a essência das demandas da SCL sempre desfocadas pela forte agenda imposta pela igreja cristã e as grandes ONGs, agências de cooperação. Percebe-se uma tentativa de ambas no sentido de "despolitizar" as agendas, sejam as de cunho pós-colonial, anti-neoliberal, ou anti-capitalista. Curiosamente, ambas tem interesse em manter certa ordem de funcionamento da sociedade, restringindo, por um lado ou por outro, a capacidade da sociedade queniana de refletir autonomamente sobre seu próprio destino. Um exemplo da força da presença da igreja cristã no FSM de Nairóbi foi a declaração de um grupo pentecostal presente na marcha de abertura do FSM no Parque

[197] Programa do PCI(M), 2008.

Uhuru, de que "crêem que outro mundo é possível, um mundo onde as pessoas são mudadas pela Palavra de Deus"[198]. Considere-se que a grande maioria da marcha era composta por grupos cristãos de variadas igrejas. Por outro lado, as grandes ONGs e agências de cooperação tratam de esvaziar o "político" no debate "técnico" sobre questões como a AIDS ou programas de redução da pobreza, como os empreendidos por BM/FMI ou ainda no perdão às dívidas dos países pobres. A determinação da agenda da SCL queniana impede que a real agenda pós-colonial apareça. Impede que a agenda da SCG faça conexões reais com a local e, deste modo, limitou o potencial contra-hegemônico do FSM de Nairóbi, uma vez que é justamente o encontro das duas agendas, como ficou demonstrado em Porto Alegre e Mumbai que projeta o FSM mundialmente, e faz dele uma referência para o norte e para o sul de que é possível repensar os parâmetros da vida humana no planeta.

Belém

A cidade de Belém do Pará está situada na região norte do Brasil, capital do estado do Pará, e é considerada uma das "portas de entrada" para a Amazônia brasileira. A cidade é conhecida no Brasil por pelo menos três características particulares, sua importância no período da exploração da borracha na Amazônia, o número de mangueiras espalhadas pela cidade e a chuva diária e pontual. Belém é uma cidade mais antiga do que Porto Alegre[199] com cerca de 400 anos de existência, e, ao lado de Manaus, é uma das duas principais metrópoles da região amazônica brasileira. O tamanho das duas cidades, Belém e Porto Alegre, é aproximadamente o mesmo, com cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes, no entanto as demandas sociais de Belém ainda são bem mais graves, com grande parte da população vivendo em condições de pobreza, muitos problemas relacionados à questão fundiária e à segurança pública que ficaram explícitos no FSM.

Enquanto que os encontros de Porto Alegre ficaram afastados geograficamente das regiões mais pobres da cidade, tanto quando ocorreu na PUC-RS de 2001 a 2003, como quando ocorreu às margens do Guaíba em 2005, o FSM de Belém ocorreu exatamente em frente a dois dos bairros mais pobres da cidade, Guamá e Terra Firme. As instalações do FSM foram montadas dentro de duas universidades federais, a UFPA e a UFRA que estão em frente a estes dois bairros. Um forte aparato policial, incluindo a Força Nacional Brasileira e a

[198] Extraído do relato de um participante do FSM de Nairóbi, disponível em: http://www.usina21.com.br/blogdobezerra/blog_commento.asp?blog_id=13
[199] Porto Alegre surgiu como cidade aproximadamente no ano de 1752.

Polícia Militar do Pará, segundo os organizadores para garantir a segurança dos participantes do FSM, diante os elevados índices de violência da região periférica da cidade onde ocorreu o encontro. Nestes termos, Belém se aproximou ao mesmo tempo de Mumbai, pela característica popular do encontro, e de Nairóbi, pelo forte esquema de segurança, que se transformou em mais um obstáculo à participação da população mais pobre que desejava ingressar no encontro e não encontrava as devidas condições, principalmente pela falta de informação quanto às características do evento e como participar.

Segundo dados do IBGE na última década do século passado, de 1991 a 2000, o estado do Pará sofreu uma vertiginosa aceleração no seu processo de urbanização, passando de 68,2% de domicílios urbanos para 99,4% e de 31,8% domicílios rurais para 0,66%[200]. A recente urbanização do estado do Pará, com consequências objetivas sobre o perfil do morador da cidade de Belém, é um dos diferenciais entre Belém e Porto Alegre, e tem claras consequências na diferença do padrão de associativismo urbano entre Belém e Porto Alegre. Esta diferença foi, em parte, minimizada pelo fato das duas capitais, a do sul e a do norte, terem sido governadas pelo Partido dos Trabalhadores no final do século XX. Em Belém, a primeira gestão do PT teve início em 1997, quase uma década após o início da gestão de Olívio Dutra em Porto Alegre (1989). Segundo Olinda Malato[201],

> Em 1997, Belém, capital do Pará, passou a ser governada por um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores – PT que conseguiu se reeleger no pleito seguinte. O ano de 97 demarca o início de experiências inovadoras, no que diz respeito à administração pública da cidade, assim como a ascensão de atores políticos e sociais que até então estiveram ausentes do poder decisório da cidade. (...) No processo do Orçamento Participativo deslanchado pela Prefeitura Municipal de Belém, em 1997, participaram cerca de 15 mil pessoas. Em 1998, esse número aumentou para 25 mil pessoas e, em 1999, ultrapassou a casa dos 50 mil. No ano de 2000, o OP conseguiu mobilizar cerca de 150 mil pessoas que somados com os participantes dos anos anteriores perfazem 240 mil pessoas no final do primeiro mandato (MALATO, 2006, p. 123).

Após duas gestões na prefeitura de Belém, o PT perdeu as eleições de 2004, mas saiu vitorioso, pela primeira vez, para o Governo do Estado do Pará em 2006, e sob o seu governo foi realizado o FSM de 2009. As gestões do PT, tanto na prefeitura, como no governo estadual, em um estado marcado por um revezamento de poder das elites fazendeiras e de

[200] IBGE, Censo Demográficos 1991 e 2000.
[201] Na tese de doutorado: Democratização e gestão pública na Amazônia: do Orçamento Participativo ao Congresso da Cidade no Município de Belém-PA (1997-2004). Rio de Janeiro, 2006.

grande disputa nacional e internacional pelas riquezas naturais[202] da região amazônica, deve-se, essencialmente, a um processo de resistência popular contra-hegemônica local. Esta resistência foi embasada essencialmente nas lutas por moradia, saneamento, regularização fundiária e reforma agrária, e amalgamadas com a consolidação de um consenso em torno de valores democráticos forjados, inicialmente contra a ditadura e no processo de democratização, que marcou as últimas décadas do século XX no Brasil.

Assim como nas primeiras edições do encontro, realizadas em um estado governado pelo PT, o FSM de Belém também ocorreu em um estado governado pelo PT e grande participação do Governo Federal presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A parceria entre SCL e governo, para viabilização do FSM, é uma marca latino-americana, e assim se deu nos encontros de 2001, 2002, 2003 e 2004 no Brasil, e em 2006 na Venezuela. Na Índia e no Quênia, a ausência desta possibilidade levou a dois caminhos distintos, o primeiro de total recusa a financiamento tanto governamental como das grandes agências e ONGs em Mumbai, realizando um FSM com a infra-estrutrura mínima necessária e com recursos mobilizados pelas organizações de massas e partidos principalmente. E por outro lado, recorrendo a cooperação internacional com agências e ONGs, como é o caso de Nairóbi. A diferença na fonte de financiamento do encontro gerou grande diferença no nível de popularização dos encontros.

Outra característica do FSM de Belém, que contrasta essencialmente com o de Mumbai, é o da abrangência e capilaridade de seu comitê organizador. Pode-se dizer que nenhum FSM se compara ao de Mumbai em termos de democratização de sua organização. Em Belém, foi criado um Grupo de Facilitação do FSM 2009[203], que fez todo o trabalho relacionado à organização do evento e articulação das estruturas envolvidas, como o Conselho Internacional, o Grupo de Enlace, as agências financiadoras e governos envolvidos.

O anúncio de que o FSM de 2009 iria para Belém foi tratado pelo governo do estado do Pará como o anúncio de que a cidade seria sede da Copa do Mundo ou das Olimpíadas, tamanha magnitude conferida ao evento, nove anos após seu início em Porto Alegre. O quarto

[202] Uma das grandes polêmicas no estado do Pará e que se refletiu no FSM é o papel da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo. Criada pelo presidente Getúlio Vargas em 1942, a CVRD foi criada para impulsionar a exploração de riquezas minerais do subsolo brasileiro, especialmente o ferro. A princípio sua atuação esteve concentrada nas jazidas de ferro de Minas Gerais, mas com o tempo passou a operar também na região amazônica, em especial nas jazidas de Carajás, no sul do Pará (CPDOC – FGV) – disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>. Em 1997 a CVRD foi privatizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso causando muito debate na sociedade brasileira e até hoje há propostas de reestatização da companhia. Privatizada a CVRD tornou-se uma das empresas mais lucrativas em nível mundial e responde a uma infinidade de processos na justiça brasileira, muitos deles relacionados à ilegalidade no tratamento ao meio ambiente na região amazônica

[203] Composição do Comitê em anexo.

encontro ocorrido no Brasil foi também o que recebeu mais recursos públicos[204] para sua realização e grande atenção foi dada às "obras" de infra-estrutura que a cidade recebeu para sediá-lo. O nível de mobilização e preparação pode ser comparado ao desprendido em 1992 no Estado do Rio de Janeiro para a preparção da ECO 92, especialmente no que tange ao aspecto da segurança pública. Nas palavras da governadora do Pará à época, Ana Julia Carepa, "o governo do Pará compreende que o FSM é uma organização da sociedade civil, e cabe ao governo contribuir com a infra-estrutura do evento"[205]. Os dados divulgados pelo governo do Pará é de que cerca de R$ 330 milhões foram investidos no "território" do FSM. Ocorre que o FSM ocorreu em uma das regiões mais pobres da cidade, com enormes demandas sociais e de infra-estrutura básica. Grande parte dos investimentos ficaram para obras executadas nos anos seguintes ao encontro[206]. Outro investimento que chamou a atenção foi o relacionado à segurança pública, inclusive com a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública Brasileira. Nos dias que antecederam o encontro, vários veículos da imprensa se voltaram a noticiar a "preparação" do FSM do ponto de vista da segurança[207].

A preocupação com os investimentos emergenciais nas áreas mais pobres de Guamá e Terra Firme e as medidas de segurança pública trouxeram para o FSM de Belém um debate que já havia surgido no FSM de Nairóbi com bastante intensidade. A da criminalização da população mais pobre que deseja participar do encontro. Durante os dias que antecederam o encontro, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) denunciou as medidas tomadas nos bairros do entorno da UFPA e UFRA, que sediou o encontro, como fechamento de bares e arenas esportivas e revistas sistemáticas da população, especialmente os jovens. A preocupação principal da entidade, e que chama a atenção nesta pesquisa, é de que as ações do poder público de contenção da população mais pobre prejudicavam a ação de algumas entidades que buscavam envolver essas comunidades nas atividades do FSM. Segundo a SDDH, as ações das forças de segurança produziram "efeito contrário em parte

[204] Belém foi o encontro do FSM que mais recebeu recursos públicos, mais de 100 milhões foram investidos, em 2005 (Porto Alegre) o aporte de recursos públicos foi de 10 milhões. Em termos de comparação, os custos divulgados de Mumbai haviam sido de 2 milhões de dólares e de Nairóbi, 3 milhões de dólares (fonte: conselho internacional do FSM).

[205] Fonte: Agencia Pará. Disponível em:
<http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias_new.asp?id_ver=36559>

[206] As obras previstas diretamente relacionadas ao FSM eram a construção de um terminal hidroviário, terminal de integração de ônibus urbano, duplicação da Avenida Perimetral (única que dava acesso ao local do FSM), construção de um centro de seleção de resíduos recicláveis, capacitação humana, biblioteca digital. As obras de benfeitorias aos bairros de Terra Firme e Guamá eram a construção de 2352 unidades habitacionais, a macrodrenagem do Tucunduba, construção do Parque Tecnológico do Guamá. Fonte: Agencia Pará. Disponível em: http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias_new.asp?id_ver=36629.

[207] Ver matéria: Força Nacional de Segurança começa a treinar com armas não-letais. Disponível em:
<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL961371-5598,00MILITARES+COMECAM+A+SER+TREINADOS+COM+ARMAS+NAO+LETAIS.html>

destas comunidades, afastando-as do FSM e confundindo moradores quanto ao real objetivo do Evento" (SDDH, 2009). Em carta assinada por moradores do Guamá a situação foi assim exposta:

> Enquanto outdoors na cidade desejam boas vindas aos visitantes do Fórum Social Mundial, as comunidades vizinhas são presenteadas do Fórum com repressão, discriminação, descaso e exclusão. Começa com o território do FSM nos campus universitários, onde só entram credenciados. Mas a exclusão e marginalização vão muito além: fechamento de arenas de futebol, proibição de festas, fechamento de bares e restaurantes depois das dez da noite, policiamento agressivo (ostensivo)... Criou-se um clima anti Fórum Social mundial, colocando a população da periferia como ameaça ao Fórum Social Mundial e as medidas anti-comunidade como necessárias para a realização do Fórum (CARTA DE MORADORES DO GUAMÁ, 2009).

A estas denúncias, juntou-se uma indignação por parte dos comerciantes da região por não poderem lucrar com o grande número de pessoas que circulava pela região e que inclusive ali se hospedou por conta do FSM. Além disso, várias obras de infra-estrutura não chegaram como o prometido e gerou mais revolta as obras na avenida de acesso ao campus universitário, e seu terminal de ônibus em detrimento de outras demandadas no interior dos bairros mais pobres. A situação revela um dilema do FSM e que está diretamente relacionado ao perfil do participante que atrai: jovem, universitário, com algum recurso para participação no FSM, e em outros eventos da SCG. Ocorre que assim como denunciado no FSM de Nairóbi, o evento acaba por excluir a participação dos principais interessados em uma nova ordem hegemônica mundial.

Apesar das semelhanças de gestão entre os governos, municipais e estaduais, do PT no Rio Grande do Sul e no Pará, aproximarem as duas experiências, ainda assim a realização do FSM em Belém apresentou tantos desafios quanto os enfrentados ao mudar para Mumbai e Nairóbi. Dentro do Brasil, também há grandes diferenças na formação histórica, cultural e social de suas regiões e que impactaram no encontro. Talvez uma das principais diferenças seja a formação do Brasil urbano do sul-sudeste, a força do sindicalismo a partir dos anos 80 no sul, e o padrão associativista de cidades como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte (AVRITZER, 2004) . No Pará e na região amazônica em geral, a presença das ONGs e da igreja católica supera a presença sindical e partidária verificada no sul do país. Neste sentido, as distâncias não são somente geográficas, mas culturais e históricas. Se em Porto Alegre, afluíram muitos participantes da América do Sul, como as vizinhas Argentina e Uruguai, em Belém a identidade se dá muito mais com os latino-americanos da região amazônica e

andinos, como Venezuela e Peru. Também por isso, a maior referência de FSM para os paraenses não estava em Porto Alegre, mas nos anteriores encontros do Fórum Social Pan-Amazônico.

O I Fórum Social Pan-Amazônico foi um dos primeiros senão o primeiro encontro regional do processo FSM. Sua primeira edição foi realizada em 2002 em Belém, e organizou a agenda e a militância pan-amazônica dos movimentos sociais da Amazônia e outros com afinidade temática. O primeiro encontro contou com aproximadamente 1000 participantes, vindos da Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia e Brasil, além de delegações da Itália, França, Catalunha, Palestina e Canadá[208]. Belém também sediou o segundo encontro em 2003. O terceiro (2004) e quarto (2005) encontros ocorreram, respectivamente, em Ciudad Guayana, na Venezuela e em Manaus, no Brasil. Em 2006, as organizações envolvidas não conseguiram realizar o V FSPA, que só voltou a ocorrer em 2009 em Santarém, no Pará, em 2010. Foi pelo antecedente de encontros do FSPA que ao apresentarem Belém ao Conselho Internacional para sediar o FSM de 2009, as organizações brasileiras proponentes não se referiram a Belém como uma cidade brasileira, mas antes como uma das possíveis sedes de um FSM na região amazônica. Belém já havia se firmado como uma referência nos debates ligados às mudanças climáticas, problema de recursos hídricos, necessidade de preservação da floresta, valorização da diversidade e das culturas dos povos nativos e uma série de transformações políticas ocorridas nesta região brasileira, amazônica e latino-americana. Segundo dados dos organizadores do FSPA, em 2008 e 2009, durante a preparação para as atividades do FSM em Belém, movimento pan-amazônico se fortaleceu e conseguiu realizar uma grande assembléia da Pan-Amazônia com 400 participantes de organizações e movimentos sociais da Guiana Francesa, Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia e Estados da Amazônia brasileira. No site do FSPA, ressalta-se que mesmo com as enormes demandas e problemas da região, "paradoxalmente, foi em países pan-amazônicos como a Venezuela, a Bolívia e o Equador, que a luta de resistência contra o neoliberalismo atingiu patamares mais avançados, culminando na eleição de presidentes comprometidos com o rechaço da política neoliberal e a construção de novas alternativas".

Outra característica importante da SCL de Belém, e que aproxima e que traz um elemento importante do FSM de Nairóbi, é a força da igreja na região. Assim como em outras partes do Brasil, o PT, também no Pará o PT surge impulsionado por movimentos sociais, sindical, intelectualidade ligada à esquerda e por setores progressistas da igreja católica.

[208] Histórico disponível em: < http://www.forumsocialpanamazonico.org/>.

Segundo a CNBB, desde sua fundação, em 1952, "os Bispos da Amazônia já se encontravam para discutir e diagnosticar a realidade desta região e buscar alternativas para ajudar o povo a viver com dignidade. Quando anunciaram que o Fórum Social Mundial seria aqui na Amazônia, avaliamos que era hora de levar ao mundo a voz da igreja presente na Amazônia"[209]. Durante o FSM, concentrados na Tenda Irmã Dorothy[210], vários temas foram apresentados pela igreja como propostas de ações em defesa da vida e promoção de valores cristãos na busca de "um outro mundo" possível "se nos comprometemos em construir juntos o mundo harmonioso, criado pelo amor misericordioso e terno de nosso Deus". A cultura cristã é muito forte em Belém. A principal festa anual da cidade é o Círio de Nazaré[211], que divide a agenda da cidade entre o antes e o depois do Círio. No entanto, não se compara o efeito e o impacto que a agenda cristã teve no FSM de Nairóbi e o que teve em Belém. A diversidade imposta pelo encontro de Belém colocou a agenda cristã como mais uma ao lado das demais. As únicas agendas que sobressaíram, como se vê a seguir foram a ambiental, a da crise econômica mundial e a da parceria movimentos e governos latino americanos.

Em relação aos Fóruns de Porto Alegre, Belém teve um público brasileiro mais diversificado, com mais participantes do Norte e do Nordeste do Brasil. A afluência dos jovens também foi um dos grandes destaques do FSM de Belém como registram os números da pesquisa do Ibase. E a presença de organizações sindicais, coordenadas pela Federação Sindical Mundial e pela Confederação Sindical Internacional, realçou o tema trabalho como nunca antes no processo FSM, (Leite, 2009). A mistura e intensa diversidade de públicos foi também uma marca deste fórum como havia sido a marca de Mumbai. Segundo Leite,

> O encontro com movimentos de povos indígenas da Amazônia, dos Andes e de todo o continente, de ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, foi, nesta escala e como diálogo político entre semelhantes, inédito para a esquerda brasileira e internacional e para seus atores "clássicos" (Leite, 2009).

Um exemplo curioso desta diversidade foi a dificuldade encontrada por três jornalistas do portal Carta Maior, Katarina Peixoto, João Manoel de Oliveira e Clarissa Pont, para cobrir a marcha de abertura do encontro. Ao não conseguirem sintetizar uma agenda do encontro, a

[209] Fonte: documento – CNBBn2 no Fórum Social Mundial, 2009.
[210] Dorothy Stang, conhecida como Irmã Dorothy, foi uma religiosa norte-americana que atuava em defesa da reforma agrária na Amazônia brasileira. Foi assassinada no estado do Pará, em 2005, a mando de fazendeiros da região.
[211] O Círio de Nazaré é uma manifestação religiosa Católica, em devoção a Nossa Senhora de Nazaré, considerada uma das maiores do mundo, que ocorre desde 1793 em Belém do Pará. Há estimativas de que a procissão reúne cerca de dois milhões de pessoas (Agência Brasil, 2010 – www.agenciabrasil.ebc.com.br).

partir das demandas apresentadas na marcha, os jornalistas listaram todas as frases enunciadas na marcha que eles puderam captar:

Aqui tem verde.

Lula, cadê a garantia do emprego?

Viva a Resistência do Povo Palestino.

Eu vim para trabalhar, não para morrer.

Un mondo diverso è possible.

PT contra a guerra.

Não às barragens de Belo Monte e do Xingu.

Vamos Amazonizar o mundo.

Regularização das terras quilombolas.

Trabalho escravo: vamos abolir de vez.

Sindicato pelo trabalho decente.

Abaixo a rede Globo.

Palestina Livre.

Samba, índios, samba.

Presença anglicana no Fórum.

Marcha da Maconha.

Trabalhadores não podem pagar pela crise.[212]

A manutenção da opção por uma total descentralização das atividades durante o encontro manteve viva a tensão entre o FSM como arena (espaço) e o FSM como sujeito político (movimento). O grande número de inscrição de atividades (mais de 2000) aliado a problemas organizativos de impressão do material e localização das salas, não muito diferente dos outros encontros, terminou por provocar grande dispersão e fragmentação, o que de fato ocorreu em Belém. A questão é que a grande diversidade de propósitos que o Fórum abriga, e é uma de suas principais marcas, acabou por colocar o encontro em xeque por se tratar de um momento de profunda crise mundial em que o mundo inteiro questionava por alternativas

[212] O restante das frases, são 78 no total, estão em anexo. Fonte: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15526>

claras e objetivas. A crise econômica mundial, em um contexto de crise multifacetada do sistema fez a diversidade do FSM parecer mais intensa e absurda. Entretanto, o teólogo da libertação e coordenador do Fórum Mundial das Alternativas, François Houtart, reconheceu, em entrevista a Estebán Velazquez publicada pela Agência Adital que, mesmo com a diversidade de temas e atividades, há um "avanço no amadurecimento de um pensamento e de uma análise coletiva (...) ainda que nem sempre seja perceptível". Alguns consensos vão se formando e se consolidando desde o início do processo FSM. Para Emir Sader, "um balanço do FSM de Belém não deve ser feito em função de si mesmo. Ele não nasceu como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de luta para a construção do *outro mundo possível*" (SADER, 2009)[213].

A diversidade nesta busca pelo "outro mundo possível" foi, portanto, mais uma vez a marca do FSM, desta vez em Belém. Aproximando-o do perfil de Mumbai. Por sua vez, a dificuldade na inclusão dos setores populares o aproximou de Nairóbi. Em suma, a construção do FSM, em parceria com o Governo Estadual do Pará e Federal do Brasil, a referência na agenda ambiental e nos prévios encontros pan-amazônicos, a centralidade dos debates sobre a crise econômica, o diferencial do contexto do Norte amazônico e o Sul urbano do Brasil, bem como a diferença no padrão associativo, foram as principais características impressas pela SCL no FSM de Belém.

5.4 Sociedade Civil Global – "modus operandi"

Mumbai*

Enquanto a SCL, como a do Quênia, se prepara para receber o FSM, por outra parte a SCG tem o seu papel na organização e produção do evento. Ela é o próprio acúmulo de uma série de inciativas já empreendidas pelos movimentos sociais mundo afora desde meados da década de 90 quando iniciaram as movimentações anti-globalização. A SCG tem feito ao longo dos anos o FSM de laboratório de experiências e o maior efeito é sentido no formato e na metodologia do encontro, de acordo com os debates internos entre "horizontalistas" e "movimentistas" como exposto no capítulo 3. Em Mumbai, portanto, mudanças importantes também se deram na metodologia do FSM. O evento conseguiu fugir em parte da dispersão que lhe é peculiar, uma vez que o comitê organizador indiano e o conselho internacional

[213] Grifo do autor.

* A Pesquisa Perfil do Participante do Ibase aplicada em Mumbai gerou muito menos dados dos que os produzidos em Nairóbi e Belém. Nesta seção analisa-se essencialmente como a Sociedade Civil Global materializada no FSM de Mumbai operou o encontro.

foram capazes de agrupar melhor, politicamente, as atividades. O local onde se deu o evento também foi fundamental por concentrar todas as atividades, evitando a dispersão e aumentando a sensação de vitalidade do FSM. O Fórum aconteceu em um grande complexo têxtil desativado, Nesco Ground, totalmente distinto do ambiente acadêmico e refrigerado da PUC-RS que abrigou grande parte das atividades dos Fóruns precedentes em Porto Alegre.

Os organizadores indianos conseguiram manter o caráter de Fórum-espaço e ao mesmo tempo organizar atividades direcionadas focando temas centrais como: globalização imperialista; patriarcado, gênero e sexualidade; militarismo e paz; racismo e sistema de castas: trabalho e discriminação baseada na descendência; fanatismo religioso e violência sectária. As temáticas cujas atividades foram as mais concorridas durante o encontro foram as relacionadas ao debate sobre dignidade, direitos humanos e sociais; democracia local e global; economia e discriminação. Para Wallerstein, é preciso estar atento à evolução das temáticas que ganham mais ênfase em cada encontro. Pois, este é também um termômetro do avanço da contra-hegemonia. Tudo indica, segundo o autor, que o FSM realmente tem feito diferença, através, por exemplo, do redirecionamento das políticas do governo brasileiro e indiano frente a OMC, e por uma agenda positiva de novas relações no eixo sul-sul.

O aspecto cultural do programa do Fórum também foi um diferencial perante os anteriores. Em Mumbai, a dimensão cultural não foi concebida como “entretenimento” ou “espetáculo”, e sim como forma de expressão eminentemente política. As atividades eram parte orgânica do Fórum e os participantes puderam entrar em contato direto com as diversas formas de expressão de inúmeros grupos sociais asiáticos, majoritariamente indianos, que preenchiam as “ruas” da cidade social mundial, em que se transformou o complexo têxtil que foi sede do evento.

Segundo um dos coordenadores do grupo de metodologia e temática do comitê organizador do Fórum, Amit Sen Gupta, algumas premissas balizaram o trabalho de formatação do evento. Primeiro, o formato não poderia romper com a estrutura do Fórum de Porto Alegre, garantindo a continuidade e respeitando as experiências coletivas adquiridas, ao mesmo tempo em que não poderia ser uma cópia do mesmo. Outra premissa foi tornar explícitas as várias dimensões da globalização imperialista e seu impacto sobre os povos, estimulando a realização de debates sobre como a globalização aprofunda o patriarcado, as guerras e militarizações, a exploração baseada em castas e raças, os conflitos religiosos e étnicos. Os responsáveis consideraram importante focar estas relações por entenderem que a tendência generalizada é enxergar e discutir a globalização majoritariamente em termos econômicos.

Os organizadores se preocuparam também em diminuir a prioridade das conferências e seminários organizados pelo comitê organizador - palco de estrelas antiglobalização como Naomi Klein, Noam Chomsky, Eduardo Galeano nas edições anteriores - e focar nas oficinas e atividades auto-organizadas pelos participantes do Fórum, para que pudesse ser considerado de fato um espaço-aberto e não um espaço em que as principais atividades são definidas pelos organizadores. Com a preocupação, no entanto, de não permitir que somente organizações com condições materiais de organizar as atividades, ONGs internacionais principalmente, ocupassem tal espaço, foi criado um sistema que buscou agregar organizações menores e com menos possibilidades materiais. Deste modo, das 48 maiores atividades do Fórum, 13 foram organizadas pelo comitê organizador e 35 foram auto-organizadas, tendo como preocupação dos promotores do processo a construção de certa coerência entre os eventos. O número inicial de inscrições de atividades recebidas pelos organizadores foi em torno de 2000, este número foi reduzido para 1100 e, mesmo assim, muitos temas tiveram atividades duplicadas por uma série de impedimentos para se agregarem, dentre eles, um dos centrais foi o problema da tradução.

A tradução se revelou como uma questão central na construção da contra-hegemonia através dos fóruns e especialmente do IV Fórum. É impossível chegar a consensos sem uma comunicação que promova reconhecimento e entendimento. No FSM de Mumbai, ela foi feita por uma rede de voluntários, indiana para os idiomas locais, internacional para as demais línguas: espanhol, francês, coreano, japonês, tailandês, malaio e indonésio (bahasa). Esta rede de voluntários é denominada Babels[214], e foi formada no I Fórum Social Europeu. Seu trabalho tem se demonstrado fundamental ao possibilitar o estabelecimento da comunicação, sem que os organizadores dos eventos globais se tornem reféns das grandes empresas de serviços de intérpretes.

No entanto, as dificuldades a serem vencidas na área da tradução[215] ainda são enormes. Principalmente porque o equipamento técnico utilizado a partir de Mumbai nos Fóruns é também um experimento, por enquanto. Foi testado e vem sendo aprimorado, desde o IV FSM, um programa de computador baseado em software livre, o Nômade, que permite a digitalização imediata de todas as falas, do palestrante e das traduções simultâneas, e realizar

[214] A Babels é uma rede internacional de tradutores e interpretes voluntários cujo objetivo específico é cobrir as necessidades de tradução do Fórum Social Mundial (http://www.babels.org/).

[215] No seu livro FSM: Manual de Uso, Boaventura de Sousa Santos (2005) expõe sua proposta, de "tradução intercultural". Para Santos, a tradução intercultural é necessária para criar inteligibilidade sem destruir a autonomia dos movimentos, suas linguagens próprias e conceitos, observando o que os divide e o que os une, para tentar organizar ações coletivas. Muitas vezes o que separa os movimentos não são questões de conteúdo, mas antes de linguagem, de diferentes tradições históricas e culturais de luta. Seguindo esta proposta em 2003, no âmbito do FSM foi criada a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (www.universidadepopular.org).

ao mesmo tempo a transmissão de voz, o arquivamento e classificação dos debates, a coordenação da tradução e a transmissão pela internet de arquivos de som e vídeo.

O ideal dos criadores é possibilitar que, no futuro, as atividades do Fórum sejam acompanhadas por pessoas de qualquer parte do mundo em sua língua (desde que adotadas na tradução simultânea), diminuindo as barreiras impostas à participação política globalizada (LEITE, 2004). Mas a questão da tradução, ainda assim, constituiu uma barreira importante para o maior êxito do FSM de Mumbai. Segundo o jornalista e membro do movimento indiano pelo desarmamento nuclear, Praful Bidwai, não houve interação suficiente entre os mais de 15 mil Dalits presentes no Fórum e os delegados estrangeiros. Os membros da comissão de metodologia também reconheceram que a tradução foi um complicador e que o sistema alternativo utilizado, bem mais barato que o convencional, não funcionou adequadamente, principalmente no primeiro dia, seja pela precária infra-estrutura do evento, ou por falta de informações dos participantes de como utilizar os equipamentos. Isso fez com que muitos participantes não pudessem integrar as atividades nas quais tinham interesse.

Outro diferencial do Fórum de Mumbai é o fato de ter sido confrontado com alguns eventos paralelos organizados como uma espécie de concorrência à esquerda do FSM. O comitê organizador indiano foi hábil em tratá-los como iniciativas complementares, mas os encontros não deixaram de ser um contra-ponto ao “main-stream” do FSM. O mais significativo foi o Mumbai Resistence 2004, convocado principalmente por partidos maoístas e frentes de massas por eles influênciados. Os principais questionamentos, frente ao “Fórum oficial”, foram o fato de este ser um espaço por demais “aberto”, não tirar resoluções, não defender explicitamente o socialismo e não reconhecer a luta armada como instrumento resistência e luta por transformação social. Na linha oposta, ocorreu o II People’s Encounter, que não aceitava o fato do “Fórum oficial” estar trabalhando com organizações de massas identificadas com partidos políticos. Ambos os encontros também eram críticos aos vínculos financeiros internacionais do FSM, por considerar que agências financiadoras condicionam a agenda política (LEITE, 2004; WALLERSTEIN, 2004; VANAIK, 2004). Apesar de acontecer literalmente em frente ao “Fórum oficial”, do outro lado da avenida, o Mumbai Resistence teve uma repercussão limitada e acabou sendo identificado como o espaço da extrema esquerda (CHAUDHRY, 2004).

Mumbai representou um importante ponto de inflexão na história do FSM. Primeiro, por ter sido a primeira experiência fora do Brasil, após três anos de encontros exitosos sob o aspecto da capacidade de mobilização e de projeção mundial de uma agenda contra-hegemônica. Apesar de ter sido conduzido por muitas organizações e pessoas que não haviam

estado em Porto Alegre e ter tido a participação majoritária de indianos, que nunca haviam saído do seu país, a "fórmula" funcionou, provando a capacidade de mundialização do FSM e a existência de uma identidade entre os povos do sul global, não importa quão longe física e culturalmente eles estejam.

Mumbai também se diferenciou em alguns outros aspectos importantes, foi capaz de ao, mesmo tempo, ser mais inclusivo e oferecer maior oportunidade para as atividades auto-gestionadas, e manter certo equilíbrio entre os temas e o destaque às questões centrais da conjuntura. Rompeu com a lógica da infra-estrutura cara e o formato ocidentalizado de conferências e seminários verticalizados e frios. Ofereceu em um espaço montado com bambu e tecido a oportunidade do encontro na diversidade, das múltiplas vozes e as múltiplas expressões. Rompeu com os mega-financiamentos garantidos pelas agências e grandes ONGs do Norte, sem os quais parecia impossível fazer um FSM, ao mesmo tempo em que não usou grandes volumes de recursos governamentais.

Por outro lado, o segundo eixo que mais recebeu inscrições foi *Democracia local e global* atendendo a uma demanda democratizante no nível local e global expresso na própria existência do FSM, e no tratamento de temas que lhe são caros como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, ou o planejamento descentralizado de Kerala, portanto Mumbai deu vazão a esta agenda latente da SCG e a outras como a questão da militarização e da guerra no Iraque que se instalara em 2003.

Para a SCG, Mumbai foi a prova de que fórmula FSM funciona em outras partes do mundo que não somente o Brasil, que é possível fazê-lo mais popular, que é possível ter um Comitê Organizador mais abrangente, que é possível ser mais diverso, mais inclusivo e tratar questões fundamentais do país sede ao mesmo tempo em que se trata das questões mundiais. Mumbai fez com que as lutas dos *dalits* na Índia fossem incorporadas pela SCG.

Nairóbi

Já foi exposto neste trabalho que segundo os dados da pesquisa do Ibase sobre o perfil de participantes do FSM, em Nairóbi, assim como em Mumbai, grande parte dos que foram ao encontro eram jovens, sendo 61% na faixa entre 14 e 34 anos e com escolaridade alta, mais de 62% tinham na época o superior completo ou incompleto. Este dado reforça uma tendência do encontro de mobilizar pessoas mais jovens e com escolaridade alta. São pessoas que de alguma forma estão ativas em seus países nos movimentos sociais ou em alguma outra forma de organização no interior da sociedade civil, estão bem informadas sobre diversos aspectos

da globalização e familiarizadas com as novas tecnologias de comunicação que são o principal meio de contato e mobilização prévios a encontros como o FSM. Este dado ainda reforça uma perspectiva de que existe algum nível, mesmo que ainda precário, de interações de uma SCG pautada em uma agenda contra-hegemônica e que culmina fisicamente em encontros como o FSM[216]. Na pesquisa do Ibase, os participantes foram questionados sobre suas atividades na "sociedade civil internacional" nos últimos seis anos. O FSM foi citado como a principal atividade da sociedade civil da qual tinham participado quenianos, africanos e participantes de outros países nos últimos seis anos. Seguido de "campanhas globais pela educação" (46,1%) para quenianos, "fóruns nacionais ou regionais" (54,0%) para africanos não quenianos e "mobilizações pela paz e contra a guerra" (57,0%) para os participantes de outros países.

Quando perguntados sobre a motivação para participação de tais atividades da sociedade civil, o mais citado por africanos não quenianos (40,8%) e participantes de outros países não africanos (41,5%) foi o de "construir redes internacionais em prol da sociedade civil". Já para os quenianos, os três motivos principais eram: "intercâmbio de experiências com outros participantes" (32,3%), "construir redes internacionais em prol da sociedade civil" (32,3%) e "atrair a atenção da mídia e divulgar informações" (32,2%). Estes dados apontam para a preocupação dos participantes com a sua atuação internacional no intervalo entre os FSM e a consolidação de uma concepção de sociedade civil global constituída de redes internacionais e campanhas. O FSM tem sido o local de excelência para a articulação e consolidação destas redes. Muitas nasceram no seu interior. Cada encontro do FSM constitui uma oportunidade de ampliação e verificação da solidez das redes. Em Nairóbi, por exemplo, a Via Campesina internacional, que é uma rede que congrega organizações ligadas à luta pela terra, realizou um seminário internacional sobre soberania alimentar, reunindo pares africanos que muitas redes ainda não conseguiram alcançar. Outras, como a Marcha Mundial de Mulheres aproveitaram para estreitar laços com organizações africanas e projetarem metas de consolidação de sua interface africana. Já as ligadas à igreja, como a Cáritas Internacional,

[216] Esta interação é possível especialmente através do desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Segundo Cohen, "é no espaço das novas tecnologias de comunicação que veio à tona, ou está sendo construído, um novo personagem: a *opinião pública mundial*. Ao descrever os protestos de 15 de fevereiro de 2003 contra a guerra no Iraque, um repórter do *The New York Times* afirmou que há duas superpotências no século XXI: os Estados Unidos e a Opinião Pública Mundial. Escrita como pilhéria, a frase contém um grão de verdade; de fato, a mais importante transformação da esfera pública ocorrida neste século é a substituição do nacional pelo internacional e agora pela *opinião pública "mundial"*, viabilizada pelos novos meios de comunicação já mencionados e evocada nos discursos tanto dos ativistas quanto das elites políticas (COHEN, 2003, p. 438). Grifos do autor.

demonstraram sua força na África, congregando representações em praticamente todos os países africanos presentes no encontro.

No quesito "inovação metodológica" em Nairóbi, foi experimentada uma fórmula, que foi adaptada para o FSM de Belém 2009 como ser verá a seguir, e foi adotada no processo preparatório para o FSM de Dacar 2011. Esta inovação tem a ver com o encerramento do FSM. Historicamente, um dos maiores problemas do fórum é a sua "clausura". Para 2007, estava prevista uma dinâmica diferente das anteriores[217]. Segundo decisão do Conselho Internacional de Parma, 2006[218], o quarto e último dia seriam destinados ao usufruto das organizações e movimentos sociais para consolidar grandes convergências de ação. A questão é que o Comitê Organizador acabou por determinar que 21 assembléias diferentes ocorressem simultaneamente, gerando fragmentação e confusão entre os participantes. Já outros afirmaram que o fato das assembléias serem organizadas nas dependências de um mesmo edifício, no caso o estádio do complexo esportivo que foi sede da maioria das atividades do FSM de Nairóbi, ajudou muito na participação e nos contatos entre os movimentos e que foi importante dividir os encontros tematicamente. Para Chico Whitaker, um dos entusiastas e idealizadores das novas metodologias empregadas em cada Fórum, o "4º. Dia" foi um enorme avanço metodológico ocorrido em Nairóbi, e deu concretude a um dos mais importantes princípios da CP do Fórum: *o de estimular a ação de seus participantes após o encontro*. Para ele, isto foi possível ao se destinar o último dia de trabalho *a encontros de programação de cada organização ou redes de organizações e de socialização de suas decisões em mini-Fóruns temáticos*[219].

Curiosamente, assinalou uma das representantes do Fórum Social Américas, nenhum dos espaços foi destinado à Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais, que acabou se reunindo neste mesmo dia, posteriormente às 21 assembléias, com aproximadamente 2000 pessoas e concretizando uma carta e um plano de ação[220]. Nas edições mundiais anteriores, como as de Mumbai 2004, Porto Alegre 2004, Caracas e Bamako 2006, a declaração da Assembléia havia gerado muito desconforto e reação por parte de alguns membros do

[217] O encerramento do FSM sempre foi alvo de polêmicas. O fechamento de um encontro que não aprova nenhuma carta ou declaração é sempre complexo, pois qualquer ato ou palavra que indicassem alguma "conclusão" era alvo de críticas. Por isso a maioria dos encontros terminaram com leitura de textos por alguma personalidade minimamente consensual como Luis Fernando Veríssimo em 2001 ou Saramago em 2002. Nós anos seguintes o FSM terminou com marchas dos movimentos como em 2003, shows artísticos como em 2004 ou apresentação de 365 propostas como em 2005. Desde 2007, o que se tem tentado fazer é constituir uma espécie de assembléia das assembléias com a leitura de propostas das diversas assembléias de convergências.
[218] Ata da reunião disponível em: www.forumsocialmundial.org.br
[219] Avaliação de Whitakher sobre o "quarto dia" e as assembléias temáticas do FSM de Nairóbi: <http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=379>
[220] O nome dado à Carta da AMS foi *Lutas africanas, lutas globais* http://alainet.org/active/15347

Conselho Internacional, principalmente ao perceberem que a imprensa estava divulgando o conteúdo da carta como uma resolução do FSM. A novidade no formato impactou na Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais de Belém em 2009, e foi um dos pontos de debate da última reunião do Conselho Internacional (Dacar, novembro, 2010), apresentado especialmente por organizadores da Assembléia que não querem vê-la inviabilizada pela nova metodologia.

Há uma percepção no interior da SCG de que, se levando em conta todos os problemas operacionais e políticos, o Fórum de Nairóbi foi um passo importante na história do FSM. Ajudou a integrar mais a África ao movimento global e também fez com que não africanos obtivessem um melhor entendimento da situação africana. Ajudou a revelar que a África não é um continente esquecido ou marginalizado, mas ao contrário, bastante integrado ao processo da globalização, configurando a periferia do capitalismo global. Foi uma oportunidade de se confrontar com a profunda miséria e o sofrimento dos africanos, mas também com a sua capacidade extraordinária de sobrevivência, sua hospitalidade e sua alegria, apesar da dureza das condições a que estão submetidos. Muitos ficaram impressionados com a importância da religião nas suas manifestações culturais e nas concepções políticas e sociais no Quênia (HOUTART, 2007).

Segundo Whitaker,

> Em Nairóbi, em 2007, tornou-se possível começar a superar a separação entre povos, entre nações e mesmo entre etnias em todo o continente africano, ditadas pelo colonizador. Este atuou durante séculos de forma sistemática para provocar divisões, criando fronteiras nacionais artificiais, provocando ou exacerbando ódios entre irmãos. Ora, o Fórum de 2007 reuniu, pela primeira vez na história da África, organizações da sociedade civil de todos os seus países. Com isto permitiu que se desse um primeiro passo, que foi na verdade gigantesco, da dimensão do continente, para a construção da união entre seus povos, abrindo perspectivas e condições inteiramente novas para a superação de seus problemas (Chico Whitaker, 2007).

Ainda assim, pelo menos dois aspectos críticos podem ser levantados com relação ao Fórum de Nairóbi (HOUTART, 2007). O primeiro diz respeito à falta de clareza quanto aos objetivos do FSM. Passados sete anos de existência e olhando para seus objetivos iniciais de lutar contra o neoliberalismo, contra a hegemonia do capital e buscar por alternativas, não esteve evidente que os participantes da edição de 2007 estavam mesmo conectados a estas concepções. Um segundo fator foi o fato de organizações poderosas, olhando sob o aspecto financeiro, ocuparam um espaço maior, ou seja, tiveram mais e maiores atividades do que

outras com menos recursos. O problema suscitado por esta situação foi que a "lei do mercado" contaminou a plena liberdade de expressão, elemento central para a realização dos fóruns. De modo mais específico, segundo Houtart, foi notório que a fragilidade dos movimentos sociais e populares do Quênia acabou por acentuar a comercialização do FSM. Houtart também compartilha da opinião de que o fato dos trabalhadores, da tradução, por exemplo, estarem vinculados a empresas que nem sempre pagavam pelos serviços, as altas taxas de inscrição para os quenianos e o preço da alimentação foram obstáculos à participação da população mais pobre.

Nairóbi foi o evento que provocou a maior crise existencial que o FSM já viveu, simbolizado no debate entre dois de seus mais destacados idealizadores, Chico Whitaker e Walden Bello, que lançou a questão se o FSM já havia cumprido sua função histórica[221]. Foi a primeira experiência mundial do FSM na África, o único similar havia sido Bamako em 2006, mas em caráter policêntrico. Sua ocorrência foi mais uma prova da capacidade de mundialização do FSM, assim como se deu em Mumbai, no entanto colocou em xeque a identidade programática da contra-hegemonia mundial. O fato de um terço dos participantes apoiarem a globalização em curso, a imposição de uma agenda conservadora da igreja cristã e a dificuldade de participação da população local colocaram o caráter contra-hegemônico do FSM em crise.

Belém

O Fórum de Belém em 2009 desmistificou a crise de perspectiva do FSM iniciada após o FSM de Nairóbi, em 2007. A síndrome de vítima de seu próprio sucesso rondou sua preparação. A crise econômica mundial de 2008 o colocou na berlinda. Mais uma vez, a contradição entre "horizontalistas" e "movimentistas" ficou clara em um FSM sediado no Brasil. Ao retornar à "casa", tudo parece ficar mais intenso quando se trata da avaliação do encontro. Em Belém, se iniciaram os debates sobre o FSM "10 anos depois". Quais os

[221] Em 2007 o professor de sociologia da Universidade das Filipinas Diliman e diretor executivo de uma das organizações mais atuantes no FSM, a Focus on the Global South, escreveu o artigo *The Forum at the Crossroads* (O Fórum na Encruzilhada) questionando se o modelo FSM não estaria esgotado e que talvez fosse o momento de dar passagem a novas formas de organização dos movimentos que se reúnem no encontro. Como resposta a este artigo, Chico Whitaker, um dos fundadores do FSM escreveu *Crosswords do not always close roads (Reflection in continuity to Walden Bello)* – Encruzilhadas nem sempre fecham caminhos – Reflexão em continuidade a Walden Bello. A polêmica entre Bello e Withaker disparou um intenso debate sobre a validade e o futuro do FSM e a produção de mais de uma centena de artigos ao longo do ano de 2007 por intelectuais e ativistas de vários movimentos fez com que o Conselho Internacional do FSM organizasse em 2008 um Seminário de Estratégia do FSM na cidade de Abuja, na Nigéria. Os textos de Bello e Withaker estão disponíveis em: www.forumsocialmundial.org.br

resultados, os avanços, os aprendizados, os desafios de um evento que surgiu no primeiro ano do século XXI como prenúncio do novo, da contra-hegemonia global?[222]. Em Belém, o encontro mostrou seu poder de convocatória, apresentou uma nova agenda civilizatória e inaugurou um diálogo inédito entre movimentos e chefes de Estado.

O FSM provou mais uma vez, agora em Belém, uma de suas características centrais, a constante alteração de público à medida que se desloca geograficamente. Este é um dos maiores desafios dos estudiosos que o analisam, explicar seu potencial de convocatória, o porquê do deslocamento exitoso, da identidade que provoca com as comunidades do sul global. Ao mesmo tempo, é uma das maiores provas de sua viabilidade e a necessidade histórica que o ronda. O que existiria no lugar do FSM atualmente? Quão diferente seria a primeira década do século XXI sem a sua existência? Em Belém, 76% dos participantes estavam em um FSM pela primeira vez. Apenas 12% estavam pela segunda vez, e 5% pela terceira. Estes participantes não estavam, necessariamente, a par de suas polêmicas internas e crises existenciais, mas se identificou com as possibilidades que ele oferecia. Os dados a seguir revelam como, ao não ser vítima da polarização das opiniões dos rumos que deveria adotar, o FSM e o seu sentido de existência, a maioria dos participantes se divide ao qualificar o que o encontro oferece. Perguntados sobre o que o FSM tem de mais importante, as opiniões se dividem e não há nenhuma que mobilize as opiniões majoritárias, 19% consideram que é “oferecer espaço para trocas culturais” e também 19% acham que é “propor políticas públicas”. Em seguida, vêm os que acham que o mais importante é “construir articulações internacionais”, com 16%, e “exercer pressão sobre governos e organismos internacionais”, com 13%.

Muitos dos participantes não estiveram apenas pela primeira vez em um FSM, mas em uma atividade política minimamente organizada. Quando perguntados quanto ao pertencimento a organizações, em um questionário com possibilidade de respostas múltiplas, 30% dos participantes em Belém responderam não pertencer a nenhuma, entre os brasileiros este percentual subiu para 33%. Em seguida, veio o pertencimento a movimentos sociais com 27%, e ONGs com 17%. O pertencimento a grupo religioso veio em terceiro lugar com 12%. O pertencimento a partidos políticos ficou na casa dos 8%, tanto para participantes em geral, como brasileiros especificamente. Quanto à sua identificação a algum movimento ou luta, a maioria se disse identificada com a luta ambientalista, 21%, seguida das lutas por direitos

[222] Talvez por isso mesmo tenha sido um dos FSM com maior cobertura midiática da história dos eventos. Foram credenciados 800 jornais de 30 países, 4500 jornalistas e profissionais de comunicação ou mídia livre, destes 2500 trabalharam de Belém e 2000 à distância.

humanos 16%. Cerca de 20% não se identificou com uma luta específica, indicando que o FSM pode ter sido o primeiro contato de vários participantes com a diversidade de lutas e movimentos presentes no interior da sociedade civil. Estes dados revelam que a participação no FSM não é orgânica, mas ideológica, as pessoas participam pelas ideias que ele representa e com as quais se identificam.

Um dado interessante é quanto à posição destes participantes frente à globalização. Enquanto em Nairóbi mais de um terço dos participantes do FSM disseram apoiar a globalização, em Belém, este índice caiu para 7%. Por sua vez, 54% disseram achar que deve haver uma mudança radical frente ao atual processo de globalização, e 34% acharam que devem ser criadas formas de melhorá-la. Este é um importante parâmetro de comparação que aponta os limites de Nairóbi como propulsor da globalização contra-hegemônica, conforme exposto anteriormente neste capítulo. Outro dado que mostra uma profunda diferença entre Nairóbi e Belém é o que diz respeito à opinião dos participantes quanto a temas polêmicos. Recorde-se que em Nairóbi 75% dos participantes disseram discordar da "união civil de pessoas do mesmo sexo", em Belém 65% se disseram a favor.

Em Nairóbi, mais de 70% eram contrários ao "aborto", em Belém, este percentual cai para 44%. De todo modo, a pesquisa mostra que o tema aborto é bastante polêmico também no Brasil[223], pois 45% dos participantes disseram ser contrários à legalização do aborto. Uma proporção relativamente baixa e que surpreende pelo nível de religiosidade da população e influência da Igreja Católica na região. Este dado indica um diferencial no modus operandi da igreja cristã no meio político e social do Brasil, com menor determinação das agendas do que em Nairóbi. Diferentemente de Nairóbi, o tema que mais concentrou as opiniões contrárias foi com relação à privatização da água, com 92% se posicionado contrariamente. Todos os temas relacionados ao meio ambiente e ao aquecimento global tiveram mais destaque e poder de mobilização em Belém do que em qualquer outro encontro do FSM.

O FSM 2009 começou exatamente uma semana após a posse de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos. As duas posses de Bush na presidência norte-americana também coincidiram com os Fóruns de 2001 (Porto Alegre) e 2005 (Porto Alegre), e é digna de nota a diferença do impacto gerado pelas posses de Bush, especialmente a de 2005, na dinâmica interna e na projeção de agendas do Fórum, e o misto de esperança e desconfiança com a posse do primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos. Para alguns organizadores do FSM, como Oded Grajew, do movimento Nossa São Paulo, e Cândido

[223] Vide as eleições presidenciais brasileiras de 2010.

Grzybowski, do Ibase, a eleição de Barack Obama e o colapso financeiro de 2008 aproximaram o contexto internacional de assuntos que sempre estiveram no foco do FSM. Segundo Cândido, "A crise nos deu razão, mas criou uma urgência. Ela nos impõe uma agenda" (GRZYBOWSKI, 2009).

Se as edições gaúchas projetaram a temática da democratização do espaço público e do Estado, com sua tradição associativa urbana e iniciativas como o Orçamento Participativo, a edição paraense-amazônica projetou a agenda do "buen vivir" e a mudança nas relações entre Estado e movimentos sociais, com o encontro dos presidentes da América Latina com a sociedade civil reunida em Belém. Em 2007, quando se decidiu pela realização de um Fórum Social Mundial na Região Amazônica[224], esperava-se que a temática privilegiada do encontro fosse a situação dos povos indígenas da região e, principalmente, a crise ambiental e climática a que a humanidade está hoje submetida. No entanto, pelo fato do capitalismo ser dinâmico e sistêmico e sobreviver através de crises aparentemente descoladas, o colapso climático e a situação dos povos indígenas apresentaram-se, em Belém, como algumas das facetas de uma crise mais abrangente. Uma confluência de crises, sintomáticas da crise do capitalismo e da crise de hegemonia estadunidense, deu a tônica do FSM 2009.

Neste sentido, o FSM de 2009, apesar de ser na Amazônia, não teve somente a cara de um fórum em defesa do meio ambiente e do equilíbrio climático. O encontro foi profundamente impactado pela crise econômica instalada nos países centrais do capitalismo, em especial os EUA, no segundo semestre de 2008. O modelo de desenvolvimento capitalista e consumista esteve nos centros do debate, com destaque às crises econômica, ambiental, energética, alimentar e migratória. A junção das crises em uma crise sistêmica e multifacetada do capitalismo mundial, expressa pela crise econômica e a crise do aquecimento global, levou

[224] O Fórum de Nairóbi não foi o mais criticado apenas pela imprensa nos dias posteriores ao evento, seus integrantes e organizadores também partilharam de um período de exercício de críticas nos meses que sucederam o encontro de janeiro de 2007. Este período de exercício das críticas e auto-críticas coincidiu com o momento em que se definiu pela sede do encontro de 2009. O Brasil foi mais uma vez o país escolhido para recolocar o FSM na cena mundial. Como se depois de cada experiência em outras partes do mundo, o Fórum precisasse voltar pra "casa", para se recompor. Desta vez, no entanto, o norte do Brasil, mais precisamente a cidade de Belém na Amazônia, foi escolhido para revitalizar e dar novo significado ao Fórum Social Mundial. A princípio a proposta era para se realizar um FSM na Amazônia, como se fosse um território autônomo, mas logo ficou claro o propósito do antigo secretariado internacional de fazer o FSM retornar ao Brasil. Logo após o FSM de Nairóbi, em uma reunião do Conselho Internacional ocorrida nos dias 26 e 27 de janeiro de 2007, no próprio Estádio Kasarani que abrigou o encontro de 2007, começaram as discussões sobre a sede do fórum de 2009. Várias sugestões foram colocadas na mesa, entre elas duas cidades brasileiras: Salvador e Curitiba, outros sugeriram alguma cidade mexicana próxima à fronteira com os EUA para reunir um grande número de pessoas do México, da América do Norte e Central, região que ainda não abrigou um FSM. Outros ainda indicaram a Tailândia ou a Coréia do Sul, o que enraizaria o processo na Ásia Oriental. Muitos também pediram que o fórum se realizasse outra vez no continente africano, uma vez que a maioria dos integrantes do CI estava de acordo com a necessidade de fortalecer mais o processo contra-hegemônico na África.

Belém às formulações em torno de mudanças sistêmicas e civilizatórias. Pela primeira vez, ficou mais clara a assertiva de que os povos do sul não pretendem apenas se desenvolver aos moldes dos países do norte, mas essencialmente "viver bem".

Foi neste contexto que emergiu com força, em Belém 2009, a agenda do "buen vivir" que é a expressão utilizada pelos movimentos indígenas da Bolívia, do Peru e do Equador para a confrontação com o atual modelo de civilização, baseado no industrialismo, no produtivismo e no consumismo (LEITE, 2009). No bojo deste debate, está, também, a defesa de direitos coletivos e de Estados pluri-nacionais, que atendam às demandas de povos que não se reconhecem no Estado nação em que geograficamente se encontram. O conceito de "buen vivir" deriva de uma concepção indígena da vida centrada na "pacha mama" ou na "mãe terra", que alguns chamam de pachamamismo. Esta filosofia que alguns grupos indígenas reivindicam como uma verdade ancestral, e que precisa ser recolocada ao se pensar em novos termos de organização da vida humana na terra, aponta para uma nova agenda civilizatória, mas cria um impasse para a construção de consenso no interior do campo contra-hegemônico global. Ocorre que para alguns, o pachamamismo parece incapaz de apresentar alternativas concretas à construção de um novo Estado, um novo modelo de desenvolvimento, de um modelo produtivo viável, ou de novas formas de democracia e participação popular (STEFANONI, 2010). Tudo isso em um mundo em que não se conhece nenhuma nova estrutura que garanta direitos, senão os Estados (SANTOS, 2009).

Este Estado, essencialmente garantidor de direitos, tem sido alvo de transformações na mesma América Latina que clama pelo "bem viver". Isto ficou claro com o primeiro encontro de grande magnitude entre governos e sociedade civil no FSM. Outros encontros semelhantes já haviam ocorrido nos Fóruns anteriores de Porto Alegre, com a presença de Lula e Chávez, mas nenhum organizado nos moldes do encontro de 2009 e nunca com a presença de cinco chefes de Estado. Pela primeira vez[225], cinco presidentes se reuniram dentro do FSM para debater com os movimentos sociais uma agenda progressista de enfrentamento da crise econômica internacional, e de promoção da integração regional na América Latina. Hugo Chavez, da Venezuela, Fernando Lugo, do Paraguai, Evo Morales, da Bolívia e Rafael Correa, do Equador, foram recebidos pelo presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva em Belém, durante um ato promovido por algumas ONGs (IBASE, IPF, ABONG), movimento sindical (CUT, CTB) e movimentos sociais (MST, UNE) com centro em uma agenda de "mudanças" que simboliza a nova fase da luta dos povos latinoamericanos. Em seu discurso,

[225] Lula, Evo e Lugo já havim estado como ativistas em outros encontros do FSM.

o presidente Lula sintetizou as mudanças ocorridas na América do Sul no último período, e que influênciaram no processo de constituição do campo contra-hegemônico global a partir do Sul:

> Queria começar dizendo para vocês que guardem esta fotografia, porque hoje a gente pode até reclamar dos presidentes que nós temos, mas a verdade é que até pouco tempo, na América Latina, aqueles que ousavam discordar do presidente, eram perseguidos e mortos. O que nós conquistamos hoje é, na verdade, o resultado da morte de muita gente, de muitos jovens que resolveram pegar em armas para derrubar os regimes do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Brasil e de quase todos os países. E nós estamos fazendo parte daquilo que eles sonhavam fazer (...). O que essa gente não percebeu é que hoje o povo mais humilde da América Latina, os índios da Bolívia, os índios do Equador, os índios brasileiros, os trabalhadores da Venezuela, do Paraguai, as pessoas aprenderam a não ter mais intermediários para escolher os seus dirigentes. As pessoas votam diretamente e escolhem os seus governantes [226]

O debate com os presidentes sulamericanos, política e simbolicamente, foi o mais contundente contraponto ao Fórum de Davos que o processo FSM já realizou até agora. O período anterior a Belém, como já exposto aqui, foi de muito debate e reflexão em torno de uma crise de perspectiva do processo FSM. Esta crise foi superada no curso do desenvolvimento de um novo estágio de organização da luta política e social em termos internacionais:

> os movimentos sociais que souberam rearticular de maneira criativa suas relações com a esfera política (...) e disputar a criação de novos governos e a construção de projetos hegemônicos alternativos, avançaram significativamente na criação do "outro mundo possível". Enquanto que os que seguiram refugiados na chamada "autonomia dos movimentos sociais" – como os casos dos piqueteiros argentinos [227] ou dos zapatistas[228] – perderam peso ou até mesmo tenderam a desaparecer politicamente (SADER, 2009).

O FSM tem sido um espaço para elaboração de políticas e de métodos de enfrentamento da globalização hegemônica que aos poucos vão sendo testadas na prática. A

---

[226] Discurso de Lula no encontro entre presidentes latino-americanos e participantes do Fórum Social Mundial. Belém, 2009. Gravação do discurso disponível no Blog do Planalto: http://blog.planalto.gov.br.

[227] No auge da crise econômica argentina, no final da década de 90, ganharam destaque as manifestações organizadas por trabalhadores desempregados e outros movimentos sociais. Chamados de piqueteiros, lideraram uma ação que contribuiu com a queda do governo de Fernando de la Rúa.

[228] O movimento dos zapatistas ou o zapatismo teve grande influência no início da movimentação internacional anti-globalização dos anos 90. Segundo a pesquisadora mexicana da UNAM (Universidad Nacional Autônoma de México) "com o grito <Somos produto de 500 anos de lutas (...) somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade...> os zapatistas iniciaram em 1º. de janeiro de 1994 sua grande marcha da escravidão à liberdade identificando-se com os heróis que lutaramo, durante todos estes anos, contra os poderes estrangeiros saqueadores da pátria e contra os governantes <traidores> e <vendepatrias>". Para a autora a insubordinação zapatista colocou em relevo a universalidade dos sistemas de exploração e dominação, mas também a universalidade da proletarização e da resistência (CECEÑA, 2004, p. 301-305)

América Latina tem sido um importante laboratório destas novas experiências, a conjunção entre movimentos sociais e populares e governos antineoliberais na região deu novas perspectivas para vários países e influenciou significativamente no balanço internacional de forças. Muitas das recentes iniciativas de integração sul-sul de conteúdo e prática contra-hegemônica, como a criação e fortalecimento do G-20, blocos como IBAS e BRICS, partiram da iniciativa e de uma intensa participação de países do sul como Brasil e Índia. A presença dos presidentes demonstrou que o Fórum havia mudado sob algum aspecto, em especial por estar dando visibilidade destacada à formação de alianças entre movimentos sociais, partidos e governos comprometidos com várias propostas debatidas durante anos no âmbito do FSM. Houve uma evolução na análise dessa experiência dos governos progressistas e, segundo a declaração da Assembléia dos Movimentos Sociais realizada em Belém,

> os movimentos sociais da América Latina têm atuado de forma acertada, ao apoiar as medidas positivas que adotam esses governos, mantendo sua independência e sua capacidade de crítica em relação a eles (AMS, 2009).

No entanto, a polêmica em torno da participação de chefes de Estado tem sido uma constante em todo o processo de construção do Fórum Social Mundial no Brasil, tanto em Porto Alegre (2001, 2002, 2003, 2005), como em Belém 2009. Uma tendência à visão homogeneizadora da sociedade civil como esfera virtuosa e democratizante versus o Estado como encarnação da corrupção e do retrocesso esteve presente em vários momentos. Neste sentido, uma das maiores fontes de tensão dentro do FSM tem sido quanto à participação de chefes de Estado na sua programação oficial, a princípio, até 2003 quando o comitê organizador propunha atividades e posteriormente como mais uma atividade auto-gestionada. O que se verificou ao longo dos anos, e que muitas organizações usam como justificativa para evitar a presença de chefes de Estado, é que por mais que se tente equalizar os níveis de participação, a presença de um presidente sempre gera desequilíbrio na programação.

A preparação[229] da participação de cinco chefes de Estado, no FSM de Belém em 2009, é um exemplo de que esta tensão permanece, embora tenha perdido força[230]. O pano de fundo desta tensão está na relação da SCG com o Estado. Pois, se ao final dos anos 90 uma emergente SCG surgiu em um contexto exterior ao escopo do Estado, sem que fosse ele o alvo de suas demandas por democratização e integração, mas uma ordem mundial emergente (COHEN, 2003, p. 419)[231], aos poucos foi ficando clara a fragilidade deste diagnóstico. O FSM que nasceu pra mudar a ordem mundial prescindindo do Estado, dez anos após seu início precisou reconhecer o papel do Estado contra-hegemônico, militante[232] na consecução das reais perspectivas de mudança no contexto hegemônico global. É certo que foi preciso afirmar, fortalecer e destacar a existência, a autonomia e o papel da sociedade civil global,

[229] Curiosamente, no entanto aqueles que mais rechaçavam a participação de presidentes como Hugo Chavez e Lula durante os encontros anteriores foram os protagonistas do encontro de cinco presidentes da América Latina durante o FSM 2009 em Belém (IBASE, ATTAC, CBJP). Esta é a prova de que a percepção da diversidade no interior do FSM venceu a tendência homogeneizadora da qual fala Dagnino. O vislumbre de que existem distintos projetos, tanto no interior do Estado como no interior da sociedade civil permitiu que o FSM derrubasse um de seus maiores tabus durante o FSM de Belém. Aliás o FSM de Belém foi o mais marcado por este conflito dado que, diferentemente de Porto Alegre, cuja base está nos movimentos tradicionais como associações de bairros e sindicatos, Belém conta com a presença muito forte de ONGs vinculadas ao tema do ambientalismo. Enquanto Porto Alegre já havia equacionado o dilema da relação Estado e sociedade civil, Belém ainda amadurecia neste processo quando ocorreu o FSM.

[230] "Uma comunicação interna do CI durante os preparativos do evento revela as contradições. Na mensagem abaixo, enviada por uma representante do CI durante uma troca de emails com o título *heads of state in the wsf?* a questão fica bem ilustrada: "Querido Chico (Whitaker), Muito obrigada pelos esclarecimentos, os quais, de fato complicam mais a questão. Se os chefes de Estado são convidados por participantes do FSM, claramente isto não pode ocorrer sem um explicito envolvimento do comitê organizador, mesmo que somente por razões de segurança e logística. Você também menciona algum tipo de "evento auto-organizado". Isto me parece um modo de trabalho muito escorregadio. Isto permite conservar os princípios da auto-organização, mas ao mesmo tempo o FSM está envolvido. E o que aconteceria se, por exemplo, Ortega é convidado e muitas pessoas não concordam? Como irá o comitê organizador ou CI decidir? Eu penso que é impossível organizar sem regras e princípios claros. Como eu já tive a oportunidade de dizer anteriormente, a auto-organização é um principio muito bonito, mas se largado à própria sorte leva à problemas. O envolvimento do FSM, do comitê organizador ou do CI só pode ocorrer com regras claras e estritas. Nós deveríamos evitar todas as decisões arbitrárias. Em segundo plano, eu não conheço e, portanto não confio em todas as organizações participantes. Se uma organização pode convidar Ortega ou Morales, então outra pode pensar e pode convidar Zapatero ou Lugo ou mesmo o Hezbollah ou partidos políticos responsáveis ou funcionários do Banco Mundial. Eu estou completamente contra isto. Esta é uma questão política de grandes proporções que não pode ser deixada para a "auto-organização". Novamente, eu não tenho objeções ao convite a chefes de Estado, se isto pode ajudar a impulsionar nossos movimentos e se a responsabilidade é com o comitê organizador e com o CI. Mas eu estou completamente contrária se esta questão for deixada à "auto-organização". Isto abre as portas para muitos desdobramentos dos quais podemos não gostar. E por favor, vamos evitar mistura de formulas que deixam as responsabilidades pouco claras e pouco decididas." Esta mensagem e outras relacionadas ao tema estão disponiveis em: http://openfsm.net/projects/wsfic_fsmci/contributions-to-heads-of-states-discussion.

[231] Em seu texto Cohen deixa claro, no entanto, que não subscreve "a tese *forte* da globalização que relegou o Estado nacional à lata de lixo da história. Prefiro um entendimento "fraco" do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está parcialmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados *para cima*, para o âmbito de organismos regionais, internacionais ou globais, e *para baixo*, ao nível de atores privados e locais. Em síntese, existem camadas adicionais de instituições políticas e jurídicas independentes do Estado, que o complementam, mas não o substituem" (COHEN, 2003, p. 423). Grifos do autor.

[232] Ver discussão sobre Estado militante no capítulo 2.

através de encontros como o FSM, capaz de formular um conjunto de valores fundamentais para uma viragem hegemônica. Dez anos depois de seus primeiros encontros através do FSM, esta SCG pôde identificar dirigentes estatais que não vão a Davos, mas pelo contrário, tem uma relação muito forte com a tradição de Porto Alegre. Ao se fazer um breve panorâmico histórico da relação entre os governos latino-americanos e a sociedade civil na região espanta-se com as mudanças ocorridas em meio século, que vão de um período sombrio de ditaduras militares insufladas pelos EUA, dos anos 60 e 70 do século XX, para um encontro entre cinco chefes de Estado e os movimentos sociais, sindicais e ONGs da região em um período de crise de hegemonia dos EUA, não só na América Latina, como em todo o mundo. Em seu discurso durante o encontro de Belém, o presidente Lula simbolizou um dos sintomas da crise hegemônica, a crise econômica e política norte-americana no seguinte trecho:

> Eu liguei para o presidente Bush, e disse: "Bush, o que é que você quer que fique na sua biografia? A guerra no Iraque, ou a assinatura do acordo da rodada de Doha[233]? Bush, por que você não coloca na sua biografia a rodada de Doha?" Não colocou. Colocou a guerra no Iraque e a pior crise financeira que a história já presenciou (LULA, 2009)[234].

Frente ao recrudescimento da crise hegemônica, três agendas despontaram no encontro. As três coincidem com os pilares de um edifício hegemônico: economia, coerção e apelo consensual: a alternativa dos povos diante da crise do capitalismo e do neoliberalismo; a luta contra as guerras e pela paz, em especial na Palestina; Amazônia e povos indígenas através de uma concepção de "bem viver" e integração continental com enfrentamento da crise global na América Latina. Curiosamente, é justamente na busca de um novo apelo consensual como base de uma nova hegemonia mundial que se destacam de modo mais acentuado as contradições no interior da SCG. A clivagem essencial foi exposta, a agenda que dá centralidade ao papel do Estado entrou em conflito com a agenda do "buen vivir" e do

---

[233] Concebida em 2001 no Quatar (interessante que depois dos protestos em Seattle, 1999, a reunião da OMC ocorreu em um local de difícil acesso para os manifestantes anti-globalização). A rodada de Doha de negociações no âmbito da OMC durou 7 anos e fracassou no seu propósito de renovar um sistema de exploração centrado nos interesses dos EUA e da Europa. As mudanças na geopolítica mundial com ascensão de Índia, China e Brasil tornou impossível a chegada de um acordo. Segundo o diretor geral da OMC de 20 tópicos de negociação foi possível acordar 18, o 19º não progrediu e era justamente o tópico que garantia a soberania alimentar e o desenvolvimento rural dos camponeses dos países em desenvolvimento, com a criação de um mecanismo que aumentaria os direitos de aduana quando as importações de produtos agrícolas causassem prejuízo aos camponeses dos países pobres. Cobertura disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15160>.

[234] Discurso de Lula no encontro entre presidentes latino-americanos e participantes do Fórum Social Mundial. Belém, 2009. Gravação do discurso disponível no Blog do Planalto: <http://blog.planalto.gov.br>

pachamamismo. O Estado nacional versus o Estado plurinacional e o não-estado, o desenvolvimento versus o "bem viver". Como equalizar a contra-hegemonia?

Para muitos organizadores do FSM, o melhor é nem tentar enfrentar esta polêmica, e isto fica cada vez mais claro nos rumos "metodológicos" adotados para o encontro. As experimentações metodológicas no interior do "laboratório político mundial" tem sido uma constante dos fóruns, foi assim também em Mumbai e Nairóbi. Em Belém, a novidade ficou por conta do encerramento do FSM com uma diversidade de assembléias temáticas[235] que, pela primeira vez, convergiram para uma Assembléia das Assembléias[236], seguindo uma diretriz de mudança no fechamento do Fórum iniciada em Nairóbi. Foi inevitável a avaliação de que a Assembléia das Assembléias fazia uma clara alusão às Assembléias Mundiais dos Movimentos Sociais[237] que fizeram história nas prévias edições do FSM. O curioso é que em 2009 nem a Assembléia dos Movimentos e nem a Assembléia das Assembléias tiveram a força aglutinadora que se esperava. Apesar de atenderem aos desejos de muitos de apontamentos, alternativas, caminhos para enfrentar a crise.

Belém sediou o FSM dos extremos, a corda esticada ao máximo, tudo foi muito, o número de participantes (150 mil), o número de atividades inscritas (2310), diversidade temática (ver frases da marcha de abertura em anexo), de composição da sociedade civil global (mais de 5000 organizações), da participação de governos (5 chefes de estado), da agenda anti-sistêmica multifacetada (auge da crise econômica, alimentar, energética, ambiental, de governabilidade global), da multiplicação das respostas: do pachamamismo ao reformismo, do socialismo do século XXI à social democracia global. Belém não teve o brilho da Porto Alegre anti-Davos em 2001, nem a pujança da Porto Alegre que convocou o 15 de fevereiro contra a guerra do Iraque em 2003, mas Belém recolocou o FSM no centro do debate pela hegemonia mundial.

---

[235] Um dos maiores produtos práticos do FSM de 2009 foram as cartas das assembléias temáticas arroladas na Assembléia das Assembléias e a sua multiplicação em iniciativas que resultaram em cerca de 40 eventos do FSM no ano de 2010.

[236] Em 2007 a Comissão de Metodologia do FSM propôs uma nova dinâmica de encerramento do encontro, com Assembléias Temáticas de Convergência. Em seguida percebeu-se que seria necessário publicizar os resultados das assembléias em uma "Assembléia das Assembléias". Alguns críticos dizem que esta foi uma tentativa de ofuscar a Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais organizadas desde o primeiro FSM.

[237] O desafio para os movimentos sociais é conseguir a convergência das mobilizações globais em âmbito planetário e reforçar nossa capacidade de ação, favorecendo a convergência de todos os movimentos que buscam resistir a todas as formas de opressão e exploração. (Assembléia de Movimentos Sociais realizada no FSM 2009).

5.5 Mumbai, Nairóbi e Belém: Três estrelas do sul global

Ao analisar o FSM em Mumbai, 2004, Nairóbi, 2007 e Belém, 2009, foi possível observar que, mesmo ocorrendo em locais e realidades tão distintas, como as da Índia, do Brasil e do Quênia, o FSM parte da agenda pós-colonial do sul e anti-neoliberal do norte para forjar a contra-hegemonia mundial. Revelou também que só a agenda não basta, é necessária uma sociedade civil autônoma em funcionamento em um Estado minimamente estruturado para que o FSM tenha poder de convocatória local e abertura suficiente para garantir a diversidade do encontro e a plena participação de todos os interessados. Por fim, através de Belém, mostrou que só agenda pós-colonial e anti-neoliberal e sociedade civil autônoma não bastam para imprimir a contra-hegemonia mundial, é preciso ter uma nova gramática civilizatória e parceria com Estados comprometidos com esta agenda. Neste sentido, Mumbai abriu o processo de democratização e popularização do encontro, Nairóbi evidenciou os limites, e Belém sintetizou o amadurecimento e a incontestabilidade da existência de uma SCG contra-hegemônica.

Cada evento tem suas especificidades e características únicas, mas também tem muito em comum com os encontros antecedentes. Uma série de signos e códigos próprios do FSM se consolidou ao longo da última década (2000-2009) e formou um arcabouço prático e teórico da contra-hegemonia mundial. Foi criada uma nova gramática civilizatória através da movimentação da SCG em um contexto contra-hegemônico, forjada por uma geração política que inventou um novo jeito de partilhar ideias, experiências, modificar padrões e construir consensos em nível mundial. Os participantes de cada encontro são principalmente jovens, provenientes do país sede e da região do mundo em que se encontra. Não há substantiva discrepância quanto à participação de homens e mulheres, e a maioria tem escolaridade alta, sendo que grande parte já cursou ou ainda cursa o ensino superior. Os públicos não se repetem[238], não são as mesmas pessoas que fazem cada encontro e, ainda assim, não há prejuízo para sua continuidade. A agenda evoluiu e amadureceu mesmo quando partilhada por organizações de matriz cultural distinta e política distintas e possivelmente esta capacidade está fundada na identidade pós-colonial e anti-capitalista dos movimentos que organizam o encontro, mesmo em continentes diversos.

Dois elementos em comum dão identidade aos encontros, diversidade e agenda anti-sistêmica: pós-colonial e anti-capitalista . Durante cinco dias, a cada dois anos, compartilham

[238] Repetem-se características sociais, econômicas e políticas dos povos e nações que recebem o FSM.

o mesmo espaço de discussões, jovens, velhos, crianças, homens, mulheres, homossexuais, sindicalistas, feministas, ambientalistas, cristãos, protestantes, artistas, parlamentares, autoridades locais, militantes sem terra, sem teto, sem universidade, representantes e funcionários do Estado, acadêmicos, indígenas, dalits, piqueteiros e uma infinidade de pessoas representantes de vários países, organizações, setores sociais e segmentos políticos. Todos se abrigam sob o guarda-chuva: "um outro mundo é possível". São grandes, no entanto, as divergências quanto ao conteúdo deste outro mundo e o modo de alcançá-lo, e é este debate que dá vida ao encontro. Cada um traz sua experiência, proposta, vivência para partilhar e difundir. Destes encontros, nascem redes, contatos, projetos comuns, continuidade e a garantia da sobrevivência do FSM nos seus desdobramentos e nas conseqüências práticas que implica. Na série de entrevistas realizadas durante a pesquisa, foi perguntado a seis organizações que participam do Conselho Internacional do FSM qual a principal atividade realizada por sua organização possível após o FSM, ao que se obtiveram as respostas que seguem:

Mobilizações contra a guerra em 2003. Formação da Rede Mundial de Movimentos Sociais. A Focus usa o FSM como espaço de difusão de suas campanhas e articulação delas. Conexão entre campanhas.
(ENTREVISTA 1 - FOCUS)

Criação dos FALs locais e temáticos como o FAL Europeu e o FAL de periferia.
(ENTREVISTA 2 - FAL)

Difícil saber. A MMM nasceu em 1996 e foi lançada em 2000 como uma rede global. O que o FSM trouxe foi um espaço para concretizar nossas alianças com a Via Campesina, por exemplo. Por exemplo, este ano a MMM participou do congresso de Soberania Alimentar, via Rede Mundial dos Movimentos Sociais criada no âmbito do FSM.
(ENTREVISTA 3 - MMM)

Diálogos feministas e diálogos inter-movimentos. O mais importante para nós tem sido o diálogo com movimentos diferentes, como entre o movimento de mulheres e os movimentos anti-guerra.
(ENTREVISTA 4 - FD)

Cooperação entre uniões de trabalhadores é maior. Criação do International Trade Union Council. Maior relação com CUT.
(ENTREVISTA 5 - COSATU)

Houve mais influência do que consequência. O FSM ajudou em muita coisa. Experiências com grupos de convergências inter-temáticas. Como com MST, Action Aid, sem a estrutura piramidal do passado. Aprendemos novas formas de fazer política.
(ENTREVISTA 6 - ICAE)

Difusão e articulação de campanhas, concretização de alianças, diálogos inter-movimentos, cooperação, convergências inter-temáticas, "novas formas de fazer política". Este parece ser o maior legado do FSM até aqui. Sua contribuição está especialmente no

método, a novidade está na forma de articular conteúdos já existentes. Estes conteúdos são especialmente forjados nas lutas pós-coloniais ou por libertação nacional, por auto-determinação, por emancipação social, por afirmação de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais das comunidades do sul ou da periferia do sistema. Ocorre que no decorrer de suas edições houve uma expectativa de que o FSM também interferisse no conteúdo, na alternativa contra-hegemônica e certa frustração com esta possibilidade permeou todos os encontros. Nairóbi ficou conhecido como o encontro que mais colocou em dúvida as potencialidades do FSM. A seguir, seguem algumas respostas obtidas ao se fazer aos entrevistados a mesma pergunta que surgiu nos debates estratégicos pós-FSM de Nairóbi: se o FSM já havia cumprido seu papel histórico.

Em parte cumpriu o papel de agregar e ligar diversos movimentos, mas o trabalho não terminou porque nós não terminamos um novo modo de fazer política somente agregando. Em termos metodológicos de inclusão, dando espaço aos movimentos, construir relações além de campanhas e como as fazemos, este trabalho ainda foi terminado. Não está em nossas mãos decidir quando o trabalho terminou. (ENTREVISTA 1 - FOCUS)

Não creio que o papel do FSM foi cumprido porque o mundo está em constantes transformações e hoje existem muitos fatores negativos que justificam a existência da resistência: guerra, fome, mudanças do clima natureza. O FSM cumpriu o papel de colocar as organizações em articulação, mas ainda não mostrou como colocar as políticas em funcionamento. (ENTREVISTA 2 - FAL)

Boa questão. Mas precisa ser direcionado. Por isso a questão da avaliação e estratégia é importante. Temos também muitas questões neste sentido mas não sabemos ao certo o que fazer... se é hora de fechar a porta. O FSM tem que se auto-criticar, apesar da resistência. (ENTREVISTA 3 - MMM)

Neste momento, ainda não podemos pensar em não ter um FSM, em não ter um movimento contra a globalização neoliberal. Ainda não surgiu uma alternativa real, ainda não podemos pensar em fechar as portas. (ENTREVISTA 4 - FD)

Não concordo. O FSM ainda tem a função de reunir os movimentos. Mesmo porque as ligações ainda são frágeis. (ENTREVISTA 5 - COSATU)

Uma pergunta válida. Mas temos que dar respostas. Essa é uma pergunta de todos nós, continua ou não o FSM? Como? Devemos seguir aprendendo. Não podemos dizer que prefiro parar para não correr o risco de não ser exitosos. Temos que ter a capacidade de ver que a resposta é complexa e nós como sociedade civil temos dificuldade em gerar respostas. (ENTREVISTA 6 - ICAE)

A dificuldade para estabelecer se o FSM já cumpriu seu papel histórico talvez esteja no fato de que não se sabe realmente qual é este papel. Os participantes de Mumbai, Nairóbi e Belém não precisaram deste acordo prévio para aceder ao encontro e os três eventos evidenciaram o poder de convocatória da agenda contra-hegemônica. A conclusão é de que cada estrela tem seu brilho na constelação contra-hegemônica global, o que ofusca este brilho, geralmente, são as determinações internas de cada realidade local. Cada encontro foi fruto da

combinação entre as determinações locais, o desenvolvimento da SCL e o estágio de articulação da SCG. No quadro 5, percebe-se que Nairóbi teve uma maior participação internacional, mas pode-se concluir que teve menos capacidade convocatória local e regional. Isso se deu pelas dificuldades de mobilização e mobilidade próprias do continente africano, pela característica da SCL restrita e muito internacionalizada e com o estágio de relativa crise de perspectiva da SCG. Por sua vez, Mumbai e Belém tiveram ampla capacidade mobilizadora local e baixa internacionalização, sendo Belém a mais baixa de todas. Isso se deu pela popularização do encontro nos dois países, em Mumbai, por um amplo e democrático processo preparatório, em Belém, pelo fato do FSM já ser bem conhecido, investimento do governo do Estado e Federal e antecedentes FSAs. Por outro lado, pela composição mais ampla da sociedade civil em ambos os países, com uma convivência relativamente harmônica com partidos políticos, apesar da autonomia frente ao Estado e à Igreja, diferentemente de Nairóbi. Tanto em Mumbai, quanto em Belém, a SCG econtrava-se em momento de auge de sua atividade, em Mumbai, a SCG acabava de sair de um intenso processo de mobilizações contra a guerra no Iraque e, em Belém, ficou refletida a intensa atividade da SCG em torno da agenda ambiental e contra o aquecimento global (expectativa da COP 15[239]), e em torno da crise econômica mundial de 2008. Belém teve ampla mobilização local e projetou a agenda ambiental e do "bem viver".

Estas diferenças não se refletiram no padrão geral de inscrições de atividades e os três encontros tiveram um terço e até um quarto, no caso de Nairóbi, de atividades inscritas no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais*. A combinação SCL e SCG pesou mais no encontro de Belém e fez com que o segundo eixo mais procurado não fosse o da *Democracia Global e Local* como em Mumbai e Belém, mas o de *Segurança Ecológica*. Em Belém deu-se um encontro raro, quase um *eclipse* em termos de contra-hegemonia entre a agenda global e a local contra-hegemônica. A SCG estava mobilizada em torno de temas relacionados à crise sistêmica em suas facetas mais prementes atualmente, a ambiental e a econômica, e encontrou na SCL de Belém as condições ideais de vazão e debate desta agenda.

[239] 15ª. Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conhecida como COP 15, realizado entre os dias 07 e 18 de dezembro de 2009 em Copenhague, Dinamarca. Pretendia definir o comportamento dos países para a diminuição do aquecimento global.

Quadro 5 – O FSM em Mumbai, Nairóbi e Belém

	Mumbai	**Nairóbi**	**Belém**
Mobilização Mundial	8,9% do resto do mundo	30,8% do resto do mundo	7,6% do resto do mundo
Mobilização local e regional	91% asiáticos	69,2% africanos	93,3% latino-americanos
Vazão a temas locais	303 (25,78%) atividades inscritas no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais*	334 (29,5%) atividades inscritas no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais*	404 (23,37%) atividades inscritas no eixo *Dignidade, Direitos Humanos e Sociais*
Vazão agenda SCL e SCG	197 (16,75%) atividades inscritas no eixo *Democracia global e local*	248 (21,9%) atividades inscritas no eixo *Democracia global e local*	313 (18,1%) atividades inscritas no eixo *Segurança Ecológica*
Impacto na agenda SCG	Incorporação da agenda dos *dalits*, popularização do FSM, aumento da diversidade da SCG	Papel da igreja na contra-hegemonia global, desafios no campo do respeito à diversidade	Difusão da agenda do "bien vivir": projeto contra-hegemônico civilizatório; contraponto com Davos: reunião de cinco presidentes latino-americanos e movimentos sociais;
Impacto na agenda da SCL	Desafio de atuação conjunta entre os diferentes atores da SCL, partidos e sindicatos;	Envolvimento das organizações locais no movimento contra-hegemônico global, desafios aos atores da SCL para atuarem juntos, auto-reflexão sobre o papel da globalização hegemônica e papel da igreja na SCL	Cooperação Estado e SCL na construção do FSM; impacto da agenda do "Brasil do sul" no Brasil do "norte" e vice-versa; desafio à SCL à inclusão de setores populares

Do ponto de vista do impacto na agenda da SCG pós-FSM (quadro 5), pode-se afirmar que Mumbai e Belém foram os que impactaram mais positivamente. Mumbai projetou a realidade de um país que vive sob determinações pré-capitalistas, coloniais e capitalistas, com destaque para a agenda emancipatória das castas inferiorizadas. Deixou ainda um legado de democratização na construção do FSM e de popularização do encontro, bem como do aumento da diversidade da SCG, e possibilidade de prescindir de grandes somas governamentais, de agências e fundações internacionais para realizar o encontro. Belém

contribuiu para difundir uma agenda contra-hegemônica de conteúdo civilizatório, fundada na contradição entre o pachamamismo e o desenvolvimentismo a ser equacionada pela SCG. Belém fez um dos maiores contrapontos a Davos vistos até agora em um FSM, ao reunir cinco chefes de Estado nos mesmos dias do FEM para um debate com organizações de movimentos sociais e sociedade civil em geral em um país do sul. Nairóbi expôs as dificuldades de realização de um FSM em um país em processo de democratização, com enormes determinações da Igreja e das Agências de Cooperação sobre sua sociedade civil. Nairóbi provocou a SCG a continuar o processo de articulação da contra-hegemonia global com mais atenção ao continente africano.

A SCL foi igualmente impactada pela realização do FSM. É impossível medir qual o grau e viés do impacto. Sabe-se que, em Nairóbi, muitos atores da SCL tiveram que conviver e atuar em conjunto pela primeira vez. Isto fez com que movimentos, ONGs, partidos, sindicatos e uma série de organizações tivessem a oportunidade de se conhecer, trocar experiências, aprender a atuar em conjunto, dar voz e espaço ao outro e equalizar as agendas. Em Nairóbi e Belém, deu-se a mesma situação. O comitê organizador de Nairóbi passou por um longo período de auto-crítica e avaliação interna no período pós-FSM. Foi um desafio para a SCL lidar com temas polêmicos, superar as determinações religiosas, as fragilidades impostas por uma realidade de afirmação de sua democracia, de um longo período de supressão da existência de sindicatos, partidos e movimentos sociais.

Em Belém, a SCL vislumbrou suas próprias clivagens e contradições, o Brasil do sul se revelou ao do norte e vice-versa, a relação com o governo Estadual foi um desafio constante, assim como com o governo Federal, especialmente na mediação da relação com os setores populares e na busca de efetivação de sua participação real no encontro. Por ter ocorrido em um raro momento de *eclipse* entre SCL e SCG, refletido em suas agendas, o FSM de Belém, acompanhando Mumbai, foi mais popular, mais mobilizado, deu mais respostas, apesar da multiplicidade exarcebada e que beira à total dispersão da agenda. Belém dialogou com Davos, com a COP 15 e com a crise sistêmica global. Esta sintonia de agendas não foi possível captar em Nairóbi e Mumbai, mais voltadas para as determinações internas de suas realidades nacionais e regionais. As determinações pós-coloniais e por emancipação interna, portanto, impedem maior internacionalização das ações e do próprio FSM. Quanto mais superadas as contradições internas, melhores as condições dadas para a SCL impulsionar a agenda para o patamar global. Sociedades mais autônomas e com democracias mais consolidadas como o Brasil e a Índia apresentam melhores condições de promover através de encontros como o FSM a contra-hegemonia anti-colonial, anti-patriarcal e anti-capitalista. As

determinações impostas a SCL queniana pela igreja cristã, ONGs do norte e agências de cooperação limitam as possibilidades reflexivas e autônomas da sociedade queniana, a quem é imposta de modo mais determinante a reprodução dos modelos do norte.

Em Belém, o FSM se confrontou pela terceira vez com um sintoma de grave crise hegemônica. A primeira vez havia sido em 2001 com o atentado às torres gêmeas de Nova Iorque a que o FSM de 2002 respondeu com a superação da agenda hostil aos movimentos anti-sistêmicos e a simples teimosia de continuar existindo e mobilizar mais pessoas do que no primeiro encontro. A segunda se deu com a ameaça e posterior instalação da intervenção militar estadunidense causando a guerra do Iraque. Naquela época, o FSM ajudou a impulsionar uma das maiores mobilizações mundiais conhecidas na história moderna, no dia 15 de fevereiro de 2003. A expectativa de que Belém produzisse uma resposta contra-hegemônica, tal como fez Porto Alegre em 2003, trouxe para o encontro expressões de uma constante crise existencial do FSM, que colocou, de um lado, os que alertaram para o risco do encontro ficar obsoleto (SANTOS, 2009; SADER, 2009), ou de suas respostas redundarem em uma social democracia global (BELLO, 2009), e ainda aqueles que alegam que a maioria está "no FSM não tanto por propostas, e sim por valores e princípios comuns no enfrentamento da "crise de civilização" que a radical expansão da globalização desnudou..." (GRZYBOWSKI, 2008)[240].

Foi através do FSM que o movimento contra-hegemônico deu projeção global ao tema do orçamento participativo, da Amazônia e do governo Lula a partir do Brasil, dos "dalits" e do auto-governo (*panchayat raj*) a partir da Índia, da cultura *harambee* e da força da igreja cristã ao se realizar no Quênia. Ao ocorrer em um país do sul, todos os FSMs foram confrontados com uma conjuntura particular encontrada no sul global e na ampla periferia do sistema capitalista. Esta particularidade está expressa em uma forte agenda pós-colonial, anti-neoliberal e democratizante das relações com o Estado e no seu interior. A reunião da agenda pós-colonial e anti-neoliberal do sul com a agenda anti-globalização do norte fez surgir uma síntese de uma nova agenda contra-hegemônica global, civilizatória e pós-neoliberal.

De fato, o maior potencial do FSM, como fica evidente pela pesquisa, é o de gerar um caldo valorativo, uma nova gramática civilizatória, um novo apelo consensual, embora internamente permeado de contradições naturais em um ambiente que prima pela diversidade. Ele forma apenas uma parte de um dos três pilares fundamentais do momento hegemônico, o

[240] Candido Grzybowski no artigo *Para onde vai o Fórum Social Mundial* publicado no Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em:
<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=143&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>

do apelo consensual. Tem pouca influência direta no momento político-econômico e muito menos no bélico. Em sua trajetória futura ainda será muitas vezes interpelado a se decidir por continuar sendo um espaço de encontro ou avançar em resoluções guias da contra-hegemonia.

CONCLUSÕES

Há duas crises hegemônicas em curso, uma interna do sistema capitalista e outra do próprio sistema e seu paradigma civilizatório. Ainda não existem elementos suficientes para apontar se a resolução da primeira crise amenizará ou agravará o desenvolvimento da segunda. Sabe-se, no entanto, algo que esta tese ajudou a elucidar, que pelo menos dois dos três pilares do momento hegemônico norte-americano estão comprometidos, o econômico e o do apelo consensual. O terceiro, bélico, aparentemente segue preponderante. Duas tendências concorrem como resposta contra-hegemônica, por um lado o crescimento econômico da China fortalecendo o pólo asiático na balança de forças econômicas mundiais. Por outro lado, um boom de protestos sociais internacionais, surgidos na década de 90 do século XX e sintetizados no Fórum Social Mundial, projeta uma nova gramática civilizatória fundada em um sistema de valores com forte apelo mundial. As duas tendências pouco convergem e este é um dos diferenciais do atual momento de crise hegemônica. Outro diferencial é o fato desta crise estar mais globalizada e interconectada do que nunca. Daí a expressão globalização contra-hegemônica que cunha os movimentos reunidos em Mumbai, Nairóbi e Belém.

A questão é que a crise de valores hegemônicos colocou em xeque os métodos convencionais de disputa tanto no campo econômico, político e bélico. No campo econômico, o FSM é uma resposta e um contra-ponto ao Fórum Econômico Mundial e às ideias de progresso contínuo e liberdade de mercado que fundamentam a regulação econômica internacional. No campo político, forjou o surgimento de uma nova geração política que apostou na globalização das lutas, na falência do Estado e na possibilidade de “mudar o mundo sem tomar o poder”. No campo bélico cabe destacar que as maiores manifestações geradas pelos integrantes do FSM até hoje foram os protestos de fevereiro de 2003 contra a guerra do Iraque, além de se ter gerado o surgimento e fortalecimento de uma série de redes destinadas às campanhas pacifistas. Isto posto, fica a questão: de que modo ascenderá qualquer nova potência hegemônica quando, ao tentar se viabilizar, trilhar os mesmos passos das passadas nações que chegaram a ser dominantes? Qualquer campo que tentar se tornar hegemônico terá que levar em consideração um conjunto de valores constituídos no bojo de manifestações anti-neoliberais, anti-guerra e pró-democracia.

Dos três pilares iniciais do FSM, anti-Davos, anti-Estado e anti-Guerras, o mais difícil de sustentar foi o anti-Estado, pois à medida que os encontros do FSM ocorreram ficou claro que a estratégia contra-hegemônica no campo político, fundada em uma ação global esvaziada de uma relação com os Estados contra-hegemônicos do sistema, não fazia avançar a contra-

hegemonia global. As anteriores crises hegemônicas do sistema capitalista foram resolvidas à base de guerra, imposição política e superação econômica, mas havia um apelo consensual de que a nova potência lideraria as restantes para o progresso e a estabilidade. Hoje, os interlocutores da disputa hegemônica já não são mais apenas chefes de estados, diplomatas, grandes empresários e investidores. O avanço da globalização e das tecnologias da informação trouxe o debate político para um novo patamar, em que posição, tempo e espaço são menos condicionantes do que os meios para se inserir e participar. Foi por isso que os movimentos anti-globalização nasceram no norte onde sobravam os meios, mas foi no sul que se consolidaram e deram oportunidade de projeção ao conteúdo pós-colonial e o anti-neoliberal contra-hegemônico.

Do ponto de vista teórico esta tese fornece elementos que fortalecem a tese de que frente a mundo que se encontra em um momento catártico e de generalizado caos sistêmico há uma sociedade civil global que se articula e promove um conjunto de valores neo-hegemônicos. Esta dinâmica foi impulsionada pelo processo de globalização que afetou todos os aspectos da crise hegemônica. A globalização fez com que a disputa por novos valores e a superação da hegemonia econômica, política e cultural do século XXI passasse a se dar em um complexo de relações internacionais, nacionais e locais em que diferentes atores estão desafiados a atuar em variadas arenas, virtuais e físicas, locais, regionais e mundiais. A apropriação do espaço público global - como uma arena de confronto com os valores hegemônicos globais - por atores locais, regionais e mundiais defensores de uma nova cultura política e novos valores hegemônicos projetou a sociedade civil global do século XXI. À medida que intensificou sua ação global esta sociedade civil global sintetizou três aspectos importantes da atual fase de disputa hegemônica: a contestação às políticas neoliberais que se globalizaram, o uso das novas ferramentas de comunicação e interação possibilitadas pelo avanço do desenvolvimento tecnológico e a proposta de um modelo alternativo que cada vez mais se aproxima de um novo projeto civilizatório, como ficou claro na evolução da história do FSM de Porto Alegre, 2001 a Dacar, 2011, dos quais foram analisados Mumbai, 2004, Nairóbi, 2007 e Belém, 2009.

O confronto entre a nova geração de movimentos, sintetizados no FSM, e o corpo diretivo da globalização neoliberal colocou em evidencia o antagonismo entre a governança global do sistema e uma emergente sociedade civil global contra-hegemônica. O confronto entre estas duas categorias ainda pouco estabilizadas nas ciências sociais e na ciência política contemporânea, *governança global* e *sociedade civil global*, colocou para este trabalho o desafio teórico de encontrar correspondências conceituais e avançar em definições que

extrapolassem a associação mecânica entre Estados nacionais e governança global, entre sociedade civil e sociedade civil global. A partir daí foi possível analisar a novidade do espaço formado pelo Fórum Social Mundial que possibilitou a experimentação, a especulação, o sonho e a esperança de erguer os pilares de uma nova ordem social, baseada no respeito à natureza, aos direitos humanos e à justiça social.

A realidade que permeou os encontros da sociedade civil global colocou em xeque o discurso de que o mundo estaria entrando em um processo irreversível de descarte do papel do Estado nacional. As transformações sofridas pelo Estado nacional no processo de expansão de uma rede não territorial de acumulação do capital e na multiplicação das vias transnacionais de resolução de conflitos e demandas não deslocou sua centralidade. Se ao longo da década de 90 e princípios do século XXI impressionava a dimensão global que assumiam as principais questões econômicas, políticas e culturais, hoje existem elementos concretos para concluir que as mudanças que se refletem no cenário global são mais do que nunca locais, nacionais e regionais. O flagrante rompimento de fronteiras em todos os campos, especialmente em termos de governança global e participação política revelou a contradição do sistema que dá asas aos mercados e aprisiona os cidadãos. Um profundo déficit democrático em nível global revelou-se como um obstáculo importante no esforço de manutenção da hegemonia global de orientação neoliberal. Na verdade, ao contrário do que se esperava, não houve uma substituição de terrenos na batalha pela hegemonia, do nacional para o mundial. Houve uma complexificação das relações e uma crescente interdependência dos planos.

A emergência de novas formas de participação política e de um boom da internacionalização dos protestos sociais ocorridas nas décadas de 90 e 2000 constituiu parte da resposta do campo contra-hegemônico a este processo de complexificação da luta pela hegemonia. Fica claro, a partir desta tese, que, ao contrário do que pensavam alguns dos organizadores das mobilizações e entusiastas da era pós-nacional, o surgimento destes movimentos não significou o abandono da luta pelo poder nacional. Ao contrário, a composição de atores na cena global de disputa pela hegemonia revelou ainda mais as tensões e as disputas por poder no nível local e nacional. Este processo ajudou a desmistificar a teoria de que há uma sociedade civil virtuosa de um lado e uma sociedade política corrompida do outro, uma sociedade civil empoderada de um lado e um Estado falido do outro.

A relação entre sociedade civil e governos, baseada em uma agenda contra-hegemônica, em uma cidade do sul global, Porto Alegre, ofereceu condições fundamentais para o nascimento do primeiro FSM em 2001. A complexificação desta relação em um processo dialético de unidade e luta foi uma constante no processo de consolidação do FSM,

pois apesar de surgir com forte apoio governamental local, a participação de chefes de Estado tem sido uma polêmica a cada evento. Dos primeiros anos de hostilidade à presença oficial de presidentes até o encontro entre sociedade civil global e governos latino-americanos - no FSM de Belém, 2009, com a reunião de 5 chefes de Estado da América Latina e os mais expressivos movimentos sociais e Ongs da sociedade civil latino-americana e mundial – muita coisa mudou. Sabe-se que a abertura do último FSM em Dacar, 2011 contou com a presença do presidente boliviano Evo Morales.

A articulação com governos e a participação de Chefes de Estado nos encontros é mais uma das controvérsias sobre as características do encontro, que tem se manifestado nas diferenças de concepção sobre o conteúdo programático e o formato do FSM por seus organizadores. A disputa é empreendida por dois campos bastante diversos e foi tratada nesta tese no trecho que se dedica à exposição dos principais temas de desacordo entre grupos de organizações polarizados por ONGs por um lado, os “horizontalistas”, e por movimentos sociais por outro, os “movimentistas”. Demonstrou-se importante evidenciar a disputa entre os dois campos principalmente por ajudar a entender que a divisão que coloca de um lado uma sociedade civil virtuosa e do outro uma sociedade política corrompida não serve para explicar o processo de construção da hegemonia mundial. A confluência de atores como Ongs, movimentos sociais, igrejas, partidos, governos, agências multilaterais, empresas públicas e privadas em diferentes cenários e contextos ofereceu, no último período, ambiente mais ou menos perverso para a consolidação da hegemonia neoliberal, mais ou menos favorável para o florescimento de uma agenda contra-hegemônica. E isto se demonstrou nos distintos Fóruns analisados.

A tese geral defendida, ou o argumento analítico colocado à prova no decorrer do texto, é a de que o Fórum Social Mundial constitui a expressão de uma sociedade civil global que tem formulado na última década um conjunto de valores civilizatórios com potencialidade hegemônica. O FSM tenta articular o que faria uma sociedade civil no plano mundial e cria um arcabouço valorativo contra-hegemônico, tornando muito difícil, para quem almejar comandar o próximo período hegemônico, fugir dos valores civilizatórios expressos no encontro. Desde o princípio, o slogan “Um outro mundo é possível” abrigou no interior do FSM uma multiplicidade de atores sociais, culturais, religiosos, estatais e empresariais assumindo distintos papéis e interesses, muitas vezes inclusive em conflito quanto ao conteúdo e à direção política e cultural do campo contra-hegemônico. Os valores erigidos pela sociedade civil emancipacionista reunida no FSM permitiram consolidar a base ideológica do campo contra-hegemônico no confronto com a sociedade civil liberal, que por sua vez se

esforça para renovar e defender os valores que sustentam o campo hegemônico. Tanto o campo hegemônico é formado por um misto de governos, agências, empresas e organizações da sociedade civil, como o campo contra-hegemnico igualmente conta com diferentes atores da sociedade civil, governos, empresários e membros de agências regionais e internacionais. A interação entre os atores hegemônicos resultou em um processo de governança global e a contra-partida tem sido a formação de novos blocos no eixo sul-sul, como os BRICS e IBAS e a articulação entre uma sociedade civil global emancipacionista e governos contra-hegemônicos do sul a partir de uma agenda pós-colonial e anti-neoliberal.

A partir deste norte, a pesquisa foi essencialmente para entender como cada país que sediou o FSM, Brasil, Índia e Quênia, organizou o encontro e em que nível contribuiu para a formação de uma sociedade civil global no campo contra-hegemônico. O que mais instigou foi entender porque o FSM não se organizava nos moldes do FME com local fixo e agendas igualmente pré-fixadas, com destaque às "grandes questões" mundiais. Ficou demonstrado que é justamente o antagonismo frente a Davos que projetou o FSM e se inserem nos elementos antagônicos o fato de ser no sul, com ampla participação popular local, sem agenda pré-fixada, mas antes auto-gestionada por seus participantes, sem declarações ou decisões formais e principalmente com forte apelo da agenda local. Além disso, a pesquisa mostrou que são sociedades civis autônomas e estruturadas, em diálogo e aliança com Estados contra-hegemônicos, que são capazes de organizar um Fórum Social Mundial que tenha impacto na contra-hegemonia global.

Há muita controvérsia sobre o que pode ser chamado de um FSM exitoso, mas para efeitos desta pesquisa estabeleceu-se como aquele evento que demonstrou capacidade de mobilização, de dar vazão a temas latentes no interior da sociedade civil local anfitriã, refletir uma agenda da sociedade civil global contra-hegemônica e por sua vez conseguir impactar nesta agenda. Neste sentido, Mumbai e Belém ofereceram condições mais propícias à mobilização regional e da população local (com mais de 90% de participação local), também à garantia da diversidade temática, do envolvimento regional (forte presença América Latina no Brasil e Ásia na Índia), da apropriação de agendas globais (anti-guerra na Índia e crise econômica mundial em Belém) e da difusão de agendas locais ("dalits" na Índia, Amazônia no Brasil). Nairóbi apresentou maior dificuldade para a mobilização e a promoção do acesso da população local e regional ao encontro (participação da população local abaixo da expectativa, baixa participação da África), dificuldade na projeção de agendas globais, houve também sérias polêmicas quanto à garantia da diversidade temática no seu interior (restrições à temática do aborto e direitos LGBT). A perspectiva lançada aos movimentos pós-FSM de

Nairóbi foi controversa e de muita incerteza, causando uma das maiores crises existenciais do FSM, com a instalação de um debate estratégico sobre sua continuidade.

A similaridade e a constância em vários aspectos de sua ocorrência, assim como as clivagens e inflexões em outros, colocaram os três encontros em situação comparativa, facilitando o processo de análise. Alguns ajustes precisaram ser feitos para a efetivação da comparação, como a uniformização arbitrária dos eixos temáticos que identificaram as atividades auto-gestionadas inscritas em cada encontro. Os formatos e objetivos coincidentes também ajudaram a evidenciar as diferenças entre os encontros. Com a comparação vários aspectos puderam ser explorados, como a popularidade dos fóruns de Mumbai e Belém, assim como a dificuldade de acesso por parte da população ao FSM de Nairobi. O rechaço dado aos financiadores externos por Mumbai e a mercantilização exarcebada do encontro de Nairóbi. A expressiva participação da juventude em Belém, dos dalits em Mumbai e de setores religiosos em Nairóbi. Ao confrontar estas evidencias com o contexto político, social e cultural de cada sede foi possível concluir que diferentes estágios de desenvolvimento de Estados democráticos, organização dos movimentos sociais, consolidação da sociedade civil nacional e a relação entre estes atores impacta fundamentalmente nas características centrais do FSM. Importante ressaltar que um contexto mundial, mais ou menos propício a uma agenda contra-hegemônica, revelou-se um elemento fundamental que relacionado ao contexto local e regional produziu um tipo de encontro.

No processo de consolidação do FSM, as cidades-sede de Mumbai (2004), Nairóbi (2007) e Belém (2009) despontaram como três estrelas do sul global e iluminaram o cenário e os atores da disputa hegemônica em cada uma de suas respectivas regiões. Cada estrela brilhou a seu modo na constelação contra-hegemônica global. Cada uma apresentou com distintas roupagens as características fundamentais do FSM, as contradições que o acompanham desde o nascedouro e o potencial emancipacionista que engendra. Todas apresentaram novas agendas, novas abordagens, novos conflitos e novas perspectivas para o movimento social global. Todas evidenciaram o estágio de desenvolvimento de suas sociedades e as agendas prementes em cada uma delas, para as quais o FSM foi um desaguadouro. Todas revelaram a mundialização do processo de contra-hegemonia global em diferentes estágios de desenvolvimento de sua agenda e envolvimento da sociedade civil e política local. A agenda evoluiu do anti-neoliberal à uma nova gramática civilizatória pós-capitalista, das respostas isoladas por temas à interconexão de respostas ao econômico, político, social, ambiental, gênero, étnico e etc..

Dimensão global, diversidade e agenda anti-sistêmica são a marca do encontro. O que lhe garante mundialização não é a representatividade aferida em cada encontro, mas o fato de ter ocorrido em três continentes e receber um grande público local que nunca havia estado em um FSM. Se as pessoas buscam participar do encontro é porque ele faz algum sentido para elas. Se há identidade entre a população local e a agenda do FSM em tão variadas partes do planeta é porque ele é capaz de fazer sentido em qualquer porto onde atraque. A diversidade ficou explicita ao se reunir em espaço físico e temporal delimitado, jovens, velhos, crianças, homens, mulheres, homossexuais, sindicalistas, feministas, ambientalistas, cristãos, protestantes, artistas, parlamentares, autoridades locais, militantes sem terra, sem teto, sem universidade, representantes e funcionários do Estado, acadêmicos, indígenas, dalits, piqueteiros e uma infinidade de pessoas representantes de vários países, organizações, setores sociais e segmentos políticos. Desta diversidade se gerou uma nova geração política, fruto do encontro de velhas e novas tradições políticas, organizativas e sociais. Esta nova composição tornou possível reunir no mesmo espaço tradições de matrizes epistemológicas, filosóficas e políticas completamente distintas, quando não antagônicas, unidas na busca de um "outro mundo possível". A agenda anti-sistêmica deu unidade aos encontros realizados em países tão distintos como Brasil, Índia e Quênia. Ao longo dos anos e dos eventos esta agenda perdeu os contornos da resistência ao neoliberalismo dos anos iniciais e ganhou em definições de conteúdo mais abrangente, propositivo e auto-proclamado como civilizatório, questionador do próprio modo de organização da vida humana na Terra.

O avanço na agenda contra-hegemônica e anti-sistêmica não significou o fim de um impasse que pode definir o futuro do FSM. Por trás da polêmica do formato do encontro, se continua a ser um espaço aberto ou passa a ser um encontro propositivo e de convergências mais concretas, está uma polêmica sobre concepções de desenvolvimento. Afinal, o mundo precisa de mais ou menos desenvolvimento? As respostas à crise civilizatória passam pela resposta a esta pergunta, sobre a qual se posicionam de modo bastante diverso as forças representadas no interior do FSM. Por um lado estão os que defendem a agenda do "bem viver" e do fim do crescimento econômico ilimitado, por outro estão forças políticas emergentes dos movimentos sociais e do próprio FSM que passam a governar Estados com uma agenda desenvolvimentista. Este será o debate mais importante no interior da sociedade civil global no próximo período. A depender dele, o campo contra-hegemônico estará mais ou menos forte para se contrapor às respostas que o campo hegemônico tem dado à atual crise do sistema capitalista.

Ao mesmo tempo em que se encerra este trabalho ocorre na África mais um Fórum Social Mundial. A cidade de Dacar no Senegal, país situado no ocidente e norte africano, recebeu o encontro de aproximadamente 70 mil pessoas em um momento de efervescência política na região, com revoltas populares na Tunísia e no Egito. Por uma coincidência histórica no mesmo momento em que se realizava o encerramento do FSM, com uma Assembléia das Assembléias, o presidente Egípcio Hosni Mubarak, anunciava sua demissão após duas semanas de intensos protestos populares que clamavam por sua derrubada. De modo não menos coincidente, pela primeira vez o FSM não se realizou nas mesmas datas do Fórum Econômico Mundial em Davos. Coincidências à parte, em Dacar pouco se falou sobre Davos e muito se falou sobre Tunísia e Egito. Dez anos depois, o FSM se consolidou para além de ser um anti-Davos e seus debates ganharam em complexidade e interconexão temática, deixaram o campo da resistência para o campo das proposições. Por outro lado, tem sido limitada sua capacidade de se transformar para além de uma arena de debates em um veículo para as transformações sociais. Isto faz com que acabe sendo mais uma caixa de ressonância das principais lutas em curso do que no seu promotor.

Em Dacar o FSM deu início à sua segunda década de existência, desta vez em um país da África, com uma marcha de abertura de 60 mil pessoas, como nunca se havia visto no Senegal, em uma Universidade com portões abertos para todos da cidade, com estudantes dividindo salas com oficinas do encontro, com sabotagem organizativa por parte do governo senegalês e reitorado da universidade, com uma Assembléia dos Movimentos Sociais de mais de 3000 pessoas, com dezenas de caravanas vindas da África Central e do Oeste, com a presença de tunisianos e egípcios festejados pelos desdobramentos das lutas em seus países, com o fortalecimento de uma agenda sul-sul, com a presença de chefes de Estado comprometidos e etc. Cada Fórum tem sua história e a tentação de desvendar cada uma foi o que levou ao presente trabalho de decifrar o FSM no Brasil (Porto Alegre e Belém), na Índia (Mumbai) e o Quênia (Nairóbi). Ao analisá-las produziu-se um conjunto de informações que podem ajudar as Ciências Sociais e a Ciência Política a voltar suas atenções a um terreno de estudos pós-coloniais e anti-sistêmicos que muito podem contribuir para compreender o atual momento de caos sistêmico e a vislumbrar as bases de um novo ciclo político e social que se funda. Ao se estudar a dinâmica de construção do FSM e a influência da cultura do Orçamento Participativo e dos debates em torno da Amazônia no Brasil, dos Panchayat e dos Dalits na Índia, da cultura Harambee e poder de ONGs e Igrejas no Quênia apontou-se o que cada um destes aspectos tem a dizer sobre o modo como se constrói contra-hegemonia no sul. Fica para o futuro a investigação sobre seus desdobramentos, verificar se haverá articulação

entre estas realidades, produção de inteligibilidade mútua e efetivação de uma solidariedade ativa entre elas.

Ficam para o futuro a análise sobre Dacar 2011 e a decisão histórica que se aproxima: o próximo encontro, de 2013, fica no Sul ou vai para o Norte? A dúvida dos organizadores é no mínimo instigante e curiosa. Há os que defendem o retorno para Porto Alegre, a cidade que lhe deu origem, projetou para o mundo, fortaleceu e consolidou. Outros propõem romper com o paradigma do sul e ir para o norte geográfico, Europa ou Canadá, onde nunca houve um evento mundial do FSM. Se considerarmos que o sul está cada vez mais no norte e a crise sistêmica se alastra de modo bastante intenso no panorama global, ir ao norte pode significar projetar o sul que está no norte e apontar para real mundialização da crise hegemônica e, por sua vez, da resposta contra-hegemônica. Voltar para Porto Alegre será recomeçar, reaglutinar, reorganizar as estratégias e adiar um pouco mais as decisões inevitáveis sobre seu formato e conteúdo.

O futuro do FSM é incerto. Tudo indica que ele se estabeleceu e é parte da paisagem recorrente do século XX. Pode se tornar um evento burocrático como Davos ou renovar seu potencial de renascer forte em cada nova sede. Seus organizadores, mais cedo ou mais tarde terão que analisar sua capacidade de se conectar às lutas reais de cada período, de produzir mais respostas para um mundo em que se multiplicam as dúvidas, ser capaz de projetar os contornos do outro mundo possível. De outro modo, será apenas mais um dos encontros de articulação global de movimentos sociais e organizações que continuarão se encontrando e produzindo redes em um mundo conectado e globalizado. Inevitavelmente o FSM terá que decidir se segue como vitrine das lutas em curso ou passa a ser agente da transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

AINA, Tade Akin; CHACHAGE, Chachage Seithy L. & ANNAN-YAO, Elisabeth (eds.). *Globalization and Social Policy in África*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2004.

ALBERT, Michael. Mumbai, WSF, and Our Futures. Disponível em:<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_malbert_2004_ing> Acesso em: julho de 2009.

ALLEGRETTI, Giovanni & HERZBERG, Carsten. *Participatory Budgets in Europe – between efficiency and growing local democracy*. TNI Briefing Series, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.nuovomunicipio.org/documenti/allegrettiherzberg.pdf.>

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.* Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVAREZ, Sonia. Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), pp. 533-540, julho-dezembro, 2003.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, v. 80, pp. 71-96, 2010

AMIN, Samir. *Capitalism in the Age of Globalization*. Londres: Zed Books, 1997.

AMIN, Samir. Entrevista: A África hoje – na visão de Samir Amin. *Comunicação & política*. n.s., v. VII, n. 2, p. 61-79. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>

AMIN, Samir. Refundar a solidariedade dos povos do Sul. IN: SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

AMIN, Samir & HOUTART, François. *Mundialización de las resistências: Estado de las luchas 2004*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2004.

AMIN, Samir & HOUTART, François (eds.). *Mundialización de las resistências – Estado de las luchas 2004*. Panamá/Colômbia: Ruth Casa Editorial/Ediciones desde abajo, 2004.

AMIN, Samir. *A via de denvolvimento de orientação socialista.* São Paulo: Anita Garibaldi. 2010.

ANDERSON, Benedict. Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition ed. London and New York: Verso, 1991, pp. 5-7.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático / Emir Sader e Pablo Gentili (Orgs). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANDERSON, Perry. El papel de lãs ideas en la construcción de alternativas. BORON, Atílio (Org.). *Nueva Hegemonia Mundial – Alternativa de cambio y movimientos sociales.* Buenos Aires: Clacso, 2004.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental.* Porto: Edições Afrontamento, 1976.

ANDRADE, Marcelo. *Um Desafio no Kilimanjaro.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX* (1994). São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. IN: SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade Civil. In: MITRE, Antonio Fernando. *Ensaios de Teoria e Filosofia Política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza.*Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 50, 2000.

AVRITZER, Leonardo. *Globalização e espaços públicos: a não regulação como estratégia de hegemonia global.* Revista Crítica de Ciências Sociais N° 63. Coimbra: CES, 2002.

AVRITZER, Leonardo & SANTOS, Boaventura Sousa. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In SANTOS, B. S. (ORG.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AVRITZER, Leonardo. *Em Busca de um Padrão de Cidadania Mundial.* Revista Lua Nova N° 55-56. São Paulo: CEDEC, 2002, pp. 29-55.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Participação Social no Brasil. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Projeto Brasil Três Tempos, 2004. Disponível em: http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf

BAYLY, Susan. *Caste, Society and Politics in India: From the Eighteenth Century to the Modern Age*. Cambridge: University Press, 2009.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. *Com quantas armas se faz uma sociedade "civil"? Controle sobre armas de fogo na governança global, Brasil e Portugal (1995-2010).* Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. São Paulo: Hucitec, 1986

BELLO, Walden. *The Future in the Balance: Essays on Globalization and Resistence*. Oakland: Food First Books, 2001.

BELLO, Walden. The Fórum at the Crossroads. 2007. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=395>

BELLO, Walden. World Social Fórum: Coming Together of a Movement. *Daily Times (Pakistan)*, 22 de janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.tni.org/article/world-social-forum-coming-together-movement>.

BEINSTEIN, Jorge. O naufrágio do centro do mundo: entre a recessão e o colapso. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14987>. Acesso em: dezembro, 2009.

BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a "autonomia da política". Rev. Sociol. Polit. , Curitiba, v. 29, pp. 15-30, 2007.

BIDET, Jacques. A multidão perdida no império. *Crítica Marxista*, n. 19. Editora Revan, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco.; *Dicionário de política.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Ensaios sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999

BOBBIO, Norberto. Sociedade Civil. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). Dicionário de Política. Vol. 2. São Paulo: Perspectiva e Brasília: Ed da UnB, 2000b

BORON, Atílio. *Imperio & imperialismo: una lectura critica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BORON, Atílio (Org.). *Nueva Hegemonia Mundial – Alternativa de cambio y movimientos sociales.* Buenos Aires: Clacso, 2004.

BORON, Atílio. Hegemonia e Imperialismo en el sistema internacional. IN: BORON, Atílio (Org.). *Nueva Hegemonia Mundial – Alternativa de cambio y movimientos sociales.* Buenos Aires: Clacso, 2004.

BORON, Atílio. A nova ordem imperial e como desmontá-la. IN: Resistências Mundiais: de Seatle a Porto Alegre. SEOANE, José & TADDEI, Emilio (Orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier & GOZÁLES, Sabrina (comps.) *La teoría marxista hoy*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 10 e 50.

BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BRUSSI, Antônio José Escobar. A pacífica ascensão da China: perspectivas positivas para o futuro? Revista Brasileira de Política Internacional.

CALLINICOS, Alex. A festival of the oppressed. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_callinico_2004_i>. Acesso em jan 2010.

CALLINICOS, Alex & NINEHAN, Chris. Critical Reflection on the Fifth World Social Forum <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bl_Callinicos_vfsm_i>

CAMMACK, Paul. The Governance of global capitalism: a new materialist perspective. In: Wilkinson, Rorden (ed). *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, 2005.

CANAL, Mariona Estrada & BOFILL, Aleix Caussa. El Foro Social Mundial como espacio de participacion política. *Revista de estúdios de juventud*, n. 76, marzo, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. *La Globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidos, 1999.

CARMONA, Ronaldo Gomes. *Transição ao socialismo e questão nacional na África do Sul, na Índia e na Rússia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CARUSO, Giuseppe. "Their crises, our solutions!" The World Social Fórum and the 2008 Global Crisis. Disponível em: <http://fsm2011.org/their-crises-our-solutions-the-world-social-forum-and-the-2008-global-crisis-giuseppe-caruso>

CARVALHO, José Reinaldo & CARVALHO, Lejeune Mato Grosso. *A luta antiimperialista e a hegemonia americana.* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. IN: A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CATTANI, Antonio David (org.). *Fórum Social Mundial – A construção de um mundo melhor.* Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

CECEÑA, Ana Esther. El zapatismo. De la inclusión em la nación al mundo en el que quepan todos los mundos. IN: GÓMEZ, José María (comp.). *América Latina y el (des)orden global neoliberal – heemonia, contrahegemonia, perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GILL, Stephen (org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CHATTERJEE, Partha. Colonialismo, modernidade e política. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

CHAUDHRY, Shivani. *WSF 2004 - What someone felt.* (18.02.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_chaudhry_2004_in>

CHENOY, Kamal Mitra. *World Social Forum presents real alternative to globalization.* (06.02.2004)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_kamal_2004_ing>

CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Fabricando disidencia. Globalistas y élites controlan los movimientos populares. 2010. Disponível: <http://sociologias-com.blogspot.com/2010/09/fabricando-disidencia-globalistas-y.html>

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006.

COCKCROFT, James D. *El Foro Social Mundial 2004: nuevos avances, viejos problemas.* Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_cockcroft_2004_e>.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. Sociedad Civil y Teoría Política. México: Fondo de Cultura Económico, 2001.

COHEN, Jean. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 46, n. 3. 2003.

COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, pp. 419-459, 2003.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos (1819). In MORAES, João Quartim (Org.) *Revista Filosofia Política*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CONWAY, Janet. Place Matters: India´s Challenge to Brazil at the World Social Forum. *Canadian Dimension.* Oxford, 2004.

COSTA, Sérgio. Democracia Cosmopolita: Déficits Conceituais e Equívocos Políticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 18, n. 53, Outubro de 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COX, Robert. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

COX, Robert. Democracy in hard times: economic globalization and the limits to liberal democracy. A. Mc Grew (eds.). *The Transformation on Democracy?* Cambridge: Polity Press, 1997.

COX, Robert. Civil Society at the turn of the millennium. *Review of international studies* (1999), 25, p. 3-28.

COX, Robert. Thinking about civilizations. *Review of international studies* (2000), 26, 217-234.

COX, Robert. Global *Perestroika.* In: Wilkinson, Rorden (ed). *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, 2005.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. IN: GILL, Stephen (org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: Tendências recentes. *JILAS-Journal of Iberian and Latin American Studies*, 7:1, julho, 2001.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs). A Disputa pela Construção Democrática na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

DIAS, Arcelina Helena Públio. *Perdão, África, perdão!*. Goiás Velho: Editora Rede, 2003.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DUFFIELD, Mark. Social reconstruction and the radicalization of development: Aid as a Relation of Global Liberal Governance. *Development and Change*, n. 33, v. 5, pp. 1049-1071, 2002.

DUFFIELD, Mark. Governing the Borderlands: decoding the power of aid. In: Wilkinson, Rorden (ed). *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, 2005.

EGIREUN, Josu; GARI, Manolo & ROMERO, Miguel. *FSM-2005 - Un futuro difícil.* (20.05.2005)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_josu_2005_esp>

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *A ideologia alemã* (1847). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ENGLER, Mark. *The Last Porto Alegre.* (20.02.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=engler>

FALK, Richard. *Predatory Globalization – A critique*. Cambridge: Polity Press, 1999.

FALK, Richard. *Humane governance for the world: reviving the quest*. In: Wilkinson, Rorden (ed). The Global Governance Reader. UK, Routledge, 2005.

FASE. FSM 2009: La Amazonía nos convoca a renovar nuestro compromise para outro mundo possible. Out. 2007. Disponível em: <http://alainet.org/active/21660>.

FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

FERRARI, Sergio. *Porto Alegre 2005: El foro de lo posible.* (20.05.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_ferrari_2005_esp>

FERREIRA, Marcos Alan dos Santos. *Definições conceituais para o entendimento da política externa dos Estados Unidos: as noções de poder duro (hard power) e poder brando (soft power).*

FIORI, José L. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FRASER, Nancy. Reframing Justice in a Globalizing World. *New Left Review*, No. 36, nov/dez, 2005, pp. 69-88.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. Lua Nova Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 77, 2009.

GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Petrópolis: Vozes, 1999.

GERSCHMAN, Silvia & WERNECK VIANA, Maria Lucia (orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich; & LASH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GILL, Stephen. New constitutionalism, democratisation and global political economy. In: Wilkinson, Rorden (ed). *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, 2005.

GIMODE, Edwin A. Globalization, Islam and Social Policy in Kenya. IN: AINA, Tade Akin; CHACHAGE, Chachage Seithy L. & ANNAN-YAO, Elisabeth (eds). *Globalization and Social Policy in África*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2004.

GITHIRU, Samwel Kamau. Quênia: Entre Tradições e a Globalização. *Revista eletrônica de ciências*, n. 27, jun-ago, 2004.

GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos Sociais no ínicio do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GÓMEZ, José María. Globalização da política: Mitos, realidades e dilemas. In GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Petrópolis: Vozes, 1999.

GÓMEZ, José María. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GÓMEZ, José María (comp.). *América Latina y El (des)orden global neoliberal – heemonia, contrahegemonia, perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GRZYBOWSKI, Cândido. Para onde vai o Fórum Social Mundial. *Le monde diplomatique*, 2008. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=143&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>

GRZYBOWSKI, Cândido. Entrevista concedida ao Blog do Rovai em 2007. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2478&Itemid=2>

GRZYBOWSKI, Cândido. Davos em velório, Belém em celebração. Entrevista concedida a Jamile Chequer da Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada em 2009. Disponível em: http://ciranda.net/fsm-2010-wsf/ciranda-net/foro-social-mundial-2009-27-ene-al/article/davos-em-velorio-belem-em

GRZYBOWSKI, Cândido; LEITE, José Corrêa & GRAJEW, Oded. *O processo Fórum Social Mundial em 2008 e 2009.* Circulação interna do Conselho Internacional do FSM.

GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: critica à razão liberal.* São Paulo: Xamã, 1999.

GUPTA, Amit Sen. *The WSF 2004 Programme and Methodology a Brief Discussion Note.* Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_amit_2004_ing>

GUPTA, Amit Sen. *The World Social Forum Sprouts Wings.* (20.02.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=amit>

HABERMAS, Jurgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jurgen. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. Novos Estudos Cebrap, n. 43, 1995.

HABERMAS, Jurgen. *La Constelación Posnacional.* Barcelona: Paidós, 2000.

HABERMAS, Jurgen. *Why Europe Needs a Constitution*. New Left Review, 2001.

HABERMAS, Jurgen. A Era das Transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, Michael. & NEGRI, Antonio. *Império.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. É preciso jogar luz sobre os problemas que estão na profundidade da crise. *Revista Princípios*, n. 106, 2010, pp. 78-81.

HELD, David. *A democracia, o Estado-nação e o sistema global*. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, 1991.

HELD, David. *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Cambridge: Polity Press, 1995.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HELD, David. *Taming Globalization*. Cambridge: Polity Press, 2003.

HINTJENS, Helen. Appreciating the Movement of the Movements. *Development in Practice*, v. 16, n. 6, nov., 2006.

HIRST, Paul. & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires: Hierramienta, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBASE. Fórum Social Mundial. Pesquisa sobre perfil de participantes/Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial. V. I-V. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

JAMES, P. J. The World Social Forum`s “Many Alternatives” to Globalization. SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

JAYAL, Niraja Gopal. *Democracy in India.* UK: Oxford University Press, 2001.

KALDOR, Mary. *Global Civil Society: Na Answer to War.* UK: Cambridge Polity Press, 2001.

KALDOR, Mary. *Global civil society.* Cambridge: Polity Press, 2003.

KEANE, John. Global Civil Society? UK: Cambridge University Press, 2003.

KEOHANE, Robert. Global Governance and Democratic Accountability. IN: HELD, David & KOENIG-ACHIBUGI, Mathias. Taming Globalization: frontiers of governance. London: Polity Press, 2003.

KIRK, Alejandro. Fórum Social Mundial tem desafio histórico. Terraviva: Belém, 2009. Disponível em: <http://ipsterraviva.net/tv/wsfbrazil2009Pt/CurrentExtraItem.aspx?new=96>.

KULKE, Herman & ROTHERMUND, Dietmar. A hisory of Índia. Routledge: New York, 2004.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial – A história de uma invenção política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, José Correa. *Novos Caminhos para o Fórum Social Mundial.* (04.03.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_zecorrea_por>

LENIN, Vladimir Ilytch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

LENIN, Vladimir, Ilytch. Q*ue fazer*. São Paulo: Hucitec, 1979.

LENIN, Vladimir Ilytch. *O Estado e a Revolução* (1917). In: Lenin, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

LENIN, Vladimir Ilytch. *O Estado e a Revolução* (1917). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. Religião & Sociedade, v. 29, n. 2, pp. 177-197. Rio de Janeiro, 2009.

LOCKE, John. (1690). Segundo Tratado sobre o governo. Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

LOH, Francis. Ásia del Sudeste: Las ONG y los movimientos sociales. AMIN, Samir & HOUTART, François. *Mundialización de las resistências: Estado de las luchas 2004*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2004.

LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa & CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LOWY, Michael. Towards a new international? IN: SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

MAKOUDE, Opiyo. Los movimientos sociales en África del este. AMIN, Samir & HOUTART, François. *Mundialización de las resistências: Estado de las luchas 2004*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* (1513). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARIN, Gustavo. Puntos positivos y tensiones de la dinámica altermundialista. (20.02.2004)<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_marin_2004_esp>

MARINGONI, Gilberto. *O melhor e o mais político dos Fóruns.* (20.02.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=maringa>

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel. Revista de Sociologia e Política, v. 16, número suplementar, PP. 27-41, Curitiba, 2008.

MARX, Karl. O domínio britânico na Índia (1853). IN: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Moscou: Edições Progresso, 1987.
MARX, Karl. *Para a questão judaica* (1843). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASSIAH, Gustave. O movimento alter-globalização face à crise mundial. Seminário 10 anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível. Porto Alegre, jan. 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2009/12/24/o-movimento-alter-globalizacao-face-a-crise-mundial/>

MATANGA, Frank Khchina, Civil society and politics in Africa: the case of Kenya. Fourth Conference of ISTR, Trinity College, Dublin, Ireland, July 5-8, 2000.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 17, 1989.

MESZAROS, István. The structural crisis of politics. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/0906meszaros.htm>. Acesso em: novembro, 2008.

MESZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.

MGHANGA, M, The effects of SAPs on the Civil service, education and the health sector – the gender perspective, Heinrich Böll Foundation, *gender diminations of NEPAD*, Nairóbi, 2003.

MGHANGA, Mwandawiro. *Land, elections, and conflicts in Kenya´s Coast Province*. Nairóbi: Heinrich Boll Stiftung, 2009.

MONAL, Isabel. Porto Alegre em lucha. *Revista Crítica Marxista*, n. 16. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Dênis de. Comunição, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, pp. 54-57, Porto Alegre, 2010.

MWAKIKAGILE, Godfrey. Kenya: Identity of a Nation. Pretória: New Africa Press, 2007.

NAUGHTON, J. *Contested Space: The internet and the global civil society.* In: Year Book Global Civil Society, 2001, Cap. 6. Londres: LSE, 2001, pp. 147-168.

NDEGWA, S. Civil society and political change in Africa: The case of NGOs in Kenya. *International Journal of Commonwealth Studies,* Vol.XXXV, n. 1-2, 1994.

NICHOLSON, Paul & EGIREUN, Josu. *FSM, cambios necesarios.* (26.03.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_nicholson_2004_e>

NICHOLSON, Paul. *El Foro no es un fin en si mismo.* (20.05.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_Nicholson_2005_e>

NYE, Joseph. *Power in the global information age: from realism to globalization*. New York: Routledge, 2004.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984, p. 140-77.

OKWEMBAH, A., & LUKALO, R., "Globalisation at the Expense of Kenyan Women", Plahe, J.K, MAI – Multilateral Agreement on Investment, National Sovereignty for Sale?, EcoNews Afrca, Nairóbi, 1999.

OLOO, Onyango. Critical Reflections on WSF Nairobi 2007. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br ou http://www.cadtm.org/Critical-Reflections-on-WSF

OLUKOSHI, A, Structural Adjustment and Socio/Economic Change in Sub/Saharan Africa – Some Conceptual, Methodological and Research Issues, Nordiska Afrikainstitute, Uppsala, 1996.

ORTIZ, Airton. *Aventura no topo da África: treeking no Kilimanjaro.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

ORTIZ, Renato. *Anotações sobre o universal e a diversidade.* Revista Brasileira de Educação. V. 12 No. 34 jan/abr 2007. pp. 7-16.

ORTIZ, Renato. Globalização: Notas sobre um debate. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 2009, pp. 231-254.

OSAL. Observatório Social de América Latina. Ano V, n. 15, set-dez, 2004. Buenos Aires: Clacso, 2004.

PATOMAKI, Heikki & TEIVAINEN, Teivo. The World Social Forum – An Open Space or a Movement of Movements? *Theory, Culture & Society* v. 21(6): 145-154, 2004.

PATOMAKI, Heikki & TEIVAINEN, Teivo. *The Post-Porto Alegre World Social Forum: An Open Space or a Movement of Movements?* (20.03.2005) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_teivo_fsm2005_in>

PCIM. Programa do Partido Comunista Marxista da Índia. 2000

PIANTA, M. *Parallel Summits of Global Civil Society.* In: Year Book Global Civil Society, 2001.

PIANTA, Mario; SILVA, Federico; ZOLA, Duccio. *Global Civil Society Events: Parallel Summits, Social Fora, Global Days of Action.* Disponível em: www.lse.ac.uk/Depts/global/yearbook04chapters.htm - 33k -. Acesso em: Nov. 2006. 2005

PUREZA, José Manuel. Para um internacionalismo pós-vestefaliano. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização – fatalidade ou utopia?* Porto: Ed. Afrontamento, 2001, pp. 233-254.

PUREZA, José Manuel. Quem governa? Portugal e as novas teias da governação global. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.63, Outubro de 2002.

PRASHAD, Vijay. *Politics at the venue: the wsf in Mumbai.* (12.04.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_prashad_2004_ing>

PRASHAD, Vijay. The Indian road. *Left triumph*. Mai 13/14 Weekend Edition, 2006. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/prashad05132006.html>

PRESTES RABELO, Ana Maria. *A participação política na Era Global: O Fórum Social Mundial*. Belo Horizonte: Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.
PRESTES RABELO, Ana Maria. *A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global* (2006). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Ciência Política (UFMG)

PONNIAH, Thomas. Another World is Possible: popular alternatives to globalization at the World Social Forum.

QUISPE, Miguel Palacín. Cambio climático pone en peligro la vida. 2010. Disponível em: <http://alainet.org/active/37796>.

RAINA, Vinod. India: Movimientos sociales, diversidad política, finalidades comunes. IN: AMIN, Samir & HOUTART, François. *Mundialización de las resistências: Estado de las luchas 2004*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2004.

MELO, Carlos Ranulfo. Urnas revelam a nova ordem do sistema partidário brasileiro. *Revista do Legislativo*, n. 35, 2002. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/revistalegis/Revista35/ranulfo35.pdf>

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, Mercado e Sociedade Civil. In: MITRE, Antonio Fernando. *Ensaios de Teoria e Filosofia Política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza.*Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 1994.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global.* Petrópolis: Vozes, 1999.

ROCHA, Antonio Penalves. *F. Braudel: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico.* Anais do Museu Paulista, v. 3, pp. 239-249, São Paulo, 1995.

RODRIGUES, Miguel Urbano. Fórum Social Mundial de Bamako – um apelo internacionalista e humanista para um mundo solidário. Resistir.info, 2006. Disponível em: < http://resistir.info/mur/forum_bamako.html>. Acesso em: julho, 2007.

ROOY, A. V. *Civil society and the aid industry: the politcs and promise*. Earthscan Publications: London, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. [1755]. Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

ROY, Arundhati. A nova desordem mundial. IN: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa & CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ROY, Arundhati. Public Power in the Age of Empire. *Frontline*, v. 21, n. 21, oct. 09-22, 2004. Disponível em: http://www.hinduonnet.com/fline/fl2121/stories/20041022008300400.htm

ROY, Arundhati. *Do Turkey's Enjoy Thanksgiving?* (20.01.2004) <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=arundhati_2004_ing>

SADER, Emir. O século do imperialismo. Século XX: uma biografia não-autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: TADDEI, E. & SEOANE, J. (ORGS.) *Resistências Mundiais de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SADER, Emir. Uma breve história do Fórum Social Mundial. *Portal Carta Maior*, 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15505>

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Coimbra: Oficinas do CES, 134, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Globalização e Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: As Ciências Sociais e a Globalização. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização – fatalidade ou utopia?* Porto: Ed. Afrontamento, 2001, pp. 31-105.

SANTOS, Boaventura Sousa (org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

SANTOS, Theotonio. Unipolaridade ou hegemonia compartilhada. IN: SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

SEGRERA, Francisco López. Raízes, conseqüências e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização. IN: SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa. The World Social Forum: Toward a counter-hegemonic globalisation (Part I & II). IN: SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

SANTOS, Boaventura Sousa. Mumbai e o Futuro. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bl_boaventura_2004_p>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* Portugal: Ed. Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entrevista concedida a Rita Freire em 2009. Disponível em: <http://www.ciranda.net/spip/article2638.html>

SANTOS, Boaventura. As tensões da modernidade.

SARAMAGO, José. *Carta lida no encerramento do II Fórum Social Mundial 2002.* <http://www.espacoacademico.com.br/010/10saramago.htm>

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil*. Petrópolis: Vozes, 1999
SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massas à sociedade civil: a concepção de subjetividade em Gramsci. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>. Acesso em: julho, 2008.

SEN, Amartya. The argumentative Indian: writing on Indian history, culture and identity. New Delhi: Picador, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv41.htm>. Acesso em: julho, 2008.

SIMMS, Rupe. A Gramscian Analysis of the Convention People's Party and Kwame Nkrumah's Use of Religion. Sociology of Religion, Vol. 64, No. 4 (Winter, 2003), pp. 463-477

SIMÕES, Renato. Belém e o futuro do Fórum Social Mundial. *Teoria e debate*. N. 80, jan/fev 2009.

SMITH, Jackie. The World Social Fórum and the challenges of global democracy. *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, v. 4, n. 4, out. 2004, pp. 413-421.

SPRING, Ursula Oswald. *Porto Alegre: La esperanza de los pobres*. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_ursula_2005_esp>

STEFANONI, Pablo. ¿Adónde nos lleva el pachamamismo? (09.05.10). Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=3301>

TADDEI, Emilio & SEOANE, José. (ORGS.) *Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre.* Petrópolis: Vozes, 2001.

TANDON, Radesh & MOHANTY, Ranjita. Does civil society matter? Governance in contemporary Índia. Neo Delhi: Sage, 2003.
TEIVAINEN, Teivo. The World Social Forum and global democratization: learning from Porto Alegre. *Third World Quarterly*, v. 23, n. 4, pp 621-632, 2002.

TEIVAINEN, Teivo. The World Social Fórum: Arena or actor? IN: SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: <www.choike.org>

TEIXEIRA, Faustino. Para um outro mundo é preciso respeitar as formas espirituais presentes na história. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=3124>

TERRAVIVA, 2004. The independent newspaper of the IV World Social Fórum, Jan 16-21, Mumbai India, 2004. Disponível em:
<http://www.ipsnews.net/focus/tv_mumbai/indextv.asp?nro=10>

TERRAVIVA, 2007. The independent newspaper of the VII World Social Fórum, Jan 20-25, Nairóbi, Kenya, 2007. N. 1-4. Disponível em:
<http://ipsterraviva.net/TV/Nairóbi/en/pdf/terraviva%20NAIRÓBI%2025%20jan.pdf>

TERRAVIVA, 2009. Jornal do FSM. Belém do Pará, Brasil. Disponível em:
<http://ipsterraviva.net/uploads/TV/wsfbrazil2009Pt/photos/TERRAVIVA%20FSM%202009_WEB_30-01-09.pdf>

TEXIER, Jacques. O pensamento político de Gramsci. Disponível em:
<http://www.acessa.com/gramsci/?id=776&page=visualizar>. Acesso em: agosto, 2008.

TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princenton University Press, New Jersey, 1975.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus: 900 – 1992.* São Paulo: Edusp, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis. [1835]. *La Democracia en América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

THOMAS ISAAC, T. M. & FRANKE, R. W. Local democracy and development: the Kerala people´s campaign for decentralized planning. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. Maryland, 2002.

UNDP. *UNDP and Civil Society,* New York: UNDP, 1993.

VANAIK, Achin. *Ironies and Contrasts.* (29.03.2004)
<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_achin_2004_ing>

VIEIRA, Liszt. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na era da globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O descompasso entre as nações. In: SADER, Emir. *Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geo-politics and Geo-culture*. Cambridge: University Press, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundo. In GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Petrópolis: Vozes, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. IN: SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da Globalização.* Hegemonia e contra-hegemonia, v. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rising strength of the World Social Forum. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_wallerste_2004_i>

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? IN: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana (org). *Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Capitalismo chega a seu fim. Entrevista concedida. *Le Monde*, Paris, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN07%20WALLERSTEIN.pdf>

WAMWERE, Koigi. *Negative ethnicity: from bias to genocide.* New York: Seven Stories Press, 2003.

WAMWERE, Koigi. *Towards Genocide in Kenya – the course of negative ethnicity*. Nairóbi: Mvule Africa Publishers, 2008.

WARIGI, Gitau. Moi raised issue that pricked the guilt of those concerned. *Sunday Nation*, Nairóbi, 7 de setembro, 2008.

WAINWRIGHT, Hilary. From Mumbai with hope. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_hilary_2004_ing>

WAINWRIGHT, Hilary. WSF on Trial. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=wsf_trial>

WANYONYI, Pius Kakai. *Harambee Self-Help in Kenya: An Interplay Between the Local and the Global*. IN: AINA, Tade Akin; CHACHAGE, Chachage Seithy L. & ANNAN-YAO, Elisabeth (eds.). *Globalization and Social Policy in África*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2004.

WATERMAN, Peter. The secret of fire. IN: SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

WATERMAN, Peter. The Global Justice And Solidarity Movement and the World Social Forum: a backgrounder. SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora da UnB, 2004.

WHITAKER, Francisco. *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

WHITAKER, Francisco. Everything continued in Mumbai. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_whitaker_eng>

WHITAKER, Francisco. Fórum Social Mundial de 2005 – avanços e perspectivas. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=avalia_whitaker_2005>

WHITAKER, Francisco. *Towards a new politics. What future for the World Social Fórum*. Delhi: Vasudhaiva Kutumbakam Publication, 2006.

WHITAKER, Francisco. The WSF as Open Space. IN: SEN, Jai, ANAND, Anita, ESCOBAR, Arturo and WATERMAN, Peter (eds) (2003) *Challenging empires: the World Social Forum*: Third World Institute. Disponível em pdf em: www.choike.org

WOOD, Ellen Meiksins. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. *Revista Crítica Marxista*, n. 19. Editora Revan, 2004.

ZIZEK, Slavoj. *Elogio da Intolerância*. Lisboa: Relógio D`água editores, 2006.

Documentos do Fórum Social Mundial consultados:

1. Muito além de Porto Alegre – uma estratégia para internacionalização do Fórum Social Mundial e uma proposta para nossa trajetória até a África-2007. Carta ao Conselho Internacional do Secretariado Internacional – (parte) Brasil.

2. Guiding Principles for Holding WSF Events. IC Meeting, sept. 2008.

3. Liason Group (LG): mandate, composition and responsibilities. Version 27 of September, 2007.

4. WSF-IC. Strategy debate – facing the crisis. Draft for discussion. 2007.

5. Report of the World Social Fórum IC meeting. Nairóbi, Kenia (march 20-22, 2006).

6. A caminho do Fórum Social Mundial 2005. Uma publicação do Comitê Organizador do V Fórum Social Mundial.

7. Expansão do Fórum Social Mundial – Algumas questões e sugestões. Amit Sen Gupta (FSM, ad hoc Comitê Organizador Indiano). 2004.

8. Contributions to Heads of States discussion. 2007. Disponível em: http://openfsm.net/projects/wsfic_fsmci/contributions-to-heads-of-states-discussion

9. Seminário de Estratégia do FSM (mais de cem contribuições por escrito) – Abuja, 2008. Textos disponíveis em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=strategy_debate_PT>

Documentos da Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais

Sites consultados:

www.forumsocialmundial.org.br

www.india.indymedia.org

www.mumbairesistance.org

www.opendemocracy.net

www.alternet.org

www.cartamaior.com.br

www.ipsterraviva.net

www.choike.org

www.fse-esf.org

www.openspaceforum.net

www.openfsm.net

Filmes:

Hotel Rwanda (2004). Dirigido por Terry George (Itália, Reino Unido, África do Sul)

A Massai Branca (2005). Dirigido por Hemine Huntgeburth (Alemanha)

Quanto vale ou é por quilo? (2005). Dirigido por Sérgio Bianchi (Brasil)

Quem quer ser um milionário? (2008). Dirigido por Danny Boyle (Inglaterra)

ANEXOS

ANEXO I

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui, portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de ideias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e

superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

ANEXO II

Declaração Política do Fórum Social Mundial (Versão Indiana da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial)

Em itálico os acréscimos e em itálico e negrito as supressões, tendo como referência a Carta de Princípios aprovada em 2001.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma *ordem mundial centrada na pessoa humana.*

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre – *realizado entre 25 e 30 de Janeiro de 2001* - foi um evento localizado no tempo e no espaço. *A proclamação de* Porto Alegre de que "um outro mundo é possível" torna-se um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóia.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização *capitalista* comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial *nem excluir dos debates que promove aqueles que têm posições de responsabilidade política mandatados pelos seus povos, que decidem assumir os compromissos resultantes destes debates.*

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em

qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. ***(Ele não se constitui, portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem).***

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, *criação de hierarquias*, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. *Não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pelos(as) participantes dos seus encontros nem pretende constituir-se numa alternativa única de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.*

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta. ESTE PONTO POLÊMICO FICA ASSIM NA VERSÃO DOS INDIANOS: O Fórum Social Mundial declara a democracia como o caminho para a resolução política dos problemas da sociedade. Com um ponto de encontro, está aberto ao pluralismo e à diversidade de atividades e formas de engajamento das entidades e movimentos que nele decidem participar, bem como à diversidade de gêneros, raças, etnias e culturas.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão *autoritária e reducionista* da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, **(*pela prática de uma democracia verdadeira, participativa),*** por relações

igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, *raças,* gêneros, condenando todas as formas de dominação, assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. *Os encontros do Fórum Social Mundial estão sempre abertos a todos aqueles que neles quiserem participar, com exceção de entidades que visam usar a vida de pessoas como método de ação política e entidades que excluam do mundo democrático grupos/comunidades com base em considerações étnicas, raciais, religiosas ou de casta.*

12. *O processo do Fórum Social Mundial na Índia tem necessariamente de criar espaço para todos os setores de conflito da sociedade aproximando e articulando as suas lutas e visões, individual e coletivamente, contra a agenda econômica neoliberal da elite mundial e nacional, que está destruindo o âmago da vida das pessoas simples em todo o mundo e marginalizando a maioria dos povos do mundo, mantendo o lucro como o principal critério do desenvolvimento em lugar da sociedade e destruindo as liberdades e os direitos de todas as mulheres, homens e crianças de viver em paz, segurança e com dignidade. Deve criar um espaço para os trabalhadores, camponeses, povos indígenas, dalits, mulheres, vendedores ambulantes, monorias, iigrantes, estudantes, acadêmicos, artesãos, artistas e outros membros do mundo criativo, profissionais, a mídia, e para os homens de negócios e industriais locais, bem como para os parlamentaristas, burocratas simpatizante e outras interessados de dentro ou fora do Estado. E, mais importante, deve criar espaço para todos os "setores" da sociedade que permanecem menos visíveis, marginalizados, não reconhecidos e oprimidos.*

13. *Na Índia de hoje, todas as entidades/grupos civis e políticos que se debruçam sobre os problemas das pessoas – econômicos, sociais e culturais – estão sendo profundamente desafiadas pela intolerância religiosa e política que irrompe pelo país, e de forma crescente, pelo mundo inteiro. Existe uma forte ameaça de crescimento do fascismo comunitário e do fundamentalismo. O FSM da Índia lutará por encorajar um processo que permita a todos os que combatem o fascismo comunitário e o fundamentalismo, unirem-se, para se ouvirem e compreenderem mutuamente, para explorarem áreas de interesse comum, e também as suas diferenças, e para aprenderem com as experiências e lutas de pessoas aqui e em outros países.*

14. *O processo do FSM da Índia inclui para além de eventos outro tipo de atividades pelo país. Estes processos, no espírito do FSM serão abetos, inclusivos e flexíveis e designados para desenvolver as capacidades dos grupos e movimentos locais. Este processo deve estar pensado de forma a permitir também a procura e exposição das percepções das pessoas relativamente ao impacto das políticas neoliberais e do imperialismo no seu dia-a-dia. As*

linguagens de protesto e resistência com vista à perseguição destes objetivos devem utilizar os idiomas e formas locais.

15. *O FSM Índia fará tudo quanto for possível pela auto-sustentação baseada em recursos locais gerados pelas suas atividades. Contudo, reconhece que a solidariedade global contra a agenda neoliberal global pode incluir eventos internacionais. Para estes eventos e atividades pode ser necessário mobilizar recursos de fontes externas.*

16. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de ideias que estimula a reflexão, e a disseminação *o mais* transparente *possível* dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, *que no presente prevalece, contribui para a criação ou agravamento, internacionalmente e no interior dos países.*

17. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, *e lugares*, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza.

18. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade *civil*, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social **(*não violenta)*** ao processo de desumanização que o mundo está vivendo **(*e à violência usada pelo Estado),*** e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

19. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, **(*do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais),*** como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo.

Esta carta é fruto das discussões ocorridas em Bhopal, Índia, nos dias 19-20 de abril de 2002 com o objetivo de preparar o FSM Índia com uma carta que abrangesse determinadas adições requeridas pelo contexto indiano.

ANEXO III

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
50 Years is Enough! 50years@50years.org www.50years.org **ABONG - Associação Brasileira de ONGs** abong@uol.com.br www.abong.org.br **Action Aid International – AAI** mail.jhb@actionaid.org www.actionaid.org **ACTU - Australian Council of Trade Unions** mailbox@actu.asn.au www.actu.asn.au **AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations** feedback@aflcio.org www.aflcio.org/home.htm **Africa Trade Network** aidc@iafrica.com http://africatradenetwork.com **AIDC - Alternative Information on Development Center** aidc@iafrica.com http://aidc.org.za **ALAI - Agencia Latinoamericana de Informacion** info@alainet.org www.alainet.org **ALAMPYME – Assoc. Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários** apyme@rcc.com.ar www.apyme.com.ar **Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário** lille@alliance21.org www.alliance21.org **All Arab Peasants & Agricultural Co-operatives Union** F76arab@maktoob.com **ALOP - Assoc. Latino Americana de Organismos de Promoção** info@alop.or.cr www.alop.or.cr **Alternatives Information Center** yahni@alt-info.org www.alternativenews.org **Alternatives** alternatives@alternatives.ca< /a> www.alternatives.ca **Alternative International** www.alternatives.ca **Alternatives Rússia** dhrr@online.ru **Amigos da Terra/Friends of the Earth** foe@foe.org www.foei.org

APRODEV
aprodev@aprodev.net
www.aprodev.net
Arab NGO Network for Development
annd@cyberia.net.lb
www.annd.org
ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives
arena@asianexchange.org
www.asianexchange.org
Articulación Feminista Marco Sur
mujeresdelsur@mujersur.org.uy
www.mujeresdelsur.org.uy
ASC - Aliança Social Continental
sri_cut@uol.com.br
www.ascahsa.org
Asemblea de los Pueblos del Caribe (APC)
habitatcarib@hotmail.com, pedroarg@tricom.net
http://movimientos.org/caribe/
Assemblée Europeenne dês Citoyens
cedetim@globenet.org
www.cedetim.org/AEC
Assembléia das Nações Unidas dos Povos
flavio@perlapace.it
Associação para o Progresso das Comunicações
anriette@apc.org
www.apc.org
ATTAC- Brasil
attacsaopaulo@attac.org
www.attac.org/brasil
ATTAC France
attac@attac.org
http://attac.org
Babels
wsfsm@babels.org
Bankwatch Network
jozseff@bankwatch.org
www.bankwatch.org
CADTM- Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde
cadtm@skynet.be
http://users.skynet.be/cadtm
Canadian Council
Jdunn@canadians.org
CAOI - Coordinación Andina de Organizaciones Indigenas
coordinadorandinacaoi@gmail.com
www.minkandina.org
Caritas Internacionalis
caritas.internationalis@caritas.va
www.caritas.org
CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
intercom@cidadanet.org.br
www.cbjp.org.br
CEAAL – Cons. Educação de Adultos da Am. Latina
ceaal@laneta.apc.org
www.ceaal.org
CEDAR Internacional

cedar@asser.nl
www.cedarinternational.net
CEDETIM- Centre dEtudes et d Initiatives de Solidarité Internationale
cedetim@globenet.org
www.cedetim.org
Central de Trabajadores Argentinos
cta@rcc.com.ar
www.cta.org.ar
CES – European Trade Union Confederation
etuc@etuc.org
www.etuc.org
CETRI
cetri@cetri.be
www.cetri.be
CIDSE
postmaster@cidse.org
www.cidse.org
CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
internetpo@icftu.org
www.cioslorit.org
Ciranda Internacional de Comunicação
ciranda@ciranda.net
www.ciranda.net
CIVES
cives@cives.org.br
www.cives.org.br
CLACSO
clacsofsm@clacso.edu.ar
www.clacso.org
CLC - Canadian Labour Congress
sbenedict@clc-ctc.ca
www.clc-ctc.ca
CMT – Confederação Mundial do Trabalho
info@cmt-wcl.org
www.cmt-wcl.org
Coalición Internacional para el Hábitat
hic-al@hic-al.org
http://www.hic-net.org/
Coligação para a Justiça Econômica
viriatot@zebra.uem.mz
COMPA – Convergência de los Movimientos de los Pueblos de las Américas
colectivoredom_@hotmail.com
rgf@alum.vassar.edu
http://www.sitiocompa.org/compa/index.php
CONAIE
info@conaie.org
http://conaie.org
Congresso Nacional Indígena do México
ceatl@laneta.apc.org
Conselho Mundial de Igrejas
info@wcc-coe.org
www.wcc-coe.org
Coordenación del Foro "El Otro Davos"
Page2@fastnet.ch
Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

eduardof@aebu.org.uy
http://www.sindicatomercosul.com.br/
Corpwatch
corpwatch@corpwatch.org
www.corpwatch.org
COSATU - Congress of South African Trade Unions
cosatu@wn.apc.org
www.cosatu.org.za
CRID – Centre de Recherche et d´Information pour le Développment
info@crid.asso.fr
www.crid.asso.fr
CSI – Confederación Sindical Internacional
claire.courteille@ituc-csi.org
http://www.ituc-csi.org
CUT – Central Única dos Trabalhadores
sri-cut@uol.com.br
www.cut.org.br
Encuentros Hemisféricos contra el ALCA
joel@mlking.sld.cu
ENDA
taoufik@enda.sn
www.enda.sn
Euralat
Criera@aepdc.org
Euromarches
euromarches@ras.eu.org
www.euromarches.org
FAMES
rabia@enda.sn
FECOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias
mlongoria@laneta.apc.org
Federación Mundial de Juventudes Democráticas
wfdy@wfdy.org
www.wfdy.org
Féderation démocratique internationale des femmes (FDIF)
fdif@fdif.eu.org
www.fdif.eu.org
Fundación per la Pau/International Peace Bureau (IPB)
mailbox@ipb.org
www.ipb.org
FIAN – Food First International Action Network
fian@fian.org
www.fian.org
FIDH – Fed. Internacional Direitos Humanos
rsanchez@fidh.org
www.fidh.org
Focus on the Global South
admin@focusweb.org
http://focusweb.org
FORIM – Forum des Organisations de Solidarité Internationale issues des Migrations
forim@forim.net
forim@free.fr
Fórum Dakar
Residel.kaolack@sentoo.sn
Forum Mondial des Alternatives

ftm@syfed.refer.sn
www.alternatives-action.org/fma
Forum of the Poors
fopthai@asiaaccess.net.th
Fórum Social Italiano
vagnoleto@lila.it
Fundação Frantz Fanon
General Union of Oil Employees in Southern Iraq
Contact: Farouk M. Sadiq Ismaa'l
101small@yahoo.com
GLBT South-South Dialogue
dialogo@fedaeps.org
Global Commons Foundation
www.www.globalcommonsfoundation.org
Global Exchange
admin@globalexchange.org
www.globalexchange.org
Global Policy Network
gpn-listowner@epinet.org
www.globalpolicynetwork.org
Global Progressive Fórum
info@globalprogressiveforum.org
www.globalprogressiveforum.org
Grassroots Global Justice
ggj@ggjalliance.org
www.ggjalliance.org
Greenpeace
greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org
http://www.greenpeace.org/
Grito dos Excluídos
gritoexcluidos@uol.com.br
www.movimientos.org
Grupo de Trabalho Amazônico
www. gta.org.br
Habitat Internation Coalition
maite.martinez-pardo@delcri.cec.eu.int
www.habitat-international-coalition.org
Helsinki Citizens Assembly
Herriak Aske
international@askapena.org
IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy
khoff@iatp.org
www.iatp.org
IBASE
ibase@ibase.br
www.ibase.br
ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos
icae@icae.ca
http://www.icae.org.uy/spa/sindex.html
IFAT - International Federationof Alternative Trade
info@ifat.org.uk
www.ifat.org
IFG – International Forum on Globalization
ifg@ifg.org
www.ifg.org

International Alliance of Habitants
info@habitants.org
www.habitants.org
International drama and education association (IDEA)
www.idea-org.net
International Gender and Trade Network
secretariat@igtn.org
www.igtn.org
International Network of Street Papers (INSP)
l.maclean@bigissuescotland.com
irn@irn.org
www.irn.org
Instituto Paulo Freire
ipf@paulofreire.org
www.paulofreire.org
IPAO – Institut Panos Afrique de l'Ouest
info@panos-ao.org
www.panos-ao.org
IPS – Inter Press Service
kosi@ips.org
www.ips.org
Ittijah – Union of Arab Community Based Organisations
ittijah@ittijah.org
www.ittijah.org
Jubilee South – Asia
vinod.raina@vsnl.com
www.jubileesouth.org
Jubileo South – África
aidc@iafrica.com
www.jubileesouth.org
Jubileu 2000
kitazawa@jca.apc.org
Jubileu Sul América Latina
keeneba@wamani.apc.org
www.jubileusul.hpg.com.br
KCTU - Korean Confederation of Trade Unions
inter@kctu.org
www.kctu.org
Kenya Debt Network
sodnet@sodnet.or.ke
KOPA
kopa@jinbo.net
http://antiwto.jinbo.net/eroom/index.html
Kurdish Network
kurdishnetwork@orange.fr
Land Research Action Network
wellington@nlc.co.za
wellington@nlc.co.za
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
srimst@uol.com.br
www.mst.org.br
Narmada
subbu@narmada.org
www.narmada.org
National Network of Autonomous Women's Groups

shahnandita@redifmail.com
NIGD - Network Institute for Global Democratization
katarina@nigd.u-net.com
www.nigd.org
North-South Centre
Fifi.BENABOUD@coe.int
www.coe.int/T/E/North-South_Centre
OCLAE - Continental Organization of Latin America and Caribbean Students
oclae@jcce.org.cu
www.oclae.org
Organization of African Trade Unions Unity
oatuu@ighmail.com
ORIT – Org. Regional Interamericana de Trabalhadores
info@cioslorit.org
www.orit-ciosl.org
Organization de la Jeunesse Africaine
http://www.ojafrique.org/
OXFAM Internacional
information@oxfaminternational.org
www.oxfam.org
Palestinian grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign
mobilize@stopthewall.org
www.stopthewall.org
Peace Boat
y-nami@peaceboat.gr.jp
www.peaceboat.org
Peoples Health Movement
secretariat@phmovement.org
http://www.phmovement.org
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo
regional@pidhdd.org
www.pidhdd.org
PPEHRC – Poor People's Economic Human Rights Campaign
kwru@kwru.org
www.economichumanrights.org
www.kwru.org
Projeto K
Salvatore.cannavo@flashnet.it
ilpanelerose@hotmail.com
Public Citizen
tgerson@citizen.org
www.citizen.org
Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia
mleon@interactive.net.ec
remte@fedaeps.org
http://movimientos.org/remte
Rede APM – Agricultures paysannes, sociétés et mondialisation
pvuarin@fph.fr
www.zooide.com/apm
Rede CONSEU (Conferencia de Naciones sin Estado de Europa)
activitats@ciemen.org
Rede Dawn de Mulheres
dawn@is.com.fj
www.dawn.org.fj
Rede de Solidariedade Ásia Pacífico

intl@dsp.org.au
Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras
criola@alternex.com.br
www.criola.ong.org
Rede Mulher e Habitat
gem@agora.com.ar
http://www.redmujer.org.ar
Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos
office@wgnrr.nl
www.wgnrr.org
Rede Palestina de ONGs
bisanrd@palnet.com
www.pngo.net
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
rede@social.org.br
www.social.org.br
Rede Transforme!
elgauthi@internatif.org
Redes Socioeconomia Solidaria
creintjes@ideas.coop
www.reasnet.com
REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres
repem@repem.org.uy
www.repem.org.uy
ROAD - Réseau Ouest Africain des Alternatives pour le Developpement
jubilecad-mali@cefib.com, barryaminatou@yahoo.fr
SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights
rlambert@ecel.uwa.edu.au
Social Movement Indaba
Social Watch
socwatch@chasque.net
www.socialwatch.org
SODNET – Social Development Network
sodnet@sodnet.or.ke
http://www.sodnet.or.ke
Solidar
solidar@skynet.be
www.solidar.org
Solidarity Africa Network in Action
njoki@igc.org
The International Federation Terre des Hommes (IFTDH)
info@terredeshommes.org
www.terredeshommes.org
TIE – Transnational Information Exchange
tie@tie-brasil.org
http://www.tie-brasil.org/tie.php
TNI – Transnational Institute
tni@tni.org
www.tni.org
TWN – Third World Network
twn@igc.apc.org
www.twnside.org.sg
UBUNTU - Foro Mundial de Redes de la Sociedad Civil
ubuntu@ubuntu.upc.es
www.ubuntu.upc.es

Union Internacional de Estudiantes
ius@cfs-fcee.ca
www.ius-uie.org
Vasudhaiva Kutumbakam Network
vk-finland@kaapeli.fi
www.democracydialogues.org/
www.demokratiafoorumi.fi/wsf.html
Via Campesina
viacam@gbm.hn
http://ns.rds.org.hn/via/
World Association of Community Radio Broadcasters (Amarc)
amarc@amarc.org
http://www.amarc.org
World March of Women
www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html
dmatte@ffq.qc.ca
Zanzibar International Film Festival Of Dhow
Contato: Fatma ALLOO
falloo@zitec.org
Znet
sysop@zmag.org
www.zmag.org

OBSERVADORES

Comitê Organizador do Fórum Mundial de Educação
Comitê Organizador do Fórum Social Africano
taoufik@enda.sn
Comitê Organizador do Fórum Social Américas
fsmcontinental@fsmecuador.org
www.forosocialamericas.org
Comitê Organizador do Fórum Social Europeu
wsf@fse-esf.org
www.fse-esf.org
Comitê Organizador do Fórum Social Mediterrâneo
activitats@ciemen.org
fsmedi@terra.es
Comitê Organizador do Fórum Social de Migrações
Comitê Organizador do Fórum Social Pan-Amazônico
cri-pmb@belem.pa.gov.br
www.fspanamazonico.com.br
Comitê Organizador do Fórum Social Tematico: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico
forosocialtematico@cable.net.co
www.fsmt.org.co
FNTG - Funders Network on Trade & Globalization
mark@fntg.org
www.fntg.org
Fórum São Paulo

ANEXO IV
COMITÊ ORGANIZADOR INDIANO DO FSM MUMBAI 2004

A estrutura organizativa do FSM de Mumbai foi assim composta:

Índia General Council (IGC) – corpo onde as decisões eram tomadas. Composto por 135 organizações e movimentos sociais comprometidos com a carta de princípios.

Índia Working Committee (IWC) – responsável pela formulação da linha política que formou a base organizativa do FSM-Mumbai, composto de 67 organizações escolhidas no IGC, sendo 14 organizações ou uniões nacionais de trabalhadores, 8 organizações nacionais de mulheres, 6 redes de agricultores, 4 plataformas nacionais dos Dalits, 4 plataformas nacionais dos Adivasis, 4 entidades de jovens e estudantes e 27 movimentos sociais, ONGs e outras organizações.

Índia Organizing Committee (IOC) – corpo executivo composto de 45 pessoas, todos faziam parte de um dos oito grupos de trabalho.

ANEXO V

COMITÊ ORGANIZADOR DO FSM NAIRÓBI 2007

Social Development Network (SODNET)– www.sodnet.org

Southern and Eastern African Trade Information and Negotiations Institute (SEATINI) www.seatini.org

EL TALLER – www.eltaller.org

Meio Ambiente e Desenvolvimento no Terceiro Mundo (ENDA) - www.enda.sn

Mellemfolkeligt Samvirke – Danish Associaltion of International Co-operation (MS-KENYA) –www.kenya.ms.dk

UGANDA SOCIAL FORUM

ANEXO VI

GRUPO DE FACILITAÇÃO DO FSM 2009 BELÉM

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) www.articulacaodemulheres.org.br

Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

Associação Brasileira de Ongs - (ABONG) www.abong.org.br

Central Única dos Trabalhadores (CUT) www.cut.org.br

Conselho Pan-Amazônico

Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) www.faor.org.br

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) www.gta.org.br

Marcha Mundial das Mulheres (MMM) www.sof.org.br/marcha

MST/Via Campesina www.mst.org.br

Rede de Educação Cidadã (RECID) www.recid.org.br/

União da Juventude Socialista (UJS) www.ujs.org.br

União das Universidades da Amazônia (UNAMAZ) www.ufpa.br/unamaz

União Nacional dos Estudantes (UNE) www.une.org.br

ANEXO VII

Manifesto de Porto Alegre (2005)

Desde o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), em Janeiro de 2001, o fenómeno dos fóruns sociais estendeu-se a todos os continentes, inclusive aos níveis nacional e local. O Fórum favoreceu a emergência de um espaço público planetário da cidadania e de suas lutas, assim como a elaboração de propostas de políticas alternativas à tirania da globalização neoliberal impulsionada pelos mercados financeiros e as transnacionais, cujo braço armado é o poder imperial dos Estados Unidos.

Pela sua diversidade, assim como pela solidariedade entre os actores e os movimentos sociais que o compõem, o movimento altermundista transformou-se numa força que já é levada muito em conta em todo o planeta. Entre as inumeráveis propostas que têm saído dos fóruns, um grande número delas conta sem dúvida com um amplo apoio junto dos movimentos sociais. Nós, signatários do Manifesto de Porto Alegre, que nos exprimimos a título estritamente pessoal, sem pretender, de modo algum, falar em nome do Fórum, identificamos doze destas propostas que, em conjunto, dão sentido à construção de outro mundo possível. Se fossem aplicadas, permitiriam que a cidadania começasse por fim a reapropriar-se do seu futuro.

Submetemos estes pontos fundamentais à apreciação dos actores e movimentos sociais de todos os países. São eles que, em todos os níveis – mundial, continental, nacional e local – poderão levar adiante os combates necessários para que se transformem em realidade. Nós não temos nenhuma ilusão sobre a real vontade dos governos e das instituições internacionais em aplicar espontaneamente estas propostas.

A) Outro Mundo Possível deve respeitar o direito à vida de todos os seres humanos, mediante novas regras económicas. Para tanto, é necessário:

1) Anular a dívida pública dos países do Sul, que já foi paga várias vezes e que constitui, para os Estados credores, os estabelecimentos financeiros e as instituições financeiras internacionais a melhor maneira de submeter a maior parte da humanidade à sua tutela e mantê-la na miséria;

2) Aplicar taxas internacionais às transações financeiras (especialmente a Taxa Tobin às transações especulativas de divisas), aos investimentos directos no estrangeiro, aos lucros consolidados das transnacionais, à venda de armas e às actividades que emitem de forma substantiva gases que produzem o efeito estufa;

3) Desmantelar progressivamente todas as formas de paraísos fiscais, jurídicos e bancários, que nada mais são do que refúgios do crime organizado, da corrupção e de todos os tipos de tráficos, fraudes e evasões fiscais, operações delituosas de grandes empresas e, inclusive, de governos;

4) Cada habitante do planeta deve ter direito a um emprego, à protecção social e à aposentadoria, respeitando a igualdade entre homens e mulheres, sendo este um imperativo de políticas públicas nacionais e internacionais;

5) Promover todas as formas de comércio justo, rechaçando as regras de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e colocando em execução mecanismos que

permitam, nos processos de produção de bens e serviços, dirigir-se progressivamente a um nivelamento por alto das normas sociais (tal como estão consignadas nas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT) e ambientais. Excluir totalmente a educação, a saúde, os serviços sociais e a cultura do terreno de aplicação do Acordo Geral Sobre o Comércio e os Serviços (AGCS) da OMC. A convenção sobre a diversidade cultural, que actualmente está a ser negociada na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), deve fazer prevalecer explicitamente o direito à cultura sobre o direito ao comércio;

6) Garantir o direito à soberania e segurança alimentar de cada país, mediante a promoção da agricultura campesina. Isso pressupõe a eliminação total dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas, em primeiro lugar por parte dos Estados Unidos e da União Europeia. Da mesma maneira, cada país ou conjunto de países deve poder decidir soberanamente sobre a proibição da produção e importação de organismos geneticamente modificados (OGM) destinados à alimentação;

7) Proibir todo o tipo de patenteamento do conhecimento e dos seres vivos (tanto humanos como animais e vegetais), do mesmo modo que toda a privatização de bens comuns da humanidade, em particular a água;

B) Outro Mundo Possível deve encorajar a vida em comum em paz e com justiça, para toda a humanidade. Para tanto, é necessário:

8) Lutar, em primeiro lugar, por diferentes políticas públicas contra todas as formas de discriminação (sexismo, xenofobia, anti-semitismo e racismo). Reconhecer plenamente os direitos políticos, culturais e ambientais (incluindo o domínio de recursos naturais) dos povos indígenas;

9) Tomar medidas urgentes para colocar um fim à destruição do meio ambiente e à ameaça de mudanças climáticas graves devido ao efeito estufa resultante, em primeiro lugar, da proliferação do transporte individual e do uso excessivo de energias não-renováveis. Começar a implementar outro modelo de desenvolvimento fundado na sobriedade energética e no controle democrático dos recursos naturais, em particular a água potável, em uma escala planetária;

10) Exigir o desmantelamento das bases militares estrangeiras e de suas tropas em todos os países, salvo quando estejam sob mandato expresso da Organização das Nações Unidas (ONU);

C) Outro Mundo Possível deve promover a democracia desde o plano local até ao global. Para tanto, é necessário:

11) Garantir o direito à informação e o direito de informar dos cidadãos mediante legislações que: a) ponham fim à concentração de meios em grupos de comunicação gigantes; b) garantam a autonomia dos jornalistas diante dos accionistas e c) favoreçam a imprensa sem fins lucrativos, em particular a dos meios alternativos e comunitários. O respeito destes direitos implica contra-poderes cidadãos, em particular na forma de observatórios nacionais e internacionais de meios de comunicação;

12) Reformar e democratizar em profundidade as organizações internacionais, entre elas a ONU, fazendo prevalecer nelas os direitos humanos, económicos, sociais e culturais, em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso implica a incorporação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da OMC ao sistema das Nações Unidas. Caso persistam as violações do direito internacional por parte dos Estados Unidos, transferir a sede da ONU de Nova Iorque para outro país, preferencialmente do Sul.

Porto Alegre (RS), 29 de Janeiro de 2005.

Adolfo Pérez Esquivel, Aminata Traoré, Armand Matellar, Atilio Boron, Bernard Cassen, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Galeano, Emir Sader, François Houtart, Frei Betto, Ignacio Ramonet, Immanuel Wallerstein, José Saramago, Ricardo Petrella, Roberto Sávio, Samir Amin, Samuel Luis Garcia, Tariq Ali e Walden Bello

ANEXO VIII

Resumo do Apelo de Bamako (2006)[241]

A experiência de mais de cinco anos de convergências mundiais das resistências ao neoliberalismo permitiu criar uma nova consciência colectiva. Os Fóruns sociais mundiais, temáticos, continentais e nacionais, e a Assembleia dos Movimentos Sociais foram os seus principais artesãos. Reunidos em Bamako a 18 de Janeiro de 2006, véspera da abertura do Fórum Social Mundial policêntrico, os participantes nesta jornada consagrada ao 50º aniversário de Bandung exprimiram sua preocupação de definir outros objectivos do desenvolvimento, de criar um equilíbrio das sociedades abolindo a exploração de classe, de género, de raça e de casta e de traçar a via para uma nova relação de forças entre o Sul e o Norte.

O apelo de Bamako pretende ser uma contribuição para a emergência de um novo sujeito popular histórico e para a consolidação do adquirido nestes encontros: o princípio do direito à vida para todos, as grandes orientações de um viver conjunto na paz, a justiça e a diversidade, s maneiras de realizar estes objectivos no plano local e à escala da humanidade.
Para que nasça um sujeito histórico — popular, plural e multipolar — é preciso definir e promover alternativas capazes de mobilizar forças sociais e políticas. A transformação radical do sistema capitalista é o objectivo. Sua destruição do planeta e de milhões de seres humanos, a cultura individualista de consumo que o acompanha e o alimenta e sua imposição por forças imperialistas não são mais aceitáveis, pois compromete a própria vida da humanidade. Tais alternativas devem apoiar-se sobre a longa tradição das resistências populares e levar em conta também os pequenos passos indispensáveis à vida quotidiana das vítimas.

O Apelo de Bamako, construído em torno dos grandes temas discutidos em comissões, afirma a vontade de:
(i) construir o internacionalismo dos povos do Sul e do Norte face às devastações engendradas pela ditadura dos mercados financeiros e pela implantação globalizada e descontrolada das transnacionais.;
(ii) construir a solidariedade dos povos da Ásia, África, Europa e Américas face aos desafios do desenvolvimento do século XXI;
(iii) construir um consenso político, económico e cultural alternativo à globalização neoliberal e militarizada e ao hegemonismo dos Estados Unidos e seus aliados.

2. OS PRINCÍPIOS

1- Construir um mundo fundado na solidariedade dos seres humanos e do povos. Nossa época é dominada pela imposição da concorrência entre os trabalhadores, as nações e os povos. Entretanto, o princípio da solidariedade preencheu na história funções mais construtivas para a organização eficaz das produções materiais e intelectuais. Queremos dar a este princípio o lugar que lhe cabe e relativisar aquele da concorrência.

2- Construir um mundo fundado na afirmação plena e inteira dos cidadãos e na igualdade dos sexos.
O cidadão deve tornar-se o responsável em último recurso pela gestão de todos os aspectos da vida social, política, económica, cultural. É a condição de uma democratização autêntica. Por

[241] O texto original tem 16 páginas.

abuso, o ser humano está reduzido aos estatutos justapostos de portador de uma força de trabalho, de espectador impotente face às decisões dos poderes, de consumidor encorajado aos piores desperdícios. A afirmação, de direito e de facto, da igualdade absoluta dos sexos é uma parte integrante da democracia autêntica. Uma das condições desta última é a erradicação de todas as formas confessas ou enganosas do patriarcado.

3- Construir uma civilização universal proporcionando à diversidade em todos os domínios seu potencial pleno de desenvolvimento criador

Para o neoliberalismo, a afirmação do indivíduo — não do cidadão — permitiria o florescimento das melhores qualidades humanas. O isolamento insuportável que a competição impõe a este indivíduo no sistema capitalista produz seu antídoto ilusório: o encerramento em guetos de pretensas identidades comunitárias, muitas vezes de tipo para-étnico e/ou para-religioso. Queremos construir uma civilização universal que encare o futuro sem nostalgia passadista. Nesta construção, a diversidade política das nações e dos povos torna-se o meio de dar aos indivíduos capacidades reforçadas para o desenvolvimento criador.

4- Construir a socialização pela democracia

As políticas neoliberais querem impor um modo único de socialização através do mercado, apesar de os efeitos destruidores para a maioria dos seres humanos não precisar mais de ser demonstrado. O mundo que queremos concebe a socialização como o produto principal de uma democratização sem delimitações. Neste quadro, em que o mercado tem o seu lugar, mas não todo o lugar, a economia e as finanças devem ser postas ao serviço de um projecto de sociedade e não serem submetidas unilateralmente às exigências de um desdobramento descontrolado das iniciativas do capital dominante que favorecem os interesses particulares de uma ínfima minoria. A democracia radical que queremos promover restitui todos os seus direitos ao imaginário inventivo da inovação política. Ela fundamenta a vida social na diversidade incansavelmente produzida e reproduzida, e não sobre o consenso manipulado que apaga os debates de fundo e encerra os dissidentes em guetos.

5- Construir um mundo fundado no reconhecimento do estatuto não mercantil da natureza e dos recursos do Planeta, das terras agrícolas

O modelo capitalista neoliberal assinala o objectivo de submeter todos os aspectos da vida social, quase sem excepção, ao estatuto de mercadoria. A privatização e a mercantilização ao extremo implicam efeitos devastadores sem precedentes: a destruição da biodiversidade, a ameaça ecológica, o desperdício dos recursos renováveis ou não (petróleo e água em particular), a liquidação das sociedades camponesas ameaçadas de expulsões maciças das suas terra. Todos estes domínio devem ser gerados como outros tantos bens comuns da humanidade. Nestes domínios, a decisão não decorre do mercado para o essencial, mas dos poderes políticos das nações e dos povos.

6- Construir um mundo fundado no reconhecimento do estatuto não mercantil dos produtos culturais e dos conhecimentos científicos, da educação e da saúde

As políticas neoliberais conduzem à mercantilização dos produtos culturais e à privatização dos grandes serviços sociais, nomeadamente da educação e da saúde. Esta opção implica a produção em massa de produtos para-culturais, de baixa qualidade, a submissão da investigação às prioridades exclusivas da rentabilidade a curto prazo, a degradação — mesmo à exclusão — da educação e da saúde para as classes populares. A renovação e a ampliação dos serviços públicos devem ser guiadas pelo objectivo de reforçar a satisfação das necessidades e os direitos essenciais à educação, saúde e alimentação.

7- Promover políticas que associem estreitamente a democratização sem limite definido à partida, o progresso social e a afirmação da autonomia das nações e dos povos.
As políticas neoliberais negam as exigências específicas do progresso social — que se pretende produzido espontaneamente pela expansão dos mercados — como a autonomia das nações e dos povos, necessária à correcção das desigualdades. Nestas condições, a democracia é esvaziada de todo conteúdo efectivo, vulnerabilizada e fragilizada ao extremo. Afirmar o objectivo de uma democracia autêntica exige dar ao progresso social seu lugar determinante na gestão de todos os aspectos da vida social, política, económica e cultural. A diversidade das nações e dos povos, produto da história, tanto nos seus aspectos positivos como nas desigualdades que a acompanham, exige a afirmação da sua autonomia. Não existe receita única nos domínios político ou económico que permitiria contornar esta autonomia. O objectivo da igualdade a construir passa pela diversidade dos meios a por em acção.

8- Afirmar a solidariedade dos povos no Norte e do Sul na construção de um internacionalismo numa base anti-imperialista
A solidariedade de todos os povos — dos Norte e do Sul — na construção da civilização universal não pode ser fundada nem sobre a assistência nem sobre a afirmação de que estando todos embarcados no planeta seria possível menosprezar os conflitos de interesses opondo as diferentes classes e nações que constituem o mundo real. Esta solidariedade passa pela ultrapassagem das lei e dos valores do capitalismo e do imperialismo que lhe é inerente. As organizações regionais da globalização alternativa devem inserir-se na perspectiva do reforço da autonomia e da solidariedade das nações e dos povos nos cinco continentes. Esta perspectiva contrasta com aquela dos actuais modelos dominantes de regionalização, concebidos como outros tantos blocos constitutivos da globalização neoliberal. Cinquenta anos após Bandung, o Apelo de Bamako exprime também a exigência de uma Bandung dos povos do Sul, vítimas do desdobramento da globalização capitalista realmente existente, da reconstrução de uma frente do Sul capaz de por em cheque o imperialismo das potências económicas dominantes e o hegemonismo militar dos Estados Unidos. Esta frente anti-imperialista não opõe os povos do Sul àqueles do Norte. Ao contrário, constitui a base da construção de um internacionalismo global associando-os todos na construção de uma civilização comum na sua diversidade.

3. OBJECTIVOS A LONGO PRAZO E PROPOSTAS PARA A ACÇÃO IMEDIATA

Para passar da consciência colectiva à construção de actores colectivos, populares, plurais e multipolares, sempre foi necessário identificar temas precisos para formulares estratégias e propostas concretas. Estes temas do Apelo de Bamako cobrem os 10 domínios seguintes, em função de objectivos a longo prazo e de propostas de acção imediata.

- a organização política da globalização;
- a organização económica do sistema mundial;
- o futuro das sociedades camponesas;
- a construção de uma frente unida dos trabalhadores;
- as regionalizações ao serviços dos povos;
- a gestão democrática das sociedades;
- a igualdade dos sexos;
- a gestão dos recursos do planeta;
- a gestão democrática dos media e da diversidade cultural;
- a democratização dos organismos internacionais.

O apelo de Bamako é um convite a todas as organizações de luta representativas das vastas maiorias que constituem as classes trabalhadoras e os excluídos do sistema capitalista neoliberal, assim como a todas as pessoas políticas que aderem a estes princípios, a trabalhar em conjunto para chegar a por em prática efectiva estes objectivos.

ANEXO IX

FRASES DA MARCHA DE ABERTURA DO FSM BELÉM 2009

Frases anotadas pelos jornalistas do portal Carta Maior, Katarina Peixoto, João Manoel de Oliveira e Clarissa Pont, durante a marcha de abertura do FSM em Belém, 2009

Aqui tem verde.	Aldeia da paz.
Lula, cadê a garantia do emprego?	Visión para um nuevo mundo.
Viva a Resistência do Povo Palestino.	A violência é apenas uma consequência da desigualdade social.
Eu vim para trabalhar, não para morrer.	Sim, um outro mundo é possível, sem usinas termelétricas: não à U.T.E. da Vale.
Un mondo diverso è possible.	Todo dia é dia de luta pela saúde.
PT contra a guerra.	Um mundo de direitos.
Não às barragens de Belo Monte e do Xingu.	www.amisrael.com.br
Vamos Amazonizar o mundo.	Resistentes e Teimosos na construção de outro mundo possível.
Regularização das terras quilombolas.	Movimento Nacional pela Moradia Popular.
Trabalho escravo: vamos abolir de vez.	The right to know, the right to live, government money is our money.
Sindicato pelo trabalho decente.	SOS Saúde Mental (bordado sobre pano verde).
Abaixo a rede Globo.	Pela saúde pública e universal para todos os povos.
Palestina Livre.	Crítica Radical: Fora Política, não vote.
Samba, índios, samba.	“Capitalismo é para morrer, não adianta o estado socorrer”.
Apresentação do documentário Mataram Irmã Dorothy.	Que crise é essa?
Sem Intolerância.	Não às fundações de direito privado.
Presença anglicana no Fórum.	VEM= Vegetarianos em Movimento.
Marcha da Maconha.	Apocalipse 3:20.
Trabalhadores não podem pagar pela crise	AHE Belo Monte: energia para nossa gente.
Por espaços mais justos e sociedades mais humanas.	Palestina livre e soberana.
Italianos carregam bandeira da Palestina.	Aborto é um direito.
Pra lutar contra Lula e os patrões: construir uma nova central sindical.	MaMuMu.
Conlutas: todo apoio ao povo palestino.	Igualdade.
Intoxicados da FUNASA – lutar pela vida é lutar pelos direitos humanos. Economia	Chega de massacre e genocídio.
Solidária: outra economia acontece	Liberdade de amar é um direito.
Reforma Urbana.	Kizomba: nosso planeta não está à venda.
Não à corrupção.Povo na Rua, trabalho escravo nem pensar.	Queremos o título definitivo. Saneamento básico e
Caravana carbono neutro.	segurança.
Movimento agroecológico América Latina e Caribe.	Escola de samba planetária.
Coletivo contra Naturas: radicalidade lesbiana.	Não à redução da maioridade penal.
Virgem de Nazaré, na terra de direitos onde não está a justiça.	Cachorro quente + suco = 1,50.
Rede da juventude pelo meio ambiente sustentável.	Socializar a riqueza para combater a desigualdade.
Respeitabilidade religiosa.	Por outra imagem da mulher na tevê.
www.rosalux.de	Feministas contra o capital.
Los Derechos Humanos son para todas las personas.	Feministas contra o racismo.
	Pela vida das mulheres.

São culpados pela crise: BID, Banco Mundial, FMI. O mundo discute suas diversidades – Conselho Municipal de Saúde de Manaus. Outro mundo amazônico é possível. O Maranhão exige respeito. Sarney Nunca Mais. "Ni guerra que nos destruya, ni paz que nos oprima".	Direito ao nosso corpo, legalizar o aborto. Cuidado, racismo mata. Povos da bacia do rio Madeira no FSM 2009, não às empresas na Amazônia. Não há direitos humanos sem as mulheres. "Segura, segura imperialista, a América Latina vai ser toda socialista!"

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15526

ANEXO X
ATIVIDADES INSCRITAS NO FSM DE MUMBAI (2004)
(16 das 1176 ANALISADAS)

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	TÍTULO	TIPO	PALAVRAS CHAVE
Sanhati O Pratirodh Mancha (Forum for Solidarity & Resistance)	India	The empowerment of the people versus the violence of globalisation	seminar	
Manavik	India	Educational Development	workshop	south asia and peace:building peace:democratising access to knowlde:particpatory economics:livelihho
EFICOR	India	Role of Spirituality in Development-I	seminar	building peace
Forum for Creches and Childcare Services (FORCES)	India	Child rights(under 6 years)	workshop	
YWCA of India	India	Women- Perwonal, constitutional and human rights	workshop	
UNDP- Civil Society Division	United States	Trade and Macroeconomic Policies for Human Development: A UNDP Round Table	other	sustainable development
Literary Academy for Dalit of Nepal (LAD-Nepal)	Nepal	Racism & human rights	workshop	racism and human rights
STREE MUKTI SANGATANA	India	Women role in Waste Management	display	
HUMAN RIGHTS COUNCIL	India	humanrights	workshop	racism and human rights
SALVATION AID FOR AFRICA	Ghana	hiv/aids campaign, women in democracy	workshop	community rights and patenting
Motherteresa Amelioration Service Society(MASS)	India	MASS	meeting	south asia and peace

South Asia Partnership Pakistan	Pakistan	Livelihood Securities and Corporstisation in Agriculture	seminar	biodiversity
World Vision Índia	India	Restoration of Hope	display	sustainable development
World Vision Índia	India	Disaster Management	seminar	sustainable development
EROS Party	Sri Lanka	Regional Social Solidarity	meeting	militarisation:Palestine:south asia and peace:US and global hegemony:global disarmament:building peace:regional peace:war and manipulating media:IMF:World Bank:poltics of aid:rural development and globalisation:sustainable development:creating and disbruting wealth differently:ethnic minorities:linguistic minorities:intolerance and minorities:race, migration and citizenship:Refugees:racism and human rights
Ynternet.org	Switzerland	Internet Micro-entreprises development	course	building peace:media monopoly and concentration:merchandising information:merchandising media:media and commodification of women:alternate media:community rights and patenting:democratising access to knowlde:third world and access to knowledge:solidarity economics

ANEXO XI
ATIVIDADES INSCRITAS NO FSM DE NAIRÓBI (2007)
(25 das 1132 ANALISADAS)

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE	**TÍTULO ATIVIDADE**
11.11.11 - Coalition of the Flemish North South Movement	Préparation Commission Mixte Belgique - RDC
50 Years Is Enough Network	IMF: Shrink It or Sink It Campaign. An Introduction.
AAGZ Foundation	Elected Women leaders-making democracy work
Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro	Presentation of the South-South Cooperation (Africa-Brazil) - UNDP
ACLI Istitute for Peace Development and Innovation	Labour and trade unions in the globalization era
ACORD (Agency for Co-operation and Research in Development) and PELUM	Conference-debate on "Applying a Gender and Women's Rihts lens on EPAs"
ACORD (Agency for Co-operation and Research in Development) and PELUM	Cross-learning and strategizing workshop against free trade
ACORD (Agency for Co-operation and Research in Development) and PELUM	Multi-stakeholder dialogue on EPAs and Food Sovereignty
ACORD (Agency for Co-operation and Research in Development) and PELUM	Public meeting on HIV/AIDS, Food Sovereignty and EPAs
Actiegroep Tekeer tegen de isoleer!	Mental Health Care
Action On Development	Gender and disability,to what extent Disabled men

	and women are included
ActionAid International	Commodity Crisis and Developing Countries
ActionAid International	Diaspora Remittances& Development
Activité conjointe Secours Catholique/ATD Quart Monde en coordination avec le CRID	Participation citoyenne et pauvretés: quelle mobilisation de la société civile pour que tous participent au dialogue politique?
ADECOM Network	Dalit Emancipation, specially among women and children
Advancing Public Interest Trust	Impacts of Asian Development Bank Funded projects on small scale farmers
Advancing Public Interest Trust (APIT)	Sharing and making aware of situation in Bangladesh
AFESIP Espana	trata y explotación sexual de mujeres, niñas y niños
Africa Biodiveristy Network	Culture and biodiversity
AFRICA BIODIVERSITY NETWORK	CULTURE AND BIODIVERSITY
Africa Europe Faith and Justice Network	Impact of the EPAs on Western Africa
Africa Initiative Programme	echange d'experiences de travail de reconstruction de la paix dans la province de l'ituri en congo
Africa Trade Network	Stop EPAs: Resist Europe's New Colonial Agenda
African centre for women information and communication technology	ICTs for improved and secure livelihoods of women
African Civil Society Coalition	Developing Alternatives in the Pan African Fight Against HIV and AIDS.

ANEXO XII
ATIVIDADES INSCRITAS NO FSM DE BELÉM (2009)
(20 das 1726 ANALISADAS)

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	TIPO	EIXO	TITULO	PARCERIAS
Baloch Committee	Suécia	Mesa de diálogo	7	Alliance of free peoples for a democratic future	
Bank Information Center	Estados Unidos	Seminário	10	Visiones de Integracion: IIRSA y UNASUR	BIC-BICECA CEADESC Amazon Watch CIEL CAOI COICA Amazon Alliance American Jewish World Service Fundacion Cross-Cultural Bridges
BankTrack	Holanda	Oficina	9	A crash course on campaigning on commercial banks	
Ecosocialist International Network	Brasil	Mesa de diálogo	3	Ecossocialimo e os Movimentos Sociais	Ecosocialist International Network, Rede Brasileira de Ecossocialistas, Revista Capitalism Nature Socialism
Ecotopias	Brasil	Oficina	3	Tecnologia e Educação para Vida Sustentável	Ecotopias
Escola da Mata Atlântica	Brasil	Oficina	3	Criação de Casas de Sementes Criolas e Feira de Troca de Sementes - Desafios e Conquistas na Conservação do Etnoconhecimento e da Biodiversidade	
Federação das AABB	Brasil		3	Educação Libertadora Ambientalista - recursos hídricos	
Federação de Bandeirantes do Brasil	Brasil	Oficina	3	Oficina Bandeirante Reciclagem Garrafas PET	Federação de Bandeirantes do Brasil
Boston May Day Coalition	Estados Unidos	Oficina	6	Strategies to Achieve Migrant Workers Rights	Boston May Day Coalition

Federação de Bandeirantes do Brasil	Brasil	Oficina	3	Oficina Alimentação Alternativa	Federação de Bandeirantes do Brasil
Federação dos Trabalhadores no Comercio dos Estado do Pará e Amapa	Brasil	Mesa de diálogo	3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE	FETRACO/PA UGT BRASIL UGT PARA SINDICAL AFILIADO F S T CNTC
Federação Nacional dos Urbanitários	Brasil	Oficina	3	A integração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ao Sistema Integrado Nacional e aos Sistemas Isolados da Amazônia e os Impactos Ambientais e Sociais	1. Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT 2. Internacional de Serviços Públicos - ISP 3. Intersindical Norte - Sindinorte (FNU/CUT) 4. Intersindical Nordeste (FNU/CUT)
Bridge Intiative International	França	Oficina	11	O-Change	
Building Global Democracy Programme	Inglaterra	Oficina	9	How to Build Global Democracy?	Building Global Democracy Programme
Bundeskoordination Internationalismus	Alemanha	Oficina	6	The Crisis of (Global) Environmental Governance and Necessary Alternatives - Towards Copenhagen 2009	Rosa Luxemburg Foundation
Bundeskoordination Internationalismus	Alemanha	Oficina	8	Counterhegemonies in a globalised world: a Gramscian perspective	
Federação Nacional dos Urbanitários	Brasil	Oficina	3	A importância do Controle Social sobre os Serviços Públicos	. Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT . Internacional de Serviços Públicos - ISP . CONAM . REBRIP . FASE

CACIM - India Institute for Critical Action: Centre In Movement	Índia	Seminário	9	Facing the Future : The World Social Forum, the Global Justice Movement, and Beyond	AFM - Articulación Feminista Marco Sur CACIM, India (www.cacim.net) Democracy and Social Movement Institute, Sungkonhoe University ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives For further information on the event logon to http://cacim.net/twiki/tiki-index.php?page=CACIMatBelem
CACIM - India Institute for Critical Action: Centre In Movement	Índia	Oficina	6	A Global Labour Charter for Humanity : If Not Now, When ?	CACIM, India (www.cacim.net) and Watermania For further information on the event logon to http://cacim.net/twiki/tiki-index.php?page=CACIMatBelem
CACIM - India Institute for Critical Action: Centre In Movement	Índia	Oficina	9	Critically engaging with the principles underlying the World Social Forum	CACIM, India (www.cacim.net) For further information on the event logon to http://cacim.net/twiki/tiki-index.php?page=CACIMatBelem

ANEXO XIII

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1 – Focus on The Global South (FOCUS)

ENTREVISTA 3 – Marcha Mundial de Mulheres (MMM)

ENTREVISTA 2 – Fórum de Autoridades Locais (FAL)

ENTREVISTA 4 – Feminist Dialogue

ENTREVISTA 5 – Congress of South African Trade Unions (COSATU)

ENTREVISTA 6 – International Council for Adult Education (ICAE)

	NÍVEL DE ATUAÇÃO	CONTINENTE	O FSM É		Centralidade do FSM para sua organização	O FSM está atingindo seu objetivo de expansão global?	Principal atividade realizada por sua organização possível após o FSM	FSM já cumpriu seu papel histórico?
			Espaço	Movimento				
FOCUS (1)	Regional	Ásia	x		O FSM é muito importante como metodologia de campanhas. Sempre participamos do FSM com outras organizações, investimos financeiramente, faz parte do nosso trabalho cotidiano.	Sim. Lentamente e nem sempre tão bem. Funciona bem quando a inicativa é local e não quando é dirigida de cima. Ex: África tem que ser incluída. Péssimas conseqüências quando não há inclusão do local.	Mobilizações contra a guerra em 2003. Formação da Rede Mundial de Movimentos Sociais. A Focus usa o FSM como espaço de difusão de suas campanhas e articulação delas. Conexão entre campanhas.	Em parte cumpriu o papel de agregar e ligar diversos movimentos, mas o trabalho não terminou porque nós não terminamos um novo modo de fazer política somente agregando. Em termos metodológicos de inclusão, dando espaço aos movimentos, construir relações além de campanhas e como as fazemos, este trabalho ainda foi terminado. Não está em nossas mãos decidir quando o trabalho terminou.

FAL (2)	Mundial	-	x		O FSM é prioritário na nossa agenda, o FAL existe pelo FSM e é um Fórum paralelo que acompanha o movimento do FSM.	Sim, depois da realização do FSM Índia e também África, mas ainda necessita ir a outras regiões.	Criação dos FALs locais e temáticos como o FAL Europeu e o FAL de periferia.	Não creio que o papel do FSM foi cumprido porque o mundo está em constantes transformações e hoje existem muitos fatores negativos que justificam a existência da resistência: guerra, fome, mudanças do clima natureza. O FSM cumpriu o papel de colocar as organizações em articulação, mas ainda não mostrou como colocar as políticas em funcionamento.
MMM (3)	Mundial	-	x		Não é central. A construção do nosso próprio movimento é mais importante.	Não. Não mesmo. E se está é a partir de um ponto muito estranho. Ao invés de ser inspirador para as outras regiões, tenho a impressão que temos um time que viaja	Difícil saber. A MMM nasceu em 1996 e foi lançada em 2000 como uma rede global. O que o FSM trouxe foi um espaço para concretizar nossas alianças com a Via	Boa questão. Mas precisa ser direcionado. Por isso a questão da avaliação e estratégia é importante. Temos também muitas questões nestes sentido mas não sabemos ao certo o que fazer... se é hora de fechar a porta. O

						espalhando a ideia do FSM com seus próprios critérios.	Campesina, por exemplo. Por exemplo, este ano a MMM participou do congresso de Soberania Alimentar, via Rede Mundial dos Movimentos Sociais criada no âmbito do FSM.	FSM tem que se auto-criticar, apesar da resistência.
FEMINIST DIALOGUE (4)	Mundial	Ásia	x		O FSM não é nossa atividade central. Foi muito importante quando aconteceu na Índia	Ainda é um longo caminho a seguir para promover a expansão global. Nós ainda precisamos ir a muitas e muitas regiões ainda não tocadas pelo FSM, como China, leste da Ásia, mundo Árabe.	Diálogos feministas e diálogos inter-movimentos. O mais importante para nós tem sido o dialogo com movimentos diferentes, como entre o movimento de mulheres e os movimentos anti-guerra.	Neste momento ainda não podemos pensar em não ter um FSM, em não ter um movimento contra a globalização neoliberal. Ainda não surgiu uma alternativa real, ainda não podemos pensar em fechar as portas.
COSATU (5)	Nacional	África		x	Para nós o mais importante é o movimento no nível nacional,	Não ainda. Processo lento. Ainda a maioria dos	Cooperação entre uniões de trabalhadores é maior. Criação	Não concordo. O FSM ainda tem a função de reunir os movimentos. Mesmo

					depois o FSM.	participantes são de países desenvolvidos.	do International Trade Union Council. Maior relação com CUT.	porque as ligações ainda são frágeis.
ICAE (6)	Mundial	-	x		Muito importante. Participamos ativamente do CI. Ajudamos financeiramente na participação de outras pessoas e organizações.	Melhorou com o FSM de Nairóbi. Estamos avançando.	Houve mais influência do que conseqüência. O FSM ajudou em muita coisa. Experiências com grupos de convergências inter-temáticas. Como com MST, Action Aid, sem a estrutura piramidal do passado. Aprendemos novas formas de fazer política.	Uma pergunta válida. Mas temos que dar respostas. Essa é uma pergunta de todos nós, continua ou não o FSM? Como? Devemos seguir aprendendo. Não podemos dizer que prefiro parar para não correr o risco de não ser exitosos. Temos que ter a capacidade de ver que a resposta é complexa e nós como sociedade civil temos dificuldade em gerar respostas.

ANEXO XIV
FOTOS

Mumbai 2004. Fonte: ciel.org

Mumbai 2004. Fonte: laohamutuk.org

Mumbai 2004. Fonte: passapalavra.info

Mumbai 2004. Fonte: picasaweb.google.com

Belém 2009. Fonte: cidse.org

Belém 2009. Fonte: guardian.co.uk

Belém 2009. Fonte: notmytribe.com

Belém 2009. Fonte: blogs.afp.com

Nairóbi 2007. Fonte: cupe.ca

Nairóbi 2007. Fonte: habitants.org

Nairóbi 2007. Fonte: dw-world.d

Nairóbi 2007. Fonte: new.gbgm-umc.org